



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

ANA REGINA TORRES FERREIRA TELES

Cartografia e Georreferenciamento na Geolinguística: revisão e atualização das regiões dialetais
e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil
formuladas por Antenor Nascentes

Salvador
2018

ANA REGINA TORRES FERREIRA TELES

Cartografia e Georreferenciamento na Geolinguística: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Língua e Cultura.

Área de concentração: Linguística Histórica
Linha de Pesquisa: Dialetoologia e Sociolinguística

Orientadora: Professora Doutora Jacyra Andrade Mota

Salvador
2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Teles, Ana Regina Torres Ferreira
Cartografia e Georreferenciamento na
Geolinguística: revisão e atualização das regiões
dialetais e da rede de pontos para a elaboração do
Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor
Nascentes / Ana Regina Torres Ferreira Teles. --
Salvador, 2018.
483 f. : il

Orientadora: Jacyra Andrade Mota.
Tese (Doutorado - Doutorado em Língua e Cultura) --
Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras,
2018.

1. Geolinguística. 2. Áreas Dialetais Antenor
Nascentes. 3. Cartografia. 4. Georreferenciamento..
5. Sistemas de Informações Geográficas. I. Mota,
Jacyra Andrade. II. Título.

ANA REGINA TORRES FERREIRA TELES

Cartografia e Georreferenciamento na Geolinguística: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

Banca Examinadora

JACYRA ANDRADE MOTA – Orientadora
Doutora em Letras Vernáculas, UFRJ
Universidade Federal da Bahia – UFBA/PPGLinC

APARECIDA NEGRI ISQUERDO
Doutora em Letras (Linguística e Língua Portuguesa), UNESP
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL

ARTUR CALDAS BRANDÃO
Doutor em Engenharia de Produção, UFSC
Universidade Federal da Bahia – UFBA/PPEC

JOSANE MOREIRA OLIVEIRA
Doutora em Letras Vernáculas, UFRJ
Universidade Federal da Bahia – UFBA/PPGLinC

MARCELA MOURA TORRES PAIM
Doutora em Letras e Linguística, UFBA
Universidade Federal da Bahia – UFBA/PPGLinC

*A Roberto, companheiro de profissão, indispensável nas discussões.
A Beto, companheiro de vida, indispensável...*

*A Luiz, Paula e Bito, filhos amigos e parceiros, além de
corresponsáveis pelos maiores tesouros que a vida me deu:
Guga, Cecel, Biel, Guiga, Olívia e Lia*

AGRADECIMENTOS

Mais uma vez, o texto referente aos agradecimentos foi o mais difícil de consolidar. Nesta hora, ao começar a amadurecer a redação, um turbilhão de lembranças aflora e aí me dou conta de quanto carinho, apoio e incentivo, eu recebi, especialmente na etapa mais difícil, quando a saúde solicitou mais atenção.

Não pode ser esquecido o apoio das instâncias administrativas, dos diversos grupos de trabalho com os quais lidamos no dia a dia e que vivenciam as angústias dos cumprimentos dos prazos compartilhados nos terceiros turnos de jornada, dos amigos e dos familiares. Certamente vários deles não serão citados, sem que com isso esteja a subestimar as respectivas importâncias.

Também a ordem como apresentá-los passa a ser motivo de dúvida, já que não deve sugerir qualquer tipo de hierarquia ou valorização.

Opto, então, por fazer inicialmente agradecimentos àqueles com os quais contei, convivi e dividi, durante o tempo entre o ingresso e a conclusão, deixando os de caráter mais pessoal para um segundo momento.

Meus sinceros agradecimentos:

Ao Corpo técnico administrativo do PPGLinC e do DETG, sempre solícitos, atenciosos e pacientes quando de mandados e pela competência no exercício das respectivas funções.

Ao Colegiado do PPGLinC por ter me aceito desde o processo seletivo até as providências para a concretização da defesa.

Aos colegas do DETG pelo incentivo recebido e disposição em elucidar questões técnicas a eles demandadas durante a pesquisa.

Aos colegas da STI e SUPAC, com os quais compartilhei os progressos, retrocessos e o tempo nesses últimos quatro anos.

À Professora Doutora Jacyra Andrade Mota por ter aceito ser minha orientadora, mesmo sabendo do esforço que teria que fazer para familiarizar-se com as questões da Cartografia e Geodésia, além das minhas limitações de horários em virtude das atividades que continuei exercendo ao longo do doutorado. Porisso que gostaria de fazer o agradecimenyto

da forma como o faço agora, da maneira mais simples e não menos merecedora: obrigada, Jacyra.

Aos integrantes da banca examinadora, professores Aparecida Negri Isquerdo, Artur Caldas Brandão, Josane Moreira Oliveira e Marcela Moura Torres Paim por aceitarem participar da defesa além da contribuição inestimável que deram nas respectivas análises e arguições.

Às colegas do Projeto ALiB–BA pelo incentivo e paciência nas discussões provocadas pelos questionamentos feitos, sempre dispostas a colaborar.

Aos colegas do Comitê Nacional do Projeto ALiB, também importantes incentivados, por acreditarem na importância do produto final desta tese.

À Suzana Alice Marcelino Cardoso (*in memoriam*), professora emérita da UFBA, do Instituto de Letras e Presidente do Projeto ALiB. Para mim, simplesmente Suzana, a quem aprendi a respeitar e admirar desde os idos dos anos 1960 quando eu, ainda na pré-adolescência e aluna do Colégio de Aplicação (que compartilhava as instalações da então Faculdade de Filosofia da UFBA), a via empolgada e extremamente lúcida nas ardorosas discussões e manifestações daquele momento histórico pelo qual passávamos. Desde meu envolvimento no Projeto ALiB e início da pesquisa, antes mesmo do ingresso formal no doutorado, quando nos encontrávamos, não deixava de perguntar: “E aí, Aninha? Como anda nosso Nascentes?”. Está aqui Suzana, assim como você, sempre presente.

À Lud pela preciosa colaboração na elaboração do *abstract*.

Às consultoras involuntárias para assuntos de revisão, formatação, impressão, mutirão, – e tantos outros “ão” –, inevitáveis nos momentos finais: Célia Telles, Silvana Ribeiro, Paula Teles, Márcia Cardoso, Rita Cintra, Isa Telles e Cris Cunha.

Aos meus filhos, noras, netos, familiares e amigos diletos que, em circunstância da convivência diária, sofreram com os momentos de angústia, irritação, impaciência e inevitáveis alterações de humor.

A Beto, repito aqui o registro feito na dissertação do mestrado: nada de mais especial, já que esta é apenas mais uma etapa que vivemos e vencemos juntos. Afinal, para ele já dediquei este trabalho.

RESUMO

Os estudos de variação linguística levam em consideração questões diatópicas, diastráticas, diafásicas, diageracionais e diassexuais, podendo relacioná-las entre si. No Brasil, algumas propostas de divisões dialetais foram formuladas, destacando-se aquela proposta por Antenor Nascentes (1953) apresentada na segunda edição de *O Linguajar Carioca* (NASCENTES, 1953) por ser a mais citada, comentada e servir como base para quase todos os estudos de natureza geolinguística. Embora acompanhada de um mapa, a descrição das linhas de limites propostos por ele foi feita usando como referências localidades e acidentes geográficos (especialmente rios e serras) que não estão presentes nesse mapa, não sendo assim, suficientes para a reprodução das divisões. Além da proposta da divisão dialetal, Nascentes apresentou uma sugestão para rede de pontos para uso na coleta de dados para o Atlas Linguístico do Brasil (NASCENTES, 1958). Assim como o outro documento, a rede de pontos resume-se a uma listagem na qual os pontos sugeridos são apresentados agrupados conforme as divisões política e regional do Brasil à época e nominados de acordo com os topônimos então adotados e não correspondem, em grande parte, aos topônimos e dependências político-administrativas atuais (a divisão política do Brasil sofreu várias alterações entre 1953 e os dias atuais). Esta tese apresenta um mapa da divisão dialetal e 26 outros com as localidades sugeridas (um para cada unidade da federação atual), elaborados com recursos da Cartografia automatizada, usando recursos de banco de dados SIG – Sistemas de Informações Geográficas, associando cada elemento da descrição a quantas informações sejam necessárias (atributos). Essas informações, de cunho geográfico, histórico e socioeconômico, são identificadas por suas coordenadas geográficas (latitude e longitude), o que garante o caráter individual de identificação de cada uma delas, descartando, desse modo, qualquer problema de ambiguidade. A observação à Cartografia oficial permitirá que, a partir da edição deste novo mapa, em qualquer época, qualquer localidade ou acidente físico possam ser identificados e tenham a eles associadas novas informações. Isso será, para uso desta e de futuras gerações de linguistas, o grande diferencial entre este mapa e todos os demais até então publicados.

Palavras-chave: Geolinguística, Áreas Dialetais, Cartografia, Georreferenciamento, Sistemas de Informações Geográficas

ABSTRACT

The studies on linguistic variations take into account diatopic, diastratic, diaphasic, diagenational and diasexual factors, as well as the relations between them. In Brazil, some suggestions for dialectal divisions have been formulated, particularly the one developed by Antenor Nascentes (1953) in the second edition of 'O Linguajar Carioca' (Nascentes 1953). His study remains as the most quoted, commented on and used as reference for almost all geolinguistic studies. However, the description of the boundary lines proposed by his study referred to localities and geographical features (especially rivers and hills) which are not present in the accompanying map, and therefore cannot be appropriately reproduced. In addition to the aforementioned dialectal division, Nascentes presented a suggestion for a 'network of points' to be used in the gathering of data for the Brazilian Linguistic Atlas (Nascentes 1958). Like the other document, the network of points was elaborated according to toponymic features and political divisions. Due to several changes in the Brazilian political divisions between 1953 and today, these data do not correspond to the country's current toponyms and political-administrative divisions. This thesis presents a map of the dialectal division as well as 26 other maps with the suggested locations (one for each unit of the current federation), elaborated with automated Cartography resources, using GIS (Geographic Information Systems), a database resources, associating each element of the description to as much information as needed (attributes). These geographic, historical and socioeconomic informations are identified by their geographical coordinates (latitude and longitude), which guarantees the individual characteristics of identification for each one of them, therefore discarding any ambiguity problems. The observation of official Cartography in this map will allow that, at any given time, any locality or physical accident can now be identified and get new information associated with it. This will be the biggest difference between this map and all others published so far, allowing current and future generations of linguists to benefit from it.

Keywords: Geolinguistics, Dialectal Areas, Cartography, Georeferencing, Geographic Information Systems

RÉSUMÉ

Les études de la variation linguistique considèrent des questions diatopiques, diastratiques, diaphasiques, diagénérationnelles et diassexuelles, qui présentent des interrelations. Au Brésil, quelques propositions de divisions dialectales ont été formulées et nous soulignons celle de Antenor Nascentes (1953), présentée dans la deuxième édition de *O Linguajar Carioca* (Nascentes, 1953), la plus mentionnée, commentée et celle qui est la base de presque toutes les études de nature géolinguistique. Bien qu'accompagnée d'une carte, la description des lignes des limites proposée par lui a été faite en prenant comme références des localités et des accidents géographiques (spécialement des rivières et des serres) qui ne figurent pas sur cette carte. Alors, cette proposition n'est pas suffisante pour la reproduction des divisions. Outre la proposition de la division dialectale, Nascentes a présenté une suggestion de réseau de points à être utilisé dans la collecte de données pour l'Atlas Linguistique du Brésil (Nascentes, 1958). Comme l'autre document, le réseau de points résume une liste dans laquelle les points suggérés sont présentés regroupés selon les divisions politiques et régionales du Brésil de l'époque et nommés selon les noms de lieux adoptés à l'époque et ne correspondent pas, en grande partie, aux toponymes et dépendances politique-administratives actuelles (la division politique du Brésil a subi plusieurs changements entre 1953 et aujourd'hui). Cette thèse présente une carte de la division dialectale et 26 autres avec les localités suggérées (une pour chaque unité de la fédération actuelle), élaborées avec des fonctionnalités de la Cartographie automatisé, en utilisant les ressources de la base de données SIG – Systèmes d'Informations Géographiques, en associant chaque élément de la description à la quantité d'informations nécessaire (attributs). Ces informations, de nature géographique, historique et socioéconomique, sont identifiées par leurs coordonnées géographiques (latitude et longitude), ce qui garantit le caractère individuel de chacune d'elles, en écartant ainsi tout problème d'ambiguïté. L'observation à la Cartographie officielle permettra, à partir de l'édition de cette nouvelle carte, à tout moment, que toute localité ou accident physique soient identifiés et aient de nouvelles informations associées à eux. Tout cela constituera, pour l'usage de cette génération et des générations futures de linguistes, le grand différentiel entre cette carte et toutes les autres publiées jusqu'aujourd'hui.

Mots-clés: Géolinguistique, Zones dialectales, Cartographie, Géoréférencement, Systèmes d'Informations Géographiques

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC	Acre
ADDU	<i>Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay</i>
AGU	Advocacia-Geral da União
AL	Alagoas
ALF	<i>Atlas linguistique de la France</i>
ALGR	<i>Atlas lingüístico guarani-românico</i>
ALiB	<i>Atlas Linguístico do Brasil</i>
ALiBWEB	<i>Atlas Linguístico do Brasil WEB</i>
ALM	<i>Atlas lingüístico do México</i>
AM	Amazonas
ANA	Agência Nacional de Águas
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional de Petróleo
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviário
ANTT	Agência Nacional de Transporte Terrestre
AP	Amapá
APFB	<i>Atlas Prévio dos Falares Baianos</i>
APM	Arquivo Público Mineiro
BA	Bahia
BCIM	Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo
BCIMd	Base Cartográfica Integrada Digital do Brasil ao Milionésimo
BET	Banco de Estruturas Territoriais
BNGB	Banco de Nomes Geográficos do Brasil
BOG	Base Operacional Geográfica
BRT	<i>Bus Rapid Transit</i>
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CETE	Coordenação de Estruturas Territoriais
CBG	Conselho Brasileiro de Geografia

CE	Ceará
CIC	Comissão de Informatização e Cartografia
CIDS	Congresso Internacional de Dialetologia e Sociolinguística
CIM	Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo
CNE	Conselho Nacional de Estatística
CNG	Conselho Nacional de Geografia
CNGEO	Comitê de Nomes Geográficos
CONCAR	Comissão Nacional de Cartografia
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CRCH	Centro de Referência em Cartografia Histórica
CRNG	Centro de Referência em Nomes Geográficos
DAC	Diretoria de Aviação Civil
DBDG	Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais
DETG	Departamento de Engenharia de Transportes e Geodésia
DF	Distrito Federal
DGE	Diretoria Geral de Estatística
DHN	Diretoria de Hidrografia e Navegação
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DOU	Diário Oficial da União
DPA	Divisão Político-Administrativa
DPI	<i>Dots per Inch</i>
DSG	Diretoria do Serviço Geográfico do Exército
DT	Departamento de Transportes
DTB	Divisão Territorial Brasileira
EDGV	Estruturação de Dados Geocartográficos Vetoriais
ES	Espírito Santo
ESRI	<i>Environmental Systems Research Institute</i>
ET-EDGV	Especificação Técnica para a Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GO	Goiás
GIS	<i>Geographic Information System</i>
GNSS	<i>Global Navigation Satellite System</i>

GPS	<i>Global Positioning System</i>
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	<i>International Cartographic Association</i>
ICA	Instituto de Cartografia Aeronáutica
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IG	Informações Geoespaciais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LANE	<i>Linguistic Atlas of New England</i>
LANDSAT	Land Remote Sensing Satellite
MA	Maranhão
MMD	Malha Municipal Digital
MME	Ministério de Minas e Energia
MPF	Ministério Público Federal
MG	Minas Gerais
MT	Mato Grosso
MTPA	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
MTD	Mapoteca Topográfica Digital
MS	Mato Grosso do Sul
NAVSTAR/GPS	<i>Navigation System with Time and Ranging / Global Positioning System</i>
N/S	Norte/Sul
ON	Observatório Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PI	Piauí
PR	Paraná
Projeto ALiB	Projeto Atlas Linguístico do Brasil

Projeto CENSO	Subsídios Sociolinguísticos do Projeto Censo à Educação
Projeto NURC	Projeto Norma Urbana Culta
RA	Região Administrativa
RBG	<i>Revista Brasileira de Geografia</i>
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SAD69	<i>South American Datum 1969</i>
SC	Santa Catarina
SCN	Sistema Cartográfico Nacional
SE	Sergipe
SGB	Sistema Geodésico Brasileiro
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIG	Sistemas de Informações Geográficas
SIG Brasil	Portal Brasileiro de Dados Geoespaciais
SIRGAS 2000	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas 2000
SIURB	Sistema Municipal de Informações Urbanas
s.n.p	sem número de página
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TO	Tocantins
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UF	Unidade da Federação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGI	União Geográfica Internacional
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZF	Zonas Fisiográficas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Divisão Dialetal do Brasil segundo Nascentes (1953)	41
Figura 2	Exemplo de isolinhas numa carta linguística	49
Figura 3	Isoglossas (3a) <i>versus</i> heteroglossas (3b)	50
Figura 4	Exemplo de mapas de cloropletas – precipitação média anual	51
Figura 5	Exemplo de mapas de isoglossas com uso de hachuras (França – Sudoeste)	52
Figura 6	Exemplo de mapas de isoglossas com uso de linhas (Estados Unidos da América)	52
Figura 7	A România Nova na América do Sul	60
Figura 8	Tela capturada da versão eletrônica do <i>Atlas UNESCO das Línguas do mundo em perigo</i> edição interativa (representação das línguas associadas ao espaço geográfico brasileiro)	61
Figura 9	Carta fonética (F01 V 4S) do <i>Atlas Linguístico do Brasil</i>	62
Figura 10	Carta morfossintática (M03G) do <i>Atlas Linguístico do Brasil</i>	63
Figura 11	Cartas de altitudes da África (11a) e da América do Sul (11b)	63
Figura 12	Esquema representativo da dinâmica da elaboração e da exploração dos atlas linguísticos como novas fontes para novos estudos linguísticos	65
Figura 13	Cartograma da proposta de divisão dialetal de Julio Ribeiro	84
Figura 14	Polos e fluxos do povoamento brasileiro segundo João Ribeiro (1900)	85
Figura 15	Cartograma da proposta inicial de divisão dialetal de João Ribeiro	87
Figura 16	Cartograma da proposta de divisão dialetal de João Ribeiro com zonas de transição	87
Figura 17	Cartograma da proposta de divisão dialetal de Rodolpho Garcia, segundo Nascentes	89
Figura 18	Cartograma da proposta de divisão dialetal de Rodolpho Garcia, segundo Teles	90
Figura 19	Esboço das áreas dialetais do Brasil por Renato Mendonça em 1936	93
Figura 20	Cartograma da proposta de regionalização de Joaquim Ribeiro, segundo Elia (1975 [1963]), por Teles	96
Figura 21	Cartograma da proposta de áreas linguísticas de Sílvio Elia (1975 [1963])	99
Figura 22	Polos e fluxos do povoamento brasileiro, segundo Nascentes ([192-] e 1953)	100
Figura 23	Proposta da divisão dialetal de Antenor Nascentes ([192-]), segundo Teles	103

Figura 24	Proposta da divisão dialetal de Antenor Nascentes ([192-], em publicação de 1955)	104
Figura 25	Comparação entre as leituras das divisões de [192-], feitas por Teles (25a) e por Nascentes na publicação de 1955 (25b)	105
Figura 26	Mapa dialectológico do Brasil de Antenor Nascentes (1933)	108
Figura 27	Mapa da proposta da divisão dialetal de Antenor Nascentes (1933), segundo Teles	109
Figura 28	Comparação entre as leituras das divisões de 1933, representadas por Teles (28a) e por Nascentes (1933) (28b)	110
Figura 29	Cartograma da proposta da divisão dialetal de Antenor Nascentes (1953)	112
Figura 30	Áreas cujas descrições de limites não correspondem àquelas representadas na proposta da divisão dialetal de Antenor Nascentes de 1953	113
Figura 31	Proposta da divisão dialetal de Antenor Nascentes de 1953, em publicação de 1955	114
Figura 32	Evolução da tecnologia de SIG	132
Figura 33	Teoria Geográfica e Geoprocessamento	133
Figura 34	Cartas na escala de 1:1 000 000 que recobrem o território nacional, acompanhadas das respectivas nomenclaturas	147
Figura 35	Exemplos de convenções adotadas internacionalmente	158
Figura 36	Parte da legenda da <i>Carta da Capitania de Minas Gerais nos fins da Era colonial</i> , de José Ferreira Carrato [s.d.], escala 1:3 500 000	159
Figura 37	Parte da legenda da <i>Carta physica e política do Estado de Minas Geraes</i> , de autoria de José Ximenes Cesar (1930), escala 1:1 000 000	160
Figura 38	Parte da legenda do <i>Mapa do Brasil – 1954</i> , escala 1:5 000 000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Conselho Nacional de Geografia – Divisão de Cartografia (IBGE, 1954)	160
Figura 39	Brasil – Divisão Político-Administrativa, da União (Brasil) aos Municípios – um exemplo para o Estado da Bahia	165
Figura 40	Divisão Político-Administrativa de um Município – do Município ao setor censitário – exemplo para o Município de Palmas de Monte Alto, BA	166
Figura 41	Composição do geocódigo 29 27408 05 27 0041 até o nível de setor censitário	167
Figura 42	Grandes Regiões e desdobramentos, da União (Brasil) às Regiões Geográficas Imediatas – um exemplo para o Estado da Bahia	168
Figura 43	Brasil – Classificação das Localidades em ordem decrescente de hierarquia	170
Figura 44	Brasil – Divisões Regionais 1913 a 2017, sobre divisão regional de 2017	181
Figura 45	Comparação entre as Divisões Regionais do Estado da Bahia vigentes até 2017 (Mapa 1) e as atuais (Mapa 2)	184
Figura 46	<i>Mapa do Estado de Santa Catharina</i> (em 1909)	187

Figura 47	Nomes Geográficos da <i>Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo</i> – BCIM, por categoria de informação, Unidade da Federação e coordenadas geográficas (recorte)	204
Figura 48	Legislação municipal acerca dos municípios vigentes (recorte)	205
Figura 49	Legislação municipal acerca dos municípios extintos (recorte)	206
Figura 50	Legislação acerca da alteração toponímica municipal (recorte)	206
Figura 51	Legislação acerca da alteração de categoria de Unidade da Federação (recorte)	206
Figura 52	Legislação acerca de Unidade de Federação (recorte)	206
Figura 53	Municípios, genealogia e alteração de nome e grafia, com indicação dos respectivos códigos – Brasil (1872 a 2010, recorte)	207
Figura 54	Esquema resumido de parte da metodologia	209
Figura 55	Identificação do povoado de Portão (BA) nas versões v2 e v3 da BCIM	212
Figura 56	Tabela de Aglomerado Rural Isolado BCIM v5 – recorte para o povoado de Portão (BA)	212
Figura 57	Identificação do povoado de Portão (BA) na versão v5 da BCIM	213
Figura 58	Tabela de Aglomerado Rural Isolado BCIM v5 – recorte para o Aglomerado Rural Isolado de Passagem dos Teixeiras (BA)	213
Figura 59	Identificação da localidade de Passagem dos Teixeiras nas versões v3 e v5 da BCIM	214
Figura 60	Planilha de trabalho inicial para localidades (recorte)	216
Figura 61	Planilha de trabalho final para localidades – recorte e detalhe para os anos de 1911, 1920, 1933 e 1940	216
Figura 62	Planilha de trabalho inicial para divisão dialetal – acidentes e localidades (recorte)	217
Figura 63	Cartograma base para a carta preliminar	218
Figura 64	Detalhe da Tabela Cidades da BCIM v.2, com a seleção da cidade de Feijó (AC)	219
Figura 65	Cartograma do Brasil com as sedes municipais da relação de Nascentes (1958) e a cidade de Feijó (AC) selecionada	219
Figura 66	Consulta à Tabela Cidades, com o filtro para as duas localidades do estado do Acre	220
Figura 67	Consulta à Tabela Capitais, com o filtro para a capital do estado do Acre	220
Figura 68	Cartograma do Brasil com as três cidades do Estado do Acre representadas	221
Figura 69	Cartograma do Brasil com atribuição da numeração às três cidades do Estado do Acre representadas	221
Figura 70	Detalhe da consulta feita acerca da cidade de Feijó (AC) para o ponto 2	222

Figura 71	Destaque para a representação de trecho da foz do Rio Mucuri, no estado da Bahia, e em primeiro plano, a Tabela da BCIM com os elementos selecionados	223
Figura 72	Detalhe da consulta feita a um ponto do Rio Mucuri	224
Figura 73	Pontos pertencentes ao DF (1958)	225
Figura 74	Mapa do Distrito Federal. (1909) com identificação dos bairros de Irajá, Paquetá e Governador	227
Figura 75	Portal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, com destaque para o acesso aos Bairros e ao Sistema de Informações Urbanas	228
Figura 76	Portal do SIURB (RJ) com indicação de acesso para <i>download</i> de dados	229
Figura 77	Tabela de dados para Paquetá – RJ (recorte)	229
Figura 78	Acesso ao Portal dos Bairros do Rio de Janeiro	230
Figura 79	Portal dos Bairros do Rio de Janeiro com destaque para o bairro da Barra da Tijuca	231
Figura 80	Detalhe Terminal Alvorada da Barra da Tijuca (RJ)	231
Figura 81	Informações de posicionamento sobre o Terminal Alvorada da Barra da Tijuca (RJ)	232
Figura 82	Localização do ponto na base cartográfica adotada	232
Figura 83	Numeração: repetições, ausências e quebra nas sequências – alguns exemplos	233
Figura 84	Topônimos: repetições em UF distintas – exemplo	234
Figura 85	Topônimos: abreviaturas e repetições na mesma UF – exemplo	235
Figura 86	Localidades com os mesmos topônimos em várias categorias da DPA e em UF distintas - recorte)	236
Figura 87	Localidades com o topônimo <i>Bela Vista</i> nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em diferentes categorias da DPA	237
Figura 88	Mapa do Estado de Alagoas (1909) com <i>zoom</i> para a localidade de Paulo Afonso (ponto 178)	241
Figura 89	Parte do trabalho de georreferenciamento de pontos do Estado de Goiás em mapa de 1950	242
Figura 90	Georreferenciamento da <i>Carta Geográfica do Estado de Goiás</i> de 1950	243
Figura 91	Utilização da ferramenta de transparência em trecho do território incharacterístico	245
Figura 92	Utilização da ferramenta de transparência em trecho do território incharacterístico – detalhe do Estado de Rondônia	245
Figura 93	Parte Norte do Estado de Goiás (1909) com destaque para serras citadas por Nascentes (1953)	246
Figura 94	Parte do Estado de Tocantins com detalhe para serras citadas por Nascentes (1953) sobre carta-base	247

Figura 95	Posto de combustível situado na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais no provedor de mapas <i>Google Maps</i>	249
Figura 96	Posto de combustível situado na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais no provedor de mapas <i>Google Maps</i> sobre imagem de satélite com destaque para a ponte	249
Figura 97	Posto de combustível situado na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais no provedor de mapas <i>Google Maps</i> sobre imagem de satélite ampliada com destaque para a ponte	250
Figura 98	Parte do histórico da cidade Mata Grande (AL) (IBGE, 2016) com referência à alteração toponímica da localidade de Paulo Afonso (Nascentes, 1958)	251
Figura 99	Localidades com numeração faltando ou repetida no Estado do Amazonas, no antigo Território do Rio Branco (hoje Estado de Roraima) e no Estado do Pará segundo Nascentes (1958)	254
Figura 100	Localidades com numeração repetida no Estado da Paraíba em Nascentes (1958)	255
Figura 101	Localidades com numeração repetida no Estado de Alagoas em Nascentes (1958)	255
Figura 102	Localidades com numeração repetida no Estado de São Paulo em Nascentes (1958)	256
Figura 103	Localidades com numeração repetida no Estado da Bahia em Nascentes (1958)	256
Figura 104	Localidades com os mesmos topônimos e numeração sequencial no Estado de Minas Gerais em Nascentes (1958)	257
Figura 105	Localidades com os mesmos topônimos e numeração sequencial no Estado do Paraná em Nascentes (1958)	257
Figura 106	Mapas utilizados para a identificação da localidade de Jatobá (PE), ponto 153	271
Figura 107	Mapas atuais com a localização da nova cidade de Jatobá (PE)	271
Figura 108	Recortes de mapas utilizados como referências para a localização de Porto de Souza (ES), ponto 243	272
Figura 109	Outros recortes de mapas utilizados como referências para a localização de Porto de Souza (ES), ponto 243	273
Figura 110	Mapas utilizados para a identificação e confirmação da localidade de Sta. Ana de Japuíba (RJ), ponto 266	273
Figura 111	Mapas utilizados para a identificação da localidade de Iguazu (RJ), ponto 268	274
Figura 112	Mapas atuais com as localidades Cava (ex-Iguazu) e a cidade de Nova Iguazu (RJ)	274
Figura 113	Recortes de mapas utilizados como referências para a localização de Porto Tibiriçá (ponto 355) e Porto Epitácio (ponto 356), em São Paulo	275
Figura 114	Recortes de mapas utilizados como referências para a localização do Porto Vargas, ponto 360	276
Figura 115	Recortes de mapas utilizados como referências para a localização de Ipueira (MG), ponto 466	276

Figura 116	Recortes de mapas para confirmação do ponto 528 (Campanhã, MG)	277
Figura 117	Recortes de mapas para confirmação do ponto 571, Piedade (GO)	278
Figura 118	Recortes de outros mapas para confirmação do ponto 571, Piedade (GO)	278
Figura 119	Recortes de mapas para confirmação do ponto 579, Pedra de Amolar (GO), hoje Tocantins	279
Figura 120	Estado do Acre: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	281
Figura 121	Estado do Acre: localidades com as respectivas numerações	282
Figura 122	Estado do Amazonas: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	284
Figura 123	Estado do Amazonas: localidades com as respectivas numerações	285
Figura 124	Estado de Roraima: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	286
Figura 125	Estado de Roraima: localidades com as respectivas numerações	287
Figura 126	Estado do Pará: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	289
Figura 127	Estado do Pará: localidades com as respectivas numerações	291
Figura 128	Estado do Amapá: localidades com as respectivas numerações	293
Figura 129	Estado do Maranhão: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	295
Figura 130	Estado do Maranhão: localidades com as respectivas numerações	297
Figura 131	Estado do Piauí: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	299
Figura 132	Estado do Piauí: localidades com as respectivas numerações	301
Figura 133	Estado do Ceará: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	303
Figura 134	Estado do Ceará: localidades com as respectivas numerações	305
Figura 135	Estado do Rio Grande do Norte: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	307
Figura 136	Estado do Rio Grande do Norte: localidades com as respectivas numerações	308
Figura 137	Estado da Paraíba: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	310
Figura 138	Estado da Paraíba: localidades com as respectivas numerações	311
Figura 139	Estado de Pernambuco: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração (inclui Fernando de Noronha)	314
Figura 140	Estado de Pernambuco: localidades com as respectivas numerações (inclui Fernando de Noronha)	316

Figura 141	Estado de Alagoas: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	318
Figura 142	Estado de Alagoas: localidades com as respectivas numerações	319
Figura 143	Estado de Sergipe: localidades com as respectivas numerações	322
Figura 144	Estado da Bahia: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	325
Figura 145	Estado da Bahia: localidades com as respectivas numerações	327
Figura 146	Estado do Espírito Santo: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	329
Figura 147	Estado do Espírito Santo: localidades com as respectivas numerações	331
Figura 148	Estado do Rio de Janeiro: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	335
Figura 149	Distrito Federal (1958): alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	336
Figura 150	Distrito Federal (1958): localidades com as respectivas numerações	338
Figura 151	Estado do Rio de Janeiro: localidades com as respectivas numerações	339
Figura 152	Estado de São Paulo: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	343
Figura 153	Estado de São Paulo: localidades com as respectivas numerações	345
Figura 154	Estado do Paraná: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	347
Figura 155	Estado do Paraná: localidades com as respectivas numerações	349
Figura 156	Estado de Santa Catarina: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	351
Figura 157	Estado de Santa Catarina: localidades com as respectivas numerações	353
Figura 158	Estado do Rio Grande do Sul: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	356
Figura 159	Estado do Rio Grande do Sul: localidades com as respectivas numerações	358
Figura 160	Estado de Minas Gerais: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	364
Figura 161	Estado de Minas Gerais: localidades com as respectivas numerações	367
Figura 162	Estados de Goiás e Tocantins: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	371
Figura 163	Estados de Goiás e Tocantins: localidades com as respectivas numerações	373
Figura 164	Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração	377

Figura 165	Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: localidades com as respectivas numerações	379
Figura 166	Estado de Rondônia: localidades com as respectivas numerações	381
Figura 167	Recorte da segunda versão da planilha inicial usada para controle da análise da divisão dialetal (trecho referente à descrição do limite Norte-Sul)	383
Figura 168	Recorte de outra versão da planilha inicial usada para controle da análise da divisão dialetal (trecho referente à descrição do limite Norte-Sul)	383
Figura 169	Recortes de mapas para identificação da localidade de Arrependidos (1777-1909)	387
Figura 170	Recortes de mapas para identificação da localidade de Arrependidos (1923-1939)	387
Figura 171	Recortes de mapas para identificação dos Rios Cariaí, Xingu, Fresco, foz do Rio Aquiqui e Foz do Rio dos Araés	388
Figura 172	Recortes de mapas para identificação dos Rios Verde, Madeira, Jiparaná, Uruguatás e Três Barras	389
Figura 173	Recortes de mapas para identificação das Serras do Estrondo, dos Javaés, dos Chavantes, do Fanha e Pilar	390
Figura 174	Recortes de mapas para identificação das Serras do Estrondo, dos Javaés, do Fanha e Pilar	390
Figura 175	Recorte de mapa do Estado do Mato Grosso com detalhe da Serra e da Cordilheira dos Parecis	391
Figura 176	Recorte de mapa do Estado de Minas Gerais com detalhe da Serra da Mata da Corda	392
Figura 177	Cartograma dos Estados de Tocantins e Goiás com os limites dos subfalares e destaque para registro das cumeadas das serras	393
Figura 178	Mapa com o registro dos limites dos subfalares e do limite Norte/Sul, com destaque para registro das cumeadas das serras	394
Figura 179	Mapa de trabalho para definição dos subfalares incluídos no Estado de Minas Gerais sobre Zonas Fisiográficas de 1942	395
Figura 180	Mapa de trabalho para definição dos subfalares incluídos no Estado de Minas Gerais sobre Zonas Fisiográficas de 1950	396
Figura 181	Detalhe de mapa de trabalho da superposição das Zonas Fisiográficas de 1942 e 1950 para definição dos subfalares incluídos no Estado de Minas Gerais	397
Figura 182	Detalhe de mapa de trabalho para definição da linha Norte/Sul (recorte dos trechos contidos no Estado de Goiás e parte no de Mato Grosso e divisa de Goiás com Minas Gerais)	398
Figura 183	Recorte de parte da planilha de trabalho correspondente aos trechos contidos no Estado de Goiás e parte no de Mato Grosso e divisa de Goiás com Minas Gerais)	399

Figura 184	Recorte de parte da planilha de trabalho correspondente aos trechos contidos no Estado de Goiás e parte no de Mato Grosso e divisa de Goiás com Minas Gerais) contendo detalhes da descrição, variação toponímica e outras informações complementares	399
Figura 185	Comparação entre descrição e traçado sobre Cartograma do Brasil de Nascentes (1953)	400
Figura 186	Cartograma representativo do trecho 1 do limite Norte/Sul correspondente aos segmentos entre a foz do Rio Mucuri (v1) na Bahia (Oceano Atlântico) e a ponte sobre o Rio São Marcos (v17 – Arrependidos), na divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás	403
Figura 187	Parte do quadro final do limite Norte/Sul correspondente aos segmentos do trecho 1, entre a foz do Rio Mucuri (v1) e a ponte sobre o Rio São Marcos (v17 – Arrependidos), na divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás, com os vértices definidores acompanhados das respectivas coordenadas geográficas no sistema oficial adotado e topônimos atualizados segundo o IBGE em 2016	403
Figura 188	Cartograma representativo do trecho 2 do limite Norte/Sul correspondente aos segmentos entre a ponte sobre o Rio São Marcos (v17 – Arrependidos) na divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás, e o v28, Rio Verde, na divisa de Mato Grosso com a Bolívia	404
Figura 189	Parte do quadro final do limite Norte/Sul correspondente aos segmentos do trecho 2, entre a ponte sobre o Rio São Marcos (v17 – Arrependidos) na divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás e o v28, Rio Verde, na divisa de Mato Grosso com a Bolívia, com os vértices definidores acompanhados das respectivas coordenadas geográficas no sistema oficial adotado e topônimos atualizados segundo o IBGE em 2016	404
Figura 190	Cartograma representativo da totalidade do limite Norte/Sul, da Foz do Rio Mucuri a Vila Bela da Santíssima Trindade	405
Figura 191	Cartograma representativo do Território Incaracterístico (visão integral contendo as duas alternativas e o trecho comum)	406
Figura 192	Cartograma representativo da alternativa 1 para o Território Incaracterístico segundo Nascentes (1953)	408
Figura 193	Cartograma representativo da alternativa 2 para o Território Incaracterístico segundo Nascentes (1953)	410
Figura 194	Cartograma representativo dos limites comuns às duas alternativas para o Território Incaracterístico, no trecho 1 (v33 a v41)	412
Figura 195	Parte do quadro final correspondente à alternativa 2 para o trecho comum das duas alternativas para o Território Incaracterístico, no trecho 1 (v33 a v41)	412

Figura 196	Cartograma representativo dos limites comuns às duas alternativas para o Território Incaracterístico, no trecho 2 (v41 a v26)	413
Figura 197	Parte do quadro final correspondente para o trecho comum das duas alternativas para o Território Incaracterístico, no trecho 2 (v41 a v26)	413
Figura 198	Cartograma representativo do Território Incaracterístico	414
Figura 199	Cartograma representativo do subfalar amazônico	416
Figura 200	Cartograma representativo de detalhe do subfalar amazônico, no limite com o subfalar nordestino	417
Figura 201	Cartograma representativo do subfalar nordestino	419
Figura 202	Cartograma representativo de detalhe do subfalar nordestino, no limite com o subfalar amazônico	421
Figura 203	Cartograma representativo do subfalar baiano	422
Figura 204	Cartograma representativo de detalhe do subfalar baiano, nos limites com os subfalares mineiro e partes do sulista e do fluminense	423
Figura 205	Cartograma representativo de detalhe do subfalar baiano, nos limites com os subfalares sulista e Território Incaracterístico	423
Figura 206	Cartograma representativo do subfalar fluminense	425
Figura 207	Cartograma representativo do subfalar mineiro	427
Figura 208	Cartograma representativo do subfalar sulista	429
Figura 209	Cartograma representativo de detalhe do subfalar sulista, nos limites com os subfalares fluminense, mineiro e baiano	430
Figura 210	Cartograma representativo de detalhe do subfalar sulista, nos limites com os subfalares baiano e Território Incaracterístico	430
Figura 211	Mapa final do registro cartográfico da divisão dialetal de Nascentes (1953) sobre base cartográfica de 2016	432

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Exemplos de isolinhas e as variáveis que representam	49
Quadro 2	Obras e iniciativas significativas na dialetologia do séc. XVIII	57
Quadro 3	Obras e iniciativas significativas da dialetologia e geolinguística no século XIX	58
Quadro 4	Atlas internacionais e obras publicados na primeira metade do séc. XX	68
Quadro 5	Atlas internacionais publicados na segunda metade do séc. XX	70
Quadro 6	Atlas internacionais publicados nos primeiros anos do séc. XXI	71
Quadro 7	Produções que marcaram a 1ª fase dos estudos dialetais no Brasil (1826 a 1920)	73
Quadro 8	Produções que marcaram a 2ª fase dos estudos dialetais no Brasil (1920 a 1952)	74
Quadro 9	Produções que marcaram a 3ª fase dos estudos dialetais no Brasil (1952 a 1996)	77
Quadro 10	Algumas produções que marcaram a 4ª fase dos estudos dialetais no Brasil (1996 a 2017)	78
Quadro 11	Proposta de periodização dos estudos dialetais no Brasil segundo Teles	81
Quadro 12	O pensamento geográfico em fins do século XIX e no século XX	123
Quadro 13	Quadro comparativo dos tipos de informações e aplicações conforme o produto cartográfico	137
Quadro 14	Quadro das informações, aplicabilidades, vantagens e desvantagens conforme o tipo de carta digital	142
Quadro 15	Quadro comparativo das categorias de informação presentes nas versões 3 e 4 da BCIM	152
Quadro 16	Quadro comparativo das categorias de informação da EDGV e as contempladas na versão 4 da BCIM	152
Quadro 17	Brasil – Divisões Regionais (1913 a 2017)	182
Quadro 18	Topônimos com mais de uma ocorrência dentre os pontos de Nascentes (1958)	253
Quadro 19	Total de localidades por categoria em cada versão da BCIM	258
Quadro 20	Topônimos com abreviações em formas de tratamento	260
Quadro 21	Topônimos com diferenças gráficas no uso do acento e de outros diacríticos	261
Quadro 22	Topônimos com diferenças nas preposições	261
Quadro 23	Topônimos registrados com trocas ou supressão de letras	262

Quadro 24	Topônimos com diferenças gráficas, decorrentes de reformas ortográficas	262
Quadro 25	Topônimos com letras duplas, ausência de preposição e outras alterações	263
Quadro 26	Alterações parciais de topônimos (AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, BA)	263
Quadro 27	Alterações parciais de topônimos (RJ, SP, PR, SC, RS, MG, GO, MT)	264
Quadro 28	Topônimos com mais de uma ocorrência na mesma UF de Nascentes	266
Quadro 29	Alterações totais de topônimos	267
Quadro 30	Estado do Acre: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), e com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	281
Quadro 31	Estado do Acre: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), e com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	282
Quadro 32	Estado do Amazonas: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	283
Quadro 33	Estado do Amazonas: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	285
Quadro 34	Estado de Roraima: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	286
Quadro 35	Estado de Roraima: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	287
Quadro 36	Estado do Pará: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	288
Quadro 37	Estado do Pará: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	290
Quadro 38	Estado do Amapá: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	292

Quadro 39	Estado do Amapá: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	292
Quadro 40	Estado do Maranhão: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	294
Quadro 41	Estado do Maranhão: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	296
Quadro 42	Estado do Piauí: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	298
Quadro 43	Estado do Piauí: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	300
Quadro 44	Estado do Ceará: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	302
Quadro 45	Estado do Ceará: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	304
Quadro 46	Estado do Rio Grande do Norte: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	306
Quadro 47	Estado do Rio Grande do Norte: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	308
Quadro 48	Estado da Paraíba: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	309
Quadro 49	Estado do Paraíba: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	311

Quadro 50	Estado de Pernambuco: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016 (inclui Fernando de Noronha)	313
Quadro 51	Estado de Pernambuco: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016 (inclui Fernando de Noronha)	315
Quadro 52	Estado de Alagoas: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	317
Quadro 53	Estado de Alagoas: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	319
Quadro 54	Estado de Sergipe: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	320
Quadro 55	Estado de Sergipe: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	321
Quadro 56	Estado da Bahia: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	323
Quadro 57	Estado da Bahia: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	326
Quadro 58	Estado do Espírito Santo: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	328
Quadro 59	Estado do Espírito Santo: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	330
Quadro 60	Estado do Rio de Janeiro: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	333

Quadro 61	Distrito Federal (1958), com destaque para os pontos 293 a 303: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	335
Quadro 62	Distrito Federal (1958): topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	336
Quadro 63	Distrito Federal (1958): topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos, segundo o SIURB	337
Quadro 64	Distrito Federal (1958): topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	337
Quadro 65	Estado do Rio de Janeiro: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	338
Quadro 66	Estado de São Paulo: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	340
Quadro 67	Estado de São Paulo: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	344
Quadro 68	Estado do Paraná: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	346
Quadro 69	Estado do Paraná: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	348
Quadro 70	Estado de Santa Catarina: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	350
Quadro 71	Estado de Santa Catarina: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	352
Quadro 72	Estado do Rio Grande do Sul: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	354

Quadro 73	Estado do Rio Grande do Sul: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	357
Quadro 74	Estado de Minas Gerais: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	359
Quadro 75	Estado de Minas Gerais: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	365
Quadro 76	Estado de Goiás: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	369
Quadro 77	Parte do Estado de Goiás (1958) hoje Tocantins: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	370
Quadro 78	Estado de Goiás: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	372
Quadro 79	Estado do Tocantins: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	372
Quadro 80	Estado de Mato Grosso: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	375
Quadro 81	Estado de Mato Grosso do Sul: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	376
Quadro 82	Estado de Mato Grosso: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	378
Quadro 83	Estado de Mato Grosso do Sul: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	378

Quadro 84	Estado de Rondônia: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016	380
Quadro 85	Estado de Rondônia: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	380
Quadro 86	Limite Norte/Sul, da Foz do Rio Mucuri (Oceano Atlântico), a Vila Bela da Santíssima Trindade segundo Nascentes (1953) e prolongado até o Rio Verde, com os vértices definidores acompanhados das respectivas coordenadas geográficas no sistema oficial adotado e topônimos atualizados segundo o IBGE em 2016	405
Quadro 87	Quadro final correspondente à alternativa 1 para o Território Incaracterístico segundo Nascentes (1953)	408
Quadro 88	Quadro final correspondente à alternativa 2 para o Território Incaracterístico segundo Nascentes (1953)	410
Quadro 89	Território Incaracterístico no trecho comum às duas alternativas de traçado, com os vértices definidores acompanhados das respectivas coordenadas geográficas no sistema oficial adotado e topônimos atualizados segundo o IBGE em 2016	415
Quadro 90	Vértices definidores dos limites do subfalar amazônico segundo Nascentes (1953), com topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	418
Quadro 91	Vértices definidores dos limites do subfalar nordestino segundo Nascentes (1953), com topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	420
Quadro 92	Vértices definidores dos limites do subfalar baiano segundo Nascentes (1953), com topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	424
Quadro 93	Vértices definidores dos limites do subfalar fluminense, segundo Nascentes (1953), com topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	426
Quadro 94	Vértices definidores dos limites do subfalar mineiro, segundo Nascentes (1953), com topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	428
Quadro 95	Vértices definidores dos limites do subfalar sulista, segundo Nascentes (1953), com topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	431

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	38
2	FUNDAMENTOS LINGUÍSTICOS	46
2.1	LÍNGUA, DIALETO, FALAR	46
2.2	DIALETOLOGIA E GEOLINGUÍSTICA NO MUNDO	56
2.3	DIALETOLOGIA E GEOLINGUÍSTICA NO BRASIL	71
2.3.1	Dos primeiros trabalhos à publicação do <i>Atlas Linguístico do Brasil</i>	71
2.3.2	A publicação do <i>Atlas Linguístico do Brasil</i>: o início de uma 5ª fase?	79
2.3.3	As regiões dialetais propostas	81
2.3.3.1	Proposta de Julio Ribeiro (1881)	83
2.3.3.2	Proposta de João Ribeiro (1900)	84
2.3.3.3	Proposta de Rodolpho Garcia (1915)	88
2.3.3.4	Proposta de Renato Mendonça (1936)	90
2.3.3.5	As Geografias de Eugenio de Castro (1941)	93
2.3.3.6	Proposta de Joaquim Ribeiro [194-]	95
2.3.3.7	As Regiões Culturais de Manuel Diégues Júnior (1960)	96
2.3.3.8	As Regiões de Sílvio Elia (1975 [1963])	97
2.3.3.9	Antenor Nascentes – 1922 e 1953, passando por 1933...	99
3	GEOGRAFIA, CARTOGRAFIA E AS TÉCNICAS DE MAPEAMENTO	115
3.1	O PAPEL DA GEOGRAFIA	115
3.2	O PAPEL DA CARTOGRAFIA	116
3.3	UM POUCO DE HISTÓRIA: A GEOGRAFIA, A CARTOGRAFIA E A EVOLUÇÃO DAS TÉCNICAS	118
3.4	BASE CARTOGRÁFICA	135
3.4.1	Definições e indicadores	135
3.4.2	Base cartográfica para SIG	141
3.5	A CARTOGRAFIA MODERNA E A CARTOGRAFIA HISTÓRICA	142
3.5.1	A Cartografia do Século XXI	143
3.5.2	Cartografia Histórica	154
3.6	A DIVISÃO TERRITORIAL BRASILEIRA (DTB) E A DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (DPA)	163
3.6.1	As divisões atuais	164
3.6.2	A evolução da divisão territorial e político-administrativa	172
3.6.3	As áreas em litígio	185

3.6.3.1	O litígio entre PR e SC	186
3.6.3.2	O litígio entre MG e ES	188
3.6.3.3	O litígio entre CE e PI	192
3.6.3.4	Os litígios atuais	193
3.7	OS NOMES GEOGRÁFICOS E A TOPONÍMIA	194
3.7.1	Os nomes geográficos no Brasil	199
3.7.2	O Centro de Referência em Nomes Geográficos e o Banco de Nomes Geográficos do Brasil	201
3.7.3	Transformando o topônimo num geônimo: como georreferenciar o nome geográfico	205
3.7.4	Outras fontes de informações	205
4	METODOLOGIA	208
4.1	AS PRIMEIRAS DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS	208
4.1.1	A Escolha da Base Cartográfica e do programa de geração da cartografia	210
4.1.2	Os pontos de partida: a elaboração da planilha e da carta base preliminar	215
4.1.2.1	A elaboração da planilha	215
4.1.2.2	A elaboração da carta base preliminar	217
4.2	A IDENTIFICAÇÃO DAS LOCALIDADES	224
4.2.1	Os pontos atribuídos ao Distrito Federal (1958)	225
4.2.2	Outras situações especiais	233
4.2.3	A pesquisa documental	238
4.2.3.1	A pesquisa e os registros a partir dos mapas e atlas adotados	239
4.2.3.2	Os documentos textuais de referência	247
5	ANÁLISE E RESULTADOS	252
5.1	A IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DOS INQUÉRITOS DA SUGESTÃO DE NASCENTES (1958)	252
5.1.1	Trabalhos preliminares: análise do documento e preparação da listagem publicada	252
5.1.1.1	Problemas de numeração: ausência, descontinuidade, duplicidade	254
5.1.1.2	Repetição de topônimos associados a números distintos, numa mesma UF	256
5.1.2	A pesquisa na base BCIM do IBGE: primeiros resultados e primeiras dificuldades	257
5.1.2.1	Alterações nos topônimos originais	259

5.1.2.2	Multiplicidade de topônimos originais	265
5.1.3	A pesquisa na base BCIM do IBGE associada a outras fontes documentais na busca pelas localidades não identificadas	269
5.2	DETALHAMENTO E ANÁLISE POR UF	280
5.2.1	Estado do Acre (Território do Acre – 1913 a 1962)	281
5.2.1.1	Análises e resultados preliminares	281
5.2.1.2	Resultado final	282
5.2.2	Estado do Amazonas	283
5.2.2.1	Análises e resultados preliminares	283
5.2.2.2	Resultado final	285
5.2.3	Estado de Roraima (Território do Rio Branco, de 1943 a 1962; Território de Roraima, de 1962 a 1988)	286
5.2.3.1	Análises e resultados preliminares	286
5.2.3.2	Resultado final	287
5.2.4	Estado do Pará	288
5.2.4.1	Análises e resultados preliminares	288
5.2.4.2	Resultado final	290
5.2.5	Estado do Amapá (Território do Amapá, de 1943 a 1988)	292
5.2.5.1	Análises e resultados preliminares	292
5.2.5.2	Resultado final	292
5.2.6	Estado do Maranhão	294
5.2.6.1	Análises e resultados preliminares	294
5.2.6.2	Resultado final	296
5.2.7	Estado do Piauí	298
5.2.7.1	Análises e resultados preliminares	298
5.2.7.2	Resultado final	300
5.2.8	Estado do Ceará	302
5.2.8.1	Análises e resultados preliminares	302
5.2.8.2	Resultado final	304
5.2.9	Estado do Rio Grande do Norte	306
5.2.9.1	Análises e resultados preliminares	306
5.2.9.2	Resultado final	308
5.2.10	Estado da Paraíba	309
5.2.10.1	Análises e resultados preliminares	309

5.2.10.2	Resultado final	311
5.2.11	Estado de Pernambuco – inclui o Distrito Estadual de Fernando de Noronha (Território Federal até 1988)	312
5.2.11.1	Análises e resultados preliminares	313
5.2.11.2	Resultado final	315
5.2.12	Estado de Alagoas	317
5.2.12.1	Análises e resultados preliminares	317
5.2.12.2	Resultado final	319
5.2.13	Estado de Sergipe	320
5.2.13.1	Análises e resultados preliminares	320
5.2.13.2	Resultado final	321
5.2.14	Estado da Bahia	323
5.2.14.1	Análises e resultados preliminares	323
5.2.14.2	Resultado final	326
5.2.15	Estado do Espírito Santo	328
5.2.15.1	Análises e resultados preliminares	328
5.2.15.2	Resultado final	330
5.2.16	Estado do Rio de Janeiro - inclui a cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal até 1960)	332
5.2.16.1	Análises e resultados preliminares	333
5.2.16.2	Resultado final	338
5.2.17	Estado de São Paulo	340
5.2.17.1	Análises e resultados preliminares	340
5.2.17.2	Resultado final	344
5.2.18	Estado do Paraná	346
5.2.18.1	Análises e resultados preliminares	346
5.2.18.2	Resultado final	348
5.2.19	Estado de Santa Catarina	350
5.2.19.1	Análises e resultados preliminares	350
5.2.19.2	Resultado final	352
5.2.20	Estado do Rio Grande do Sul	354
5.2.20.1	Análises e resultados preliminares	354
5.2.20.2	Resultado final	357
5.2.21	Estado de Minas Gerais	359

5.2.21.1	Análises e resultados preliminares	359
5.2.21.2	Resultado final	365
5.2.22	Estado de Goiás (até 1988) e Estados de Goiás e Tocantins (a partir de 1988)	368
5.2.22.1	Análises e resultados preliminares	369
5.2.22.2	Resultado final	372
5.2.23	Estado de Mato Grosso (até 1988); Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul (a partir de 1988)	374
5.2.23.1	Análises e resultados preliminares	375
5.2.23.2	Resultado final	378
5.2.24	Estado de Rondônia (Território do Guaporé, 1943-1956; Território de Rondônia, 1962-1981)	380
5.2.24.1	Análises e resultados preliminares	380
5.2.24.2	Resultado final	380
5.3	ANÁLISE RELATIVA À DESCRIÇÃO DOS LIMITES DOS FALARES (NASCENTES, 1953)	382
5.3.1	Preparação da planilha de trabalho e da carta base	382
5.3.2	Análises e resultados preliminares	384
5.3.3	Conclusão da análise e resultados finais	401
5.3.3.1	O limite Norte/Sul	401
5.3.3.2	O Território Incaracterístico	406
5.3.3.2.1	<i>O Território Incaracterístico a partir da descrição dos limites: alternativa 1</i>	407
5.3.3.2.2	<i>O Território Incaracterístico a partir da representação dos limites: alternativa 2</i>	409
5.3.3.2.3	<i>O Território Incaracterístico: limite comum às duas alternativas</i>	411
5.3.3.3	O subfalar amazônico	416
5.3.3.4	O subfalar nordestino	419
5.3.3.5	O subfalar baiano	422
5.3.3.6	O subfalar fluminense	425
5.3.3.7	O subfalar mineiro	427
5.3.3.8	O subfalar sulista	428
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	433
	REFERÊNCIAS	437

APÊNDICE A - Mapa com todas as localidades referenciadas no documento Nascentes (1958) atualizadas sobre base cartográfica do IBGE (2016)	448
APÊNDICE B - Quadro com todas as localidades referenciadas no documento Nascentes (1958), em ordem alfabética, com numeração final ajustada, categoria na DPA e UF, topônimos atuais, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	449
APÊNDICE C - Quadro com todas as localidades referenciadas no documento nascentes (1958), em ordem numérica crescente, com numeração final ajustada, topônimos atuais e UF segundo o IBGE em 2016	463
APÊNDICE D – Sugestões para a substituição de localidades não mais existentes	479
APÊNDICE E - Mapa com todos os vértices definidores dos limites dos subfalares descritos no documento Nascentes (1953) sobre base cartográfica do IBGE (2016)	480
APÊNDICE F - Quadro com todos os vértices definidores dos limites dos subfalares descritos no documento Nascentes (1953) com topônimos atualizados, UF, natureza geográfica, limites com outros falares e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016	481

1 INTRODUÇÃO

Esta tese tem início com a resposta a duas perguntas que a maioria das pessoas que têm acesso a ela já devem ter feito. A primeira delas é: qual o interesse que uma Engenheira teria em se debruçar em assuntos de Linguística a ponto de escolher essa área para a obtenção de um título que exige do proponente um sólido embasamento teórico na área da produção do objeto de estudo, o que, no caso, demandaria um esforço muito maior do que aquele necessário para a execução da pesquisa, caso fosse na sua área do conhecimento. A segunda delas é: qual o interesse de um Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura em ter uma Engenheira dentro do seu quadro discente? Ou ainda: qual a contribuição do objeto da tese à área de conhecimento do Programa? Apesar de, num primeiro momento, parecer que não há qualquer ligação, o interesse é recíproco. Nos estudos linguísticos (diversidade linguística), além dos aspectos próprios da língua, interessam ao pesquisador as questões associadas a como, quando e, especialmente, onde as realizações acontecem. Na elaboração de uma cartografia temática, é fundamental que o Engenheiro entenda o objeto de estudo daqueles que a demandam.

Para essa escolha, foi decisiva a minha vinculação ao *Projeto Atlas Linguístico do Brasil; Projeto ALiB*¹, inicialmente voluntária (a partir de 2004) e formalizada a partir de 2005, quando passei a integrar a Comissão de Informatização e Cartografia² (CIC), sendo responsável pelas atividades inerentes às questões cartográficas, tanto aquelas relativas à elaboração das cartas quanto as referentes às questões da rede de pontos, fosse pela necessidade de dar-lhes o tratamento adequado para viabilizar a sua inserção no banco de dados do ALiBWEB³, fosse pela necessidade de sugerir novas localidades que atendessem às exigências de cunhos linguísticos e geográficos quando houve a necessidade de substituir, por questões metodológicas, alguns pontos originalmente definidos.

¹ Projeto ALiB – Projeto de caráter nacional que tem por meta a realização de um atlas geral do Brasil no que diz respeito à língua portuguesa.

² Comissão de Informatização e Cartografia, CIC, comissão composta inicialmente pelas docentes Silvana Soares Costa Ribeiro do Departamento de Letras Vernáculas do Instituto de Letras da UFBA, Ana Regina Torres Ferreira Teles do Departamento de Engenharia de Transportes e Geodésia da Escola Politécnica da UFBA e Daniela Barreiro Claro do Departamento de Ciência da Computação do Instituto de Matemática e Estatística da UFBA.

³ ALiBWEB – sistema de informação computacional interdisciplinar proposto para gerenciar os documentos obtidos nos inquéritos no Projeto ALiB desenvolvido sob a coordenação da Profa. Daniela Barreiro Claro e com envolvimento das demais docentes da CIC.

Docente concursada do quadro permanente da Universidade Federal da Bahia (UFBA) desde 1983, lotada no então Departamento de Transportes da Escola Politécnica – DT (hoje, Departamento de Engenharia de Transportes e Geodésia – DETG), ao envolver-me com o Projeto ALiB e ter-me fascinado com a Dialectologia e a Geolinguística, percebi a probabilidade de praticar, plenamente, na sua essência, um projeto inter e transdisciplinar, englobando alunos de vários cursos, especialmente os de Engenharia e de Geografia com os de Letras e de Ciência da Computação.

Além do novo direcionamento dado às minhas leituras e estudos, senti a necessidade, como citado anteriormente, de suprir as deficiências decorrentes da não formação na área.

Inscrevi-me como aluna especial em duas disciplinas do então Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística: LET675 (Variação Linguística: Teorias e Métodos), ministrada pela professora Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso, e LET676 (Variação Social do Português no Brasil), com a professora Jacyra Andrade Mota, além de ter participado de cursos de menor duração, nem por isso menos importantes nesse processo de construção do meu raciocínio agora voltado para a área da Linguística, além da convivência com professores e alunos de Letras (em atividades do próprio Projeto assim como em eventos dentro e fora da UFBA).

Foi então que tive a oportunidade de conhecer algumas obras e alguns dos maiores autores e estudiosos da Dialectologia. Dentre eles, destaco no momento, Antenor Nascentes, autor dos dois documentos objetos de análise desta tese. Antes de comentar os documentos convém apresentá-lo em breves palavras, especialmente aos leitores que não tem familiaridade com a área Linguística.

Antenor de Veras Nascentes nasceu no Rio de Janeiro em 1886 e faleceu em 1972. Filólogo e linguista, ao longo dos 87 anos de vida, sempre esteve sintonizado com a ciência e as ideias do seu tempo. Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II do Rio de Janeiro em 1902, então o maior centro de humanidades do Brasil (ainda não haviam sido criadas as faculdades de Letras). Posteriormente, em 1908, graduou-se em Direito na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Além de lecionar no Colégio D. Pedro II, foi docente da antiga Universidade do Distrito Federal, da Faculdade de Filosofia do Estado da Guanabara, da Faculdade de Filosofia do Estado do Rio de Janeiro e também na Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Deixou obras

de natureza didática e filológica reconhecidamente importantes nas quais aborda as questões relativas ao nosso idioma incluindo desde as suas origens até as manifestações regionais, levando-o a se interessar e pesquisar no campo da Geografia Linguística. Dedicou-se com afinco ao estudo do léxico da língua portuguesa deixando um grande legado também no campo lexicográfico. Não deixou de preocupar-se também com as questões de ortografia, sintaxe e fraseologia.

Esses fatores (a participação no Projeto ALiB e as aulas da Pós-Graduação) concorreram para a criação, em 2006, do **Projeto Nascentes**, sob minha coordenação, no âmbito do meu departamento de lotação, cujos objetivos são quase os mesmos da tese: resgatar e atualizar duas propostas feitas por Nascentes: a divisão dialetal do Brasil apresentada em *O linguajar carioca* (NASCENTES, 1953) e a rede de pontos sugerida em *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (NASCENTES, 1958; 1961). Juntos, os dois documentos promovem um melhor aproveitamento da totalidade da proposta de Antenor Nascentes.

Por se tratar de dois documentos distintos, serão apresentados em seguida, separada e resumidamente.

Acerca da divisão dialetal, a importância do primeiro documento está no fato de que, apesar de outras propostas terem sido formuladas⁴, apresentando não necessariamente todas em conjunto ou mesmo nessa ordem, critérios geográficos, históricos e linguísticos, a de Antenor Nascentes (NASCENTES, [192-]; 1933; 1953⁵) é a mais citada, referenciada e tem servido como base para quase todos os estudos de natureza geolinguística que buscam confirmar e atestar a pertinência dessa divisão nos dias atuais, identificando novas áreas dialetais e, conseqüentemente, novas divisões ou subdivisões. Apesar da inserção de um *mapa*⁶ às páginas 18-19 (NASCENTES, 1953), Figura 1, este é de pouca valia já que não há como nele identificar, com segurança, os elementos contidos na descrição textual dos limites

⁴ As divisões dialetais propostas por Júlio Ribeiro (1891), Maximino Maciel (19--), João Ribeiro (1900) e Rodolfo Garcia (1915) foram descritas e comentadas por Serafim da Silva Neto em matéria do jornal *A Manhã* (SILVA NETO, 1950).

⁵ Trata-se da segunda edição. A primeira, cujo título é *O linguajar carioca em 1922*, foi publicada em [192-].

⁶ Embora usualmente referido como *mapa*, na realidade, com base na ciência cartográfica, trata-se de um *cartograma*, termo adequado para referir-se a um documento cartográfico que se restringe a representar, de forma esquemática, informações quantitativas e qualitativas de eventos geográficos, cartográficos e socioeconômicos.

demarcadores de regiões ou de áreas dialetais, salvo os contornos dos limites políticos dos Estados da Federação à época da sua elaboração.

Figura 1 – Divisão dialetal do Brasil segundo Nascentes (1953)



Fonte: Nascentes (1953, p. 18-19).

O segundo documento é o estudo *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (NASCENTES, 1958; 1961), no qual são elencadas as localidades por ele consideradas como mais representativas para a constituição de uma rede de pontos para estudos dialetais no Brasil, também usado para confirmar ou recusar a proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953). Na fundamentação teórica de, praticamente, todos os atlas regionais, inclusive do *Atlas Lingüístico do Brasil, ALiB*, existe a preocupação em honrar as propostas de Antenor Nascentes, vistas em seus dois trabalhos, seja através da eleição de localidades, seja pela escolha de outras tantas que, se supõe, contemplem as áreas dialetais por ele estabelecidas. Também este documento apresenta algumas especificidades que tornam o seu uso, tal e qual disponibilizado, difícil de ser consultado e utilizado como referência. Dentre elas podem ser citadas a existência de pontos com numeração repetida, outros que não pertencem às unidades da federação associadas e outros que tiveram alteração toponímica, seja parcial ou total.

Resumindo, Antenor Nascentes, ao apresentar a divisão dialetal em *O linguajar carioca* (NASCENTES, 1953), seja através do "mapa", seja através da descrição dos limites, não ofereceu informações suficientes que permitam ao pesquisador assegurar por onde passam as linhas divisórias das regiões ou áreas dialetais, além do fato de algumas linhas registradas no "mapa" não corresponderem plenamente à descrição feita.

As informações acerca dos pontos conforme sugeridos, listados e publicados por Antenor Nascentes em *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (NASCENTES, 1958; 1961) não são, por si só, suficientes para proporcionar o embasamento necessário aos estudos geolinguísticos, por apresentarem equívocos na nomeação, na indicação de localização e na numeração (independentemente da divisão política do Brasil e da alteração de topônimos) e por não permitirem que se faça uma correspondência precisa das localidades atuais.

As alterações contínuas da paisagem do espaço brasileiro, decorrentes do dinamismo do seu desenvolvimento social e econômico, fazem com que as informações produzidas estejam constantemente mudando. O uso inadequado dessas informações acaba comprometendo o resultado final de um trabalho elaborado nessas condições.

O uso potencial, pleno, de toda a informação produzida só pode ser alcançado se os usuários adotarem a base geográfica oficial como base para seus trabalhos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como órgão do Sistema Cartográfico Nacional e coordenador do mapeamento geográfico vem, desde a sua criação, aprimorando as metodologias de trabalho com a incorporação de novas tecnologias, mantendo, assim, a produção e a disseminação de bases cartográficas de referência do território nacional, continuamente atualizadas e, principalmente, garantindo o acesso de todos os usuários da informação geográfica, gratuitamente, a quase todos os seus produtos.

Desta forma, por se tratar de um trabalho que usará recursos, ferramentas e métodos de uma ciência para consolidar teorias de outra ciência, serão necessários aportes teóricos de ambas: para a Cartografia – as teorias da Cartografia Histórica, da Cartografia Automatizada e dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) – e para a Linguística – a Dialetoлогия e a Toponímia –, já que não é mais admissível a elaboração de qualquer documento cartográfico sem que as referências toponímicas estejam devidamente associadas ao Banco de Nomes Geográficos do Brasil (BNGB).

A proposta desta tese é utilizar os recursos das geotecnologias associados à pesquisa documental à luz da Cartografia contemporânea e da Geolinguística para reproduzir e registrar as propostas feitas por Nascentes nos dois estudos: a divisão dialetal descrita em *O linguajar carioca* (NASCENTES, 1953) e os pontos de pesquisa sugeridos por ele em *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (NASCENTES, 1958; 1961).

Definem-se, assim, os objetivos gerais:

- a) Registrar, em ambiente SIG, a divisão dialetal de Antenor Nascentes (ou as alternativas possíveis para essa divisão) apresentada na segunda edição de *O linguajar carioca*, publicada em 1953;
- b) Identificar e registrar (em ambiente SIG) os pontos sugeridos por Antenor Nascentes em *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, obra publicada em 1958 e em 1961;
- c) Fornecer aos linguistas e, sobretudo, aos dialetólogos uma base cartográfica com os produtos consolidados em *a* e *b*;
- d) Fornecer, com base na localização, sugestões para a substituição dos pontos não mais existentes.

A tese é apresentada em um volume com seis seções, incluída esta *Introdução*.

Na seção 2, *Fundamentos Linguísticos*, são trabalhadas as questões pertinentes à Linguística, contemplando, além de conceitos básicos, um histórico da Dialetologia e da Geolinguística no mundo e no Brasil.

Na seção 3, *Geografia, Cartografia e as Técnicas de Mapeamento*, são apresentadas as relações existentes entre a Geografia, a Cartografia e a relevância teórica e social dos mapas nos processos de tomada de decisão, como também a evolução das técnicas utilizadas desde a Antiguidade até os dias atuais. Discutem-se, ainda, a base cartográfica e as técnicas utilizadas na sua elaboração, com destaque para as bases voltadas para o uso em *Sistemas de Informações Geográficas* (SIG), os sistemas de projeção cartográfica e o *Sistema Geodésico Brasileiro* (SGB). De 1953 aos dias atuais, a divisão política do Brasil sofreu várias alterações, com a criação de novos estados a partir da divisão de alguns deles, extinção da classificação *território* com alguns transformados em estados e um deles como distrito estadual (Fernando de Noronha), como também por conta da redefinição de algumas fronteiras em decorrência

de áreas em litígio. Por este motivo, conclui-se a seção com a discussão sobre a *Divisão Territorial Brasileira* (DTB) e a *Divisão Político Administrativa* (DPA) e sobre os nomes geográficos e a Toponímia.

A seção 4, dedicada à *Metodologia*, detalha os procedimentos adotados para a construção da pesquisa, as questões propostas inicialmente e que foram construídas e desconstruídas ao longo do trabalho, a etapa de planejamento, com a definição das informações das fontes e dos instrumentos de coleta e a sistematização das etapas de execução. Por fim, são apresentadas as técnicas escolhidas e a metodologia utilizada para cada uma delas, através da demonstração, passo a passo, de todas as etapas, além de uma comparação entre o tempo e a execução da alternativa adotada e de outras disponíveis no mercado. Por se tratar de um trabalho que envolve tanto a obtenção de dados quanto a apresentação de resultados, são contempladas as questões relativas às duas situações. É feita inicialmente uma descrição das técnicas, equipamentos, procedimentos de planejamento e execução, abordando os aspectos relativos às vantagens e às limitações que cada uma delas apresenta. Em seguida, são descritos os procedimentos necessários à preparação dos originais cartográficos e à reprodução, envolvendo as questões relativas à escala, à generalização cartográfica, à simbologia, às informações marginais, à toponímia e ao formato.

Na seção 5, destinada à *Análise e Resultados parciais*, são feitos a avaliação crítica e o exame detalhado dos documentos em estudo, fundamentando-os nas respostas coletadas nos mapas antigos, nos itinerários, nos documentos adotados e nos bancos de dados consultados e consolidados pela pesquisadora. Contempla-se o estudo dos dois documentos. Primeiramente, analisa-se cada ponto sugerido para a rede (NASCENTES, 1958). Em seguida, do mesmo modo, promove-se a análise de cada um dos elementos presentes na descrição da divisão dialetal (NASCENTES, 1953). Como produtos desta análise são apresentados os resultados preliminares e os finais para cada um dos documentos estudados, a saber:

- i) um mapa para cada unidade da federação com os pontos sugeridos para a rede, acompanhados de breve resumo das alterações toponímicas, das respectivas posições nas DPA e DTB à época e atuais, dos geocódigos (quando existem)⁷ e das coordenadas geográficas no sistema oficial adotado;

⁷ Na inexistência do geocódigo, apenas as coordenadas são relacionadas.

- ii) um mapa para cada falar/subfalar da proposta da divisão dialetal conforme descrição original, também acompanhado de um breve resumo das alterações toponímicas, das posições nas DPA e DTB à época e atuais no caso de localidades e acidentes geográficos, geocódigos (quando pertinentes e existirem), assim como as coordenadas geográficas (quando pertinentes) no sistema oficial adotado.

Uma vez concluída a análise e apresentados os resultados parciais, na seção 6 (destinada aos *Produtos e Considerações Finais*), comenta-se a pertinência das técnicas escolhidas e se fazem recomendações para alguns procedimentos, especialmente aqueles associados às questões de precisão e de qualidade no georreferenciamento dos dados. São sugeridos ainda alguns assuntos que se julga merecerem estudos mais aprofundados.

Seguem-se as *Referências* e um *Apêndice* contendo quadros e cartogramas finais:

- i) um mapa com todas as localidades referenciadas no documento Nascentes (1958) atualizadas sobre base cartográfica do IBGE (2016);
- ii) um quadro com todas as localidades referenciadas no documento Nascentes (1958), em ordem alfabética, com numeração final ajustada, categoria na DPA e UF, topônimos atuais, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016;
- iii) um quadro com todas as localidades referenciadas no documento nascentes (1958), em ordem numérica crescente, com numeração final ajustada, topônimos atuais e UF segundo o IBGE em 2016;
- iv) sugestões para a substituição de localidades não mais existentes;
- v) um mapa com todos os vértices definidores dos limites dos subfalares descritos no documento Nascentes (1953) sobre base cartográfica do IBGE (2016);
- vi) um quadro com todos os vértices definidores dos limites dos subfalares descritos no documento Nascentes (1953) com topônimos atualizados, UF, natureza geográfica, limites com outros falares e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016.

2 FUNDAMENTOS LINGUÍSTICOS

Na presente seção, são trabalhadas as questões pertinentes à Linguística, apresentando conceitos, um histórico do desenvolvimento da Dialetologia e da Geolinguística no mundo e no Brasil e o espaço ocupado pelos documentos estudos neste contexto histórico.

2.1 LÍNGUA, DIALETO, FALAR

Desde o princípio dos tempos, a comunicação foi primordial na evolução e no desenvolvimento do comportamento humano, responsável pela transmissão e troca do conhecimento.

A comunicação pode se dar através de vários mecanismos – linguagem através de gestos, de imagens e linguagem oral, sendo que, neste último caso, se dá pelo uso da língua.

Como lembra Biderman (1978), “Movido por estímulos exteriores e interiores, o indivíduo é levado a comunicar-se, utilizando o instrumento coletivo de comunicação e expressão: a língua” (BIDERMAN, 1978, p.28).

Como essa comunicação se dá conforme as características dos indivíduos (suas ideias, crenças e valores, comportamento) e dos recursos dos quais fazem uso (desde a comunicação através dos desenhos rupestres às ferramentas das mídias digitais atuais), a linguagem sofre contínua alteração e essa alteração não acontece de forma homogênea. Como observam Ferreira e Cardoso (1994), a língua “é resultado de um processo histórico, evolutivo” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p.11).

Outros estudiosos manifestaram-se de forma semelhante.

Meillet (1921) já ressaltava que as alterações linguísticas tinham como motivação fundamental o fator social, ao afirmar que “*le langage est donc éminemment un fait social*”⁸ (MEILLET, 1921, p. 230).

Para Labov (2008 [1972]), não é de surpreender a existência da variação linguística, já que esta é uma condição natural e essencial à linguagem humana. Deste modo, seria de estranhar a ausência da variação na linguagem e não a sua presença.

⁸ “[...] a linguagem é eminentemente um fato social” (tradução nossa).

Callou, Barbosa e Lopes (2006) concordam ao afirmarem que “A existência de diferenças de uso numa mesma língua é, pois, um fato incontestável e não uma anomalia, restrita à língua portuguesa. Anomalia seria não haver diversidade [...]” (CALLOU; BARBOSA; LOPES, 2006, p.260).

Como se pode perceber, a variação se realiza por vários motivos, em diversos ritmos, podendo diferir também na abrangência, ao atingir maior ou menor número de indivíduos assim como uma maior ou menor área de alcance.

Diversos fatores podem ser responsáveis pela diversidade linguística, implicando a existência de diferentes formas de variação. Se é decorrente da passagem do tempo, diz-se variação diacrônica⁹. Já a consequente dos distintos estratos socioculturais (como escolaridade, por exemplo), é chamada de variação diastrática¹⁰. Levando em consideração as diferenças de sexo e de idade, apresentam-se a variação diassexual (ou diagenérica) e a diageracional, respectivamente. Nos estudos mais recentes, fala-se em variação diamidiática (ou diamésica), associada aos meios de disseminação da informação. A variação diafásica¹¹ dá-se em função dos diversos contextos ou registros em que ocorrem os atos de fala e a variação diatópica¹² é a resultante das características regionais, observáveis no espaço geográfico.

Desse modo, apesar de falarem uma mesma língua, alguns falantes podem apresentar características linguísticas distintas por viverem em regiões diferentes ou, mesmo sendo originados de uma mesma região, podem não falar da mesma maneira por pertencerem a diferentes estratos sociais e estarem sujeitos a diversas formas de comunicação.

Constatadas as semelhanças assim como as diferenças, estas podem ser agrupadas e representadas através do uso de isoglossas, que são representadas, independente do contexto ao qual se referem, sobre a representação de uma área espacial limitada, o que significa que sempre são, originalmente, diatópicas.

De acordo com Chambers e Trudgill (1987, p.135), o termo isoglossa (*iso+glossa* = igual língua) foi usado pela primeira vez em 1892 por J. B. A. Bielenstein, dialetólogo,

⁹ Do grego *diá+chronos* – ao longo, através do tempo.

¹⁰ Do grego *diá* – através + latim *stratum* – camada.

¹¹ Do grego *diá* – através + grego *phásis* – como estilo de expressão.

¹² Do grego *diá+topos* – ao longo – lugar.

neologismo por ele criado por empréstimo de um termo usado na meteorologia: isoterma (*iso+terma* = igual temperatura).

Ampliando a informação dada pelos autores, cabe aqui introduzir uma colaboração da ciência cartográfica. Na realidade, o conceito básico aplicado às isoglossas é o de *isolinha* que significa linha de mesmo valor (ou *isovalor*). O prefixo “iso” significa “igual”.

Independentemente da aplicação, uma isolinha conecta pontos nos quais uma função (ou uma característica, ou uma regra ou, mais modernamente, um atributo) tem um valor constante.

Na realidade, o primeiro uso de linhas de isovalor na Cartografia foi feito em 1701 por Edmund Halley¹³, ao elaborar a primeira carta isogônica (carta de declinação magnética¹⁴).

Conforme Herrero Tejedor (2008), em 1727, Nicolás Samuëlsz Cruquius¹⁵ confeccionou a primeira carta de profundidade de um rio e, em 1737, Philippe Buache¹⁶ a carta de isóbatas de parte do Canal da Mancha (profundidade marinha). Em 1780, foi publicado o estudo de Marcellín du Carla-Boniface (1738-1816) na aplicação da isolinha para representar pontos de mesma altitude (*isohipsa*), conhecida até os dias de hoje como “curva de nível”.

Somente em 1804 o geógrafo alemão Alexander von Humboldt (1769-1859) fez o primeiro mapa de temperatura, usando a isolinha para conectar os pontos de mesma temperatura (isoterma).

Quando o uso dos mapas de isolinhas tornaram-se corriqueiros, a ideia de utilizá-las para outros tipos de aplicações se propagou e hoje é importante recurso utilizado pelas mais diversas áreas do conhecimento: Geografia Física, Oceanografia, Meteorologia, Ciências Ambientais e Ciências Sociais, como a isolinha em questão, a isoglossa.

O Quadro 1 apresenta alguns exemplos de isolinhas e as variáveis que representam.

¹³ Astrônomo, matemático e físico inglês (1656-1742), mais conhecido por ter calculado, pela primeira vez, a órbita de um cometa (Cometa Halley).

¹⁴ Declinação magnética é o ângulo formado entre as direções do Norte Verdadeiro – ou Geográfico – e o Norte Magnético. Uma linha isogônica, portanto, liga pontos de mesma declinação magnética: iso = igual + *gônio* = ângulo.

¹⁵ Engenheiro hidrógrafo holandês (1678-1754).

¹⁶ Geógrafo e hidrógrafo francês (1700-1773).

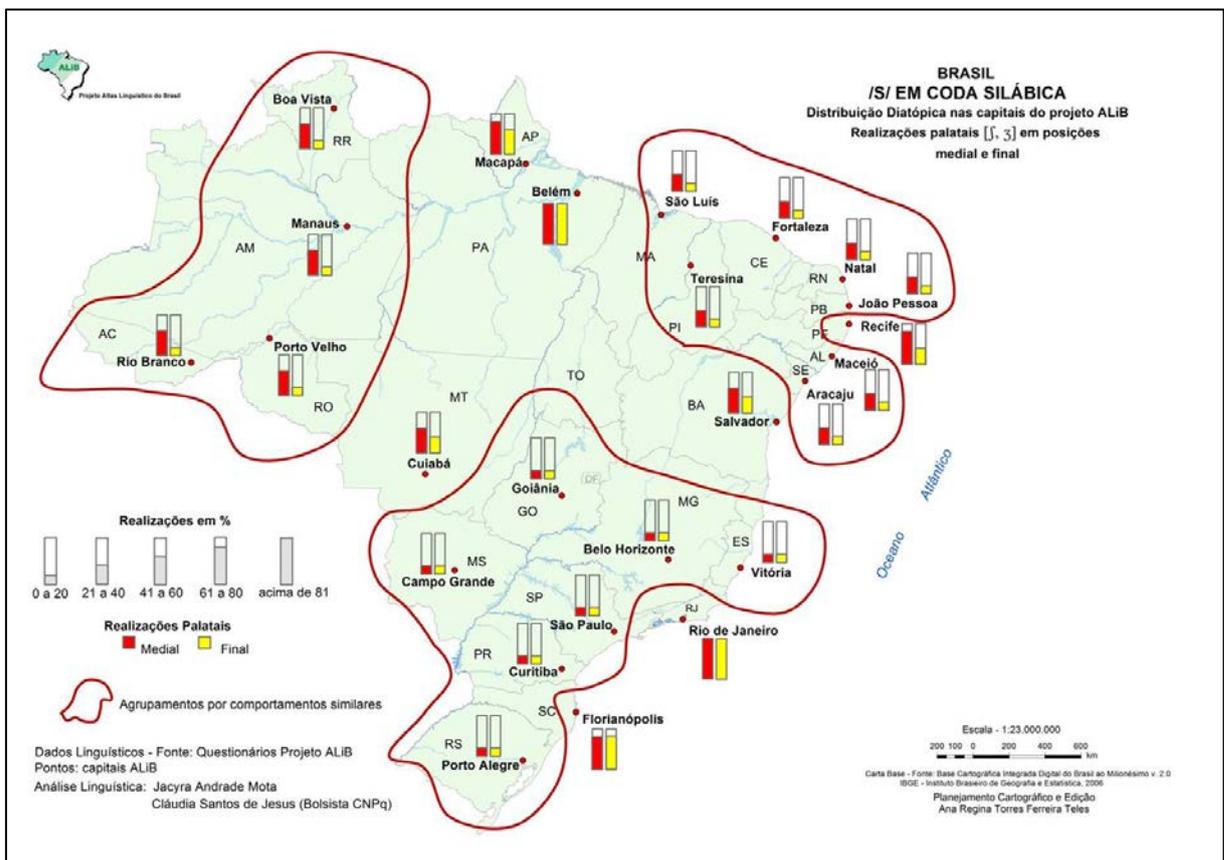
Quadro 1 – Exemplos de isolinhas e as variáveis que representam

Nome da isolinha	Variável representada
ISOHIPSA (curva de nível)	altitude
ISÓBATA (curva batimétrica)	profundidade
ISOGÔNICA	declinação magnética
ISÓPORA	variação magnética
ISÓBARA	pressão atmosférica
ISOTERMA	temperatura
ISOIETA	quantidade de precipitação (chuva)
ISOGLOSSA	aspectos linguísticos

Fonte: Elaboração Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Nesses exemplos, à exceção da isoglossa, a área entre duas isolinhas tem valores intermediários àqueles dos extremos, pois se trata de *variáveis quantitativas*, podendo-se fazer uma interpolação (gráfica ou numérica) para encontrar valores para pontos localizados no interior da área. Já com relação à isoglossa, por se tratar de uma *variável qualitativa*, não existem valores intermediários a serem atribuídos entre duas delas: considera-se que para todos os pontos os atributos são os mesmos.

Figura 2 – Exemplo de isolinhas numa carta linguística

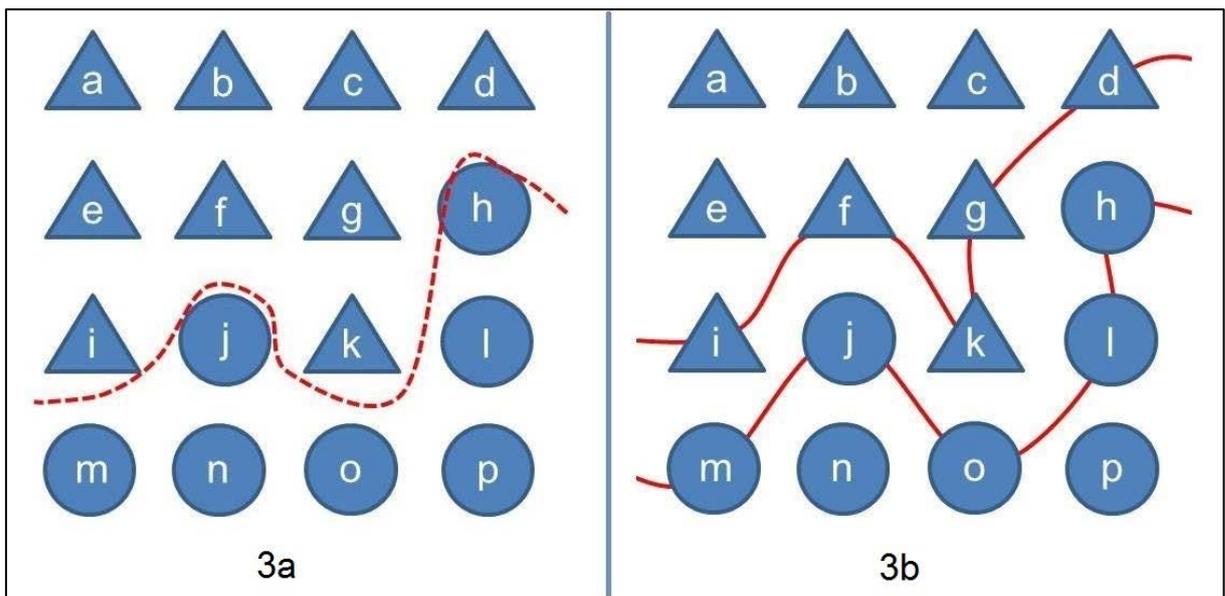


Fonte: Arquivo pessoal. Cartas experimentais elaboradas por Ana Regina Torres Ferreira Teles, para o Projeto ALiB.

Ao usarem as isoglossas para delimitar áreas de mesmas características linguísticas, separando-as de outras de características distintas, os linguistas estão utilizando o que os cartógrafos denominam de *isopletas*, linhas usadas para a partição de uma região em áreas que encerram um mesmo valor e o que Chambers e Trudgill (1987, p. 136) definem como *heteroglossas* – área entre duas isoglossas vizinhas. Na Figura 3, apresenta-se esquematicamente um exemplo de duas formas distintas de dividir uma mesma área (3a e 3b).

Resumindo: enquanto todos os pontos sobre uma isolinha tem um mesmo valor (característica, atributo) e ser possível obter, por interpolação, valores do fenômeno para pontos situados entre duas delas, as isopletas encerram áreas nas quais todos os pontos nelas contidos têm um mesmo valor (característica, atributo) ou, em outras palavras, os locais entre isopletas possuem o mesmo valor.

Figura 3 – Isoglossas (3a) *versus* heteroglossas (3b)



Adaptação Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fonte: Chambers e Trudgill (1987, p. 136).

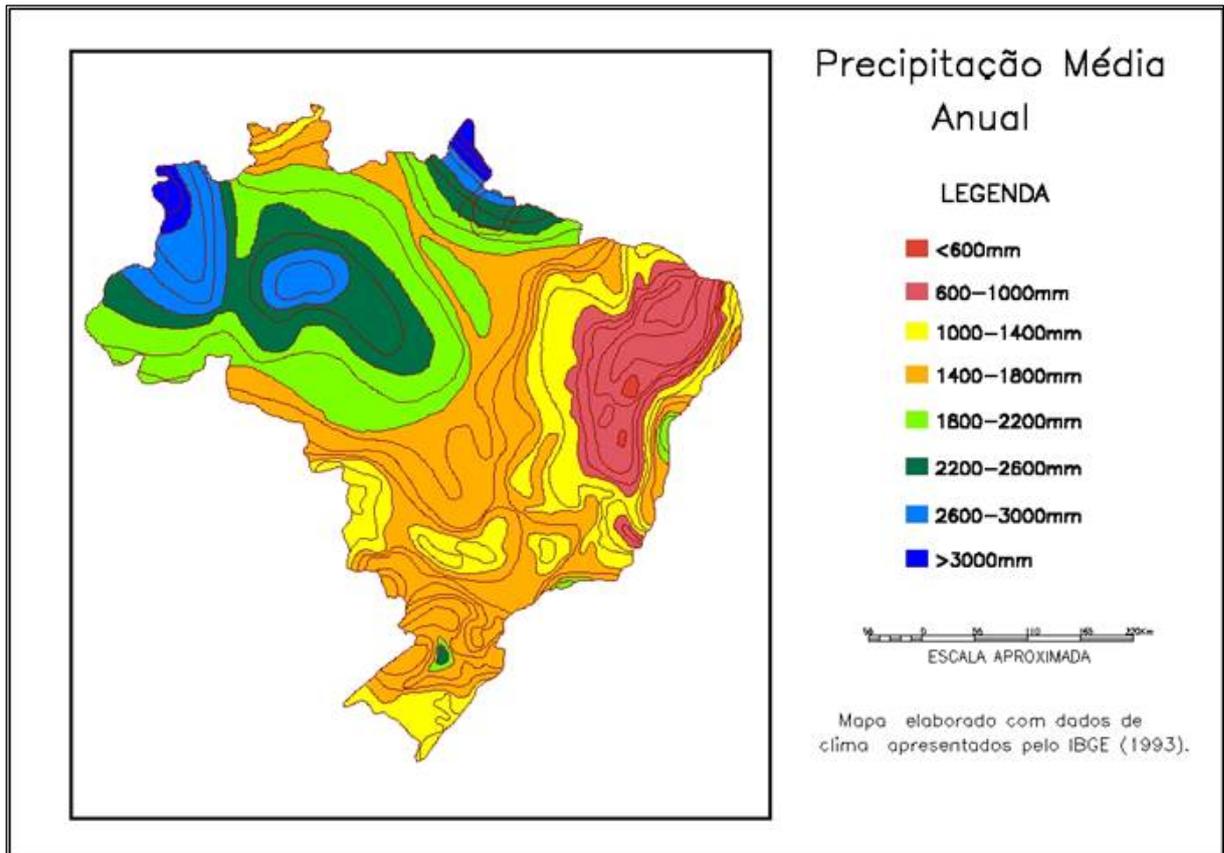
Na Figura 3a, a linha tracejada é uma isoglossa, dividindo a região na qual se fala conforme o representado por triângulos daquela na qual se fala conforme o representado por círculos. Já na Figura 3b, as duas linhas cheias (que ligam, cada uma, os falantes do tipo triângulo e do tipo círculo) formam uma heteroglossa.

As isopletas (também chamadas de *cloropletas* – pelo uso de cores para representar as áreas) são usadas quando não se pode utilizar isolinhas, pois não há uma variação gradual

na superfície representada, exatamente como as características linguísticas, que não são numéricas. Como bem observa Simões (1993, p. xxxiv), “os mapas de coropletas são facilmente derivados de dados pontuais, bastando apenas para tanto realizar-se uma classificação ou fatiamento”.

A Figura 4 ilustra aplicação de coropletas na representação de um fenômeno físico.

Figura 4 – Exemplo de mapa de coropletas – precipitação média anual

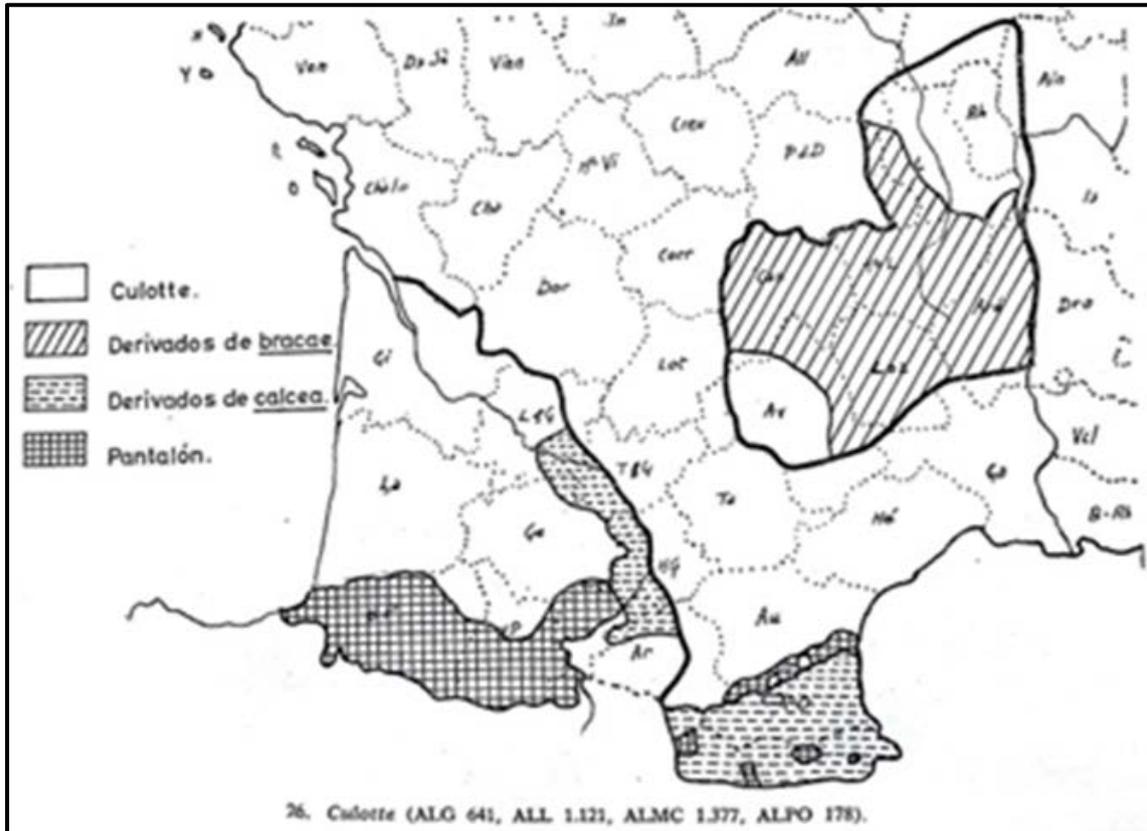


Fonte: INPE [20--].

Nos vários atlas linguísticos publicados, usam-se não apenas cores para definir as áreas (preenchimento chapado), mas também hachuras e algumas combinações.

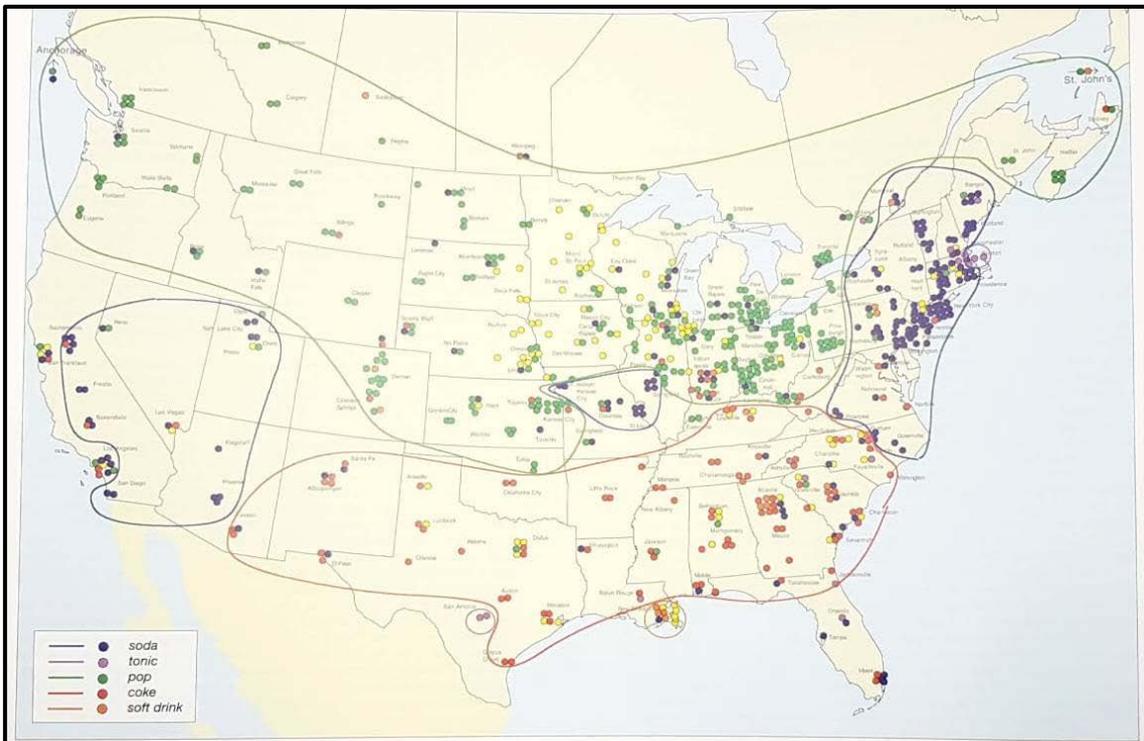
As Figuras 5 e 6 apresentam diferentes formas do uso de isoglossas: usando hachuras (Figura 5) ou usando linhas (Figura 6).

Figura 5 – Exemplo de mapas de isoglossas com uso de hachuras (França – Sudoeste)



Fonte: Alvar (1969, carta 26).

Figura 6 – Exemplo de mapas de isoglossas com uso de linhas (Estados Unidos da América)



Fonte: Labov, Sharon e Boberg (2006, carta 21.1, p. 290).

Retomando as considerações acerca das isoglossas: levando em conta que, independentemente da característica da abordagem – *isoglossas diastráticas* (de acordo com aspectos socioculturais) e *isoglossas diafásicas* (conforme os estilos) –, todas são, a rigor, *isoglossas diatópicas*, sempre está em representação o comportamento do fenômeno no espaço geográfico.

As isoglossas podem também ser classificadas em função do aspecto linguístico de estudo: *isoléxica* (se lexical), *isófono* (se fônico) e *isomorfa* (se morfossintático).

Estando bem caracterizado o conceito de isoglossa atribuído pelos linguistas, passa-se a conceituar o *dialeto*.

Na sua introdução de *O dialeto caipira*, obra cuja primeira edição data de 1920 (publicação que é um marco importante na história da Dialectologia no Brasil, como será visto adiante), Amadeu Amaral diz:

Fala-se muito num "dialeto brasileiro", expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialeção, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados. Nem se poderão discriminar, enquanto não se fizerem estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões (AMARAL, 1955, p. 43).

Confirmando a inquietação de Amaral acerca da solidez dos estudos que poderiam justificar a terminologia “dialeto brasileiro” usada para definir o Português Brasileiro, Rossi (1969), quase cinquenta anos depois, assim como outros dialetólogos da época, também entendia que os dialetos do Brasil não estavam documentados suficientemente para assim serem considerados e preferia não usar o termo dialeto, também pelo fato de carregar uma conotação depreciativa de língua de menor valor.

Esse sentimento também foi compartilhado por Zágari (2005, p. 48), ao afirmar que “todos os falantes falam, pelo menos, um dialeto e que não há razão alguma para supor que qualquer dialeto seja, lingüísticamente, superior a um outro”. E, assim, o dialeto seria a variedade linguística de uma determinada área, o *geoletto*.

Já se sabe que, quando agrupados e convivendo num mesmo espaço geográfico, há a tendência de que os falantes de uma determinada língua o façam da mesma forma. Falantes da mesma língua mas provenientes de outra região geográfica certamente apresentarão alguns usos distintos, constituindo-se num outro grupo que usa a mesma língua, embora de

maneira diferente. Para alguns autores, a cada grupo identificado pode estar associado um dialeto.

Ferreira et al. (1996) ressaltam que o termo língua pode ter duas acepções: além daquela mais comumente usada que é a que “Corresponde a um sistema linguístico abstrato que, por razões políticas, económicas e sociais, adquiriu independência tanto funcional como psicológica para seus falantes.”, pode ser usado numa perspectiva histórica e, nesse caso, relacionado à noção de dialeto. Nesse sentido, entendem que:

Diferenças de valor estritamente linguístico entre língua e dialecto não existem. Existem, sim, diferenças de estatuto: o dialecto é sempre uma **variedade** de um determinado sistema linguístico reconhecido oficialmente como Língua. Geralmente considera-se dialecto de uma língua a variedade linguística que caracteriza determinada zona. os dialectos têm pois um antecedente linguístico e um sistema comuns (FERREIRA et al., 1996, p. 482-483).

Ferreira e Cardoso (1994) assim se referem a dialeto: “[...] define-se **dialeto** como um **feixe de isoglossas**, ou seja, um conjunto de isoglossas que se somam e que, portanto, mostram uma relativa homogeneidade dentro de uma comunidade lingüística em confronto com outras” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 16).

Coseriu (1982) entende que um dialeto, no sentido próprio da palavra, é uma língua menor subordinada a uma língua maior e é uma variedade espacial de uma língua histórica à qual está subordinada. Dessa forma, “[...] *toda lengua considerada en el espacio geográfico será um “sistema dialectal” o um “dialecto”*”¹⁷ (COSERIU, 1982, p. 17).

Nesse sentido, ele entende que o termo dialeto deve ser aplicado apenas às variações diatópicas, já que somente os dialetos geográficos podem transformar-se em novas línguas autônomas, diferentemente dos dialetos sociais e estilísticos, que não teriam essa possibilidade. Desse modo, caberia à Dialectologia ocupar-se do estudo das unidades sintópicas e sobretudo da diversidade diatópica, enquanto caberia à Sociolinguística o estudo das unidades sinstráticas e da diversidade diastrática, ficando com a estilística as unidades sinfásicas e a diversidade diafásica.

Retoma-se Amadeu Amaral, que enfatizou a importância de se realizarem de forma bastante criteriosa os trabalhos de recolha das informações, das definições dos critérios para

¹⁷ “[...] *toda língua considerada no espaço geográfico será um ‘sistema dialetal’ ou um ‘dialecto’*” (tradução nossa).

análises dos fenômenos e dos resultados obtidos para que somente após o estudo cuidadoso e comparativo das várias realizações registradas fosse possível discriminar

[...] os fenômenos comuns a todas as regiões do país, dos pertencentes a determinadas regiões, e dos privativos de uma ou outra fração territorial. Só então se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialeto brasileiro, ou dos dialetos brasileiros, quantos e quais os subdialetos, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um (AMARAL, 1955, p. 45).

Um novo conceito aparece nessa citação: o de *subdialeto*, que foi aplicado por Antenor Nascentes ([192-], p. 20), em *O Linguajar Carioca em 1922*, ao propor o esboço de uma divisão do dialeto brasileiro, admitindo a existência de quatro subdialetos. Acerca do dialeto brasileiro, afirma à p. 18 que: “Aceitemos o ponto de vista de Leite de Vasconcelos e com êle chamemos dialecto ao falar do Brasil; vejamos se o dialecto brasileiro apresenta subdialectos” (NASCENTES, [192-], p. 18).

Já na segunda edição, Nascentes (1953) discorda dessa visão de Vasconcelos de que o português falado no Brasil seria um dos dialetos ultramarinos do português, ao afirmar que, “[c]om o progresso da ciencia, não é mais possível hoje em dia aceitar a denominação dada por Leite de Vasconcelos” (NASCENTES, 1953, p. 16).

Assim, trinta anos depois, Nascentes substitui os termos dialetos e subdialetos por falares e subfalares, respectivamente, na sua nova proposta: “Dividi o falar brasileiro em seis subfalares que reuni em dois grupos a que chamei do norte e do sul.” (NASCENTES, 1953, p. 25). Justifica essa decisão ao afirmar: “É muito difícil, como observa Paiva Boléo, estabelecer distinções objetivas entre dialeto e falar, mas, em todo caso, há menos inconveniente em chamar falar do que em chamar dialeto” (NASCENTES, 1953, p. 17).

O uso do novo termo (fala) do qual advém o conceito de falar também foi bastante discutido e usado por vários autores. Para muitos deles, falares e dialetos são sinônimos.

Esse é o entendimento de Câmara Jr. (1977), ao afirmar que, “do ponto de vista puramente lingüístico, os dialetos são falares regionais que apresentam entre si coincidência de traços lingüísticos fundamentais” (CÂMARA JR., 1977, p. 95). Chama a atenção de que, apesar de algumas coincidências, os dialetos podem apresentar algumas divergências relevantes de traços linguísticos secundários que justificam novas subdivisões, nominadas subdialetos. Define ainda os falares como “línguas de pequenas regiões” e diz que o dialeto

pode ser considerado, a rigor, um conjunto de falares que concordam entre si por certos traços essenciais (CÂMARA JR., 1977, p. 115).

Zágari (2005) define falares como “realizações lingüísticas de agrupamentos humanos que podem ser associados a uma pronúncia característica, um ritmo de fala e a uma que outra [sic] definida escolha de um item lexical” (ZÁGARI, 2005, p. 49).

O dialeto é, de fato, uma variedade de língua, existente quando uma comunidade de fala faz o uso dessa língua de uma forma própria, particular.

2.2 DIALETOLOGIA E GEOLINGÜÍSTICA NO MUNDO

Quando da concepção da estrutura da presente tese, a primeira opção foi a de apresentar os fundamentos teóricos da Dialetoлогия e da Geolingüística em itens distintos de uma mesma seção. À medida que as leituras foram sendo aprofundadas e o entendimento acerca de ambas foi sendo incorporado, verificou-se que, a partir de um determinado momento, torna-se muito difícil dissociá-las, já que a segunda (como poderá ser visto no transcorrer do texto) tornou-se o método científico por excelência de suporte à primeira. No Brasil, especialmente, a preocupação com os registros das variações da língua coincide, ao longo do tempo, com as adaptações e novas propostas introduzidas no método.

Optou-se, enfim, por apresentá-las agrupadas, seja na abordagem genérica seja na abordagem do desenvolvimento de ambas no Brasil.

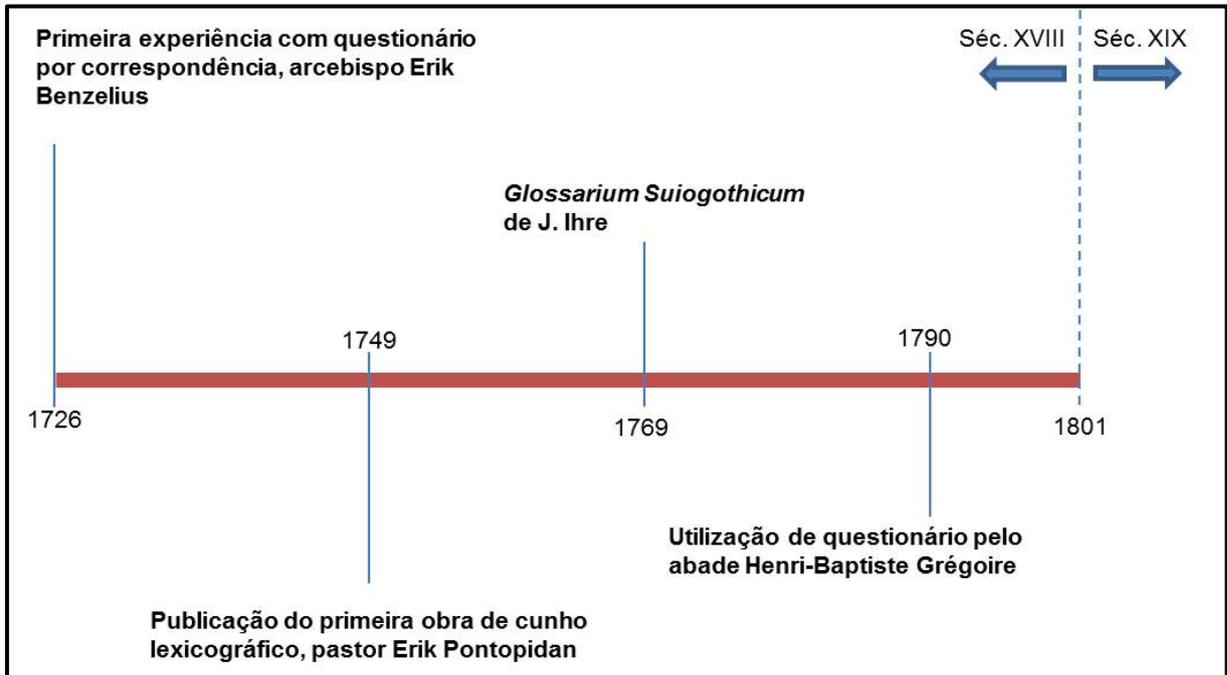
A Dialetoлогия é definida por Cardoso (2010), como “um ramo dos estudos lingüísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica” (CARDOSO, 2010, p. 15).

Assim, através da constatação da presença ou da ausência de fenômenos em diferentes áreas, consegue-se estabelecer relações entre várias formas de uso de uma mesma língua ou de várias delas.

Cardoso (2010, p. 33) observa, a partir do que afirmara Pop (1950, p. xxvii), que os caminhos da Dialetoлогия foram forjados ainda no decorrer do século XVIII, quando foram produzidos inúmeros trabalhos e cita, então, o trecho de Pop, “[...] les dialectes ont retenu

d'une manière constante l' attention des linguistes¹⁸ (1950, p. xxiii), além de destacar alguns trabalhos que, na opinião de Pop, justificam aquela citação. As obras ou iniciativas referidas estão apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Obras e iniciativas significativas na Dialectologia do séc. XVIII



Elaboração Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Pop (1950, p. xxvii- xxix).

A Dialectologia não teria se consolidado como ciência linguística se não tivesse procurado, pelo menos ao longo desses mais de três séculos, sistematizar o estudo linguístico, estabelecendo métodos de recolha de dados, de organização e análise desses dados além de formas próprias de apresentação dos resultados, especialmente em função do direcionamento e da abordagem que cada estudo requer. Uma dessas formas de apresentação, os atlas¹⁹, foi muito explorada desde então.

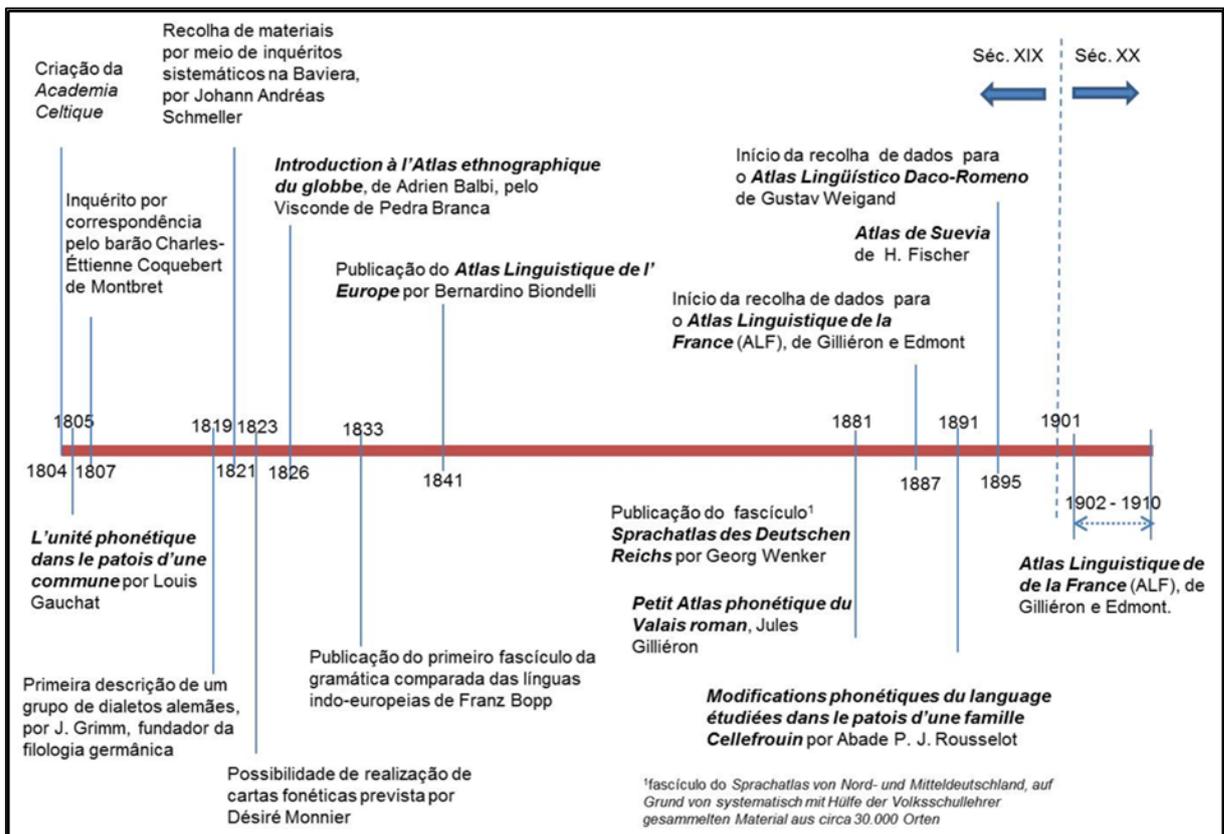
No Quadro 3, que representa a linha do tempo correspondente ao século XIX, pode-se observar que, nesse século, a partir da segunda metade e de forma mais acentuada, nas décadas finais, a Geografia Linguística (posteriormente Geolinguística) se firma como método próprio da Dialectologia quando, em 1887, se dá o início da recolha sistemática dos dados para a elaboração do *Atlas Linguistique de la France* (ALF), de Jules Gilliéron e Edmond Edmont,

¹⁸ “[...]os dialetos se tornaram, de maneira constante, objeto da atenção dos linguistas”. Tradução de Cardoso (2010, p. 33).

¹⁹ Atlas é um conjunto de mapas ou cartas geográficas de um conjunto de dados sobre determinado assunto, sistematicamente organizados e servindo de referência para a construção de informações de acordo com a necessidade do usuário. No caso, *atlas linguístico*.

que só viria a ser publicado entre 1902 e 1910 e que “inaugura a aplicação do método geolinguístico na sua plenitude” (CARDOSO, 2010, p. 68).

Quadro 3 – Obras e iniciativas significativas da Dialetologia e Geolinguística no século XIX



Elaboração Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Pop (1950, p. xxx-xliv), Cardoso (2010, p. 35-42).

Apesar de terem documentado um conjunto de informantes de idades variáveis entre 15 e 85 anos, nas cartas do ALF não há como distinguir as respostas dadas por cada um. Destaca-se ainda Gilliéron por contribuir para que os estudos dialetais, até então voltados majoritariamente para a fonética, fossem despertados para a lexicografia.

Como será verificado na análise dos percursos da Geolinguística nos séculos que se seguiram, as diferenças espaciais – que sempre despertaram muito interesse pelo fato de poderem ser percebidas com mais facilidade pelos falantes – impulsionaram os estudos geolinguísticos em praticamente todos os continentes e estimularam a construção de atlas linguísticos.

Não se pode falar em Geografia Linguística sem analisar atentamente as considerações feitas por Eugenio Coseriu, um dos grandes linguistas do século XX. Da sua obra de referência *A Geografia Lingüística* (1955), destacam-se três passagens que ajudam o

leitor a entender o conceito básico de Geografia Linguística e, especialmente, a distinguir um mapa linguístico de um mapa de línguas. Assim, refere-se à Geografia Linguística:

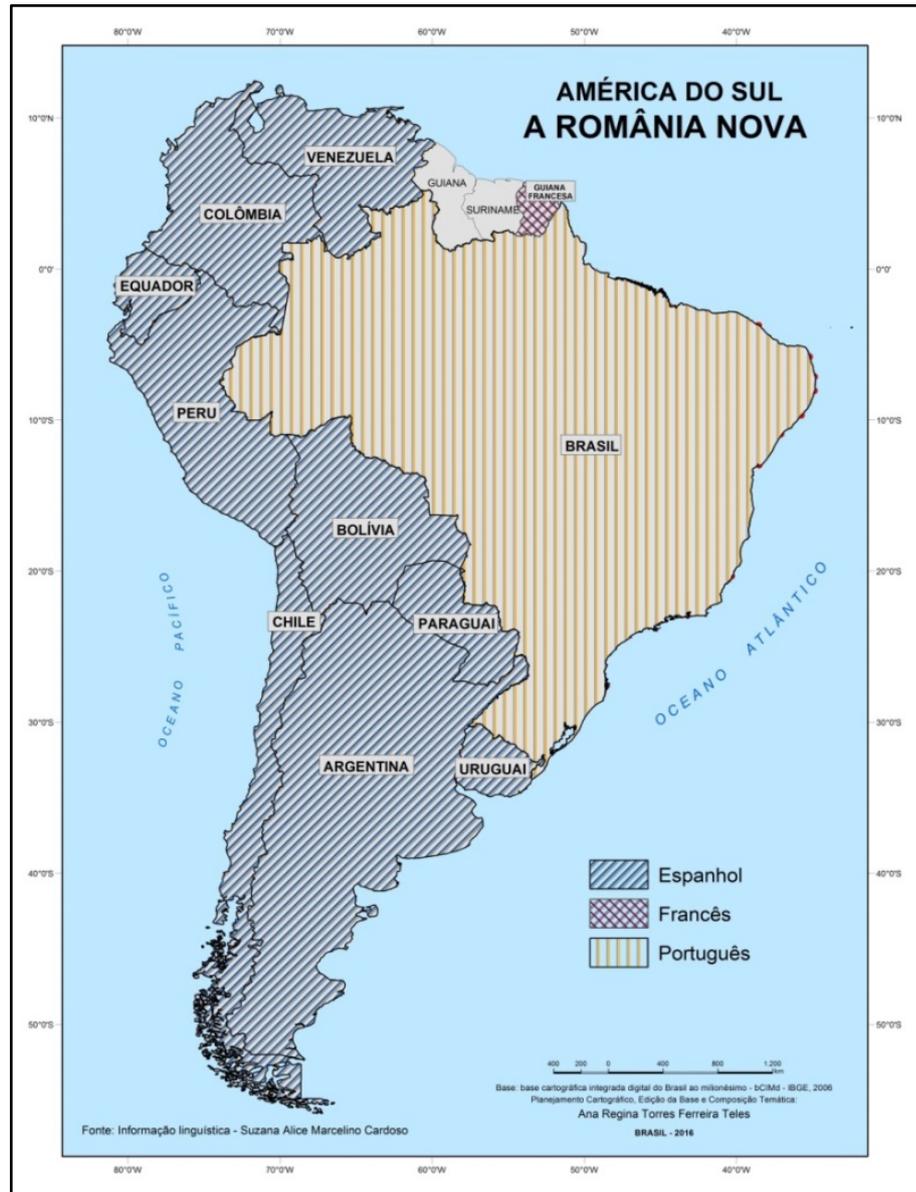
En la terminología técnica de la lingüística actual, la expresión “geografía lingüística” designa exclusivamente un método dialectológico y comparativo que ha llegado a tener extraordinario desarrollo en nuestro siglo, sobre todo en el campo románico, y que presupone el registro en mapas especiales de un número relativamente elevado de formas lingüísticas (fónicas, léxicas o gramaticales) comprobadas mediante encuesta directa y unitaria en una red de puntos de territorio determinado, o, por lo menos, tiene en cuenta la distribución de las formas en el espacio geográfico correspondiente a la lengua, a las lenguas, a los dialectos o a los hablares estudiados²⁰ (COSERIU, 1955, p. 29).

No mesmo trabalho, Coseriu (1955, p.33) observa que, em outro sentido, o não técnico, pode-se entender a Geografia Linguística simplesmente como parte da Geografia, melhor dizendo, como *geografia das línguas*, sejam elas atuais, históricas ou pré-históricas. Nesse conceito, enquadram-se os mapas inclusos nos atlas geográficos comuns e nos atlas históricos, mapas que contêm as obras sobre as línguas do mundo ou outras obras que registram a distribuição das línguas em determinados territórios.

Um bom exemplo é o mapa da Figura 7, apresentando a distribuição da România Nova na América do Sul, elaborado para a conferência de abertura do *IV Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística* de Cardoso, em Paris, 2016.

²⁰ “De acordo com a terminologia técnica da linguística atual, a expressão “Geografia Linguística” designa exclusivamente um método dialetológico e comparativo que nesse século teve um desenvolvimento extraordinário em todo o campo românico e que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de um determinado território, ou, pelo menos, leva em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos e aos falares estudados” (tradução nossa).

Figura 7 – A România Nova na América do Sul



Elaboração Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Cardoso (2016).

Outro exemplo bastante curioso, sem com isso dar uma conotação menos importante à preocupante situação que o atlas revela, é o que vem retratado no *Atlas das Línguas do mundo em perigo*, publicado pela UNESCO, do qual existe uma versão eletrônica interativa disponível na rede internacional, como complementar à primeira edição, de 2010.

Para ilustrar, como se vê por meio da Figura 8, escolheu-se o exemplo da situação das línguas no Brasil, classificadas - Suzana Alice Marcelino Cardoso - em cinco categorias de acordo com o grau de vulnerabilidade em que se encontram (em grau decrescente): vulnerável, em perigo, seriamente em perigo,

em situação crítica e extinta. Também no endereço referenciado é possível entender as características de cada um desses níveis.

Figura 8 – Tela capturada da versão eletrônica do *Atlas UNESCO das Línguas do mundo em perigo* – edição interativa (representação das línguas associadas ao espaço geográfico brasileiro)



Fonte: Moseley (2010).

Por fim, Coseriu (1955) manifesta-se novamente no sentido técnico, ressaltando que a Geografia Linguística ocupa-se especialmente da extensão e da distribuição espacial de fenômenos linguísticos lexicais, fonéticos, morfológicos, dentre outros. Tece algumas considerações para estabelecer um paralelo entre atlas linguístico e atlas geográfico. Numa delas, transcrita em seguida, afirma que os atlas linguísticos, diferentemente dos atlas geográficos, não contêm mapas de vários territórios e sim uma série de mapas de um mesmo território:

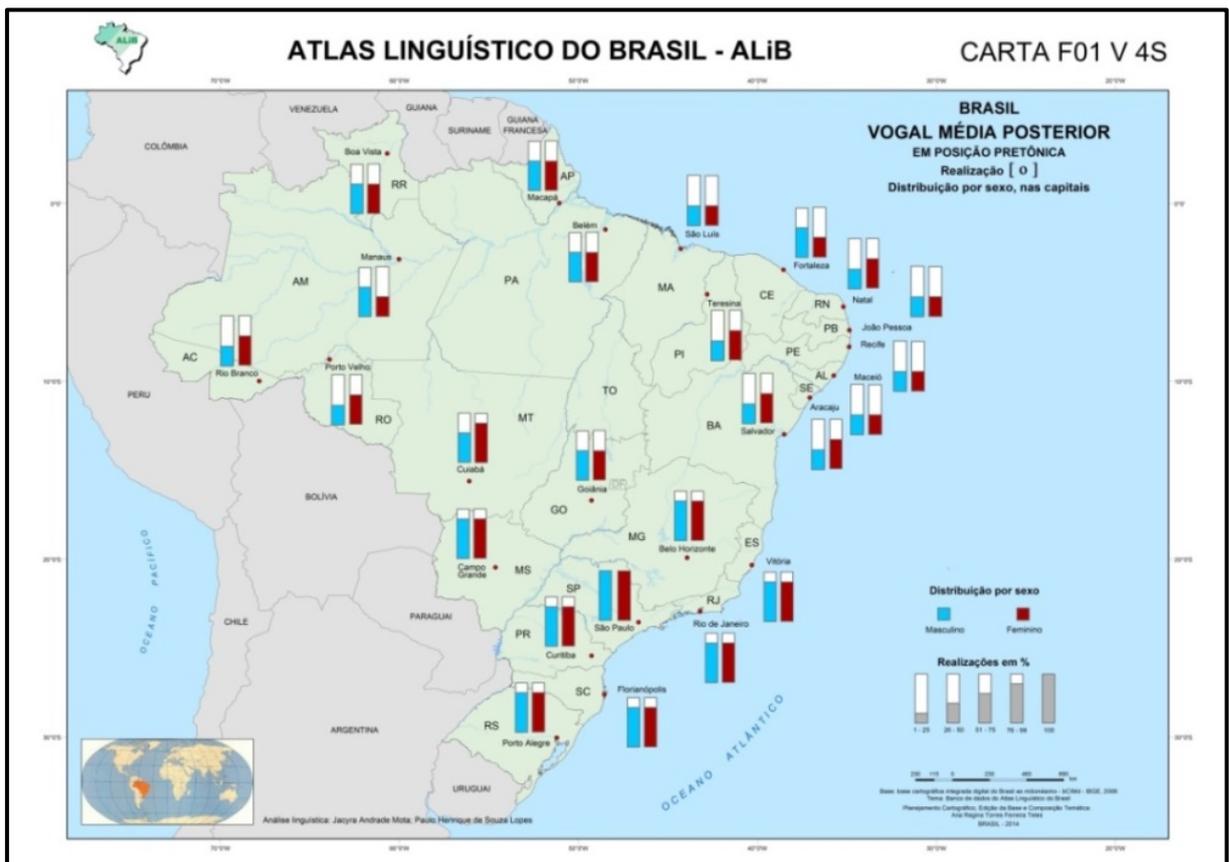
[...] los *atlas lingüísticos* se distinguen de los atlas geográficos corrientes también porque no contienen mapas de vários territórios, sino una serie de

mapas del mismo territorio, y precisamente um mapa para cada concepto o para cada fonema (o serie de fonemas) [...] (COSERIU, 1955, p. 34)²¹.

Ao fazer essa afirmação, o autor esquece que os atlas geográficos são coletâneas de mapas que podem representar tanto um único tema em vários territórios quanto, contrariamente ao que afirma, vários temas relacionados a um só lugar. Além desses, também os atlas linguísticos transnacionais apresentam mapas de vários territórios.

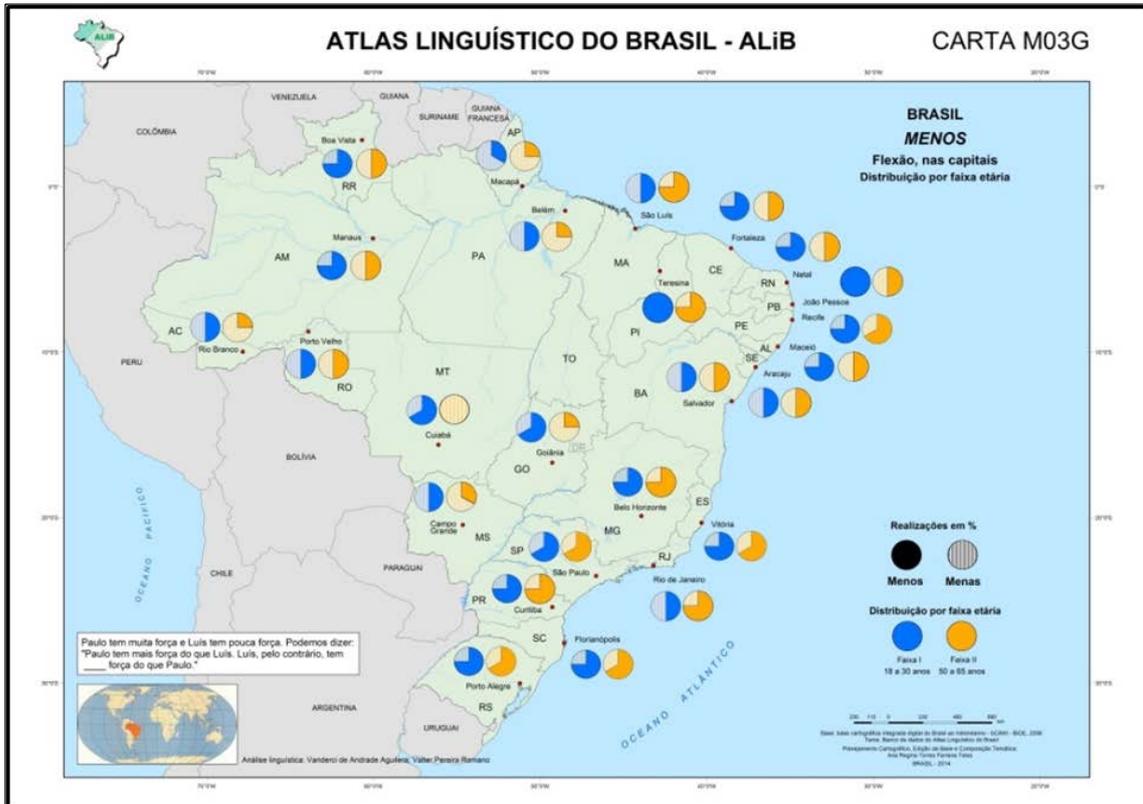
Adiante são apresentadas duas cartas linguísticas (mapas linguísticos) que integram o *Atlas Linguístico do Brasil* (CARDOSO et al., 2014b): dois temas – dois fenômenos linguísticos (uma carta fonética – Figura 9, e uma carta morfossintática – Figura 10) – de um mesmo território (Brasil). Em seguida, na Figura 11, são apresentados dois mapas físicos do *Atlas*: mapas do mundo – um mesmo tema (altitudes) de dois territórios distintos (África – 11a e América do Sul – 11b).

Figura 9 – Carta fonética (F01 V 4S) do *Atlas Linguístico do Brasil*



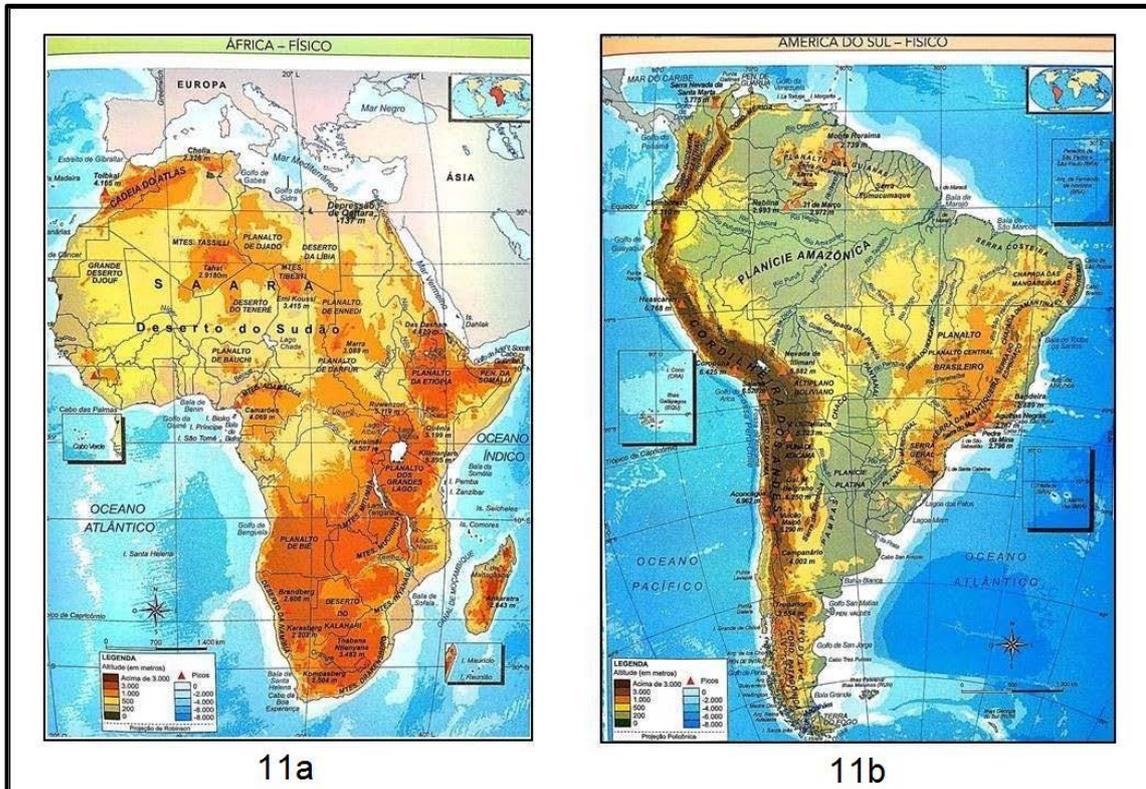
²¹ “[...] os *atlas linguísticos* se distinguem dos atlas geográficos correntes também porque não contêm mapas de vários territórios, mas sim uma série de mapas do mesmo território, e precisamente um mapa para cada conceito ou para cada fonema (ou série de fonemas) [...]” (tradução nossa).

Figura 10 – Carta morfossintática (M03G) do Atlas Linguístico do Brasil



Fonte: Cardoso et al. (2014b, v.2, p. 355).

Figura 11 – Cartas de altitudes da África (11a) e da América do Sul (11b)



Fontes: 11a - Ferreira (2017, p. 13); 11b - Ferreira (2017, p. 7).

Interessante ainda é o conceito que Coseriu (1955, p. 35) estabeleceu para o que chamou de “*mapa de fondo*”²² e que é exatamente o que na Cartografia chama-se de *carta-base* de um mapa temático (um mapa linguístico é um mapa temático), construído a partir de um mapa topográfico (o mais detalhado de todos), do qual são suprimidas informações desnecessárias à interpretação ou entendimento do tema que será cartografado, deixando apenas alguns poucos elementos indispensáveis.

Nos dois exemplos do ALiB (Figuras 9 e 10), pode-se constatar que o mapa de fundo (ou carta-base) é o mesmo para os dois temas representados: muda-se apenas o fenômeno linguístico e a sua distribuição no território brasileiro.

Dentre as considerações finais, Coseriu (1955, p. 66) enfatiza a grande conquista que a Geografia Linguística representou para as ciências da linguagem, proporcionando aos linguistas “*esos poderosos instrumentos (y, al mismo tiempo, fuentes) de estudio que son los atlas lingüísticos*”²³.

Considerando os atlas linguísticos como ferramentas importantes à análise linguística, estes, num processo cíclico, permitem que, a partir da sua própria análise, novos produtos sejam gerados. Foi o que aconteceu no século XX: os produtos provenientes da espacialização dos resultados despertaram novos questionamentos e, em consequência, novas teorias, que, por sua vez, levaram a novas propostas. Como visto na seção anterior, os conceitos de *língua*, *dialeto* e *falar* foram sendo desenhados à medida que os resultados obtidos nas pesquisas e as tentativas de espacialização eram concretizados. Com isso, a preocupação em definir possíveis *áreas dialetais*²⁴ tomou corpo entre os pesquisadores.

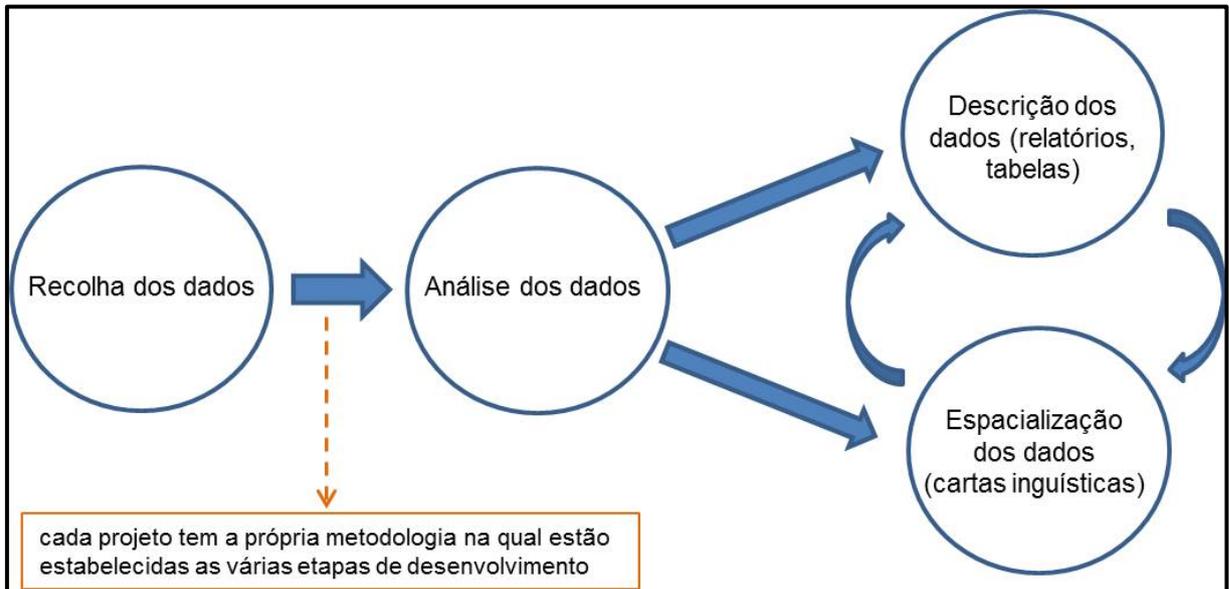
Na Figura 12, apresenta-se um esquema com o objetivo de ilustrar o processo descrito no parágrafo anterior. Trata-se de um resumo, já que não contempla o detalhamento de possíveis outras inúmeras etapas (sejam as que precedem a recolha dos dados, sejam aquelas intermediárias, que, de acordo com cada projeto, acontecem ao longo do seu desenvolvimento).

²² “Mapa de fundo” (tradução nossa).

²³ “[...] esses poderosos instrumentos (e, ao mesmo tempo, fontes) de estudo que são os atlas linguísticos”. (tradução nossa).

²⁴ Área dialetal – área linguística correspondente a um determinado falar ou dialeto, e, segundo Câmara Jr. (1977, p.160), “com precisão geográfica e independentemente das divisões políticas”.

Figura 12 – Esquema representativo da dinâmica da elaboração e da exploração dos atlas linguísticos como novas fontes para novos estudos linguísticos



Fonte: Elaboração Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Rossi (1967) e Alvar (1958), como lembram Ferreira e Cardoso (1994, p. 19-20), manifestam-se compartilhando desse mesmo ponto de vista: apesar de não esgotarem todas as informações, os atlas linguísticos são considerados excelentes pontos de partida para desdobramentos e aprofundamentos. Tais pensamentos levam as autoras a destacarem que a publicação de um atlas linguístico associada a trabalhos monográficos dialetais “aprofundam a análise do dialeto de uma ou mais localidades tornando mais conhecida a realidade linguística do país” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 20).

No século XX, a produção linguística, sem abandonar as obras de caráter monográfico, passou a ser apresentada massivamente através dos atlas, que, em função dos interesses e das condições dos grupos de pesquisa, do Brasil ou do exterior, representavam áreas diferenciadas de domínio linguístico, independentemente de sua dimensão geográfica: atlas nacionais e continentais (chamados de grande domínio) e atlas regionais (chamados de pequeno domínio). Já os atlas de famílias de língua independem dos limites territoriais e geopolíticos estabelecidos.

Os primeiros atlas elaborados podem ser enquadrados no grupo dos atlas nacionais e estes retrataram a área definida pelos limites político-geográficos. Como se constatou em alguns casos, os limites nem sempre coincidiram com aqueles definidos linguisticamente.

Além da variedade horizontal (diatópica), há a variedade vertical entre estratos sociais e culturais. Dos atlas de grande domínio proliferaram atlas abrangendo áreas menores, que permitiriam estudos mais detalhados, muitos voltados para um estudo específico e abordando, de forma mais frequente, esses aspectos sociais.

A existência de diferenças no uso da língua é notada por quase a totalidade dos falantes e a percepção destes do que leva a essas diferenças é, num primeiro momento, sem dúvida, a variação diatópica. Tem-se observado através das respostas obtidas nos questionários do Projeto ALiB que, algumas vezes, o informante demonstra ter consciência de que o uso apresentado é devido a fatores diastráticos como idade e sexo. Daí a Dialectologia ocupar-se, prioritariamente, da variação diatópica e, por já ter uma metodologia consolidada, é de indiscutível importância no apoio a outras linhas de estudos linguísticos. Embora não os usasse para explicar a variação linguística, a Dialectologia sempre esteve atenta aos fatores sociais.

No artigo “Quando Dialectologia e Sociolinguística se encontram”, Callou (2010) afirma que:

Os aspectos sociais sempre estiveram presentes em estudos de natureza dialetal, mas somente com o desenvolvimento da Sociolinguística quantitativa laboviana (1968) passaram a ser correlacionados. Concebe-se, portanto, que a Sociolinguística nasceu dentro da Dialectologia: são assim Dialectologia e Sociolinguística duas perspectivas de observação e análise da língua que não se opõem, mas sim se encontram e se complementam (CALLOU, 2010, p. 35).

Cardoso (2010) resgata o pensamento de alguns estudiosos que, na década de 1960, com o advento dos estudos sociolinguísticos, consideraram que o interesse que até então a Dialectologia despertava, se não acabasse, pelo menos seria sobrepujado pela nova tendência, afirmando:

O momento era das relações língua-sociedade e não mais das relações língua-espço, como se o falante não encerrasse em si a síntese do geográfico com o social, como se o social fosse destacável do espacial ou como se o regional não se concretizasse em pessoas com idade, sexo, faixa etária e profissões definidos (CARDOSO, 2010, p. 11-12).

Isso deve-se também ao crescimento do interesse pelo estudo da linguagem urbana. De acordo com Callou (2010),

[...] os métodos da Dialetologia tradicional rural sofrem uma adaptação, a fim de possibilitar o levantamento da linguagem de grandes centros urbanos, mais diversificados, vindo [...] a Dialetologia urbana a confundir-se com a Sociolinguística (CALLOU, 2010, p. 34).

Lope Blanch (1978, p. 42), acerca da discussão sobre os papéis (ou objetos de estudo) da Dialetologia e da Sociolinguística, pronunciou-se: “se a Dialetologia tem como finalidade geral o estudo das falas, deverá tratar tanto das suas variedades regionais como das sociais, tanto do eixo horizontal como do vertical”. Entende assim que à Dialetologia interessa tanto a variedade urbana quanto a variedade rural e não apenas esta última, como preconizado por alguns.

Um interessante contraponto é feito por Silva-Corvalán (1988, p. 9) ao explicar que a preocupação básica da Dialetologia é estabelecer fronteiras geográficas de determinados usos linguísticos (concentrando as pesquisas nas áreas rurais) enquanto que a preocupação central da Sociolinguística é definir fronteiras sociais (concentrando as pesquisas especialmente nos centros urbanos).

Na realidade, a Dialetologia e a Sociolinguística estão, ambas, voltadas para “o estudo da diversidade da língua dentro de uma perspectiva sincrônica e concretizada nos atos de fala” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 19).

Como pode ser percebido, a Geolinguística deixa de ter uma visão monodimensional, passando a uma visão mais ampla, bidimensional ou pluridimensional, a serviço dos vários vieses que os estudos linguísticos possam tomar.

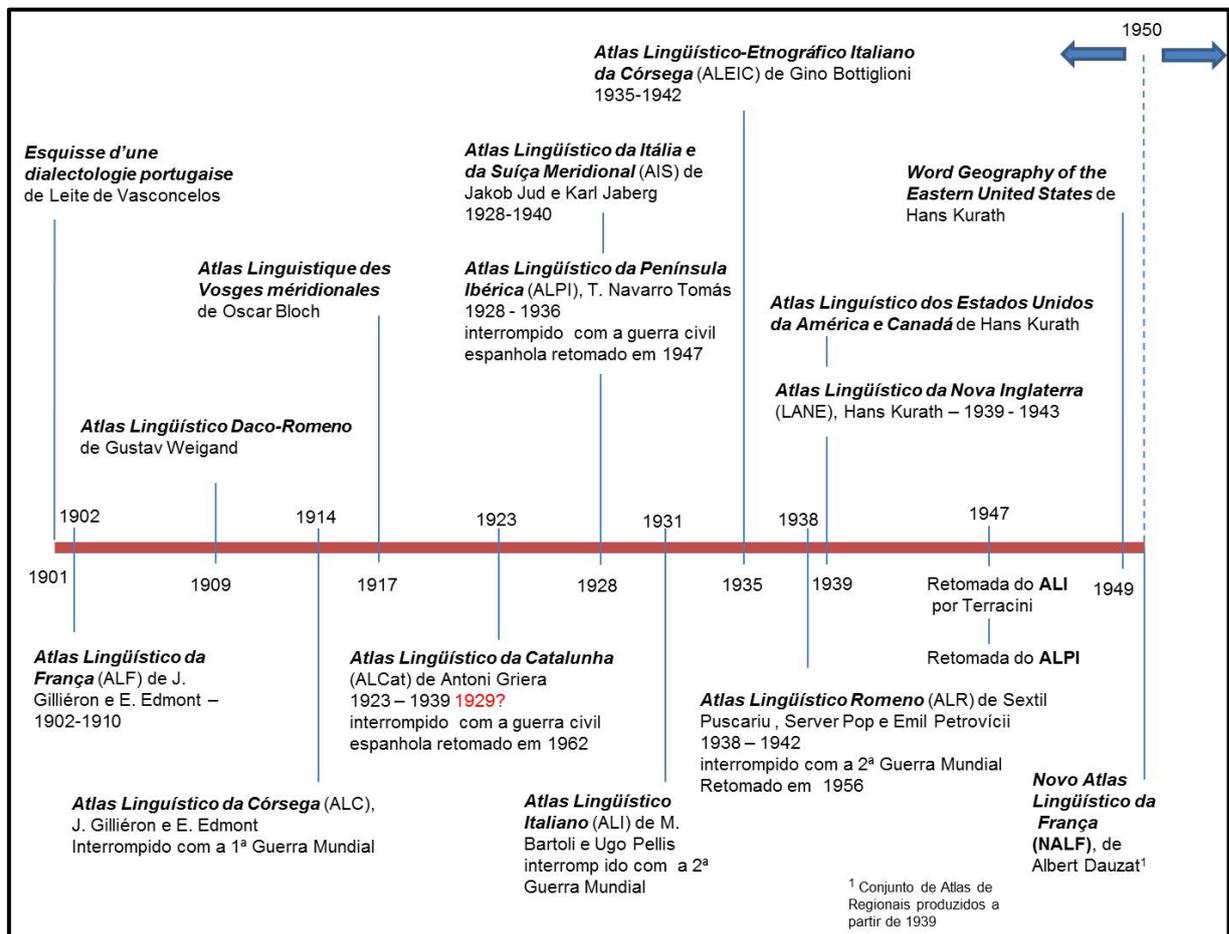
Apesar de ter-se optado, nesta tese, em apresentar as obras relevantes em conjunto, através de quadros-resumo – já que a descrição de cada uma, mesmo que sucinta, implicaria um longo texto descritivo –, algumas delas são comentadas em destaque por alguma característica ou situação especial que representem.

É o caso do *Linguistic Atlas of New England* (LANE), primeiro atlas a fazer o controle de idade com a documentação sistemática dos informantes. Entretanto, apesar de isso ser prova da preocupação com a variação etária, somente no final do século XX, com a publicação dos *Atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay* (ADDU) e *Atlas lingüístico del México*, o caráter pluridimensional das informações decorrentes daquela variável (idade) e outras (sexo, escolaridade, estilo) foi cartografado.

Também o *Atlas linguístico guarani-românico* (ALGR) merece ser citado pelo fato de ser o pioneiro, na área da Geolinguística, no que se refere à descrição de línguas indígenas.

Convém salientar que quase todos os atlas e estudos iniciados na Europa até o primeiro terço desse século sofreram interrupções, seja na etapa de coleta ou na etapa de análise como também na sequência de fascículos/volumes prevista originalmente, especialmente em decorrência da Guerra Civil Espanhola (1939) e da Segunda Guerra Mundial (deflagrada em 1939). Felizmente, vários deles foram retomados, algumas vezes com equipes diferentes, mas, enfim, publicados (Quadros 4 e 5).

Quadro 4 – Atlas internacionais e obras publicados na primeira metade do séc XX



Elaboração Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Jordan (1982), Coseriu (1955), Rodríguez (1998), Cardoso (2010).

Utilizando o glossário elaborado por Cardoso (2010, p. 197-198) do qual se extraiu a definição de Dialetoлогия no início da presente seção, reproduz-se aqui a definição para a Geolinguística:

método de que se utiliza a Dialetoлогия para localizar espacialmente as variações das línguas umas em relação às outras, podendo situar

socioculturalmente cada um dos falantes considerados (CARDOSO, 2010, p. 197-198).

e para a Sociolinguística:

ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa revelar a relação entre a variação linguística e as variáveis sociais, buscando, eventualmente, estabelecer uma relação de causa e efeito (CARDOSO, 2010, p. 197-198).

Também merece destaque o *Atlas of North American English*, publicado em 2006, de autoria de William Labov, Sharon Ash e Charles Boberg. Chama atenção o fato de os trabalhos referências de Labov serem voltados para a Sociolinguística e o Atlas ser eminentemente dialetológico, apresentando com larga vantagem as variações diatópicas em relação às variações sociais.

É necessário ainda destacar que o avanço tecnológico, especialmente o das últimas décadas, contribuiu para que os atlas linguísticos tivessem novos formatos e fossem contemplados com as facilidades e benefícios que esse avanço proporcionou. Esse desenvolvimento influencia os trabalhos em praticamente todas as suas etapas – recolha, armazenamento e recuperação, tratamento, análise e apresentação. Por conta disso, com base na forma como os resultados são apresentados (acrescidos ou não de informações adicionais aos dados cartografados), os atlas podem ser enquadrados em três grupos, assim definidos por Cardoso (2010):

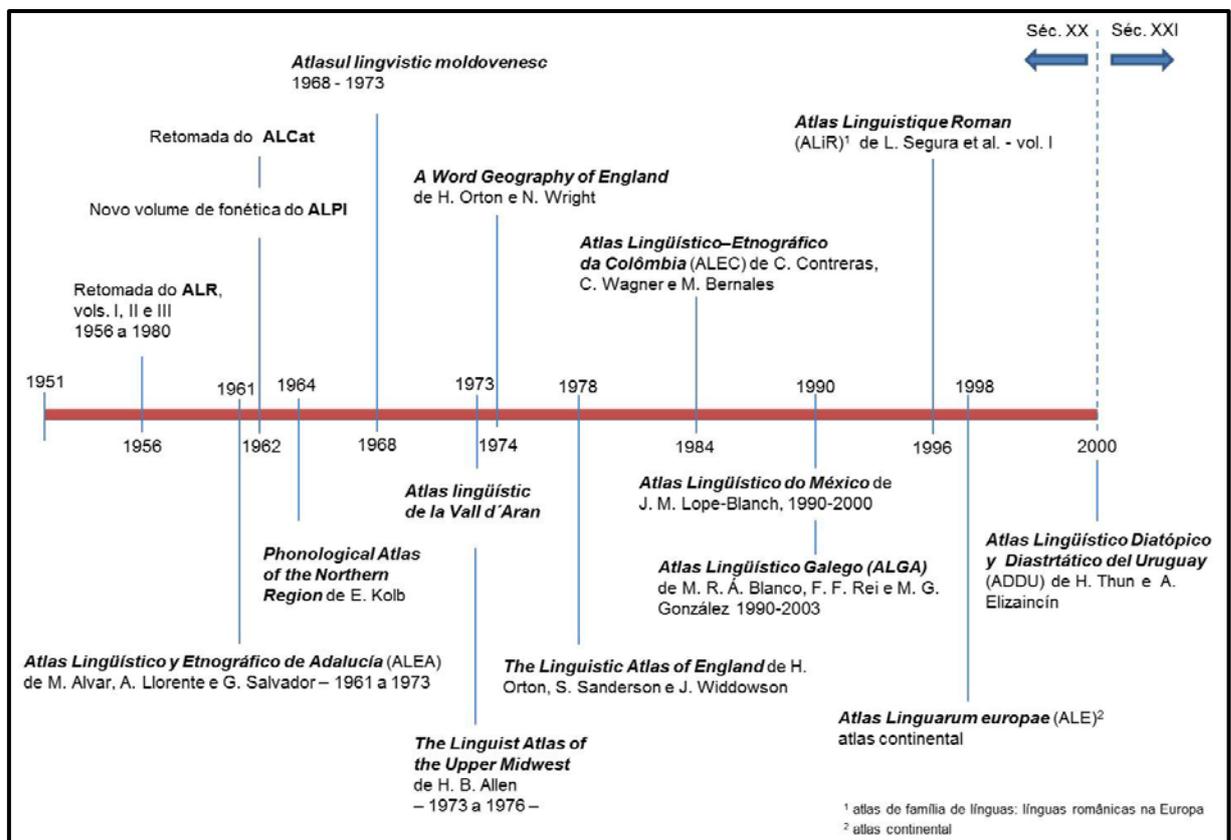
- (i) Atlas de 1ª geração – denominação para atlas linguísticos constituídos de mapas que podem conter informações diatópicas e/ou geossociolinguísticas, acompanhados ou não de notas, sem apresentação de estudos interpretativos.
- (ii) Atlas de 2ª geração – denominação para atlas linguísticos constituídos de mapas que podem conter informações diatópicas e/ou geossociolinguísticas, acompanhados ou não de notas, com apresentação de estudos interpretativos (atlas interpretativos).
- (iii) Atlas de 3ª geração – são os denominados atlas sonoros (*atlas parlants*) que fornecem ao lado dos dados mapeados a possibilidade de audição das elocuições cartografadas referentes a cada informante registrado (CARDOSO, 2010, p. 197).

Em complementação à abordagem acerca do conteúdo feita acima, deve-se registrar aqui, ainda, que também novas alternativas de apresentação (formatos de publicação) e divulgação apareceram praticamente na mesma época dessa última geração. Além das

edições impressas, os atlas passaram a ser publicados em mídias digitais – físicas (CDs, DVDs) ou eletrônica (*e-books*), assim como disponibilizados através de *downloads* gratuitos.

Alguns exemplos desses atlas (seja de famílias de línguas, regionais ou de pequeno domínio) também estão presentes nos Quadros 5 e 6, que mostram os avanços da Geografia Linguística ocorridos no século XX e já nessas quase duas décadas do século XXI, mas numa abordagem da produção internacional, já que, na próxima subseção, serão apresentadas a Dialetolegia e a Geolinguística no Brasil.

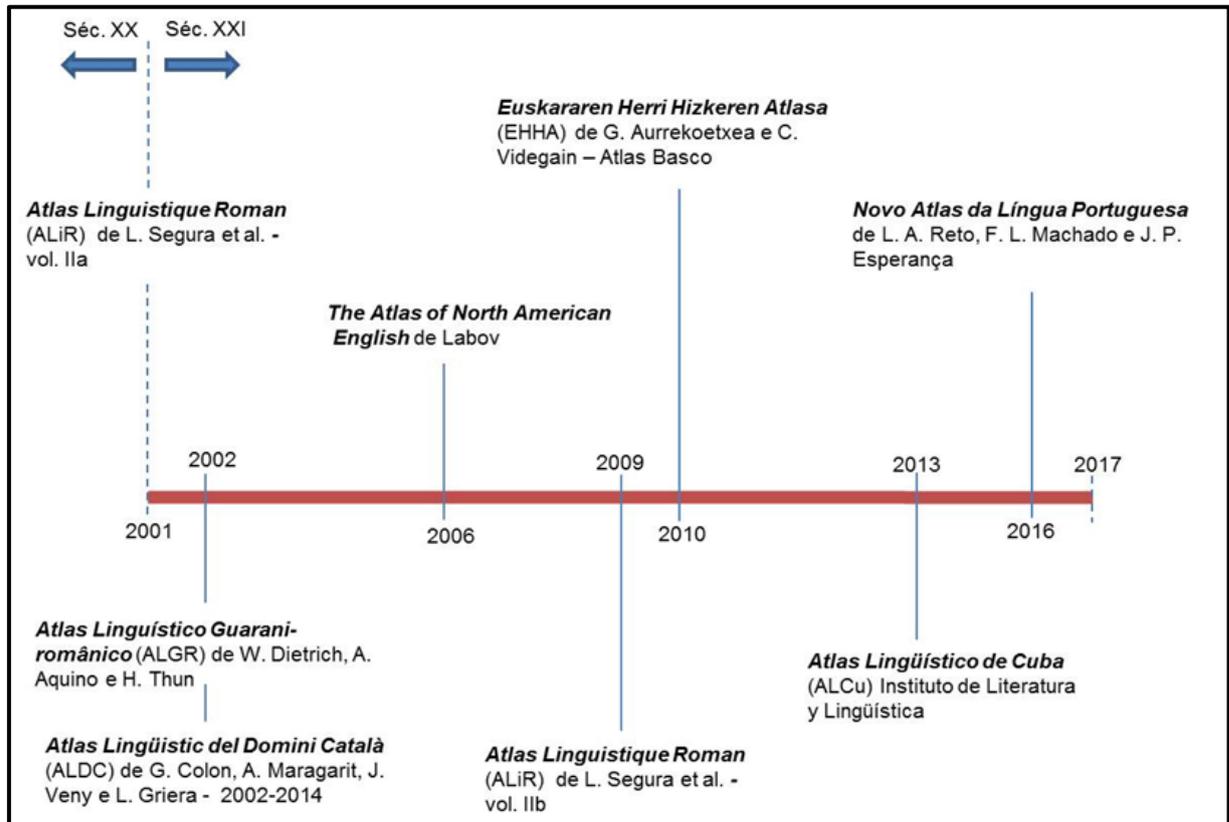
Quadro 5 – Atlas internacionais publicados na segunda metade do séc. XX



Elaboração Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Jordan (1982), Coseriu (1955), Rodríguez (1998), Cardoso (2010), García Mouton (2016).

Quadro 6 – Atlas internacionais publicados nos primeiros anos do séc. XXI



Elaboração por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Cardoso (2010), García Mouton (2016).

2.3 DIALETOLOGIA E GEOLINGÜÍSTICA NO BRASIL

2.3.1 Dos primeiros trabalhos à publicação do *Atlas Linguístico do Brasil*

A fim de sistematizar o estudo do desenvolvimento da Dialetologia no Brasil, alguns autores, como Nascentes (1953, [192-]), Ferreira e Cardoso (1994), Isquardo (2005) e Mota e Cardoso (2006), propuseram periodizações que, embora em momento algum conflitantes, foram se alterando ao longo do tempo, à medida em que novos estudos, novas teorias, novos métodos e técnicas foram sendo desenvolvidos, testados, validados ou modificados.

Atualmente aceita-se essa periodização em quatro fases, cujos marcos divisórios estão associados a fatos que, de alguma forma, marcaram uma mudança ou sinalizaram para novos rumos nos estudos dialetais. Adiante é apresentado um breve resumo acerca dessa periodização, que está solidificada e extensamente argumentada nas referências citadas.

Importa ao leitor deste trabalho conseguir identificar em quais contextos históricos, metodológicos e evolutivos os documentos de Nascentes, objetos de estudo desta pesquisa

([192-], 1953 e 1958), se enquadram. Para tanto, as obras que merecem destaque por abordarem questões e propostas de áreas dialetais serão detalhadas posteriormente.

Após esse resumo são apresentados dois esquemas que demonstram as produções e os projetos de cada fase elencadas por Ferreira e Cardoso (1994, cap. 3).

De acordo com Ferreira e Cardoso (1994, p. 37), ao apresentar, em 1826, a *Introdução ao Atlas etnográfico do globo*²⁵, de A. Balbi, Domingos Borges de Barros – o Visconde de Pedra Branca – registrou a primeira manifestação considerada de cunho dialetal sobre o português do Brasil. Esse evento é estabelecido como marco inicial dos estudos dialetais no Brasil e dá início à primeira fase.

O período que vai de 1826 a 1920, quando foi publicado por Amadeu Amaral *O dialeto caipira*, é considerado a primeira fase e foi caracterizado pela larga produção de dicionários, vocabulários e estudos voltados especialmente para o léxico, destacando-se os léxicos regionais. Essa fase torna-se importante por testemunhar, através da produção, o interesse que já existia pelos registros das variações regionais e pelos estudos lexicográficos.

A importância da publicação de Amaral (1955 [1920]) é que, além de tratar de assuntos relativos ao léxico em seis cidades do estado de São Paulo, estende seus estudos a outros níveis de análise, como questões gramaticais e descrição de pronúncias, com destaque para o estudo do *r* retroflexo (*r* caipira, como denominado por alguns), sem abdicar do vocabulário regional.

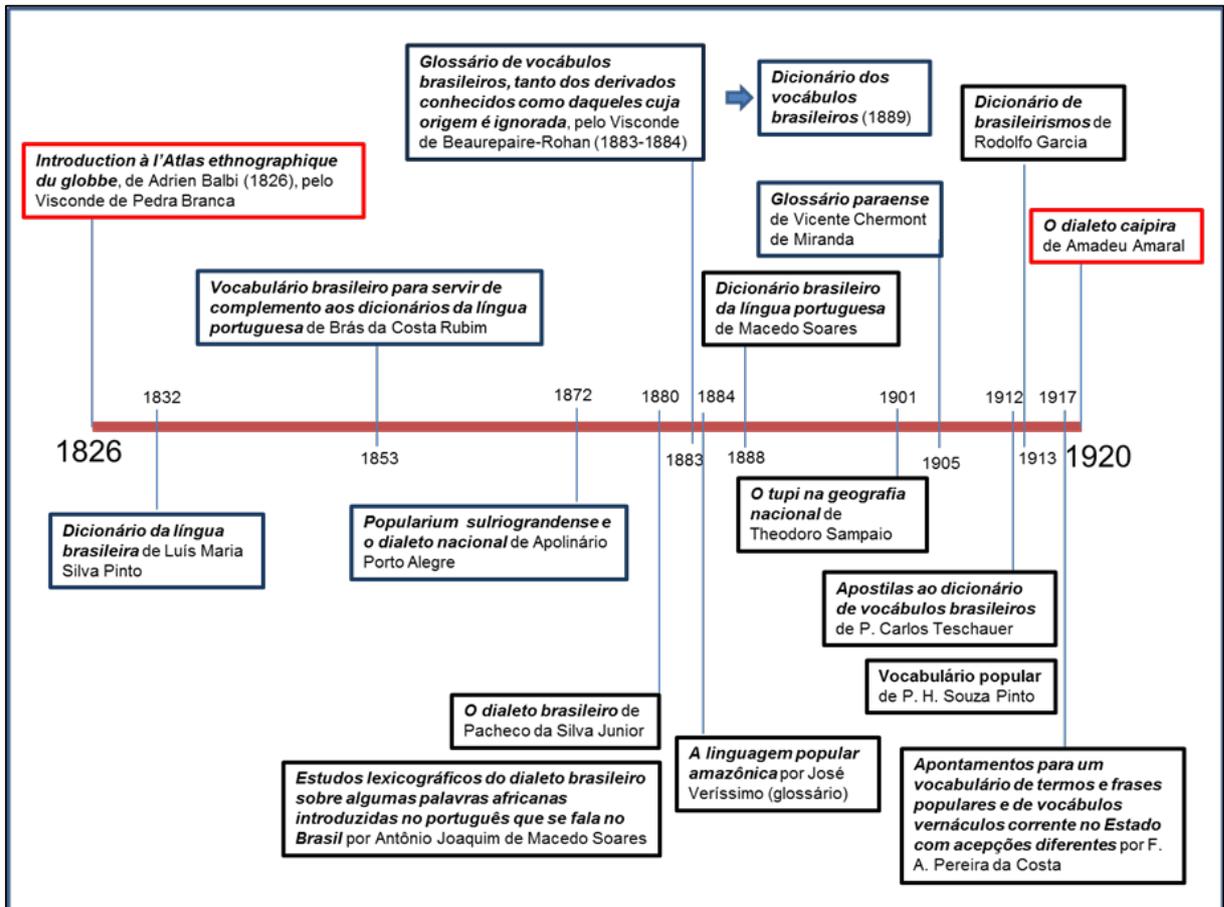
O Quadro 7 apresenta, resumidamente, as principais obras da primeira fase.

Desse modo, pode-se afirmar que antes de ser apenas o fim da primeira fase, *O dialeto caipira* é a obra considerada o marco inicial da segunda fase.

Antenor Nascentes quis perpetuar a importância dessa obra deixando registrada na dedicatória da primeira edição da obra *O Linguajar Carioca em 1922* a seguinte homenagem: “A Amadeu Amaral, que no Dialecto Caipira mostrou a verdadeira directriz dos estudos dialectológicos no Brasil” (NASCENTES, [192-]).

²⁵ A saber, a *Introduction à l'Atlas ethnographique du globe...*, de Adrien Balbi, datado de 1826, que tratava das características da língua falada no então “novo mundo”.

Quadro 7– Produções que marcaram a 1ª fase dos estudos dialetais no Brasil (1826 a 1920)



Elaboração Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Ferreira e Cardoso (1994, p. 38).

Essa nova fase continua apresentando muitas publicações de natureza lexicográfica, apesar de ser marcada pelo grande número de produção de trabalhos de caráter monográfico e de expandir o enfoque linguístico abrangendo estudos de fonética, morfologia, sintaxe e semântica. Dentre as mais relevantes encontram-se a primeira edição da obra *O Linguajar Carioca em 1922*, de Antenor Nascentes [192-], e *A língua do Nordeste* (1934), de Mário Marroquim.

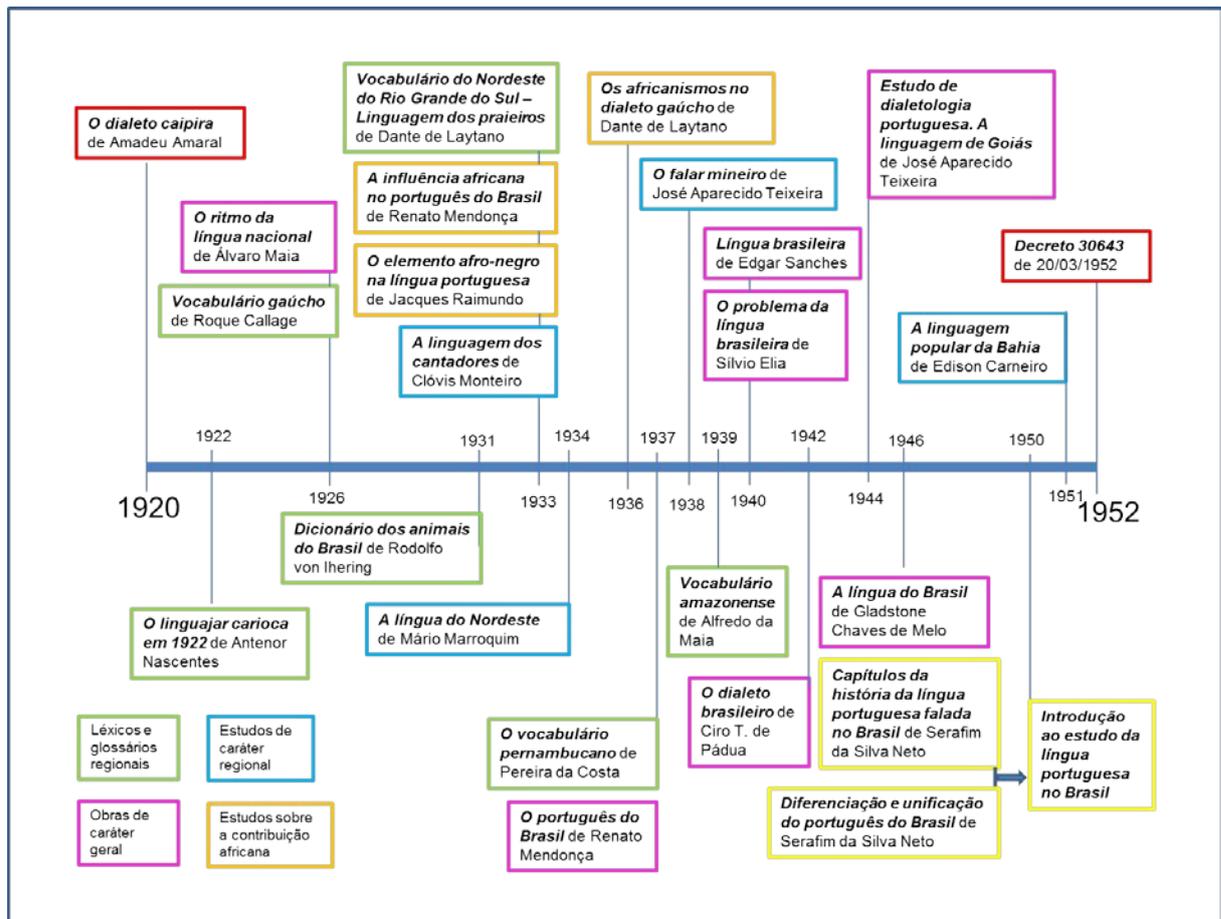
Antenor Nascentes contribuiu inegavelmente ao propor a primeira versão da sua divisão dialetal do Brasil, cujo registro cartográfico é um dos objetivos do presente trabalho, já que originalmente tinha as características de um estudo monográfico, como muitos desse período que então se iniciava.

Tantas foram as produções com novos enfoques que na relação apresentada por Ferreira e Cardoso (1994, p. 43-44) as autoras optaram por agrupá-las em quatro conjuntos:

(i) dos léxicos e glossários regionais, (ii) obras de caráter geral, (iii) estudos de caráter regional e (iv) estudos envolvendo a contribuição africana.

Estas e outras obras encontram-se apresentadas no Quadro 8, como feito para a fase anterior.

Quadro 8 – Produções que marcaram a 2ª fase dos estudos dialetais no Brasil (1920 a 1952)



Elaboração Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Ferreira e Cardoso (1994, p. 43-44).

Apesar de terem diferentes abordagens de conteúdo, as duas primeiras fases têm em comum o fato de ainda não contarem com uma metodologia e uma sistematização para os trabalhos de campo e recolha dos dados, embora essa tenha sido sempre uma preocupação, especialmente na segunda fase.

Desse modo, como visto até o momento, embora os trabalhos dialetais no Brasil tenham sido produzidos desde o século XIX, os estudos em Geolinguística datam de meados do século XX, quando, em outros países, já tinha atingido maior estágio de desenvolvimento e importância.

A importância dessa segunda fase é atribuída às inúmeras tentativas de definição de áreas dialetais brasileiras com a publicação de várias propostas que culminam com a determinação, sob forma de lei, da elaboração do *Atlas Linguístico do Brasil*. Essa decisão está explícita no Decreto 30.643, de 20 de março de 1952²⁶, no qual o governo brasileiro define, dentre outras, as finalidades da Comissão de Filologia Casa de Rui Barbosa, então recentemente criada. Esse posicionamento histórico, para Ferreira e Cardoso (1994), encerra a segunda fase e é o marco inicial da terceira fase.

Nascentes (1952), como indicam Mota e Cardoso (2006, p. 18), propõe a periodização em duas fases: uma de 1826 a 1920 e outra, “de 1920 aos nossos dias”. Os *nossos dias* referidos por Nascentes dizem respeito ao ano de 1952, quando publicou tal proposta (NASCENTES, 1952, p. 181). Pelo fato de ter sido feita no mesmo ano da publicação do Decreto, os efeitos práticos dela decorrentes ainda não tinham acontecido, não dispondo, portanto, de elementos que assegurassem que esse seria um marco, como assim fizeram Ferreira e Cardoso, anos depois.

De modo geral, a terceira fase é caracterizada por um grande avanço nas questões afeitas à pesquisa e à metodologia, além do crescimento e da consolidação da Geolinguística brasileira, já que, apesar da lei, não havia condições de, em 1952, dar-se início à elaboração do tão esperado atlas linguístico do Brasil.

Entre 1952 e 1957 (ano do *III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, em Lisboa) foram muitos os trabalhos produzidos e pesquisas baseadas em *corpora* cientificamente constituídos e sistematizados e essas experiências ratificaram, por consenso, que, naquele momento, 1957, ainda não seria possível a realização do atlas nacional.

Entretanto já existiam opiniões favoráveis à produção de atlas regionais, conforme proposta de Marroquim em 1934, endossada por Celso Cunha e Serafim da Silva Neto (1957) e Nascentes (1958).

Mais uma vez merece destaque Antenor Nascentes, que, além de publicar uma nova edição de *O linguajar carioca* (1953), elaborou as *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, em 1958 (segundo documento objeto de estudo desta tese).

²⁶ Esse Decreto foi regulamentado pela Portaria n.º 536, de 26 de maio de 1952.

Não se poderia aqui omitir o caráter pioneiro e de inquestionável importância de Nelson Rossi em todo esse processo. Ao criar o grupo de pesquisa na Universidade Federal da Bahia estava firmando os alicerces da pesquisa geolinguística no Brasil, que culminou com a publicação, em 1963, do primeiro dos considerados atlas de pequeno domínio publicado no país: o *Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB*, de cuja obra foi autor, tendo contado com a colaboração de Ferreira e Isensee (ROSSI, 1963).

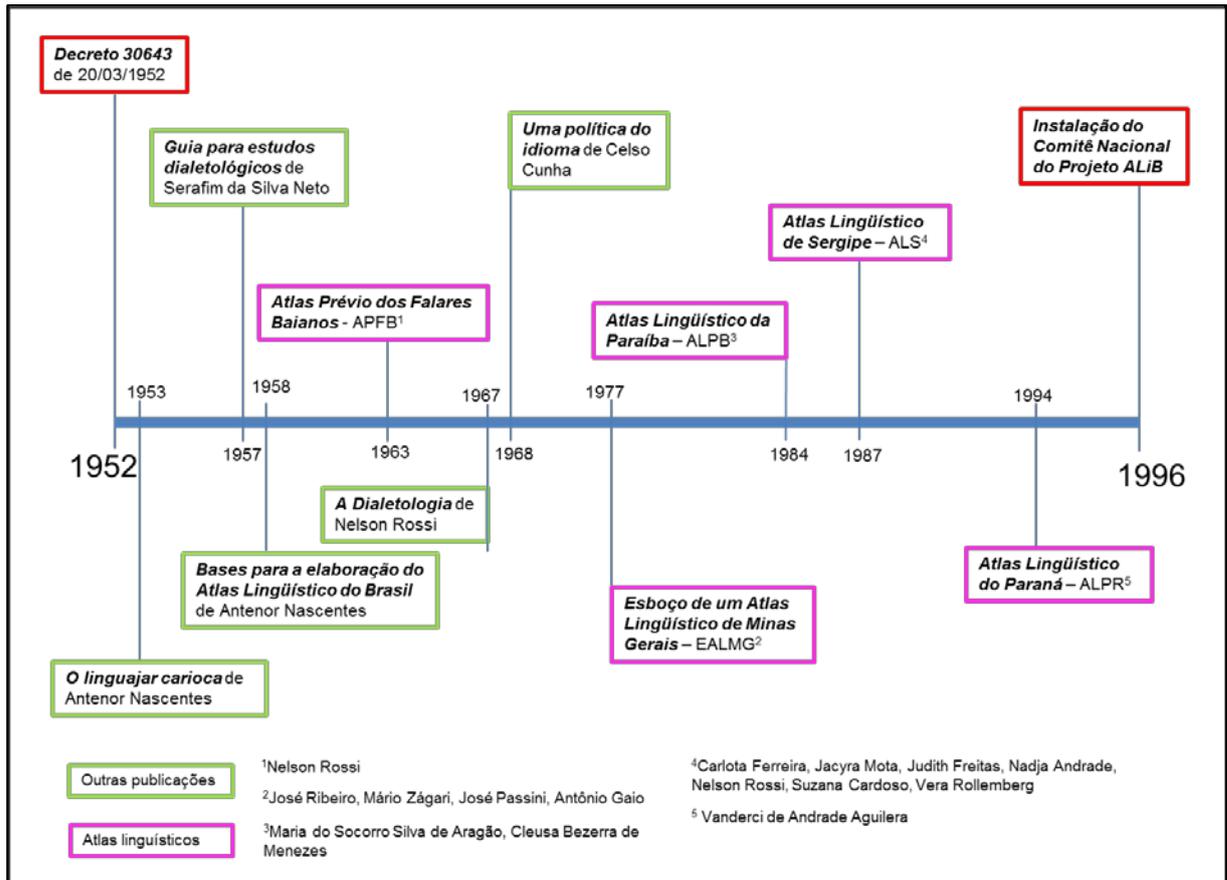
Alguns projetos que não envolveram a publicação de atlas linguísticos também devem ser mencionados pela importância tanto da abrangência geográfica quanto da quantidade inestimável de material produzido. Dentre eles destacam-se: o Projeto NURC – Norma Urbana Culta – projeto desenvolvido em cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) iniciado em 1969, e o Projeto CENSO – Subsídios Sociolinguísticos do Projeto Censo à Educação – desenvolvido pela UFRJ e pela Fundação Universitária José Bonifácio, criado para complementar os dados do Projeto NURC, com a participação de instituições não universitárias. O Projeto NURC, diferentemente da versão espanhola da qual derivou e que contemplou apenas a capital do país, incluiu, como listadas acima, cinco capitais estaduais.

Dessa forma, a maturidade geolinguística do Brasil foi alcançada através da elaboração dos atlas estaduais e regionais e de inúmeros trabalhos que merecem destaque e que estão expostos nos quadros seguintes (cf. Quadros 9 e 10).

Por tudo isso, chegou-se em 1996 com experiência e fôlego para dar início a um projeto nacional através da oficialização da elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, com a constituição do Comitê Nacional durante o *Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, em Salvador, Bahia. Como bem se expressam Ferreira e Cardoso (1994, p. 44), “Posta na letra da lei, a Geografia lingüística no Brasil não teria encontrado desenvolvimento sem o trabalho relevante e pioneiro dos que com ela se sentiam comprometidos”.

Esse momento, de retomada do projeto de um atlas linguístico nacional, encerra a terceira e inaugura a quarta fase, que inclui o momento atual (Quadro 9).

Quadro 9 – Produções que marcaram a 3ª fase dos estudos dialetais no Brasil (1952 a 1996)



Elaboração Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Ferreira e Cardoso (1994), Mota e Cardoso (2006).

A motivação gerada pela formação do Comitê Nacional, integrado por pesquisadores de várias universidades brasileiras, fez com que, de forma quase natural, fossem implementadas linhas de pesquisa em Geolinguística em muitas delas, as quais foram responsáveis pelo significativo aumento na quantidade de trabalhos, no número de atlas publicados e nos eventos destinados à divulgação, discussão e fomento das pesquisas.

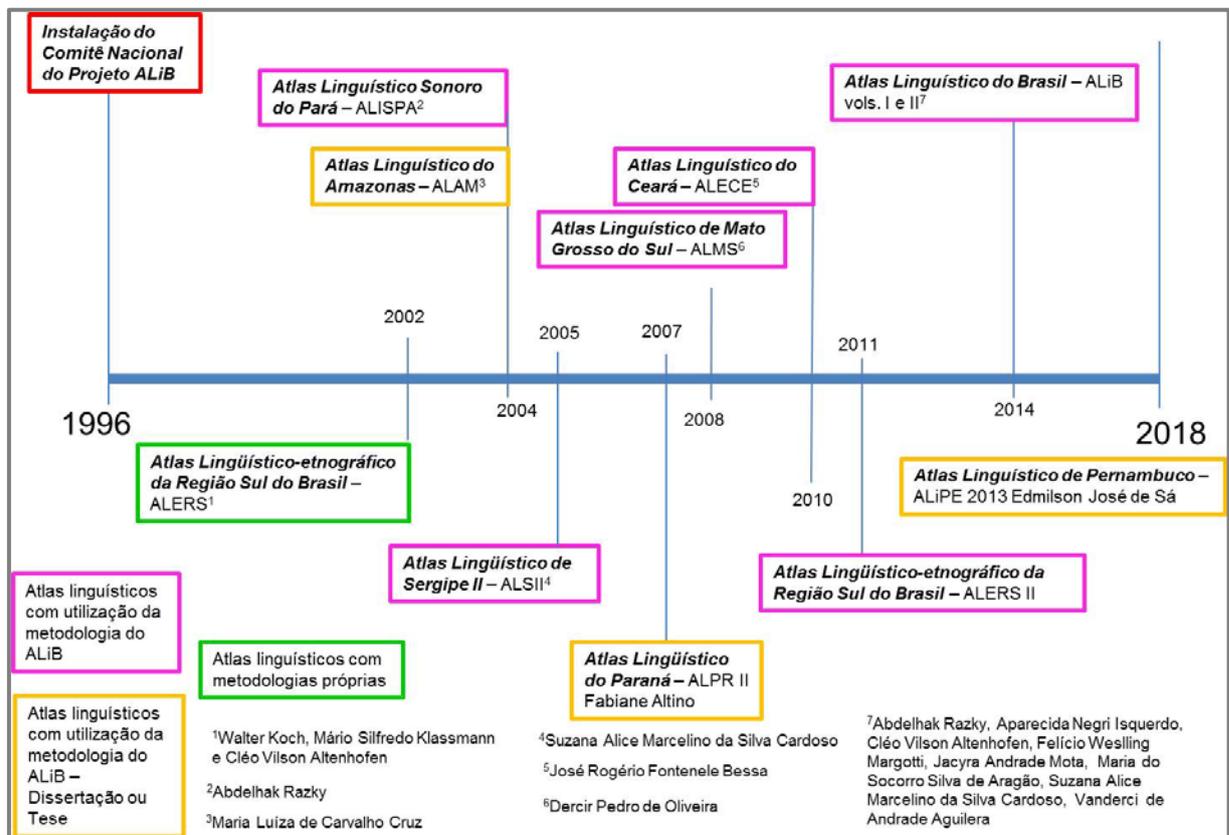
Com isso, ao envolver um número grande de pesquisadores pertencentes a instituições com as mais diversas origens e tradições, novos campos de estudos linguísticos foram contemplados e a produção (nela incluídos alguns atlas) passou a incorporar dados morfossintáticos, metalingüísticos e pragmático-discursivos.

Além disso, os princípios apregoados pela Sociolinguística passaram a ser incorporados aos elementos definidores dos princípios metodológicos adotados, levando a uma clara distinção entre a Geolinguística monodimensional predominante até então e a nova Geolinguística, pluridimensional (a tradicional *versus* a contemporânea).

Tal pensamento está presente em Mota e Cardoso (2006), ao proporem o início da 4ª fase da história dos estudos dialetais no Brasil:

Do ponto de vista metodológico, essa nova fase coincide com a incorporação dos princípios implementados pela Sociolinguística a partir da década de 60 do século passado, abandonando-se a visão monodimensional – monoestrática, monogeracional, monogenérica, monofásica, etc – que predominou na geolinguística hoje rotulada de “tradicional” (MOTA; CARDOSO, 2006, p. 21).

Quadro 10 – Algumas produções que marcaram a 4ª fase dos estudos dialetais no Brasil (1996 a 2017)



Elaboração Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Cardoso (2010), PROJETO ALiB (1996).

Ao longo desses 21 anos quando se completa a maioria da quarta fase, um balanço pode ser feito da farta produção dos trabalhos de cunho dialetológico, seja sob a forma de atlas seja de caráter monográfico. Também cada vez mais vão se ampliando os rumos já solidificados e abrem-se novos caminhos envolvendo o estudo da língua. Mas nada é tão marcante quanto a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que a caracterizam. Na área linguística isso fica claro com os trabalhos que foram e vêm sendo desenvolvidos com o *corpus* do Projeto ALiB, em estudos lexicográficos e sociolinguísticos, por exemplo. O fato de se utilizar, como qualquer ciência moderna, dos novos recursos tecnológicos, tanto torna a

linguística uma usuária em potencial desses recursos (pela grande quantidade e variedade de dados que manipula) como desperta a atenção de cientistas de outras áreas que nela veem um vasto celeiro de oportunidades para aplicarem e desenvolverem suas ciências, como pode ser exemplificado com o envolvimento de pesquisadores de outras áreas (notadamente os especialistas em tecnologia da informação e os da ciência cartográfica) tanto na equipe do Projeto ALiB quanto nas de outros projetos regionais.

Como pôde ser observado por meio do Quadro 10, alguns trabalhos produzidos utilizam parte da metodologia do ALiB, embora, em menor número, alguns deles façam uso de questionários e metodologia próprios, o que não invalida nem compromete a qualidade dos produtos.

No que diz respeito diretamente aos interesses desta tese, duas outras características estão praticamente presentes em todos eles:

- (i) a busca por enquadrar as respectivas áreas de abrangência naquelas definidas por Nascentes (1953) e
- (ii) a tentativa de relacionar os pontos escolhidos para as respectivas redes com aqueles por ele sugeridos (1958).

2.3.2 A publicação do *Atlas Linguístico do Brasil*: o início de uma 5ª fase?

Embora na subseção anterior tenha-se honrado ainda a periodização até então proposta e aceita, propõe-se agora a inclusão de uma nova fase, encerrando-se a quarta fase em 2014. Em 8 de outubro daquele ano, na Universidade Estadual de Londrina - UEL, foi feito o lançamento em nível nacional e internacional (durante o *III Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística - CIDS*) dos dois primeiros volumes do *Atlas Linguístico do Brasil*, 18 anos após a implantação do Projeto, 13 anos após a aplicação do primeiro questionário na cidade de Quirinópolis (GO) e apenas um ano após a aplicação do último, na cidade de Limoeiro (PE).

De lá para cá, independentemente de iniciar-se – ou não – uma nova fase, é indiscutível a argumentação de que esse é um marco da Geolinguística brasileira: tanto pelo fato de inúmeros trabalhos terem sido desenvolvidos, desde então, a partir do seu conteúdo, quanto pela extensão alcançada, seja pela disponibilização do atlas em bibliotecas não apenas

das Universidades integrantes do Projeto, seja pela divulgação em âmbito nacional que o atlas teve a partir de telejornais de coberturas locais e nacionais, além de uma série composta de vários programas, abordando praticamente todas as áreas de estudos linguísticos que o ALiB contempla.

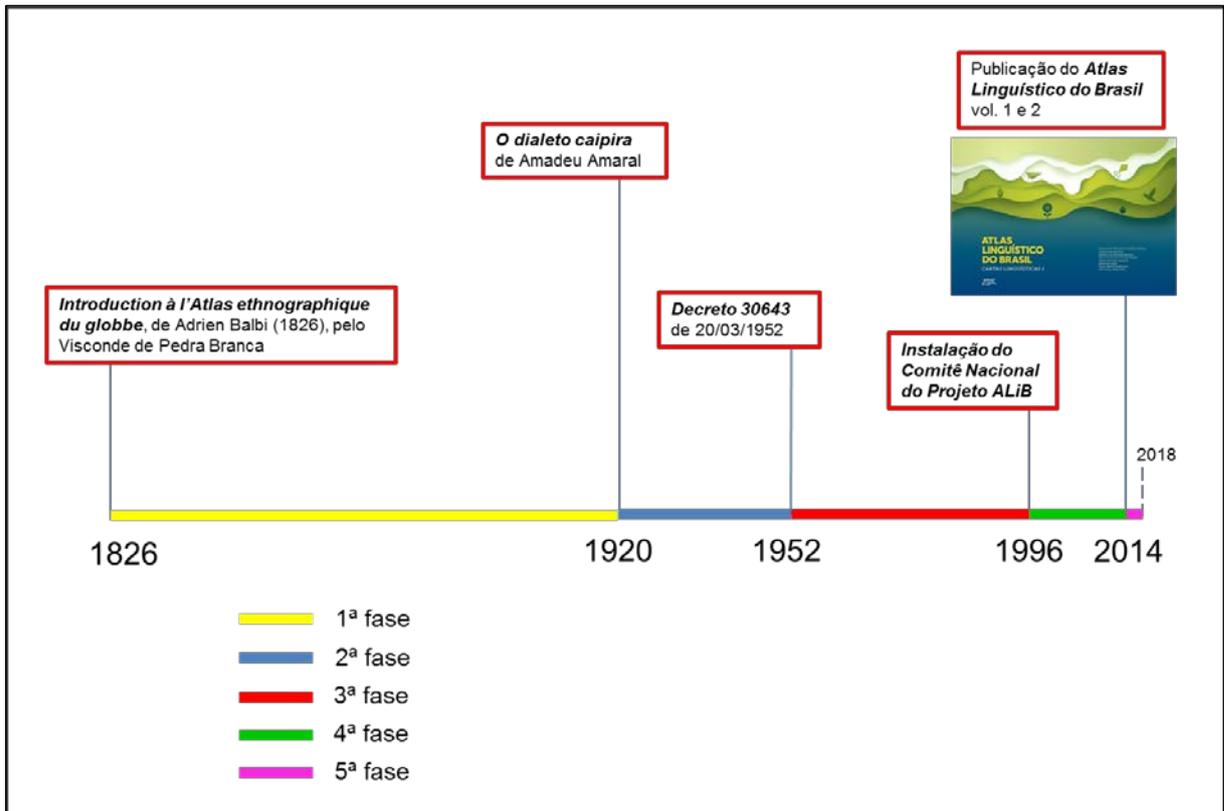
Em pesquisa feita nos diversos endereços eletrônicos que disponibilizam essas reportagens em formatos de vídeos, foram confirmadas mais de duzentos e sessenta mil (260 000) visualizações, algumas acompanhadas de interessantes comentários.

Também o número de alunos de pós-graduação que voltam suas pesquisas para estudos de Dialetologia e de Sociolinguística e de alunos de iniciação científica que também o fazem aumentou consideravelmente. Muitos desses alunos já participam de novos projetos originados a partir do Projeto ALiB e que tomaram seus próprios rumos. Esse valioso incremento para a produção científica e manutenção do interesse pelos estudos nessa área pode ser constatado através dos relatórios anuais do Projeto, alimentado por todas as Regionais participantes. A publicação *Documentos 7, ALiB: 20 anos de história* (2017) da Coleção *Documentos do Projeto ALiB*, apresenta a produção dos 20 anos (1996-2016) de trabalho, além das perspectivas para as próximas ações.

Não apenas do ponto de vista do conteúdo, o ALiB representa um marco: do ponto de vista cartográfico, também se trata de uma publicação inovadora, especialmente por ser o primeiro atlas linguístico no Brasil a ter sido concebido para utilização em Sistemas de Informações Geográficas, não somente pelo fato de ter sido utilizada uma base cartográfica digital, oficial, mas também porque todas as feições geográficas estão perfeitamente construídas para esse fim. Com isso, outra característica ímpar é o georreferenciamento de todas as localidades, tornando todas as cartas publicadas passíveis de reedições e complementações a qualquer época.

Diante do exposto e pelas razões elencadas, **propõe-se que a publicação dos dois primeiros volumes do ALiB seja considerada o marco inicial de uma quinta fase dos estudos da Dialetologia no Brasil**, como se vê no Quadro 11.

Quadro 11 – Proposta de periodização dos estudos dialetais no Brasil segundo Teles



Fonte: Elaboração Ana Regina Torres Ferreira Teles.

2.3.3 As regiões dialetais propostas

Do APFB (ROSSI, 1963) até o momento atual (2018), foram muitos os atlas produzidos (e muitos encontram-se em andamento), cujos objetivos incluíam (e ainda incluem), na maioria, além da representação dos resultados das análises dos estudos linguísticos, tentativas de definição de áreas dialetais (novas ou confirmação ou não de algumas das existentes).

A maioria dos trabalhos voltados para a definição de áreas dialetais tem como referência aquela elaborada por Antenor Nascentes, proposta originalmente em 1922 e que ao longo de cerca de 30 anos foi reavaliada, passando por situações intermediárias até a sua versão mais recente, datada de 1953.

Entretanto, embora o foco desta tese seja o registro da sua última proposta, muitos outros autores também propuseram outras regionalizações, algumas bastante discutidas e outras nem tanto, podendo-se afirmar, sem exagero, que, em alguns casos, não são sequer conhecidas.

As mais citadas são justamente aquelas às quais Nascentes se refere para justificar a sua proposta, concordando e aproveitando algumas sugestões e, em outros casos, discordando das propostas feitas e sugerindo modificações.

A depender do momento no qual foi elaborada, cada uma das propostas acaba por deixar transparecer os conceitos que embasaram sua fundamentação, sejam da teoria linguística, sejam da teoria geográfica.

Isso pode ser visto nos argumentos extralinguísticos apresentados pelos autores, como poderá ser observado adiante.

Procurou-se então aprofundar a pesquisa buscando outras fontes assim como as fontes originais de algumas das propostas transcritas por terceiros, já que se havia verificado existirem diferenças entre algumas versões, inclusive do próprio Nascentes, que, ao descrever sua proposta de 1922 na edição de 1953, omitiu uma parte importante daquela descrição, como será abordado na subseção 2.3.3.9.

Em alguns casos, mesmo não tendo sido localizados os documentos originais, optou-se por apresentá-los, especialmente por terem sido objeto de análise e crítica de Nascentes.

Como as propostas são, na maioria, apenas descritivas, buscou-se, dentro do possível, gerar cartogramas de forma a facilitar a identificação de possíveis similaridades ou divergências entre elas.

Não é objetivo também analisá-las e discuti-las como o fizeram os vários autores quando necessitaram argumentar e justificar suas próprias propostas. Reafirma-se que o propósito desta tese é a identificação das propostas de Nascentes (divisão dialetal e identificação dos pontos sugeridos para a rede do atlas linguístico do Brasil). Por esse motivo, a abordagem destacará, além das divisões propostas, as justificativas extralinguísticas que os levaram a propô-las, já que, todos eles, unanimemente, afirmavam não existirem estudos e dados suficientes para considerá-las como definitivas.

A seguir estão apresentadas em ordem cronológica, à exceção das de autoria de Antenor Nascentes, que serão comentadas após todas as demais: primeiro, porque por terem influenciado de algum modo a proposta final; e em segundo lugar, por estarem logicamente associadas e ser interessante perceber as alterações sofridas ao longo dos 31 anos passados entre a primeira e a última proposta de divisão.

2.3.3.1 Proposta de Julio Ribeiro²⁷ (1881)

De acordo com Serafim da Silva Neto (1950) e Nascentes (1953, p. 20), a proposta de Júlio Ribeiro foi elaborada pautada exclusivamente num critério geográfico:

- 1) Norte (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco);
- 2) Leste (Alagoas, Sergipe, Baía, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo);
- 3) Centro (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso);
- 4) Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Embora Julio Ribeiro tenha falecido em 1890, ambos os autores atribuem a essa proposta o ano de 1891.

Outro aspecto que merece destaque é que ambos afirmam que tal divisão teria sido aceita por Mendes dos Remédios²⁸, sendo que Nascentes indica que teria sido à página 20 do livro *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (REMÉDIOS, 1898). Cabe ressaltar, entretanto, que na bibliografia constante do livro de Nascentes (1953, p. 212) só foi encontrado para esse autor o registro da obra *Introdução à história da literatura portuguesa*, Coimbra, 1897. Em consulta à segunda edição dessa obra, de 1898, Mendes dos Remédios refere-se à p. 34, a Julio Ribeiro 1891.

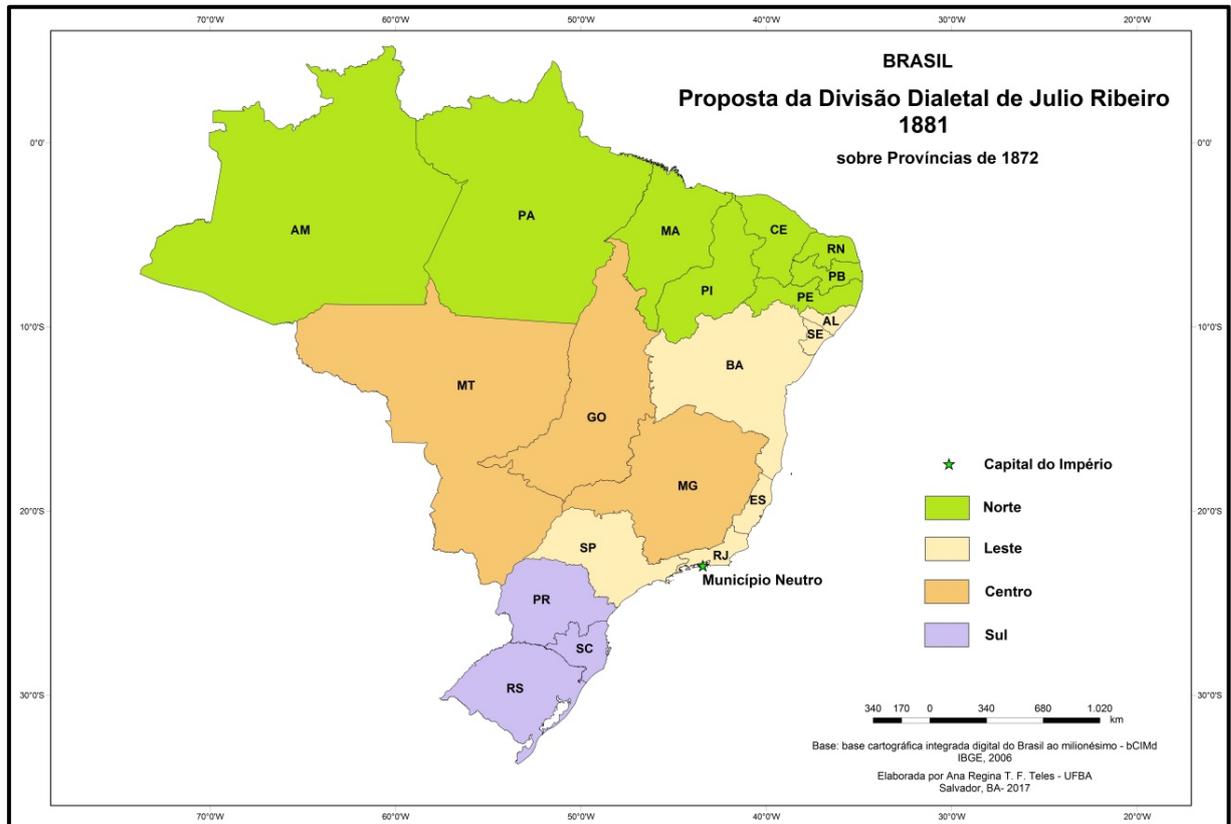
Também na bibliografia de Nascentes, observa-se que a obra de Julio Ribeiro citada é a 13ª. edição da *Gramática portuguesa*, de 1919, enquanto a edição original é de 1881 e a 3ª edição, de 1891. Por esses motivos, acredita-se que essa proposta tenha sido apresentada no ano de 1881 e não em 1891.

O cartograma da Figura 13 representa esta divisão.

²⁷ Júlio César Ribeiro Vaughan (1845 – 1890) – jornalista, filólogo e romancista brasileiro.

²⁸ Joaquim Mendes dos Remédios (1845 – 1890) – escritor e professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Figura 13– Cartograma da proposta de divisão dialetal de Julio Ribeiro



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Mendes dos Remédios (1898, p. 34), Nascentes (1953, p. 20).

2.3.3.2 Proposta de João Ribeiro²⁹ (1900)

Citado por Serafim da Silva Neto no artigo do jornal *A Manhã* (SILVA NETO, 1950) e por Nascentes (1953), o trabalho de João Ribeiro contido na *História do Brasil* (1ª edição, 1900) não apresenta qualquer outro viés (geográfico ou linguístico) além do exclusivamente histórico. A partir do que denominou de “teoria dos focos de irradiação da cultura e civilização” do Brasil, apresentou o que considerava os polos a partir dos quais se deu o nosso povoamento, esclarecendo, na sua introdução:

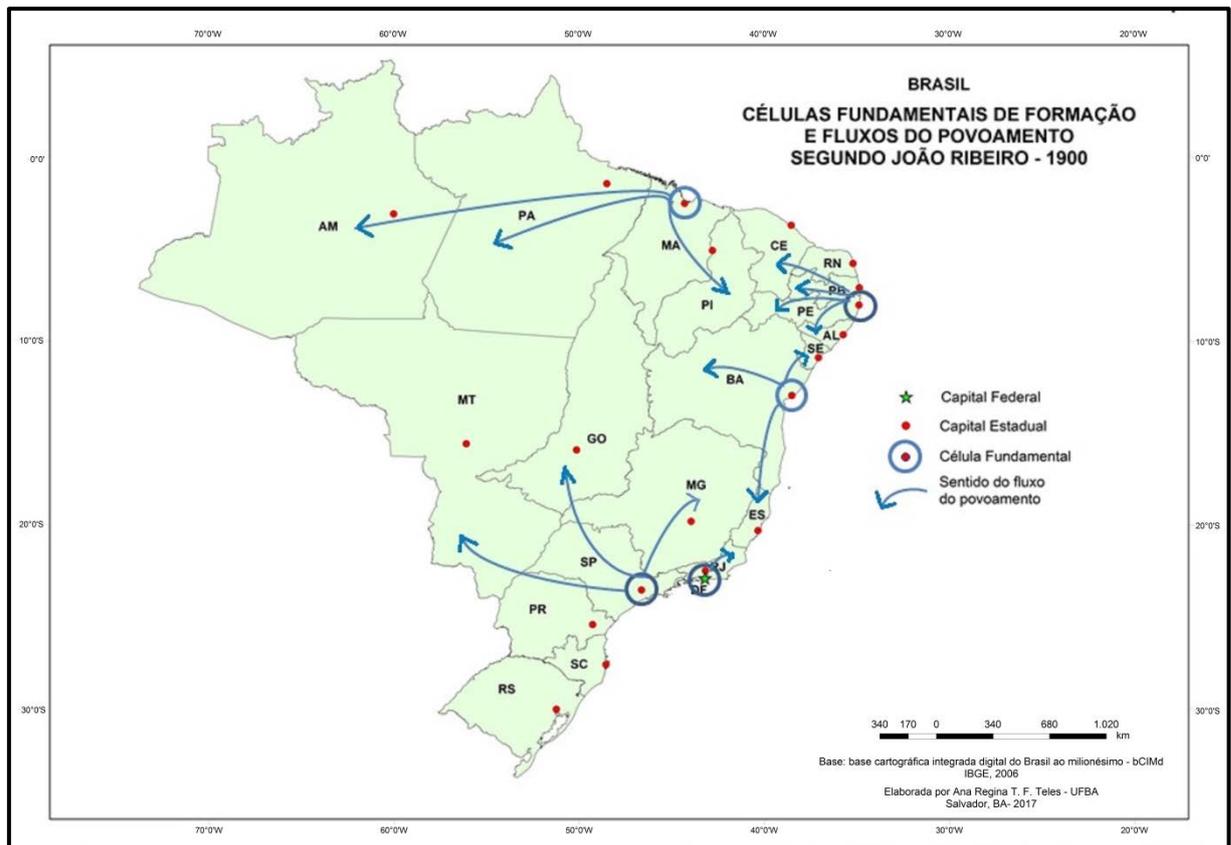
[...] quiz indicar, se me é permittida a expressão que acredito clara, as quatro cellulas fundamentaes que por multiplicação formaram todo o tecido do Brasil antigo: a de **Pernambuco**, que gera os nucleos secundarios da Parahyba, R.G. do Norte, Ceará e Alagoas [...]; a da **Bahia**, que absorve Ilheos e Porto Seguro e gera Sergipe; a de **São Paulo**, donde envolve todo o oeste, com os bandeirantes, Goyaz, Minas, M. Grosso); a do **Rio**, que pelo elemento official em lucta com os hespanhóes faz nascer e já tarde, as capitancias do extremo sul; a do **Maranhão** ou **Pará**, que gera as unidades administrativas do extremo norte, e sempre viveu separado do Brasil e até pelos portuguezes [...] (RIBEIRO, 1900, p. x).

²⁹ João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860 – 1934) – jornalista, literário, filólogo e historiador.

Essa transcrição é a que Serafim da Silva Neto apresenta no citado artigo (com algumas alterações) e que, como se observa, não constitui qualquer tipo de regionalização, apenas uma visão de como se distribuíram os focos de povoamento.

Baseado nessa abordagem, foi elaborado um mapa dos polos e dos fluxos, à Figura 14.

Figura 14 – Polos e fluxos do povoamento brasileiro segundo João Ribeiro (1900)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Ribeiro (1900, p. 188-203).

Após essa descrição das células, no capítulo “Formação do Brasil”, Ribeiro (1900) retoma o assunto quando afirma:

Ainda que sejam hoje numerosas as divisões administrativas do Brasil e ainda que a acção da monarquia brasileira lhes desse perfeita coordenação e unidade, a extensão geographica e tambem a historia das antigas capitancias confirmam a existência de grandes grupos locais em que se reparte a imensa área do paiz.

Foram esses grupos (que ainda o são por vários aspectos) não menos que cinco: 1° o *Extremo Norte*; o antigo *Estado do Maranhão* (do Amazonas ao Ceará) que até os tempos da independência desenvolveu-se separadamente do governo geral, [...] 2° o *Norte*, a capitania geral de Pernambuco em cuja esfera de influencia, provada sempre na conquista hollandeza e na revolta de 1817, entravam R. G. do Norte Parahyba e Alagoas; corresponde esse grupo ao *Brasil hollandez* no momento do armistício. 3° o *Centro*, isto é a

Bahia e as dependências suas, Sergipe, Ilhéos e Porto Seguro a ella agregadas. 4° o *Interior*, que é S. Paulo com as teras de oeste, sul e norte conquistadas pelos bandeiantes [sic] paulistas, isto é, Paraná, Goyaz, Minas, Matto Grosso que depois se desagregaram e formaram capitánias a parte: [sic] 5° o *Rio de Janeiro*, a única cidade do littoral da colônia que tinha grande importância equi valente [sic] e logo maior que Bahia e Pernambuco; ao Rio fica submetido todo o fraco littoral do sul, (aberta apenas a exceção de S. Paulo) isto é, Santa Catharina e Rio Grande, ambas de povoação recente (RIBEIRO, 1900, p. 187).

propondo, em nota de rodapé, um possível desdobramento:

Ainda hoje pouco haveria a modificar n'essas divisões, que se desenvolveram como unidades históricas, autonomas, a não ser talvez o accrescentar-se [sic] a existência de um grupo extremo meridional (6° *Rio Grande*) [...] e outro extremo séptentrional (7° *Amazonas*) diferente do Maranhão; e mais o (8) *Ceara*, que mesmo nos tempos coloniaes viveu indeciso entre as orbitas administrativas do Maranhão e Pernambuco (RIBEIRO, 1900, p. 188).

Em continuidade, descreve profundamente o processo histórico de formação de cada um dos grupos, discriminando as capitánias/unidades que integram cada um deles, transcritos adiante, desta feita caracterizando, de fato, uma proposta de regionalização:

- I. O **Extremo Norte** (1° grupo compreendendo a Amazonia, o *Maranhão*, Piauí e Ceará) (RIBEIRO, 1900, p. 188).
- II. O **Norte** (segundo grupo, compreendendo Alagoas, *Pernambuco*, Parahyba e Rio Grande do Norte) (RIBEIRO, 1900, p. 192).
- III. O **Centro** (terceiro grupo: compreendendo Sergipe, *Bahia*, Ilhéos, Porto Seguro) (RIBEIRO, 1900, p. 196).
- IV. O **Interior**: grupo compreendendo S. Paulo, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso (RIBEIRO, 1900, p. 198).
- V. O **Sul** (quarto grupo (sic) compreendendo Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sta. Catharina, Rio G. do Sul) (RIBEIRO, 1900, p. 203).

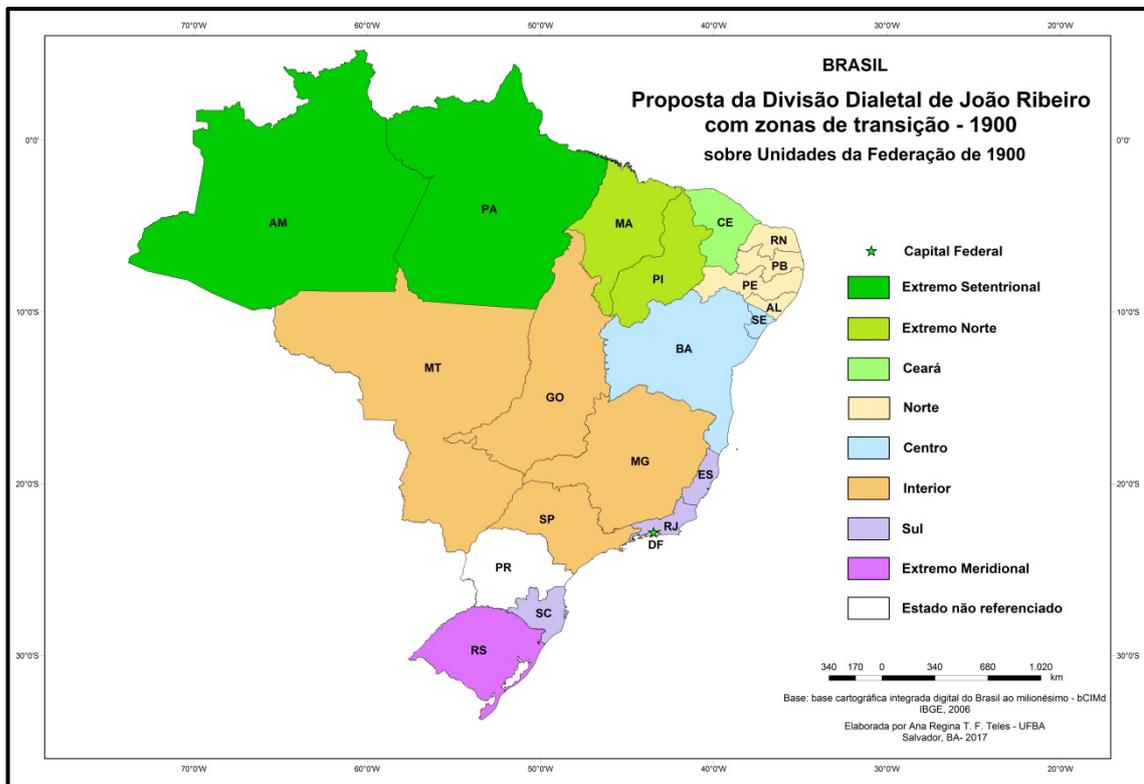
Observa-se que não há referência ao estado do Paraná. As Figuras 15 e 16 apresentam, respectivamente, a divisão inicial, com os cinco grupos, e a complementar, contemplando os desdobramentos.

Figura 15 – Cartograma da proposta inicial de divisão dialetal de João Ribeiro



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fonte: Ribeiro (1901, p. 188, 192, 196, 198, 203).

Figura 16– Cartograma da proposta de divisão dialetal de João Ribeiro com zonas de transição



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fonte: Ribeiro (1901, p. 188, 192, 196, 198, 203).

2.3.3.3 Proposta de Rodolpho Garcia³⁰ (1915)

A referência que se faz a Rodolpho Garcia tem por base o estudo apresentado no seu *Diccionario de Brasileirismos*, publicado em 1915. Nele, afirma ter adotado o mesmo critério que Rodolfo Lenz usou em um estudo semelhante com relação às vozes chilenas, distribuindo os brasileirismos, quanto à sua procedência, em quatro grupos: *Termos luso-brasileiros*, *Termos pan-americanos*, *Termos pan-brasileiros* e *Termos locais ou regionais*.

Garcia (1915), após caracterizar os três primeiros grupos, assim se refere ao último:

Acabamos de passar em revista, conquanto perfunctória, todas as causas externas modificadoras do portuguez falado no Brasil. Muito se enganaria, porém, quem acreditasse terem todas ellas, ou cada um de per si, actuado com a mesma energia, a mesma persistencia por toda a dilatada extensão do nosso immenso territorio.

As causas que vão agora determinar a maior ou menor efficiencia dos factores modificativos e dar origem aos, por assim dizer, sub-dialectos regionais, deixam de ser exclusivamente linguísticas para se derivarem de mui diferentes ordens de condições mesológicas. É assim que a continuidade territorial, a facilidade de comunicações terrestres, marítimas ou fluviais, a homogeneidade ou heterogeneidade de culturas ou industrias, a dosagem, enfim, dos elementos ethnicos da população das diversas unidades da Federação, é que nos podem e devem explicar o fenómeno, de que óra nos ocupamos. É somente levando em conta os coeficientes citados, que poderemos ensaiar uma divisão do Brasil em zonas lexicographicas até certo ponto homogêneas (GARCIA, 1915, p. 650-651).

Chama a atenção que sempre que havia a necessidade de estabelecer divisões do país, o critério adotado era meramente geográfico, baseado praticamente nas latitudes: Norte, Centro e Sul, e que para os estudos glotológicos esse seria um critério bastante simplista e que somente baseando-se nos “factos da linguagem” os estudos poderiam “conduzir a resultados aproveitáveis”.

[...] De feito, si prestarmos atenção à distribuição geographica dos *localismos* compendiados nos diferentes glossarios que já possuímos, ressaltará à mais ligeira inspecção a existência incontestes das zonas seguintes:

I - Norte: Amazonas, Pará, Maranhão;

II - Norte-oriental: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas;

III - Central-marítima: Sergipe, Bahia, Espírito-Santo, Rio de Janeiro;

IV - Meridional: S. Paulo, Paraná, Sancta-Catharina, Rio Grande do Sul;

³⁰ Rodolpho Augusto de Amorim Garcia (1873 – 1949) – bacharel em Direito, historiador, escritor e professor.

V - Alti-plana-central: Minas Geraes, Goiaz, Matto Grosso (GARCIA, 1915, p. 651).

A proposta a ele atribuída e amplamente reproduzida é essa transcrita anteriormente, que teria, de fato, como aspecto, o mapa publicado no artigo escrito por Nascentes na *Revista Brasileira de Geografia*, em 1955, (NASCENTES, 1955) e que é apresentado na Figura 22.

Figura 17 – Cartograma da proposta de divisão dialetal de Rodolpho Garcia, segundo Nascentes



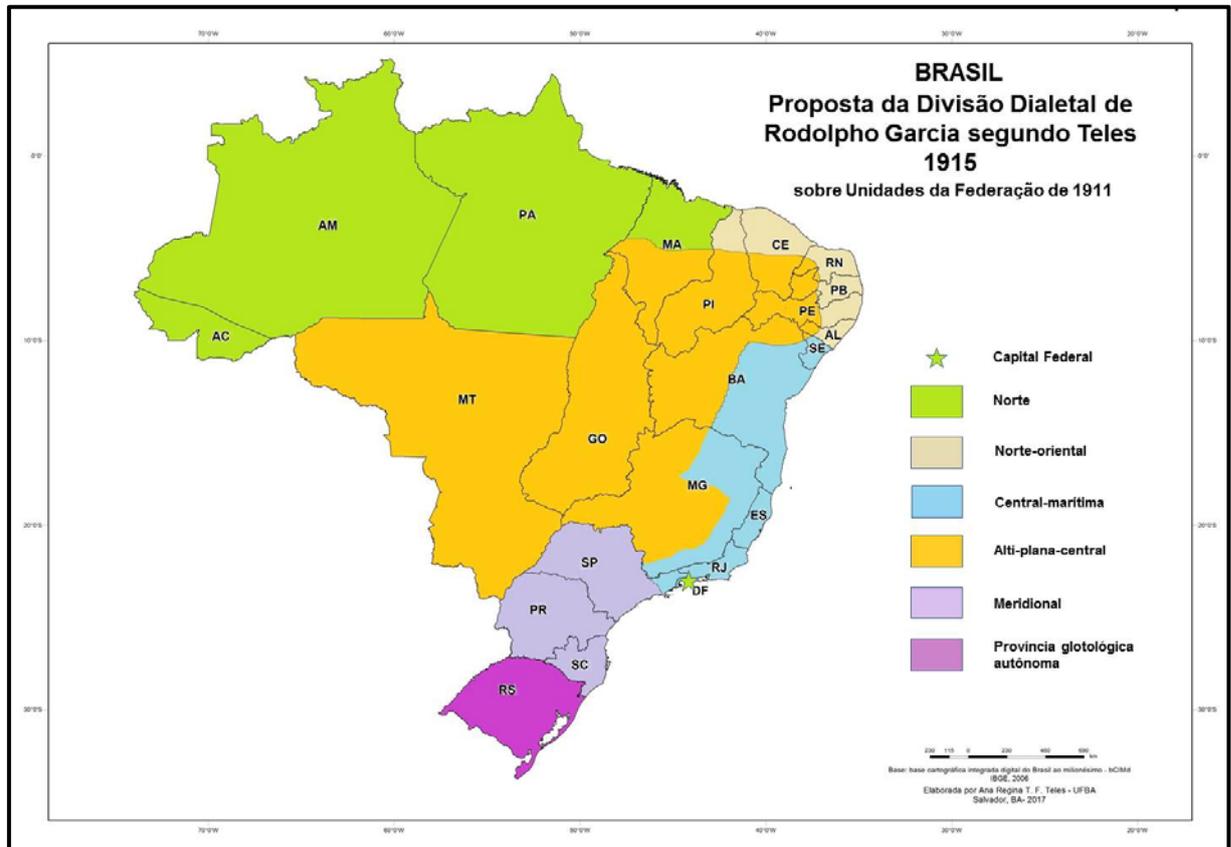
Fonte: Nascentes (1955, p. 215).

Interessante é que, logo em seguida à classificação, Garcia (1915) ressalva:

Cumpre advertir, antes de particularizarmos, que essas divisões **políticas não correspondem sinão grosso-modo às fronteiras reaes das diversas circunscrições assignaladas**. Assim enquanto as zonas sertanejas dos Estados maritimos das segunda e terceira alineas devem de direito incorporar-se à quinta, uma parte igualmente da quarta e da quinta apresentam maior afinidade com a terceira. Se quizessemos levar mais longe a preocupação de detalhe, teriamos ocasião de vêr que a parte mais oriental de Minas se ligaria mais naturalmente á terceira zona, enquanto que o Rio Grande do Sul passaria a constituir-se uma provincia glottologica separada e autônoma (GARCIA, 1915, p. 651-652) (grifo nosso).

A partir dessas observações, foi elaborado o cartograma apresentado na Figura 18.

Figura 18 - Cartograma da proposta de divisão dialetal de Rodolpho Garcia, segundo Teles



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Garcia (1915, p. 651-652).

Em seguida, ele descreve cada um desses agrupamentos acrescentando ainda que:

A preocupação de não multiplicar o numero de sub-divisões, si nos levou a englobar num só grupo os quatro Estados meridionais do Brasil, não nos deve induzir a escurecer que é elle o menos homogêneo de quantos temos formado (GARCIA, 1915, p. 653).

Por fim, conclui afirmando que: “Foi baseado nessa ordem de considerações que resolvemos dividir o paiz em zonas lexicographicas, como atraz ficou dicto, subordinadas essas zonas à predominância dos seus factores differenciaes” (GARCIA, 1915, p. 654).

2.3.3.4 Proposta de Renato Mendonça³¹ (1936)

Em *O Português do Brasil*, no capítulo dedicado à Geografia Linguística do Brasil, p. 198, Renato Mendonça afirma que:

[...] depois de se ter reconhecido o erro fundamental de admitir que o português falado nestas bandas constituía o *dialecto brasileiro*, uno e

³¹ Renato Firmino Maia de Mendonça (1912 – 1990) – diplomata, bacharel em Ciências e Letras e em Ciências Jurídicas.

homogêneo na vastidão do seu território, começaram os estudiosos a procurar um meio de pôr a sua teoria em acordo com a realidade (MENDONÇA, 1936, p.198).

Para esse autor, as modificações linguísticas ocorridas no “dialeto brasileiro” teriam sido resultado não apenas da separação do “tronco materno” mas sobretudo da sua própria evolução no nosso solo e, considerando-as na continuidade geográfica, elas viriam a constituir então os *subdialetos* do português do Brasil, ou mais simplesmente as variantes do “dialeto”.

Decide por abandonar “a tese de considerar o português da América como o ‘dialeto brasileiro’, pois vão além dos limites de um só dialeto as profundas diferenciações linguísticas do Brasil” (MENDONÇA, 1936, p. 203) e, por esse motivo, considera que é “indispensável discriminar essas diversas áreas dialetais, tentando um esboço de sua geografia linguística” (MENDONÇA, 1936, p. 203). Decide também por não mais usar a expressão “sub-dialeto”, pois a língua teria suas variantes locais a serem chamadas simplesmente de dialetos e que, para classificá-los, deve-se buscar auxílio em várias fontes, como a antropogeografia e o folclore, visto que a Dialectologia não recorre apenas à Geografia Linguística.

Ao longo do texto, Mendonça tece algumas críticas à divisão proposta por Nascentes, dizendo, dentre outros comentários, que “para esse traçado Nascentes levou em conta a história da colonização no Brasil, obedecendo talvez em excesso ao critério geográfico” (MENDONÇA, 1936, p. 201).

O autor enfatiza que, “Em Dialectologia sobretudo, mais do que em qualquer ciência, as generalizações ameaçam ruir sempre e são perigosíssimas para a realidade viva da linguagem, continuamente em transformação sob causas as mais complexas” (MENDONÇA, 1936, p. 202) e que “O trabalho monográfico, o estudo de cada dialeto de per si, é o processo científico em acordo com o corpo de doutrina da Dialectologia” (MENDONÇA, 1936, p. 203). Por esse motivo, baseado nas monografias dialetológicas até então publicadas e nos glossários de localismos por ele considerados de maior credibilidade, das condições étnicas e históricas do seu povoamento, identifica, à p. 209, as seguintes áreas dialetais no Brasil:

- I – *amazônica*: Acre, Amazonas, Pará;
- II – *cearense*: Ceará e parte oriental do Piauí;
- III – *nordestina*: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;
- IV – *baiana*: Baía até o São Francisco, Sergipe;
- V – *fluminense*: Estado do Rio, Distrito Federal e Espírito Santo;
- VI – *caipira*: São Paulo e zona fronteira de Minas Gerais;

- VII – *mineira*: zona do *capiáu* em Minas Gerais e Baía, além do S. Francisco;
 VIII – *gaúcha*: Rio Grande do Sul e sul de Santa Catarina;
 IX – *sertaneja*: Goiás e Mato Grosso. (MENDONÇA, 1936, p. 209).

Interessante é a observação que faz de que algumas dessas áreas já se encontram bem estudadas enquanto outras são “quase inteiramente desconhecidas, sob o ponto de vista dialetológico como a baiana, a mineira e a sertaneja” (MENDONÇA, 1936, p. 209) e outras que do que se tem “são dados sem grande credito científico e que não satisfazem ás exigências da Dialetologia...” (MENDONÇA, 1936, p. 210).

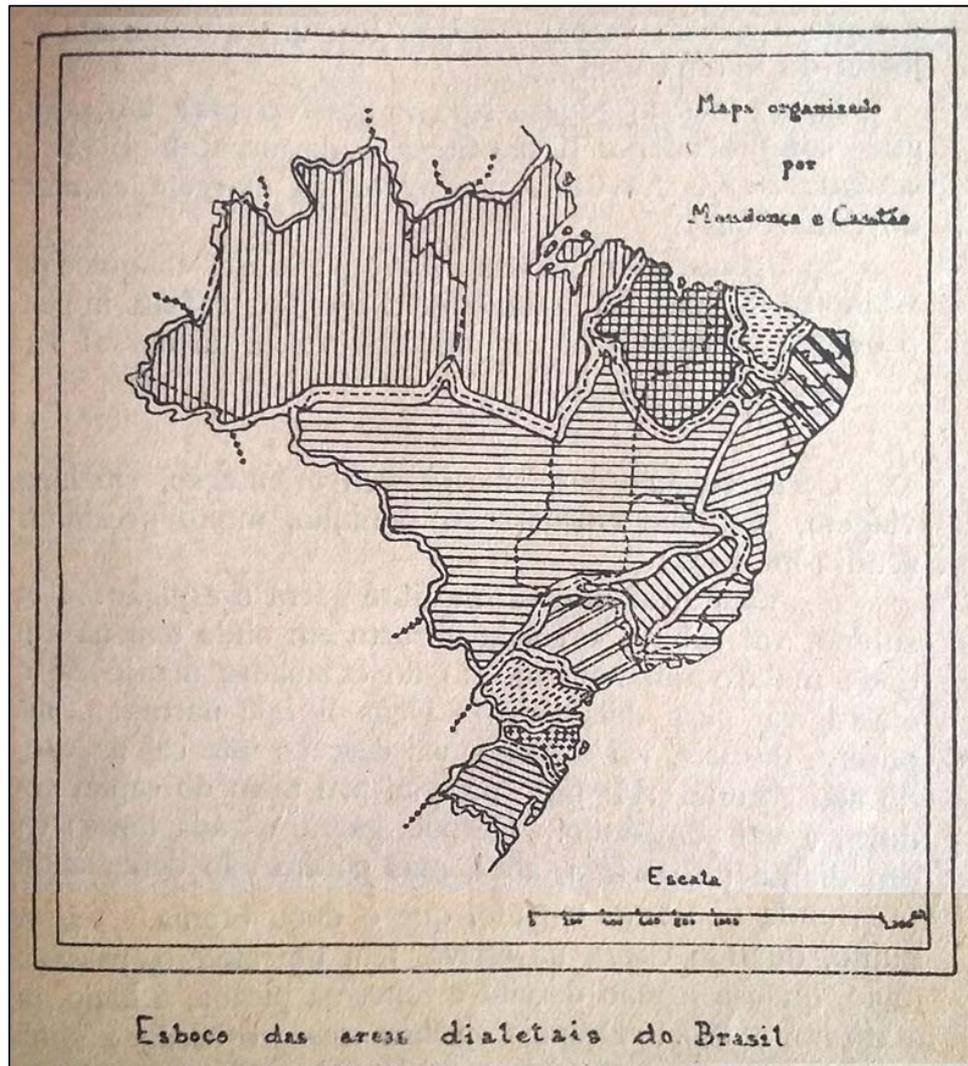
Assim como o fez João Ribeiro (v. subseção 2.3.3.2), distingue ainda duas zonas de transição complementares às nove áreas linguísticas anteriores, as quais chamou de *transição norte* (Maranhão e parte ocidental do Piauí) e *transição sul* (Paraná e norte de Santa Catarina).

Observando o mapa da Figura 19, original do próprio autor, constata-se existirem algumas diferenças entre a descrição feita e o que está representado, especialmente as áreas V, VII e IX, a saber:

- V – *fluminense*: Estado do Rio, Distrito Federal e Espírito Santo: o limite desta área engloba, no desenho, a zona da mata mineira;
 VII – *mineira*: zona do *capiáu* em Minas Gerais e Baía, além do S. Francisco: no mapa, a convenção usada para representá-la é a mesma da região IX (sertaneja);
 IX – *sertaneja*: Goiás e Mato Grosso: no desenho, engloba integralmente a zona VII, (mineira) (MENDONÇA, 1936, p. 210).

Além desses conflitos, não existe na classificação (ou legenda no mapa) qualquer referência à área central de Minas, na imagem limitada pelas áreas *fluminense*, *caipira* e *mineira* (V, VI e VII, respectivamente).

Figura 19 – Esboço das áreas dialetais do Brasil por Renato Mendonça em 1936



Fonte: Mendonça (1936, p. 213).

2.3.3.5 As Geografias de Eugenio de Castro³² (1941)

O Comandante Eugenio de Castro, no livro *Ensaio de Geographia Linguistica* (1941) apresenta o que seria a introdução ao livro II – *Geographia Linguistica e Cultura do Brasil*:

Procurando traçar, entretanto, como auxilio á philologia e á linguistica, e sob aspectos anthropo-geographicos dentro das linhas mestras da formação brasileira, o panorama de origem que se tornou nacional e em q]ue a língua portugueza se foi constituindo, se bem que mestiçada, o cerne da nossa linguagem, pensamos, embora confirmando aquelle asserto, trazer alguma coisa talvez aproveitavel aos estudiosos da geographia linguística brasileira (CASTRO, 1941, p. 53).

³² Eugenio de Castro e Almeida (1869-1944) – português, formado no Curso Superior de Letras de Coimbra, oficial de marinha.

Nessa “2ª edição aumentada da *Geographia Linguistica e Cultura Brasileira*”, o autor deixa explícito que “Neste volume foi mantida a orthographia adoptada nos originaes dos estudos respectivamente publicados em 1931 e 1937” (CASTRO, 1941, p. 351). Faz-se necessária essa explicação tendo em vista a publicação ter sido feita em 1941.

Castro mostra preocupação acerca da toponímia (assunto que será retomado na subseção 3.7), fazendo uma interessante abordagem quando se reporta ao Litoral e ao Sertão, com suas províncias linguísticas fundamentais, e afirma que foram feitos os primeiros “baptismos de rios e cabos pelo calendario catholico”, [...] “graças ao caminho do norte feito pelo navio de mantimentos que levava a grata nova ao Rei venturoso”, assim “como ás primeiras expedições que vieram por mando do Rei abordar a nova terra annunciada por D. Manuel ao mundo civilizado” (CASTRO, 1941, p. 58).

Para ele, a essa à qual chamou de “primeira toponymia portugueza do nosso littoral” – e que revelava a obediência que os navegadores prestavam ao poder divino –, foram sendo acrescentadas toponímias indígenas à medida que outras expedições foram sendo organizadas e o nosso território explorado, também pelas missões jesuíticas e pelas invasões estrangeiras. Chegou a falar em “mestiçagem da Lingua Portuguesa” (CASTRO, 1941, p. 57).

Considerava a grande província litorânea como “fonte perenne de renovação da lingua portugueza” (CASTRO, 1941, p. 79) e afirma que, após a expulsão dos franceses (norte e sul) e libertação do jugo holandês (em boa extensão da costa), a criação de outras três províncias, “dentro das linhas mestras da nossa formação historica, marcariam tres fecundos panoramas da geographia linguistica brasileira” (CASTRO, 1941, p. 79).

Seriam estas (as novas províncias) “definidas por tres geographias fundamentaes” (CASTRO, 1941, p. 80):

- 1.º) a geographia do gado, tendo por centro de fixação e irradiação o valle do S. Francisco, principalmente na colonização do nórdeste e dos sertões mineiros e goianos.
- 2.º) a geographia das bandeiras paulistas tendo por centro de irradiação S. Paulo – ligado ao valle do S. Francisco pelo rio das Velhas – e á qual se incorporaram a do gado do planalto paulista para a conquista dos sertões do sul e do oeste, e a da canôa pelos rios sertanejos para a conquista do Alto-Amazonas.
- 3.º) a geographia da canôa ou montaria na conquista do Maranhão á Amazonia (CASTRO, 1941, p. 80).

2.3.3.6 Proposta de Joaquim Ribeiro³³ [194-]

Não apenas critérios eminentemente geográficos ou históricos foram objeto de embasamento para propostas de dividir o país em regiões. Um desses critérios foi usado por Joaquim Ribeiro, que, considerando a grande ligação entre o folclore brasileiro e os fatos linguísticos, procurou aplicar à etnografia brasileira a orientação sócio-cultural.

Conforme apresentada por Elia (1975 [1963]), a divisão seria, resumidamente, a seguinte:

- I – *Área Costeira*: abrangendo toda a faixa litorânea³⁴ a qual subdividiu em duas e às quais chamou: *ciclo costeiro do Norte* (ou da jangada) e *ciclo costeiro Sul* (ou ciclo dos caiçaras), o primeiro da costa do Pará à costa baiana e o segundo, da costa do Espírito Santo à costa do Rio Grande do Sul;
- II – *Área Agrícola*: compreendendo a zona entre o alto sertão e a costa, subdividida em três ciclos: *ciclo agrícola do Norte* (zona da cana-de-açúcar, do algodão, do fumo, dos matutos e tabaréus), *ciclo agrícola do Sul* (zona da plantação de café, do caipira, do capiau) e *ciclo agrícola dos imigrantes* (zona da policultura, dos italianos, dos japoneses, dos alemães, dos colonos eslavos);
- III – *Área Pastoril*: *ciclo do couro*, contemplando todo o alto sertão (Nordeste, Bahia, Minas, Goiás, Mato Grosso).
- IV – *Área da Mineração*: abrangendo a zona de expansão das antigas bandeiras, tornou-se bastante reduzida em virtude do avanço das áreas agrícolas e pastoril, resumindo-se ao *ciclo da mineração* propriamente dito e ao *ciclo da garimpagem* (nas margens dos rios e lagos diamantíferos de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso).
- V – *Área Amazônica*: cuja maior característica é a grande influência ameríndia na linguagem e nas técnicas de vida, é a zona da pesca, da castanha, da borracha, da madeira, do seringueiro (ELIA (1975 [1963], p. 226-227).

Com base nestas descrições, foi elaborado o cartograma da Figura 20.

³³ Joaquim Braz Ribeiro (1907 – 1964) – historiador, folclorista, professor.

³⁴ Foi usado o *Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil* (IBGE, 2011a), para a definição do “litoral” dos estados.

Figura 20- Cartograma da proposta de regionalização de Joaquim Ribeiro segundo Elia (1975 [1963]), por Teles



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Elia (1975 [1963], p. 226 - 227).

2.3.3.7 As Regiões Culturais de Manuel Diégues Júnior³⁵ (1960)

Considera-se interessante apresentar, complementarmente às divisões já descritas, as “regiões culturais do Brasil” classificadas por Diégues Júnior a partir da adoção do critério do processo de ocupação humana do território, quando é estabelecido um sentido de relações entre o homem e o seu ambiente, levando em conta que a língua é elemento primordial da cultura. Partindo desse princípio, assim foram classificadas e apresentadas por Elia (1975 [1963], p. 227-228):

1. O Nordeste Agrário do Litoral;
2. O Nordeste Mediterrâneo;
3. A Amazônia;
4. A Mineração do planalto;
5. O Centro-Oeste;
6. O Extremo-Sul;

³⁵ Manuel Baltazar Pereira Diégues Júnior (1912 - 1991) – antropólogo, sociólogo, jurista e folclorista.

7. A área de *Colonização Estrangeira*;
8. A área do *Café*;
9. A *Faixa Industrial*.

Nessas descrições, Diégues Júnior identifica as etnias (indígenas, mestiços entre brancos e negros, estrangeiros...) assim como os aspectos econômicos que as caracterizam (economia açucareira, criação de gado, economia extrativista, agricultura, exploração mineral, indústria...).

A essas regiões culturais o autor acrescenta três outras que não conseguiu caracterizar como completamente independentes: a do *cacau* na parte sul do território baiano; a do *sal* em zonas litorâneas do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro; a da *pesca*, por toda a faixa costeira da beira-mar.

2.3.3.8 As Regiões de Sílvio Elia³⁶ (1975 [1963])

Para Sílvio Elia (1975 [1963]), as diversas classificações e tentativas de regionalizações muitas vezes feitas de um ponto-de-vista amplamente cultural e não restritamente linguístico são bastante interessantes pois a língua é fenômeno primacial da cultura.

Apesar de considerar o material disponível incipiente e, portanto, insuficiente para que, com um mínimo de qualidade, se faça uma delimitação das áreas linguísticas brasileiras, não o vê como inútil e também, nem por isso, uma tarefa inexecutável.

Segundo seu pensamento, “As grandes regiões culturais já se desenham com certa facilidade: Amazônia, Nordeste, Leste, Centro-Oeste, Sul. São, talvez, mais geográficas que culturais, mas os dois critérios se conjugam naturalmente” (ELIA, 1975 [1963], p. 229).

Levando em consideração essa observação e as propostas de Nascentes e de Mendonça, Elia (1975 [1963]) propõe sua própria classificação, que é apresentada a seguir. Da sua descrição, suprimiu-se o detalhamento feito acerca dos aspectos linguísticos de cada área, destacando-se apenas, de forma mais generalista, os traços que as caracterizam:

I – *Área Amazônica* - influência indígena maior que nas outras áreas, com traços fonéticos locais, alguns só se registrando na *região dos rios*, como o Tocantins;

II – *Área Cearense* – tem alguns traços fonéticos próprios, que a distinguem da “área nordestina”;

³⁶ Sílvio Edmundo Elia (1913 – 1998) – bacharel em Ciências e Letras, bacharel em Direito e professor.

III – *Área Nordestina* – uma das mais típicas do ponto-de-vista linguístico. É a região das protônicas abertas e de vários outros fatos léxicos e fonéticos tão característicos da nossa língua falada;

IV - *Área Baiana* – Inclui Sergipe e Bahia até o S. Francisco. É uma área de transição entre os falares do norte e os do Sul;

V - *Área Fluminense* – Inclui Espírito Santo e o novo Estado do Rio;

VI - *Área Caipira* – situada no interior de São Paulo, com irradiações para Minas, Goiás e Mato Grosso;

VII - *Área Sulina* – de S. Paulo para o Extremo-Sul;

VIII - *Área Centro Leste* – Compreende a região central de Minas Gerais, com irradiações para Goiás e Bahia. É uma região onde os traços regionais da fala brasileira poderão, oportunamente, encontrar um denominador comum;

IX – *Área Centro-Oeste* – Compreende a maior parte da zona inexplorada do país, ou seja o coração de Goiás e Mato Grosso. É a zona que fica além do Paraná-São Francisco e abaixo da bacia amazônica (ELIA, 1975 [1963], p. 229-231).

Como se percebe, em alguns casos, a proposta de divisão dialetal do autor é muito próxima da de Nascentes e, como foi dito, com a preocupação de marcar os aspectos linguísticos, o que não foi feito por Diegues Junior. Elia (1975 [1963]) conclui seu texto afirmando que:

Sem dúvida que as pesquisas terão de multiplicar-se, o levantamento cartográfico de nossos falares haverá de ser empreendido, surgirão as isoglossas e determinar-se-ão os focos de onde se irradiaram e irradiam inovações. Nova e mais rigorosa divisão do território humano nacional substituirá o que de inexato ou infiel contém as classificações propostas. Mas assim progride a ciência. O que se faz é para ser superado. Esperamos ter contribuído de alguma forma para essa superação (ELIA, 1975 [1963], p. 231).

Na Figura 21 de forma aproximada, estão apresentados os contornos dos limites das áreas linguísticas descritas por Elia (1975 [1963]).

Figura 21- Cartograma da proposta de áreas linguísticas de Sílvio Elia (1975 [1963])



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fonte: Elia (1975 [1963], p. 229).

2.3.3.9 Antenor Nascentes³⁷ – 1922 e 1953, passando por 1933...

Com o intuito de não tornar a leitura cansativa pela repetição de alguns trechos assim como tornar mais claras as diferenças entre as propostas, as versões serão apresentadas em conjunto, nessa mesma seção, embora analisadas individualmente.

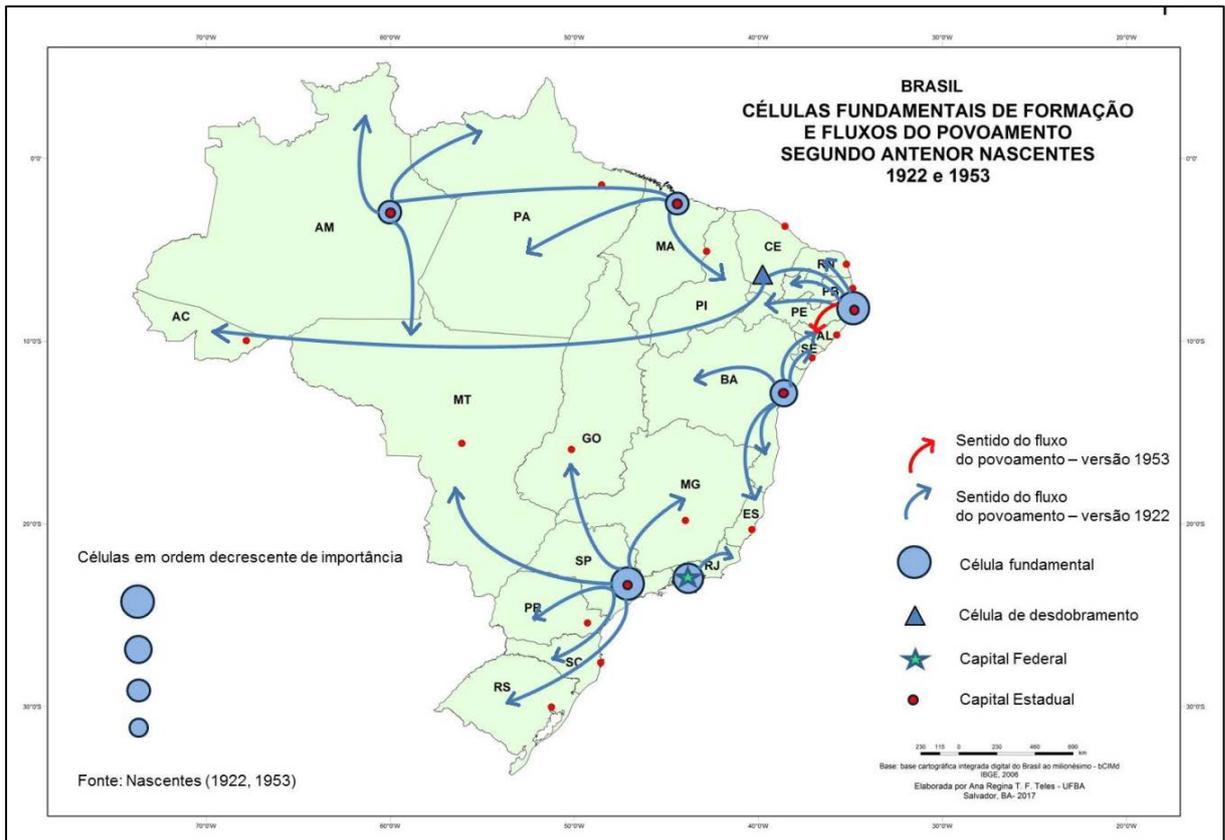
Como detalhado em 2.1, na edição de 1922, Nascentes ([192-], p. 19) entendia que o Brasil, com sua “enorme extensão territorial sem fáceis comunicações interiores quebrou a unidade do dialecto, fragmentando-o em subdialectos” (como já comentado, termos substituídos por falar e subfalares, respectivamente, na edição de 1953).

Entendia que o modo diferente de povoamento das diversas regiões contribuiu muito para essa diversidade, fazendo, então, um breve resumo da maneira como foi feito o povoamento do nosso país, reproduzido esquematicamente, conforme é apresentado na Figura 22, a partir da descrição das penetrações e expansões por ele apontadas com o fim de

³⁷ Antenor de Veras Nascentes (1886 – 1972) – filólogo, linguista e bacharel em Direito.

melhor entender e acompanhar os argumentos que subsidiaram a sua proposta. Comparando a sua análise do povoamento com aquela apresentada por João Ribeiro e representada na Figura 19, verificam-se algumas diferenças além do fato de a proposta de Nascentes (1953) ser mais completa já que é mais detalhada.

Figura 22 – Polos e fluxos do povoamento brasileiro, segundo Nascentes ([192-] e 1953)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fonte: Nascentes ([192-] e 1953).

Além desses aspectos (extensão territorial e fluxos de povoamento), elencou mais alguns fatores os quais considerou como elementos contribuintes para a variedade de falares e sua distribuição no território: “As vias de comunicação, as relações comerciais e intelectuais, certas vicissitudes históricas ligaram diversas partes do vasto território, constituindo regiões perfeitamente caracterizadas” (NASCENTES, [192-], p. 20; 1953, p. 19). Vê-se, portanto, que não apenas as características linguísticas (conforme transcritas adiante) influenciaram a sua primeira proposta de divisão do país em áreas dialetais.

A partir do conjunto dessa avaliação, chegou à conclusão de que “De um modo geral se pode reconhecer uma grande divisão: norte e sul; norte, até a Baía e sul, daí para baixo” (NASCENTES, [192-], p. 20). Na edição de 1953, acrescenta a esta sentença: “No sul não há

vogais protônicas abertas antes do acento (salvo determinados casos de derivação) e a cadencia é diferente da do norte” (NASCENTES, 1953, p. 19-20).

É palpável a diferença entre o falar *cantado* do nortista e o falar *descansado* do sulista. No léxico são grandes as diferenças que se notam entre os diversos Estados do Brasil; basta comparar um livro de Alfredo Rangel e um de Monteiro Lobato (NASCENTES, [192-], p. 20)³⁸

Com relação ao detalhamento dessas divisões, embora considerasse que não havia dados suficientes para tal, sugeriu o que chamou de esboço de “uma divisão do dialecto brasileiro”, admitindo quatro subdialetos os quais poderiam, ainda, apresentar pequenas variedades sem “grande importância” (p. 21). Em comentário feito na edição de 1953, Nascentes afirma que a sua proposta original [192-] consistiu numa alteração da divisão de Rodolpho Garcia (1915). Segue a transcrição da divisão da edição de [192-]:

o **nortista** (Amazonas, Pará, litoral dos Estados desde o Maranhão até a Baía), o **fluminense** (Espírito Santo, Rio de Janeiro, sul de Minas e zona da mata, Distrito Federal), o **sertanejo** (Mato Grosso, Goiás, norte de Minas, sertão dos Estados litorâneos desde o Maranhão à Baía) e o **sulista** (S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e triângulo mineiro) (NASCENTES, [192-], p. 20-21) (grifo nosso).

Concluiu esse estudo observando que a Dialectologia brasileira deve estar sustentada nas variedades e que somente após o estudo destas é que se poderá ter uma síntese dos subdialetos e que só depois deles devidamente caracterizados e de uma nova síntese “poderemos chegar a conclusões seguras a respeito do dialecto brasileiro” (NASCENTES, [192-], p. 21).

Normalmente só há referências às propostas de [192-] e 1953. Observando com cuidado todo o capítulo “Posição do linguajar carioca no conjunto do falar brasileiro” (NASCENTES, 1953, p. 18-26), percebe-se que antes de formular a última proposta o autor alterou a original, após analisar as críticas e sugestões recebidas. Por esse motivo, considera-se que, de fato, Nascentes formulou três propostas, com a inclusão da “proposta de 1933”, (contida esta no volume 4 de *O Idioma Nacional*, de 1933). Concretamente, há duas alterações em relação à divisão de [192-]: “Criei uma Zona Norte para Amazonas e Pará,

³⁸ Na edição de 1953, a sentença apresenta pequenas diferenças na redação sem, contudo, modificar o conteúdo original: “É palpável a diferença entre **a fala cantada** do nortista e **a fala descansada** do sulista. No léxico são grandes as diferenças que se notam entre os diversos Estados do Brasil; basta comparar um livro de Alfredo Rangel, **por exemplo, com** um de Monteiro Lobato” (NASCENTES, 1953, p. 20) (grifos nossos).

constituí uma Zona Nordeste com o litoral, do Maranhão ao norte do Espírito Santo, passei o sul de Minas para o subdialeto sulista” (NASCENTES, 1933, p. 23-24).

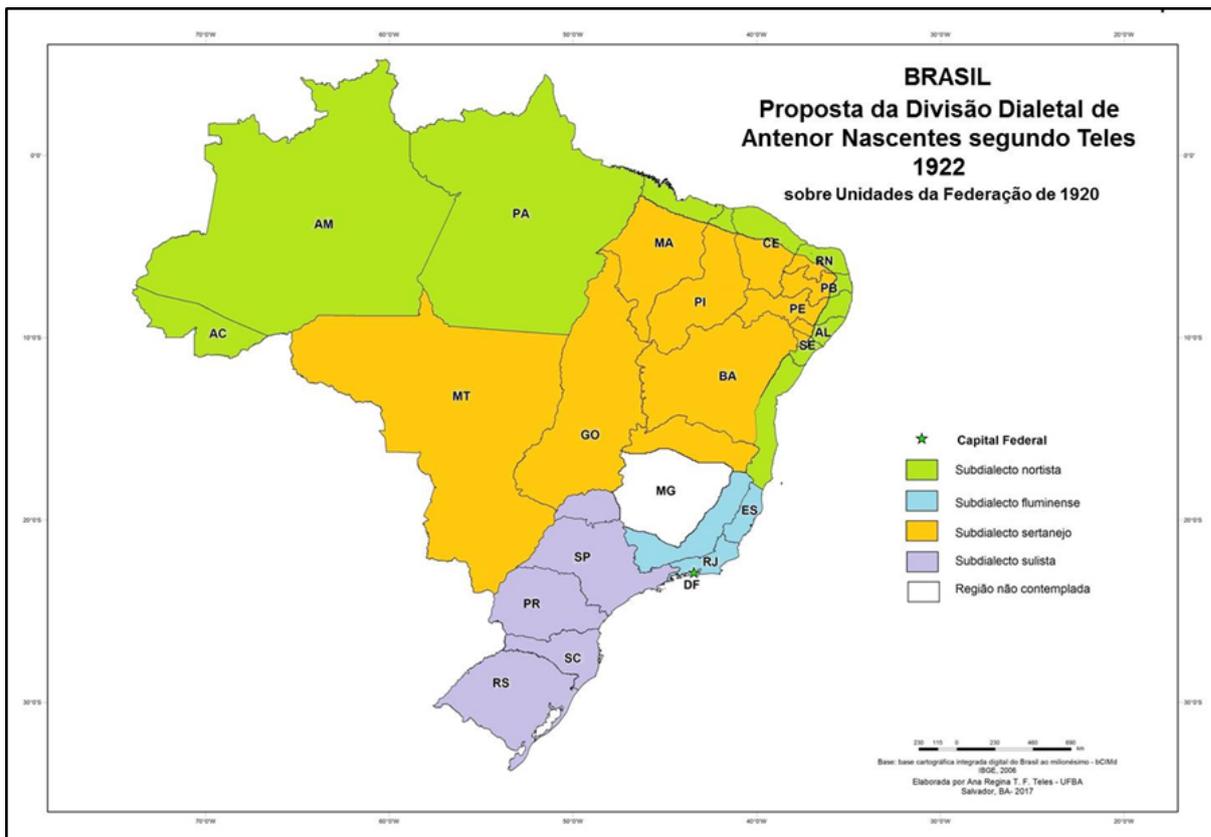
Como na edição de [192-] a sugestão da divisão foi somente descritiva (conforme transcrita anteriormente), decidiu-se por elaborar um mapa que a representasse, de forma que possa ser feita, visualmente, uma comparação entre as três versões apresentadas, já que as propostas de 1933 e de 1953 disponibilizaram os respectivos mapas.

As descrições de limites e áreas, tais como feitas por Nascentes e por todos os outros autores que apresentaram estudos semelhantes, não contêm informações suficientes para garantir os respectivos traçados e transpô-las integral e precisamente para um mapa. O máximo que se consegue é a elaboração de cartogramas com representações aproximadas e que, por serem resultados de leituras textuais, dão margem a várias interpretações e, conseqüentemente, resultados diversos.

Por esse motivo, foi necessário recorrer a fontes de consulta complementares³⁹, de forma que o resultado fosse o mais próximo possível do que se entendeu como intenção de Nascentes. De qualquer forma, esse novo mapa é também um cartograma, assim como os demais. O resultado está apresentado na Figura 23.

³⁹ Foram usados os dados da divisão territorial oficial à época da publicação para a identificação das áreas referidas ao estado de Minas Gerais: Norte, Zona da Mata, Sul e Triângulo Mineiro.

Figura 23 – Proposta da divisão dialetal de Antenor Nascentes ([192-]), segundo Teles



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1922, p.20-21).

Posteriormente, em artigo publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, Antenor Nascentes (1955) praticamente transcreve o capítulo “Posição do linguajar carioca no conjunto do falar brasileiro” de 1953, com a diferença de que inclui alguns comentários iniciais e insere vários cartogramas referentes às propostas de outros autores e por ele comentadas. Uma grande contribuição desse artigo, apresentada na Figura 24, é que, além dos cartogramas das divisões dos demais autores, nele incluiu o correspondente ao seu estudo de 1922.

Figura 24 – Proposta da divisão dialetal de Antenor Nascentes ([192-]) em publicação de 1955

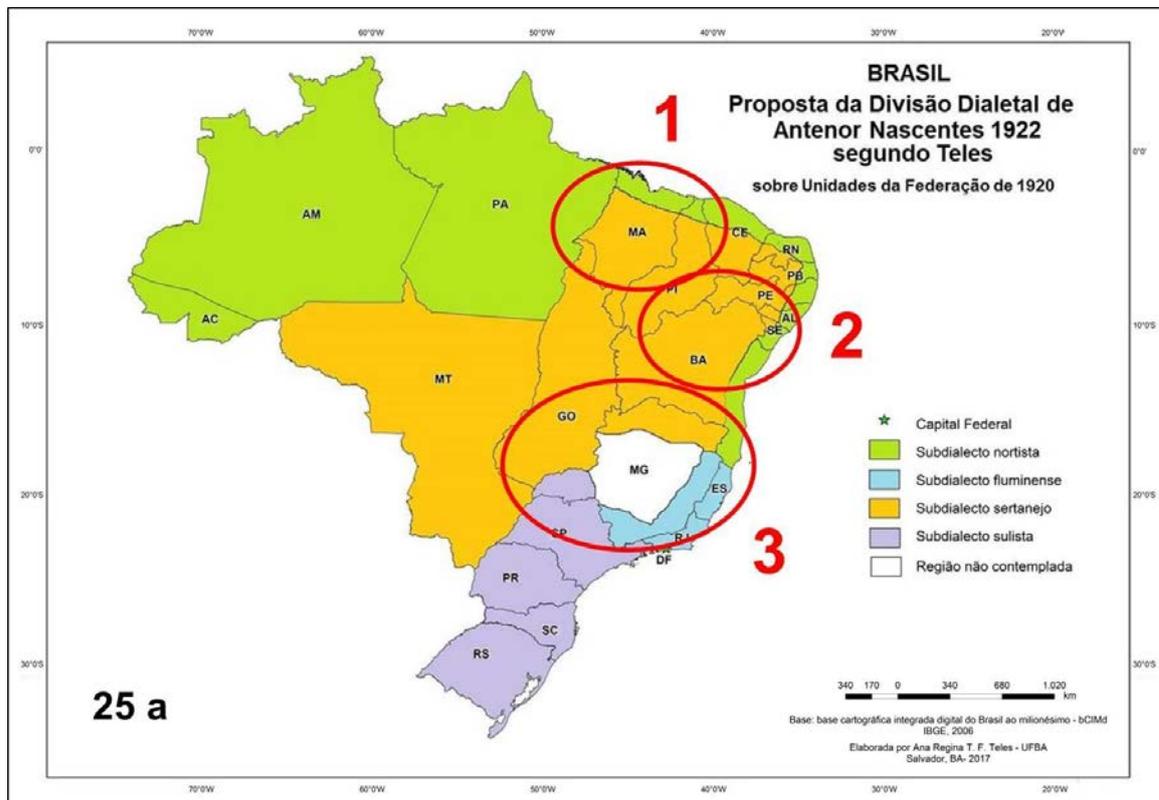


Fonte: Nascentes (1955, p. 216).

A grande vantagem de trabalhar com imagens é que para fins de comparação entre duas situações a percepção visual é praticamente instantânea, ao colocá-las lado a lado. Já para a comparação entre dois textos, muitas vezes, mesmo a leitura sendo feita lado a lado, diferenças importantes passam despercebidas.

Uma pequena amostra é apresentada a seguir nas Figuras 25a e 25b, totalmente pertinente à presente situação: o cartograma superior apresenta a divisão registrada por Teles na Figura 23 e representada na Figura 25a, enquanto a Figura 25b apresenta o que foi publicado em 1955 no artigo da RBG (NASCENTES, 1955, p. 216).

Figura 25 – Comparação entre as leituras das divisões de ([192-]), feitas por Teles (25a) e por Nascentes na publicação de 1955 (25b)



Fontes: Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles (25a) e Nascentes (1955), 25b.

Da comparação entre as imagens, imediatamente observam-se três diferenças:

1) como o conceito de litoral adotado para a elaboração do mapa foi o oficial, (conforme legislação pertinente e referida na nota 34 à. p. 91), salvo poucas exceções justificadas por algumas condições especiais, o litoral corresponde a uma faixa de aproximadamente 50 km da costa. Por isso, facilmente percebe-se que a linha divisória inicia-se sobre o limite ocidental do estado do Maranhão no mapa 25a, bem próxima à costa, enquanto no cartograma 25b, essa linha tem início aproximadamente na nascente do Rio Gurupi, que está a cerca de 720 km da costa;

2) pelo mesmo motivo, a faixa do litoral na Bahia está muito mais estreita no mapa 25a que no cartograma 25b;

3) o traçado do limite do falar fluminense no 25a é bem distinto daquele registrado no 25b (que abrange praticamente a metade do estado de Minas Gerais).

A seguir propõe-se a mesma observação para os dois textos que descrevem a divisão.

O primeiro, o de [192-]:

o **nortista** (Amazonas, Pará, litoral dos Estados desde o Maranhão até a Baía), o **fluminense** (Espírito Santo, Rio de Janeiro, sul de Minas e zona da mata, Distrito Federal), o **sertanejo** (Mato Grosso, Goiás, norte de Minas, sertão dos Estados litorâneos desde o Maranhão à Baía) e o **sulista** (S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e triângulo mineiro) (NASCENTES, [192-], p. 20-21) , (grifo nosso).

e adiante o de 1953:

1) **Nortista** (Amazonas, Pará, litoral dos Estados desde o Maranhão até a Baía);

2) **Fluminense** (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sul de Minas, Distrito Federal);

3) **Sertaneja** (Mato Grosso, Goiás, Norte de Minas, sertão dos Estados litoraneos desde o Maranhão à Baía);

4) **Sulista** (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Triangulo Mineiro) (NASCENTES, 1953, p. 23), (grifo nosso).

Duas questões de forma (percepção visual) podem ser constatadas de imediato: no primeiro a divisão é apresentada de forma sequencial e no segundo por item, além de haver algumas diferenças referentes à ortografia.

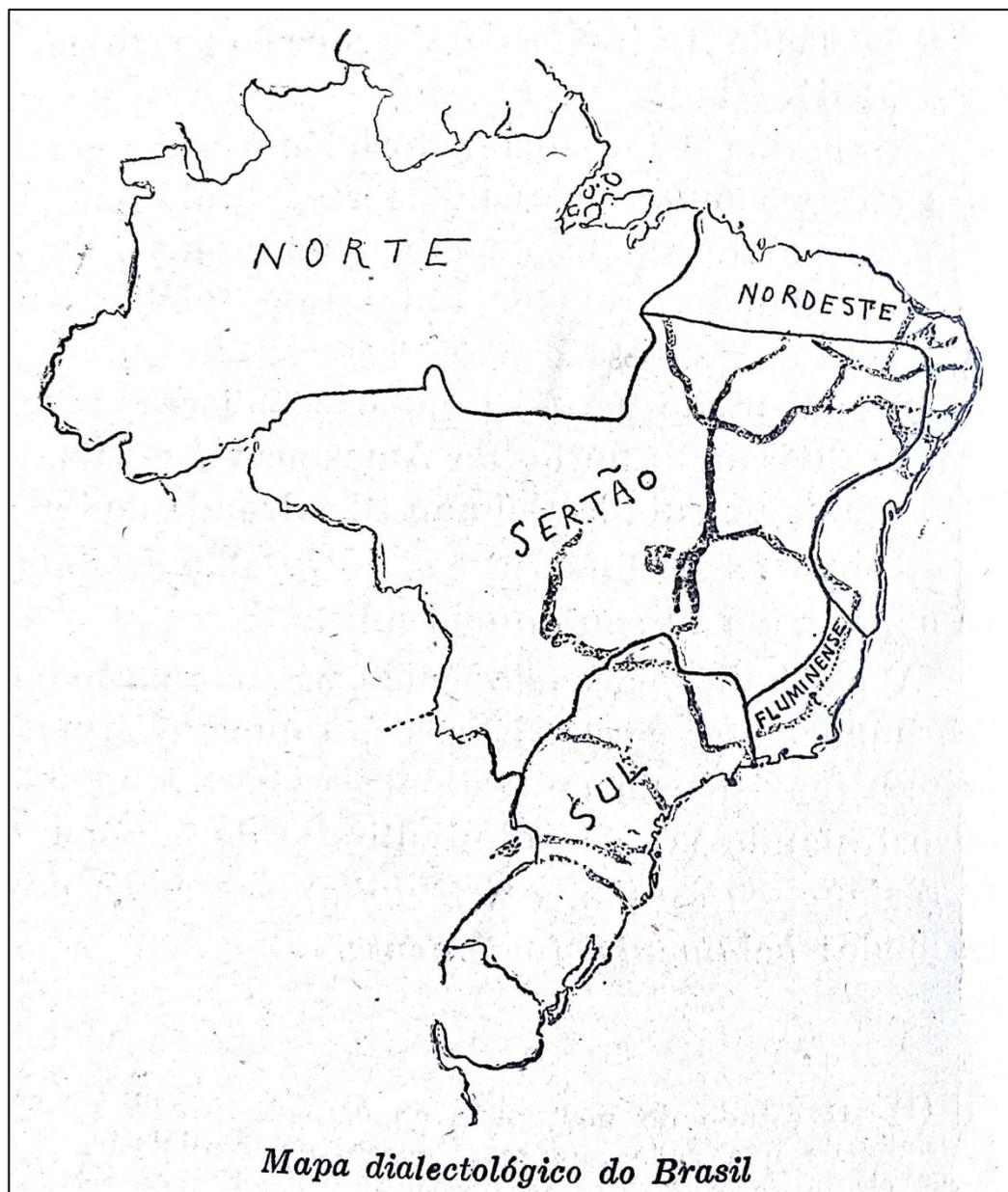
A diferença mais importante está no conteúdo, justamente aquela responsável pelas diferenças de traçados encontradas entre os dois cartogramas: **na edição de [192-], o autor coloca a “zona da mata” no falar fluminense e na reprodução feita na edição de 1953 ele a omite.** Embora na sua proposta final ele a mantenha, o fato de omiti-la fez com que o autor do cartograma publicado não a incluísse no falar fluminense ao tentar reproduzir o que seria a divisão de 1922, assim como os leitores que não têm acesso à edição original consideram essa uma das diferenças entre as duas divisões, quando, na realidade, ela não existe.

Outro exemplo de imagem *versus* texto está presente na divisão de 1933. A não ser pela referência que Nascentes faz a ela na edição de 1953 quando analisa as críticas que recebeu da proposta original, não existe qualquer outra que se reporte a ela. Assim Nascentes (1953) se refere: “Atendendo às ponderações de L. Gomes⁴⁰, alterei minha divisão de 1922 em 1933, quando fiz o mapa dialectológico do Brasil, constante da página 244 do quarto volume da minha serie, *O Idioma Nacional*” (NASCENTES, 1953, p. 23). Em seguida, apresenta as modificações implementadas: “Criei uma zona Norte para Amazonas e Pará, constituí uma zona Nordeste com o litoral, do Maranhão ao norte do Espírito Santo, passei o Sul de Minas para o subdialeto sulista” (NASCENTES, 1953, p. 23-24).

E é apenas esse mapa, apresentado na Figura 26, a única referência à divisão contida nesse livro – no texto há apenas uma pequena referência à divisão norte/sul.

⁴⁰ Lindolfo Eduardo Gomes (1875 – 1953). – jornalista, teatrólogo, filólogo emérito e folclorista.

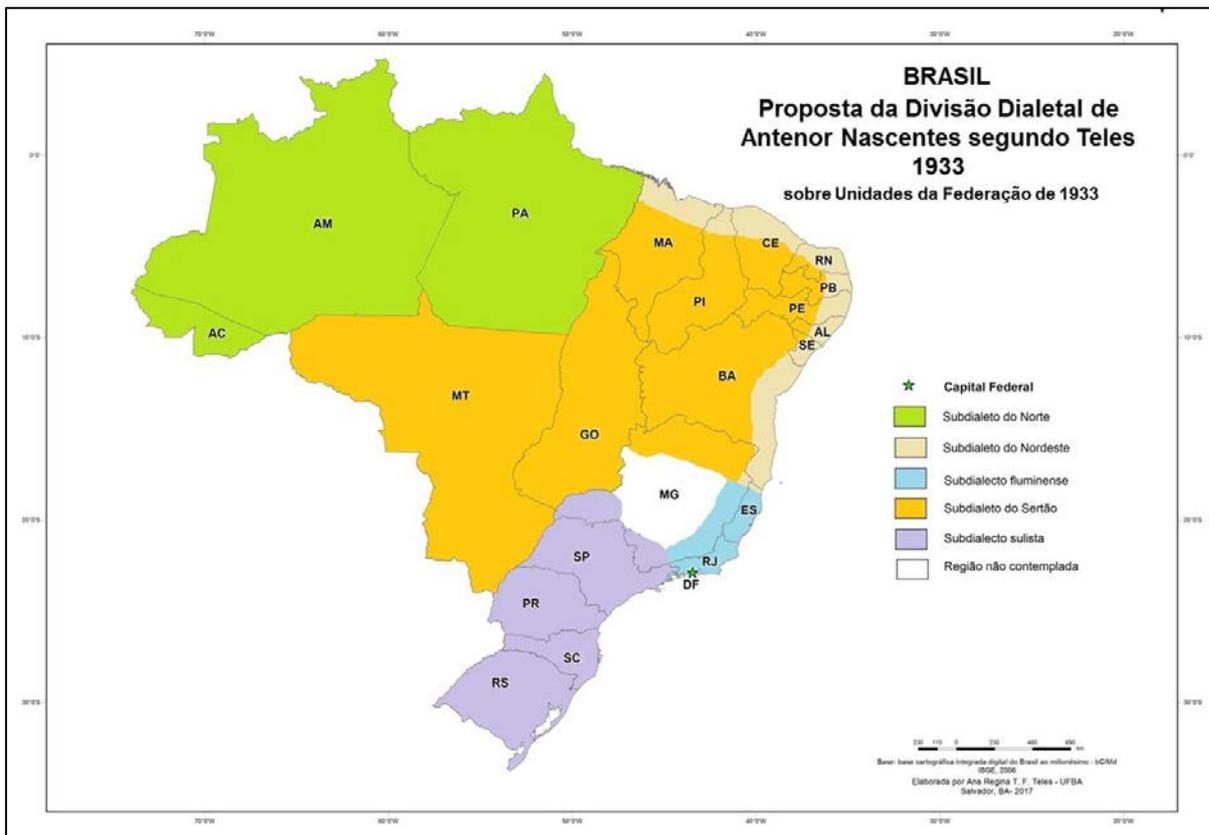
Figura 26 – Mapa dialectológico do Brasil de Antenor Nascentes (1933)



Fonte: Nascentes (1933, p.244).

Por ter um formato muito diferente daqueles cartogramas elaborados para os demais autores, também para esse mapa foi feita uma versão (Figura 27) a fim de facilitar possíveis análises comparativas. Nessa versão também foi usada a definição de litoral como explicado anteriormente.

Figura 27 – Mapa da proposta da divisão dialetal de Antenor Nascentes (1933), segundo Teles

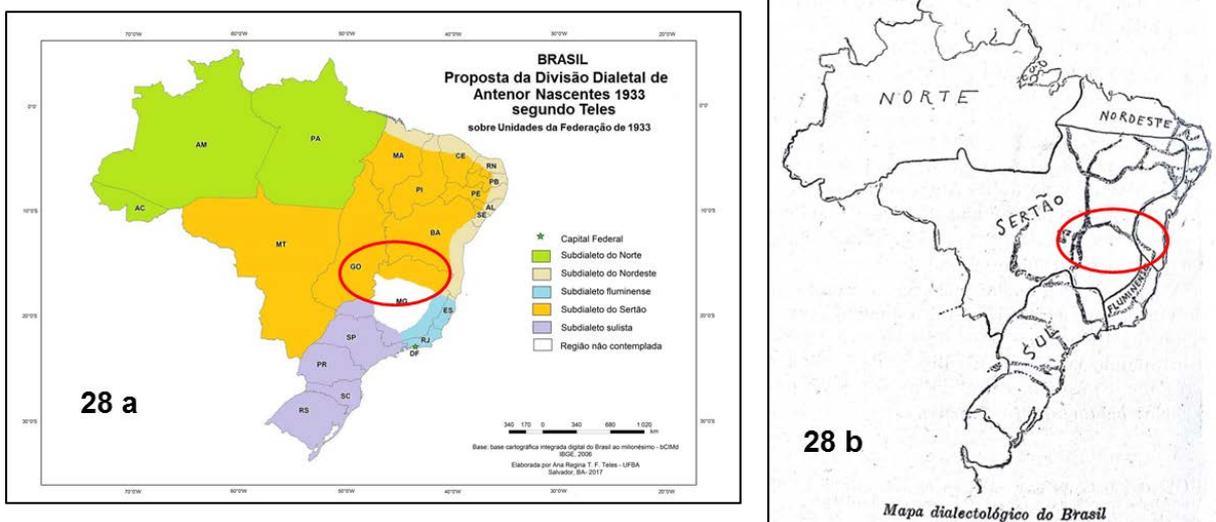


Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes ([192-], p.20-21 e 1953, p.23-24).

Também nesse caso, pode-se identificar uma diferença entre os dois cartogramas (contornada em vermelho na Figura 28a): com relação a Minas Gerais, embora Nascentes se reporte apenas à passagem da zona sul de Minas para o dialeto sulista, ele não a representa no cartograma da Figura 28b; o norte de Minas, que ele discriminou na edição de 1922, a princípio foi mantido, apesar de ter “desaparecido” nessa versão.

Figura 28 – Comparação entre as leituras das divisões de 1933, representadas por Teles (28a) e por Nascentes (1933) (28b)



Fontes: Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles (28a) e Nascentes (1933), 28b

Passando enfim à divisão de 1953, que será analisada e demonstrada a seguir e vem reproduzida nas Figuras 29, 30 e 31, existe uma grande diferença entre esta divisão e as anteriores, desde o grau de detalhamento da descrição além de, pela primeira vez, mapa e descrição terem sido publicados em conjunto, simultaneamente.

Por se tratar exatamente do texto que é a base para a construção do produto final desta tese, será transcrito quase que na íntegra.

Dividi o falar brasileiro em seis subfalares que reuni em dois grupos a que chamei do norte e do sul.

O que caracteriza estes dois grupos é a cadencia e a existência de protônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios em *mente* (NASCENTES, 1953, p.25).

Estes dois grupos estariam “separados por uma zona que ocupa uma posição mais ou menos equidistante dos extremos setentrional e meridional do país” (NASCENTES, 1953, p.25).

Em seguida, passa a fazer a descrição da linha divisória dos subfalares do norte e do sul:

Esta zona se estende, mais ou menos, da foz do rio Mucuri, entre Espírito Santo e Baía, até a cidade de Mato Grosso, no Estado do mesmo nome, passando cerca de Teófilo Ottoni, Minas Novas, Bocaiuva, Pirapora, serra da Mata da Corda, Carmo do Paranaíba, rio Paranaíba, rio São Marcos,

Arrependidos, Santa Luzia, Pirenópolis, rio das Almas, Pilar, foz do rio dos Araés, Cuiabá e Mato Grosso” (NASCENTES, 1953, p.25).

Percebe-se que essa descrição é muita mais completa e que houve uma preocupação do autor em fazê-la o mais “identificável” possível. Infelizmente, como será apresentado na seção relativa à análise, ela não é, de todo, isenta de indefinições ou de ambiguidades.

Os subfalares do Norte são dois: o amazonico que abrange o Acre, o Amazonas, o Pará e a parte de Goiás que vai da foz do Aquiqui à serra do Estrondo, e o nordestino, que compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e a parte de Goiás que vai da serra do Estrondo à nascente do Parnaíba (NASCENTES, 1953, p.25).

Os subfalares do Sul são quatro: o baiano, intermediário entre os dois grupos, abrangendo Sergipe, Baía, Minas (Norte, Nordeste e Noroeste), Goiás (parte que vem da nascente do Parnaíba, seguindo pelas serras dos Javais, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até a cidade de Pilar, rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrependidos); o fluminense, abrangendo o Espírito Santo, o Estado do Rio, o Distrito Federal, Minas (Mata e parte do Leste); o mineiro (Centro, Oeste e parte do Leste de Minas Gerais); o sulista, compreendendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas (Sul e Triângulo), Goiás (Sul) e Mato Grosso (NASCENTES, 1953, p.25-26).

O perímetro compreendido entre a parte da fronteira boliviana (rios Verde, Guaporé, Mamoré até o Abunã), a fronteira de Mato Grosso com Amazonas e Pará (rios Madeira, Juparaná, Uruguatás, Tres Barras, Cariaí, Xingu, Fresco e Aquiqui e a serra do Estrondo), é praticamente despovoado e portanto incharacterístico (NASCENTES, 1953, p.26).

O que é mais importante de ser destacado nessas transcrições é que há, aparentemente, uma *inconsistência* no que é afirmado: **se existem dois grupos separados por uma “zona”, tem-se assim, três zonas (faixas): (I) a do Norte, (II) a intermediária e (III) a do Sul.** Entretanto, como será visto adiante, Nascentes coloca intencionalmente o grupo que seria intermediário incluído no grupo do Sul.

Também indica o falar baiano como um dos subfalares sulistas, enquanto a linha descrita como divisória do norte e do sul passa abaixo do falar baiano e não acima.

Outra observação a ser feita é que a descrição do território incharacterístico não corresponde àquele destacado no mapa já que a parte da descrição que coincide com os limites internacionais do Brasil está representada com uma linha distinta.

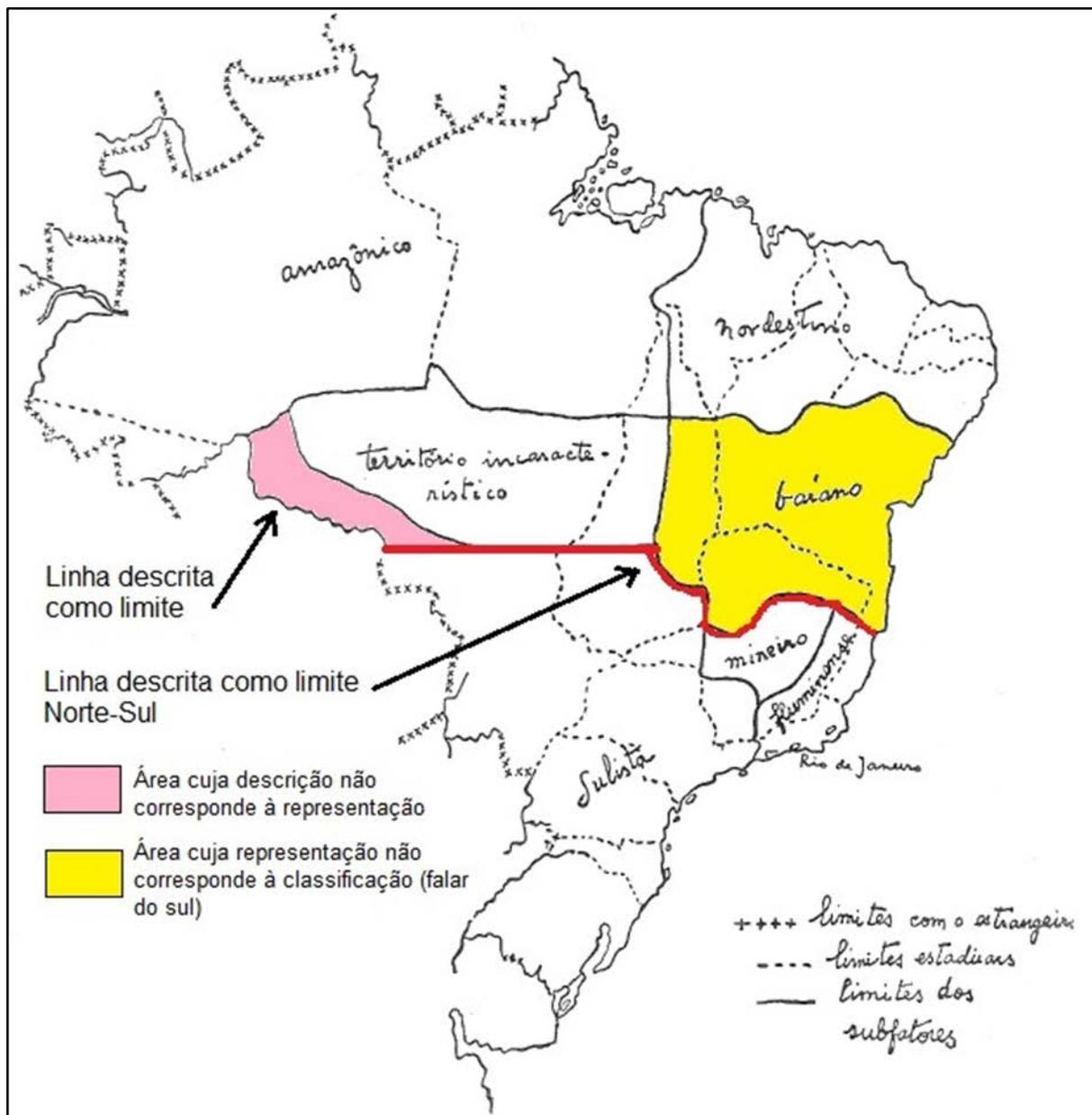
Todas essas observações encontram-se em destaque nas observações feitas na Figura 30 e serão retomadas na subseção 5.3.

Figura 29 – Cartograma da proposta da divisão dialetal de Antenor Nascentes (1953)



Fonte: Nascentes (1953, p. 18-19).

Figura 30 – Áreas cujas descrições de limites não correspondem àquelas representadas na proposta da divisão dialetal de Antenor Nascentes de 1953



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles

Fonte: Nascentes (1953, p. 18-19; p. 25-26).

Figura 31 – Proposta da divisão dialetal de Antenor Nascentes de 1953, em publicação de 1955.



Fonte: Nascentes (1955, p. 218).

Após a apresentação das questões basilares da Linguística e Geolinguística, o mesmo será feito acerca das relações existentes entre a Geografia, a Cartografia.

3 GEOGRAFIA, CARTOGRAFIA E AS TÉCNICAS DE MAPEAMENTO

Nesta seção, além de apresentar a fundamentação teórica pertinente à Geografia e à Cartografia, é feito um breve histórico da evolução das técnicas usadas na elaboração de mapas e o quanto esses mapas são importantes nos processos de tomadas de decisões. Dá-se destaque às bases elaboradas para o uso em *Sistemas de Informações Geográficas* (SIG). Conclui-se com a discussão sobre a *Divisão Territorial Brasileira* (DTB) e a *Divisão Político Administrativa* (DPA) além dos aspectos que envolvem os nomes geográficos e a Toponímia.

3.1 O PAPEL DA GEOGRAFIA

Como pôde ser observado ao longo das considerações anteriores, algumas palavras e expressões como *espaço geográfico*, *fenômenos*, *distribuição espacial*, *mapa* e *atlas* foram tão referenciadas que o leitor, muitas vezes, não se dá conta de que essa terminologia é, na realidade, uma terminologia própria de uma outra ciência e por ela conceituada: a Geografia.

A Geografia, assim como outras ciências, é uma ciência comprometida com a realidade e, por isso, procura explicar e entender essa realidade. Está voltada para a questão da *localização*, da *distribuição* e da *organização espacial*, buscando não apenas descobrir se existem padrões de distribuição dos fenômenos humanos e físicos no espaço mas também os processos que originam essa distribuição. A questão da *localização* está ligada aos sistemas de localização (abrangendo a localização absoluta, que não muda com o tempo, e a localização relativa, que posiciona um ponto em relação a outros). A *distribuição* diz respeito à frequência com que qualquer fato ocorre no espaço e varia em padrão e intensidade de um lugar para o outro. A *organização* está ligada à ordem espacial, ou seja, se a distribuição do fenômeno tem uma lógica, uma coerência, obedece a algum padrão.

Desta forma, pode-se afirmar que pensar geograficamente não significa apenas conhecer a distribuição espacial e dos fenômenos nas suas diversas correlações mas buscar descobrir os princípios que regem essa distribuição, baseando-se na comparação de múltiplos fatores que se supõe estejam relacionados. Por esse motivo, entende-se que os fatores geográficos são todos os fatores (físicos ou humanos) que influenciam a localização e a distribuição de qualquer fenômeno numa determinada área.

Nesse contexto, para entender o mundo, mesmo para vê-lo apenas através da perspectiva espacial, a Geografia hoje tem que poder compreender e saber sintetizar questões de outras inúmeras áreas do saber: é a integração das questões de relevância científica com as de relevância social.

3.2 O PAPEL DA CARTOGRAFIA

Quase todos os ramos da ciência usam mapas e diagramas. É natural que as ciências da Terra devam usar a maioria dos mapas, mas todas as ciências que trabalham com os fenômenos associados ao espaço também possuem interessantes problemas para a Cartografia. Cada ramo da ciência exige tipos especiais de mapas, como é o caso da Cartografia Linguística. Entretanto pode-se afirmar que todo mapa é geográfico, já que todo e qualquer fenômeno acontece no espaço, independentemente do conceito que se dê a ele.

A contribuição do cartógrafo se dá, basicamente, em propiciar a representação espacial dos objetos de estudo dos pesquisadores, aos quais compete analisar os problemas, elaborar as sínteses e construir as teorias. No entanto, com o desenvolvimento dos modernos procedimentos e com as novas concepções, o papel científico da Cartografia assume uma nova dimensão já que o mapa deixa de ser uma simples ilustração e passa a ser também um meio de armazenar e de tratar uma documentação espacial.

Ao não dispor de mapas detalhados e atualizados que mostrem com precisão as características e distribuição geográfica de seus componentes, todas as ações próprias ao controle, planejamento, projeto, pesquisa, manutenção e à atualização de informações de qualquer natureza ficam comprometidas, principalmente pelo fato de a ocupação do espaço se dar de forma dinâmica e as características físicas de um município ou região se alterarem continuamente, ao longo do tempo. Por isso mesmo, não é exagero afirmar que mapas desatualizados, a depender do uso que se pretende fazer deles, perdem sua função e eficácia, podendo comprometer a qualidade dos investimentos realizados bem como levar a que sejam questionadas a validade e a relevância das informações neles contidas.

Para a elaboração de um mapa, os dados do tema são recolhidos, sistematizados, analisados e, enfim, cartografados. Trata-se de um trabalho que, independentemente do tema, requer paciência, cuidado e, sobretudo, organização para que não haja perda de dados ou para que se possa recuperá-los.

No caso dos mapas linguísticos, a história revela que o que foi publicado talvez não chegue à metade do que foi coletado. O pesquisador escolhe, dentre todo o material recolhido, aqueles fenômenos possíveis de serem trabalhados no tempo e com os recursos disponíveis. Dessa forma, é fundamental que se lance mão dos recursos modernos da informática para armazenamento e recuperação do *corpus* recolhido.

Uma das mais eficientes técnicas já desenvolvidas voltadas para o planejamento é a dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG), pela capacidade de lidar com um grande volume de dados descritivos aliados às suas localizações no espaço e por permitir ao planejador, pesquisador, de forma rápida e eficaz, analisar, cruzar e atualizar esses dados, além de fazer simulações. E um dos pilares do SIG é a Cartografia.

Para a implantação de um sistema de informações é necessário que se tenha uma base cartográfica bem definida, na qual devem constar os principais elementos físicos da área. Tal sistema de informações deve ser constantemente atualizado para dar condições aos usuários de se manterem informados sobre a situação real da área de interesse.

Não se pode ainda deixar de abordar também as facilidades que as novas ferramentas de recursos gráficos proporcionam, muitas delas democraticamente disponibilizadas na rede mundial (*internet*). Conta-se com inúmeros *softwares* livres⁴¹ e, com maior ou menor habilidade (cuidado, competência e responsabilidade), alguns se consideram aptos a elaborarem mapas. Infelizmente, apenas recursos tecnológicos avançados não fazem o trabalho intelectual do cientista: existem mapas que são meros desenhos de formas que sugerem limites políticos, estradas, rios etc. Nenhuma técnica aplicada de forma isolada e autodidata substitui a competência do geógrafo ou cartógrafo, assim como os equipamentos e as novas técnicas de uso de microcâmaras para desobstrução de artérias não fazem de qualquer cidadão um médico especializado em cirurgia vascular.

Como a sistematização dos dados se faz de forma rápida e eficaz, existe a possibilidade de se usarem somente os dados considerados de boa qualidade.

A Cartografia computadorizada e os SIG estão, portanto, à disposição de todos para que se obtenham resultados de qualidade, condizentes com a tecnologia dos métodos e equipamentos usados na elaboração dos mapas.

⁴¹ *Softwares* livres são programas que têm os códigos fontes disponibilizados gratuitamente (também chamados de *freewares*). Não confundir com *softwares* gratuitos que são aqueles pelos quais apenas não se paga pelo uso.

3.3 UM POUCO DE HISTÓRIA: A GEOGRAFIA, A CARTOGRAFIA E A EVOLUÇÃO DAS TÉCNICAS

Para entender os caminhos percorridos pela Geografia e pela Cartografia ao longo do tempo, faz-se adiante um breve resumo dessa evolução.

O pensamento geográfico sistematizado surgiu com os gregos e existe referência à palavra Geografia⁴² – descrição da terra – desde a Antiguidade Clássica. Esse termo servia para designar conteúdos dos mais diversos, dentre eles vários daqueles que hoje fazem parte de outras ciências afins, como a medição do espaço e a discussão da forma da Terra, hoje definidos como da Geodésia⁴³ (sobre as quais se debruçaram Tales e Anaximandro, ambos da Escola de Mileto). Outros conteúdos, como o da descrição dos lugares – hoje numa perspectiva da Geografia regional –, que teve Heródoto como referência, e o da preocupação com a relação entre o homem e o meio – representado por Hipócrates –, também foram exaustivamente discutidos. O conceito de lugar, embora sob a ótica da Física, foi tratado por Aristóteles.

Até o final do século XVIII, eram considerados estudos geográficos desde relatos de viagem escritos de forma fantasiosa e exotérica até almanaques de curiosidades sobre lugares exóticos, passando por frios relatórios estatísticos, não se podendo, dessa forma, falar de conhecimento geográfico como algo uniforme, com um mínimo que seja de unidade temática e de continuidade nas formulações. Além dessa disparidade, devido ao grande acúmulo de conhecimento, durante o século XVIII houve uma grande tendência à “especialização” em diversas ciências, provocando o desdobramento de algumas e, o que seria mais grave, a perda de identidade do objeto de estudo de outras. Essa situação ficou bem definida quando estudos como os da atmosfera, do subsolo, dos rios e das montanhas passaram a ser estudados pela Climatologia, pela Geologia, pela Hidrografia e pela Orografia, respectivamente.

A Geografia, no século XIX, praticamente desenvolve-se a par das outras ciências. Os trabalhos e os pensamentos de Alexander Von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), embora distintos, imprimiram à Geografia, então descritiva, um caráter sistemático e uma metodologia própria, favorecendo o reconhecimento da Geografia como uma das

⁴² Geografia – γεωγραφία – *geographía* – de *geo* – do grego *ge* (Terra) e *graphía* – do grego *gráphein* (descrever).

⁴³ Geodésia – ciência que se ocupa com a determinação da forma e das dimensões da Terra e campo gravitacional.

ciências modernas de então. Com as grandes viagens exploratórias que caracterizaram esse século, surgiram as sociedades de Geografia: em 1821, a de Paris; em 1828, a de Berlim; e, em 1830, a de Londres.

No final do século XIX, o geógrafo alemão Friederich Ratzel (1844-1904) publicou, em 1882, *Antropogeographie*⁴⁴, onde concluiu que o homem vivia sujeito às leis da natureza e que as diversas culturas resultavam das condições do ambiente natural. Era a ligação que estava faltando para não perder o espaço nos assuntos que tinham sido apropriados por outras ciências. Com isso, converteu a Geografia numa ciência humana. Três importantes desdobramentos das teorias de Ratzel podem ser listados: a escola determinista (determinismo geográfico), a geopolítica e a escola ambientalista.

Até meados do século XX outras posturas filosóficas firmadas por outros grandes geógrafos contribuíram para que as relações do homem com o seu meio tenham variado enormemente desde então. Um deles foi Paul Vidal de la Blache (1845-1918), considerado como fundador da escola regional francesa ao fazer, dentre inúmeros trabalhos, uma divisão regional da França levando em conta as realidades econômica, política e social de então (final do século XIX), sob encomenda do governo francês. Criou o *possibilismo* e da Geografia regional proliferaram desdobramentos dos mais diversos tipos como a Geografia agrária, a Geografia urbana e a Geografia econômica.

Como no decorrer desta tese a referência a *região* será recorrente, convém apresentar quando esta passou a ser objeto de estudo da Geografia, como resultado de uma *síntese entre o homem e o meio*, segundo interpretação de Ferreira e Simões (1994):

A região define-se como um espaço em que as características naturais e culturais (ou físicas e humanas) se interpenetram de tal forma, como resultado de uma evolução histórica, que conferem a esse espaço características de homogeneidade que o diferenciam de qualquer outro espaço contíguo (FERREIRA; SIMÕES, 1994, p. 73).

Alfred Hettner (1859-1941), que também seguiu a escola regional e defendeu o caráter corográfico da Geografia, teve como preocupação fundamental acabar o dualismo⁴⁵ na Geografia (Geografia física e Geografia humana) e, ao promover num mesmo espaço o

⁴⁴ Antropogeografia: fundamentos da aplicação da Geografia à História.

⁴⁵ Os dualismos são característicos de todo o pensamento geográfico tradicional. Ex: Geografia Humana X Geografia Física, Geografia Regional X Geografia Geral, Geografia Sintética X Geografia Tópica, Geografia Unitária X Geografias Especializadas.

estudo simultâneo de aspectos físicos e humanos, a Geografia tornou-se, ao mesmo tempo, ciência física e ciência humana. Teve como sucessor Richard Hartshorne (1899-1992), que, especialmente após a 1ª Guerra Mundial, ao acentuar o caráter corológico da Geografia, entendia ser necessário proceder-se à seleção dos fenômenos que, embora inter-relacionados, caracterizam, de fato, a região.

Ambos os geógrafos entendiam que as regiões eram apenas porções da Terra, sem tamanhos definidos, e que seria impossível descobrir leis na Geografia regional sem que fossem realizadas monografias regionais a partir das quais talvez pudessem ser formuladas generalizações. Essa Geografia chamada Racionalista é considerada como a terceira fase da Geografia tradicional.

Nos anos 1930, Carl Sauer deu grande contribuição com o estudo das paisagens culturais ao propor discussões diferentes daquelas promovidas pela escola alemã e apontar novas premissas para a Geografia Cultural, sendo assim considerado seu precursor. No final dessa década, em 1939, Hartshorne publicou *A Natureza da Geografia*⁴⁶.

Na década de 50 do século XX, os métodos quantitativos largamente usados nas ciências naturais passaram a ser adotados pelas ciências sociais em geral e, especialmente, pela Geografia, dando origem a um novo paradigma geográfico – *a Geografia quantitativa* ou *nova Geografia* –, cujos trabalhos tinham as aplicações baseadas no uso de métodos matemáticos e estatísticos. Essa nova tendência é representada por Fred K. Shaefer (1904-1953) e William Bunge (1928-2013). Comparando com os paradigmas anteriores, este último teve vida curta, tanto pelas circunstâncias tecnológicas quanto pelas novas questões ideológicas que provocaram profundas alterações no pensamento científico das ciências sociais. Algumas dessas questões levantadas foram acerca da imparcialidade da Geografia quantitativa, que estaria a serviço do sistema capitalista de produção. Os geógrafos não estavam satisfeitos com as respostas dadas pelo positivismo aos novos problemas colocados.

De acordo com Moraes (1998), o movimento de renovação da Geografia foi iniciado na década de 1950 e, “A partir de 1970, a Geografia Tradicional está definitivamente enterrada” (MORAES, 1998, p. 93). Nessa década, como reação às pretensões da nova Geografia, surgiu então a Geografia Renovada, a qual, diferentemente da Geografia

⁴⁶ Título original: *The nature of Geography; a critical survey of current thought in the light of the past.*

Tradicional, não possuía uma unidade devido à diversidade de métodos de interpretação e de posicionamento de autores. Essa oposição gerou algumas propostas antagônicas que acabaram por criar duas vertentes, calcadas nas ideologias e concepção de mundo dos autores que participavam do movimento: a Geografia Pragmática (que atacou, principalmente, o caráter não prático da Geografia Tradicional e sem se aprofundar nos seus fundamentos) e a Geografia Crítica (advinda de uma postura radical – tanto a Tradicional quanto a Pragmática).

A Geografia Pragmática incluiria a Geografia Quantitativa⁴⁷, a Geografia Sistêmica ou Modelística e a Geografia da Percepção ou Comportamental.

A Geografia Crítica foi caracterizada por propor uma Geografia de militância que lutasse por uma sociedade mais justa, sendo por isso também reconhecida como Geografia radical que teve como principais norteadores: (i) Yves Lacoste, francês, para quem é necessário “saber pensar o espaço para saber nele se organizar, para saber ali combater”(LACOSTE, 1988, p. 189); (ii) David Harvey, inglês, que entende que “a questão do espaço não pode ser uma resposta filosófica para problemas filosóficos, mas uma resposta calcada na prática social” (HARVEY, 1980, s.n.p); e (iii) Milton Santos, brasileiro, para quem “o espaço é a morada do homem, mas pode ser também sua prisão” (SANTOS, 1978, s.n.p).

Santos (1997a) afirma que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente” (SANTOS, 1997a, p. 51), e que “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes.” (SANTOS, 1997a, p. 51).

Nessa mesma obra, o autor enfatiza que “todo e qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos” (SANTOS, 1997a, p. 77). E, por esse motivo, a definição de espaço “varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico” (SANTOS, 1997a, p. 267).

⁴⁷ No Brasil, se desenvolveu sob a denominação de Geografia Teorética.

Como se observa, o conceito de espaço também foi se transformando, especialmente em decorrência das grandes mudanças ocorridas no período de globalização que estabeleceram novas dinâmicas, fazendo necessário atualizar ou até mesmo rever os conceitos até então usados.

Neste sentido, foi fundamental o papel intelectual desempenhado por Milton Santos e David Harvey na definição do conceito de espaço em um mundo em movimento contínuo, onde a técnica e a informação desempenham função-chave.

Pelo novo momento que se avizinhava, com o uso, a essa altura irreversível das tecnologias, Milton Santos passa a dar ênfase, nos seus trabalhos, ao papel da tecnologia como vetor de mudanças da sociedade e condicionante da ocupação do espaço, o que denomina o *meio técnico-científico-informacional*. Embora não se detenha no exame do uso direto das novas ferramentas nos estudos geográficos, estabeleceu vários conceitos fundamentais para definição dos postulados da Ciência da Informação Espacial.

Procurando proporcionar ao leitor uma mesma linha de pensamento nas questões relativas aos conceitos apresentados e que mudaram ao longo do tempo, tomam-se, na questão do espaço, três concepções distintas (mas não antagônicas) formuladas por Milton Santos: *o espaço é organizado pelas relações de forma, estrutura e processo* (SANTOS, 1985), *o espaço é um sistema de fixos e fluxos* (SANTOS, 1978) e *o espaço é um sistema de objetos e um sistema de ações* (SANTOS, 1997a).

Santos (1997b) traz a seguinte afirmação:

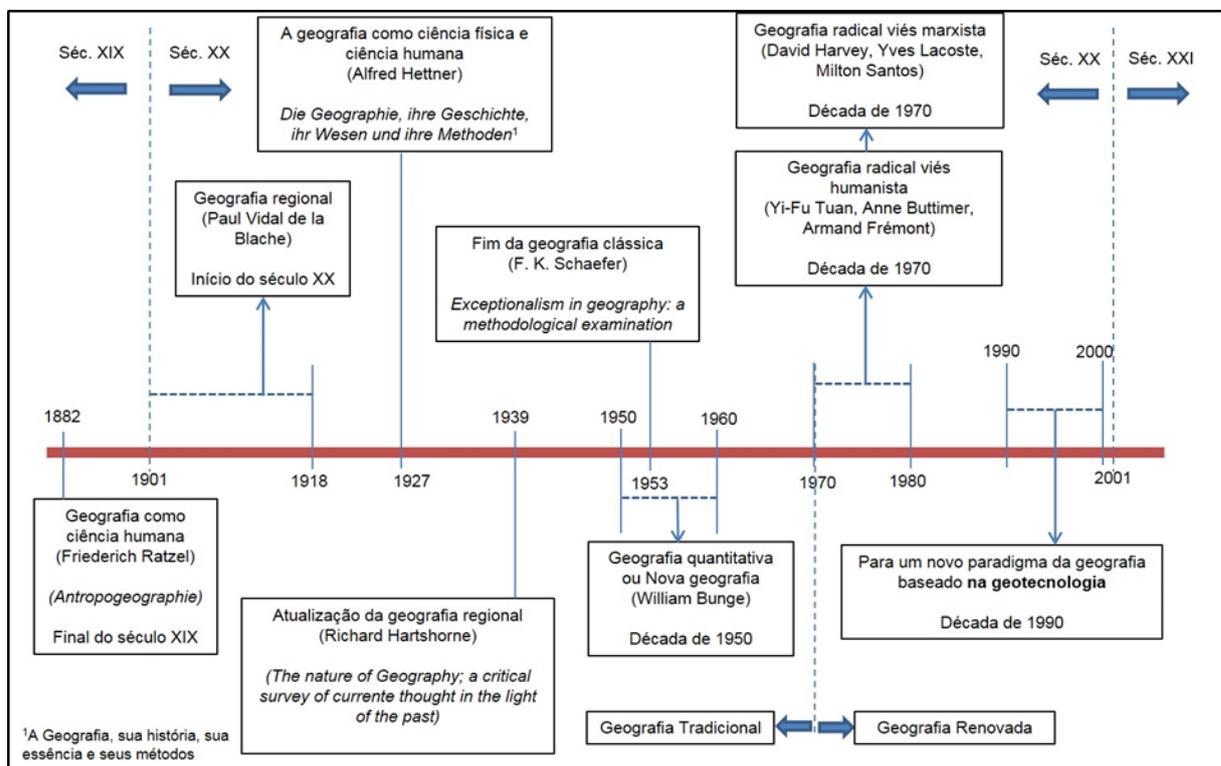
O espaço é formado por dois componentes que interagem continuamente: a) a configuração territorial, isto é, o conjunto de dados naturais, mais ou menos modificados pela ação consciente do homem, através dos sucessivos “sistemas de engenharia”; b) a dinâmica social ou o conjunto de relações que definem uma sociedade em um dado momento (SANTOS, 1997b, p. 111).

De qualquer forma, independentemente das associações feitas e desfeitas ao conceito de espaço, ao longo do tempo, o espaço geográfico é aquele constituído pela totalidade da superfície terrestre, incluindo-se a litosfera, a hidrosfera, a atmosfera – meios sólido, líquido e gasoso, respectivamente –, além da biosfera (meio vivo), sem deixar de levar em conta também as regiões inabitadas.

Percebe-se assim que o período que se estende do início do século XIX ao começo do XX representa um dos momentos mais ricos e contraditórios do pensamento e da história humana, com grandes avanços no campo científico e filosófico. Um pequeno resumo disso é apresentado no Quadro 12.

No mundo e no Brasil desse novo século procura-se entender as relações dos grupos sociais com os lugares com o propósito de entender seus valores e comportamentos (viés da Geografia humanística), assim como as questões ambientais – os efeitos das ações do homem sobre o ambiente (viés da Geografia ambiental).

Quadro 12 - O pensamento geográfico em fins do século XIX e no século XX



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Buzai e Durán (1997), Moraes (1998), Câmara et al (1996), Arcassa (2013).

Ainda não se pode estabelecer o perfil do pensamento geográfico do século XXI, já que não são completadas sequer duas décadas. Entretanto reflexos das inovações e paradigmas da última década do século XX podem ser claramente observados, especialmente nos novos conceitos acerca da *informação espacial*, na inter e transdisciplinaridade que envolvem especialmente a Geografia, a Cartografia e a Ciência da Computação, cada uma com seus questionamentos e novas proposições. Nunca o conceito de *sistema* foi tão debatido e usado nas mais diversas aplicações. Segundo Paredes (1994), "sistema representa

a disposição das partes ou dos elementos de um todo, coordenados entre si, e que funcionam como estrutura organizada” (PAREDES, 1994, p. 2).

Por uma questão puramente didática, optou-se por fazer um retrospecto da Cartografia também até a última década do século XX, deixando para tratar as questões atuais de ambas as ciências quando da abordagem dos Sistemas de Informações Geográficas e apresentação resumida da Ciência da Geoinformação.

Desse modo, retoma-se a Cartografia⁴⁸, começando por registrar o momento em que esse termo aparece pela primeira vez. Conforme Oliveira (1993), o neologismo foi criado pelo historiador português Manoel Francisco de Barros e Souza de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa (1791-1856) – Segundo Visconde de Santarém – numa carta datada de 8 de dezembro de 1839 e enviada ao historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen – Visconde de Porto Seguro –, indicando a ideia de um traçado de mapas e cartas, na qual se lia: “[...] invento esta palavra já que aí se tem inventado tantas” (OLIVEIRA, 1993, p.84).

Nessa época, já existia uma certa diferença entre os objetivos de uma e de outra, daí a criação desse novo termo. Muitas são as definições encontradas para a Cartografia, modificadas e adaptadas ao longo do tempo conforme os objetivos e, especialmente, as técnicas usadas no momento em que se dá a definição. Decidiu-se por apresentar somente aquelas aceitas e preconizadas por alguns dos órgãos responsáveis em disciplinar a matéria:

é a arte de levantamento, construção e edição de mapas e cartas de qualquer natureza (Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

é o conjunto de operações científicas, artísticas e técnicas produzidas de resultados de observações diretas ou de explorações de documentação, tendo em vista a elaboração de cartas, plantas e outros tipos de apresentação, assim como de sua utilização (Recomendação da Associação Cartográfica Internacional (ICA), Amsterdam, Holanda, de 1966);

é a disciplina que envolve a arte, a ciência e a tecnologia de construção e uso de mapas, favorece a criação e manipulação de representações geoespaciais visuais ou virtuais, permite a exploração, análise, compreensão e comunicação de informações sobre aquele recorte espacial (Recomendação da Associação Cartográfica Internacional (ICA), Durban, África do Sul, de 2003).

Até algum tempo atrás, considerava-se que ao geógrafo cabia a análise dos problemas, a elaboração das sínteses e a construção das teorias, ficando a cargo do

⁴⁸ Cartografia – do greco-egípcio Ξαριησ (papiro, que dá origem a carta, papel, folha para desenhar), do grego *khártes* e *graphía*, do grego *gráphein* (descrever).

cartógrafo apenas a representação gráfica do trabalho daquele. Atualmente a distinção que se faz é entre o geógrafo (que é o cartógrafo, de fato) e o engenheiro cartógrafo (antes, engenheiro geógrafo), este último responsável pelas análises matemáticas e decisões relativas às questões geodésicas.

Voltando no tempo, constata-se que a imaginação desempenhou importante papel na história da Cartografia. Bem antes de os matemáticos gregos descobrirem, no século V a.C., que a Terra era redonda, todos os povos do mundo se indagavam sobre a forma do nosso planeta. As diferentes concepções foram graficamente representadas desde a pré-história mas somente no século XIX os mapas foram associados às disciplinas modernas cujo conjunto constitui a Cartografia.

Faz-se necessário, enfim, apresentar as definições dadas para os termos *mapa* e *carta*.

De acordo com o Manual de Geoinformação (DSG, 2014), *carta* é

a representação gráfica dos acidentes físicos (naturais e artificiais) de uma parte da superfície terrestre sobre uma superfície plana, normalmente em escala média ou grande, por meio de símbolos e convenções cartográficas (DSG, 2014, p.67).

No mesmo documento, um mapa é

a representação gráfica sobre uma superfície plana, normalmente em escala pequena, dos aspectos geográficos, naturais, culturais e artificiais de toda a superfície (Planisfério ou Mapa Múndi), de uma parte (Mapas dos Continentes) ou de uma superfície definida por uma dada divisão político-administrativa (Mapa do Brasil, dos Estados, dos Municípios) ou por uma dada divisão operacional ou setorial (bacias hidrográficas, áreas de proteção ambiental, setores censitários) (DSG, 2014, p.69).

Em muitos países não se faz essa distinção, reservando o termo *carta* para alguns tipos específicos, tais como as cartas náuticas, cartas aéreas e cartas celestes. Ao longo desta tese o uso de ambas as denominações será indiscriminado.

Conhecer e representar a Terra foram os primeiros objetivos da Cartografia e ainda hoje é a sua maior inquietação. Entretanto já na Antiguidade surgiram os primeiros indícios dessa preocupação com a distribuição dos fenômenos. Os primeiros esboços cartográficos foram gravados em placas de argila, madeira ou metal, ou desenhados nos tecidos, nos papiros e nos pergaminhos.

O mapa autêntico mais antigo foi elaborado há cerca de 6000 a.C. Descoberto em 1963, durante uma escavação arqueológica em Çatal Höyük, na região centro-ocidental da Turquia, representa o povoado neolítico do mesmo nome (HARLEY, 1991). Acredita-se tenha sido criado como parte de um rito sagrado, embora apresente semelhanças com as plantas das cidades modernas. Apenas recentemente, mapas desse tipo e gravações e pinturas similares em rochas começaram a ser estudados como uma categoria da pré-história cartográfica.

Os egípcios já faziam mapas com fins tributários. Os imperadores romanos fizeram traçar itinerários para uso de seus exércitos, a partir dos arquivos de estradas e de relatos dos viajantes. Itinerários semelhantes, muitas vezes artisticamente decorados, existiram também na China e no Japão.

Dando um salto na história, num período compreendido da queda do Império Romano (século V), passando pela Idade Média, ao início do século XV, época de recessão quando a civilização nos mais variados segmentos, especialmente nas ciências, sofreu altos e baixos, continua-se a discorrer bem resumidamente sobre o que aconteceu com a Cartografia.

Foi nesse momento (início do século XV) que a extraordinária revolução na Cartografia começou, consequência da expansão do comércio para o Leste, do ressurgimento da obra de Ptolomeu traduzida do árabe para o latim em 1405 (que sofre correções e adaptações), da invenção da imprensa por Guttemberg e da gravação (que permitem a produção abundante de mapas até então manuscritos), das grandes descobertas dos portugueses e da fundação da Escola de Sagres (que passa a estudar a navegação com métodos racionais) e das cartas de marear, que adquiriram um aspecto cartográfico mais científico. Sem qualquer exagero, costuma-se dizer que a concepção geográfica do mundo mudou mais rapidamente nos primeiros vinte e cinco anos do século XV do que em qualquer outra época.

Nessa época, também, foram construídos os grandes globos terrestres, cuja popularidade está sempre associada aos períodos em que as preocupações da visão de conjunto da Terra apaixonaram os homens: nos séculos XV e XVI, com as grandes viagens marítimas; no século XIX, com as viagens de exploração e as expedições coloniais; e no século XX, com a navegação aérea e os satélites.

No século XVI, verifica-se grande produção cartográfica, destacando-se os trabalhos de cartógrafos portugueses, espanhóis e italianos e, sucedendo à Cartografia mediterrânea, ainda nesse século, aparece a Cartografia holandesa, caracterizada pela produção maciça de mapas, já que o objetivo era praticamente comercial: rapidez na publicação e beleza na apresentação. Em sequência à Cartografia holandesa, surge a Cartografia francesa, esta com maior precisão, clareza e mais minúcias do que a holandesa, em escala grande, para que servisse como base às necessidades da administração política, da guerra e dos trabalhos de engenharia. São justamente dessa época os mais antigos mapas topográficos de que se tem conhecimento. Esse foi, então, o início do que hoje se denomina de Cartografia topográfica, que se expandiu nas grandes realizações do século XIX.

No século XVII, deu-se a Revolução Intelectual: o triunfo da razão e da ciência. Foram criadas a Real Sociedade de Londres (em 1662) e a Academia de Ciências de Paris (em 1666), que incentivaram a publicação de trabalhos científicos e o intercâmbio de conhecimentos. No século seguinte, a Cartografia, beneficiada pela solidez científica propiciada pelo desenvolvimento das ciências, particularmente da Matemática, da Geodésia e da Astronomia, avança com a utilização de novos instrumentos, que por sua vez permitiram o aperfeiçoamento dos métodos de levantamento e os estudos dos sistemas de projeção. Também a representação cartográfica mudou, perdendo, em contrapartida, o espaço como arte.

O fim do século XVIII, um período marcado por guerras durante quase todo o tempo, testemunhou o nascimento das grandes potências da Europa. O fato de não terem disponíveis mapas detalhados e precisos para as operações dos grandes exércitos – que precisavam ser planejadas e coordenadas – para os quais a Cartografia privada não tinha a mínima condição de atender concorreu para que os exércitos organizassem seus serviços geográficos próprios, surgindo os Serviços Geográficos Nacionais e em quase todos os países da Europa tiveram início os levantamentos topográficos.

Os primeiros mapas temáticos propriamente ditos surgiram com a necessidade de cartografar os fenômenos cujos dados foram recolhidos nos primeiros censos surgidos no fim do século XVIII e início do século XIX.

As viagens de exploração voltaram-se para os interiores dos continentes e as sociedades de Geografia surgiram intimamente ligadas a essas explorações. Em 1821, foi

fundada em Paris a primeira Sociedade de Geografia, seguida pela de Berlim em 1828 e a de Londres em 1830. As necessidades da navegação obrigaram as potências marítimas a efetuarem levantamentos costeiros de todas as partes do mundo e os sistemas de projeção continuaram a ser estudados detalhadamente.

De acordo com Ferreira e Simões (1994), a essa altura o mundo estava praticamente todo reconhecido e cartografado, o que levou a se buscar um novo tipo de Cartografia.

Com as inovações tecnológicas decorrentes da Revolução Industrial, a Cartografia foi influenciada de diversos modos. Destacam-se inicialmente a litografia⁴⁹ (em 1820) e a fotolitografia⁵⁰ (entre 1860 e 1870), que permitiram a representação dos meios-tons.

O que hoje é tratado como algo corriqueiro por estar presente nos telejornais, *softwares* e aplicativos de localização, a utilização das imagens de satélites, só é possível porque, em 1855, a partir de um balão, foram obtidas as primeiras fotografias aéreas. Pouco tempo depois, em 1871, a França fez uso desta técnica em trabalhos de espionagem. Com a invenção da metrofotografia – medições sobre fotos orientadas – em 1862, e seu aperfeiçoamento com a introdução da estereoscopia⁵¹, em 1892, as fotografias aéreas foram largamente utilizadas para fins militares durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Infelizmente, como é sabido, as guerras favorecem grandes avanços tecnológicos nas mais variadas áreas do conhecimento, o que não as exime da responsabilidade das consequências terríveis por elas deixadas como legado. Nenhum desenvolvimento feito na produção cartográfica desde o fim do século XV foi tão grande quanto o que se deu durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), não apenas em relação à técnica do desenho mas também ao enorme aumento na cobertura, com o uso intensivo do avião no mapeamento (fotografia aérea) e as cartas de radar. Foi ainda nesse período que as pesquisas para alternativas aos posicionamentos geodésicos obtidos pelas triangulações (iniciadas na França no século XVII) acabaram por se concretizar com o geoposicionamento utilizando ondas de

⁴⁹ Processo de reprodução que consiste em imprimir sobre papel, por meio de prensa e tinta graxa sobre uma pedra calcária (pedra litográfica) ou uma placa metálica (zinco ou alumínio).

⁵⁰ Processo indireto de impressão em que a imagem é transferida da chapa de impressão para uma placa intermediária (*blanqueta*) antes de ir para o papel ou outro material. Hoje, denomina-se impressão em *offset*.

⁵¹ Sensação de tridimensionalidade obtida com o estereoscópio ao trabalhar-se com pares de fotos, parcialmente superpostas.

rádio para medir distância, usando a técnica da trilateração⁵² eletrônica (BERALDO; SOARES, 1995).

Por volta de 1946, tiveram início as fases mais matemáticas do processo cartográfico, com cálculos astronômicos e geodésicos, o estabelecimento das projeções e, depois, o tratamento estatístico dos dados geográficos.

O período da Guerra Fria (1946-1991) caracteriza, mais uma vez, um período ímpar nos avanços da tecnologia e, nos fins dos anos 50, especialmente (mas não exclusivamente), uma nova era para a Cartografia. De acordo com Joly (1990) e Grelot (1991), isso se deu notadamente por dois motivos: a utilização dos satélites artificiais para a mensuração e observação da Terra e o uso do computador como facilitador para os cálculos geodésicos e para o tratamento da grande quantidade de informações coletadas além da sua transcrição gráfica.

O lançamento do *Sputnik I* em 1957 – primeiro satélite artificial – permitiu a substituição da trilateração eletrônica pela trilateração espacial e propiciou, dentre outros, o desenvolvimento de programas que deram origem aos atuais sistemas de posicionamento por satélites que permitem o geoposicionamento, na atualidade utilizado corriqueiramente e integrante do cotidiano de todos, em qualquer lugar do mundo. Em 1960, surgiu o GNSS (*Global Navigation Satellite System* – Sistema Global de Navegação por Satélite) sistema que permite a localização geográfica de um ponto em qualquer parte de mundo. Atualmente existem vários sistemas disponíveis. O mais conhecido de todos é o *GPS*⁵³, cujo primeiro satélite foi lançado em 1978.

Por volta dos anos 60, experimentou-se o desenho com auxílio de computador, apenas como uma automação do desenho, com mesas traçadoras e monitores de vídeo. Além disso, grandes volumes de dados podiam ser gravados em fitas magnéticas e em cartões perfurados para serem utilizados posteriormente.

Nos anos 70, foram lançados pelos Estados Unidos (1972) os primeiros satélites da série *LANDSAT*⁵⁴, cujas imagens se revelaram das mais importantes ferramentas para análise

⁵² Método de levantamento realizado através da medição de lados de triângulos. Na trilateração eletrônica essas medidas são feitas por meios eletrônicos.

⁵³ *Navigation System with Time and Ranging / Global Positioning System (NAVSTAR/GPS)* ou, simplesmente, GPS.

⁵⁴ Isto é, *Land Remote Sensing Satellite*.

da superfície terrestre nos seus mais variados aspectos, através da utilização das diferentes bandas⁵⁵ na obtenção das imagens bem como do uso das cores.

A manipulação de dados geográficos, até então feita por mapas e outros documentos impressos, acarretava inúmeras limitações, especialmente quando havia a necessidade de se fazer análise combinada de mapas provenientes de diferentes fontes, escalas, sistemas de projeção e referência e temas.

Na década de 1980, a Informática dominou por completo as ações voltadas para a Cartografia, a começar pela geração dos dados (obtidos por levantamentos terrestres ou imagens aéreas ou orbitais), chegando aos modelos conceituais de dados e à grande capacidade de tratamento numérico. Também surgiram métodos matemáticos e estatísticos voltados ao tratamento das informações geográficas contidas nos mapas, tanto em termos de análise espacial como de não-espacial, o que reduziu consideravelmente o tempo de produção de novos mapas, assim como os processos de atualização, com a garantia de uma melhor qualidade já que propiciou grande redução nas margens de erros.

Diferentemente do que existia na década de 1960 (quando predominava a automação apenas do desenho), nos anos 80, a Cartografia automatizada tornou-se um verdadeiro *sistema* de informação geográfica⁵⁶, já que passou a incorporar seus próprios bancos de dados, suportes lógicos de aplicação e equipamentos. Segundo Medeiros, Tomás e Simões (1995), “a implementação de um sistema computacional para tratamento e armazenamento da informação geográfica aparece como uma maneira eficaz de alcançar a integração entre os produtores da informação e os usuários” (MEDEIROS; TOMÁS; SIMÕES, 1995, s.n.p).

É fácil constatar que os SIG⁵⁷ revolucionaram os conceitos e as técnicas de pesquisa, de análise e de manipulação dos dados.

A informação geográfica, segundo Leão Neto (1998), “é composta por quatro elementos principais: a posição geográfica, os atributos, as relações espaciais e o tempo” (LEÃO NETO, 1998, p. 103). Numa linguagem menos técnica, esses elementos podem ser

⁵⁵ Banda espectral é o intervalo entre dois comprimentos de onda, no espectro eletromagnético. No modo *pancromático* a captação se dá numa única banda e gera imagens em *preto e branco*. Já as imagens em cores são obtidas no modo *multiespectral*, quando captadas em outras bandas do espectro.

⁵⁶ Segundo Paredes (1994, p. 3), “KUBO (1985) afirma que **informação geográfica** é um conjunto de dados (físicos e sociais) cujo significado contém uma associação ou relação com uma localização específica”.

⁵⁷ Tanto na literatura quanto no uso cotidiano emprega-se, indiscriminadamente, a forma na língua inglesa: GIS (*Geographic Information System*). Nesta tese, a opção é pela forma na língua portuguesa.

traduzidos, respectivamente, pela localização da entidade, pelas características da entidade, pelas relações topológicas entre a entidade e outras (proximidade, pertinência, continência etc.) e pelo momento (em que) os dados geográficos foram obtidos.

Assim como as definições dadas para a Cartografia e para os mapas mudaram ao longo do tempo, incorporando termos e técnicas conforme os momentos nos quais foram formuladas, também a definição para SIG, da década de 1980 para hoje, evoluiu. Devido ao seu largo uso e por se prestar à mais variada gama de aplicações, as definições mudam por priorizarem aspectos distintos conforme quem as formule. As mais referenciadas são apresentadas a seguir.

Para Burrough (1986), “SIG é um conjunto poderoso de ferramentas para coletar, armazenar, recuperar, transformar e visualizar dados sobre o mundo real” (BURROUGH, 1986, p. xx).

Aronoff (1989) define como “qualquer conjunto de procedimentos manual ou computacional usado para armazenar e manipular dados geograficamente referenciados” (ARONOFF, 1989, s.n.p).

Em publicação de alguns anos depois, numa visão mais ampla, o ESRI (1991) considera o SIG como

uma coleção organizada de equipamentos de computação (*hardware*), programas aplicativos (*softwares*), dados georreferenciados e pessoal especializado (hoje em dia chamado de *peopleware*), projetada para coletar, armazenar, atualizar, manipular, analisar e apresentar visualmente todas as formas de informações georreferenciadas (ESRI, 1991, s.n.p).

Kimerling (1994) também sugeriu definição semelhante ao considerá-lo um conjunto integrado de *hardware* e *software*, elencando os mesmos fins (aquisição, armazenamento, estruturação, manipulação, análise e exibição gráfica).

Conforme entende Rocha (2000),

é um sistema com capacidade para aquisição, armazenamento, processamento, análise e exibição de informações digitais georreferenciadas, topologicamente estruturadas, associadas ou não a um banco de dados alfanuméricos (ROCHA, 2000, p. 48).

Em Goodchild (2005 [1991]), obra cuja edição original data de 1991, SIG é definido como

um banco de dados contendo uma discreta representação da realidade geográfica na forma estática de objetos geométricos, em duas dimensões, com seus atributos ou dados não espaciais associados, com uma funcionalidade grandemente limitada pelas operações geométricas primitivas para criar novos objetos ou para computar as relações entre objetos ou para simples (GOODCHILD, 2005 [1991], s.n.p).

É importante observar que essa referência é para a segunda edição da obra citada.

Menezes e Fernandes (2013) consideram o SIG

[...] como uma geotecnologia de geoprocessamento capaz de trabalhar com o grande volume e complexidade de dados requeridos em estudos integrativos, além de possibilitar a manipulação das informações geográficas nele armazenado, dando condições para atualizá-las, e capacitar o sistema para o monitoramento dos temas estudados com a implementação de uma base dados. (MENEZES; FERNANDES, 2013, p. 207).

Hoje, o *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais* - INPE define o SIG como “um sistema que processa dados gráficos e não gráficos (alfanuméricos) com ênfase a análises espaciais e modelagens de superfícies” (INPE, [20--], p. s.n.p).

Independentemente das nuances presentes nas diversas definições apresentadas, já em 1996, Câmara et al. (1996) entendiam que, sem importar da definição eleita, os SIG apresentam duas características próprias por possibilitarem “a integração, numa única base de dados, de informações geográficas provenientes de fontes diversas” e por oferecerem “mecanismos para recuperar, manipular e visualizar estes dados, através de algoritmos de manipulação e análise” (CÂMARA et al., 1996, p. 22).

Ainda na mesma obra, apresentam uma comparação entre características que identificam o que denominaram de “gerações” de SIG, como se observa por meio do exposto na Figura 32.

Figura 32 - Evolução da tecnologia de SIG

geração	1ª geração (1980-1990)	2ª geração (1990-1997)	3ª geração (1997 - ?)
característica			
tecnologia	CAD, cartografia	BD, imagens	sistemas distribuídos
uso principal	desenho de mapas	análise espacial	centro de dados
ambiente	projetos isolados	cliente servidor	multi-servidores
sistemas	pacotes separados	sistema integrado	interoperabilidade

Adaptação Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Câmara et al (1996, p. 27).

Essa terceira geração já apontava para a necessidade de se estabelecerem conceitos teóricos, de aplicação genérica, que, independentes de aspectos de implementação, permitissem que a Ciência da Informação se consolidasse como disciplina independente, já que, conforme Câmara, Monteiro e Medeiros (2001) é “ponto de convergência de áreas como Informática, Geografia, Planejamento Urbano, Engenharia, Estatística e Ciências do Ambiente, [...]” (CÂMARA; MONTEIRO; MEDEIROS, 2001, p. 127).

Nessa mesma publicação, no capítulo nominado “Teoria Geográfica e Ciência da Geoinformação: rumo a uma nova geração de GIS”, os autores elaboraram um quadro no qual apresentam uma síntese das teorias geográficas (escolas) e suas relações com os vários conceitos (espaço), ferramentas e partidos usados no geoprocessamento (representações computacionais que melhor aproximam esses conceitos e algumas técnicas de análise geográfica típicas associadas a estas escolas geográficas)⁵⁸ (Figura 38). Explicam ainda a presença de duas “Geografias quantitativas” no quadro pelo fato de fazerem “uma distinção entre os conceitos da escola de Geografia Quantitativa que tem expressão na atual geração de GIS e aqueles que apontam para a futura evolução da tecnologia de Geoprocessamento” (CÂMARA; MONTEIRO; MEDEIROS, 2001, p. 137).

Figura 33 – Teoria Geográfica e Geoprocessamento

Teoria Geográfica e Geoprocessamento					
Teoria	Tecnologia associada	GIS	Conceito-Chave	Repres. Comput.	Técnicas Análise
Geografia Idiográfica ()	Anos 80 – meados dos anos 90		Unicidade da Região (unidade-área)	Polígono e atributos	Interseção conjuntos
Geografia Quantitativa-1	Final da década de 90		Distribuição Espacial	Superfícies (grades)	Geoestatística + lógica “fuzzy”
Geografia Quantitativa-2	Meados da década de 00		Modelos espaço-tempo	Funções	Modelos multi-escala
Geografia Crítica	Segunda década do século 21 (?)		Objetos e Ações Espaço de fluxos e espaço de lugares	<i>Ontologias e Espaços não-cartográficos</i>	Representação do Conhecimento

Fonte: Câmara, Monteiro e Medeiros (2001, p. 138).

⁵⁸ De acordo com o pensamento de Hettner, a Geografia é *Idiográfica* quando se volta para o estudo das relações entre os fenômenos de um determinado território e é *Nomotética* quando esses fenômenos podem ser classificados em categorias, possibilitando a dedução de leis gerais.

Longley et. al (2013), afirmam que “a história moderna dos SIG data do início dos anos 1980, quando o preço de computadores suficientemente potentes caiu abaixo de um nível crítico.” (LONGLEY et. al, 2013, p.18). Periodizaram a evolução dos SIG em três *eras* assim nominadas: a Era da Inovação (1957-1980), a Era da Comercialização, (1981-1998) e a Era da Exploração (1999-2008).

No novo milênio, as perspectivas estão voltadas para maiores avanços nas tecnologias que permitem novas técnicas de análises e novos modelos de estruturas de bancos de dados. Silva (2003) enumera algumas delas, das quais destacamos: as facilidades da configuração de plataformas e estações de trabalho interligados em rede, a incorporação dos bancos de dados orientados aos objetos e dos sistemas especializados, além do uso de dados espaciais em três dimensões como procedimento corriqueiro. Os SIG são um campo dinâmico que encontra-se em constante evolução. Hoje, um único provedor de SIG oferece diferentes produtos para uma variedade de aplicações.

Também do ponto de vista da apresentação do produto final (o mapa em si), o mapa de papel, deteriorável e muitas vezes de difícil manipulação, dá lugar a arquivos digitais obtidos através de programas computacionais cada vez mais avançados. A principal vantagem da automação é **produzir de forma bem rápida um grande número de documentos variados a partir de um mesmo elenco de dados registrados e armazenados**. Se esses recursos já estivessem disponíveis desde o início do século passado, muito mais mapas teriam sido produzidos a partir dos dados recolhidos, sem contar que esses dados estariam armazenados em meio digital, o que permitiria que até a presente data tivessem dando novos frutos e permitindo o desdobramento para novos estudos, especialmente os diacrônicos.

No momento em que, aliado ao desenvolvimento das técnicas gráficas e de automação de processos, se deu o grande avanço na área das comunicações (anos 90), definitivamente a Cartografia tornou-se mais popular, com a disseminação e popularização de recursos até então acessíveis a alguns poucos segmentos.

Essa popularização dos recursos da informática, da eletrônica e de comunicação permitiu ainda a aquisição, a custos relativamente baixos, de instrumentos de última geração tanto para a coleta de dados (medições, observações e posicionamentos – sejam equipamentos, sejam imagens, sejam *softwares* para cálculo) quanto para a produção da Cartografia (análise, desenho, produção e reprodução – estações de trabalho, *softwares* de

SIG, *softwares* de desenho, mesas digitalizadoras, *scanners*, *plotters* etc.). Também foi intensificada a aplicação da geoestatística associada à estatística clássica assim como o uso rotineiro de análise de dados espaciais em três dimensões, com a incorporação dos sistemas de modelos digitais de elevação nas suas configurações.

Hoje, a Cartografia contemporânea procura atender ao impulso do progresso verificado em todos os ramos da atividade humana, propiciando uma produção em massa, no menor tempo possível, com precisão e versatilidade cada vez maiores.

De tudo o que foi apresentado nesta subseção, conclui-se que a Cartografia, inquestionavelmente, é o meio mais legítimo da representação da informação geográfica e que hoje não se pode permitir que informações e teorias tão relevantes quanto as de Antenor Nascentes não sejam contempladas com todos esses recursos que, certamente, permitirão que os seus resultados ainda possam ser usados, talvez em muitas outras aplicações e com mais segurança, daqui a várias gerações.

3.4 BASE CARTOGRÁFICA

Depois de apresentados alguns dos conceitos básicos da Cartografia, procura-se na presente subseção dar uma atenção especial à conceituação e às características de uma base cartográfica, elemento fundamental para a criação das cartas bases usadas nos mapas temáticos.

3.4.1 Definições e indicadores

A linguagem cartográfica é caracterizada por produzir uma representação gráfica da realidade através da associação de símbolos e outros recursos gráficos. O uso dessa linguagem mais uma série de outras atividades envolvendo os dados e informações de uma determinada área compõem o chamado processo cartográfico. Esse processo necessariamente tem que passar por duas etapas primordiais, que são o planejamento (quando se dá a concepção) e a produção (elaboração do produto cartográfico).

Esse produto, para poder ser considerado como mapa, deve conter informações essenciais como: escala⁵⁹, sistema de projeção⁶⁰, sistema de referência para as

⁵⁹ Relação constante entre medida linear gráfica (retirada do mapa) e a medida linear real.

coordenadas⁶¹ e orientação. Entretanto, se não apresentá-las, é denominado *cartograma*, como já definido na seção 1. Embora continue sendo um documento cartográfico, não é útil para diversas aplicações já que se limitará a dar informações dos eventos representados, sem permitir a obtenção de outras informações tais como direções, distâncias e áreas, por exemplo. A omissão dessas informações, muitas vezes, inviabiliza o uso de ferramentas de reprodução e edição em meio digital, hoje disponíveis e que são de extrema valia.

Um *mapa* é, portanto, um documento que representa fenômenos localizáveis de qualquer natureza e de suas correlações. Com isso permite que sejam feitas análises sobre o tema (ou assunto) cartografado e que estas possam ser relacionadas a outras informações obtidas tanto de outras fontes como através de outros instrumentos. Um mapa que, além da simples representação do terreno (mapa topográfico), tratar de outro assunto qualquer passa a ser um mapa temático. Enquanto na carta topográfica o assunto tratado é estritamente descritivo e geométrico, na carta temática o assunto é tratado de forma analítica e, eventualmente, explicativa.

Sendo assim, pode-se afirmar, com segurança, que um mapa linguístico (ou carta linguística) é um mapa temático, cujo objeto de representação é qualquer fenômeno linguístico.

Em raciocínio análogo, um atlas linguístico é um atlas temático composto por um conjunto de mapas linguísticos, que podem representar apenas um fenômeno em várias áreas geográficas distintas ou o comportamento de vários fenômenos dentro de uma mesma área, como já exemplificado na seção anterior.

Como, dentre outras, a clareza e a legibilidade são condições essenciais em um mapa, não é aconselhável que o tema seja colocado sobre o mapa topográfico, já que este é a representação exata de todos os detalhes da superfície e, assim, rico em informações. Para

⁶⁰ Sistema que se utiliza de uma superfície matematicamente definida (esfera, elipsóide) de modo que as medidas feitas sobre a superfície real (definida pela superfície topográfica e pela superfície dos mares – irregular) possam ser representadas num plano (mapa) e de forma que se tenha total controle das distorções ocorridas pela conversão.

⁶¹ Sistema utilizado para caracterizar a posição de objetos segundo suas coordenadas e está associado a uma superfície geométrica que mais se aproxime da forma da Terra e sobre a qual são desenvolvidos os cálculos das coordenadas (que podem ser *geográficas* – se a referência é uma superfície esférica ou elipsóide – ou de *projeção cartográfica* – quando se tratar de uma superfície plana). Cada sistema geodésico de referência tem um elipsóide associado, do qual se conhecem os parâmetros, o que permite a conversão de coordenadas de um sistema para outro.

que se alcance um bom resultado, a partir dele suprimem-se algumas informações (através de uma operação denominada *generalização*), dando origem a uma **base cartográfica**, que deve conter todos os elementos essenciais à representação do espaço geográfico em questão, de forma que permita ao usuário situar-se (do ponto de vista geográfico), sem que tenha sua atenção para com o tema desviada ou comprometida por outras informações.

De acordo com Teles (2002), essa base é imprescindível para todo e qualquer tipo de mapeamento temático e dela só constam algumas informações, de forma que a visualização do tema cartografado não se torne confusa. É a partir dessa base que são geradas as chamadas *cartas bases*, tantas quantas sejam necessárias, de acordo com cada tema a ser representado.

O Quadro 13 apresenta, resumidamente, os produtos cartográficos, as informações que disponibilizam e as aplicações para as quais se prestam.

Quadro 13 – Quadro comparativo dos tipos de informações e aplicações conforme o produto cartográfico

PRODUTO CARTOGRÁFICO	INFORMAÇÃO	APLICAÇÃO
CARTA TOPOGRÁFICA	representação exata e detalhada da superfície: posição, forma, dimensões e identificação dos acidentes do terreno. Informações de caráter duradouro	projetos de engenharia; base para a geração das bases cartográficas a serem utilizadas nos mapeamentos temáticos
BASE CARTOGRÁFICA	elementos que permitem a orientação para a inserção das informações referentes ao tema: relevo, hidrografia, localidades, vias, limites administrativos e, se necessário, coordenadas; generalização da carta topográfica para geração das cartas bases	base para todo e qualquer tipo de mapeamento temático, que apresenta apenas as informações imprescindíveis à representação das informações dos mais variados temas, evitando o excesso de informações desnecessárias
CARTA BASE	simplificação da base cartográfica	base elaborada para receber um tema específico só apresentando as informações relevantes e necessárias à representação daquele tema
CARTA TEMÁTICA	representação de fenômenos e ocorrências de caráter não topográfico, que têm uma distribuição espacial ou um movimento geo-espacial	estudo de fenômenos selecionados ou de seqüências de fenômenos na distribuição espacial, interpretada quantitativa ou qualitativamente

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Teles (2002, p. 46).

Na elaboração de uma base cartográfica, é necessário que seja feito um planejamento inicial, no qual são levantadas questões que, quando respondidas, definirão: a escala, o sistema de projeção a ser adotado, o sistema geodésico de referência para as coordenadas, as técnicas a serem usadas na aquisição e manipulação dos dados, as técnicas de representação (simbologia, formato) e a forma de apresentação (meio digital ou analógico).

Independentemente de o propósito ser a elaboração de uma base cartográfica ou apenas a escolha para adoção de uma base já pronta, o cuidado e a atenção para com aquelas questões devem ser os mesmos a fim de que ela atenda às necessidades do projeto. Joly (1990) destina o capítulo 5 para a definição das qualidades e limites do mapa, fazendo uma criteriosa análise dos indicadores que definem as qualidades relativas à base cartográfica. As qualidades básicas, científicas e legais são, resumidamente, as seguintes:

Precisão ⇒ quando, levando em conta a escala e os instrumentos empregados (tanto no levantamento quanto na elaboração do desenho) e nos limites do sistema de projeção adotado, são nulos ou mínimos os erros de posição. Está relacionada à exatidão do procedimento de levantamento.

Exatidão ⇒ quando é isento de qualquer erro de documentação, de localização ou de interpretação. Está relacionada com a acurácia do resultado.

Fidelidade ⇒ quando contém, de maneira correta e de acordo com a realidade, todas as informações compatíveis com sua escala e seu objetivo (complementaridade).

Com o advento da informática, muitos recursos foram incorporados tanto às técnicas tradicionais de confecção quanto às formas de manuseio e de uso dos produtos cartográficos e, com isso, novos indicadores surgiram (ou alguns receberam novos nomes – como *acurácia* com o mesmo sentido de *exatidão*) para permitir que a qualidade continuasse mantida. São os seguintes, conforme definidos por Teixeira e Christofolletti (1997) e que se somam àqueles estabelecidos por Joly:

Acurácia ⇒ representa a proximidade dos resultados oriundos das observações, computações e cálculos, em relação aos valores aceitos como reais. (TEIXEIRA; CHRISTOFOLETTI, 1997, p. 27).

Confiabilidade ⇒ característica pertinente ao grau de confiança que o usuário demonstra com relação aos seus dados, programas ou equipamentos. (TEIXEIRA; CHRISTOFOLETTI, 1997, p. 197).

Consistência ⇒ qualidade de uma base de dados no que diz respeito ao grau de precisão, atualização e segurança, dentre outras qualidades relacionadas ao processamento de dados. (TEIXEIRA; CRISTOFOLETTI, 1997, p. 68).

Integridade ⇒ refere-se à confiabilidade dos dados armazenados ou processados, no sentido de não haver perda ou distorção na qualidade da informação (TEIXEIRA; CRISTOFOLETTI, 1997, p. 141).

Como o mapa, na sua essência, é um veículo de comunicação, considera-se ainda que, para cumprir com plenitude esse papel, ele deve apresentar, além daquelas mencionadas, outras qualidades que o tornam expressivo, facilmente legível e, sobretudo, eficaz, de acordo com Joly (1990, p. 120-123):

Expressividade ⇒ capacidade de atrair de forma convincente a atenção do leitor para os aspectos de maior relevância do tema tratado, sendo tão importante do ponto de vista da estética quanto do valor científico, sendo de grande impacto na Cartografia temática, já que o objetivo essencial é fornecer uma imagem seletiva e coerente dos fatos representados e de suas correlações.

Legibilidade ⇒ é a qualidade de um mapa que permite ao usuário encontrar facilmente a informação procurada e que esta seja facilmente diferenciada das demais. Ele “deixa de ser legível quando não se consegue, no nível dos detalhes, isolar à primeira vista a informação desejada nem captar, no nível do conjunto, as relações existentes” (JOLY, 1990, p. 121) entre eles.

Eficácia ⇒ “é eficaz quando é perfeitamente adaptado ao seu objetivo, nos limites de sua escala e de seu sistema de projeção” (JOLY, 1990, p. 122). Para isso, deve ser conciso, completo e verdadeiro.

Como a presente tese não tem como objetivo a elaboração ou análise de cartas linguísticas, as questões referentes à qualidade e definição da simbologia – convenções cartográficas e legenda – não serão aqui detalhadas. Apenas, a título de orientação para aqueles que venham a fazê-lo, recomenda-se ter atenção a alguns aspectos que condicionam e definem as escolhas dos partidos adotados: a natureza dos dados (qualitativos ou quantitativos), o produto final (se impresso – tamanho – ou digital e se em cores ou em escalas de cinza) e se já existem normas estabelecidas para a simbologia do fenômeno de interesse. Como bem destacado em Menezes e Fernandes (2013),

A linguagem gráfica é monossêmica, diferentemente da linguagem escrita ou falada (polissêmica). Ela é recebida e percebida pelo usuário como um todo, em vez de por uma sequência. Por isso, a percepção de cada elemento no mapa é relacionada simultaneamente à sua posição e à aparência relativa a todos os outros elementos, privilegiando uma visualização do todo, não sequencial. A disposição dos elementos gráficos é essencial para a compreensão da comunicação cartográfica (MENEZES; FERNANDES, 2013, p. 179).

Outros indicadores devem ser utilizados nas análises referentes aos aspectos econômicos de um estudo, como custo, benefício, custo/benefício, despesa, receita, dotação, orçamento etc. Para isto, é fundamental que sejam conhecidas as alternativas disponíveis no mercado para cada uma das etapas de elaboração (técnicas de aquisição dos dados, tratamento e manipulação, apresentação e reprodução).

Finalmente, deve-se estar atento às normas estabelecidas pelos órgãos responsáveis por disciplinar a matéria. Essas normas podem estar estabelecidas tanto para a elaboração dos chamados mapas gerais (que serão usados para as referências básicas, como os topográficos, por exemplo) quanto para aqueles elaborados para fins educacionais e pesquisa (considerados como de referência geral, como os temáticos). Ainda segundo Menezes e Fernandes (2013), de qualquer forma, elas podem disciplinar qualquer fase do trabalho, englobando desde as fases de levantamento e do projeto até as de desenho e reprodução, cada uma isoladamente ou todas em conjunto.

Disciplinam os produtos do primeiro tipo o IBGE⁶², a Diretoria de Serviço Geográfico (DSG) do Exército Brasileiro, a Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha do Brasil e o Instituto de Cartografia Aeronáutica (ICA) do Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Força Aérea Brasileira.

Apesar da recomendação de se trabalhar, majoritariamente, com os produtos elaborados pelo primeiro grupo de produtores, podem ser usados mapas temáticos utilizados por inúmeros órgãos oficiais. A condição é que todos permitam estabelecer uma referência espacial para a representação do fenômeno. Alguns desses órgãos são os que produzem, por exemplo, mapas geológicos – Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), ambos vinculados ao Ministério de

⁶² O IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. O *site* oficial do órgão pode ser consultado em: www.ibge.gov.br.

Minas e Energia –, mapas viários – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), vinculado ao Ministério dos Transportes – e outros mapas temáticos como demográficos, econômicos e de aspectos físicos (clima, vegetação, relevo etc.) – IBGE.

3.4.2 Base cartográfica para SIG

Como analisado na subseção dedicada à evolução das técnicas (3.3), a preocupação da elaboração de bases cartográficas para uso em SIG foi intensificada a partir da última década do século passado.

Isso se deve ao fato de que existe uma grande diferença entre um simples mapa em meio digital e uma base cartográfica para utilização em SIG. Como sem a base cartográfica digital o geoprocessamento torna-se inviável, a Cartografia teve que se adequar às novas necessidades.

Num SIG, os dados e informações são espacializados, têm referência física ou, numa linguagem mais apropriada, são georreferenciados, além de possuírem atributos.

Como os SIG têm recursos de análise e funções de busca no espaço (a partir de dados alfanuméricos), relações topológicas (relações espaciais entre os objetos geográficos: vizinhança, proximidade e pertinência) e operações de sobreposição temática, é necessário que cada elemento da base cartográfica e que represente uma entidade geográfica tenha o seu posicionamento garantido – seja georreferenciados e sem ambiguidades –, de forma que possa ser associado a uma base de dados de características alfanuméricas (*tabelas*) e espaciais (arquivos de características gráficas – *mapas*).

Para que isso seja possível, vários aspectos relativos ao desenho propriamente dito devem ser considerados para que o mapa digital tenha serventia num SIG: cuidados com os fechamentos imperfeitos dos polígonos (evitando os *undershoots* e *overshoots*), com a descontinuidade na digitalização, com a quebra de objeto (particionamento de um objeto em dois ou mais) e com o desencontro de bordas (ambos em emendas de folhas contínuas).

No Quadro 14, são apresentadas de forma sucinta as características dos dois tipos de cartas digitais.

Quadro 14 – Quadro das informações, aplicabilidades, vantagens e desvantagens conforme o tipo de carta digital

PRODUTO CARTOGRÁFICO	INFORMAÇÃO	APLICAÇÃO	VANTAGENS e DESVANTAGENS
CARTAS DIGITAIS	informações cartográficas em formato digital, separadas em camadas ou planos de informação (layers)	mesmas da cartografia analógica	vantagens: permite de forma mais rápida, a atualização e a reprodução; permite a comparação e o cruzamento das informações contidas nos diversos layers; desvantagens: não permite simulações e gerenciamento das informações
CARTAS DIGITAIS PARA USO EM SIG	informações cartográficas em formato digital, separadas em camadas ou planos de informação (layers) e associadas a um banco de dados descritivos (não gráficos)	planejamento, simulação e gerenciamento de redes de infraestrutura, prevenção e controle de enchentes, planejamento da destinação de resíduos, planejamento para a gestão municipal, cadastros para controle de uso do solo e para fins de tributação, tudo associado a um banco de dados descritivos	vantagens: as informações cartográficas estão associadas a dados descritivos; rapidez na manipulação de dados; permite simulações e predições de forma rápida e eficiente; permite a manipulação de um grande volume de dados desvantagens: requer mais cuidados e planejamento mais detalhado

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Teles (2002, p. 88).

Recomenda-se, portanto, que a base cartográfica seja oficial, moderna e que permita a sua utilização em ambiente SIG. Na seção destinada à Metodologia, este assunto será retomado e tratado com mais detalhes, quando será posta a argumentação para a justificativa da base cartográfica escolhida.

Antes de aprofundar a *Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo* (BCIM) moderna, digital, convém apresentar um breve resumo da sistematização da Cartografia brasileira.

3.5 A CARTOGRAFIA MODERNA E A CARTOGRAFIA HISTÓRICA

Desde os estudos preliminares feitos, verificou-se que documentos cartográficos antigos poderiam ser bastante úteis. Os estudos de Cartografia histórica, no Brasil, estão ligados ao processo histórico de confecção de mapas descritivos do seu território. Entre as instituições que se destacam nesse segmento de estudo apontam-se a DSG, a DHN, o IBGE e algumas Instituições de Ensino e Pesquisa como o Centro de Referência em Cartografia Histórica (CRCH) da Universidade Federal de Minas Gerais.

Faz-se necessário, portanto, apresentar aspectos da Cartografia atual e de como ela é fundamental para o trabalho com documentos cartográficos antigos, não apenas mapas mas

também tabelas, itinerários⁶³, corografias⁶⁴ e outras formas de levantamento e relatórios (gráficos e descritivos).

Por este motivo, optou-se por inicialmente fazer um breve retrospecto histórico da Cartografia sistemática produzida no Brasil até chegar ao estágio atual e somente depois apresentar a Cartografia histórica como celeiro de importantes informações e como esta pode ser beneficiada pelo uso da Cartografia digital.

3.5.1 A Cartografia do Século XXI

No Brasil, a Cartografia oficial tem definições determinadas pelo Sistema Cartográfico Nacional (SCN), que tem o IBGE como órgão coordenador do mapeamento geográfico, que se destaca por disponibilizar a produção e análise de informações através de ações de coordenação e de consolidação dessas informações, especialmente das informações geográficas, além daquelas inerentes aos sistemas estatístico e cartográfico nacionais.

Em 1871, foi criada a Diretoria Geral de Estatística (DGE), tornando-se, então, o único órgão voltado exclusivamente para atividades estatísticas.

Posteriormente, já no período republicano, com a implantação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos, a DGE absorveu também a função de controlar e divulgar esses dados.

Em 1903 foi criada a Comissão da Carta Geral do Brasil com a missão de organizar a Cartografia Sistemática terrestre passando a existir, formalmente, a preocupação e o cuidado com a cartografia aqui produzida.

Como quase tudo que já foi abordado até o momento, também o órgão responsável pelas estatísticas no Brasil mudou de nome e de funções algumas vezes.

Em 1934, quando então já se chamava de Departamento Nacional de Estatística, o órgão foi extinto e as suas atribuições passaram aos ministérios competentes.

Em maio de 1936, foi instalado o Instituto Nacional de Estatística (INE) com a função de coordenar a “federação de repartições” (assim chamado informalmente o conjunto dos

⁶³ Documento que faz a descrição detalhada de uma viagem (no presente contexto, expedições exploratórias e militares) reproduzindo todo o percurso feito para ir de um lugar a outro.

⁶⁴ Documento que apresenta a descrição monográfica ou a representação num mapa das características mais notáveis de um país, região ou área geográfica particular.

diversos ministérios) e, em agosto do mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional de Estatística (CNE), sendo estabelecido que haveria uma cooperação interadministrativa para viabilizar a articulação entre os Governos da União, do Distrito Federal, dos estados e do Território do Acre.

De grande importância foi a criação do Conselho Brasileiro de Geografia (CBG) em 1937 e sua incorporação ao INE. No entanto a especial relevância desse evento foi a autorização de adesão à União Geográfica Internacional (UGI), colocando o Brasil no rol dos países mais avançados na produção e discussão das questões afeitas à Geografia e à Estatística.

Finalmente, em janeiro de 1938, foi criado o IBGE a partir do INE, composto por dois órgãos colegiados e autônomos: o CNE e o Conselho Nacional de Geografia (CNG), novo nome do Conselho Brasileiro de Geografia.

Cumprir destacar aqui o Decreto-Lei nº 311 de 2 de março do mesmo ano, que determinava a nova Divisão Territorial do país. Esse decreto passou a ser conhecido como *Lei Geográfica do Estado Novo*. Com isso, lançou-se uma campanha de elaboração dos mapas municipais que culminou com a inauguração simultânea em todas as capitais do Brasil da *Exposição Nacional dos Mapas Municipais*, em maio de 1940, que apresentou a “imagem cartográfica” de 1574 municípios.

Percebe-se que, mesmo antes da criação do IBGE, a preocupação com o controle das informações produzidas através dos vários mecanismos de recolha já existia. O mesmo se deu acerca da produção da Cartografia de referência para o país.

Faz-se importante, então, registrar resumidamente a estruturação, a produção e o controle da Cartografia produzida a partir do século XX até a Cartografia oficial produzida nos dias de hoje.

O Brasil é mapeado nas escalas das cartas do mapeamento sistemático, que compreende as escalas de 1:1 000 000⁶⁵ a 1:25 000 (mapeamento sistemático topográfico) e

⁶⁵ Lê-se “um para um milhão”.

as escalas maiores⁶⁶, de 1:10 000 a 1:2 000 (mapeamento topográfico de feições em escala grande e mapeamento cadastral voltado à definição dos limites de parcelas territoriais).

A representação de toda a superfície terrestre na escala de 1:1 000 000 resulta na divisão do mundo em folhas que abrangem áreas de 6° de longitude por 4° de latitude. A essa representação dá-se o nome de *Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo* (CIM). Cada faixa de 6° de longitude é chamada de fuso: dessa forma, são 60 fusos de 6° contados a partir do antimeridiano de Greenwich⁶⁷ para leste (do fuso 1 ao fuso 60). Cada um destes fusos, por sua vez, está dividido em faixas de 4° a partir da linha do Equador: são 21 zonas para o Norte e 21 para o Sul (nominadas A, B... e assim sucessivamente, para cada um dos hemisférios). Pode-se observar, assim, que existe uma regra para numeração e identificação de cada uma dessas folhas, como poderá ser observado adiante, na Figura 34.

Em 1922, por ocasião do Centenário da Independência, foi publicada a primeira edição da Carta do Brasil ao Milionésimo, sob a responsabilidade do Clube de Engenharia. Em 1938, com a sua criação, o IBGE passou a cuidar da atualização da Carta do Brasil ao Milionésimo e, logo no ano seguinte, com o objetivo de atualizá-la, foi deflagrada a Campanha de Levantamento Intensivo das Coordenadas Geográficas das Sedes Municipais, que resultou, entre os anos de 1939 e 1943, na determinação de 602 coordenadas em cidades e vilas em todo o país. Esse feito marcou o primeiro período de atividades geodésicas sistemáticas realizadas pelo Órgão e em 1944 teve início a estruturação do Sistema Geodésico Brasileiro, que, sempre calcado nos métodos e recursos preconizados em cada momento, contribuiu para que, hoje, o Brasil possua uma Cartografia de alto nível, que atende às determinações dos organismos internacionais. Isso significa que não apenas o produto final em si (as bases, os mapas etc.) estão atualizados. Não existe Cartografia nesse patamar sem que haja associado um grandioso trabalho de apoio terrestre, obtido através de levantamentos geodésicos de altíssima precisão, manutenção das redes de referência (planimétricas e altimétricas) e redes de monitoramento de posicionamento por satélites, dentre outros trabalhos de igual importância.

⁶⁶ Como a representação numérica da escala se faz no formato de uma fração imprópria (1/n), quanto maior for o denominador (n), menor vai ser o resultado da fração e, conseqüentemente, menor vai ser a escala. Por exemplo: a escala 1/1 000 000 é menor que a escala 1/500 000, o que significa também que “mostra” menos detalhes.

⁶⁷ Greenwich – meridiano de origem para contagem das longitudes: uma localidade cuja longitude é de 0° está situada em qualquer posição ao longo do meridiano de Greenwich. Ao antemeridiano corresponde a longitude de 180°.

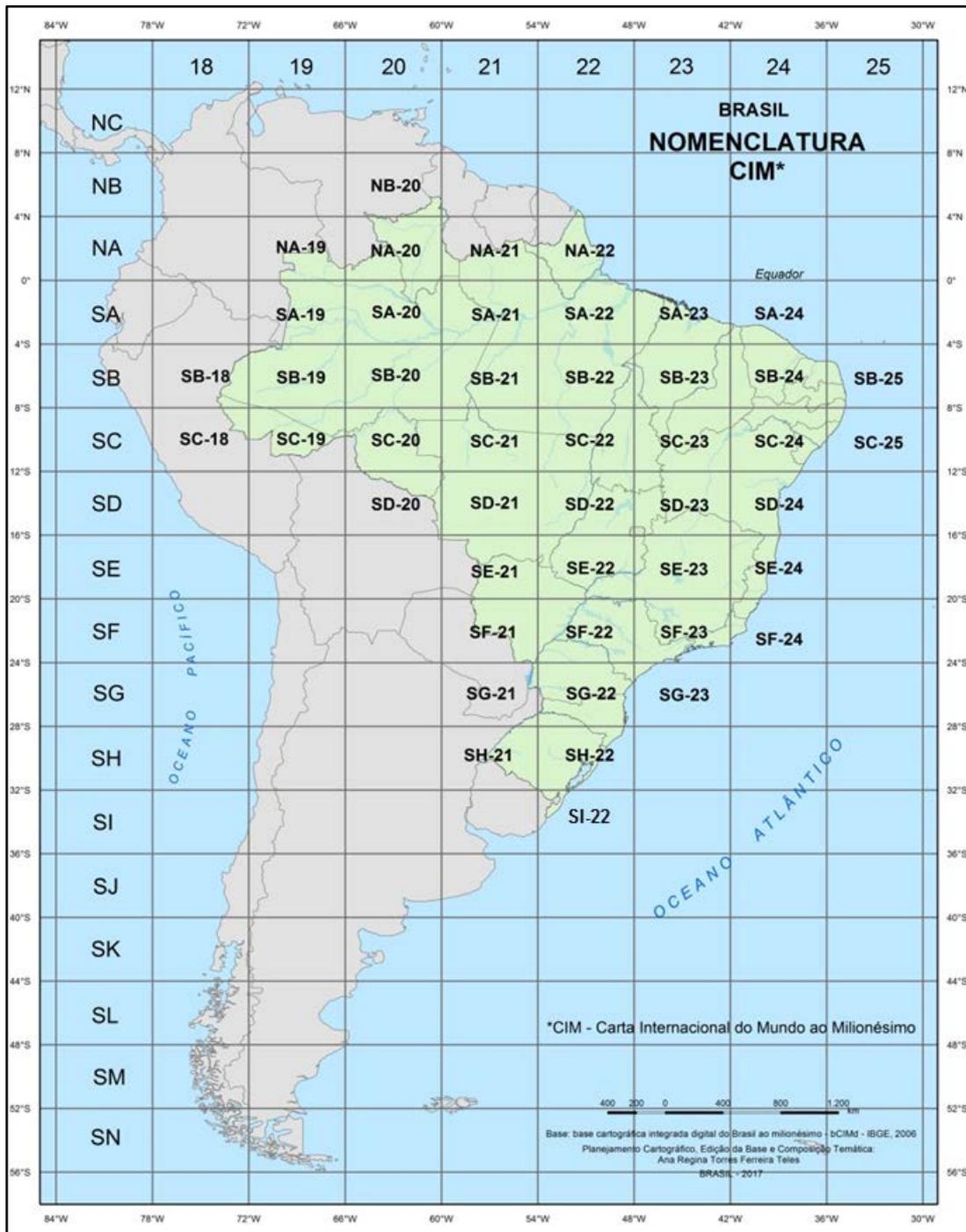
Visando ao Recenseamento Geral, na década de 1960, foram atualizadas as 24 cartas até então editadas e produzidas 22 novas, completando a coletânea de 46 folhas, em papel, que retrata o país na escala de 1:1 000 000.

A partir de então o IBGE continuou mantendo a atualização e disponibilizando os resultados através de várias publicações, como a edição em comemoração ao sesquicentenário da Independência, em 1972, que consistiu num novo álbum contendo a 3ª edição atualizada das 46 folhas. A última atualização da 3ª edição da *Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo*, em meio analógico, data de 1999, quando o IBGE concluiu a impressão *offset*⁶⁸ das 46 cartas, acompanhadas dos respectivos encartes e recobrimdo todo o território nacional. Essa versão foi elaborada com base nas novas especificações técnicas e nos novos documentos do mapeamento topográfico sistemático, atualizadas com imagens de satélites. A produção foi desenvolvida através do método de compilação cartográfica (quando não é elaborada a partir de um levantamento original). Nesse caso diz-se que se trata de uma carta derivada: cada folha é elaborada por redução e generalização de um conjunto de folhas topográficas, contendo elementos cartográficos representados em escalas maiores.

A Figura 34 apresenta um mapa com as 46 cartas na escala 1: 1 000 000 que recobrem todo o território nacional e as respectivas nomenclaturas.

⁶⁸ Impressão *offset* é um dos processos de impressão mais utilizados desde a segunda metade do século XX e consiste num processo de impressão indireto, ou seja, a imagem é transferida da matriz para um rolo de impressão (blanqueta) e somente depois é passada ao papel.

Figura 34– Cartas na escala de 1:1 000 000 que recobrem o território nacional, acompanhadas das respectivas nomenclaturas



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: IBGE (2003)

Como já foi visto, sendo um dos componentes da Cartografia Terrestre de referência do território nacional, define-se para o Mapeamento Básico terrestre a escala ao milionésimo. A Organização das Nações Unidas (ONU) preconiza um conjunto de recomendações a serem seguidas por todos os países integrantes da Organização e o IBGE, como um dos signatários

dessas recomendações, tem envidado esforços em implementar melhorias nas diversas edições da Carta Internacional do Mundo, em contínuo processo de revisão, adequação e atualização, especialmente com a incorporação de novas tecnologias.

Em 1992, como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, foi aprovada a Agenda 21⁶⁹ – documento que se constitui em *um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica*.

Esse documento, do qual o Brasil é um dos 179 países signatários, dentre várias ações, prevê a consecução de um grandioso projeto que, congregando o esforço de todas as nações, culminará na obtenção de um mapeamento mundial (Projeto Mapeamento Global⁷⁰), a partir da geração de uma base cartográfica global, ao milionésimo.

A *Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo* (BCIM) é a referência para o Brasil nesse Projeto Mapeamento Global, além de se constituir no principal componente básico de informação geoespacial para a produção de séries de mapas (Brasil, regionais e estaduais) além de mapas e cartas temáticas produzidos para representar população, solo, geologia, vegetação, recursos naturais e ambientais e outros tantos.

O primeiro produto elaborado foi a *Base Cartográfica Integrada Digital do Brasil ao Milionésimo* (assim nominada quando do seu lançamento em 2003), composta a partir da conversão do conjunto de 46 folhas CIM para o formato digital, através da representação vetorial das linhas definidoras dos elementos cartográficos de referência, agregados em categorias de informação, constantes dessa coletânea de folhas.

A base cartográfica originada das folhas que compõem o produto em meio analógico utilizava como referência cartográfica o sistema de Projeção Cônica Conforme de Lambert, tendo como referência geodésica o *datum*⁷¹ Córrego Alegre. Para a primeira versão digital

⁶⁹ Agenda 21. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso em: 10 set. 2016.

⁷⁰ Detalhes das recomendações e acompanhamento do projeto podem ser obtidos no endereço eletrônico do *International Steering Committee for Global Mapping*. Disponível em: <http://www.iscgm.org>. Acesso em: 19 set. 2016.

⁷¹ **Datum** - Sistema de referência para as coordenadas geodésicas e aceleração da gravidade. No caso da planimetria, o *datum* hoje adotado pelo Sistema Geodésico Brasileiro é o *Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas – SIRGAS*, em sua realização para o ano 2000 (SIRGAS 2000).

procedeu-se à conversão para o referencial geodésico *South American Datum*, 1969 (SAD69), então adotado à época. A base utiliza o sistema de coordenadas geográficas⁷² (latitude e longitude) para o posicionamento.

Em 2006, a segunda versão digital (v.2), além da atualização dos elementos, integrou a Malha Municipal (limites municipais), permitindo agregar e colocar em espaços os dados do Censo de 2000, correlacionando-os aos elementos do espaço geográfico brasileiro.

Em 2009, o IBGE lançou a terceira versão (v.3), já nominada *BCIM*. Como já havia sido elaborada a *Malha Municipal Digital* (MMD) de 2007, que contemplava os novos limites municipais além das denominações de cidades conforme validado pelo *Centro de Referência de Nomes Geográficos* (CRNG), essa nova versão incorporou essas atualizações. Foi contemplada ainda com a complementação de nomes geográficos (também com base no CRNG) de elementos de hidrografia e hipsografia⁷³, melhorias geométricas e atualização de informações dos sistemas de transportes. Nessa terceira versão, optou-se, complementarmente, pela manutenção dos dados no referencial geodésico SAD69, embora os dados possam ser utilizados também no *Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas*, 2000 - SIRGAS 2000 (atual referencial oficial do Brasil e já adotado a partir da versão 4, de 2014).

Uma das grandes vantagens em trabalhar com as versões oficiais é que é possível a conversão de referencial, otimizando a integração de dados das versões mais novas com a de versões anteriores. No final de 2016 foi lançada a versão 5, com a MMD ajustada, tendo como referência o ano de 2015 (sob responsabilidade da Coordenação de Estruturas Territoriais – CETE), o que propicia o mapeamento de dados estatísticos que, em conjunto com a base cartográfica, subsidia análises espaciais e territoriais. Foram feitos ajustes dos elementos cartográficos que definem os contornos dos municípios – limites – e a consolidação dos atributos de *geocódigo*⁷⁴ e nome da unidade, tanto pelo Banco de Estruturas Territoriais (BET) quanto pela Base Operacional Geográfica (BOG). Para os povoados e outras localidades que

⁷² Coordenadas Geográficas – sistema de coordenadas que, para definir a **posição** de um ponto na superfície da Terra, usa o Equador como referência para a origem das latitudes e, para as longitudes, o meridiano de Greenwich.

⁷³ Hipsografia – nesse contexto, elementos relativos a altura, relevo, altitude.

⁷⁴ Código utilizado pelo IBGE para identificar as unidades político-administrativas da Divisão Territorial Brasileira. Representado numericamente, é uma chave única das unidades de coleta, apuração e disseminação de dados estatísticos e territoriais.

ainda não possuem geocódigos associados, optou-se por suprir a lacuna dessa informação apresentando as coordenadas geográficas: as localidades com geocódigo contarão com ambas as informações. Nessa versão, foram mantidas as mesmas categorias de informação, conforme apresentadas no Quadro 15.

De forma simplificada, pode-se resumir que a BCIM, desde a primeira versão, conta com várias categorias de informações que foram mantidas/suprimidas/acrescidas nas versões posteriores, já contando com a inclusão dos novos dados produzidos. Essas categorias contemplam a *realidade físico-biótica* (hidrografia, hipsografia e vegetação), *territorial* (limites e pontos de referência) e *antrópica* (localidades, sistema de transportes e atividades econômicas) da realidade nacional.

A cada uma dessas categorias estão associadas tabelas que contêm a classificação das informações por subcategorias. Por exemplo, na categoria Localidades, estão disponibilizadas as tabelas de Cidades, Vilas, Povoados, Aldeias Indígenas, dentre outras. Na categoria hidrografia, tabelas de massa d'água, rio permanente, rio intermitente etc.

Para cada nova versão, portanto, as tabelas são atualizadas, além de serem aprimorados os aspectos relativos à geometria das feições. Apesar de a última versão, assim como as demais e já enfatizado, ter contemplado as atualizações comentadas, em termos de concepção, a maior alteração implementada foi na versão 4, desenvolvida no sentido de atender às definições da Infra-Estrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), instituída no final do ano de 2008, pelo Decreto 6666/08 de 27 de novembro de 2008 da Presidência da República. De acordo com o portal da INDE (<http://www.inde.gov.br>), consiste num “conjunto integrado de tecnologias; políticas; mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento; padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal” e foi instituída com a missão de “catalogar, integrar e harmonizar dados geoespaciais existentes nas instituições do governo brasileiro, produtoras e mantenedoras desse tipo de dado, de maneira que possam ser facilmente localizados, explorados e acessados para os mais diversos usos, por qualquer cliente que tenha acesso à *internet*” (BRASIL, 2008).

O compartilhamento é um dos maiores méritos dessa política, pois evita a duplicidade de ações e o desperdício de recursos na obtenção de dados. Outro mérito está no fato de a

produção dos dados geoespaciais pelos órgãos públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal ser feita de acordo com os padrões e normas homologados pela *Comissão Nacional de Cartografia* (CONCAR).

A disponibilização das Informações Geoespaciais (IG) pela *internet* é feita por serviços chamados *Geo Serviços Web*, viabilizada pela adoção de protocolos internacionais e públicos. Com isso o usuário, sem que precise ter conhecimentos especializados, pode ter acesso à IG de forma rápida, simples, completa e, o mais importante, integrada. O acesso se realiza através do portal *SIG Brasil*⁷⁵, cujas construção, disponibilização e operação são de responsabilidade do IBGE, que também assume a gestão do *Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais* (DBDG).

O modelo de dados da BCIM na 3ª versão era a *Mapoteca Topográfica Digital* (MTD) do IBGE e contemplava oito categorias de informação. Na 4ª versão o modelo de dados MTD da BCIM foi migrado, atendendo então à *Especificação Técnica para a Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais* (ET-EDGV) e com isso registra-se um novo avanço em direção à implementação plena da INDE.

Na BCIM não há dados para a totalidade das categorias e classes preconizadas pela ET-EDGV, mas essa nova versão apresenta mais melhorias geométricas e toponímicas, atualizações de várias classes de dados, a malha municipal de 2010, além de contemplar mais uma categoria. Dentre as treze categorias de informação descritas na modelagem EDGV, a BCIM apresenta dados em nove. Adiante são apresentadas comparações entre as categorias de informação presentes nas versões 3 e 4 da BCIM⁷⁶ (Quadro 15) e nas versão 4 da BCIM com as da EDGV (Quadro 16).

⁷⁵ SIG Brasil – Portal Brasileiro de Dados Geoespaciais.

⁷⁶ A versão 5, lançada em dezembro de 2016, mantém as mesmas categorias de informações da versão 4 (IBGE, 2016).

Quadro 15 – Quadro comparativo das categorias de informação presentes nas versões 3 e 4 da BCIM

Categorias de informação versão 3 BCIM	Categorias de informação versão 4 BCIM
Hidrografia	Hidrografia
Hipsografia	Relevo
Localidades	Localidades
Limites	Limites
Sistema de Transporte	Sistema de Transportes
Vegetação	Vegetação
Atividades Econômicas Gerais	Energia e Comunicações Estrutura Econômica
Pontos de Referência	X
X	Administração Pública

Adaptação Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: IBGE (2014).

Quadro 16 – Quadro comparativo das categorias de informação da EDGV e as contempladas na versão 4 da BCIM

Categorias EDGV	Categorias contempladas na versão 4 BCIM
Hidrografia	Hidrografia
Relevo	Relevo
Vegetação	Vegetação
Sistema de Transporte	Sistema de Transportes
Energia e Comunicações	Energia e Comunicações
Abastecimento de Água e Saneamento Básico	X
Educação e cultura	X
Estrutura Econômica	Estrutura Econômica
Localidades	Localidades
Pontos de Referência	X
Limites	Limites
Administração Pública	Administração Pública
Saúde e Serviço Social	X

Adaptação Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: IBGE (2014).

Nas seções e subseções referentes à Metodologia e à Análise serão apresentados, oportunamente, conforme a necessidade do uso, os desdobramentos dessas categorias.

Para ter uma ideia da complexidade intrínseca ao processo de geração e atualização de uma base cartográfica para um país com a extensão territorial como a do Brasil, a BCIM

representa, em suas categorias de informação, classes de elementos ou objetos que são de responsabilidade de diversos setores de atuação da sociedade brasileira e a produção e a manutenção de dados de programas das administrações públicas, da gestão socioeconômica e de atuação das três instâncias de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) são efetivadas por órgãos vinculados aos ministérios, aos governos estaduais e municipais.

Apresenta-se adiante uma relação de órgãos setoriais que compartilharam dados provenientes de implementação de seus próprios projetos e que assim se tornaram parceiros e colaboradores na manutenção da BCIM, conforme consta da Documentação Técnica Geral da versão 5 (IBGE, 2016):

- Agência Nacional de Águas – ANA;
- Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;
- Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
- Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível - ANP;
- Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
- Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT;
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
- Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM
- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais –CPRM;
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;
- Diretoria de Hidrografia e Navegação – DHN;
- Diretoria de Serviço Geográfico – DSG;
- Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio
- Instituto de Cartografia Aeronáutica – ICA;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;
- Ministério de Minas e Energia – MME;
- Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MT
- Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS;
- Instituições Estaduais e Acadêmicas, dentre outras (sic);

Por fim, já que a IG, além de estar mais acessível, está atingindo perfis bastante heterogêneos de usuários, convém destacar o alerta de uso que o IBGE faz na documentação técnica da versão 5 (IBGE, 2016):

Alerta de uso: os preceitos cartográficos apontam que bases cartográficas devem ser utilizadas na escala para a qual foram geradas ou menores. A geração de produtos através da ampliação de escala da base cartográfica usada como insumo acarreta propagação de erros e valores inconsistentes (IBGE, 2016, p. 3).

3.5.2 Cartografia Histórica

De tudo o que foi exposto até então, é inegável a evolução dos recursos computacionais e, junto com eles, todas as ciências que souberam explorá-los. A Cartografia foi uma delas e, embora a cada dia surjam novas possibilidades, existem trabalhos sem os quais a análise de documentos produzidos em outras épocas (que utilizaram outros recursos, outras normas, outras especificações técnicas) não alcançam, de forma plena e científica, seus objetivos.

As “outras épocas” referidas anteriormente tanto podem significar algumas dezenas de anos quanto algumas centenas deles. Não existe uma relação direta entre a “idade” de um documento e “qualidade” ou “credibilidade” que se possa dar ao seu conteúdo e, conseqüentemente, às informações dele extraídas. O cientista que lida com essa documentação está apto a fazer a devida avaliação, através de inúmeros processos de análise, levando em conta os fundamentos teóricos da Cartografia e, obviamente, contando com as modernas ferramentas disponíveis. De acordo com Carvalho e Castro (2010),

Entender estes mapas históricos em diferentes contextos espaciais e culturais pressupõe o entendimento das diversas informações representadas e especializadas nestes documentos, bem como a variedade de técnicas utilizadas em sua produção (CARVALHO; CASTRO, 2010, p. 2).

Devido ao fato de os documentos antigos serem muito heterogêneos (formato, abrangência, data de produção, estado de conservação) e, como referido na subseção 3.3, em alguns períodos apenas “repaginados”, faz-se necessário que se estabeleçam alguns procedimentos básicos e indispensáveis para se decidir pelo uso ou pelo descarte de um documento, levando em conta o fim ao qual se destina: às vezes um mapa ou uma escritura

não serve para atualização do posicionamento de um local mas pode servir para a obtenção de outras informações úteis ao trabalho cujo fim não exija a localização precisa.

Como neste trabalho houve a necessidade de lançar mão de alguns desses documentos antigos, cabe neste momento apresentar um pouco da fundamentação teórica que disciplina alguns usos e valida, ou não, os resultados obtidos. Para facilitar, será abordada inicialmente a utilização de mapas e cartas, para em seguida discorrer acerca do uso das corografias e itinerários, tabelas, escrituras, leis e outros documentos de caráter monográfico e iconográfico.

A Cartografia Histórica, através das representações espaciais ao longo do tempo, permite, dentre outras ações, analisar a dinâmica da atual configuração dos territórios. Alternativas como sobreposição de cartas antigas e imagens de satélite, por exemplo, têm oferecido excelentes resultados, desde que feitas seguindo uma metodologia apropriada, especialmente com relação ao correto georreferenciamento⁷⁷.

Para ser beneficiado pelos recursos modernos, deve-se obter uma cópia em meio digital do mapa original (ou cópia de qualidade dele). Essa cópia já pode existir (em algum banco de dados ou sítios da *internet* que disponibilizam de forma gratuita mapas históricos)⁷⁸ ou não. Em caso negativo (recomenda-se que a obtenção da versão analógica também seja feita de fontes confiáveis)⁷⁹, é necessário fazer a digitalização, que é a conversão do meio analógico – mapa em papel – para o meio digital. É importante ainda definir em que formato⁸⁰ o arquivo digital será gerado e com qual resolução⁸¹, parâmetros que implicam o tamanho final do arquivo.

⁷⁷ Georreferenciamento é o referenciamento espacial de uma entidade existente no terreno por meio de sua localização, utilizando-se para tal um sistema de coordenadas geodésicas conhecido.

⁷⁸ Excelentes fontes são as bibliotecas digitais, nacionais e internacionais, governamentais, públicas e privadas, dentre as quais se destacam a **Biblioteca Nacional de Portugal** (<http://purl.pt/index/cart/PT/index.html>), a **Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da USP** (<http://www.cartografiainhistorica.usp.br/>) e o *site Old Maps on line*, que reúne acervos de bibliotecas de instituições de ensino e pesquisa de todo o mundo (<http://www.oldmapsonline.org/>) e (<http://www.maproom.org/>).

⁷⁹ Algumas referências de mapotecas de excelente qualidade: **Centro de Referência em Cartografia Histórica** da Universidade Federal de Minas Gerais, **Biblioteca do Senado Federal** (Brasília), **Mapoteca do Itamaraty** (Rio de Janeiro).

⁸⁰ Forma pela qual os dados são organizados numa determinada aplicação computacional de forma a que outros sistemas aplicativos possam reconhecer os dados por ela gerados. Por exemplo, *jpg*, *gif*, *tif*, *bmp* são formatos (ou extensões) de arquivos de imagens.

⁸¹ A resolução de uma imagem está associada à definição e aos detalhes com os quais a imagem se apresenta e se refere à densidade de *pixels*, dada por DPI (*Dots Per Inch* – pontos por polegada). Quanto mais pontos houver

Como já foi dito anteriormente, são apresentadas as informações obrigatórias que devem constar de um mapa, de forma a permitirem o seu uso correto em datas posteriores à sua publicação. Elementos como a escala, os sistemas de projeção, de coordenadas e de referência adotados, a área de abrangência (situação), a legenda e a data são importantíssimos. Convém salientar que, há mais de 500 anos, mapas do território nacional já apresentavam algumas dessas informações, logicamente compatíveis com a época em que cada qual foi produzido. De qualquer forma, seja para trabalhar em meio digital ou não, o documento deve atender a esses requisitos. Embora muitas vezes esses dados não estejam apresentados de forma explícita, existem recursos que permitem que sejam determinados.

Por exemplo, no caso de não haver indicação da escala nem por escala gráfica nem por escala numérica, ela pode ser determinada, com aproximação, através de algumas medições sobre o mapa de distâncias das quais são conhecidos os valores reais: pode ser entre dois pontos conhecidos, entre dois meridianos ou paralelos (se tiver a rede geográfica marcada) ou, se existirem, entre duas linhas consecutivas de uma malha de coordenadas.

A questão que envolve a referência às coordenadas geográficas é das mais complicadas, uma vez que muitos mapas antigos não apresentam a referência ao meridiano de origem, usado para a determinação das longitudes, já que a origem para a contagem das latitudes é sempre o Equador.

Mesmo quando há alguma indicação de meridiano, em alguns casos há a dificuldade em identificá-lo, já que o sistema longitudinal de referência passou por inúmeras mudanças por conta das dificuldades em definir um plano de referência universal.

Em 1884, numa conferência internacional em Washington, na qual o Brasil esteve representado pelo astrônomo Luiz Cruls, foi estabelecido o meridiano de Greenwich como meridiano zero para as longitudes, embora no Brasil ele só tenha se tornado oficial em 1914, quando do início da Primeira Guerra Mundial.

Antes da adoção do meridiano de Greenwich como meridiano de referência, muitos meridianos foram utilizados e, na Cartografia produzida no Brasil, há uma diversidade muito grande. Dentre eles, os mais usados foram o meridiano do Rio de Janeiro (inicialmente no

numa polegada, maior será a resolução – maior a definição e detalhe da imagem e também maior o tamanho do arquivo digital.

Morro do Castelo e posteriormente no Pão de Açúcar), o da Ilha do Ferro (Arquipélago das Canárias), o de Paris e o de Praia (capital das Ilhas de Cabo Verde).

Com a fundação de um observatório no Morro do Castelo pelos Padres Matemáticos⁸², que aqui chegaram em 1730, foi determinado o meridiano do Rio de Janeiro, referenciado a esse morro. A partir da segunda metade do século XIX, passou a ser referenciado ao Morro do Pão de Açúcar, assim sendo até o início do século XX, quando foi adotado, como já explicado, o meridiano de Greenwich.

Em 1827, foi criado oficialmente, por D. Pedro I, o Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Com a Proclamação da República, passou a chamar-se Observatório do Rio de Janeiro e, em 1909, Observatório Nacional (ON). Em 1922, o Observatório foi transferido do Morro do Castelo (atual Esplanada do Castelo) para o Morro de São Januário, em São Cristóvão, onde se encontra até hoje.

Anteriormente já foi explicado como obter a escala. Quanto às longitudes, deve-se observar se existem meridianos e, em existindo, identificar qual o usado como referência. Nesse caso, basta teoricamente comparar a longitude de um ponto do mapa com a longitude verdadeira do mesmo, obtida de um mapa atual, com origem em Greenwich. Recomenda-se efetuar o mesmo cálculo para vários pontos e calcular a média.

Existem ferramentas computacionais (incluindo programas) que facilitam grandemente todo esse trabalho, que inclui ainda toda a etapa de georreferenciamento.

Para o georreferenciamento, devem ser escolhidos pontos posicionados estrategicamente ao longo do mapa ou apenas concentrados na área objeto do estudo. Nessa última opção, não se deve jamais extrapolar o georreferenciamento para o resto do mapa.

A depender da finalidade, também se passa ao processo de vetorização que consiste na reprodução de feições espaciais que se manifestam no documento histórico na forma de ponto, linha e área (exemplo: localidades, caminhos e propriedades, respectivamente). Os elementos vetorizados podem ser salvos em camadas (*layers*) distintas, o que facilita enormemente o uso desses dados (isoladamente ou em conjunto).

⁸² Os jesuítas Diogo Soares e Domingos Capassi, em 1729, foram enviados por D. João V para que elaborassem uma descrição geográfica detalhada do Brasil e fizessem cartas geográficas das capitanias.

Como dito no início da presente seção, não apenas os mapas são considerados documentos cartográficos. Outros documentos de caráter monográfico e iconográfico são de suma importância para, isoladamente (mas preferencialmente em conjunto com os mapas), apontar caminhos para iniciar uma “busca” por uma informação ou mesmo elucidar algumas questões não resolvidas apenas com o auxílio daqueles.

Nesta tese, muitos desses procedimentos foram importantíssimos para dirimir algumas dúvidas surgidas ao longo da pesquisa, principalmente acerca dos acidentes geográficos e localidades citados nos dois documentos em análise.

Um elemento fundamental de um mapa e ainda não comentado é a legenda. A legenda (muitas vezes identificada pelo termo “convenções”) é a parte de um mapa na qual são reproduzidos todos os símbolos nele usados acompanhados das respectivas explicações.

Na Cartografia temática, vários símbolos utilizados são de fácil interpretação por sugerirem o que representam, como, por exemplo, os representados na Figura 35: oficinas (duas ferramentas em “X”), campos de pouso/aeroportos (imagem de um avião), serviços telefônicos (telefone), restaurantes (prato e talher), caminhos (linha pontilhada) e estradas (linhas contínuas, simples ou duplas), além de estarem presentes nos mapas mais acessíveis à população (mapas turísticos e rodoviários).

Figura 35 – Exemplos de convenções adotadas internacionalmente



Fonte: Elaboração Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Assim como esses, de uso universal, para algumas feições também existem símbolos e legendas padronizados: uso do azul para água e verde para elementos de vegetação, círculos variados para localidades (em função da hierarquia adotada) etc.

Entretanto muitos mapas antigos não as apresentavam e, embora ainda não houvesse a normatização como as citadas acima, de forma intuitiva, o uso das cores era praticamente o mesmo exemplificado, assim como a simbologia pontual para as localidades. Deve-se então estar questionando o porquê dessa abordagem que ora se faz.

Observando as legendas apresentadas a seguir, de três mapas distintos (um s/d mas que reproduz o fim da era colonial⁸³, um de 1930 e um de 1954), percebe-se que, apesar de apresentarem praticamente os mesmos símbolos para as mesmas feições, a descrição para os seus significados pode provocar dúvidas pelo fato de remeter a instâncias ou denominações não mais pertinentes à atualidade.

Por exemplo, na carta mais antiga, Figura 36, há referência a “cidade-sede do bispado” e a “cabeças de comarcas”, enquanto que na de 1930 (Figura 37) há referência a “cidades sédes de comarca” e “cidades sédes de termo”, “colônias”. Em outras podem constar ainda “freguesias”, “registros” e outras designações para a descrição das localidades.

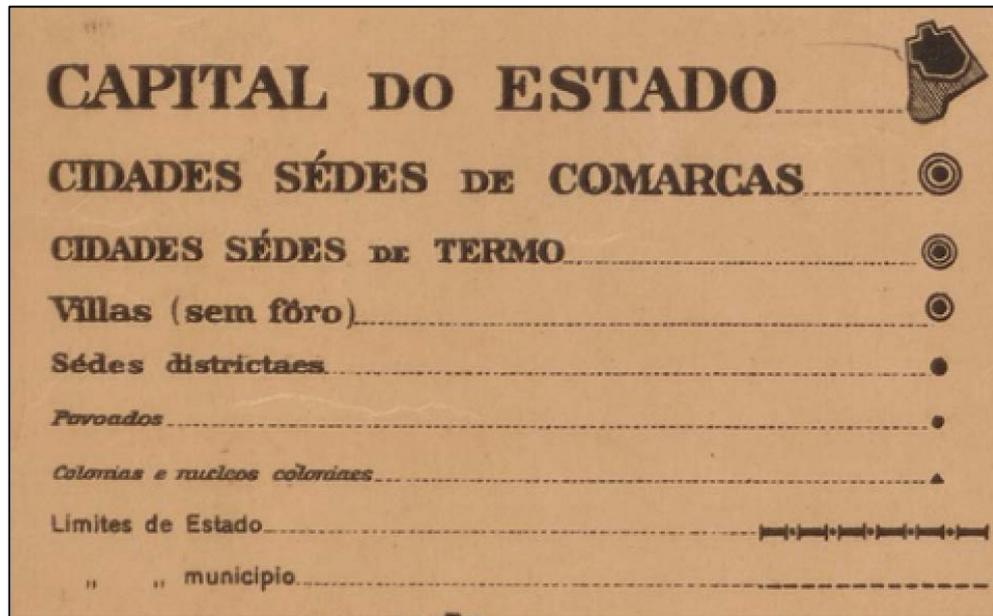
Figura 36 - Parte da legenda da *Carta da Capitania de Minas Gerais nos fins da Era colonial*, de José Ferreira Carrato, [s.d.], escala 1:3 500 000.

LEGENDA	
CAPITAIS DO VICE-REINADO E DA CAPITANIA	■
CIDADE-SEDE DO BISPADO	●
CABEÇAS DE COMARCAS	●
SEDES DAS VARAS ECLESIÁSTICAS	☉
LOCALIDADES COM ESCOLAS RÉGIAS OU ECLESIÁSTICAS	☉
IGREJAS MAIS ANTIGAS DE MINAS	☉
FREGUESIAS E CURATOS MAIS IMPORTANTES	☉
RECOLHIMENTOS OU SANTUÁRIOS	△
QUARTÉIS OU REGISTROS	▽
CAMINHOS OU TRILHAS	----
DIVISAS DA CAPITANIA	=====
DIVISAS DAS COMARCAS DA CAPITANIA	=====
DIVISAS DOS BISPADOS COLONIAIS	-----

Fonte: Carrato (APM, [s/d]).

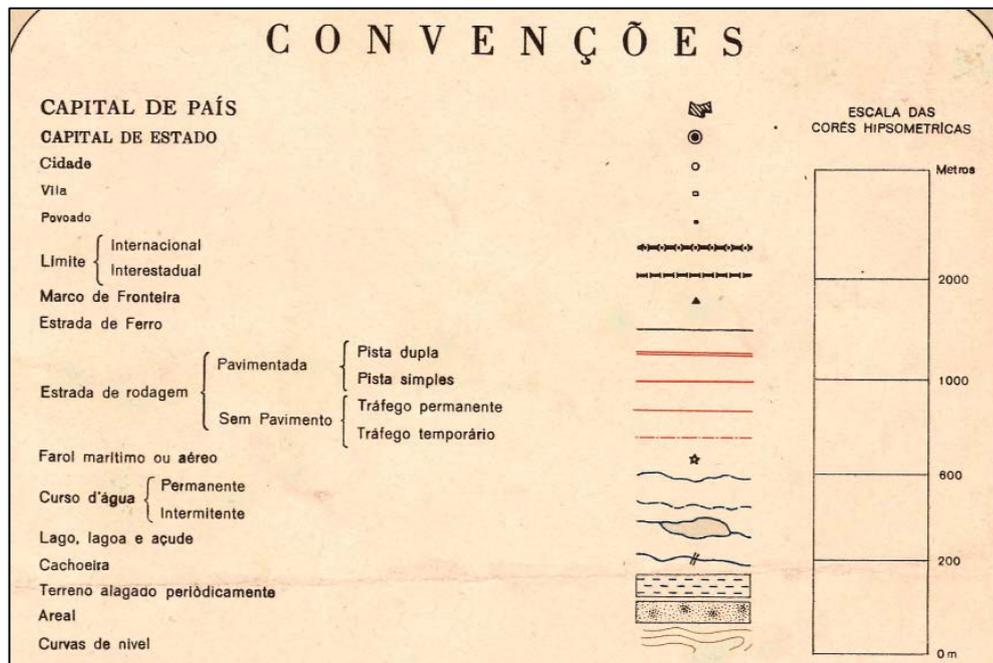
⁸³ O período colonial está compreendido entre 1500 (Descobrimiento) e 1822 (Independência).

Figura 37 - Parte da legenda da *Carta physica e política do Estado de Minas Geraes*, de autoria de José Ximenes Cesar (1930), escala 1:1 000 000



Fonte: Cesar (1930).

Figura 38 - Parte da legenda do *Mapa do Brasil – 1954*, escala 1:5 000 000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Conselho Nacional de Geografia – Divisão de Cartografia (IBGE, 1954)



Fonte: IBGE (1954).

Da mesma forma (Figura 38), os termos usados para a identificação e nomeação dos acidentes físicos, aí incluídos especialmente os elementos da hidrografia e do relevo, também variam enormemente e essa discrepância que se faz presente nos documentos monográficos usados compromete bastante a comparação – e a associação – com os mapas e documentos atuais.

Raimundo José da Cunha Mattos⁸⁴, em várias passagens do seu *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Geraes e Goiaz* de 1836, mostrou extrema sensibilidade e percepção nas leituras que fez dos seus antecessores e contemporâneos, pois conseguiu sinalizar praticamente os mesmos problemas, ratificados quando da consulta a documentos antigos no estudo presente, a começar pelos dois documentos de Nascentes. Aliás, foi essa leitura de Mattos que orientou alguns caminhos da pesquisa feita e permitiu a tomada de decisões que foram fundamentais para o resultado obtido. Adiante, estão destacadas as suas principais constatações:

[...] julgo conveniente fazer algumas observações muito necessárias àqueles que estudam a Geografia do Império Brasileiro.

As águas correntes são designadas na Província do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, em parte de São Paulo e no Cuiabá pelos nomes de rios, ribeirões, córregos, riachos e riachões. Parece que o nome de rios devesse ser privativo às águas navegáveis; não acontece assim; muitas torrentes recebem o nome de rios, sendo menos volumosas do que os chamados ribeirões, riachões, riachos ou córregos: eis o motivo de aparecerem em vários mapas as mesmas e idênticas águas, ora com o nome de rios, ora com o de ribeirões e córregos. [...]

As águas estagnadas com sangradouros temporários ou perpétuos recebem conforme as suas extensões os nomes de lagos, lagoas, poços e ipoeiras: muitas vezes dá-se o nome de poço àquilo que apenas é uma ipoeira, assim como o nome de lago ao que não passa de ser uma lagoa. A maior parte das águas estagnadas secam de todo pela ação de sol abrasador, principalmente nos terrenos arenosos.

Muitas cordilheiras de montanhas são conhecidas ora pelo nome de serras, ora pelo de morros. Várias gargantas, desfiladeiros ou quebradas que retalham um sistema de serras ou cordilheiras, dão lugar a denominações arbitrárias. Eu encontrei muitas montanhas designadas como serras diversas, tendo apenas uma légua de extensão: tal é o motivo de aparecer uma vasta nomenclatura de serras que na Província de Goiás podem ser reduzidas a dois ou três sistemas gerais, filhos da serra do Mar, e de ramificações das Andes do Peru e Nova Granada.

Em Goiás todas as igrejas paroquiais, matrizes e filiais curadas existem no meio de povoações de maior ou menor número de casas e que recebem

⁸⁴ Militar e historiador luso-brasileiro (1776-1839), um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

os nomes de arraiais; não acontece assim em alguns lugares das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Eu encontrei igrejas matrizes e capelas curadas que tinham a casa do vigário ou do cura junta às mesmas igrejas, e mais nenhum morador. [...]

As povoações denominadas aldeias são privativamente habitadas por índios domesticados ou selvagens; [...]

As propriedades rurais são conhecidas pelos nomes de fazendas, engenhos, sítios e roças [...].

[...]

As matérias mais importantes da geografia do interior do Brasil, e aquelas em que mais se anda às apalpadelas, são as latitudes e longitudes dos lugares. Eu tenho motivos sobejos para afirmar que nas Minas Gerais e em Goiás fizeram-se mui poucas observações astronômicas, e que acerca das longitudes tudo é obscuridade, pois que o mesmo Barão de Eschwege, na sua obra excelente sobre o Brasil, e na qual apresenta uma larga tabela de latitudes, não se atreveu a marcar as longitudes, prova de conhecer que há incerteza completa a respeito de todas as que aparecem nos escritos dos historiadores. Eu possuo uma larga coleção de longitudes e latitudes dos lugares interiores do Brasil; e tive a desgraça de não encontrar dois pontos em que se conformassem (MATTOS, 2004, p. iii-iv).

Também faz importantes ressalvas acerca da toponímia:

Os curiosos, comparando os meus mapas e itinerários com os mapas antigos, acharão diferenças em nomes de alguns lugares: eu dou a razão dessas alterações. No sertão cada fazendeiro tem um santo, seu advogado ou intercessor, e acontecendo estabelecer um sítio ou fazenda, põe-lhe às vezes o nome desse santo; e isto mesmo também se pratica em algumas ocasiões de compras de antigas propriedades, mudando os novos senhores os nomes com que as fazendas eram conhecidas até esse tempo. [...] Esta liberdade, pior do que a poética, é muito prejudicial na geografia e, quando pouco mal faça, obriga ao menos a escrever nomes diferentes de um idêntico e único lugar, o que talvez induza a pensar que são lugares diversos. Ainda há outro defeito muito importante, e vem a ser a falta de cautela com que os viajantes escrevem os nomes dos lugares, e arvoram em vilas e povoações aquilo que apenas é uma fazenda. [...]. Dar o nome de *town* ou de *bourg* a uma fazenda em que há muitas senzalas de escravos, terá como resultado o não se saber daqui a alguns anos se com efeito os lugares notados como *town* ou *bourg* eram arraiais ou vilas, ou se simplesmente foram fazendas de gados ou engenhos de açúcar: [...]. Nos antigos mapas figuram como arraiais muitos sítios hoje desertos, acontecendo isto mesmo a inumeráveis fazendas que ou foram abandonadas e destruídas, ou receberam novos nomes a arbítrio de possuidores novos. Esta desordem tem de continuar nos sertões ainda por muito tempo em grave prejuízo da Geografia, se o Governo não obstar a essa mal entendida liberdade de mudanças de nomes, fazendo imprimir mapas gerais. [...] (MATTOS, 2004, p. v-vi).

Por esse motivo, optou-se por inserir também, nesta tese, uma abordagem teórica acerca da Divisão Político-Administrativa do Brasil, dos Nomes Geográficos e da Toponímia.

3.6 A DIVISÃO TERRITORIAL BRASILEIRA (DTB) E A DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (DPA)

Normalmente quando se aborda a questão da divisão político-administrativa, isso é feito do universo macro para o micro. Com o objetivo de tornar mais claros os conceitos apresentados, especialmente a terminologia empregada na ciência geográfica, optou-se por fazer a abordagem na ordem inversa, já que o ponto de partida no estudo de Geolinguística é o falante e este se encontra, necessariamente, num determinado local.

Sem entrar em detalhes que envolvem as questões da Geodésia, esse local, geograficamente falando, é identificado pelas suas coordenadas geográficas (latitude e longitude), o qual, na dimensão espacial, é representado por um ponto. Isso significa que, independentemente da dependência ou pertinência político-administrativa, do modelo adotado por cada país, a posição geográfica é única – o que é de suma relevância em qualquer estudo/trabalho no qual a questão espacial desempenhe um importante papel.

Via de regra, ao apresentarem e definirem as questões metodológicas, os projetos dos atlas linguísticos referem-se a “localidades” ou “rede de pontos”, o que atende, à primeira vista, exatamente ao que foi definido acima. Entretanto são elencados por um número sequencial acompanhado apenas pelo topônimo. E isso se torna o grande problema para identificá-los e localizá-los em estudos futuros ou em épocas pretéritas.

Como enfatizado anteriormente, a adoção do geocódigo vai dirimir qualquer dúvida acerca da identificação e localização dos pontos, uma vez que existe total controle sobre quaisquer alterações que envolvam a localidade (dados estatísticos, dados físicos como área, dados político-administrativos como pertinência e subordinação, desmembramento, fusão, criação e extinção).

Pelo fato de os documentos trabalhados na tese estarem datados de 1922/1953 e 1958, não apenas a questão da alteração toponímica dificultou a identificação dos elementos citados nas descrições mas também a mudança nas categorias hierárquicas de classificação e nas subordinações territoriais e administrativas. Deste modo, justifica-se uma apresentação da evolução da divisão territorial e político-administrativa do território brasileiro.

3.6.1 As divisões atuais

Assim como foi feito para a situação da Cartografia atual, opta-se por apresentar inicialmente a situação atual, o que certamente facilitará o entendimento de como ela evoluiu e as implicações dessa evolução, propiciando uma perfeita interpretação de documentos antigos frequentemente acessados.

Apesar de a maioria dos termos estar dicionarizada e constar de alguns glossários, faz-se necessário que se conheça e se use a terminologia oficial, legal e que é definida por normas e resoluções controladas pelos órgãos responsáveis.

Dessa maneira, será apresentada a situação oficial em 2018 para, em seguida, definir os elementos citados. Pode-se acompanhar os desdobramentos através dos mapas que compõem a Figura 39.

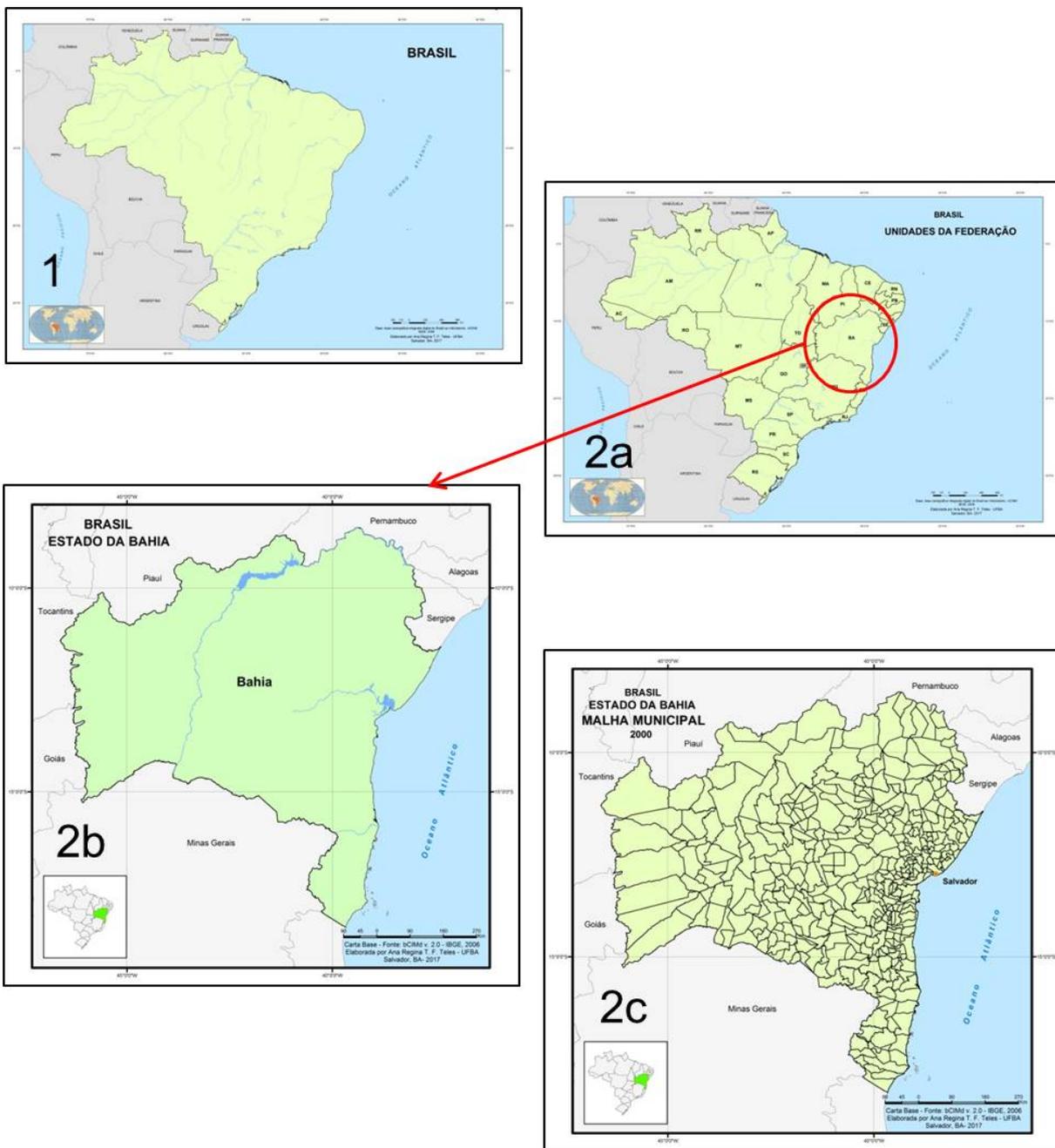
O Território Brasileiro é subdividido em Unidades Político-Administrativas: essa divisão é nomeada de Divisão Político-Administrativa (DPA).

Hoje, a situação está assim definida e configurada: o Brasil é uma República Federativa integrada por Unidades político-administrativas que são criadas, conforme o caso, por leis federais, estaduais e municipais, abrangendo assim os diversos níveis da administração pública (Federal, Estadual e Municipal). Assim, na Figura 39, a **União** (Mapa 1) é formada pelas **Unidades da Federação** (UF) que são os **Estados** e o **Distrito Federal** (DF) (Mapa 2a), criadas através de leis provenientes do Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente da República. São as unidades de maior hierarquia na organização político-administrativa e contêm os 5568 municípios atuais.

Os **Municípios**, por sua vez, são as unidades de menor hierarquia na organização político-administrativa e são criados por leis ordinárias das Assembleias Legislativas, conforme a UF, e sancionadas pelo respectivo Governador. O Mapa 2b representa um **estado** e o 2c a sua **malha municipal**.

Os municípios contam ainda com unidades administrativas: **Distritos** (criados conforme orientações contidas nas respectivas Leis Orgânicas) e, geralmente nas grandes cidades, as **Regiões Administrativas** (RA), **Subdistritos** e **Zonas**, que são criados por leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo Prefeito.

Figura 39 – Brasil – Divisão Político-Administrativa, da União (Brasil) aos Municípios – um exemplo para o Estado da Bahia

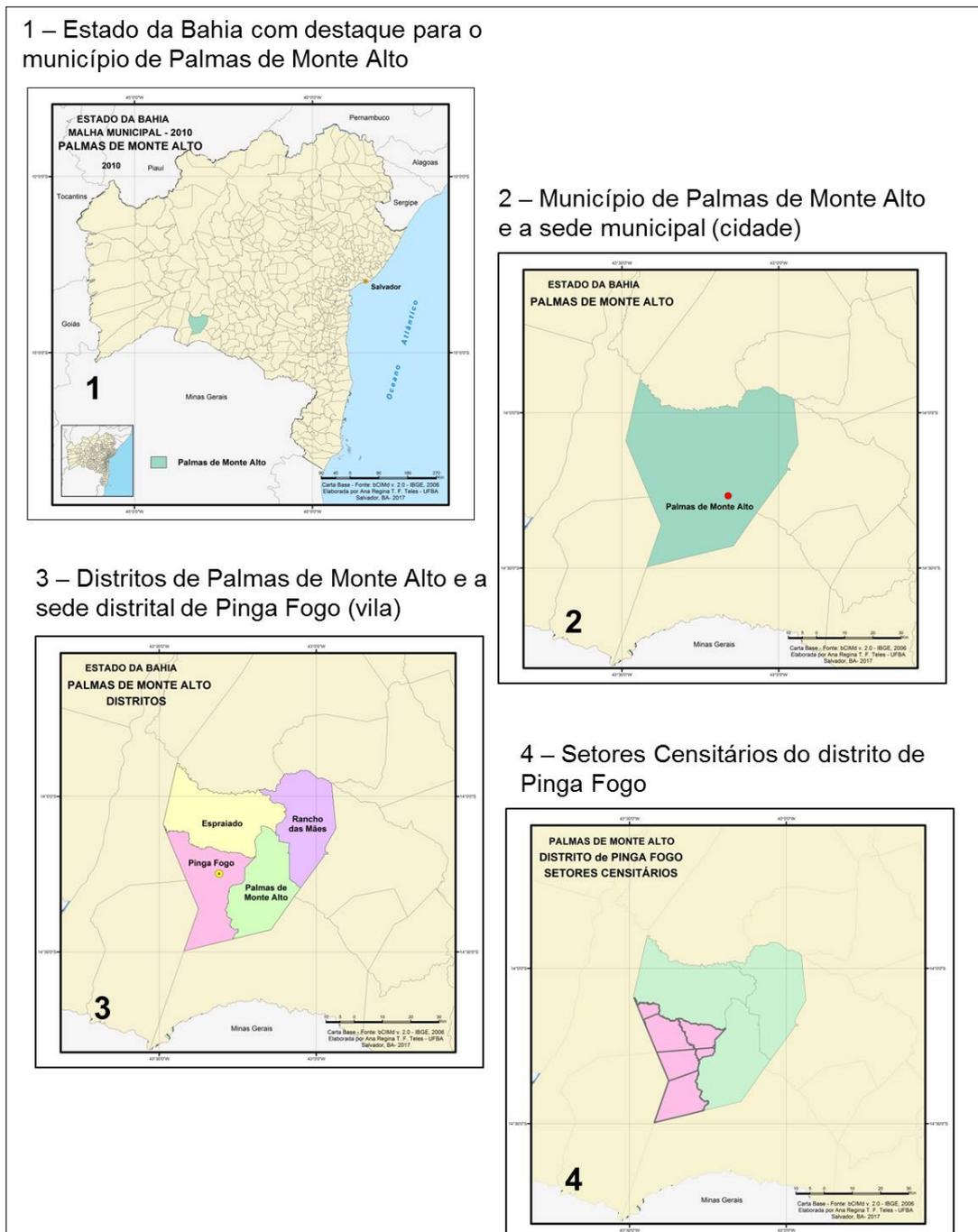


Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: IBGE (2017).

Embora não sejam unidades político-administrativas, outros elementos que têm características territoriais são: a *área urbana* (interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila – a ser descrita adiante – definida por leis municipais), a *área rural* (área de um município externa ao perímetro urbano), e a *área urbana isolada* (também definida por lei municipal, mas separada da sede municipal ou distrital por área rural ou outro limite legal).

Finalmente tem-se o **setor censitário**, que é a menor unidade territorial, contido inteiramente numa única área urbana ou rural, formado por área contínua. Esse elemento deve ter seus limites legalmente definidos e estabelecidos pelo IBGE para fins estatísticos. Na Figura 40 (Mapas 1 a 4), é apresentado o desdobramento de um município com seus distritos e setores censitários.

Figura 40 – Divisão Político-Administrativa de um Município – do Município ao setor censitário – exemplo para o Município de Palmas de Monte Alto, BA



Pode-se registrar ainda uma outra divisão muito usada no ambiente urbano, mas que não se configura como uma categoria de divisão territorial para fins de informações estatísticas advindas dos Censos. Trata-se do **bairro**. De acordo com o IBGE, nas notas metodológicas para o censo de 2010, “Bairros são subdivisões intraurbanas legalmente estabelecidas por meio de leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo Prefeito” (IBGE, 2010c).

Associando as categorias definidas nesta subseção com o geocódigo do IBGE, segue o detalhamento do geocódigo que identifica a localização da Reitoria da UFBA: 292740805270041 (cf. Figura 41).

Figura 41 – Composição do geocódigo 29 27408 05 27 0041 até o nível de setor censitário

UF	MUNICÍPIO	DISTRITO	SUBDISTRITO	SETOR CENSITÁRIO
BA	Salvador	Salvador	Vitória	
29	27408	05	27	0041

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: IBGE (2018).

Como se pode observar, o geocódigo não contempla a identificação do bairro.

Deixando a célula micro, volta-se para a maior delas (União) para abordar outras formas de divisão, como as *Grandes Regiões Geográficas*, as *Regiões Geográficas Intermediárias* e as *Regiões Geográficas Imediatas*⁸⁵.

As **Grandes Regiões** são áreas formadas pela junção de várias Unidades da Federação, cuja finalidade básica é viabilizar a preparação e a divulgação de dados estatísticos. Atualmente são cinco regiões: Norte (N), Nordeste (NE), Sudeste (SE), Sul (S) e Centro-Oeste (CO) (Figura 42, Mapa 2).

Cada Estado, por sua vez, é dividido em **Regiões Geográficas Intermediárias** e estas, em **Regiões Geográficas Imediatas**, formadas pelo agrupamento de vários municípios (Figura 42, Mapas 3 e 4, respectivamente).

⁸⁵ Até 2017, eram adotadas as Mesorregiões e as Microrregiões (ver histórico em 3.6.2).

Figura 42 – Grandes Regiões e desdobramentos, da União (Brasil) às Regiões Geográficas Imediatas – um exemplo para o Estado da Bahia

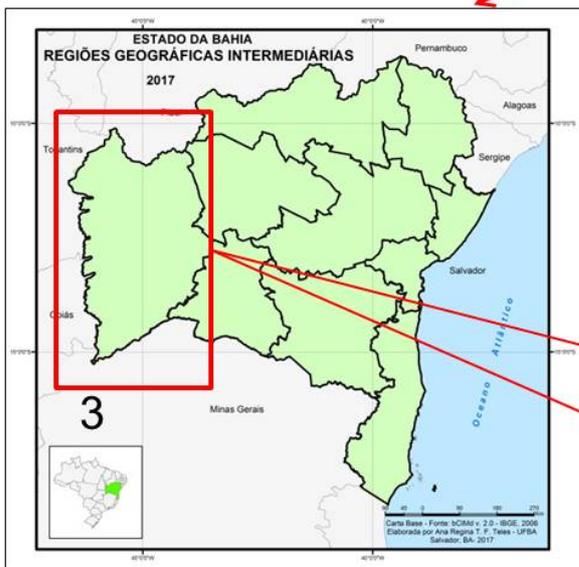
1 – União (Brasil)



2 – Grandes Regiões



3 – Regiões Geográficas Intermediárias da Bahia



4 – Regiões Geográficas Imediatas da Bahia



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: IBGE (2017).

Pelo fato de muitos estudos linguísticos envolverem aspectos sociais, étnicos e culturais, convém ainda acrescentar as chamadas “áreas especiais”. De acordo com o IBGE,

uma área para receber essa dominação deve ser legalmente definida e subordinada a um órgão responsável pela sua manutenção, seja público ou privado.

Há por fim a conservação ou preservação da fauna, flora ou de monumentos culturais, assim como do meio ambiente e das comunidades indígenas. De acordo com o IBGE, são as seguintes:

- Parques Nacional, Estadual e Municipal
- Reservas Ecológicas e Biológicas
- Estações Ecológicas
- Reservas Florestais ou Reservas de Recursos
- Áreas de Relevante Interesse Ecológico
- Áreas de Proteção Ambiental
- Áreas de Preservação Permanente
- Monumentos Naturais e Culturais
- Áreas, Colônias, Reservas, Parques e Terras Indígenas

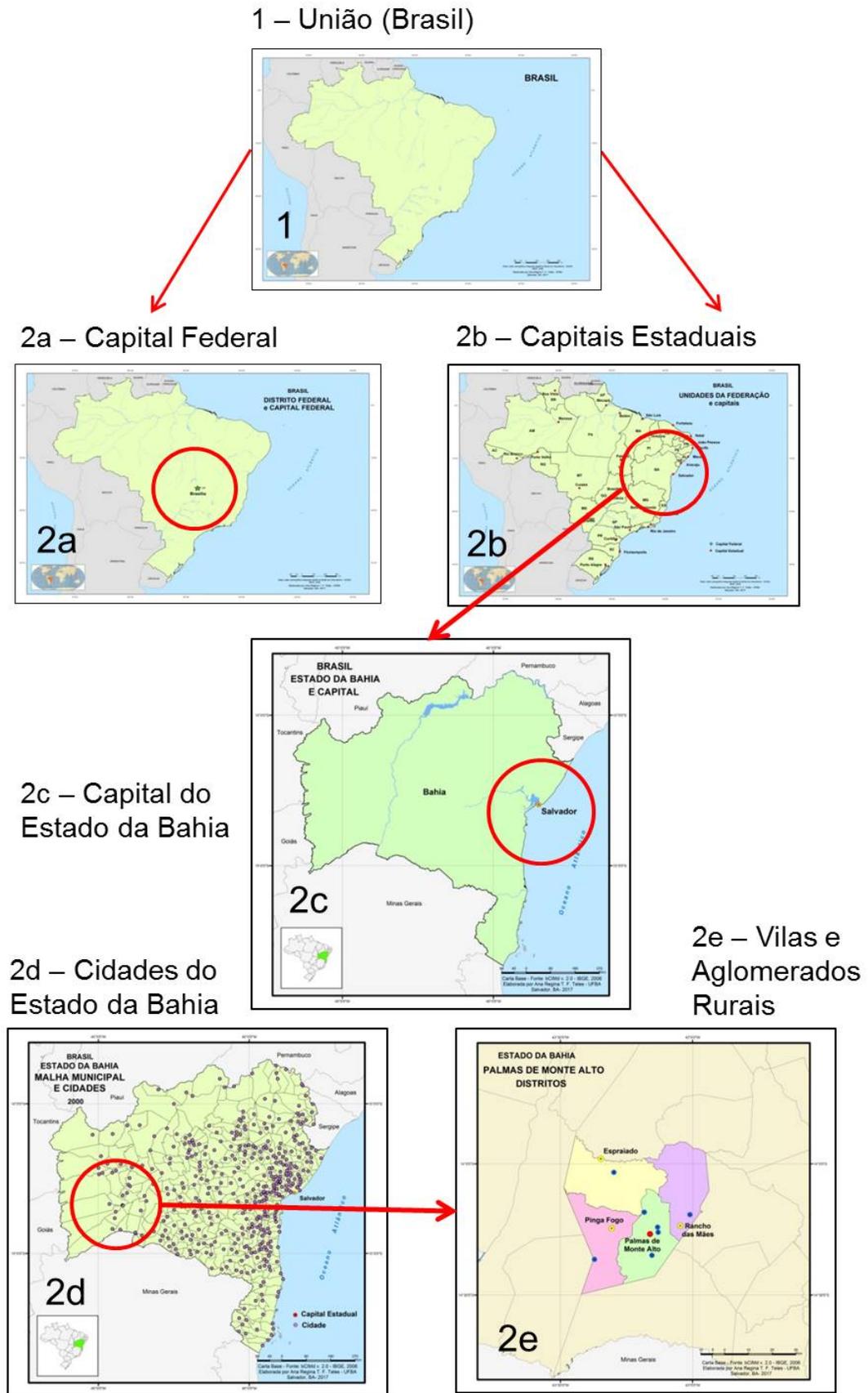
As informações relativas às áreas são representadas por polígonos e suas descrições, e, a depender da finalidade e, conseqüentemente, da precisão necessária, são feitas através de equações matemáticas. Os limites podem ser definidos com início e fim em um mesmo ponto (trata-se de polígonos fechados) e o percurso como sucessões de segmentos de reta dos quais são conhecidas as coordenadas de início e fim de cada um dos segmentos (trechos).

No caso de polígonos abertos (para as feições que são representadas por linhas, como estradas, rios, linhas de limites etc.), usam-se também os segmentos de reta conforme descrito acima.

Já as localidades são representadas por pontos (às vezes, a depender da escala e da finalidade, podem ser representadas por “manchas”, mas não se aplica ao presente caso). É necessário, então, apresentar as definições para cada um dos tipos de localidades.

Deve-se começar pelo próprio conceito de Localidade, que, de acordo com o IBGE (2012b), “[...] é todo lugar do território nacional onde existe um aglomerado permanente de habitantes”. Ainda de acordo com o IBGE, a classificação dos tipos de localidades conforme a hierarquia dentro da DPA é a seguinte, que pode ser acompanhada pelos mapas da Figura 43.

Figura 43 – Brasil – Classificação das Localidades em ordem decrescente de hierarquia



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: IBGE (2017).

1 – **Capital Federal** – Localidade onde se situa a sede do Governo Federal com os seus poderes executivo, legislativo e judiciário (Mapa 1).

2 – **Capital** – Localidade onde se situa a sede do Governo de Unidade Política da Federação, excluído o Distrito Federal (Mapas 2a e 2b).

3 – **Cidade** – Localidade com o mesmo nome do Município a que pertence (sede municipal) e onde está sediada a respectiva prefeitura, excluídos os municípios das capitais (Mapa 2c).

4 – **Vila** – Localidade com o mesmo nome do Distrito a que pertence (sede distrital) e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais (Mapa 2d).

5 – **Aglomerado Rural** – Localidade situada em área não definida legalmente como urbana e caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis e dispostos ao longo de uma via de comunicação (Mapa 2e).

É importante detalhar os aglomerados rurais, já que são fáceis de confundir com as localidades de menor tamanho e infraestrutura.

Os aglomerados rurais, a depender das características, podem ser:

5a) **Aglomerado Rural de Extensão Urbana** – Localidade que tem as características definidoras de Aglomerado Rural e está localizada a menos de 1 km de distância da área urbana de uma Cidade ou Vila. Constitui simples extensão da área urbana legalmente definida.

5b) **Aglomerado Rural Isolado** – Localidade que tem as características definidoras de Aglomerado Rural e está localizada a uma distância igual ou superior a 1 km da área urbana de uma Cidade, Vila ou Aglomerado Rural já definido como de extensão urbana.

As localidades apresentadas em 5b (Aglomerado rural isolado) podem ser subdivididas como vai indicado a seguir, são bem familiares mas normalmente são confundidas umas com as outras. Tratam-se dos povoados, dos núcleos e dos lugarejos.

– **Povoado** – Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui pelo menos um estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e

dois dos seguintes serviços ou equipamentos: um estabelecimento de ensino de 1º grau em funcionamento regular, um posto de saúde com atendimento regular e um templo religioso de qualquer credo. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela.

– **Núcleo** – Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui caráter privado ou empresarial, estando vinculado a um único proprietário do solo (empresas agrícolas, indústrias, usinas etc.).

– **Lugarejo** – Localidade sem caráter privado ou empresarial que possui característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e não dispõe, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos elencados para povoado.

Prosseguindo com a classificação, ainda há:

6 – **Propriedade Rural** – Todo lugar em que se encontre a sede de propriedade rural, excluídas as já classificadas como Núcleo.

7– **Local** – Todo lugar que não se enquadre em nenhum dos tipos referidos anteriormente e que possua nome pelo qual seja conhecido.

8 – **Aldeia** – Localidade habitada por indígenas.

Embora posicionada no final da lista do IBGE, no entender desta autora, a Aldeia tem características especiais, não devendo ser considerada hierarquicamente inferior às demais.

3.6.2 A evolução da divisão territorial e político-administrativa

A configuração atual das Unidades da Federação ainda apresenta marcas do passado.

Desde o tempo do Brasil Colônia, foram muitas as mudanças sofridas na configuração do território, independentemente de se tratar dos limites e fronteiras internacionais ou dos internos.

A primeira divisão interna do Brasil foi feita a partir da doação, entre os anos de 1534 a 1536, de 14 *capitanias hereditárias* que foram acrescentadas à única já existente, doada logo após o descobrimento (1504) a Fernão de Noronha. As demais doações foram feitas a

peessoas que, além de representarem o poder real (Coroa Portuguesa) dentro dos limites do território e protegê-lo militarmente, passavam a ser os responsáveis pela colonização. Essas pessoas tornavam-se os donatários e eram, na sua maioria, provenientes da baixa nobreza.

O donatário tinha, dentre outros direitos, o de realizar a doação de *sesmarias* para outros colonizadores. As sesmarias eram terrenos que pertenciam à Coroa Portuguesa nos quais não se praticava qualquer atividade econômica ou não eram ocupados. Devido à grande extensão do espaço que precisava ser colonizado, as sesmarias configuravam-se como boa alternativa para incrementar a produção agrícola do país. Ao longo da colonização, os proprietários das sesmarias (sesmeiros) tornaram-se os grandes proprietários de terra que formavam a elite colonial, ocupando o topo da hierarquia social, no exercício de altos cargos públicos e militares.

O sistema hereditário foi extinto em 1759, quando as capitâneas foram revertidas para a Coroa, mas até então ocorreram invasões estrangeiras, conflitos internos que implicaram a criação de novas capitâneas, fusão de algumas e emancipação de outras. Essa denominação, entretanto, foi mantida até quando a maioria delas se tornou *províncias*, instâncias criadas juridicamente em 28 de fevereiro de 1821.

Voltando no tempo para o início da colonização, os primeiros núcleos de povoamento foram os *arraiais* e, à medida que iam se desenvolvendo economicamente, também cresciam em termos populacionais, culminando com a sua emancipação do núcleo original. Com isso, passavam a ter a responsabilidade de administrar por conta própria os assuntos de ordem civil, militar e religiosa. Quando essa condição se consolidava, os povoados eram elevados à categoria de *freguesias (paróquias)*, passando cada uma a ter um território definido (limitado), além de um cartório eclesiástico e de um padre, que passava a residir permanentemente na Igreja (padre colado).

Quando num povoado era criada e instalada a câmara municipal, ele era alçado à condição de *vila*, que, por sua vez, poderia ser elevada à categoria de cidade sem que fossem necessárias grandes mudanças na estrutura administrativa.

Independentemente de se tratar de vila ou cidade, mas em função do tamanho em termos de população, a localidade podia abranger (conter) uma *comarca* (divisão territorial

que define uma circunscrição judiciária). Os limites da comarca podiam coincidir com os limites de uma vila ou de um conjunto de várias vilas pequenas.

Em 1763, ano em que o Brasil foi elevado à categoria de Vice-Reinado, sua capital foi transferida da cidade do Salvador para a cidade do Rio de Janeiro.

Como dito anteriormente, com a declaração da Independência do Brasil (1822), as antigas capitanias reais foram transformadas em províncias do Império do Brasil, mantendo basicamente os seus contornos originais. Àquela altura algumas capitanias já haviam se fundido⁸⁶ e outras haviam surgido, tanto a partir de desmembramentos⁸⁷ e transferências⁸⁸, quanto a partir da promoção de comarcas⁸⁹.

Daí até 1850 (quando foi criada a Província do Amazonas – desmembrada da Província do Pará), o Brasil Império contava com 18 províncias (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Pedro do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe). Em 1853, a Comarca de Curitiba, desmembrada da Província de São Paulo, foi promovida a Província do Paraná.

Antes de passar ao período republicano, é importante explicar o que significa *Município Neutro*, denominação muito frequente em documentos históricos. Instituído em 1834, por um Ato Adicional de emenda à nossa primeira Constituição (de 1824), foi formado com terras desmembradas da então Província do Rio de Janeiro e gozava de autonomia administrativa, além de abrigar a capital do Brasil Império, a cidade do Rio de Janeiro.

Em 1889, com a Proclamação da República, o Império do Brasil passou a denominar-se Estados Unidos do Brasil. Com a promulgação da segunda Constituição (primeira Constituição Republicana em 1891), as províncias brasileiras passaram à categoria de *Estados*, mantendo os mesmos limites. Assim, a configuração da federação brasileira passou a ser formada por 20 estados (antigas províncias) e um *Distrito Federal* (antigo Município Neutro).

⁸⁶ A Capitania da Bahia resultou da junção de outras cinco capitanias: Baía de Todos os Santos, Ilhéus, Itaparica, Porto Seguro e Recôncavo da Baía.

⁸⁷ Em 1811, houve a separação da Capitania do Piauí da Capitania do Maranhão; em 1817, a criação da Capitania de Alagoas (desmembrada da Capitania de Pernambuco); e em 1820, a separação da Capitania de Sergipe da Capitania da Bahia.

⁸⁸ Em 1816, se deu a transferência da região do Triângulo Mineiro de Goiás para Minas Gerais.

⁸⁹ Em 1827, a Comarca do Rio São Francisco foi transferida para a província da Bahia.

Ainda em 1891, completando o quadro da formação, o arquipélago de Fernando de Noronha (até então pertencente ao Império) passou ao domínio do Estado de Pernambuco.

Embora não estivesse contemplado na Constituição de 1891, em 1903, o Acre foi criado como território federal, produto da incorporação, pelo Tratado de Petrópolis, da área antes pertencente à Bolívia. Sua existência só foi admitida a partir da Constituição de 1934.

Devido à pouca estabilidade no quadro da Divisão Territorial Brasileira (DTB), especialmente pelo grande número de criação de municípios e alteração dos seus limites, ele é considerado como dos mais dinâmicos dos países ocidentais.

Com a Constituição de 1937, foi legitimada a criação de novos Territórios Federais a partir do desmembramento dos Estados, desde que de interesse da defesa nacional, como faixas de fronteiras e em rotas estratégicas do transporte marítimo.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 311, ficaram estabelecidas as bases da estrutura territorial ainda vigente, conforme descrito anteriormente, fundamentadas nos seguintes artigos:

Art. 2º Os municípios compreendem (sic) um ou mais distritos, formando (sic) área contínua. Quando se fizer necessário, os distritos se subdividirão em zonas com numeração ordinal.

Parágrafo único. Essas zonas poderão ter ainda denominações especiais.

Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome.

Art. 4º O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá, a categoria de vila.

Parágrafo único. No mesmo distrito não haverá mais uma vila.

Art. 5º Um ou mais municípios, constituindo área contínua, formam o termo judiciário, cuja sede será a cidade ou a mais importante das cidades compreendidas no seu território e dará nome à circunscrição.

Art. 6º Observado, quanto à sede e à continuidade do território, o disposto no artigo anterior, um ou mais termos formam a comarca.

Art. 7º Os territórios das comarcas e termos serão definidos, nos respectivos atos de criação, pela referência às circunscrições imediatamente inferiores que os constituírem. O ato de criação de cada município, porém (sic), indicará os distritos que no todo ou em parte vierem a constituir o seu território e fará a descrição dos antigos ou novos limites do distrito que passarem a formar (sic) a linha divisória municipal, [...] (BRASIL, 1939).

Além desses, pela ligação direta com o objeto da presente tese, destacam-se os seguintes:

Art. 8º Os limites interdistritais ou intermunicipais serão definidos segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando (sic) acidentes naturais, não se admitindo linhas divisórias sem definição expressa ou caracterizadas apenas pela coincidência com divisas pretéritas ou atuais.

[...]

Art. 10. Não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação (BRASIL, 1939).

Outras exigências foram estabelecidas nos artigos 11, 12 e 13, como a quantidade mínima de *moradias* (termo usado no Decreto-Lei) – trinta para novos distritos e pelo menos duzentas (no quadro urbano) para os municípios – e o estabelecimento do prazo de um ano para que todos os municípios descrevessem seus limites, dirimindo as questões litigiosas, e elaborassem o mapeamento dos seus territórios. Reza o parágrafo primeiro do artigo 13:

§ 1º O mapa a que se refere este artigo, ainda quando levantado de modo rudimentar, deverá satisfazer os requisitos mínimos fixados pelo Conselho Nacional de Geografia (BRASIL, 1939).

De acordo com o *caput* do artigo 15, “As designações e a discriminação de ‘comarca’, ‘termo’, ‘município’ e ‘distrito’ serão adotadas em todo o país [...]” (BRASIL, 1939).

É importante também a ressalva contida no *caput* do artigo 16, segundo o qual “Somente por leis gerais, na forma deste artigo, pode ser modificado o quadro territorial, tanto na delimitação e categoria dos seus elementos, quanto na respectiva toponímia” (BRASIL, 1939). Em seguida, no parágrafo primeiro:

§ 1º No primeiro semestre do ano corrente, e para entrar em vigor a 1 de julho, os governos dos Estados e, para as circunscrições diretamente submetidas à sua administração, o governo federal, fixarão de acordo com instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, o novo quadro territorial respectivo, ao qual será apensa a descrição sistemática dos limites de todas as circunscrições distritais e municipais que nele figurarem (BRASIL, 1939).

Por fim, o artigo 18 fixa datas e dá orientações para o cumprimento das novas decisões:

Art. 18. Os governos dos Estados, por decretos baixados até 31 de março de 1938, publicarão a relação das circunscrições administrativas e judiciárias já instaladas ao tempo desta lei, feitas as alterações de classificação e toponímia, bem como de categoria das sedes decorrentes dos critérios na mesma fixados, e de acordo com o modelo geral que o Conselho Nacional de Estatística formulará.

Parágrafo único. As alterações de denominação decorrentes do disposto no art. 10 só serão efetivadas no novo quadro a que se refere o § 1º do art. 16 (BRASIL, 1939).

Dessa forma, logo em 1938, Fernando de Noronha voltou à esfera federal e, em 1942, foi alçado a Território Federal. Em 1943, pelo Decreto-lei nº 5812 de 13 de setembro de 1943 e com limites alterados pelo Decreto-lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944, foram criados cinco Territórios Federais: Guaporé (com áreas desmembradas do Mato Grosso e do Amazonas), Amapá (desmembrado do Pará), Rio Branco (desmembrado do Amazonas), Ponta Porã (desmembrado do Mato Grosso) e Iguassú (com áreas desmembradas do Paraná e de Santa Catarina).

À exceção de Fernando de Noronha, por se tratar de um arquipélago do Oceano Atlântico, todos os demais territórios federais foram formados com terras desmembradas de outras unidades da federação. Por esse motivo é de fundamental importância conhecer essas formações, já que porventura pode haver a necessidade de buscar alguma informação acerca de alguma localidade que a eles tenha pertencido. Desse modo, apresentam-se os municípios que, à época da criação, passaram a incorporá-los.

O Território do Guaporé recebeu o município de Porto Velho e parte do de Humaitá (do Amazonas), os municípios do Alto Madeira e Guajará Mirim e parte do município de Mato Grosso (todos do estado do Mato Grosso).

O Território do Amapá foi formado a partir das áreas correspondentes aos municípios do Amapá, parte do município de Macapá e partes dos municípios de Mazagão e Almeirim, todas do Pará.

O Território do Rio Branco recebeu parte do município de Moura e integralmente a área do município de mesmo nome (ambos do Amazonas).

A área do Território de Ponta Porã foi toda oriunda do estado do Mato Grosso, integralmente correspondente aos municípios de Pôrto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Nioaque e Maracajú e parte dos municípios de Miranda e Corumbá.

O Território do Iguassú⁹⁰ recebeu do Paraná as áreas integrais dos municípios de Foz do Iguassú e Clevelândia, parte dos distritos de Campo Mourão, Laranjeiras e Catanduvas – os

⁹⁰ A grafia atual é Iguaçú.

três pertencentes ao município de Guarapuava e parte do município de Palmas. De Santa Catarina, recebeu parte do município de Xapecó.⁹¹

Por fim, as capitais escolhidas foram: Macapá (Amapá), Boa Vista (Rio Branco), Porto Velho (Guaporé), Maracajú (Ponta Porã), Iguassú – vila de Xagú, ex Laranjeiras (Iguassú).

Com a constituição de 1946 foram extintos os territórios de Ponta Porã e Iguassú e, em 1956, o Território Federal de Guaporé passou a chamar-se Território Federal de Rondônia. Ainda acerca da situação dos territórios, em 1962, o Território do Acre foi elevado à condição de estado e o Território Federal de Rio Branco passou a denominar-se Território Federal de Roraima.

Durante o período de vigência dessa constituição (1946-1967), foi verificado um grande aumento no número de municípios brasileiros.

Nesse período, destaca-se ainda, em 1960, a transferência da sede do Distrito Federal para Brasília e, com isso, o Rio de Janeiro foi transformando no Estado da Guanabara.

Já a Constituição de 1967, associada à Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabeleceu critérios mais rígidos e únicos para que novos municípios em todo o país fossem emancipados, favoreceu um arrefecimento dessa expansão e, para alguns, talvez isso explique o pequeno surgimento de novas unidades municipais durante sua vigência.

Seguem algumas das exigências, transcritas conforme o artigo. 2º:

Art. 2º Nenhum Município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado;

II eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

IV arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos (BRASIL, 1967).

Já no artigo 8º, percebe-se novamente a preocupação com a definição dos limites: “A Lei que criar o novo Município definirá seus limites segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais” (BRASIL, 1967).

⁹¹ A grafia atual é Chapecó.

Em 1975, houve a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, sendo criado o município do Rio de Janeiro, que passou a ser a capital do novo estado, e Niterói, perdendo o posto de capital que tinha, voltou à condição de simples município.

Antes da promulgação da Constituição de 1988, ainda houve duas transformações importantes no quadro geral do país: em 1977, foi criado o estado do Mato Grosso do Sul, resultado da divisão em dois do então estado do Mato Grosso e o Território Federal de Rondônia foi elevado à categoria de Estado (1981).

Em 1988, pela nova Constituição, os Territórios Federais ainda remanescentes nessa condição foram promovidos a estados (à exceção de Fernando de Noronha, que foi transformado em distrito do estado de Pernambuco) e foi criado o estado do Tocantins, desmembrado do estado de Goiás, chegando-se à configuração atual.

Também acerca das divisões regionais, ou regionalização, houve várias configurações, antes de se chegar àquelas atualmente adotadas. Os critérios usados para a divisão variaram conforme a finalidade que se pretendia dar ao seu uso.

Como as transformações territoriais já foram bem detalhadas, para a evolução das Regiões optou-se por, além de descrevê-las, apresentá-las também resumidamente no Quadro 17 e cartograficamente (mapas em ordem cronológica – 1 a 6 – e integrantes de uma mesma figura) – Figura 44 –, já que o recurso visual é mais eficaz do que descrições aparentemente repetitivas, pois, apesar de algumas apresentarem pequenas mudanças, nem por isso são menos importantes para os estudos que envolvem a busca de dados em datas pretéritas.

Em 1913, foi feita uma primeira divisão regional do Brasil, levando em consideração a posição geográfica e os elementos físicos (Figura 44, Mapa 1), já que se acreditava que as características da natureza eram mais duradouras que as atividades humanas, estas últimas muito mutáveis.

Por conta do momento pós Revolução de 1930, quando o poder político ficou concentrado no governo federal, passou a ser prioridade nacional a elaboração de um documento oficial que contivesse dados estatísticos do território, da economia e da população. Embora outras propostas tenham sido feitas, a divisão de 1913 foi a que influenciou a maioria dos estudos e pesquisas até então.

Com a iminência da realização do Anuário Estatístico do Brasil de 1938 e pelo fato de ainda não se ter chegado a termo uma regionalização oficial (a de 1913 não o era), decidiu-se por adotar neste trabalho aquela então usada pelo Ministério da Agricultura, que, embora não fosse oficial, era considerada a mais apropriada dentre as praticadas pelos demais organismos governamentais.

Sempre tomando como base as informações contidas nos documentos oficiais das divisões territoriais usadas nos anuários estatísticos e censos disponibilizadas pelo IBGE, são apresentados os demais mapas: de acordo com o IBGE (1940), a divisão do território fixada para 1939-1943 foi definida como apresentada no Mapa 2 da Figura 44.

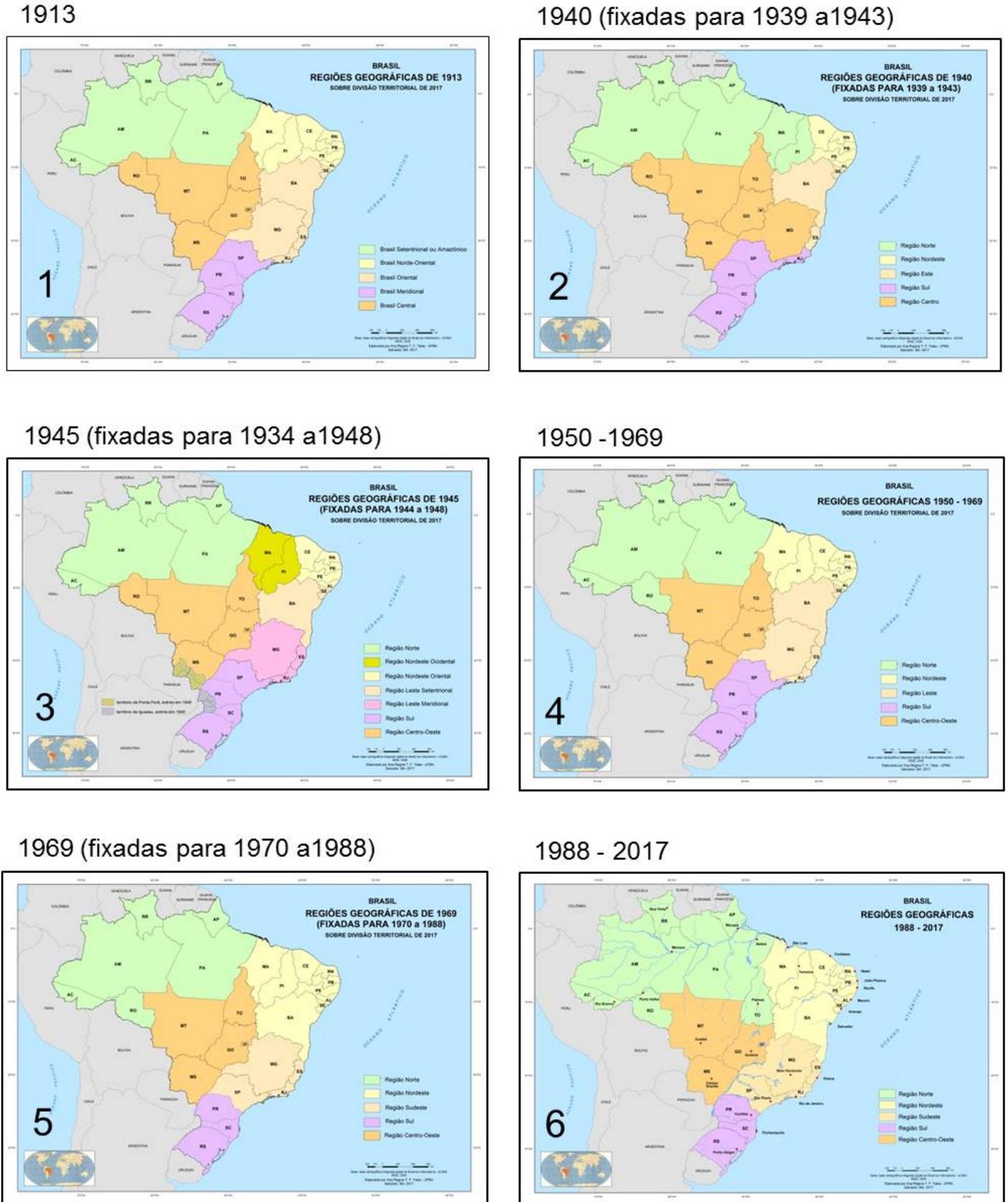
Pela Resolução 143 de 06/07/45, as Grandes Regiões foram mantidas, contemplando, entretanto, os cinco novos Territórios Federais criados pelo Decreto-lei nº 5812 de 13 de setembro de 1943 já mencionado e com base nas informações contidas em IBGE (1945). A partir dessas informações foi elaborado o Mapa 3 (Figura 44), que apresenta a divisão territorial definida para vigorar de 1944 a 1948, embora dois Territórios (Iguassú e Ponta Porã) tenham sido extintos em 1946.

A divisão apresentada no Mapa 4 da Figura 44 já contempla a extinção e recoloca o Maranhão e o Piauí na Região Nordeste.

Na Figura 44, o Mapa 5 apresenta a nova divisão de 1969, com destaque para a inclusão da Bahia e Sergipe na Região Nordeste, a criação da Região Sudeste (que incluiu Espírito Santo, Rio de Janeiro, estado da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo, esse último antes na Região Sul) e a extinção da Região Leste.

A divisão regional de 1969 ainda é a oficial, com apenas uma modificação: o Estado de Tocantins, criado em 1988 e desmembrado do Estado de Goiás (Região Centro-Oeste), que foi incluído na Região Norte. A justificativa para tanto foi o fato de esse Estado ter maior articulação econômica com o Estado do Pará e com o sul do Maranhão (Mapa 6 da Figura 44).

Figura 44 – Brasil – Divisões Regionais – 1913 a 2017, sobre divisão regional de 2017



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: IBGE (2017).

Quadro 17 – Brasil – Divisões Regionais (1913 a 2017)

Ano	Divisões Regionais						
1913	Brasil Setentrional ou Amazônico	Brasil Norte-oriental		Brasil Oriental	Brasil Meridional	Brasil Central	
	território do Acre, AM, PA	MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL		SE, BA, MG, ES, RJ, DF	SP, PR, SC, RS	MT, GO	
1938	Norte	Nordeste		Este	Sul	Centro	
(1939-1943)	território do Acre, AM, PA, MA, PI	CE, RN, PB, PE, AL		SE, BA, ES	RJ, DF, SP, PR, SC, RS	MT, GO, MG	
	1943 - criados territórios de Guaporé (desmembrado do Mato Grosso e do Amazonas), Rio Branco (desmembrado do Amazonas) e Amapá (desmembrado do Pará)	1942- criado território de Fernando de Noronha			1943 - criado território de Iguassu (desmembrado do Paraná e de Santa Catarina)	1943 - criado território de Ponta Porã (desmembrado do Mato Grosso)	
1945	Norte	Nordeste		Leste	Sul	Centro-Oeste	
(1944-1948)	territórios do Acre, Guaporé, Rio Branco e Amapá, AM, PA	Ocidental	Oriental	Setentrional	Meridional	SP, PR, SC, RS	MT, GO
		MA, PI	território de Fernando de Noronha, CE, RN, PB, PE, AL	SE, BA	MG, ES, RJ, DF		
1950	Norte	Nordeste		Leste	Sul	Centro-Oeste	
	territórios do Acre, Guaporé, Rio Branco e Amapá, AM, PA	território de Fernando de Noronha, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL		SE, BA, MG, ES, RJ, DF	SP, PR, SC, RS	MT, GO	
	1956 - território Guaporé passou a territ Rondônia				1946 - extinto território de Iguassu	1946 - extinto território de Ponta Porã	
1960	Norte	Nordeste		Leste	Sul	Centro-Oeste	
	territórios do Acre, Rondônia, Rio Branco e Amapá, AM, PA	território de Fernando de Noronha, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL		SE, BA, MG, ES, RJ, Guanabara	SP, PR, SC, RS	MT, GO, DF	
	1962 - território do Acre passou estado (AC) e território Rio Branco passou a territ Roraima			1960 - criado estado da Guanabara		1960 - transferência da sede do DF para Brasília	
1969	Norte	Nordeste		Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
(1970 a 1987)	territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, AC, AM, PA	território de Fernando de Noronha, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA		MG, ES, RJ, Guanabara, SP	PR, SC, RS	MT, GO, DF	
	1981 - território de Rondônia passou estado (RO)			1975 - fusão da Guanabara com Rio de Janeiro		1977 - criado estado Mato Grosso do Sul (desmembrado de Mato Grosso)	
2017	Norte	Nordeste		Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
(1988 a 2017)	RO, RR, AP, AC, AM, PA, TO	MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA		MG, ES, RJ, SP	PR, SC, RS	MT, MS, GO, DF	
	1988 - territórios passaram a estados de Roraima e Amapá, criado estado de Tocantins (desmembrado de Goiás)	1988 - território de Fernando de Noronha passou a distrito de PE					

Fonte: Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Considerando que as premissas usadas para as divisões regionais até então adotadas (baseadas no conceito de região natural e levando em conta especialmente a homogeneidade de elementos da natureza) não eram suficientes para a divisão territorial de que se precisava, especialmente para uso estatístico, foram acrescentados critérios de hierarquia, subdivisões e critérios econômicos do agrupamento de municípios. Com isso, foram criadas, para a divulgação das estatísticas produzidas pelo IBGE e pelas Unidades da Federação, as *Zonas Fisiográficas (ZF)* – em número de 228 (que combinavam aspectos naturais, sociais e

econômicos, além da posição geográfica). As ZF foram substituídas pelas *Microrregiões Homogêneas* quando da tabulação dos dados estatísticos do Censo de 1970.

Essas microrregiões homogêneas constituíam-se nas menores unidades da Divisão Regional do Brasil para fins estatísticos e continham muitos dos elementos básicos para análise das características do espaço brasileiro, revelando a sua fisionomia quando da análise dos dados censitários e sinalizando aquilo que essa fisionomia revelava como fatores importantes para a formulação de conceitos e propostas sobre os processos de intervenção.

Enfatizava-se a importância do conceito de região homogênea, destacando-se a noção fundamental da uniformidade do espaço (baseada nas características socioeconômicas) que os dados estatísticos deveriam refletir. Por essa razão, sempre que alterações substanciais afetadas pelo processo de desenvolvimento econômico corrompessem essa uniformidade, esses espaços deveriam sofrer modificações.

Segundo o IBGE (1968), esse conceito foi determinante da Recomendação nº 17, da *Conferência Nacional de Geografia e Cartografia*, em que ficou estabelecido que as mencionadas alterações só poderiam ser feitas nos anos terminados em milésimo oito, já que os Recenseamentos Gerais eram realizados em anos de milésimo zero, havendo assim a necessidade de se ter disponível, com a devida antecedência, a Divisão Regional a ser adotada no planejamento e na realização dos trabalhos censitários.

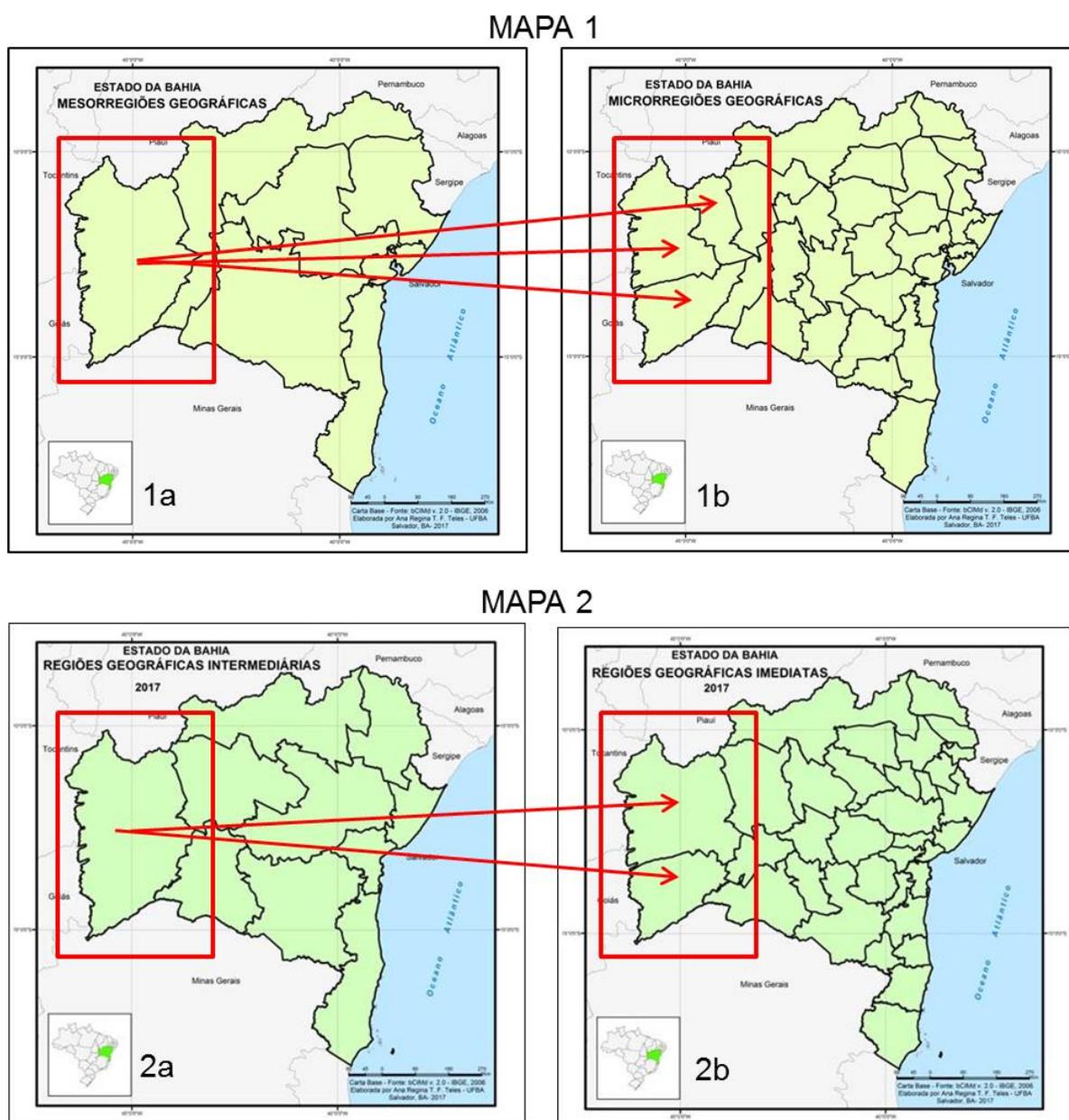
As microrregiões homogêneas, num total de 361, portanto, foram incluídas em 1969, numa nova divisão regional proposta e estabelecida pela Resolução nº 1, de 8 de maio de 1969, da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-cartográficas, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 24 de novembro de 1970, retificado no DOU de 4 de dezembro do mesmo ano através do Decreto nº 67 647.

Adotando os mesmos critérios usados para o estabelecimento das microrregiões, em 1976, o IBGE estabeleceu 87 unidades mesorregionais, formadas pelo agrupamento de microrregiões homogêneas que foram denominadas Mesorregiões Homogêneas, identificando áreas individualizadas em cada uma das Unidades da Federação, definindo-as com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elementos de articulação espacial.

Em 31 de julho de 1989, pela Resolução nº 51 da Presidência do IBGE, foram substituídas pelas *Mesorregiões e Microrregiões Geográficas*, que vigoraram até 2017, quando, após quase três décadas sem atualizações significativas, foram substituídas pelas *Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias*, respectivamente.

Segue adiante a Figura 45, que apresenta a divisão regional do Estado da Bahia na situação anterior (*Mesorregiões e Microrregiões Geográficas*)– Mapas 1a e 1b – e na atual – *Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias* – Mapas 2a e 2b.

Figura 45 – Comparação entre as Divisões Regionais do Estado da Bahia vigentes até 2017 (Mapa 1) e as atuais (Mapa 2)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: IBGE (2017).

De acordo com o IBGE (2017), a atualização das articulações da rede urbana brasileira tem como objetivo “subsidiar o planejamento e gestão de políticas públicas em níveis federal e estadual e disponibilizar recortes para divulgação dos dados estatísticos e geocientíficos do IBGE para os próximos dez anos”, além de resgatar também “o contexto político-institucional das regionalizações feitas pelo IBGE no século XX e a concepção metodológica que baseou cada uma delas”.

Assim como a publicação do texto completo, estão disponibilizados os mapas em PDF e os arquivos *Shape*, para uso em Sistemas de Informação Geográfica (IBGE, 2017c).

Nota-se mais uma sutil alteração presente nessa versão que, por envolver um termo bastante usado, merece esclarecimento: o termo *Sertão*, que era empregado como divisão político-administrativa, passa a ter um caráter mais cultural, podendo ser associado, geograficamente, ao polígono do Semiárido Brasileiro.

Não se pode concluir esta breve análise da divisão territorial do Brasil sem citar alguns casos de áreas em litígio, que têm grandes implicações na leitura e no uso dos documentos antigos, sejam mapas, sejam monográficos. Como será visto na seção referente à análise, também certas localidades sugeridas por Nascentes pertenciam a algumas dessas áreas.

3.6.3 As áreas em litígio

Com o advento da República, os problemas relativos à definição (ou indefinição) dos limites dos estados então criados afloraram especialmente no período de 1889-1930, conhecido como Primeira República. As questões territoriais herdadas do período monárquico (em número de 27) incluíam tanto disputa por um determinado território quanto apenas aviventar a linha divisória⁹².

Embora a Primeira Constituição promulgada em 1891 já contemplasse no seu texto preocupações quanto às pendências de limites herdadas da monarquia, o que pode ser observado no Artigo 34 (que discriminava as competências privativas ao Congresso Nacional), que dizia, no item 10: “resolver definitivamente sobre os limites dos Estados entre si, os do Districto Federal, e os do territorio nacional com as nações limitrophes” (BRASIL, 1891), o Governo Provisório cometeu uma grande falha por ter negligenciado uma intervenção direta e imediata nas áreas de litígio em potencial, já que os novos estados passaram a demandar

⁹² No contexto, “aviventar” significa restaurar as linhas de demarcação entre duas propriedades fronteiriças.

maior autonomia e participação nos negócios, além da ampliação de seus territórios, criando áreas de litígio espalhadas por praticamente todo o país, o que provocou inúmeras revoltas.

Igualmente as Constituições de 1934 e 1937 deram tratamento ao assunto, incumbindo o Serviço Geográfico do Exército (SGE) da demarcação das linhas de divisa. O Conselho Nacional de Geografia reportou-se diretamente à Presidência da República, expondo sua preocupação com a “desordem e confusão que reinava no quadro territorial do Brasil” (BRASIL, 1938) e propondo medidas sobre a divisão territorial do país, que resultou no Decreto-Lei nº 311, o qual sistematizou e definiu as categorias da divisão administrativa em âmbito nacional e que já foi devidamente analisado na subseção 3.6.2.

Em alguns lugares, a insatisfação crescente resultou em conflitos armados e, embora seja de extrema importância o contexto histórico para a perfeita compreensão dos problemas que levaram aos litígios e à nossa configuração atual, serão apresentados de forma bastante sucinta apenas aqueles que abrangem áreas diretamente afeitas tanto aos limites dialetais quanto aos pontos propostos por Nascentes.

3.6.3.1 O litígio entre PR e SC

Em 1853, teve início a disputa de limites entre Santa Catarina e Paraná quando este último, ao se desmembrar da então Província de São Paulo, tentou tomar posse sobre as terras do oeste catarinense.

Em 1854, uma proposta de limites e fronteiras para a província catarinense foi feita mas não totalmente aceita pela Província do Paraná, que questionou as linhas do Norte. O argumento usado era o de que, como os Campos de Palmas teriam sido “descobertos por fazendeiros paulistas”, passariam, então, a pertencer ao Paraná.

Em 1856, os paranaenses fizeram nova proposta, que também não foi aceita, e a situação continuou indefinida, sempre provocando pequenos conflitos. Em 1896, o então governo de Santa Catarina enviou tropas militares para garantir, em São Bento, a reconstrução de pontes destruídas pelo município de Rio Negro e tropas foram deslocadas também pela outra parte, gerando uma disposição para um conflito armado.

Grande do Sul e que cruzava exatamente a área e também ainda outros camponeses que ocupavam as terras adjacentes à estrada de ferro.

Essa situação durou até 1916, sendo conhecida como A Guerra do Contestado (1912-1916), quando os governadores do Paraná e de Santa Catarina puseram fim às disputas territoriais através da assinatura de um acordo, aceitando o Estado do Paraná a retirar-se da área em litígio em favor de Santa Catarina.

Apesar de esse acordo ter sido considerado bem sucedido, movimentos autonomistas mantiveram viva a centelha separatista, provocando, de maio a agosto de 1917, uma insurreição popular pró-Estado das Missões, que também foi sufocada com a assinatura de um novo acordo, que culminou com o Decreto Legislativo nº 3304, de 3 de agosto de 1917.

Somente em 1924 cessou essa disputa entre os dois Estados, tendo sido aprovados os trabalhos de demarcação de limites pelo Decreto nº 16595, de 10 de setembro de 1924, terminando definitivamente o longo litígio.

A área se incorporou ao Território Federal do Iguaçu, em 1943. Extinto o Território, pela Constituição Federal de 1946, voltou Joaçaba a pertencer ao estado de Santa Catarina.

3.6.3.2 O litígio entre MG e ES

Além do litígio com Minas, alguns limites do Espírito Santo foram objetos de discussões com as províncias (e depois estados) vizinhas do Rio de Janeiro e da Bahia. Entretanto, pela duração e pelas proporções tomadas, aquele ocorrido com Minas Gerais é o que merece mais atenção.

Os problemas remontam à época do Auto de Demarcação de 1800 (chancelado apenas em 1816, pela Carta Régia de 18 de dezembro daquele ano), que, ao estabelecer os limites parciais entre Minas Gerais e Espírito Santo, fixou como limites – na região sul do rio Doce – o divisor de águas entre o Guandu e o Manhuaçu e, na zona norte daquele rio, a Serra do Sousa, que se prolonga na direção Norte, sem mencionar a Serra dos Aimorés (outro nome para a Serra do Sousa), acidente geográfico no qual se basearam os cartógrafos ao assinalarem as fronteiras entre os dois estados. Nessa época, as terras ao norte do rio Doce faziam parte da comarca de Porto Seguro e somente em 1823 é que a vila de São Mateus passou à jurisdição do Espírito Santo, e a Serra dos Aimorés, citada na Carta Régia de 1720

como limite entre Minas e Bahia, passou a demarcar os perímetros ao noroeste do território do Espírito Santo.

Como pode ser constatado ao longo desta tese, as questões envolvendo a toponímia e os elementos físicos considerados como relevantes para “merecerem” ser representados nos mapas, passavam pelo crivo ou dos “contratantes” dos mapas ou dos “contratados” para o fazerem. Por esse motivo, a Serra dos Aimorés, tal qual hoje descrita nos livros de Geografia, não estava regularmente presente nos mapas elaborados até o início do século XIX nem os dois governos sabiam ao certo se ela era contínua ou não.

Reproduz-se aqui uma parte do que reza o Auto de Demarcação de 1800:

[...] havendo-se de demarcar os Limites das duas Capitánias, confinantes, fossem estes pelo espigão que corre de norte á sul, entre os Rios Guandu, e Main-assú, e não pela corrente do Rio, por ser esta de sua natureza tortuosa, e incomoda para a boa guarda, e que do dicto Espigão agoas vertentes para o Guandu, seja o Districto da Capitania, ou Nova Provincia do Espirito Sancto, e que pela parte do Norte do Rio Doces servisse de demarcação a Serra de Souza, que tem a sua testa elevada de frente deste Quartel, e Porto de Soiza e d'elle vai acompanhando o Rio Doce até confrontar com o Espigão assima referido, ou serrote que separa as vertentes dos dous Rios [...] (BRASIL, 1800).

Esse auto de demarcação foi motivado pela abertura do Rio Doce à navegação, o que determinava a instalação de um posto fiscal para evitar a comercialização clandestina de ouro e diamante de Minas.

Embora esse documento talvez seja o ponto inicial da discórdia, o problema de fato só se consolidou, enraizou e intensificou quando, com a República, um século depois, em 18 de outubro de 1904, os dois estados adotaram como linha divisória, ao norte do Rio Doce, a Serra dos Aimorés ou do Souza, especialmente por conta do tempo passado e da confusão de denominações: enquanto os mineiros diziam que a Serra dos Aimorés estava situada em Água Branca, no Espírito Santo, os capixabas rebatiam, afirmando que era em Conselheiro Pena, em Minas Gerais, ficando, nesse meio, a região contestada por ambos. Em 1911, a montanha, com sua dupla denominação, foi mantida na documentação, levando em conta, ainda, os marcos de 1800.

Na realidade, o motivo era a disputa por uma área rica em plantações de café, o Contestado, localizada na divisa dos dois estados. A briga pelos limites teve seu ponto central

em Mantena, na Região do Vale do Rio Doce, a 450 quilômetros da capital mineira, e em Barra de São Francisco, no Noroeste do Espírito Santo.

A questão não foi resolvida e acabou por ser objeto de manifestação do STF, que, em 1914, proferiu decisão confirmando a Serra dos Aimorés como divisor oficial. Para os representantes de ambos os estados, a sua divisa natural seria pela linha de suas cumeadas, cuja primeira expressão orográfica tomara o nome de Pedra do Souza, denominação que também serviu para alcunhar o quartel militar citado no auto demarcatório.

Como se não bastasse, aos olhos capixabas, a decisão arbitral havia ido além do que fora proposto ao Tribunal, pois que a região contestada era ao sul do Rio Doce e não ao norte. Para eles, o Convênio de 1911 não havia discutido, em momento algum, divisas ao norte daquele rio.

Independentemente do ponto de vista jurídico, o maior problema estava na indefinição do que seria o divisor de águas entre os rios Guandú e Manhuaçú ou, em outras palavras, qual seria o conjunto de montanhas que separaria as duas bacias hidrográficas, tornando-se relevante discutir onde estaria a serra do Souza, também conhecida como serra dos Aimorés.

Após a decretação do Estado Novo, foi promulgada uma nova Constituição Federal, a de 1937. Um dispositivo que dela constava parecia sinalizar no sentido da solução final daquele e de outros conflitos: o artigo 184, que passava a vedar aos Estados federados quaisquer reivindicações territoriais:

Art. 184 – Os Estados continuarão na posse dos territórios em que atualmente exercem jurisdição, vedadas entre eles quaisquer reivindicações territoriais.

§ 1º - Ficam extintas, ainda que em andamento ou pendentes de sentença no Supremo Tribunal Federal ou em juízo arbitral, as questões de limites entre os Estados.

§ 2º O Serviço Geográfico do Exército procederá às diligências de reconhecimento e descrição de limites até aqui sujeitos a dúvidas ou litígios, e fará as necessárias demarcações (BRASIL, 1937).

Com isso, antes mesmo que a Suprema Corte se manifestasse sobre o tema, a Constituição proibiu, assim, as reivindicações territoriais por parte dos Estados membros, tornando extintas todas as questões relativas ao tema, inclusive aquelas que ainda estavam

sob análise judicial, delegando ao SGE a incumbência de reconhecer e descrever os limites territoriais das unidades federadas.

Assim, houve mais uma tentativa de nomear uma comissão para solucionar o impasse, posta em prática em julho de 1938, tendo os representantes de ambos os lados se embrenhado pelo interior durante meses, analisando e atualizando mapas da região. Enfim, em 18 de setembro de 1940, o governo federal finalmente nomeou a Comissão do SGE formada por geógrafos e engenheiros militares para fazer cumprir o disposto na Constituição, que acabou por apresentar um mapa e um laudo no qual constou a mesma divisa das cartas anteriores e as seguintes conclusões:

1ª - A linha divisória entre os dois Estados, ao norte do rio Doce, segue pela serra do Sousa e depois pela dos Aimorés, de que a primeira é um contraforte;

2ª - A serra dos Aimorés é o divisor de águas entre as bacias do rio Doce e São Mateus;

3ª - O Estado de Minas Gerais exerceu, até 10 de novembro de 1937, jurisdição sobre determinadas partes da bacia do rio São Mateus, sobre a bacia do rio Mucuri, na região limdeira com alguns formadores do braço norte do rio Itaúnas, cabendo-lhe, de acordo com o artigo 184 da constituição federal, em vigor, o direito a posse dos respectivos territórios (BRASIL, 1937).

Nenhum dos estados ficou satisfeito com o resultado do laudo apresentado e este jamais foi enviado pelo então Presidente Getúlio Vargas à publicação, não tendo, portanto, efeito jurídico.

O auge do conflito aconteceu entre 1942 e 1948, quando aconteceram novos choques entre as polícias mineira e capixaba, e, em 1948, o Governo capixaba ordenou a ocupação do território em litígio.

Quando, em 1949, chegaram à região novos contingentes dos dois estados, a tensão só fez piorar e, em 1956, o governo mineiro mostrou-se então disposto à conciliação.

Somente em 1958 os dois governos retiraram as tropas da região e iniciaram as negociações com base em laudos periciais e estudos feitos pelos dois estados, que culminaram com a assinatura de um acordo de paz, em 15 de setembro de 1963, mais de meio século depois.

Entretanto esse conflito histórico, após tantos acordos tentados, apresenta hoje um novo impasse: o Parque Nacional do Caparaó, que tem parte da sua área situada sobre um

trecho da área já conflitante desde quando criado (em 1961). Tanto os municípios de Dores do Rio Preto (ES) quanto Espera Feliz (MG) reconhecem a área como dos seus respectivos domínios. Além disso, existe o problema da portaria do parque de Pedra Menina, que é conhecida como a portaria capixaba do Parque. Essa portaria está situada justamente na área de litígio entre os dois Estados.

3.6.3.3 O litígio entre CE e PI

O litígio entre o Ceará e o Piauí está localizado na região da serra da Ibiapaba, no limite oeste do Ceará e leste do Piauí.

Em meados do século XVII, a capitania secundária do Ceará foi separada da capitania-geral do Maranhão e Grão-Pará (que incluía a atual área do Piauí) e anexada à capitania-geral de Pernambuco. Desde então, foram inúmeras as tentativas de posse formuladas por ambas as partes.

Pelo fato de o Piauí necessitar de um acesso ao mar para facilitar suas produções, em 22 de outubro de 1880, em cumprimento ao Decreto Imperial nº 3012, o Ceará cedeu ao Piauí a localidade de Amarração (que hoje corresponde aos municípios de Luís Correia, Paranaíba, Ilha Grande e Cajueiro da Praia) e em troca recebeu Príncipe Imperial (hoje Crateús e Independência): os cearenses cederam aos piauienses um pedaço do litoral em troca de uma área no sertão. Mesmo a partir desse decreto a definição exata dos limites não foi estabelecida pelo fato de não haver marcos de limite confiáveis implantados.

Assim como aconteceu nos casos de litígio relatados anteriormente, também esses dois estados intensificaram negociações para resolver a questão e para valer uma demarcação oficial era necessária a aprovação de uma lei federal que resultasse de um acordo avalizado pelo STF.

A conversa foi retomada e, entre 2003 em 2008, numa tentativa amigável de firmar um acordo que acabasse com o problema, o governo piauiense elaborou uma proposta e enviou aos governantes cearenses, proposta essa que dividia a área de litígio em duas, ficando a do norte para os cearenses e a do sul para os piauienses.

Também como ocorrido com o litígio anterior, a morosidade no desenrolar das ações necessárias esteve presente: devido à demora do governo cearense em analisar a proposta, o

governo do Piauí ingressou em 2010 com ação civil no Ministério Público Federal (MPF) e a Advocacia-Geral da União (AGU) passou a mediar o caso.

Embora o IBGE tivesse estabelecido prazo até agosto de 2009 para que o problema fosse resolvido, já visando o próximo Censo, o mesmo não se cumpriu. Em mapas publicados após o Censo de 2010, o IBGE decidiu não representar a área em litígio, ignorando a disputa política e definindo a linha de limite entre os dois estados na linha de cumeada da Serra da Ibiapaba.

Por fim, na prática, a disputa continua, uma vez que o Piauí entrou com ação civil pública requerendo a área, embasado em documentos da época do governo Imperial, enquanto o Ceará se defende, fundado no método de delimitação usado pelo IBGE, que levou em conta o relevo.

A região litigiosa engloba, hoje, parte de oito municípios do Piauí (Buriti dos Montes, Cocal, Cocal dos Alves, Luís Correia, Pedro II, São João da Fronteira, São Miguel do Tapuio e Domingos Mourão) e de 13 do Ceará (Carnaubal, Crateús, Croatá, Granja, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipaporanga, Ipueiras, Poranga, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará).

3.6.3.4 Os litígios atuais

Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988), as leis que definem os limites dos municípios são de responsabilidade dos respectivos Estados, cabendo assim a cada um redigir a lei discriminando os limites da melhor maneira que lhe convier. Alguns a fazem de maneira descritiva, a partir da geomorfologia do local, outros também de forma descritiva, mas com o auxílio da tecnologia do posicionamento por satélites (GPS).

A maioria das leis de definição de limites se baseia apenas na geomorfologia local, de forma descritiva, gerando em muitos casos uma interpretação dúbia. Nesse contexto, abre-se a possibilidade de interpretações diferentes entre os envolvidos, muitas vezes a partir de textos praticamente iguais.

Além do conflito entre o Piauí e o Ceará (ainda não resolvido), estudos revelam que ainda hoje existem muitas outras áreas de conflito, envolvendo, especialmente, questões

sociais e ambientais e demarcação de áreas indígenas e quilombolas, notadamente no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul.

Um que foi resolvido recentemente foi entre o Acre e o Amazonas. Na década de 40, o IBGE constatou que parte de alguns municípios pertencentes ao Acre (Tarauacá, Feijó e Sena Madureira) estava na verdade em território amazonense, adotando provisoriamente uma linha demarcatória que só foi aceita oficialmente pelo STF em 1999. Em 2003, o Amazonas exigiu a revisão da divisa, prolongando o litígio até 2008, quando o STF decidiu por unanimidade em favor do Acre: Envira, Guajará, Boca do Acre, Pauni, Eirunepé e Ipixuna.

Outro que ainda permanece sem solução, já que o STF até hoje não julgou uma ação impetrada pelo Mato Grosso desde 2004, é o que abrange um trecho da divisa entre esse estado e o Pará e que, mais uma vez, envolve confusões toponímicas. Em 1900, foi definida por uma linha traçada do norte do rio Araguaia até o Salto das Sete Quedas, no rio Teles Pires. Em 1922, o Clube de Engenharia do Rio produziu novos laudos que, segundo o Mato Grosso, confundiram o Salto das Sete Quedas com a Cachoeira das Sete Quedas. O Pará argumentou que houve uma mudança nos nomes e que o Instituto se referia ao mesmo local, devendo o traçado ser mantido como estava.

3.7 OS NOMES GEOGRÁFICOS E A TOPONÍMIA

Como bastante enfatizado na subseção 3.5.2, as questões que envolvem os nomes geográficos e a toponímia são de extrema relevância para que se tenha uma interpretação adequada e condizente com os textos apresentados.

Antes de aprofundar essa questão, convém definir os dois conceitos que nortearão a abordagem e que aparecerão sempre associados nas considerações que se seguirão. O primeiro diz respeito ao *nome geográfico* e o segundo, à *toponímia*.

De acordo com o IBGE (2016),

Nome Geográfico é entendido como o topônimo padronizado, incluindo, na maioria das ocorrências, um nome específico e uma designação genérica, acrescido de atributos que o caracterizam como um conjunto etnográfico, etimológico, histórico, referenciado geograficamente e inserido num contexto temporal (IBGE, 2016c).

Numa definição mais simples, para Menezes e Santos (2008),

Nomes geográficos são aqueles que nomeiam ou identificam um determinado espaço geográfico. Um lugar que possua um nome que o identifique, certamente garante tanto a sua existência, como também o conhecimento de sua posição e localização no espaço (MENEZES; SANTOS, 2008, p.76).

Para a Toponímia, parte-se do conceito de Onomástica que, conforme Dick (2008, p. 215), “é o estudo linguístico dos nomes próprios e possui forte vinculação com História e Geografia”, realizando-se através de dois ramos básicos: a Toponímia e a Antroponímia.

Sousa Fernández (2010) estende esse vínculo a outras ciências, ao afirmar que

Os estudos de toponímia aproveitáronse sempre das contribucións achegadas de outras disciplinas para explicar a orixe, historia e distribución dos nomes de lugar. Coa colaboración da xeografía, a historia, a antropoloxía, a botánica, a economía e a lingüística, entre outras disciplinas, os estudos de toponímia arrequéntanse e desenvólvense de xeito máis completo (SOUSA FERNÁNDEZ, 2010, p. 7)⁹³.

A Toponímia está ligada ao estudo dos nomes dos lugares – *topônimos* (origem, evolução) –, enquanto a Antroponímia é o estudo dos nomes próprios das pessoas (prenomes, sobrenomes e apelidos) – *antroponimos*.

Percebe-se assim que a pesquisa toponímica é essencialmente linguística, favorecendo-se das teorias e princípios usados para descrição e análise linguísticas, especialmente dos princípios da semântica e da morfologia lexical.

De qualquer sorte, independentemente da definição que se dá, tudo tem início como o ato de atribuir um nome (seja a pessoas, seja a lugares), com o objetivo básico de identificá-lo e, como consequência, distingui-lo de outros, valorizando o aspecto da sua unicidade e individualidade.

Nesse ato, essencialmente humano, estão embutidas no responsável pela nomeação as várias percepções que o mesmo tem do mundo, dos seus valores e das suas tradições. Esses elementos podem ter conotações mágico-religiosas (como em muitas nações ditas *primitivas*) e também políticas.

⁹³ “Os estudos de toponímia aproveitaram-se sempre das contribuições recebidas de outras disciplinas para explicar a origem, história e distribuição dos nomes de lugares. Com a colaboração da geografia, a história, a antropologia, a botânica, a economia e a linguística, entre outras disciplinas, os estudos de toponímia se desenvolvem de jeito mais completo” (tradução nossa).

Muitas vezes os nomes escolhidos refletem momentos históricos (aspectos sociais, políticos, culturais – raças, povos, grupos linguísticos na ocupação dos territórios) ou apenas procuram traduzir, de forma discricionária, as características físicas e naturais do elemento nominado.

Com isso, um estudo toponímico pode evidenciar, além de estratos etnolinguísticos, fatos da História e da Geografia da região estudada.

Resgatando Dick (2008), do ponto de vista linguístico,

Acidente e nome de lugar, indivíduo e nome pessoal, configuram sempre uma unidade inseparável, tornando-se difícil, por vezes, recuperar as distâncias entre a expressão e o objeto representado. Ou seja, nem sempre o nome reproduz no terreno (ou no indivíduo) o semanticismo da forma ou a idéia conceitual que condiciona o seu emprego, tornando, por vezes, excessivamente opaco ou aparentemente inexplicável, o batismo ocorrido. Quando isso ocorre, e o fato não é tão raro assim, cresce a necessidade de se reconstruir todo o processo gerativo da denominação até se formalizar no enunciado final, seja um sintagma toponímico ou um conjunto antroponímico (DICK, 2008, p. 217).

As taxionomias toponímicas podem ser classificadas, segundo o conteúdo léxico-semântico, em natureza física e natureza antropocultural: a primeira, relacionada a fenômenos físicos ou naturais enquanto que a segunda pode apresentar nomes geográficos com tendências de domínio, poder e culturais.

Em artigo intitulado “Geonímia do Brasil: pesquisa, reflexões e aspectos relevantes”, Menezes e Santos (2006) chamam a atenção para o fato de que nomes singularizam lugares, mas não os engessam *ad aeternum*. Segundo eles, “existe uma evidente e clara dinâmica, principalmente com relação à nomeação dos lugares, que se apresenta de forma preferencial, ao sabor das injunções políticas e econômicas, fazendo-os evoluir, transformarem-se ou corromperem-se” (MENEZES; SANTOS, 2006, p. 194).

Essa questão acerca da dinâmica e do não engessamento, à qual normalmente refere-se como “alteração de topônimo” ou “alteração toponímica”, se aplica em toda parte, independentemente do país, da cultura e dos povos. Em texto de grande clareza, Martin (2010, p. 43) afirma que “A toponímia se aplica e define ao território, e o território sofre modificações, mudanças de valores e usos que também aportam suas regras de ocupação e geram, ou se aplicam, novos nomes.” A isso ele chama de “retoponimização” e esse processo se superpõe sobre a base toponímica herdada. Para ele, com novos desmembramentos e

parcelamentos, a prática administrativa gera “neotoponímia”, novos nomes para delimitações e zoneamentos territoriais.

Esse sentimento também está presente na visão do cidadão, comum que, sem formação científica do assunto, percebe claramente o quão importante é a preservação dos nomes para a construção de uma história e o quão volátil é, na medida em que as alterações se sucedem sem que haja, via de regra, uma justificativa consistente para se fazê-lo.

Um bom exemplo é apresentado a seguir, extraído de artigo publicado em um “blog” sobre notícias oficiais sobre a cidade de Montes Claros – MG (MONTES CLAROS..., [200-]), no qual o autor, Luiz de Paula Ferreira, cidadão mineiro de Pirapora (MG), expõe sua (quase) indignação e cita, inclusive, uma localidade referida por Nascentes (Arrependidos, grifada pelo próprio autor) e não mais encontrada em qualquer mapa da atualidade:

Costumo dedicar-me, quando disponho de tempo, à contemplação dos topônimos de nossa terra, muitos deles revelando a origem do lugar, as condições ambientais, ou perpetuando os nomes dos seus fundadores. Lamentavelmente há entre alguns administradores o gosto pela substituição desses nomes, nem sempre ao gosto da população. A Estrada de Ferro, conduzindo o progresso, foi também responsável por antipáticas alterações, deixando por onde passou uma chusma de nomes de engenheiros que ninguém viu e de políticos de duvidoso merecimento. [...] Tenho diante de mim um mapa do Estado de Minas Gerais, que inclui parte do Estado de Goiás, no qual ainda se encontram nomes antigos tais como Roncador, **Arrependidos**, Novilha Brava[...] (MONTES CLAROS... [200-]).

Outras iniciativas mostram a preocupação em **preservar** a história que os topônimos guardam, como por exemplo o *Proyecto Toponímia de Galicia*. Em artigo intitulado “Thesaurus toponímico y su integración cartográfica”, García Pazos (2001) enfatiza a necessidade de conservar e proteger um patrimônio linguístico e cultural que corre o risco de perder-se no esquecimento, afirmando que:

[...] no es exagerado decir que con cada persona mayor que muere o abandona el campo desaparecen también muchos topónimos, muchos de ellos de alto interés científico y todos de enorme valor como patrimonio cultural [...] de Galicia⁹⁴ (GARCÍA PAZOS, 2001, p. 67).

Voltando à Geonímia, por se tratar de um novo termo, cabe aqui, como feito para os conceitos anteriores, situar essa nova concepção nos contextos linguístico e geográfico.

⁹⁴ “Não é exagerado dizer que com cada pessoa que morre ou abandona o campo desaparecem também muitos topônimos, muitos deles de alto interesse científico e todos de enorme valor como patrimônio cultural” (tradução nossa).

Do ponto de vista linguístico, significa exatamente a mesma coisa que toponímia. Do ponto de vista geográfico, trata-se de um neologismo criado por Houaiss⁹⁵, segundo Menezes e Santos (2008, p. 78):

O termo Geonímia foi definido por Houaiss (1999) quando do lançamento do ATLAS MIRADOR. Praticamente todos os Atlas, em seus glossários geográficos, apresentam a relação dos nomes geográficos através de um código, definido por letras e números, que identificam páginas e quadrângulo das coordenadas geográficas que identificam a posição do nome, como pode ser visualizado[...] Houaiss (1999) verificou que o código poderia ser substituído pelas coordenadas geográficas, identificando diretamente o quadrângulo de inclusão do topônimo. Nesse contexto, apenas estende-se o conceito de topônimos e topomínia, entendendo-se a geonímia como os nomes próprios de lugares e acidentes geográficos (MENEZES; SANTOS, 2008, p. 78).

Segundo dicionarizado em Houaiss (2001), é a parte da onomástica dedicada ao estudo e à etimologia dos nomes geográficos no planeta Terra.

Como se pode perceber, há apenas uma ampliação do conceito, ao possibilitar a associação de coordenadas geográficas aos nomes geográficos. Assim, o termo Geonímia passa a retratar a ciência do estudo dos nomes geográficos e, dessa forma, o termo *geônimo* passa a conceituar um nome geográfico do qual, através das suas coordenadas, passa a ser georreferenciado, o que possibilita a sua identificação inequívoca sobre a superfície da terra e seu armazenamento em um banco de dados geoespaciais.

Através do estudo de documentos cartográficos antigos, fica estabelecida a ligação natural da Geonímia com a Cartografia. De acordo com Araújo (2000),

O batismo do território, registrado na Cartografia, além do papel simbólico de apropriação do espaço por quem lhe dava novo nome, legitimado pela colonização cristã, representava posse e domínio sobre o que se nomeava. Batizar o espaço desbravado significava impor sua cultura/língua ao gentio ou, em outros casos, a diferentes povos colonizadores. A Cartografia assumia esse papel de revelar o espaço desbravado, mas também identificar rios, serras, vales, baías, iguapes, vilas, aldeias, povoados diversos com toponímias portuguesas que representasse e guardassem símbolos do poder de quem colonizava (ARAÚJO, 2000, p. 468).

Sousa Fernández (2010) reforça essa ligação:

[...] a cartografía, como representación gráfica do territorio, aparece como disciplina estreitamente vinculada cos estudos toponímicos. Os mapas funcionan como soportes, en ocasións únicos, dos nomes do territorio e a

⁹⁵ Antônio Houaiss (1915-1999) – Filólogo, lexicógrafo, tradutor, crítico literário, professor e diplomata.

toponímia é unha parte fundamental da representación cartográfica. Nas últimas décadas, a aplicación dos sistemas de información xeográfica para a análise de datos toponímicos fixo aínda máis patente a utilidade da combinación de toponímia e cartografía (SOUSA FERNÁNDEZ, 2010, p. 7)⁹⁶.

3.7.1 Os nomes geográficos no Brasil

O registro dos topônimos em campo é feito numa etapa do projeto cartográfico chamada de reambulação, que tem por objetivo obter *in loco* as informações que não são obtidas pelas técnicas de levantamento usadas (aerofotogrametria, imageamento por radar ou satélite etc.)

Em alguns países, como a França, as questões relacionadas à normatização da utilização da geonímia são bastante controladas: depois que é feita a coleta primária dos topônimos no campo (reambulação), o material é avaliado pela Comissão de Nomes Geográficos, que examina cada nome, ortografia e etimologia. Somente após passarem pelo crivo da Comissão, os nomes são liberados para a produção cartográfica.

Também nos Estados Unidos existe uma Comissão de Nomes Geográficos: a *Board on Geographic Names*, fundada em 1890, que tem como missão principal uniformizar a nomenclatura geográfica, orientando através de suas normas não apenas a grafia nos mapas e cartas mas também os textos em que os mesmos aparecem.

O estudo dos nomes geográficos já teve no Brasil momentos em que despertou grande interesse por volta do fim do século XIX e início do século XX (época em que a preocupação em mapear o país estava evidente por conta da República que se avizinhava e se concretizou em 1889). Também no segundo terço do século XX algumas iniciativas tiveram destaque, inclusive com a preocupação em estabelecer uma legislação que disciplinasse ou, pelo menos, norteasse a questão.

No Brasil também foi aprovada, no ano de 1961, durante a Terceira Reunião Brasileira de Consulta sobre Cartografia, uma resolução que criava uma Junta de Nomes Geográficos, mas que não apresentou os resultados esperados.

⁹⁶ “[...] a Cartografia, como representação gráfica do território, aparece como disciplina estreitamente vinculada com os estudos toponímicos. Os mapas funcionam como suportes, às vezes ocasiões únicas, dos nomes do território e a toponímia é uma parte fundamental da representação cartográfica. Nas últimas décadas, com a aplicação dos sistemas de informação geográfica para a análise de dados toponímicos ficou ainda mais patente a utilidade da combinação de toponímia e Cartografia” (tradução nossa).

Resgatando um pouco da história, destacam-se trechos do texto elaborado, coincidentemente, por Antenor Nascentes, com o título de “explicação” na publicação *Índice dos topônimos da carta do Brasil ao milionésimo*, IBGE (1971), da qual foi responsável pela verificação e correções ortográficas. Até 2011 essa era a única publicação oficial existente acerca dos topônimos na Cartografia sistemática. Nesse texto, ele acaba por apresentar um breve resumo da situação do Brasil até aquele momento, o qual segue reproduzido pela importância no contexto desta tese:

A primeira tentativa de introduzir alguma ordem em nossa toponímia partiu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, de 10 de julho a 26 de setembro de 1926, reuniu no Rio de Janeiro, para tratar do assunto, geógrafos, historiadores, professores e outros interessados.

As conclusões da Conferência vieram publicadas no *Diário Oficial* de 26 de outubro do mesmo ano.

Os vocabulários ortográficos publicados em 1932 e em 1943 não trouxeram listas de topônimos nem de antropônimos.

A introdução das *Instruções* para a organização do vocabulário de 1943 prometeu que um vocabulário onomástico seria publicado separadamente, depois de aprovado por decreto especial.

Tal vocabulário nunca foi publicado.

De modo que, a não serem as conclusões da Conferência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nada há sobre o assunto. Cada um ficou escrevendo antropônimos e topônimos como entendesse.

[...]

Agora, com o “Índice de Topônimos” que deve acompanhar a *Carta do Brasil ao Milionésimo*, a questão dos topônimos nacionais fica resolvida. Neste índice que tive a honra de rever, segui escrupulosamente o Acôrdio Ortográfico de 1943.

Uma língua não pode ter duas ortografias, uma para os nomes comuns e outra para os nomes próprios (IBGE, 1991, s.n.p) (grifo nosso).

O grifo acrescentado justifica-se porque a forma de escrever, a grafia, pode alterar substancialmente o significado de um nome. Outro argumento é que, num ambiente computacional, qualquer alteração, por mínima que seja, pode gerar um nome diferente em uma base de dados. Por esse motivo, a padronização é necessária, tanto na grafia dos nomes existentes como também para uma orientação na criação de novos nomes geográficos.

3.7.2 O Centro de Referência em Nomes Geográficos e o Banco de Nomes Geográficos do Brasil

O CRNG foi criado em 2007, com a missão de

restaurar o valor socio-histórico dos nomes geográficos, visando a padronização dos mesmos, a manutenção do Brasil no Grupo de Peritos em Nomes Geográficos da ONU e a disponibilização de um banco de nomes geográficos oficiais para a sociedade brasileira, possibilitando a recuperação das informações geocartográficas desses nomes (IBGE, [201-]).

conforme publicado na sua página oficial hospedada pelo IBGE.

A partir da instituição da INDE, em 2008, a padronização dos Nomes Geográficos tornou-se ainda mais imperativa, uma vez que se acredita que a maioria dos usuários utilizará o nome geográfico para a recuperação de dados e informações oriundas da INDE, como ocorre nas IDE de outros países.

Em 2009, no âmbito da CONCAR, foi instituído o Comitê de Nomes Geográficos (CNGEO), que, além de promover a padronização de nomes geográficos dentro do território nacional, estendia esse objetivo aos nomes estrangeiros que são inseridos em produtos cartográficos nacionais.

Como pôde ser exemplificado na subseção anterior, que tratou das questões das áreas em litígio, as inconsistências nos nomes geográficos constantes nos documentos oficiais podem provocar pareceres equivocados em questões legais.

Para cumprir sua missão, foram estabelecidos alguns objetivos, dentre os quais destacam-se: a garantia de uma política de manutenção e disponibilização de nomes geográficos de forma sistemática e consistente, o suporte ao Comitê de Nomes Geográficos da CONCAR e ao IBGE nas questões relativas ao tratamento linguístico e histórico-cultural dos Nomes Geográficos, e, em especial, o desenvolvimento, atualização e manutenção do Banco de Nomes Geográficos do Brasil (BNGB), repositório de todos os nomes geográficos oficiais.

A concepção do BNGB abrange, resumidamente, três aspectos: os geocartográficos, os histórico-geocartográficos e os linguísticos.

Nos aspectos geocartográficos, estão contempladas a identificação do nome geográfico – código, nome geográfico oficial e variantes, coordenadas geográficas, geometria e classificação do elemento cartográfico.

Os aspectos histórico-geocartográficos incluem o histórico de pertinência territorial, as alterações toponímicas, as variantes históricas do nome geográfico e a própria história do nome geográfico.

Por fim, os aspectos linguísticos abrangem a etimologia, a ortografia, a motivação, a toponímica e a classificação gramatical.

Com isso, o Brasil reforça sua participação no Grupo de Peritos em Nomes Geográficos da ONU, promovendo a publicação de Índices de Nomes Geográficos (*Gazetteers*), além de trabalhos conjuntos com as Divisões da América Latina e da Língua Portuguesa da ONU.

No mesmo endereço eletrônico do CRNG já citado, é apresentada a importância dos Nomes Geográficos nas diversas áreas em que impactam. Para não tornar a leitura exaustiva, optou-se por apenas enumerá-las. São elas: importância cartográfica, importância jurídica, importância político-administrativa, importância geográfica, importância histórica, importância folclórica, importância linguística, importância patrimonial, importância viária e importância social.

Para se entender a estrutura do banco de nomes geográficos, é necessário que se conheça a estrutura, a composição de um topônimo. Por esse motivo, justifica-se uma pequena visão dessa estrutura para que se consigam perceber os dois enfoques que serão apresentados em seguida.

Um topônimo, dentro de um contexto espacial, nomina um lugar, uma feição, seja ela natural ou artificial (lugares, feições naturais, obras feitas pelo homem, áreas administrativas etc.). É composto de duas partes: um termo genérico, relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação, e o outro, chamado de termo específico, é o topônimo propriamente dito, responsável pela sua identificação (na maioria das vezes).

De acordo com Dick (1990), essas duas partes formam um *sintagma toponímico*, que surge sempre que ocorre uma situação de subordinação, a partir da ocorrência de um termo determinante (termo específico) e outro determinado (termo genérico).

Pode-se exemplificar com duas situações. Na primeira, Lagoa da Boa Vista (RS) e Morro Boa Vista (MG). Nesses topônimos, os termos genéricos (que caracterizam as feições e que os distinguem) são *Lagoa* e *Morro*, enquanto que os termos específicos são os mesmos: Boa Vista. Numa segunda situação, Barra de Guaratiba (RJ) e Barra do Paraguaçu (BA),

embora as feições sejam as mesmas (termos genéricos iguais – *Barra*), os termos específicos são distintos – *Guaratiba e Paraguaçu*.

Por esse motivo, cabe esclarecer os significados daqueles termos designados como termos genéricos, especialmente pela grande diversidade de variações regionais na denominação dos mesmos elementos geográficos, especialmente os cursos d'água (córregos, riachos, corixos, arroios, ribeirões etc), assim como elementos do relevo, como morros, montes, picos, morrarias, serras etc.

Para atender a esse propósito, foi produzido e publicado em 2010, pela Coordenação de Cartografia do IBGE, o *Glossário dos Termos Genéricos dos Nomes Geográficos Utilizados no Mapeamento Sistemático do Brasil* (IBGE, 2010b).

Durante a reambulação, o critério utilizado no mapeamento sistemático do Brasil para o registro da coleta feita no campo é antropológico, ou seja, procura-se obedecer à informação prestada pelo morador do local, de acordo com as regras estabelecidas no *Manual de Reambulação*. Por esse motivo, nem sempre o critério técnico-geomorfológico de uma determinada denominação de termo genérico referente a um elemento geográfico é o adotado, prevalecendo a informação prestada pelo entrevistado residente no local da ocorrência, mesmo que seja divergente.

Conforme já citado e comentado anteriormente, a primeira publicação sobre os nomes geográficos foi fruto do Projeto Nomes Geográficos do Brasil, sob o título *Índice dos topônimos da carta do Brasil ao milionésimo*, em 1971 (IBGE, 1971), muito utilizado não apenas por produtores de documentos cartográficos como também por pesquisadores de diversas áreas de estudo.

Durantes as décadas seguintes (1980 e 1990), o IBGE editou em formato eletrônico, apenas para atender aos usuários internos, dois outros produtos equivalentes: *Cadastro de nomes geográficos relativos às escalas 1:1 000 000 e 1: 250 000*.

Em 2011, como produto do BNGB, o IBGE publicou o *Índice de Nomes Geográficos* (IBGE, 2011c), que já contempla as diversas camadas de informações da base digital. A fonte para os nomes do municípios foi a Malha Municipal 2005, as categorias de informações da MTD e as coordenadas extraídas da versão 2.1 da BCIM (Figura 47).

De acordo com informação disponibilizada pelo IBGE, o próximo índice da BCIM em versão atualizada no BNGB apresentará a estrutura de categorias de informações referendadas na Estrutura de Dados Geocartográficos Vetoriais – EDGV.

Figura 47 - Nomes Geográficos da *Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo* – BCIM, por categoria de informação, Unidade da Federação e coordenadas geográficas (recorte)

Nomes geográficos	Categoria de informação	Unidade da Federação	Coordenadas geográficas	
			Latitude	Longitude
Apupariu, Igarapé	HD	PA	00:14:54	-53:45:25
Apur, Lago de	HD	MA	-3:18:53	-45:05:31
Apyterewa, Aldeia Indígena	LC	PA	-5:30:18	-52:39:27
Aquariquara, Reserva Extrativista	LM	RO	-9:45:12	-62:04:03
Aqui Perto (outras localidades)	LC	PA	-1:58:27	-55:40:23
Aquidabã (cidade)	LC	SE	-10:16:51	-37:01:08
Aquidabã (outras localidades)	LC	MS	-22:26:19	-55:43:27
Aquidabã (outras localidades)	LC	PR	-23:35:06	-51:54:22
Aquidabã, Ribeirão	HD	PR	-23:33:21	-51:54:33
Aquidabã, Rio	HD	MS	-20:53:21	-57:26:04

Fonte: IBGE (2011c, p. 33, recorte)⁹⁷.

Em consonância com os princípios básicos para a padronização de nomes geográficos objetos de orientação da ONU, os nomes geográficos listados no Índice foram revisados de acordo com as normas ortográficas da Língua Portuguesa e a tradição do uso coletivo.

Também merece ressalva a grafia para os nomes de localidades, áreas especiais, terras indígenas e outros que possuem lei de criação. Nesses casos, respeitou-se a grafia constante nas legislações pertinentes e, assim como nos documentos cartográficos, o termo genérico foi grafado com letra inicial maiúscula, por ser o sintagma toponímico considerado um nome próprio.

⁹⁷ Categorias de informação: HD (hidrografia), LC (localidades) e LM (limites).

3.7.3 Transformando o topônimo num geônimo: como georreferenciar o nome geográfico

Para georreferenciar os geônimos em bancos de dados, usa-se atribuir as coordenadas de acordo com a estrutura geométrica das feições geográficas que nomeiam, e conforme a escala cartográfica de representação.

Por exemplo, no caso de feições que podem ser representadas por pontos, estas são identificadas por um par de coordenadas que os localizam. No caso de feição areal, também a identificação se faz por um par de coordenadas, só que do centro geométrico do polígono que a representa (centroide).

A dificuldade maior está no georreferenciamento das feições lineares, principalmente os cursos d'água, pela sinuosidade característica dessas entidades. Para esses casos, a Coordenação de Cartografia do IBGE considera que a coordenada principal de feições lineares deve coincidir com o elemento médio da feição e, além disso, obtêm-se coordenadas de outros pontos de interesse da feição, de modo que se tenha pelo menos um par de coordenadas a cada articulação da folha na escala de 1:25 000 por onde se estende a feição e mais um par de coordenadas a cada município que contém, mesmo em parte, a feição.

3.7.4 Outras fontes de informações

Como já afirmado anteriormente, o IBGE disponibiliza no seu Portal de forma simples e gratuita através de *downloads* feitos diretamente pelo usuário (IBGE, 2012) vários arquivos acerca da toponímia e das localidades que são periodicamente atualizados. Alguns exemplos podem ser vistos nas Figuras 48 a 53:

Figura 48 - Legislação municipal acerca dos municípios vigentes (recorte)

UF	NOME_UF	UF_MUNIC	MUNIC	Nome_Município	LEI	DTCRIACAO	DTINSTALA	PROV1	NOME_PROV1
11	Estado de Rondônia	1100015	15	Alta Floresta D'Oeste	104	20/05/1986	31/12/1986	1100080	Costa Marques
11	Estado de Rondônia	1100023	23	Ariquemes	6448	11/10/1977	21/11/1977	1100205	Porto Velho
11	Estado de Rondônia	1100031	31	Cabixi	201	01/06/1988	01/01/1989	1100064	Colorado do Oeste

Fonte: IBGE (2012, recorte do arquivo a_legislacao_municipal_municipios_vigente).

Figura 49 - Legislação municipal acerca dos municípios extintos (recorte)

UF	NOME_UF	UF_MUNIC	MUNIC	NOME	LEI	DTCRIACAO	DTINSTALA	LEI2	DTEXTINCAO
13	Estado do Amazonas	1399901	99901	Boa Vista	49		01/01/1939	5812	13/09/1943
13	Estado do Amazonas	1399902	99902	Moura	0		01/01/1939	5812	13/09/1943
13	Estado do Amazonas	1399903	99903	Porto Velho	757	02/10/1914	01/10/1939	5812	13/09/1943

Fonte: IBGE (2012, recorte do arquivo b_legislacao_municipal_municipios_extintos).

Figura 50 - Legislação acerca da alteração toponímica municipal (recorte)

UF	UF_MUNIC	MUNIC	Nome Anterior	Nome Atual	Norma Legal	Data Norma
11	1100338	338	Vila Nova do Mamoré	Nova Mamoré	531	17/12/1993
11	1100502	502	Cacaieiros	Novo Horizonte do Oeste	549	11/01/1994
11	1101104	1104	Jamari	Itapuã do Oeste	747	24/10/1997

Fonte: IBGE (2012, recorte do arquivo c_legislacao_alteração toponímica municipal).

Figura 51 – Legislação acerca da alteração de categoria de Unidade da Federação (recorte)

UF	CATEGORIA_ANTERIOR	CATEGORIA_ATUAL	ESP	LEI	DTALTTOP
11	Território do Guaporé	Território de Rondônia	3	2731	17/02/1956
11	Território de Rondônia	Estado de Rondônia	17	41	22/12/1981
14	Território de Rio Branco	Território de Roraima	2	4182	13/12/1962
14	Território de Roraima	Estado de Roraima	17		05/10/1988

Fonte: IBGE (2012, recorte do arquivo o_alteracao_categoria_uf).

Figura 52 – Legislação acerca de Unidade de Federação (recorte)

UF	NOME_UF	LEI	ALTTOP	CRIACAO	INSTALACAO	EXTINÇÃO	OBS
54	Território de Ponta Porã	5812		13/09/1943	13/09/1943	18/09/1946	Território extinto pela Constituição Federal de 1946
17	Estado de Tocantins			05/10/1988	01/01/1989		Constituição Federal de 1988
34	Estado da Guanabara	3273		14/04/1960	21/04/1960	15/03/1975	Estado extinto pela fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara
53	Distrito Federal				21/04/1960		

Fonte: IBGE (2012, recorte arquivo, p_legislacao_de_uf).

Figura 53 – Municípios, genealogia e alteração de nome e grafia, com indicação dos respectivos códigos - Brasil – (1872/2010, recorte)

Código e ano censitário	Município, genealogia e alteração de nome e grafia
1301001	Carauari
	desmembrado de Teffé
1911	Xibauá
1920	Carauari
1933	Carauari
1940 a 2010	Carauari
1301100	Careiro
	desmembrado de Manaus
1960 a 2010	Careiro
1301159	Careiro da Várzea
	desmembrado de Careiro
1991 a 2010	Careiro da Várzea

Fonte: IBGE (2011, p. 61) recorte.

4 METODOLOGIA

Nesta seção são detalhados os procedimentos adotados para a construção da pesquisa. Contempla o resgate das questões propostas inicialmente e que foram construídas e desconstruídas a o longo do trabalho, a etapa de planejamento, com a definição das informações das fontes e dos instrumentos de coleta e a sistematização das etapas de execução. Em seguida são apresentadas as técnicas escolhidas e a metodologia utilizada para cada uma delas, através da demonstração, passo a passo, de todas as etapas. São descritos ainda os procedimentos necessários à preparação dos originais cartográficos e à reprodução, abordando as questões relativas à escala, à generalização cartográfica, à simbologia, às informações marginais, à toponímia e ao formato.

4.1 AS PRIMEIRAS DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS

Em toda pesquisa científica é de fundamental importância o estabelecimento da metodologia de trabalho de forma clara, detalhada de maneira que se possa controlar, avaliar e replicar à exaustão qualquer uma das etapas pelas quais o processo de construção do resultado final tenha passado.

Em algumas ciências, já existem metodologias aceitas e consagradas que podem ser reproduzidas em qualquer situação e por diferentes pesquisadores. Entretanto não existe uma metodologia específica e consagrada para o tipo de pesquisa ora em questão, que, pela sua especificidade, necessitou alternar ou, às vezes, sobrepor métodos consolidados das áreas envolvidas. Por este motivo, foram definidos procedimentos que, instituídos de forma coerente e lógica, permitiram atingir os objetivos preestabelecidos.

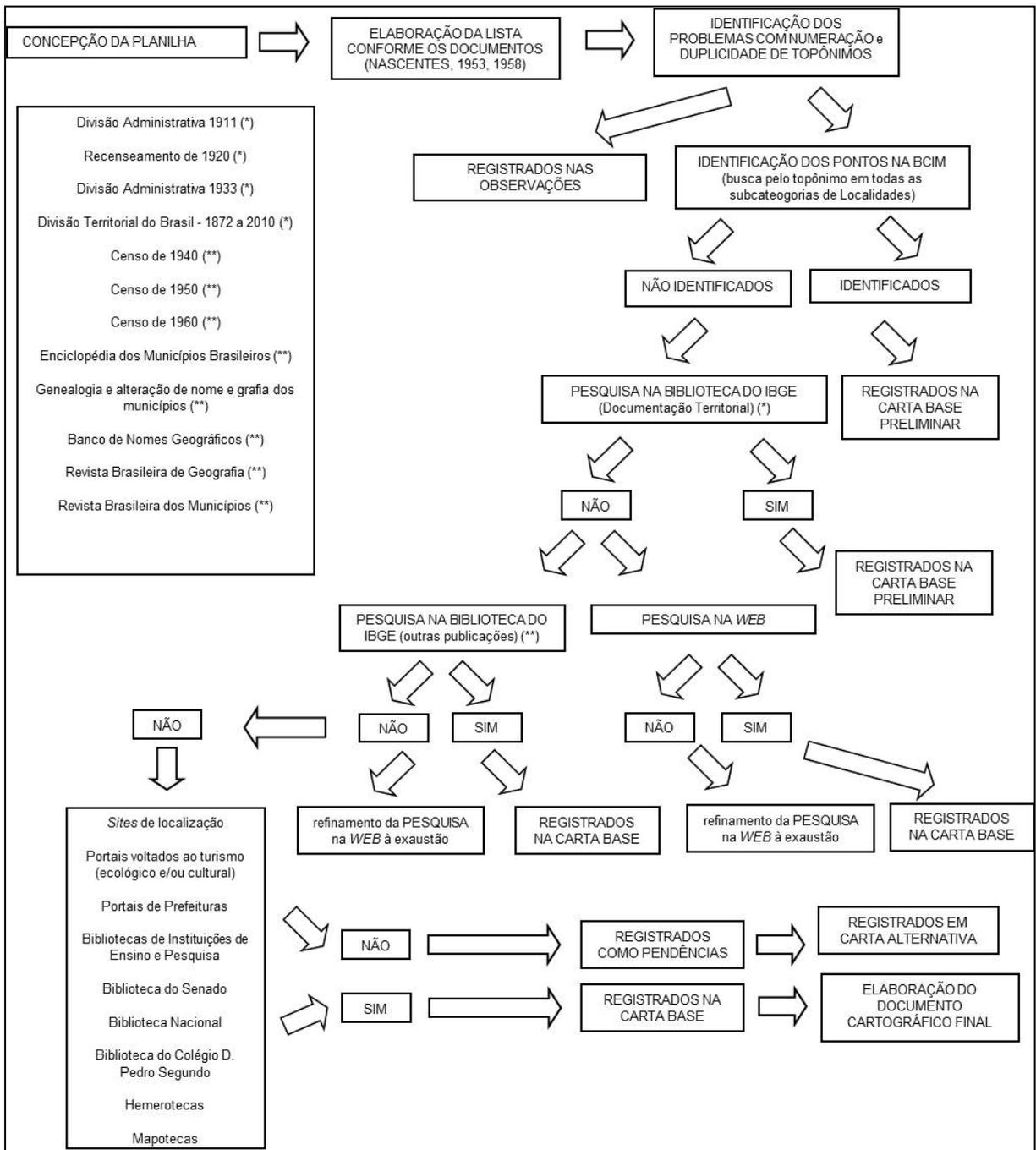
Na busca pelo registro cartográfico, ou seja, a localização precisa – tanto para os pontos quanto para as linhas limites dos falares –, o princípio norteador da pesquisa foi, inicialmente, garantir a correta identificação de cada um dos elementos citados para, posteriormente, registrar a sua localização.

Do ponto de vista da análise geográfica, os dois documentos estudados diferem num único aspecto: enquanto o texto de sugestão da rede de pontos para a elaboração do atlas linguístico do Brasil (NASCENTES, 1958) refere-se apenas a localidades e suas respectivas subordinações político-administrativas, o texto acerca da divisão dialetal (NASCENTES, 1953)

inclui localidades sem qualquer referência às subordinações e faz referências a acidentes físicos – rios, serras –, divisão político-administrativa, zoneamentos extraoficiais e fronteiras.

Apesar de alguns dos procedimentos adotados se mostrarem adequados a ambos os casos, o detalhamento da metodologia contemplará as especificidades para as duas situações pesquisadas: a das localidades e a dos demais elementos. A Figura 54 traz um resumo esquemático das diversas etapas da metodologia que serão comentadas na presente seção.

Figura 54 – Esquema resumido de parte da metodologia



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Em cada um dos casos, a primeira etapa consistiu em identificar as localidades e os acidentes geográficos citados, associando-os às informações integrantes da base cartográfica oficial mais atualizada, já que, nessas condições, garante-se que toda localidade ou acidente físico possa ser identificado em qualquer época e tenha a si associadas informações de cunho geográfico, histórico e socioeconômico atualizadas ou passíveis de comparação e associação a dados de épocas anteriores. A forma de garantir esse controle é usar como provedor dessas informações o IBGE, já que, assim, todas e quaisquer alterações ocorridas – tanto nas questões relativas à formação territorial quanto nas questões referentes às normas cartográficas – são integralmente controláveis.

Na seção 3.5.1 foi apresentada a evolução da cartografia oficial no Brasil, que engloba as leis, as normas e as técnicas que devem ser adotadas para a elaboração de qualquer documento cartográfico para o qual se pretenda reconhecimento da sua validade, da sua integridade e do seu uso em estudos e pesquisas feitos seguindo os mesmos rigores estabelecidos.

4.1.1 A Escolha da Base Cartográfica e do programa de geração da cartografia

Como resultado de toda a fundamentação teórica apresentada, foi escolhida a base Cartográfica Contínua do Brasil, ao Milionésimo (BCIM), do IBGE, que é o

Conjunto de dados geoespaciais de referência que fornece a geometria, a geonímia e a categorização/classificação de dados necessários à execução de estudos centrados no território [...] através de uma base cartográfica uniforme, contínua e padronizada (IBGE, 2016, p. 2).

Essa base é constituída por um conjunto de arquivos em meio digital que apresenta as várias categorias de informações geográficas (também chamadas feições) estratificadas em níveis de informação distintos, denominados *layers*. Por ser uma fonte moderna, está apresentado em formato compatível para utilização em SIG, o que significa que todas as feições cartográficas registradas (mapa) constam de tabelas (bancos de dados) a elas associadas. Além disso, e o que é mais importante, toda feição é identificada por suas coordenadas geográficas (latitude e longitude), o que garante o caráter individual de identificação de cada uma delas, descartando-se, desse modo, qualquer problema de ambiguidade, o que é fundamental em todos os trabalhos de pesquisa.

A origem da pesquisa se deu, ainda, na primeira versão (IBGE, 2003) e foi acompanhando todas as demais versões produzidas: versão 2 (IBGE, 2006), versão 3 (IBGE, 2010), versão 4 (IBGE, 2014) e versão 5 (IBGE, 2016). Como as versões 4 e 5 só foram disponibilizadas no início dos respectivos anos seguintes, 2015 e 2017, optou-se por manter todo o material produzido na versão 3, especialmente pelo fato de as tabelas apresentarem as coordenadas geográficas dos pontos, diretamente, usando das novas versões apenas os elementos que, alterados, tinham implicação direta no produto final desta tese (alteração da malha municipal, alteração de topônimos, posicionamento de novos elementos naturais e, especialmente, a mudança do referencial para as coordenadas).

Outra decisão importante foi com relação à manutenção do sistema de referência SAD69 durante a pesquisa inicial, fazendo-se a migração para o novo sistema (SIRGAS 2000) somente ao final, já que o período de transição para o uso do novo sistema expirou em 25/02/2015 (PARANÁ, 2015). Essa decisão foi respaldada pela observação feita na Documentação Técnica da versão 3 (já desenvolvida durante o período de transição):

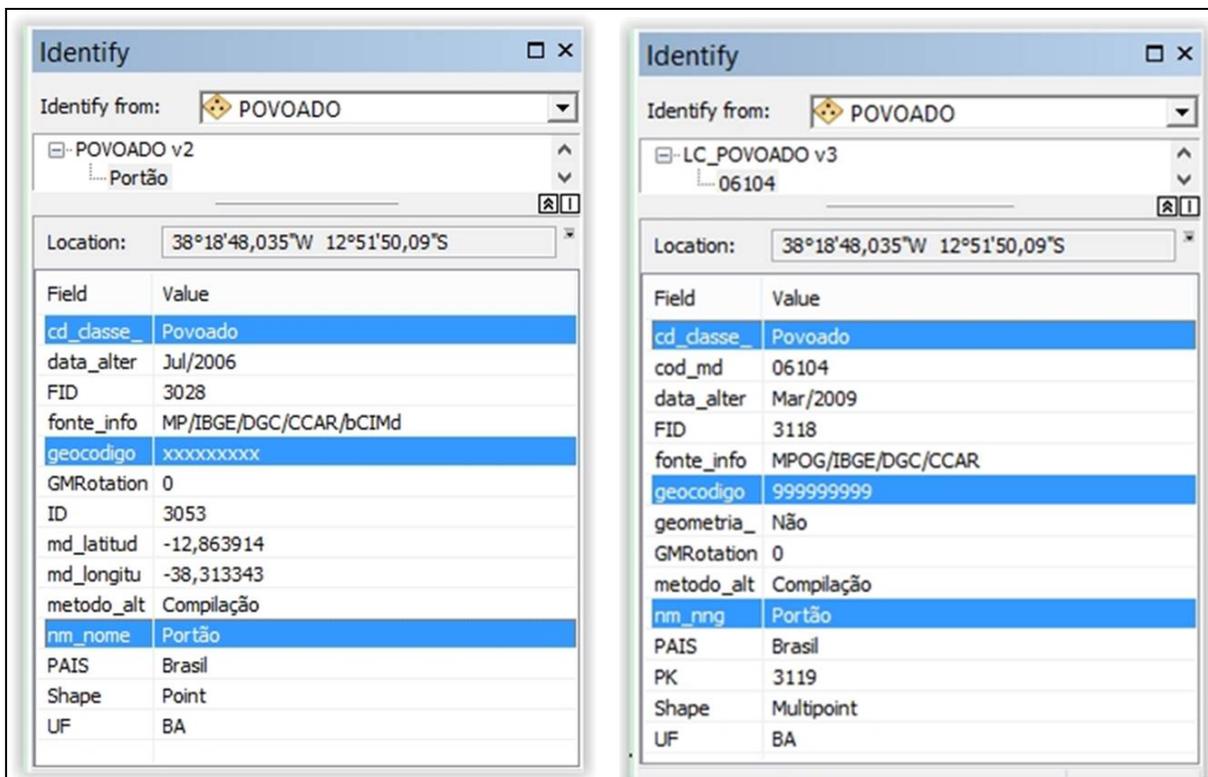
Os dados da BCIM podem ser utilizados em ambos os referenciais geodésicos: SIRGAS 2000 e SAD69. Na migração da BCIM – SAD69 para SIRGAS 2000 – foi verificado um deslocamento entre as coordenadas dos elementos, devido à mudança de referenciais geodésicos, de valor inferior ao erro admissível para a escala ao milionésimo (0,25mm na escala), não acarretando impacto no posicionamento dos dados, originalmente em SAD69 e em SIRGAS 2000, o que otimiza a integração de dados e mantém a comparabilidade com os elementos das versões anteriores que não foram atualizados (IBGE, 2010, p. 2).

Como visto anteriormente, além da MMD, em cada nova versão as cidades e vilas tiveram os seus posicionamentos revisados e foi verificada a consistência de seus geocódigos. Para os povoados e outras localidades que ainda não possuem geocódigos associados, o IBGE optou por definir o valor desse campo igual a '999999999'. Nesta tese, decidiu-se por suprir a lacuna dessa informação apresentando as coordenadas geográficas de todas as localidades. As localidades com geocódigo contarão com ambas as informações.

Na Figura 55 podem-se observar as “fichas de identificação” referentes ao povoado de Portão (BA) nas versões v2 e v3: na versão v2 o campo geocódigo está preenchido com “xxxxxxxx”, enquanto que na v3 o preenchimento já está com “999999999”. Consta ainda a data de alteração da informação na base de dados (julho de 2006 na v2 e março de 2009 na

v3). É importante observar que as coordenadas geográficas são as mesmas, já que o sistema de referência adotado para ambas as versões foi o mesmo.

Figura 55 – Identificação do povoado de Portão (BA) nas versões v2 e v3 da BCIM



Fonte: IBGE (BCIM, 2006, 2010).

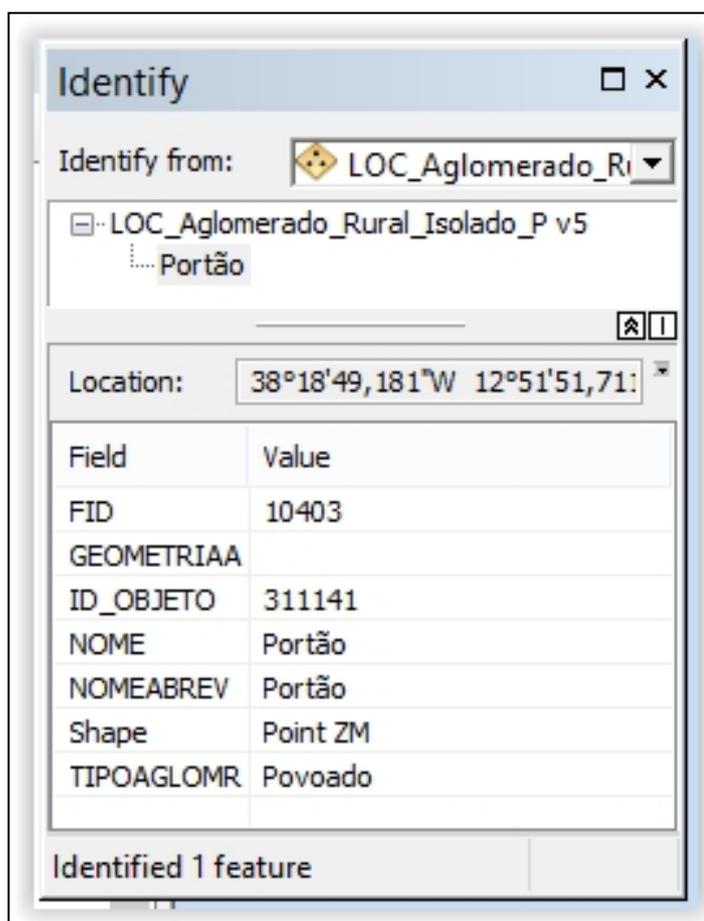
Com base na explicação dada acerca da DPA, na subseção 3.6.1, o Povoado é um tipo de Aglomerado Rural Isolado. As versões 2 e 3 da BCIM apresentavam duas tabelas distintas para as localidades classificadas na categoria Aglomerado Rural, nominadas *Povoado* e *Outras Localidades*, esta última contemplando os aglomerados rurais isolados. Na versão 5, a base de dados já apresenta uma tabela nominada Aglomerado Rural Isolado, na qual existe uma coluna que permite distinguir facilmente dentre os aglomerados, os povoados. Observem-se as Figuras 56 e 57.

Figura 56 – Tabela de Aglomerado Rural Isolado BCIM v5 – recorte para o povoado de Portão (BA)

LOC_Aglomerado_Rural_Isolado_P v5							
FID	Shape	ID OBJETO	NOME	NOMEABREV	GEOMETRIA	TIPOAGLOMR	
7742	Point ZM	287227	Porongo	Porongo	Não	Outros aglomerados rurais isolado	
4409	Point ZM	280267	Porta da Amazônia	Porta da Amazônia	Não	Outros aglomerados rurais isolado	
4675	Point ZM	280813	Portão	Portão	Não	Outros aglomerados rurais isolado	
1040	Point ZM	311141	Portão	Portão		Povoado	
1234	Point ZM	313129	Portão	Portão		Povoado	
5658	Point ZM	282833	Porteira	Porteira	Não	Outros aglomerados rurais isolado	

Fonte: IBGE (BCIM, 2016).

Figura 57 – Identificação do povoado de Portão (BA) na versão v5 da BCIM



Fonte: IBGE (BCIM, 2016).

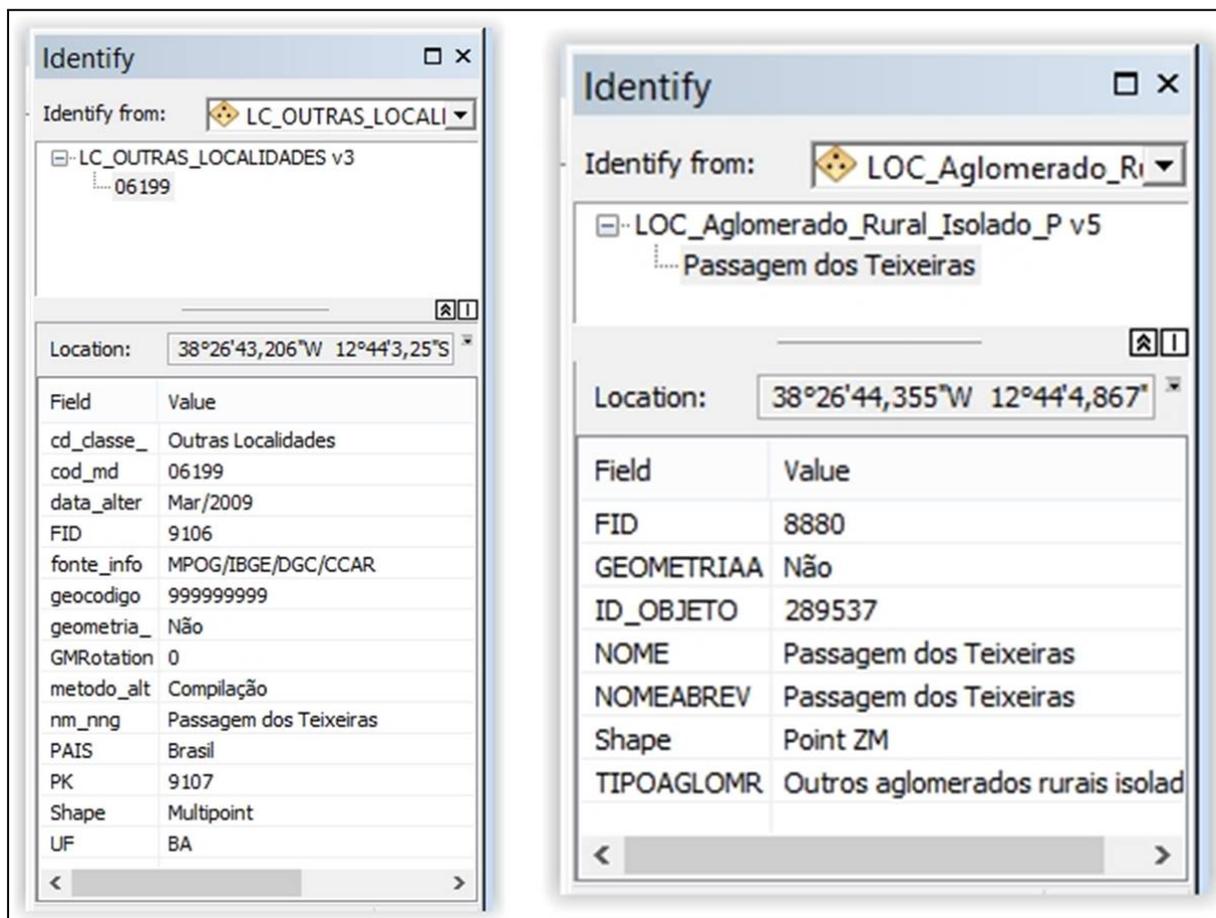
As Figuras 58 e 59 apresentam outro exemplo, que difere do anterior por estar, na v3, na tabela *Outras Localidades* e, na v5, na de *Aglomerados Rurais Isolados* a localidade de Passagem dos Teixeiras (BA).

Figura 58 – Tabela de Aglomerado Rural Isolado BCIM v5 – recorte para o Aglomerado Rural Isolado de Passagem dos Teixeiras (BA)

LOC_Aglomerado_Rural_Isolado_P v5							
FID	Shape	ID OBJETO	NOME	NOMEABREV	GEOMETRIAA	TIPOAGLOMR	
3975	Point ZM	279379	Passagem de Pedra	Passagem de Pedra	Não	Outros aglomerados rurais isolados	
4692	Point ZM	280847	Passagem do Mamão	Passagem do Mamão	Não	Outros aglomerados rurais isolados	
5892	Point ZM	283335	Passagem dos Currais	Passagem dos Currais	Não	Outros aglomerados rurais isolados	
8880	Point ZM	289537	Passagem dos Teixeiras	Passagem dos Teixeiras	Não	Outros aglomerados rurais isolados	
6495	Point ZM	284619	Passagem Funda	Passagem Funda	Não	Outros aglomerados rurais isolados	
6901	Point ZM	285485	Passagem Funda	Passagem Funda	Não	Outros aglomerados rurais isolados	

Fonte: IBGE (BCIM, 2016).

Figura 59 – Identificação da localidade de Passagem dos Teixeiras nas versões v3 e v5 da BCIM



Fonte: IBGE (BCIM, 2016).

Nos demais casos, todas as localidades possuem geocódigo. Através do geocódigo, podem-se obter, para cada uma delas, além das informações existentes nas várias tabelas do banco de dados da base, dados de outros bancos do IBGE, inclusive os estatísticos, como o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), que é um banco de dados agregados de temas como índices de preços, população, registro civil, demografia e contagem de população, dentre outros. Esses bancos são essenciais a estudos sociolinguísticos ou a estudos linguísticos que extrapolam as questões diatópicas.

Para o registro cartográfico e uso das ferramentas de georreferenciamento e edição, foi escolhido o *software ArcGis – ESRI* –, licença acadêmica do Departamento de Engenharia de Transportes e Geodésia da Escola Politécnica, nas várias versões disponíveis durante o período em que se deu a pesquisa. Apesar de já ter sido desenvolvida a versão 10.5, usou-se a *versão 10.1*, última atualização disponível em licença, que se mostrou plenamente eficaz ao

uso exigido tanto para as ferramentas de suporte para imageamento por satélite e georreferenciamento quanto para o mapeamento a ser gerado.

4.1.2 Os pontos de partida: a elaboração da planilha e da carta base preliminar

Por se tratar, em princípio, de mais de 600 localidades em Nascentes (1958)⁹⁸ e de 11 localidades, alguns zoneamentos e 24 acidentes físicos em Nascentes (1953), para identificá-los e selecioná-los, impôs-se a criação de uma base de dados do projeto, com o de poder acessá-la e manuseá-la sempre que necessário. Como a opção foi usar a base de dados do IBGE, não houve a necessidade de criar um banco de dados próprio, bastando lançar mão de um *software* que permitisse o trabalho de sistematização da informação, através do registro da listagem em meio digital, além de outras facilidades como consultas rápidas e de manuseio, como filtros, seleções, ordenamentos e classificações.

4.1.2.1 A elaboração da planilha

O ponto de partida metodológico foi a elaboração de uma planilha eletrônica concebida para conter o registro das localidades/acidentes e elementos descritivos conforme grafados nos textos originais (NASCENTES, 1953; 1958), além de permitir acréscimos⁹⁹ de informações decorrentes das pesquisas que foram sendo agregadas para posteriores análises e tratamento, mantendo-se a numeração original atribuída por Nascentes (no caso das localidades) bem como os estados ou territórios então associados (Figuras 60, 61 e 62).

⁹⁸ Com base no número atribuído ao último ponto da listagem (606).

⁹⁹ Inicialmente contendo apenas 6 colunas, chegou ao final da pesquisa com 29.

Figura 60 – Planilha de trabalho inicial para localidades – recorte

PONTOS DOS INQUÉRITOS NASCENTES					
ESTADO	nº	SUGERIDO	ENCONTRADO	ESTADO	PLOTADO
ACRE	1	Rio Branco			
	2	Cruzeiro do Sul			
	3	Feijó			
AMAZONAS	4	Manaus			
	5	Moura			
	6	Barcelos			
	7	Cadajás			
	8	Tefé			
	9	Fonte Boa			
	10	São Paulo de Olivença			
	11	Tabatinga			
	12	Lábrea			
	13	Humaitá			
	14	Manicoré			
	15	Borba			
	16	Itacoatiara			
	17	Parintins			
	18	São Gabriel			
	19	Cucuí			

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – planilha de trabalho (recorte).
 Fonte: Nascentes (1958, p.19).

Figura 61 – Planilha de trabalho final para localidades – recorte e detalhe para os anos de 1911, 1920, 1933 e 1940

PONTOS DOS INQUÉRITOS NASCENTES													CATEG.	PLOT	NOVO	doc	afria	geocódigo	md_latitud	md_longitu	obs							
ESTADO	SUGERIDO	nº	1911	1920	1933	1940	1950	1960	2015	2016	IBGE	ADO	ALIB	ESTADO	região	região	região	região										
ACRE (território)	Cruzeiro do Sul	2	ok	U-C	ok		ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	cidade	x	x	1	120020305	-7.627625	-72.67558			
	Feijó	3	Villa Feijó	V			ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	cidade	x		1	120030205	-8.170536	-70.35097			
	Rio Branco	1		V	ok		ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	capital	x	x	1	120040105	-9.97499	-67.82435			
AMAZONAS	Barcelos	6	Barcelos	M - V	Barcelos	Barcelos	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	cidade	x		1	130040905	-0.983373	-62.93106		
	Borba	15	ok	M - V	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	cidade	x		1	130080505	-4.391539	-69.58738			
	Cadajás	7	Codajaz	M - V	Codajaz	Codajaz	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	cidade	x		1	130130805	-3.830528	-62.06579		
	Cucuí	19	tem rio uaupés		sem ref	sem ref		2a zona	sem ref	sem ref	sem ref	distrito de São Gabriel	vila	x						cidade	x		1	130380912	1.196257	-66.83009		
	Fonte Boa	9	Fonte Boa	M - V	Fonte Boa	Fonte Boa	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	cidade	x		1	130160505	-2.523424	-66.09421		
	Humaitá	13	Humaythá	M - C	Humaythá	Humaythá	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	cidade	x		1	130170405	-7.511712	-63.03274		
	Itacoatiara	16	ok	M - C	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	cidade	x		1	130190205	-3.138607	-58.44487	
	Lábrea	12	ok	M - C	Labrea	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	cidade	x		1	130240505	-7.264133	-64.79477		
	Manaus	4	Manáos	M - C	Manáos	Manáos	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	capital	x	x	1	130260305	-3.118662	-60.02123		
	Manicoré	14	ok	M - C	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	cidade	x	x	1	130270205	-5.804618	-61.28948	
	Moura	5	ok	M - V	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	cidade	x		1	130380905	-1.457036	-61.629476	61*
	Parintins	17	ok	M - C	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	cidade	x		1	130340305	-2.637412	-66.72905	
	São Gabriel	18	S. Gabriel	M - V	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	cidade	x	x	2	130390805	-3.472919	-67.08404	
	São Paulo de Olivença	10	S. Paulo de Olivença	M - V	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	cidade	x		1	130390805	-3.472919	-68.96458	
	Tabatinga	11																			cidade	x		1	130406205	-4.241597	-69.93827	
	Tefé	8	Teffé	M - C	Teffé	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	ok	M	cidade	x	x	1	130420305	-3.368219	-64.71934	

Barcelos	6	Barcelos	M - V	Barcelos	M	Barcelos	M	ok
Borba	15	ok	M - V	ok	M	ok	M	ok
Cadajás	7	Codajaz	M - V	Codajás	M	Codajás	M	Codajaz
Cucuí	19	tem rio uaupés		sem ref		sem ref		2a zona distrital de são gabriel
Fonte Boa	9	Fonte Boa	M - V	Fonte Boa	M	Fonte Boa	M	ok
Humaitá	13	Humaythá	M - C	Humaythá	M	Humaythá	M	ok
Itacoatiara	16	ok	M - C	ok	M	ok	M	ok
Lábrea	12	ok	M - C	Labrea	M	ok	M	ok
Manaus	4	Manáos	M - C	Manáos	M	Manáos	M	ok
Manicoré	14	ok	M - C	ok	M	ok	M	ok
Moura	5	ok	M - V	ok	M	ok	M	ok
Parintins	17	ok	M - C	ok	M	ok	M	ok
São Gabriel	18	S. Gabriel	M - V	ok	M	ok	M	ok
São Paulo de Olivença	10	S. Paulo de Olivença	M - V	ok	M	ok	M	ok
Tabatinga	11							
Tefé	8	Teffé	M - C	Teffé	M	Teffé	M	ok

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – planilha de trabalho (recorte).
 Fontes: Nascentes (1958, p.19), IBGE (1952, 1956, 2011).

Figura 62 - Planilha de trabalho inicial para divisão dialetal – acidentes e localidades – recorte

FALARES	DESCRITO	UF	natureza	confirmado	plotado
zona de divisão N/S	foz do Rio Mucuri	BA	rio		
	Teófilo Otoni	MG	localidade		
	Minas Novas	MG	localidade		
	Bocaiuva	MG	localidade		
	Pirapora	MG	localidade		
	Serra da Mata da Corda	MG	serra		
	Carmo do Paranaíba	MG	localidade		
	Rio Paranaíba		rio		
	Rio São Marcos		rio		
	Arrepentidos		localidade		
	Santa Luzia	GO	localidade		
	Pirenópolis	GO	localidade		
	Rio das Almas	GO	rio		
	Pilar	GO	localidade		
	foz do Rio dos Araés		rio		
	Cuiabá	MT	localidade		
	Mato Grosso	MT	localidade		

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – planilha de trabalho (recorte).

Fonte: Nascentes (1953, p. 25).

Preparadas as listagens, logo de início foi possível prever que alguns novos desdobramentos seriam necessários e que algumas deliberações do ponto de vista da metodologia deveriam ser, de pronto, tomadas.

4.1.2.2 A elaboração da carta base preliminar

Simultaneamente à alimentação das planilhas, um documento cartográfico preliminar também foi sendo construído paulatinamente: iniciou-se com um mapa do Brasil contendo apenas os limites das Unidades da Federação (apresentando-o no formato de um cartograma na Figura 80 e que foi sendo enriquecido à medida que os pontos foram sendo identificados integral ou parcialmente), acompanhados das respectivas numerações originais. Com base na sequência numérica e posicionamento dos pontos vizinhos, na etapa de análise pôde-se fazer algumas deduções importantes, inclusive acerca da numeração correta nos casos dos erros cometidos nessa numeração e já apontados inicialmente.

Figura 63 – Cartograma base para a carta preliminar



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: IBGE (2016).

A partir dessa carta base preliminar, foi possível acessar as tabelas usadas na identificação das localidades e dos acidentes físicos e dar início à identificação precisa das localidades.

A primeira busca foi feita na Tabela Cidades da categoria Localidades da BCIM (BR Cidade), que contém as sedes de todos os municípios brasileiros, selecionando, como exemplo, dentre eles, a cidade de Feijó (AC), ponto 3 de Nascentes (1958), Figura 64.

A partir dessa tabela, selecionaram-se todas as localidades sedes municipais encontradas na relação de Nascentes (1958).

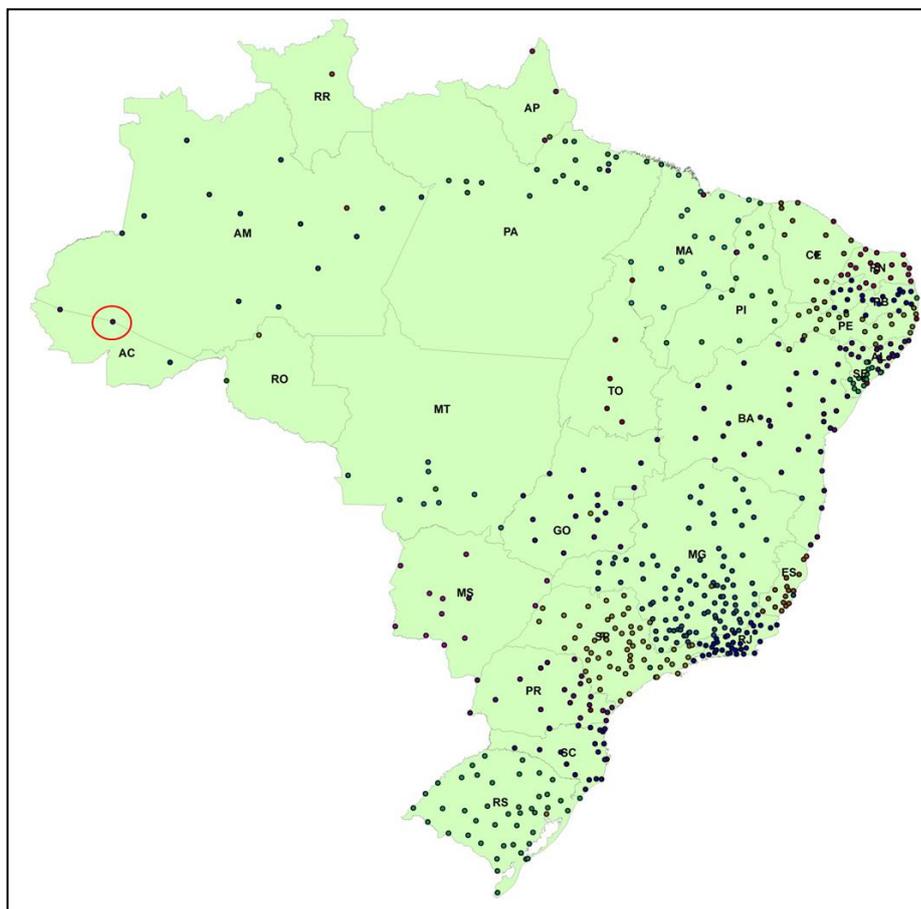
No cartograma do Brasil apareceram todas as sedes municipais e, em destaque, a cidade selecionada, Figura 65.

Figura 64 – Detalhe da Tabela Cidades da BCIM v.2, com a seleção da cidade de Feijó (AC)

FID	Shape	ID	nm nome	geocodigo	cd class	UF	PAIS	md latitud	md longit
0	Point	1	Palmeiras do Tocantins	171380905	Cidade	TO	Brasil	-6,616584	-47,546429
1	Point	2	Governador Lomanto Júnior	290330005	Cidade	BA	Brasil	-14,794773	-39,476029
2	Point	3	Fernando de Noronha	260545905	Cidade	PE	Brasil	-3,839601	-32,410733
3	Point	4	Campo de Santana	251640905	Cidade	PB	Brasil	-6,487585	-35,636707
4	Point	5	Pracuúba	160055005	Cidade	AP	Brasil	1,745427	-50,789248
5	Point	6	Amapá	160010505	Cidade	AP	Brasil	2,052669	-50,795653
6	Point	7	Bujari	120013805	Cidade	AC	Brasil	-9,815277	-67,955029
7	Point	8	Plácido de Castro	120038505	Cidade	AC	Brasil	-10,28064	-67,137133
8	Point	9	Tarauacá	120060905	Cidade	AC	Brasil	-8,156975	-70,772154
9	Point	10	Feijó	120030205	Cidade	AC	Brasil	-8,170536	-70,350973
10	Point	11	Caracarái	140020905	Cidade	RR	Brasil	1,827659	-61,130378

Fonte: IBGE (2006).

Figura 65 – Cartograma do Brasil com as sedes municipais da relação de Nascentes (1958) e a cidade de Feijó (AC) selecionada



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: IBGE (2016).

Selecionando-se apenas as três localidades do Acre eleitas por Nascentes (1958) (duas na tabela Cidades e uma na tabela Capital), Figuras 66 e 67 respectivamente, chega-se ao resultado da Figura 68.

Figura 66 – Consulta à Tabela Cidades, com o filtro para as duas localidades do estado do Acre

	FID	Shape *	PK	cod md	geometria	nm nng	geocodigo	UF	F
▶	0	Multipoint	10	06102	Não	Feijó	120030205	AC	Br
▶	1	Multipoint	51	06102	Não	Cruzeiro do Sul	120020305	AC	Br

Fonte: IBGE (2006).

Figura 67 – Consulta à Tabela Capitais, com o filtro para a capital do estado do Acre

	ID	Shape *	PK	cod md	geometria	nm nng	geocodigo	UF	PAIS
▶	0	Multipoint	3	06197	Não	Rio Branco	120040105	AC	Brasil

Fonte: IBGE (2006).

Figura 68 – Cartograma do Brasil com as três cidades do Estado do Acre representadas



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1958, p. 19), IBGE (2016).

Figura 69 – Cartograma do Brasil com atribuição da numeração às três cidades do Estado do Acre representadas



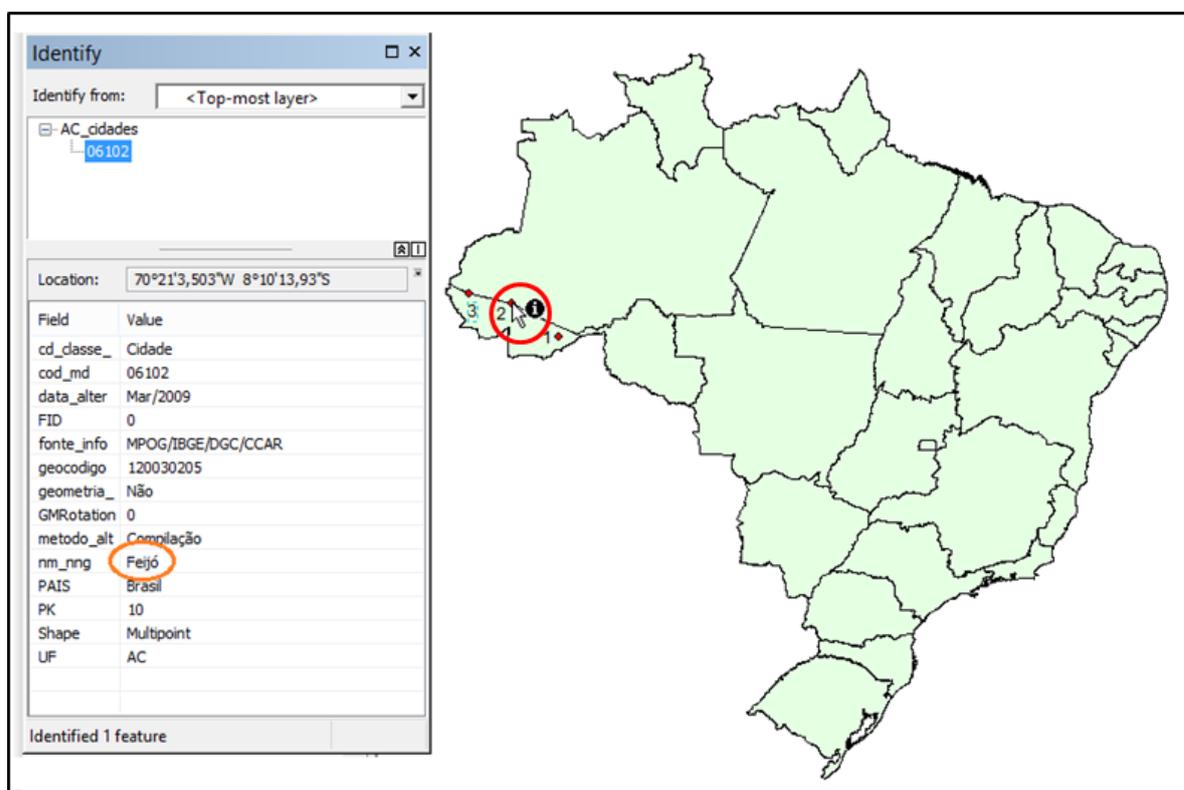
Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1958, p. 19), IBGE (2016).

Depois de plotados os pontos, o cartograma pode ser editado, acrescentando a numeração conforme o documento da pesquisa (em destaque na Figura 86, anteriormente vista).

A qualquer momento podem-se buscar informações acerca de um ponto em especial, sem que seja necessário “abrir” a tabela e buscá-lo dentre tantos existentes, como exemplificado na Figura 70.

Observa-se que esta janela apresenta as principais informações da localidade: categoria administrativa, UF à qual pertence, geocódigo e coordenadas (que tanto podem ser apresentados no formato de grau decimal como em grau, minutos e segundos).

Figura 70 – Detalhe da consulta feita acerca da cidade de Feijó (AC) para o ponto 2



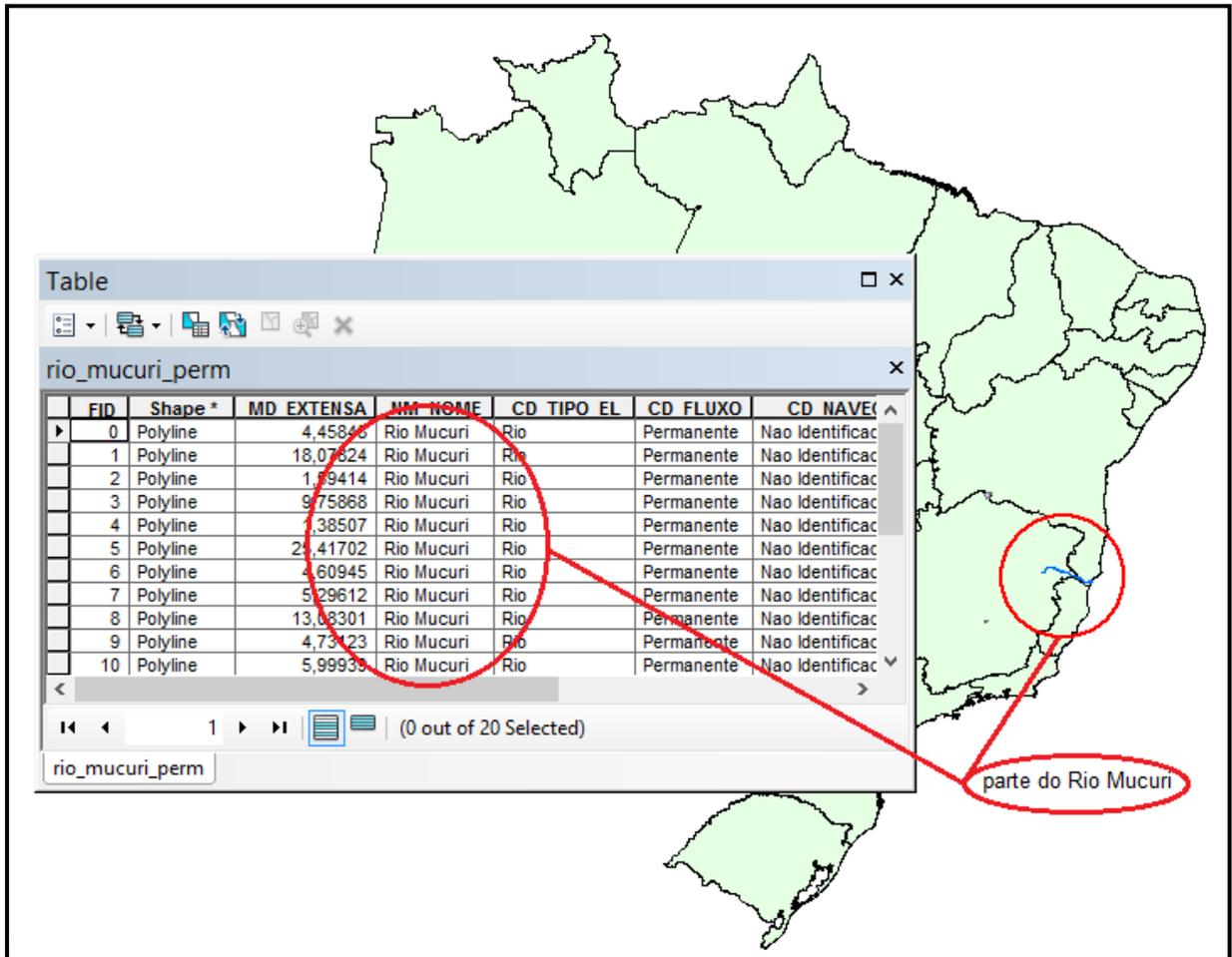
Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1958, p. 19), IBGE (2016).

Os mesmos procedimentos podem ser repetidos para todas as demais feições.

Outro exemplo é apresentado com um elemento da hidrografia. Foi feito o registro de parte do Rio Mucuri, já que a sua foz é o ponto de partida da divisão Norte-Sul na descrição feita por Nascentes (1953). Para isso, consultou-se a tabela da categoria Hidrografia, subcategoria Rio Permanente, selecionando o rio procurado. No cartograma, no destaque,

está plotado o trecho do Rio Mucuri que foi selecionado: da foz na Bahia (no encontro do leito com o Oceano Atlântico) até a parte do leito que corre no estado da Bahia e que penetra no estado de Minas Gerais (Figura 71).

Figura 71 – Destaque para a representação de trecho da foz do Rio Mucuri, no estado da Bahia, e em primeiro plano, a Tabela da BCIM com os elementos selecionados



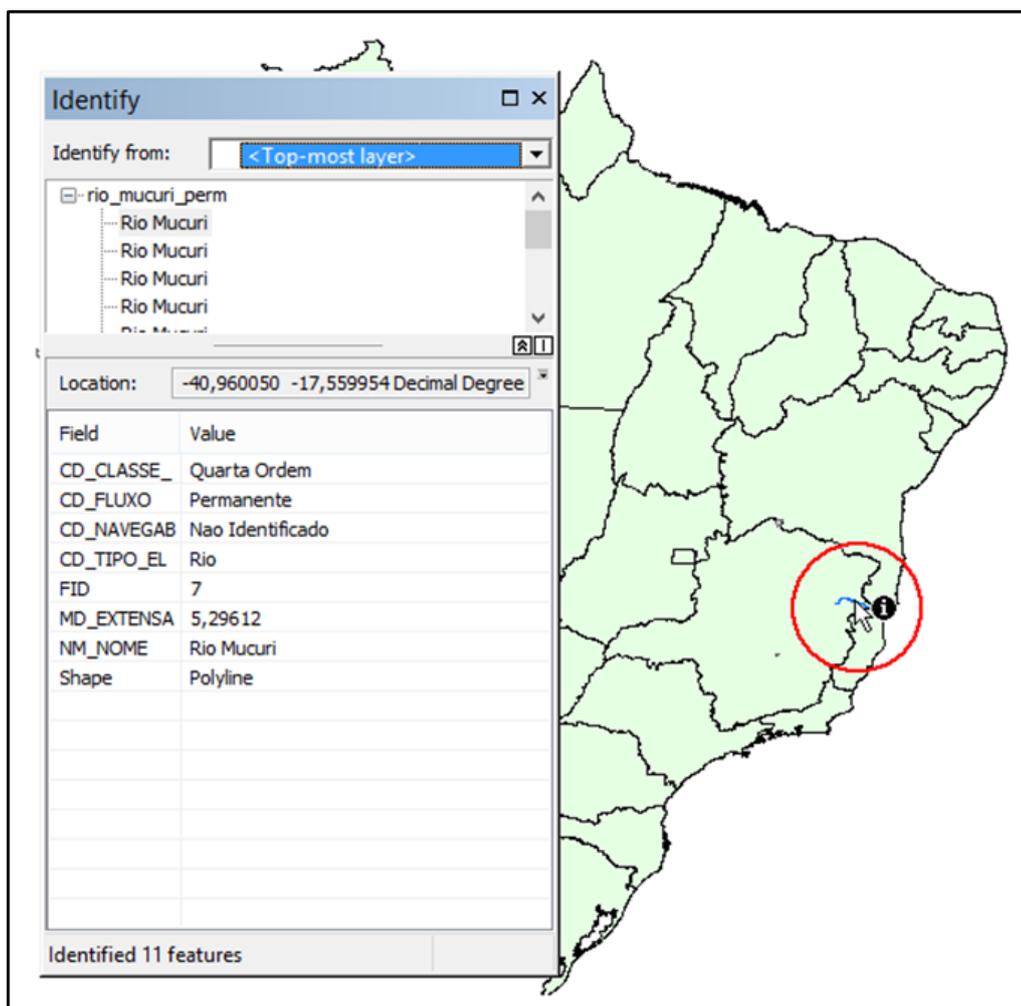
Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p.25), IBGE (2016).

Convém salientar que a identificação precisa do ponto que identifica a foz é feita com rigor através do banco de dados e da base cartográfica.

Também esses elementos podem ter suas características consultadas através da mesma ferramenta de consulta comentada anteriormente, como pode ser constatado na Figura 72.

Figura 72 – Detalhe da consulta feita a um ponto do Rio Mucuri



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fonte: Nascentes (1953, p.25), IBGE (2016).

4.2 A IDENTIFICAÇÃO DAS LOCALIDADES

Preparadas a planilha e a carta preliminar, deu-se início à busca pela identificação propriamente dita, tentando localizar os topônimos dos documentos na *Base Territorial Brasileira do IBGE* integrante da base cartográfica escolhida, através da consulta a todas as subcategorias da categoria *Localidades* – Cidade (sede de Município), Vila (sede de Distrito), Povoado, Núcleo, Outras Localidades, Aldeias Indígenas – já que Nascentes, em sua obra de 1953, não fez qualquer indicação do nível administrativo das localidades e constatou-se que havia multiplicidade de mesmos topônimos em todas as categorias.

Além disso, uma das situações que se mostrou peculiar para a qual uma decisão se fazia urgente, visto tratar-se de uma discussão conceitual que teria implicações em todas as

etapas da pesquisa, foi provocada pelo fato de Nascentes (1958) ter incluído, no então Distrito Federal, duas zonas e nove bairros/subúrbios.

A dificuldade de se trabalhar com o conceito de “bairro” apresenta-se logo nesse primeiro passo, já que essa não é uma subcategoria válida da BCIM, embora exista a disponibilidade dos arquivos do conjunto “malhas territoriais” que contemplam distritos, subdistritos e setores censitários e estes tenham sido utilizados em algumas situações.

Por se tratar de um banco de dados, a busca por palavra só se mostra rápida e frutífera se a palavra procurada estiver grafada da mesma forma no banco de dados (em alguns casos, pode-se até fazer busca por parte da palavra, mas a análise do resultado pode se tornar exaustiva pela quantidade de derivações e combinações que são apresentadas). A maior dificuldade dessa alternativa está na seleção das respostas obtidas devido à quantidade muito grande de resultados impróprios à situação, obrigando o pesquisador a um verdadeiro trabalho de garimpo e sucessivas verificações.

Desse modo, deve-se estar preparado para longas e cansativas consultas, usando-se inclusive formas criativas de fazê-las quando as primeiras tentativas não apresentarem os resultados esperados.

Outras situações mostraram requerer atenção especial, como a multiplicidade de topônimos, as alterações toponímicas e as falhas na sequência da numeração dos pontos que serão aprofundadas nas subseções seguintes.

4.2.1 Os pontos atribuídos ao Distrito Federal (1958)

Como pode ser observado na Figura 73, apesar de ter discriminado os nove bairros/subúrbios, as duas zonas estão identificadas por mais dois bairros.

Figura 73 – Pontos pertencentes ao DF (1958)

DISTRITO FEDERAL— Cidade: 293 zona sul (Copacabana), 294 zona norte (Vila Isabel), 295 Jacarépaguá, 296 Santa Cruz, 297 Guaratiba, 298 Irajá, 299 Vigário Geral, 300 Meier, 301 Barra da Tijuca, 302 Governador, 303 Paquetá.

Fonte: Nascentes (1958, p. 20), recorte.

Levando em conta que não houve tal detalhamento em qualquer atlas (nacional ou regional) até hoje produzido, pensou-se inicialmente por considerá-lo como uma localidade

íntegra (só o DF), desprezando essas subdivisões. Entretanto, como resultado de algumas leituras no aporte teórico, duas delas destacadas adiante, decidiu-se pela sua manutenção.

Em comunicação intitulada *Da história social à história linguística: o Rio de Janeiro do século XIX*, Callou (1999) afirma que, até o início do século XIX, o Campo de Santana era o limite norte urbano do Rio e, até 1850, os únicos caminhos para chegar ao Engenho Velho ou a São Cristóvão eram por mar ou pelo morro de Santa Teresa, mas com a instalação da família real portuguesa em São Cristóvão, foi construída uma estrada aterrada.

Em abordagem/discussão acerca dos espaços urbano e rural, afirma:

Há referências, nos textos coloniais, sobre essa oposição *urbano versus rural*. Em documento de 1797, vê-se que bairros cariocas, considerados atualmente subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, eram considerados *fora* da cidade àquela altura... (CALLOU, 1999, p. 273).

Considera ainda que:

A mobilidade espacial e populacional sendo privilégio de poucos talvez possa explicar, em parte, as diferenças linguísticas que existem hoje na fala de moradores das tradicionais áreas da cidade: Zona Norte, oposta à Zona Sul e à Zona Suburbana (com resquícios de características rurais), que corresponde a toda a área residencial e industrial constituída a partir das últimas décadas do século XIX ao longo das linhas férreas. Essa divisão espacial corresponde a dois grandes cortes e obedece às distâncias e aos meios de comunicação existentes entre as diversas áreas geográficas.

Neste século, no início da década de setenta, em algumas escolas municipais do Rio de Janeiro, o material didático de geografia do antigo Estado da Guanabara, hoje a própria cidade do Rio de Janeiro, ainda classificava toda a Zona Oeste (as antigas freguesias coloniais, como Jacarepaguá e Santa Cruz, etc.) de *zona rural* (CALLOU, 1999, p. 274).

Para concluir essas considerações, destaca-se uma divisão, com base no IBGE, feita por Callou (1987) em *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*, que traz a área descrita como: Zona Sul, Zona Norte e Zona Suburbana (RA do Méier – XII, Engenho Novo – XIII, Irajá – XIV, Madureira – XV, Jacarepaguá – XVI e Bangu – XVII). Encerra sua proposta afirmando: “Grosso modo, essa grande região suburbana da cidade, na década de 70, equivale àquela área rural de subsistência em torno do Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XVIII” (CALLOU, 1999, p.274).

Em *Amostras do Português Falado no Rio de Janeiro*, Paiva (1999) apresenta o *Projeto Censo da Variação linguística no estado do Rio de Janeiro* e faz as seguintes considerações:

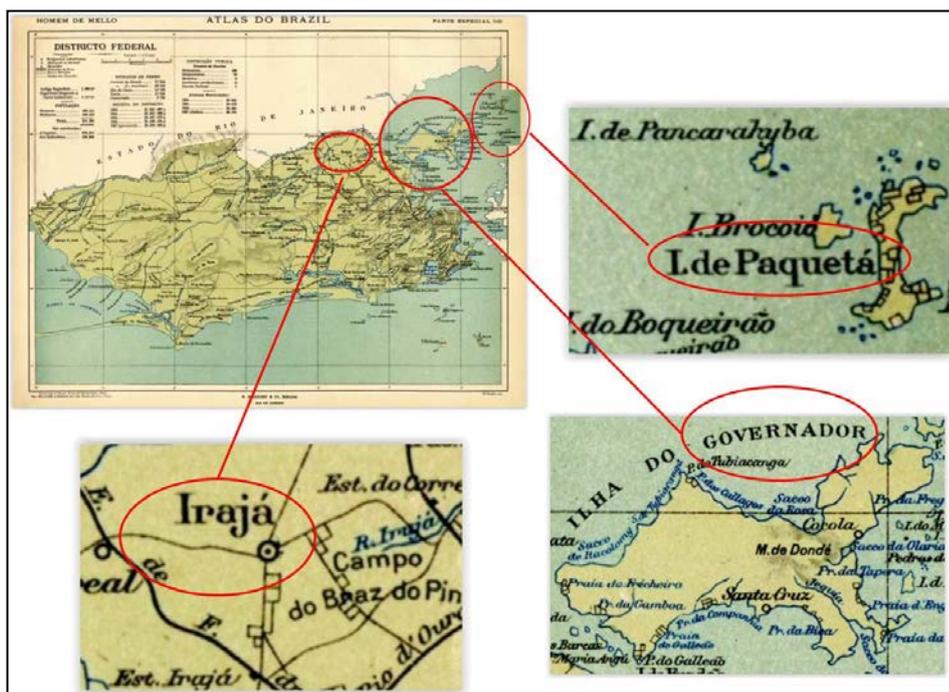
Na impossibilidade de introduzir uma variável bairro ou localização geográfica na estratificação da amostra, lançamos mão das denominadas “Unidades Espaciais de Planejamento” criadas pelo município do Rio de Janeiro, a fim de distribuir os informantes pelos diferentes bairros da cidade. Foram, assim, recobertas as zonas sul, norte, oeste e suburbana do Rio de Janeiro (PAIVA , 1999, p. 8).

Na subseção 3.6.1, observou-se que a entidade “bairro” é uma subdivisão intraurbana, definida pelo próprio município e legalizada por meio de lei ordinária sancionada pelo Prefeito.

Sem perder o foco dos objetivos desta tese, decidiu-se por estabelecer uma metodologia própria para essa situação, já que não seria possível identificar os pontos usando a BCIM por não existir uma tabela que contemple esse caso (definição de um ponto que seja a referência para um bairro).

O primeiro passo foi identificar os bairros no mapa do Distrito Federal (Mello, B. H. de; Mello, F. H. de, 1909) – como exemplificado na Figura 74 – e em seguida acessar o portal oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e pesquisar as informações disponíveis sobre *bairros* e *regiões administrativas*. Dessa forma foi possível associar cada um dos bairros às respectivas regiões administrativas, o que poderia ser útil em momento posterior.

Figura 74 – Mapa do Distrito Federal (1909) com identificação e detalhe dos bairros de Irajá, Paquetá e Governador



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Mello, B. H.; Mello, F. H., (1909, p.15).

Para resolver a questão da identificação (coordenadas), deveria ser estabelecido um critério para associar o bairro (que é uma região representada por um polígono, assim como a região administrativa) a um ponto passível de georreferenciamento.

Antes de o sistema metroviário ser instalado, em meados e até dois terços do século passado, predominava o sistema ferroviário, cujas estações pertenciam a vários bairros relacionados por Nascentes (1958). Como a política de integração dos diversos modais de transporte contempla, dentre outras, a do metrô-trem, trem-BRT, metrô-BRT, optou-se por associar cada bairro à estação metroviária correspondente (no caso de existir) ou a outras conexões e pontos notáveis desses bairros (estações de transbordo, cabeceiras de pontes, igrejas, prédios públicos etc.) que são elementos físicos os quais, presume-se, têm caráter de preservação duradoura.

Consultado o portal da Prefeitura do RJ, usaram-se duas fontes de informação: a relativa aos *Bairros* propriamente ditos e a do *Sistema de Informações Urbanas* (SIURB), destacados na Figura 75).

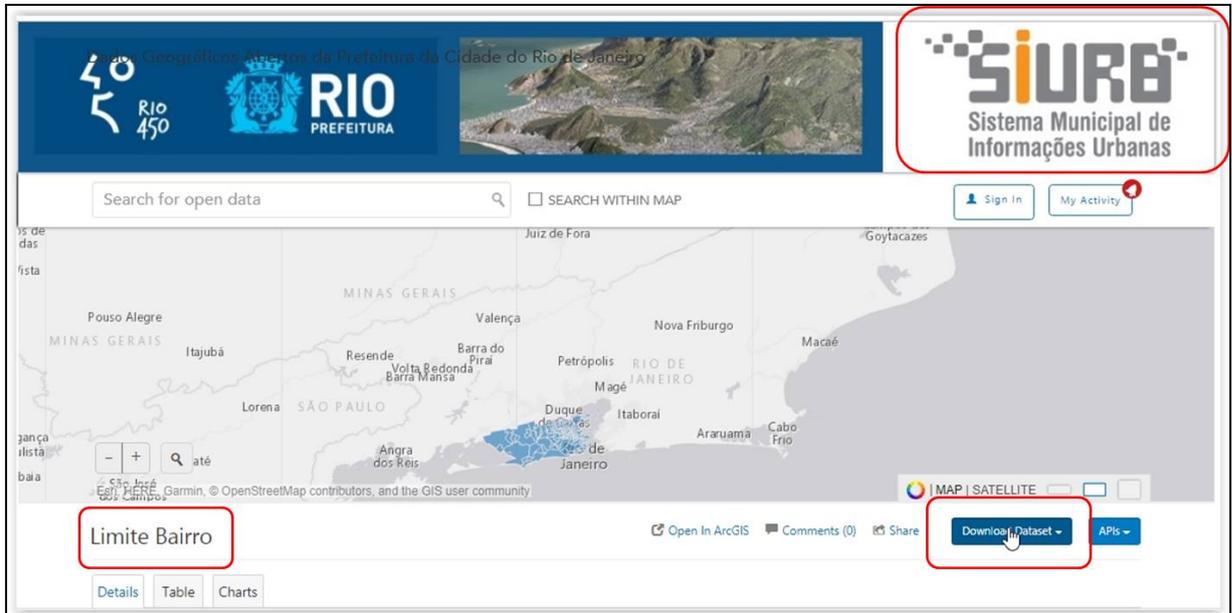
Figura 75 – Portal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, com destaque para o acesso aos Bairros e ao Sistema de Informações Urbanas

The image shows a screenshot of the Prefeitura do Rio de Janeiro website. The header includes the city logo, the name 'PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO', and navigation links like 'Entrar / Cadastre-se' and social media icons. A search bar and the 'LIGUE 1746 CENTRAL DE ATENDIMENTO' logo are also present. The main navigation bar lists categories: A PREFEITURA, TURISMO, CIDADÃO, SERVIDOR, EMPRESA, and OUVIDORIA. The content area is divided into several sections. On the left, a sidebar menu includes 'Página Inicial', 'Conheça o Instituto', 'Sobre nós', 'Conselho Estratégico', 'SIURB - Sistema de Informações Urbanas' (highlighted with a red box), 'Agentes da Transformação', 'Editais', 'Publicações', 'Fale Conosco', and 'Imprensa'. The main content area features a 'Portal Geo' section with a date '07/11/2017' and a description of digital mapping services. Below this, there are links for 'BDA RIO', 'CADLOG', 'SABREN', 'SÉRIE RIO EM FOCO', and 'MOREI 2000'. The 'BAIRROS CARIOCAS' section (highlighted with a red box) is described as an application with important data by region and neighborhood. A URL is provided at the bottom: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/amdados800.asp?qtema=15>. On the right side, there are sections for 'Informações sobre o Rio' (with 'DATA.RIO' and 'LIVRARIA DO IPP' logos) and 'APLICATIVOS', which lists various services like 'Estudos', 'Informações sobre Favelas e loteamentos - SABREN', 'Mapoteca', 'Portal Geo', 'Rio em síntese', 'Livreria Pereira Passos', and 'Biblioteca Pereira Passos'.

Fonte: PREFEITURA... (2017)

A consulta ao SIURB permite fazer *download* de dados em formato para uso em SIG (cf. Figura 76).

Figura 76 – Portal do SIURB (RJ) com indicação de acesso para *download* de dados



Fonte: PREFEITURA... (2017)

A Figura 77 apresenta parte dos dados referentes ao bairro de Paquetá, inclusive com o respectivo geocódigo. Foi feita a consulta para todos os bairros da pesquisa sendo todos devidamente georreferenciados.

Figura 77 – Tabela de dados para Paquetá – RJ (recorte)

Table			
ilha_paquetá			
	TIPO	CD GEOCODB	NM BAIRRO
▶	URBAN	330455705153	Paquetá
	URBAN	330455705153	Paquetá

Fonte: PREFEITURA..., (2017).

O acesso para os bairros permite, além da visualização dos limites, a visualização de camadas de informações que podem ser filtradas, como, por exemplo: principais vias, as linhas de metrô e transporte ferroviário, aeroportos etc. Esse acesso é feito através de um aplicativo desenvolvido pelo *Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos* (IPP), que oferece uma síntese de várias informações, inclusive os bairros e as regiões administrativas. Observe-se a Figura 78.

Figura 78 – Acesso ao Portal dos Bairros do Rio de Janeiro

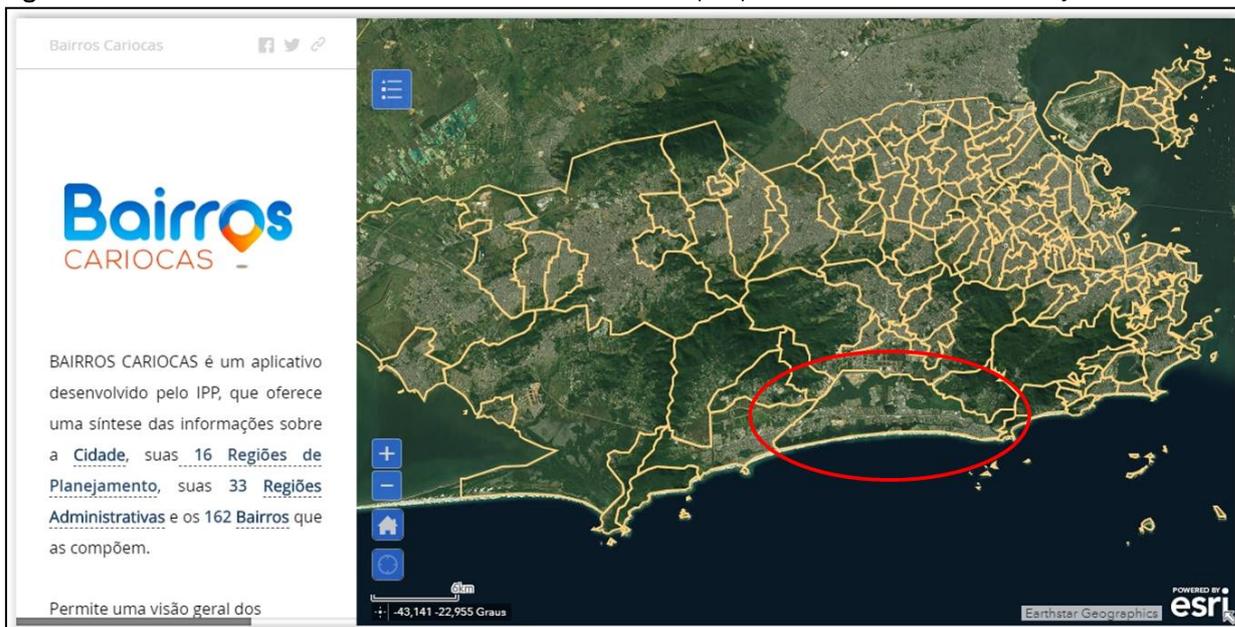


Fonte: PREFEITURA... (2017).

O Portal dos Bairros apresenta inicialmente uma imagem de satélite sobre a qual estão delineados os limites dos bairros, permitindo selecionar o bairro de interesse diretamente a partir dela. Como eles não estão identificados na imagem, a busca pode ser feita por nome, através de menus de consulta.

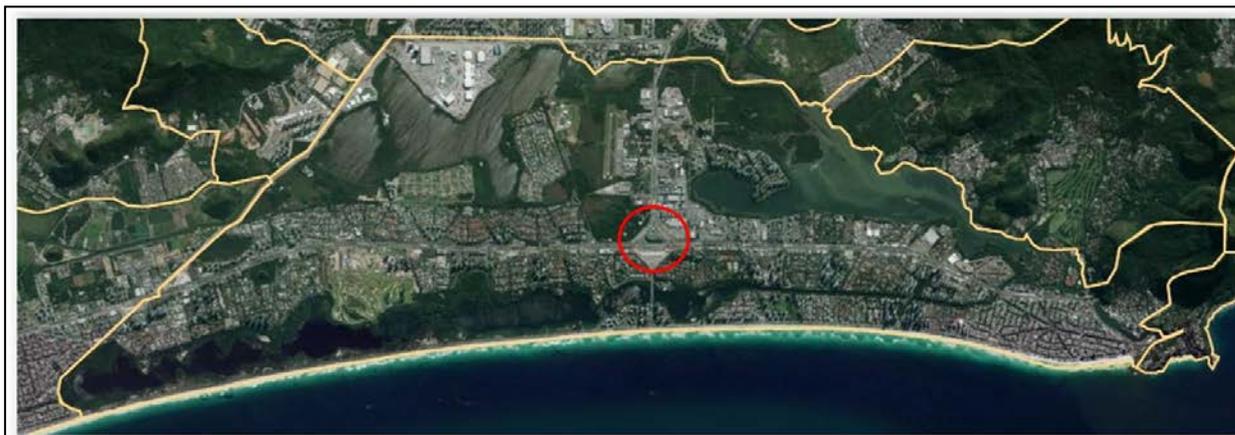
Como são 11 bairros, escolheu-se o bairro da Barra da Tijuca (ponto 301) para detalhar. O ponto escolhido para identificar o bairro foi o Terminal Alvorada (terminal de transportes), como se verifica nas Figuras 79 e 80.

Figura 79 – Portal dos Bairros do Rio de Janeiro com destaque para o bairro da Barra da Tijuca



Fonte: PREFEITURA... (201-).

Figura 80 – Detalhe Terminal Alvorada da Barra da Tijuca (RJ)

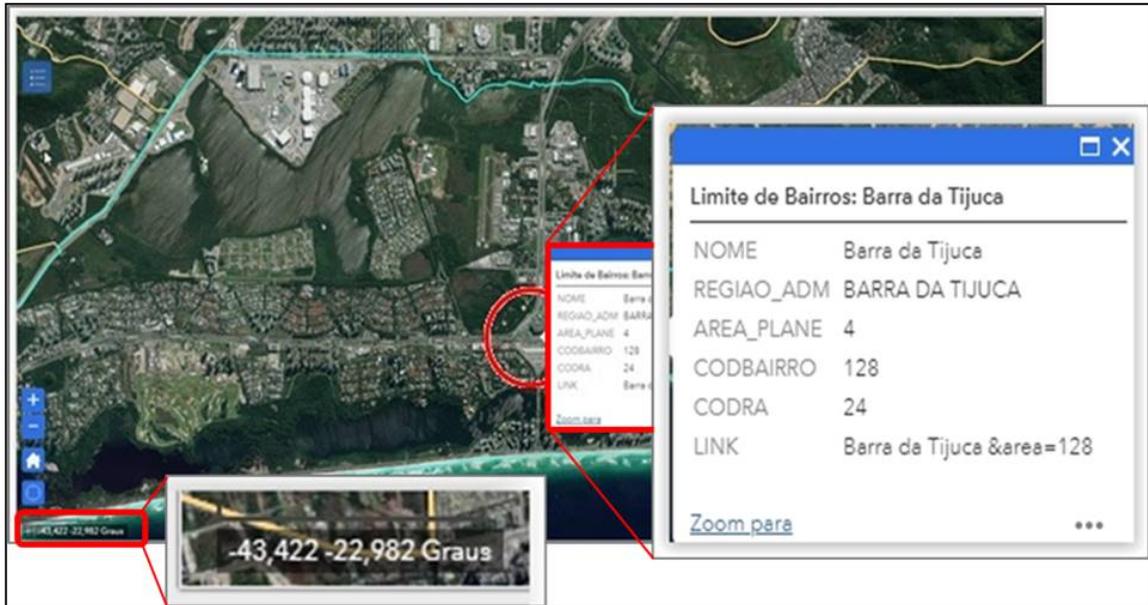


Adaptação Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: PREFEITURA... (2017).

Ao selecionar qualquer ponto, são disponibilizadas as informações a ele pertinentes (Figura 81).

Figura 81 – Informações de posicionamento sobre o Terminal Alvorada da Barra da Tijuca (RJ)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: PREFEITURA... (2017).

Identificado o ponto, deve-se atentar ao sistema de coordenadas adotado no Portal para que seja feita a conversão para o sistema em uso na base, se for necessário (cf. Figura 82).

Figura 82 – Localização do ponto na base cartográfica adotada



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: PREFEITURA... (2017), IBGE (2016).

4.2.2. Outras situações especiais

Basicamente, foram identificados dois tipos de problemas: um relativo à numeração dos pontos (repetições, ausências e quebra nas sequências, como na Figura 83) e outro aos topônimos propriamente ditos (localidades com os mesmos topônimos e quantidade muito grande de abreviaturas, como nas Figuras 84 e 85).

Figura 83 – Numeração: repetições, ausências e quebra nas sequências – alguns exemplos

PONTOS DOS INQUÉRITOS NASCENTES		
UF	nº	LOCALIDADE
AMAZONAS	4	Manaus
	5	Moura
	6	Barcelos
	7	Cadajás
	8	Tefé
	9	Fonte Boa
	10	São Paulo de Olivença
	11	Tabatinga
	12	Lábrea
	13	Humaitá
	14	Manicoré
	25	Borba
	16	Itacoatiara
	17	Paritins
18	São Gabriel	
19	Cucui	
RIO BRANCO	11	Boa Vista
PARÁ	22	Belém
	23	Óbidos
	24	Santarém
	25	Alenquer
	28	Monte Alegre
	27	Gurupá
	28	Breves
	29	Afuá
	30	Anajás
	31	Chaves
	32	Soure
	33	Ponta de Pedras
	34	Mosqueiro
	35	Souzel
	36	Oeiras
	37	Portel
	38	Cametá
	39	Bragança
40	Vigia	
41	Viseu	

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – planilha de trabalho (recorte).

Fonte: Nascentes (1958, p. 19).

Um exemplo de repetição de topônimos em UF distinta vem apresentado na Figura 84.

Figura 84 – Topônimos: repetições em UF distintas – exemplo

PONTOS DOS INQUÉRITOS NASCENTES		
UF	nº	LOCALIDADE
PARÁ	22	Belém
	23	Óbidos
	24	Santarém
	25	Alenquer
	28	Monte Alegre
	27	Gurupá
	28	Breves
	29	Afuá
	30	Anajás
	31	Chaves
	32	Soure
	33	Ponta de Pedras
	34	Mosqueiro
	35	Souzel
	36	Oeiras
	37	Portel
	38	Cametá
	39	Bragança
	40	Vigia
41	Viseu	
PIAUI	65	Teresina
	66	Parnaíba
	67	Piracuruca
	68	Barras
	69	Campo Maior
	70	Castelo
	71	Amarante
	72	Oeiras
	73	Floriano
	74	Jerumenha
	75	Sta. Filomena
	76	Bom Jesus do Gurgueia
	77	São Raimundo Nomato
	78	São Luis do Piauí
79	Paulista	
80	Jaicós	

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – planilha de trabalho (recorte).
Fonte: Nascentes (1958, p. 19).

No Exemplo trazido na Figura 85, constata-se a variação de uso de abreviatura, ora o autor expandia o nome (114 - Santa Cruz), ora abreviava (110 – Sta. Ana de Matos). Destaca-se também a repetição de topônimo em mesma UF.

Figura 85– Topônimos: abreviaturas e repetições na mesma UF – exemplo

PONTOS DOS INQUÉRITOS NASCENTES		
UF	nº	LOCALIDADE
RIO GRANDE DO NORTE	97	Natal
	98	Areia Branca
	99	Mossoró
	100	Apodi
	101	Pau dos Ferros
	102	Martins
	103	Caraúbas
	104	Macau
	105	Açu
	106	Serra Negra
	107	Angicos
	108	Caicó
	109	Jardim
	110	Sta. Ana de Matos
	111	Jardim de Angicos
	112	Touros
113	Ceará Mirim	
114	Santa Cruz	
115	São José de Mipibu	
116	Canguaretama	
PARANÁ	364	Curitiba
	365	Paranaguá
	366	Antonina
	367	Paranaguá
	368	Apucarana
	369	Jacarezinho
	370	Londrina
	371	Guarapuava
	372	Campo do Mourão
	373	Cascavel
	374	Guaíra
	375	Foz do Iguaçu
	376	União da Vitória
	377	Ponta Grossa
	378	Jaguariaíva
	379	Lapa
	380	Rio Negro
	381	Castro
	382	São José da Boa Vista
	383	Guaratuba
	384	Sêro Azul
385	Guaraqueçava	
386	Tibaji	
387	Rio Branco	

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – planilha de trabalho (recorte).
Fonte: Nascentes (1958, p. 19, 21).

Com relação à numeração, optou-se inicialmente por não alterá-la, bastando nessa etapa manter a atenção à flutuação do número total de localidades, o que se mostrou útil em alguns casos e confuso em outros, já que o artifício de mantê-la para dirimir dúvidas na sequência comparando-a com a distribuição espacial dos pontos não se mostrou totalmente eficaz. Acerca dos topônimos, também foi acertada a decisão de todas as buscas honrarem, inicialmente, as pertinências político-administrativas vinculadas por Nascentes (1953; 1958). Também nesse caso, houve exceções que fizeram com que a pesquisa extrapolasse as UF inicialmente referenciadas. Ambas as situações serão exemplificadas na seção 5.

De qualquer sorte, todas as situações foram sendo anotadas na planilha de trabalho para tratamento posterior assim como todos os resultados das buscas, frutíferos ou infrutíferos, foram sendo registrados na planilha: para os confirmados, anotados os geocódigos e para os demais, as observações pertinentes a cada caso, como por exemplo, quantidade de ocorrências do topônimo e em quais tabelas (Figura 86). Na carta (Figura 87), os confirmados já foram incorporados e os duvidosos também o foram, embora identificados como tais, através de uso de convenção cartográfica diferente e acompanhados das respectivas categorias administrativas.

Figura 86 – Localidades com os mesmos topônimos em várias categorias da DPA e em UF distintas – recorte

Topônimos com mais de uma ocorrência na mesma UF de Nascentes						
PONTOS NASCENTES			Ocorrências por Categoria da DPA			
nº	topônimos Nascentes	UF	cidade	vila	povoado	aglomerados rurais isolados
220	Andaraí	BA	v		v	
135	Areia	PB	v			v
565	Bela Vista	GO			vTO	2vGO + vTO
599	Bela Vista	MT	v MS			8vMT + 2vMS
460	Bonfim	MG	v		v	
561	Bonfim	GO				3v TO
63	Brejo	MA	v			2v

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – planilha de trabalho (recorte do Quadro 26).
Fonte: Nascentes (1958, p. 19-22).

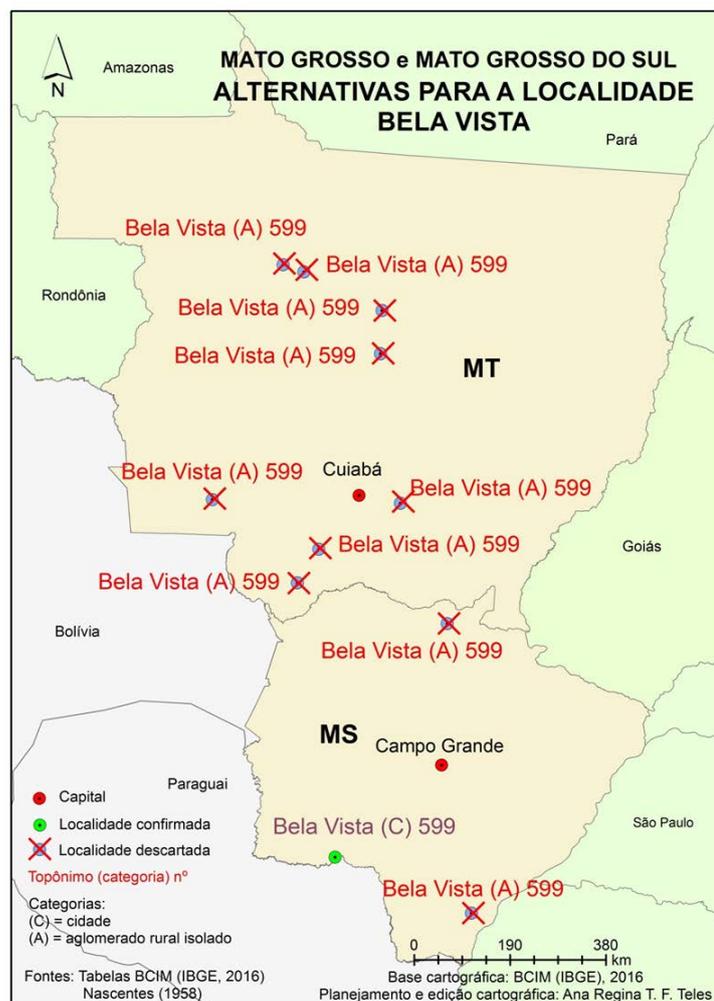
Num primeiro momento, a tendência foi optar pelo topônimo associado à categoria “cidade”, mas, como no levantamento anterior haviam sido encontrados topônimos únicos nas demais categorias hierárquicas, decidiu-se por registrar todas as ocorrências no

documento cartográfico preliminar para tentar analisar visualmente alguns aspectos, especialmente a distribuição espacial (preenchimento de “vazios”, proximidade demasiada entre localidades) e a coerência na numeração, mesmo com todos os problemas a ela relativos já apontados.

Para que esse caminho fosse eficaz, de fato, seria necessário que todos (ou quase todos) os pontos tivessem sido registrados, inclusive os que tiveram os topônimos alterados totalmente, já que a ausência desses pontos poderia deixar “vazios” e induzir a escolhas equivocadas.

Foram criados cartogramas para todas as UF, apresentando essas localidades (as repetidas), acompanhadas dos respectivos topônimos e numerações e, entre parênteses, as categorias. Marcados com um “X” estão as opções que, ao final, foram desprezadas.

Figura 87 – Localidades com o topônimo *Bela Vista* nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em diferentes categorias da DPA



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1958, p. 22), IBGE (2016).

Esgotadas as formas de busca por palavras inteiras ou frações de palavras no banco de dados da própria base do IBGE adotada e antes de se explorarem outras fontes de informação (especialmente através da rede internacional – *internet*), deve-se buscar ainda no IBGE os arquivos que contêm as alterações de topônimos (de nome e grafia), criação e extinção de municípios e outras informações relativas a alterações na malha municipal oficial do país, já que, em alguns casos, a consulta a esses arquivos é decisiva para dirimir as dúvidas existentes.

Quando também essa alternativa não produziu resultados satisfatórios, o novo caminho adotado foi pesquisar em documentos textuais e cartográficos de caráter histórico, inicialmente naqueles produzidos à época das publicações: [192-] e 1953 para a divisão dialetal, (Nascentes [192-]; 1953) e 1958 para as localidades do atlas linguístico (Nascentes, 1958), já que Nascentes pode ter lançado mão de mapas e documentos desses períodos. Embora tenha se mostrado apropriada, essa primeira alternativa não foi totalmente eficaz já que alguns elementos continuaram sem reconhecimento.

A primeira edição do texto acerca da divisão dialetal foi publicada em [192-] e presume-se que os documentos *O Linguajar Carioca* (NASCENTES, 1953) e *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* (NASCENTES, 1958) sejam resultados de décadas de pesquisa que foi sendo construída e aprofundada ao longo desse tempo. Por essa razão, decidiu-se por estender as buscas em documentos que pudessem ter subsidiado o autor na elaboração das suas propostas, alterando o recorte temporal do material pesquisado, incluindo desta feita o período compreendido entre os anos 10 e os meados dos anos 50 do século passado, além de alguns outros publicados nos anos iniciais da década de 60 (já que, para serem publicados nesse período, as informações teriam sido recolhidas até então, incluindo os últimos anos da década anterior). Essas novas fontes foram obras do próprio IBGE e outras publicações de mérito reconhecido.

Dessa forma, ratificou-se o afirmado anteriormente na subseção 3.5.2 referente à cartografia histórica no que diz respeito à grande importância que os documentos cartográficos antigos teriam e aos procedimentos que integram as rotinas de seu uso na associação com os atuais.

4.2.3 A pesquisa documental

Encontrar o topônimo na base não significa que a questão da identificação esteja resolvida. A pesquisa documental provou ser fundamental, como exemplificado adiante, com

o caso da localidade de Paulo Afonso (ponto 178).

Retomando a questão da pesquisa documental, cabe enfatizar que ela compreende, dentre outros, documentos cartográficos e aqueles de caráter monográfico.

O sucesso da pesquisa depende da atenção que for dada aos seguintes aspectos:

a) credibilidade e referência das fontes dos documentos, conforme as mais recomendadas e apropriadas para cada tipo de informação procurada. Na presente pesquisa, destacam-se as bibliotecas do IBGE, da Academia Brasileira de Letras, do Senado Federal, dos Arquivos Públicos e das Universidades;

b) facilidade de acesso aos documentos (seja *in loco* ou pelo acesso digital), o mesmo se aplicando aos endereços oficiais dos governos estaduais e municipal, além da necessidade de cadastro e obtenção das licenças de uso, necessárias em alguns casos;

c) qualidade no que se refere às condições “físicas” da documentação levantada (condições de leitura, legibilidade, permissão e facilidade de manuseio, reprodução – especialmente se o uso for para escanear e georreferenciar);

d) qualidade no que se refere ao conteúdo da documentação levantada (deve dar as informações mínimas necessárias ao resgate e atualização dessas informações);

e) definição do recorte temporal apropriado ao estudo (que poderá ser ajustado conforme o avanço da pesquisa).

Adquirido o material e em função dos resultados produzidos, faz-se uma nova avaliação. No caso dos mapas para uso em georreferenciamento, as digitalizações tendo ficado com as resoluções mínimas de 300 dpi, passa-se à etapa de georreferenciamento, vetorização e comparação entre o mapa antigo e o atual.

4.2.3.1 A pesquisa e os registros a partir dos mapas e atlas adotados

Ao longo de toda a pesquisa, um dos maiores problemas enfrentados foi o da seleção dos documentos cartográficos para a validação das conclusões, principalmente porque no final do século XIX muitos mapas foram produzidos, inclusive, fora do Brasil. Uma grande parte deles foi pautada apenas na cópia ou, em alguns casos, na reprodução de mapas já publicados acrescidos de poucas novas informações ou, simplesmente, diferenciados pelo partido gráfico de representação adotado.

Desde a instituição da Comissão da Carta Geral do Brasil (1903), a cartografia aqui produzida passou a ser de maior qualidade e voltada para as novas recomendações.

Na etapa de pré-seleção dos novos documentos, foram notadas algumas referências a localidades que não haviam sido encontradas nos procedimentos iniciais e que ora constavam desses novos, sinalizando assim para confirmação das alterações toponímicas não detectadas através das outras alternativas apresentadas.

Muitos mapas foram considerados válidos e aproveitados já que pelas escalas e conteúdos se mostraram de grande relevância.

Em relação aos atlas, dentre os que atenderiam aos critérios estabelecidos, poucos foram os disponíveis.

Dentre todos, pelo grau de detalhes que apresentam e por atenderem às características apontadas no início da presente subseção, optou-se por dois dos documentos cartográficos de maior importância e credibilidade produzidos à época: o *Atlas do Brasil*, de autoria do Barão Homem de Mello e do Dr. Francisco Homem de Mello, de 1909, e a *Carta Geographica do Brasil*, produzida “em comemoração ao primeiro centenário da Independência”, organizada sob a responsabilidade do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, de 1922, e considerada por muitos estudiosos como a primeira carta científica do Brasil.

Essas obras subsidiaram as pesquisas referentes ao início do recorte temporal estabelecido. Faltava, entretanto, uma obra de publicação mais recente, para que o acompanhamento das mudanças (ou ratificações das identificações) pudesse ser realizado. Em 1959, o IBGE publicou o *Atlas do Brasil (Geral e Regional)* e decidiu-se pela sua adoção.

As duas primeiras referências estão em versão digital e, da última, foi adquirido um exemplar original impresso.

Além desses, complementarmente, foram usados outros mapas que estão apresentados na seção 5, quando pertinente (mapas pós-selecionados).

Ratificando a importância do suporte dos documentos cartográficos, muitas vezes a única fonte que permitiu a identificação daquelas localidades não encontradas na base ou encontradas em UF distintas daquelas apontadas por Nascentes (1958) foram, justamente, os Atlas e mapas adotados.

No caso da localidade de Paulo Afonso, citado no início da presente subseção, Nascentes (1958) a inseriu no Estado de Alagoas. Paulo Afonso é uma localidade nacionalmente conhecida pela sua famosa Cachoeira e hidrelétrica que abastece de energia toda a região Nordeste e parte da Sudeste e que está localizada no Estado da Bahia. Nascentes (1958) estava enganado? A Figura 88, que apresenta o mapa do Estado de Alagoas do atlas de Mello, B. H. e Mello, F. H. (1909) com *zoom* para a localidade de Paulo Afonso, dirime qualquer dúvida quanto à pertinência administrativa (Nascentes estava correto), além de ter fornecido outra informação que foi útil para a sua identificação na base do IBGE (2016), na qual foi encontrada a cidade de Mata Grande, alteração toponímica ratificada posteriormente.

Figura 88 – Mapa do Estado de Alagoas (1909) com *zoom* para a localidade de Paulo Afonso (ponto 178)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Mello, B. H. e Mello, F. H. (1909, p. 10), Nascentes (1958, p. 20), IBGE (2016).

Os elementos existentes na BCIM são registrados no mapa da forma como explicitado nos exemplos referidos à localidade de Feijó e ao Rio Mucuri: diz-se que são “carregados” diretamente das tabelas.

Para os elementos pontuais, a melhor alternativa quando a informação não está contemplada na base é registrá-la através das coordenadas, se conhecidas e estiverem no mesmo sistema de referência – caso não estejam é necessário, preliminarmente, fazer a conversão para o mesmo sistema da base. Outra condição importante é observar o meridiano de origem para que seja feita também a conversão para o de Greenwich, caso o do mapa de referência seja diferente deste (como no caso do *Atlas do Brasil*, de 1909, referenciado ao Meridiano do Rio de Janeiro).

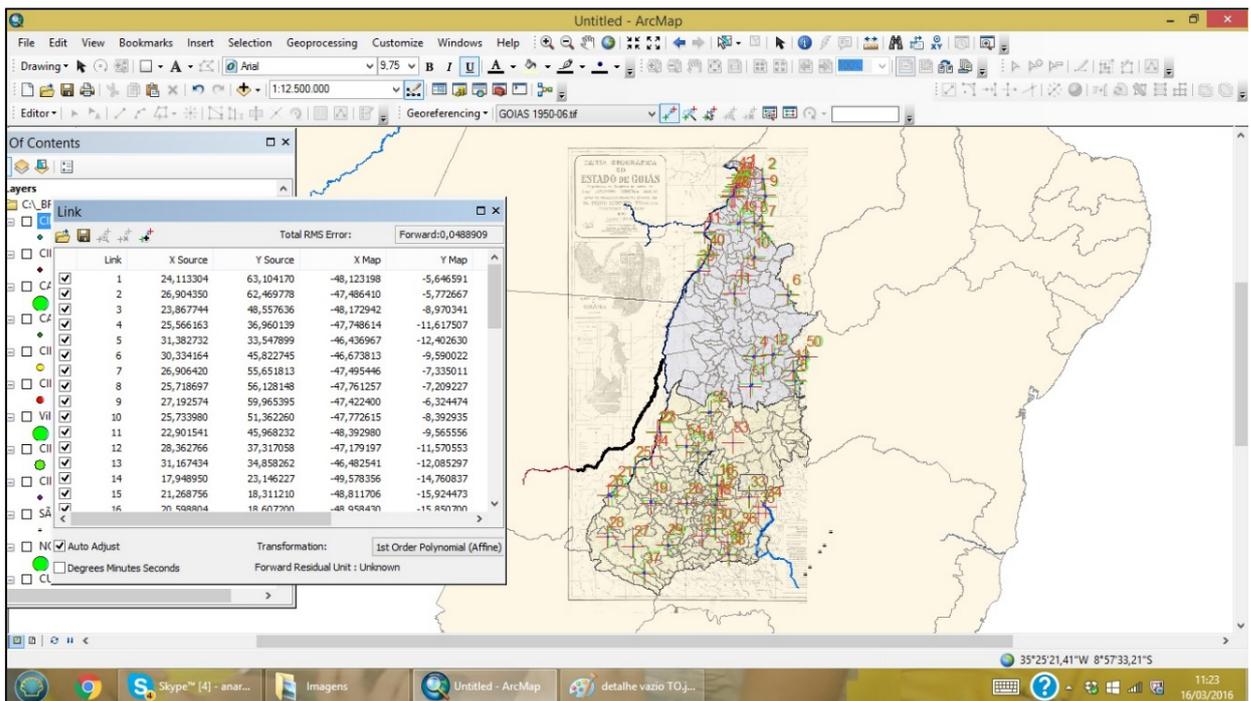
Apesar de já terem sido citadas muitas vezes ao longo do texto, faz-se no momento uma breve descrição das etapas que envolvem o georreferenciamento.

Satisfeitas as condições impostas para o seu uso (elencadas em 4.2.3), no caso em que está sendo elaborado um novo mapa e que a informação consta de um outro mapa, em meio analógico, por exemplo, independentemente do *software* utilizado, o georreferenciamento consiste em identificar pontos no mapa que possam ser associados a pontos do mapa em elaboração, que consiste no que se entende por *definição dos pontos de controle*.

A Figura 89 ilustra parte do trabalho de georreferenciamento feito com mapa do Estado de Goiás de 1950: podem-se observar o mapa e a base cartográfica em uso, os pontos comuns identificados marcados e o quadro de controle das distorções para cada ponto.

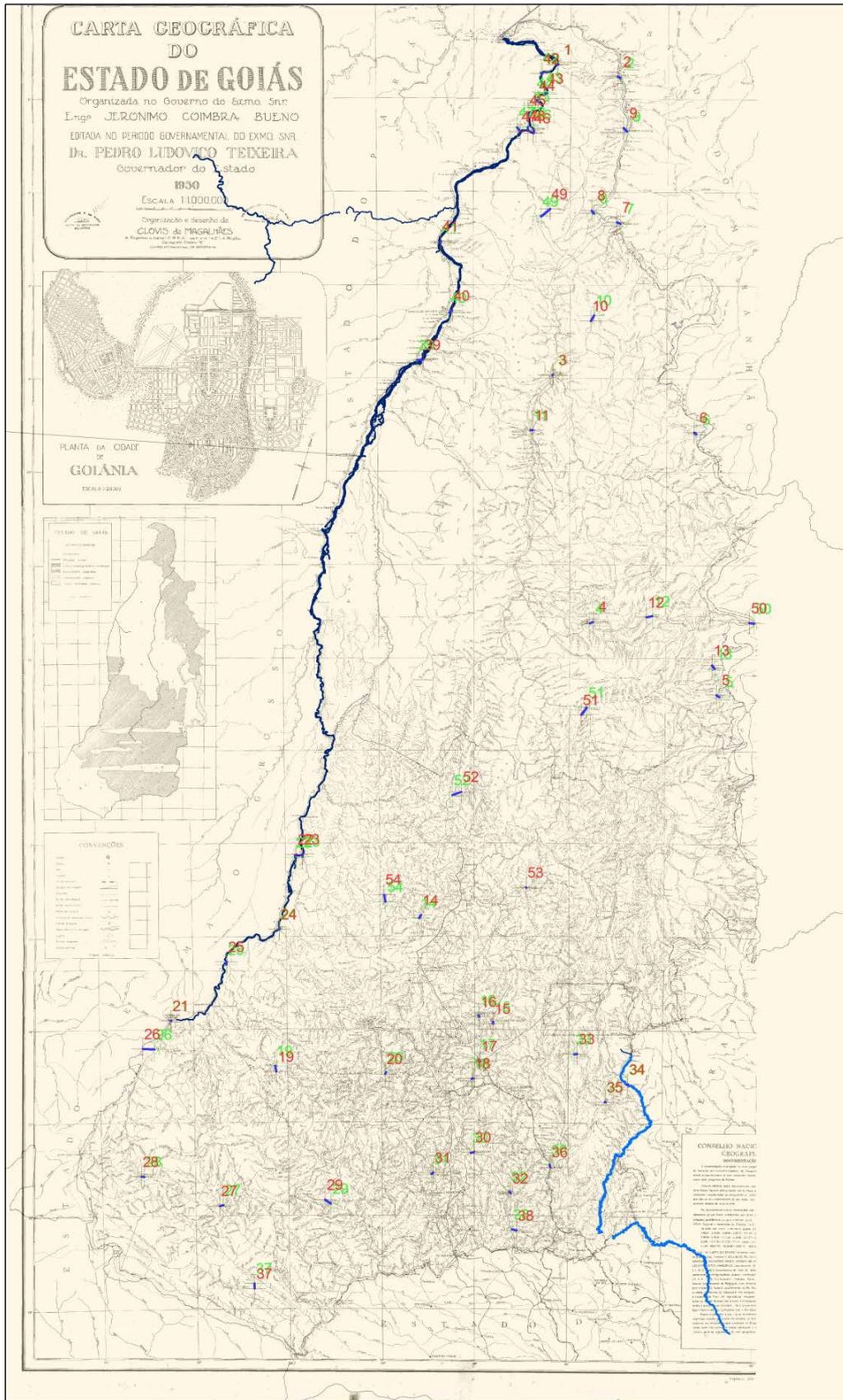
A associação pode ser feita através das coordenadas (se conhecidas) como também visualmente, desde que o *software* contemple as ferramentas de “captura” de pontos.

Figura 89 – Parte do trabalho de georreferenciamento de pontos do Estado de Goiás em mapa de 1950



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – carta de trabalho (recorte).

Figura 90 – Georreferenciamento da Carta Geográfica do Estado de Goiás de 1950



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – carta de trabalho.
Fonte: Teixeira (1950), IBGE (2016).

A qualidade do georreferenciamento pode ser monitorada e controlada durante a operação, permitindo a realização de ajustes (como a escolha de novos pontos de controle ou descarte de alguns), optando-se pela transformação que tenha apresentado os menores erros de ajustamento.

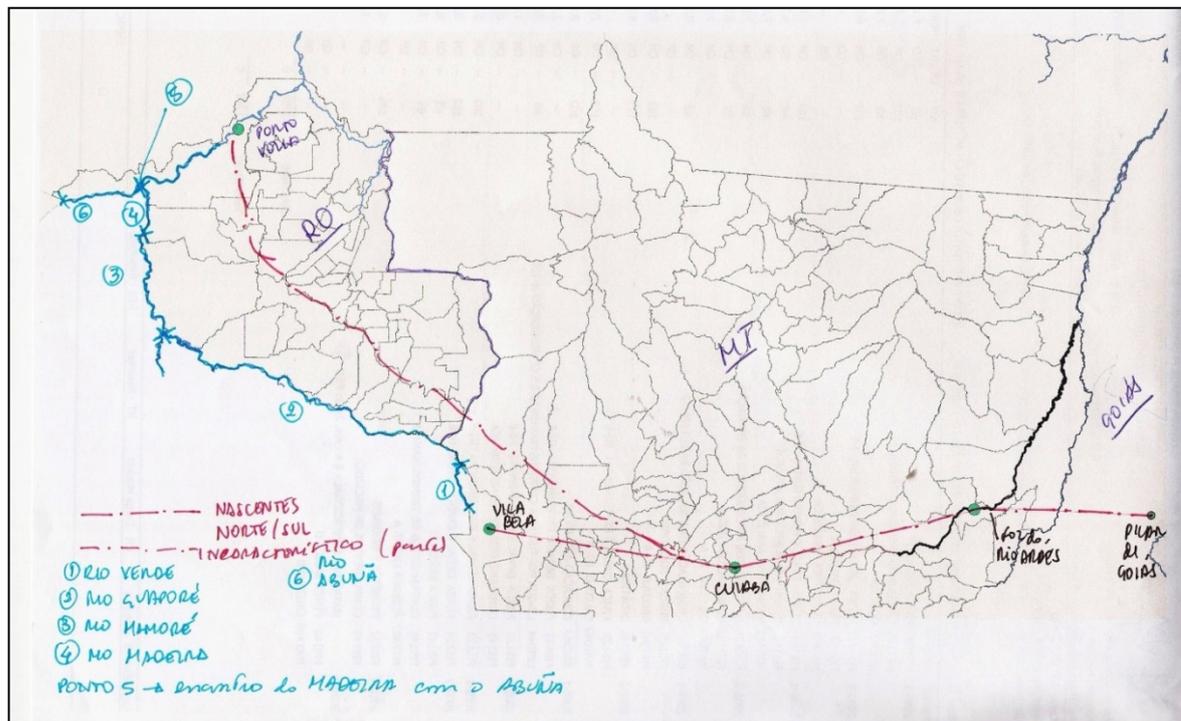
Algumas dificuldades no georreferenciamento estarão presentes quando da necessidade de georreferenciar os limites dialetais descritos por Nascentes. Em alguns casos, o limite será definido por uma *linha seca*, que é uma linha virtual que liga dois vértices e não possui elementos físicos para sua identificação. Vários casos de litígios e indefinições são originados por essa característica. Para evitá-los, a sua caracterização no campo deve ser feita através da monumentalização dos seus pontos extremos através da implantação de marcos devidamente posicionados e georreferenciados.

Outra alternativa possível é usar as técnicas de superposição de mapas, também disponíveis em programas de Cartografia digital, especialmente para os elementos de configuração linear. Usando ferramentas de *transparência* (de 0% a 100%), procura-se compará-los, identificando as coincidências das feições geográficas: elementos pontuais referentes às localidades e lineares para as demais, como para os elementos de orografia (que permitem identificar o relevo), hidrografia e de circulação (caminhos, estradas). Cumpre destacar, entretanto, que *essa alternativa foi usada apenas para localizar aproximadamente os elementos que ainda precisavam ser identificados ou quando a documentação textual não era suficiente ou deixava alguma dúvida: a ratificação das suas posições foi feita através das suas identificações nas tabelas da BCIM.*

Um exemplo do uso da ferramenta de transparência está apresentado nas Figuras 95, e 96, quando da necessidade de identificar o limite do território incharacterístico existente apenas representado no cartograma (NASCENTES, 1953) e que não corresponde à descrição feita. Trata-se de imagens de trabalho, mas servem para ilustrar as alternativas usadas.

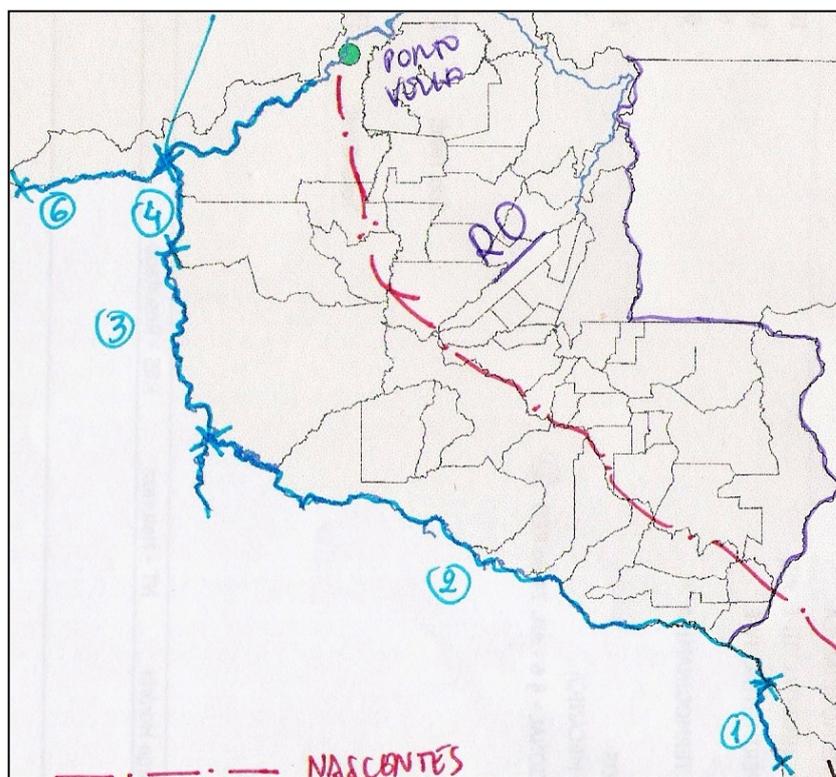
Após capturar a linha limite do cartograma (Figura 91), fez-se a superposição sobre a carta base de trabalho, procurando-se fazê-la coincidir ao máximo com os elementos identificáveis (na Figura 92, observa-se coincidência com linhas limites de municípios, que correspondem à serra dos Parecis).

Figura 91 – Utilização da ferramenta de transparência em trecho do território incharacterístico



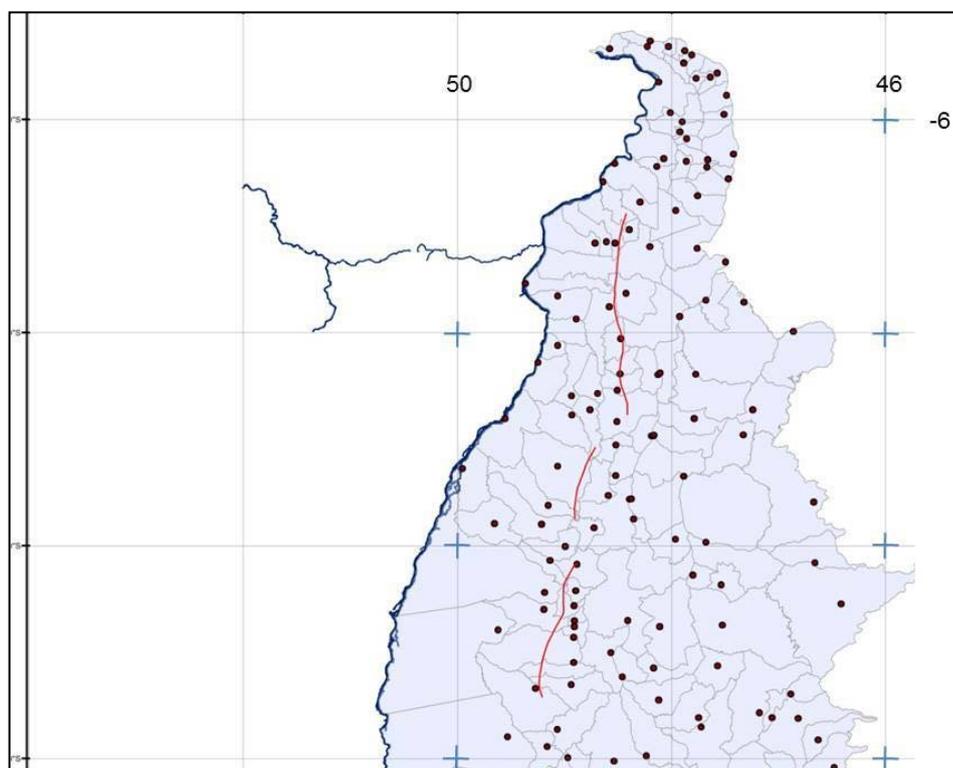
Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – carta de trabalho (recorte).
 Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

Figura 92 – Utilização da ferramenta de transparência em trecho do território incharacterístico detalhe do Estado de Rondônia



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – carta de trabalho (recorte).
 Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

Figura 94– Parte do Estado de Tocantins com detalhe para as serras citadas por Nascentes (1953) sobre carta-base



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – carta de trabalho (recorte)

Fonte: Mello B. H. e Mello F. H. (1909, p. 22) e IBGE (2016).

Embora haja uma razoável coincidência dos caminhos e vias assim como dos elementos hidrográficos, as maiores distorções dos elementos lineares ocorreram nos limites políticos, não por causa da qualidade ou confiabilidade da informação cartográfica mas pelo próprio dinamismo desses limites (decorrentes de fusões e desmembramentos ou de disputas territoriais). Nesses casos, prevaleceu sempre a documentação textual (leis e memoriais descritivos) sobre a base atual.

4.2.3.2 Os documentos textuais de referência

Os documentos textuais de grande valia foram os itinerários e relatos descritivos de viagens, notadamente os de exploração e de ocupação do interior do Brasil, os recenseamentos e os censos realizados no Brasil, destacando-se as publicações contendo as divisões administrativas do Brasil, especialmente as produzidas entre 1911 e 1960.

Apesar de constarem, devidamente, das referências bibliográficas desta tese, elegeram-se, pelo grau de detalhe e comentários dos autores, as seguintes obras: *Itinerário*

do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Geraes e Goiaz de (MATTOS, 1836), *Corografia brasilica* (CASAL, 1817), *Viagem ao Redor do Brasil: 1875-1878* (FONSECA, 1986), *No Brasil, do Rio São Francisco ao Amazonas* (WALLE, 2006), *Viagens às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz* (SAINT-HILAIRE, 1937), *História da Terra e do Homem no Planalto Central* (BERTRAN, [19--]).

Com relação à localidade de *Arrependidos*, citada na descrição dos limites Norte-Sul, como não há na base do IBGE qualquer registro, houve a necessidade de buscar em outras fontes, inicialmente na *web*, que resultou numa infinidade de retornos, pouquíssimos de alguma utilidade. Entretanto uma delas despertou a atenção por fazer referência a um posto de combustíveis, situado na divisa dos estados de Minas Gerais (km 945 da BR-251) e Goiás (GO-010), e por apresentar, inclusive, as coordenadas geográficas. Para essa informação ser considerada válida, seria necessário vinculá-la a outras referências assim como confirmar as coordenadas com as obtidas nos mapas da pesquisa cartográfica.

As obras de Mattos (1836) e Bertran ([19--]) forneceram outras informações que permitiram confirmar que o Posto Arrependidos de hoje tem a sua localização onde existia o Registro de Arrependidos:

Chegou Saint-Hilaire ao Planalto em maio de 1819, vindo de Paracatu, pela estrada do **registro dos Arrependidos**, que é a mesma de hoje, passando por Unaí, atravessando pela Estrada Real de Minas até as portas de Santa Luzia (BERTRAN, [19--], p. 210) (grifo nosso).

Note-se que do registro de Lagoa Feia passa-se ao arraial dos Couros pelo norte desta lagoa: a distância entre os dous lugares é 1 légua. Do arraial há caminho pela margem direita do rio Preto até ao **Registro dos Arrependidos**: [...] O registro dos Arrependidos é casa de arrecadação dos direitos de entradas, o de fiscalização dos de saídas de gêneros importados e exportados de Goiás. O quartel do registro é uma pequena casa situada à esquerda do **ribeirão dos Arrependidos**: tem um rancho dos passageiros, e tudo se acha maltratado. [...] O **ribeirão dos arrependidos** tem **uma ponte grande**, por onde segue a estrada para a vila de Paracatu e a de São Marcos, de que vou tratando (MATTOS, 1836, p.329) (grifo nosso).

Com isso, foi possível, através de ferramentas de consultas e edição de mapas, confirmar a localização até transportá-la para a base cartográfica.

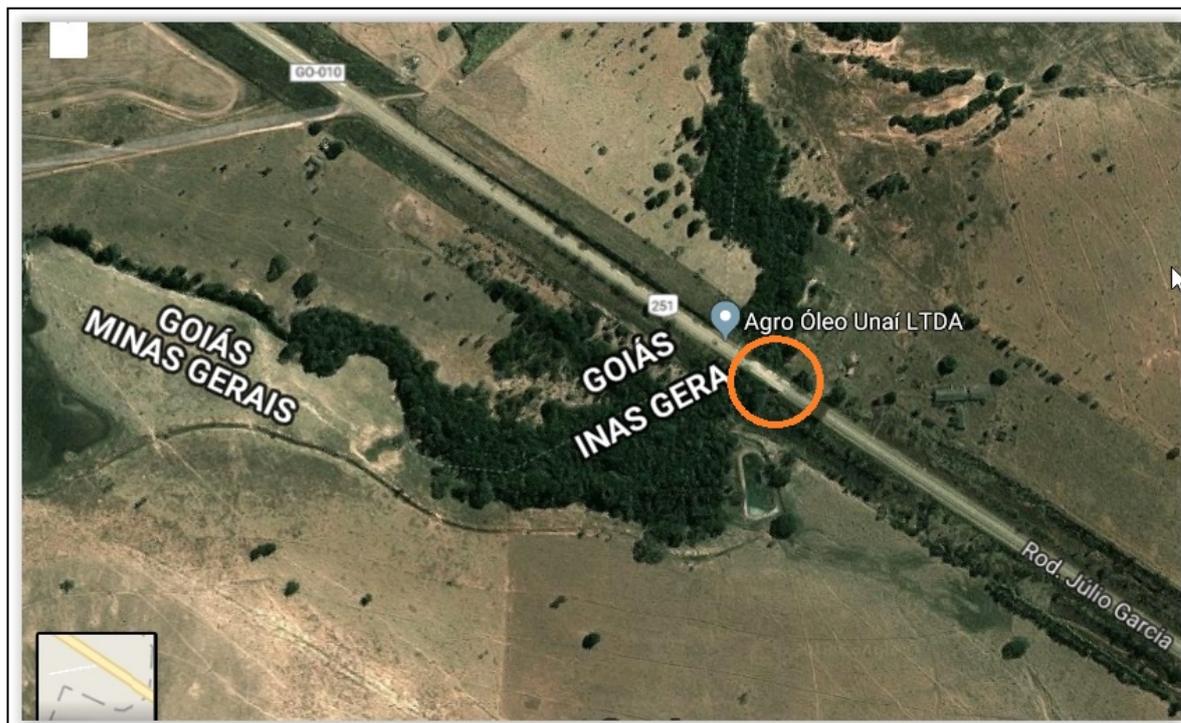
A Figura 95 mostra a primeira consulta no provedor de mapas e as Figuras 96 e 97 já apresentam o Posto (Posto Agro Óleo Unaí Ltda.) sobre a imagem de satélite, com destaque para ponte – a mesma citada por Mattos (1836).

Figura 95 – Posto de combustível situado na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais no provedor de mapas *Google Maps*



Fonte: Google Maps (2018).

Figura 96 – Posto de combustível situado na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais no provedor de mapas *Google Maps* sobre imagem de satélite com destaque para a ponte



Fonte: Google Maps (2018).

Figura 97 – Posto de combustível situado na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais no provedor de mapas *Google Maps* sobre imagem de satélite ampliada com destaque para a ponte



Fonte: Google Maps (2018).

Outro trabalho bastante importante pela sua abrangência, completeza e caráter único em conteúdo, especialmente na época da publicação, é a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, elaborada em conjunto pelo Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística e que foi editada pelo IBGE entre 1957 e 1964, com o objetivo de sistematizar as informações estatísticas e geocientíficas do território brasileiro. Embora tendo como prioridade o município, oferece também informações sobre as grandes regiões brasileiras, tanto no que se refere aos aspectos físicos (relevo, clima, vegetação, hidrografia) quanto às características demográficas e socioeconômicas, além de apresentar uma vasta gama de fotografias e mapas de detalhes. A demora na publicação se deu por questões documentais, mas os dados referem-se ao período de nosso interesse.

Como será detalhado adiante, outros documentos complementares foram necessários, como, por exemplo, os históricos das cidades disponíveis na biblioteca digital do IBGE. Ilustra-se essa situação com o histórico da localidade de Mata Grande, que confirma a alteração toponímica ocorrida, apresentada em recorte na Figura 98.

Figura 98 – Parte do histórico da cidade Mata Grande (AL) (IBGE, 2016) com referência à alteração toponímica da localidade de Paulo Afonso (Nascentes, 1958)

Formação Administrativa
Elevado à categoria de vila com denominação de Mata Grande, pela lei provincial nº 18, de 18-03-1837, desmembrado de Porto da Folha (mais tarde Traipú).
Pela lei provincial nº 43, de 04-05-1846, a vila é extinta.
Elevado novamente à categoria de vila com a denominação Mata Grande, pela lei nº 197, de 28-06-1852. Reinstalada em 27-09-1852.
Pela lei provincial nº 516, de 30-04-1860, Mata Grande passou a denominar-se Paulo Afonso.
Elevado à condição de cidade com a denominação de Mata Grande, pela lei estadual nº 328, de 05-06-1902.
Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Paulo Afonso é constituído do distrito sede.
Pela lei estadual nº 1144, de 25-05-1929, o município de Paulo Afonso passou a denominar-se Mata Grande.
Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído distrito sede.
Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada em 2007.

Fonte: IBGE (2016).

Toda nova informação foi sendo agregada às já existentes na planilha e, à medida que os resultados da identificação iam sendo validados, eram inseridos na base de dados da pesquisa até que o levantamento fosse considerado esgotado e/ou satisfeito.

Partes da planilha assim como detalhes de mapas serão apresentados ao longo da tese, à medida que as situações que mereceram/merecem destaque sejam comentadas e detalhadas.

Como afirmado no início da presente seção, parte da metodologia foi sendo construída e adaptada conforme a pesquisa avançava, em função das novas situações que iam surgindo. Por esse motivo, os casos particulares serão exemplificados na seção 5, da análise dos dados, quando serão apresentados quadros-resumo.

Somente após a validação da base (que contemplou todos os pontos e elementos geográficos dos dois documentos estudados, mesmo que alguns não tenham sido rigorosamente identificados), foi iniciado o processo de elaboração do documento cartográfico final.

Após os dados levantados, registrados e organizados, passa-se à análise de todo o material.

5 ANÁLISE E RESULTADOS

Como explicado na seção referente à metodologia, por se tratar de dois documentos distintos, o de Nascentes (1953) e o de Nascentes (1958), as análises foram feitas separadamente, apesar de existirem localidades comuns a ambos. Por esse motivo também, primeiro serão apresentadas as análises relativas ao documento de 1958, que apresenta a sugestão dos pontos para o atlas, e, em seguida, aquele de 1953, referente à divisão dialetal.

Como a pesquisa envolveu várias etapas, são também apresentadas cronologicamente – quando possível e ao final de cada uma – uma análise do que foi encontrado e os resultados parciais (englobando as confirmações, as dúvidas e as pendências). Com relação à identificação das localidades e dos elementos físicos, são apresentados conforme aparecem nos documentos originais: pela sequência numérica e UF no caso dos pontos e pela ordem em que aparecem na descrição dos limites.

Na subseção 5.2, demonstra-se o detalhamento por UF, um resumo para cada uma delas, as decisões tomadas referentes às pendências, os documentos que embasaram essas decisões, além da relação final das localidades e do registro cartográfico final. Inclui-se, ainda, um mapa do Brasil com todos os pontos e uma listagem contínua da totalidade dos pontos. São incluídas ainda algumas sugestões para substituições dos pontos que não mais existem.

A subseção 5.3 contempla, da mesma forma, todas as análises relativas à descrição dos limites e o mapa com os falares e os subfalares.

5.1 A IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DOS INQUÉRITOS DA SUGESTÃO DE NASCENTES (1958)

5.1.1 Trabalhos preliminares: análise do documento e preparação da listagem publicada

Em consonância com o estabelecido na metodologia, subseção 4.1.2.1, o ponto de partida foi a elaboração de uma listagem em meio digital dos elementos descritivos e localidades conforme grafados nos documentos primários, mantendo-se a numeração original atribuída (no caso das localidades) bem como as referências e as subordinações político-administrativas inicialmente associadas.

A decisão de manter os pontos agrupados pelos estados e território, mostrou-se de extrema utilidade em alguns casos nessa etapa inicial, pelo fato de haver multiplicidade de localidades com os mesmos topônimos na proposta de Nascentes (total de 61) e a

subordinação administrativa serviu tanto para filtrá-los na pesquisa na BCIM quanto para identificar duplicidade numa mesma UF (dois casos: Campanha em Minas Gerais e Paranaguá no Paraná), como apresentado no Quadro 18.

Quadro 18 – Topônimos com mais de uma ocorrência dentre os pontos de Nascentes (1958)

PONTOS DOS INQUÉRITOS DE NASCENTES			PONTOS DOS INQUÉRITOS DE NASCENTES		
nº	Topônimo	UF	nº	Topônimo	UF
135	Areia	Paraíba	171	Pilar	Alagoas
228	Areia	Bahia	333	Pilar	São Paulo
565	Bela Vista	Goiás	569	Pilar	Goiás
599	Bela Vista	Mato Grosso	128	Pombal	Paraíba
224	Bonfim	Bahia	227	Pombal	Bahia
460	Bonfim	Minas Gerais	264	Rio Bonito	Rio de Janeiro
561	Bonfim	Goiás	568	Rio Bonito	Goiás
528	Campanha	Minas Gerais	1	Rio Branco	Acre
536	Campanha	Minas Gerais	387	Rio Branco	Paraná
260	Capivari	Rio de Janeiro	495	Rio Branco	Minas Gerais
329	Capivari	São Paulo	440	Rio Pardo	Rio Grande do Sul
64	Flores	Maranhão	483	Rio Pardo	Minas Gerais
152	Flores	Pernambuco	114	Santa Cruz	Rio Grande do Norte
573	Flores	Goiás	236	Santa Cruz	Espírito Santo
122	Itabaiana	Paraíba	296	Santa Cruz	Distrito Federal
195	Itabaiana	Sergipe	431	Santa Cruz	Rio Grande do Sul
89	Jardim	Ceará	390	São Francisco	Santa Catarina
109	Jardim	Rio Grande do Norte	472	São Francisco	Minas Gerais
95	Limoeiro	Ceará	256	São Francisco de Paula	Rio de Janeiro
144	Limoeiro	Pernambuco	452	São Francisco de Paula	Rio Grande do Sul
182	Limoeiro	Alagoas	18	São Gabriel	Amazonas
26	Monte Alegre	Pará	435	São Gabriel	Rio Grande do Sul
516	Monte Alegre	Minas Gerais	450	São Lourenço	Rio Grande do Sul
36	Oeiras	Pará	540	São Lourenço	Minas Gerais
72	Oeiras	Piauí	59	São Luís Gonzaga	Maranhão
365	Paranaguá	Paraná	427	São Luís Gonzaga	Rio Grande do Sul
367	Paranaguá	Paraná	106	Serra Negra	Rio Grande do Norte
272	Parati	Rio de Janeiro	316	Serra Negra	São Paulo
409	Parati	Santa Catarina	175	Vitória	Alagoas
132	Patos	Paraíba	231	Vitória	Espírito Santo
502	Patos	Minas Gerais			

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1958, p. 19-22).

À primeira vista, a leitura da listagem dos pontos dos inquéritos sugeridos por Antenor Nascentes em *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (1958) leva o leitor a acreditar que se trata de 606 (seiscentas e seis) localidades, já que este é o número do último ponto relacionado e que corresponde à localidade de Guajará-Mirim (Território de Rondônia). Essas localidades estão agrupadas de acordo com a divisão territorial brasileira correspondente à da época da publicação (NASCENTES, 1958): 20 estados, cinco territórios e um Distrito Federal.

Com a digitação do texto original na planilha eletrônica e usando as ferramentas disponíveis, foi possível identificar alguns enganos nessa listagem original que permitiram, de imediato, constatar que a quantidade de pontos total não corresponderia àquela sugerida pelo número do último ponto, o 606. Foram verificadas: descontinuidade na sequência da numeração, ausência de números, localidades com dupla numeração e repetição de topônimos associados a números distintos, estando alguns deles numa mesma UF (cujo problema tanto pode ser relativo à numeração quanto à duplicidade do topônimo).

5.1.1.1 Problemas de numeração: ausência, descontinuidade, duplicidade

A Figura 99 apresenta as localidades do estado do Amazonas, do antigo Território do Rio Branco (hoje estado de Roraima) e do estado do Pará, com destaque para aquelas com numeração faltando ou repetida. Em alguns casos de numeração duplicada, constatou-se tratar-se de *lapsi calami*¹⁰⁰. Nessas ocorrências, a substituição pelo número correto pôde ser feita sem problema, como no exemplo de Borba (AM) e Alenquer (PA), ambas com número 25, para as quais é fácil deduzir que o engano cometido foi na numeração de Borba que deveria ser 15 (que não foi usado para qualquer outra localidade). Outro caso idêntico foi o uso do número 28 para as localidades de Monte Alegre e Breves: percebe-se que o número de Monte Alegre deveria ser 26.

Figura 99 – Localidades com numeração faltando ou repetida no Estado do Amazonas, no antigo Território do Rio Branco (hoje Estado de Roraima) e no Estado do Pará segundo Nascentes (1958)

<p>AMAZONAS — 4 Manaus, 5 Moura, 6 Barcelos, 7 Cadajás, 8 Tefé, 9 Fonte Boa, 10 São Paulo de Olivença, 11 Tabatinga, 12 Lábrea, 13 Humaitá, 14 Manicoré, 25 Borba, 16 Itacoatiara, 17 Parintins, 18 São Gabriel, 19 Cucuí.</p> <p>RIO BRANCO — 11 Boa Vista.</p> <p>PARÁ — 22 Belém, 23 Óbidos, 24 Santarém, 25 Alenquer, 28 Monte Alegre, 27 Gurupá, 28 Breves, 29 Afuá, 30 Anajás, 31 Chaves, 32 Soure, 33 Ponta de Pedras, 34 Mosqueiro, 35 Souzel, 36 Oeiras, 37 Portel, 38 Cametá, 39 Bragança, 40 Vigia, 41 Viseu.</p>

Fonte: Nascentes (1958, p. 19), recorte.

Na mesma figura, observa-se outra repetição, sem solução incontestada, como aconteceu com as anteriores: Tabatinga e Boa Vista, ambas com número 11. Como na listagem a localidade seguinte a Boa Vista é Belém e ela tem o número 22, num primeiro

¹⁰⁰*Lapsus calami* – do latim, literalmente, “erro de pena”; erro acidental ao escrever; *lapsi* (pl.).

momento a tendência é atribuir a Boa Vista o número 21, que não existe. Analisando com mais cuidado, percebe-se que após o número 19 (Cucuí) vem Boa Vista, que, nesse enfoque, seria o número 20, que também não existe.

A indefinição, portanto, está no número correspondente a **Boa Vista (20 ou 21)**, mas a constatação de que falta um número indica uma alteração na quantidade total final dos pontos, que passaria a 605.

Também ocorreram repetições nos estados da Paraíba (Figura 100), Alagoas (Figura 101) e São Paulo (Figura 102), frutos de enganos que não comprometeram o total.

Figura 100 – Localidades com numeração repetida no Estado da Paraíba em Nascentes (1958)

PARAÍBA — 117 João Pessoa, 118 Campina Grande, 119 Guarabira, 120 Mamanguape, 121 Pedras de Fogo, 122 Itabaiana, 123 Umbuzeiro, 124 Alagoa do Monteiro, 135 Princesa, 126 Conceição, 127 Piancó, 128 Pombal, 129 Sousa, 130 Cajazeiras, 131 Catolé da Rocha, 132 Patos, 133 Batalhão, 134 Soledade, 135 Areia, 136 São João do Cariri, 137 Bananeiras, 138 Teixeira.

Fonte: Nascentes (1958, p. 20), recorte.

Na Paraíba, as localidades Princesa e Areia têm o mesmo número: 135. Como faltou o número 125 na sequência e ele não foi associado a qualquer outra, confirmou-se o número 125 para Princesa, mantendo o 135 para Areia.

Figura 101 – Localidades com numeração repetida no Estado de Alagoas em Nascentes (1958)

ALAGOAS — 164 Maceió, 165 Porto Calvo, 166 São Luís de Quitunde, 167 Maragogi, 168 Coruripe, 169 Piaçabuçu, 170 Penedo, 171 Pilar, 172 São Miguel de Campos, 173 Marechal Deodoro, 174 União, 175 Vitória, 176 Palmeira dos Índios, 177 Sant'Ana, 178 Paulo Afonso, 179 Piranhas, 180 Pão de Açúcar, 181 Traipu, 182 Limoeiro, 183 Junqueiro, 183 Pedra.

SERGIPE — 185 Aracaju, 186 Maruim, 187 Propriá, 188 Brejo Grande, 189 São Cristóvão, 190 Estância, 191 Saco, 192 Buquim, 193 Lagarto, 194 Simão Dias, 195 Itabaiana, 196 Riachuelo, 197 Capela, 198 Divina Pastora, 199 Gararu, 200 Aquidabã.

Fonte: Nascentes (1958, p. 20), recorte.

Como pode ser observado, Junqueira e Pedra trazem o mesmo número, 183; Pedra (AL) teria o número 184, que não havia sido usado. O número seguinte, 185 (Aracaju – SE), confirma essa dedução.

Em São Paulo, Piracicaba e Espírito Santo de Turvo receberam o mesmo número, 328. Pelas mesmas justificativas anteriores, manteve-se o número 328 para Piracicaba e Espírito Santo de Turvo recebeu o número 348.

Figura 102 – Localidades com numeração repetida no Estado de São Paulo em Nascentes (1958)

SÃO PAULO — 304 São Paulo, 305 Queluz, 306 Cunha, 307 Ubatuba, 308 Campos do Jordão, 309 Paraibuna, 310 São Sebastião, 311 São José dos Campos, 312 Moji das Cruzes, 313 Caconde, 314 Casa Branca, 315 Moji Guaçu, 316 Serra Negra, 317 Jundiá, 318 São Vicente, 319 Santos, 320 Ituverava, 321 Batatais, 322 Ribeirão Preto, 323 Sta. Rita de Passa Quatro, 324 São Carlos do Pinhal, 325 Rio Claro, 326 Pirassinunga, 327 Limeira, 328 Piracicaba, 329 Capivari, 330 Porto Feliz, 331 Sorocaba, 332 Itapetininga, 333 Pilar, 334 Iguape, 335 Barretos, 336 Jaboticabal, 337 Taquaratinga, 338 Araraquara, 339 Bariri, 340 Jaú, 341 Botucatu, 342 Espírito Santo da Boa Vista, 343 Faxina, 344 Apiaí, 345 Cananéia, 346 São José do Rio Preto, 347 Bauru, 328 Espírito Santo de Turvo, 349 Sta. Bárbara do Rio Pardo, 350 Piraju, 351 Avare, 352 Itaporanga, 353 Lavrinhas, 354 Itararé, 355 Porto Tibiriçá, 356 Porto Epitácio, 357 Araçatuba, 358 Andradina, 359 Dracena, 360 Porto Vargas, 361 Lins, 362 Marília, 363 Assis.

Fonte: Nascentes (1958, p. 21), recorte.

Já no estado da Bahia foram identificadas nove repetições, do 210 ao 218, destacadas na Figura 103 em dois conjuntos, com retomada da sequência normal a partir do 219. Assim, configura-se que essas nove localidades devem ser acrescentadas ao total, que passa, assim, a ser de 614 (seiscentos e quatorze). Neste caso, não há como atribuir novos números sem comprometer de forma substancial a sequência numérica na continuidade, a não ser acrescentando um elemento diferencial aos números do segundo conjunto, como, por exemplo, 210a, 211a, 212a etc.

Figura 103 – Localidades com numeração repetida no Estado da Bahia em Nascentes (1958)

BAHIA — 201 Salvador, 202 Alagoinhas, 203 Barracão, 204 Serrinha, 205 Feira de Sant' Ana, 206 São Félix, 207 Itaparica, 208 Camamu, 209 Ilhéus, 210 Canavieiras, 211 Porto Seguro, 212 Caravelas, 213 Conquista, 214 Carinhonha, 215 Caiteté, 216 Correntina, 217 Campo Largo, 218 Santa Rita, 210 Urubu, 211 Bom Jesus da Lapa, 212 Barra do Rio Grande, 213 Pilão Arcado, 214 Casa Nova, 215 Juazeiro, 216 Curaça, 217 Sto. Antônio da Glória, 218 Campestre, 219 Lençóis, 220 Andaraí, 221 Rio de Contas, 222 Mundo Novo, 223 Jacobina, 224 Bonfim, 225 Monte Santo, 226 Jeremuabo, 227 Pombal, 228 Areia, 229 Jequié, 230 São José de Porto Alegre.

Fonte: Nascentes (1958, p. 20), recorte.

5.1.1.2 Repetição de topônimos associados a números distintos, numa mesma UF

Uma nova situação foi registrada nos estados de Minas Gerais e Paraná: em cada um dos estados, conforme destacados nas Figuras 104 e 105, respectivamente, existem dois pontos com os mesmos topônimos mas que receberam números distintos: Campanha (528 e 536) e Paranaguá (365 e 367).

Figura 104 – Localidades com os mesmos topônimos e numeração sequencial no Estado de Minas Gerais em Nascentes (1958)

MINAS GERAIS - Antônio do Monte, 510 Formiga, 511 Oliveira, 512 Estrêla do Sul, 513 Araguari, 514 Uberaba, 515 Uberlândia, 516 Monte Alegre, 517 Prata, 518 Frutal, 519 Passos, 520 Piúí, 521 São Sebastião do Paraíso, 522 Muzambinho, 523 Alfenas, 524 Três Pontas, 525 Campo Belo, 526 Lavras, 527 Três Corações, 528 Campanha, 529 Caldas, 530 São Gonçalo de Sapucaí, 531 Ouro Fino, 532 Pouso Alegre, 533 Itajubá, 534 Jaguarí, 535 Cambuquira, 536 Campanha, 537 Caxambu, 538 Baependi, 539 Silvestre Ferraz, 540 São Lourenço, 541 Passa Quatro, 542 Aiuruoca, 543 Lafayette, 544 Prados, 545 São João del-Rei, 546 Sítio, 547 Barbacena, 548 Santos Dumont, 549 Ubá, 550 Piranga, 551 Alto Rio Doce, 552 Turvo, 553 Lima Duarte, 554 Rio Preto, 555 Juiz de Fora.

Fonte: Nascentes (1958, p. 22), recorte.

Figura 105– Localidades com os mesmos topônimos e numeração sequencial no Estado do Paraná em Nascentes (1958)

PARANÁ — 364 Curitiba, 365 Paranaguá, 366 Antonina, 367 Paranaguá, 368 Apucarana, 369 Jacarezinho, 370 Londrina, 371 Guarapuava, 372 Campo do Mourão, 373 Cascavel, 374 Guaira, 375 Foz do Iguaçu, 376 União da Vitória, 377 Ponta Grossa, 378 Jaguariaiva, 379 Lapa, 380 Rio Negro, 381 Castro, 382 São José da Boa Vista, 383 Guaratuba, 384 Sérro Azul, 385 Guaraqueçava, 386 Tibaji, 387 Rio Branco.

Fonte: Nascentes (1958, p. 21), recorte.

Essa situação pode ser relativa tanto a uma falha na numeração quanto à duplicidade do topônimo, de fato.

Num primeiro momento fez-se o registro das duas ocorrências na planilha acompanhado da devida observação para futuro aprofundamento.

Abatendo esses dois pontos, o total ficou reduzido, *provisoriamente*, a 612 (seiscentos e doze).

5.1.2 A pesquisa na base BCIM do IBGE: primeiros resultados e primeiras dificuldades

Preparada a planilha e identificados os problemas de numeração e duplicidade já descritos e pelo próprio dinamismo característico da malha territorial brasileira, a análise foi feita, como justificado na subseção 4.1.1, a partir da versão 1 da BCIM, refinando essa busca até chegar à versão 5 (IBGE, 2016), versão mais atual, de dezembro de 2016.

Além disso, a pesquisa foi feita em todas as tabelas referentes a *localidades*: Capital, Cidade, Vila, Povoado e Outras Localidades (v.1 a v.3) e Aglomerado Rural Isolado (v.4 e v.5), já que Nascentes (1958) não fez qualquer referência acerca da categoria administrativa. A

única dedução possível a partir do documento é de que o primeiro ponto de cada UF corresponde à respectiva capital.

O volume de dados disponíveis nessas tabelas ao longo das cinco versões é muito grande, numa média de 22000 registros por versão nas tabelas consultadas, de que o Quadro 19 mostra um resumo.

Quadro 19 – Total de localidades por categoria em cada versão da BCIM

Categoria	v1	v2	v3	v4	v5
Capital Estadual	26	26	26	26	26
Cidade	5485	5480	5537	5544	5543
Vila	3879	3880	3796	3791	4503
Povoado	3730	3634	3646	1(*)	1(*)
Outras Localidades	8190	8834	8834	1(*)	1(*)
Aglomerados rurais isolados	2(*)	2(*)	2(*)	12459	12304
Povoados	x	x	x	3608	3564
Outros aglomerados rurais isolados	x	x	x	8851	8740
Totais	21310	21854	21839	21820	22376
Povoado e Outras Localidades 1(*) - duas categorias distintas presentes apenas nas versões v1, v2 e v3					
Aglomerados rurais isolados 2(*) - categoria das versões v4 e v5, engloba duas subcategorias - Povoado					
Povoado e Outros aglomerados rurais isolados					

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: IBGE (2003, 2006, 2010, 2014, 2016).

No detalhamento da metodologia (subseção 4.1.3) chamou-se atenção para o fato de a busca por palavra só se mostrar rápida e frutífera se a palavra procurada estiver grafada da mesma forma no banco de dados, mesmo lançando-se mão de alguns recursos de busca avançada. De qualquer forma, sempre a base para as buscas deve ter como referência o IBGE, prioritariamente, buscando em arquivos complementares outras informações não contempladas nas tabelas da BCIM.

Devido à situação especial da inclusão do DF, a análise dos pontos a ele pertencentes foi feita à parte dos demais pontos. Sendo assim, as informações apresentadas a seguir não contemplam esses pontos. Todos os resultados numéricos apresentados, portanto, terão como referência um universo de 603 pontos: *614 menos os 11 do DF*.

A primeira consulta à BCIM (excluindo, portanto, os 11 pontos do DF) foi feita a partir dos topônimos grafados rigorosamente da mesma forma que no documento em análise (Nascentes, 1958) e identificados nas diversas tabelas da Base Territorial do IBGE, independentemente da UF. Nesta situação, foram encontrados 436.

Observou-se, entretanto, que existiam topônimos que apresentavam alguma semelhança com aqueles relacionados por Nascentes, diferindo em alguns aspectos percebidos visualmente com pouco esforço, como, por exemplo, diferenças na grafia e similaridades com partes desses topônimos.

Por esse motivo, decidiu-se incluir nessa busca os pontos Campanha (MG) e Paranaguá (PR), antes considerados como possíveis enganos do autor mas que poderiam, de fato, se enquadrar nesses casos.

Outra constatação interessante nessa primeira consulta foi a da quantidade muito grande (290) de topônimos presentes pelo menos por mais de uma vez nas diversas categorias e também em mais de uma UF. Esse fato tornou a pesquisa muito mais extensa já que passaram a existir várias localidades passíveis de serem os pontos de Nascentes. Entretanto essas constatações feitas logo na parte inicial da pesquisa foram importantes porque permitiram direcionar melhor as consultas subsequentes, afinando a busca, para se chegar ao menor número possível de localidades que necessitariam de atenção especial.

5.1.2.1 Alterações nos topônimos originais

Voltou-se ao agrupamento inicial, macro, o primeiro filtro dentre os inúmeros usados, de forma a separar aqueles 436 topônimos que não apresentavam qualquer diferença entre os sugeridos por Nascentes (1958) daqueles 167 não encontrados.

O próximo filtro foi feito dentre estes 167, validando aqueles com as diferenças na grafia e com similaridades de partes desses topônimos (118). Com isso, o número dos não encontrados foi reduzido para 49.

Esse filtro sinalizou novos desdobramentos, já que seria necessário, então, classificar os novos identificados. Para isso vários outros agrupamentos foram feitos, de acordo com as características das diferenças que apresentavam, **podendo alguns pontos estar enquadrados em mais de uma situação**. Isso significa que, ao somar todas as ocorrências, o número total poderá ultrapassar os 118.

Acerca das diferenças de grafia, foram definidos seis grupos, listados na sequência apresentada a seguir, acompanhados dos totais que representaram e cujos detalhes encontram-se nos Quadros 20 a 25:

- a. Abreviações em formas de tratamento – 19;
- b. Diferenças gráficas resultantes de acentuação – acentos agudo e circunflexo – e

- uso ou não de hifens e/ou apóstrofos – 16;
- c. Trocas nas preposições *de*, *do* e *da* – 10;
- d. Trocas de letras, principalmente vogais, entre “o” e “u”, “e” e “i”, e supressão de letras (*lapsi calami*) – 12;
- e. Diferenças de grafia envolvendo, inclusive, aquelas decorrentes de reformas ortográficas ocorridas ao longo do tempo: “g” e “j”, “ss” e “ç”, “s” e “c”, “x” e “ch”, “s” e “z”, “e” e “h”, “e” e “i”, “i” e “y” – 20;
- f. Outras alterações – 5

Quadro 20 – Topônimos com abreviações em formas de tratamento

Abreviações: D. para Dom e Sto./Stá. para Santos/Santa			
UF Nascentes	nº	topônimo Nascentes	topônimo IBGE
MA	53	Sto. Antonio de Balsas	Santo Antonio de Balsas
PI	75	Sta. Filomena	Santa Filomena
RN	110	Sta. Ana de Matos	Santana do Matos
BA	217a	Sto. Antônio da Glória	Santo Antônio da Glória
ES	244	Sta. Teresa	Santa Teresa
	246	Sta. Isabel	Santa Isabel
RN	288	Sta. Maria Madalena	Santa Maria Madalena
	290	Sto. Antônio de Pádua	Santo Antônio de Pádua
SP	323	Sta. Rita de Passa Quatro	Santa Rita do Passa Quatro
RS	416	Sta. Vitória do Palmar	Santa Vitória do Palmar
	429	Sta. Rosa	Santa Rosa
	436	D. Pedrito	Dom Pedrito
	438	Sto. Ângelo	Santo Ângelo
MG	463	Sta. Luzia	Santa Luzia
	479	Sta. dos Ferros	Santana dos Ferros
	481	Sta. Bárbara	Santa Bárbara
	509	Sto. Antônio do Monte	Santo Antônio do Monte
GO	560	Sta. Ana de Antas	Santana das Antas
	570	Sta. Leopoldina	Santa Leopoldina

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1958, p. 19-22), IBGE (2010).

Quadro 21– Topônimos com diferenças gráficas no uso do acento e de outros diacríticos

Acentos agudo e circunflexo, apóstrofo e hífen			
UF Nascentes	nº	topônimo Nascentes	topônimo IBGE
AM	19	Cucuí	Cucui
MA	46	São Luis	São Luís
	48	Turiaçú	Turiaçu
PI	78	São Luís do Piauí	São Luis do Piauí
CE	93	Baturite	Baturité
RN	113	Ceará Mirim	Ceará-Mirim
PB	124	Alagoa do Monteiro	Alagôa do Monteiro
AL	177	Sant'Ana	Santana
SE	198	Divina Pastôra	Divina Pastora
BA	205	Feira de Sant'Ana	Feira de Santana
	216a	Curaça	Curaçá
DF	295	Jacarépaguá	Jacarepaguá
RS	410	Pôrto Alegre	Porto Alegre
	411	Tôrres	Torres
MG	464	Ouro Prêto	Ouro Preto
	512	Estrêla do Sul	Estrela do Sul
	545	São João del-Rei	São João del Rei
	554	Rio Prêto	Rio Preto
Território Federal de Rondônia	605	Pôrto Velho	Porto Velho

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1958, p. 19-22), IBGE (2010).

Quadro 22 – Topônimos com diferenças nas preposições

Trocas de do/de/da			
UF Nascentes	nº	topônimo Nascentes	topônimo IBGE
PI	76	Bom Jesus do Gurgueia	Bom Jesus da Gurgueia
RN	110	Sta. Ana de Matos	Santana do Matos
PB	131	Catolé da Rocha	Catolé do Rocha
PE	151	Alagoa do Baixo	Alagoa de Baixo
AL	166	São Luís de Quitunde	São Luís do Quitunde
	172	São Miguel de Campos	São Miguel dos Campos
ES	247	Cachoeiro do Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim
SP	323	Sta. Rita de Passa Quatro	Santa Rita do Passa Quatro
	348	Espírito Santo de Turvo	Espírito Santo do Turvo
MG	530	São Gonçalo de Sapucaí	São Gonçalo do Sapucaí

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1958, p. 19-22), IBGE (2010).

Quadro 23 – Topônimos registrados com trocas ou supressão de letras

Letras trocadas/suprimidas			
UF Nascentes	nº	topônimo Nascentes	topônimo IBGE
AM	7	Cadajás	Codajás
PI	77	São Raimundo Nomato	São Raimundo Nonato
PE	147	Taquaretinga	Taquaritinga do Norte
BA	169	Piaçabaçu	Piaçabuçu
	215	Caiteté	Caetité
RJ	269	Itaguí	Itaguaí
SP	326	Pirassinunga	Pirassununga
	337	Taquaratinga	Taquaritinga
PR	385	Guaraqueçava	Guaraqueçaba
SC	396	Ararangá	Araranguá
RS	442	Cangaçu	Canguçu
MG	528	Campanha	Campanhã

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1958, p. 19-22), IBGE (2016).

Como mencionado anteriormente, muitos topônimos encontrados na BCIM apresentavam algumas semelhanças com os da sugestão de Nascentes.

Quadro 24 – Topônimos com diferenças gráficas decorrentes de reformas ortográficas

o/u, ch/x, e/h, s/c, ç/ss, g/j, s/z, i/y			
UF Nascentes	nº	topônimo Nascentes	topônimo IBGE
PE	141	Iguaraçu	Igarassu
SE	192	Buquim	Boquim
BA	226	Jeremuabo	Jeremoabo
ES	251	São Pedro de Itabapuana	São Pedro de Itabapoana
	252	Ponte de Itabapuana	Ponte de Itabapoana
RJ	255	São Sebastião de Itabapuana	São Sebastião de Itabapoana
	268	Iguaçu	Iguassu
	272	Parati	Paraty
SP	312	Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes
	315	Mogi Guaçu	Mogi Guaçu
	336	Jaboticabal	Jaboticabal
PR	384	Sêro Azul	Cerro Azul
	386	Tibaji	Tibagi
SC	397	Lajes	Lages
	402	Xapecó	Chapecó
	406	Uruçanga	Urussanga
RS	417	Erexim	Erechim
	427	São Luís Gonzaga	São Luiz Gonzaga
	437	Erval	Herval
MG	534	Jaguari	Jaguary

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1958, p. 19-22), IBGE (2016).

Quadro 25 – Topônimos com letras duplas, ausência de preposição e outras alterações

Letras duplas, ausências de preposição, outras alterações			
UF Nascentes	nº	topônimo Nascentes	topônimo IBGE
PE	154	Vila Bela	Villa Bella
PR	372	Campo do Mourão	Campo Mourão
MG	488	Teófilo Ottoni	Teófilo Otoni
	520	Piuí	Piumhi
MT	594	Nioac	Nioaque

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1958, p. 19-22), IBGE (2016).

A próxima etapa foi então descobrir aqueles que poderiam ter sofrido alterações parciais. Assim, foram consideradas aquelas decorrentes do acréscimo ou da supressão de algum nome no topônimo original. Nessa situação, foram registradas 56 ocorrências. O resultado encontra-se nos Quadros 26 e 27. Observa-se que vários deles (11) também apresentaram as diferenças de grafia apontadas, o que pode ser constatado comparando esse quadro com os anteriores.

Quadro 26 – Alterações parciais de topônimos (AM, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, BA)

Alterações parciais de topônimos			
UF Nascentes	nº	topônimo Nascentes	topônimo BCIM 2016
AM	18	São Gabriel	São Gabriel da Cachoeira
PA	36	Oeiras	Oeiras do Pará
MA	53	Sto. Antônio de Balsas	Balsas
	59	São Luís Gonzaga	São Luís Gonzaga do Maranhão
PI	70	Castelo	Castelo do Piauí
	76	Bom Jesus do Gurgueia	Bom Jesus
CE	95	Limoeiro	Limoeiro do Norte
RN	106	Serra Negra	Serra Negra do Norte
	109	Jardim	Jardim do Seridó
	110	Sta. Ana de Matos	Santana do Matos
PB	124	Alagoa do Monteiro	Monteiro
	125	Princesa	Princesa Isabel
PE	141	Igarapu	Igarassu
	147	Taquaritinga	Taquaritinga do Norte
	157	Belmonte	São José do Belmonte
AL	174	União	União dos Palmares
	177	Sant'Ana	Santana do Ipanema
	182	Limoeiro	Limoeiro de Anadia
BA	213	Conquista	Vitória da Conquista
	218	Santa Rita	Santa Rita de Cássia
	212a	Barra do Rio Grande	Barra
	217a	Sto. Antônio da Glória	Glória
	224	Bonfim	Senhor do Bonfim
	227	Pombal	Ribeira do Pombal

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1958, p. 19-20), IBGE (2016).

Quadro 27 – Alterações parciais de topônimos (RJ, SP, PR, SC, RS, MG, GO, MT)

Alterações parciais de topônimos			
UF Nascentes	nº	topônimo Nascentes	topônimo BCIM 2016
RJ	255	São Sebastião de Itabapuana	Itabapoana
	256	São Francisco de Paula	São Francisco de Itabapoana
	258	Campos	Campos dos Goytacazes
	266	Sta. Ana de Japuiba	Japuiba
	268	Iguaçu	Nova Iguaçu
SP	324	São Carlos do Pinhal	São Carlos
	333	Pilar	Pilar do Sul
PR	387	Rio Branco	Rio Branco do Sul
SC	390	São Francisco	São Francisco do Sul
RS	425	Livramento	Santana do Livramento
	431	Santa Cruz	Santa Cruz do Sul
	441	Encruzilhada	Encruzilhada do Sul
	449	São João Batista de Camaquã	Camaquã
	450	São Lourenço	São Lourenço do Sul
MG	477	São João Batista	São João Batista do Glória
	479	Sta. Ana dos Ferros	Ferros
	483	Rio Pardo	Rio Pardo de Minas
	484	Sto. Antonio de Salinas	Salinas
	489	Sto. Antonio da Pessanha	Peçanha
	494	Sta. Luzia de Carangola	Carangola
	495	Rio Branco	Visconde do Rio Branco
	496	São Paulo de Muriaé	Muriaé
	500	São José de Além Paraíba	Além Paraíba
	502	Patos	Patos de Minas
	516	Monte Alegre	Monte Alegre de Minas
	529	Caldas	Poços de Caldas
GO	565	Bela Vista	Bela Vista de Goiás
	569	Pilar	Pilar de Goiás
	573	Flores	Flores de Goiás
MT	585	Rosário	Rosário Oeste
	587	São Luís de Cáceres	Cáceres
	588	Melgaço	Barão de Melgaço

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fonte: Nascentes (1958, p. 21-22), IBGE (2016).

Como a alteração de topônimos é um fenômeno indiscutível, provocado pelas mais diversas circunstâncias (históricas, políticas, antropológicas, dentre outras) e de amplo conhecimento dos estudiosos tanto da Linguística quanto da Cartografia, deduziu-se, assim, nesse primeiro momento que os não encontrados só poderiam estar enquadrados em duas situações:

- a. poderiam ter sofrido alterações totais, no caso de derivações ou de não preservação de qualquer semelhança com o topônimo original;
- b. não existiriam mais, em consequência de determinadas intervenções¹⁰¹.

¹⁰¹Inundações decorrentes da construção de barragens, hidrelétricas, desativação de localidades que serviam como postos de arrecadação de impostos e controle comercial que provocaram desaparecimento da localidade,

Para resolver a questão da multiplicidade de topônimos nas mais diversas UF e categorias administrativas, como observado na subseção 5.1.2, quando, na primeira consulta à base, foram identificados 290 topônimos repetidos.

5.1.2.2 Multiplicidade de topônimos originais

O novo filtro contemplou as ocorrências únicas, independentemente da UF e da categoria. Nessa situação, foram identificados 270 pontos. É importante chamar a atenção para o fato de que os 290 de Nascentes (1958) que apareceram mais de uma vez totalizaram 2296 em toda a BCIM.

Dessa forma, decidiu-se por verificar se pertenciam às UF conforme constavam no documento e, sendo encontradas, desprezavam-se momentaneamente as demais. Essa decisão de “guardá-las” mostrou-se de grande valia já que, como será detalhado adiante, em vários casos houve alteração de UF.

Assim, dentre os 290 repetidos, foram encontrados 41 topônimos com mais de uma ocorrência **numa mesma UF citada por Nascentes**, relacionados no Quadro 26. No quadro estão indicadas pelo sinal “V” nas colunas correspondentes às categorias administrativas. Se precedido por um número, este significa a quantidade de ocorrências. Se seguido de uma sigla da UF, esta é a UF na qual foi encontrada, no caso das UF que foram divididas posteriormente à publicação de Nascentes (Goiás e Mato Grosso).

Por exemplo, para o topônimo Bela Vista, incluído por Nascentes dentre os pontos do estado de Goiás (ponto 565), foi encontrado um povoado em Tocantins e três aglomerados rurais isolados (dois em Goiás e um em Tocantins).

Já para o mesmo topônimo, Bela Vista, incluído originalmente dentre os pontos do estado de Mato Grosso (ponto 599), foram encontrados uma cidade e dois aglomerados rurais isolados no Mato Grosso do Sul além de oito aglomerados rurais no Mato Grosso.

Um outro elemento complicador foi o fato de algumas dessas localidades estarem incluídas no rol daquelas que sofreram alteração parcial de topônimo. Tomando o mesmo exemplo destacado acima (Bela Vista – ponto 565 – GO) e comparando os Quadros 25 e 26, verifica-se que ele foi alterado para Bela Vista de Goiás.

Observando com atenção o Quadro 28, percebe-se que há 37 cidades, cinco vilas, 19

mas com remoção da população para um novo local batizado com um novo topônimo ou remoção da população para uma localidade próxima, sendo por ela absorvida.

povoados e 58 aglomerados rurais isolados, totalizando 119 possibilidades. O problema consistiu, portanto, em identificar com segurança as 41 necessárias. Por essa razão, foi preciso estabelecer algum critério para subsidiar a opção da escolha. Num primeiro momento, a tendência foi optar pelo topônimo associado à categoria “cidade”, mas, como explicado na Metodologia, foram levados em consideração outros aspectos.

Quadro 28 – Topônimos com mais de uma ocorrência na mesma UF de Nascentes

PONTOS NASCENTES			Ocorrências por Categoria da DPA			
nº	topônimos Nascentes	UF	cidade	vila	povoado	aglomerados rurais isolados
220	Andaraí	BA	v		v	
135	Areia	PB	v			v
565	Bela Vista	GO			vTO	2vGO + vTO
599	Bela Vista	MT	v MS			8vMT + 2vMS
460	Bonfim	MG	v		v	
561	Bonfim	GO				3v TO
63	Brejo	MA	v			2v
38	Cametá	PA	v			v
103	Caraúbas	RN	v		v	
214a	Casa Nova	BA	v		v	
9	Fonte Boa	AM	v			v
27	Gurupá	PA	v			v
89	Jardim	CE	v	v		
153	Jatobá	PE	v			2v
215a	Juazeiro	BA	v			3v
14	Manicoré	AM	v			v
90	Milagres	CE	v			v
592	Miranda	MT	v MS			v MS
96	Mundaú	CE		2v		
222	Mundo Novo	BA	v		v	v
531	Ouro Fino	MG	v		v	
179	Piranhas	AL	v		v	
517	Prata	MG	v			v
1	Rio Branco	AC	v			v
421	Santa Maria	RS	v			5v
218	Santa Rita	BA			v	2v
575	São Domingos	GO	v			4v
206	São Félix	BA	v			v
472	São Francisco	MG	v		v	v
448	São Jerônimo	RS	v			v
389	São José	SC	v			v
46	São Luis	MA	v			2v
310	São Sebastião	SP	v			2v
318	São Vicente	SP	v		v	v
331	Sorocaba	SP	v			v
481	Sta. Bárbara	MG	v		3v	v
463	Sta. Luzia	MG	v		4v	
429	Sta. Rosa	RS	v	2v		v
11	Tabatinga	AM	v			v
418	Três Passos	RS	v			v
123	Umbuzeiro	PB	v		v	

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1958, p. 19-22), IBGE (2016).

As localidades cujos topônimos mudaram totalmente estão no Quadro 29.

Quadro 29 – Alterações totais de topônimos

Alterações totais de topônimos			
UF Nascentes	nº	topônimo Nascentes	topônimo BCIM 2016
PA	35	Souzel	Senador José Porfírio
MA	49	Miritiba	Humberto de Campos
	55	Picos	Colinas
	64	Flores	Timon
PI	79	Paulista	Paulistana
PB	133	Batalhão	Taperoá
PE	151	Alagoa do Baixo	Sertânia
	153	Jatobá	Petrolândia
	154	Vila Bela	Serra Talhada
AL	175	Vitória	Quebrangulo
	178	Paulo Afonso	Mata Grande
	183	Pedra	Delmiro Gouveia
BA	203	Barracão	Rio Real
	217	Campo Largo	Cotegipe
	210a	Urubu	Paratinga
	218a	Campestre	Seabra
	228	Areia	Ubaíra
	230	São José de Porto Alegre	Mucuri
ES	245	Porto do Cachoeiro	Santa Leopoldina
	246	Sta. Isabel	Domingos Martins
RJ	260	Capivari	Silva Jardim
	273	Ilha Grande	Abraão
	277	Bananal	Seropédica
SP	342	Espírito Santo da Boa Vista	Angatuba
	343	Faxina	Itapeva
	349	Sta. Bárbara do Rio Pardo	Águas de Santa Bárbara
	353	Lavrinhas	Itaberá
SC	409	Parati	Araquari
MG	468	Vila Brasília	Brasília de Minas
	473	Tremedal	Monte Azul
	478	Conceição do Serro	Conceição do Mato Dentro
	487	São Sebastião do Salto Grande	Salto da Divisa
	528	Campanha	Justinópolis
	534	Jaguari	Camanducaia
	539	Silvestre Ferraz	Carmo de Minas
	543	Lafayette	Conselheiro Lafaiete
	546	Sítio	Antonio Carlos
	552	Turvo	Andrelândia
GO	560	Sta. Ana de Antas	Anápolis
	561	Bonfim	Silvânia
	562	Alemão	Palmeiras de Goiás
	568	Rio Bonito	Caiapônia
	570	Sta. Leopoldina	Aruanã
	574	Palma	Paranã
MT	583	Mato Grosso	Vila Bela da Santíssima Trindade

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1958, p. 19-22), IBGE (2016).

O fato de o topônimo ser encontrado na base sem que seja feita ratificação em outras fontes pode levar a conclusões precipitadas.

Um exemplo interessante é o das seis localidades listadas a seguir. Num primeiro momento, a tendência é considerar que Nascentes (1953) equivocou-se na associação feita às UF, já que todas elas, na base de dados, são cidades em outras UF. Numa pesquisa mais acurada, verifica-se que **não houve qualquer engano por parte do autor**: três encontravam-se em regiões de litígio e três tiveram alteração toponímica. São elas:

1. o topônimo **Bananal (ponto 277)**, hoje associado a uma cidade do Estado de São Paulo, pertencia, de fato, a um distrito do Rio de Janeiro (RJ), tendo sofrido alteração toponímica para **Seropédica**;
2. o topônimo **Paulo Afonso (ponto 178)**, hoje associado a uma cidade do Estado da Bahia, pertencia, de fato, a uma cidade de Alagoas (AL), tendo sofrido alteração toponímica para **Mata Grande**;
3. o topônimo **Tremedal (ponto 473)**, hoje associado a uma cidade do Estado da Bahia, pertencia, de fato, a um município de Minas Gerais (MG), tendo sofrido alteração toponímica para **Monte Azul**;
4. a localidade de **Mantena (ponto 241)**, incluída no Estado do Espírito Santo (ES) e hoje pertencente ao Estado de **Minas Gerais (MG)**, situava-se então em região de litígio MG/ES;
5. a localidade de **Palmas (ponto 400)**, incluída no Estado de Santa Catarina (SC) e hoje pertencente ao Estado do **Paraná (PR)**, situava-se então em região de litígio PR/SC;
6. a localidade de **Pato Branco (ponto 401)**, incluída no Estado de Santa Catarina (SC) e hoje pertencente ao Estado do **Paraná (PR)**, situava-se então em região de litígio PR/SC.

Outras localidades continuaram sem ser identificadas por não guardarem qualquer relação com nenhuma localidade atual, já que as associações que não puderam ser validadas foram desprezadas devido à fragilidade das referências ou por não serem consideradas pertinentes ao contexto da pesquisa.

Outro fator complicador da análise foi a divisão dos estados do MT (MT e MS) e GO (GO e TO) pelo fato de nos novos estados existirem localidades com os mesmos nomes e, com isso, não se poder assegurar, de imediato, à qual Nascentes (1958) quis se referir. Ainda acerca da divisão do estado de Goiás (GO), GO se manteve na região geográfica de origem

(Centro Oeste) e Tocantins (TO) passou a integrar a região Norte. Estudos que envolvam aspectos regionais e que precisem resgatar informações de datas anteriores seguramente serão mais trabalhosos justamente pela dificuldade de que dados originalmente de uma região agora passam a ser de outra, havendo necessidade de se estabelecer uma perfeita ligação entre as referências documentais encontradas.

Por conta dessas situações, foi necessário obter novos dados para que se pudesse decidir qual a opção mais pertinente para cada caso.

Posteriormente, **todas** acabaram sendo identificadas e tiveram as suas posições aproximadas confirmadas (mesmo aquelas que não mais existem), constando esta observação ao lado das coordenadas a elas atribuídas e apresentadas nos mapas e planilhas da subseção 5.2.

5.1.3 A pesquisa na base BCIM do IBGE associada a outras fontes documentais na busca pelas localidades não identificadas

Como explicado na seção 4, foram consultados documentos referentes aos censos oficiais, aos itinerários e corografias, aos mapas antigos (com especial atenção àqueles publicados entre 1900 e 1950 que poderiam ter sido objeto de consultas de Nascentes), páginas de prefeituras na *web*, com especial atenção aos históricos e suas fontes e as configurações administrativas e territoriais.

Outra particularidade da análise é que o documento do IBGE (2011b), *Evolução da Divisão Territorial do Brasil*, refere-se apenas aos municípios, apresentando os nomes a eles atribuídos nos Censos: 1872, 1911, 1920, 1933, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Dessa forma, não estão contempladas as alterações ocorridas nos interstícios dos Censos nem as alterações de sede sem alteração do topônimo. Entretanto os históricos dos municípios as contemplam. É importante ressaltar que o objetivo é identificar a localidade, independentemente da posição na hierarquia político-administrativa e o documento citado refere-se apenas à categoria “município”.

Isso, além de elucidar as dúvidas acerca das pendências, acabou por suscitar novas incertezas tendo em vista situações até então não identificadas, novamente relacionadas às alterações toponímicas e administrativas.

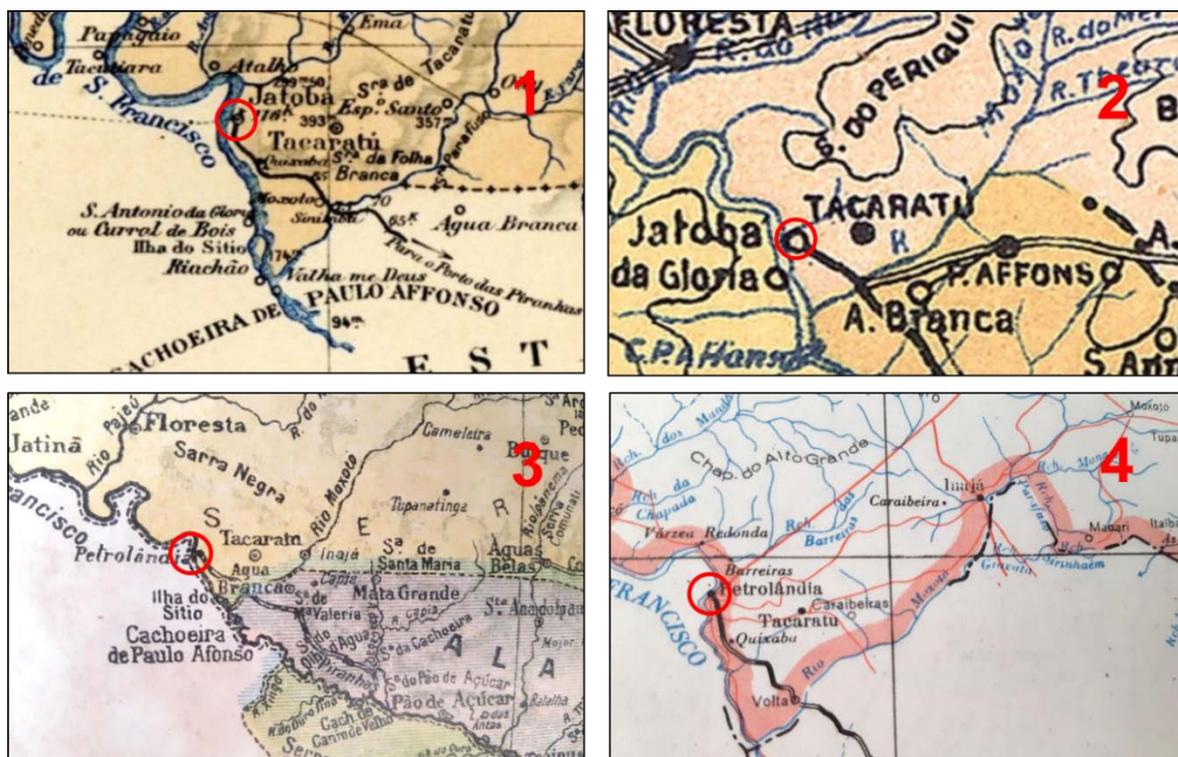
Nestas situações encontram-se localidades que atualmente existem na base do IBGE mas que **não** são, **seguramente**, aquelas referidas por Nascentes (1958).

Com o andamento dos estudos, algumas características observadas e critérios estabelecidos puderam ser utilizados como norteadores para dirimir as dúvidas: localização nos limites entre UF, numeração vizinha ou próxima a pontos identificados e o reconhecimento em alguns dos mapas adotados.

Os casos encontram-se analisados adiante, obedecendo à numeração em ordem crescente.

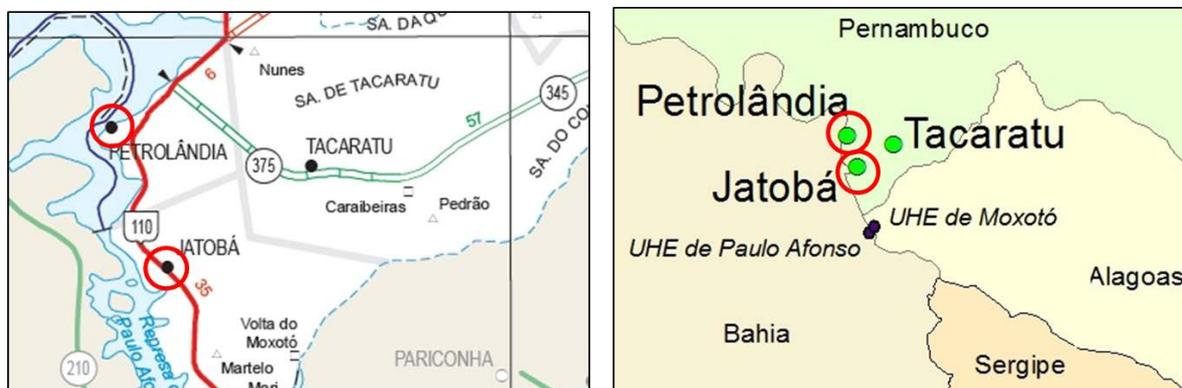
- **Jatobá**, ponto 153, no Estado de Pernambuco. Numa consulta à BCIM, em qualquer uma das versões usadas, encontra-se a cidade de Jatobá, sede do município de mesmo nome. Acontece que essa cidade foi construída e emancipada em 1990 e 1995, respectivamente. A Jatobá referida por Nascentes (1958) é, após várias alterações toponímicas (ver Quadro 29), a cidade de Petrolândia. O mosaico de recortes de cartas do Estado de Pernambuco apresentado na Figura 106 mostra com clareza a localidade de Jatobá em cartas de 1909 e 1925 e Petrolândia em cartas de 1953 e 1959. Finalmente, na Figura 107, apresentam-se cartas posteriores à construção da nova Jatobá.

Figura 106 – Mapas utilizados para a identificação da localidade de Jatobá (PE), ponto 153



Fonte: Recortes de cartas do Estado de PE (1909, 1925, 1953, 1959).

Figura 107 – Mapas atuais com a localização da nova cidade de Jatobá (PE)



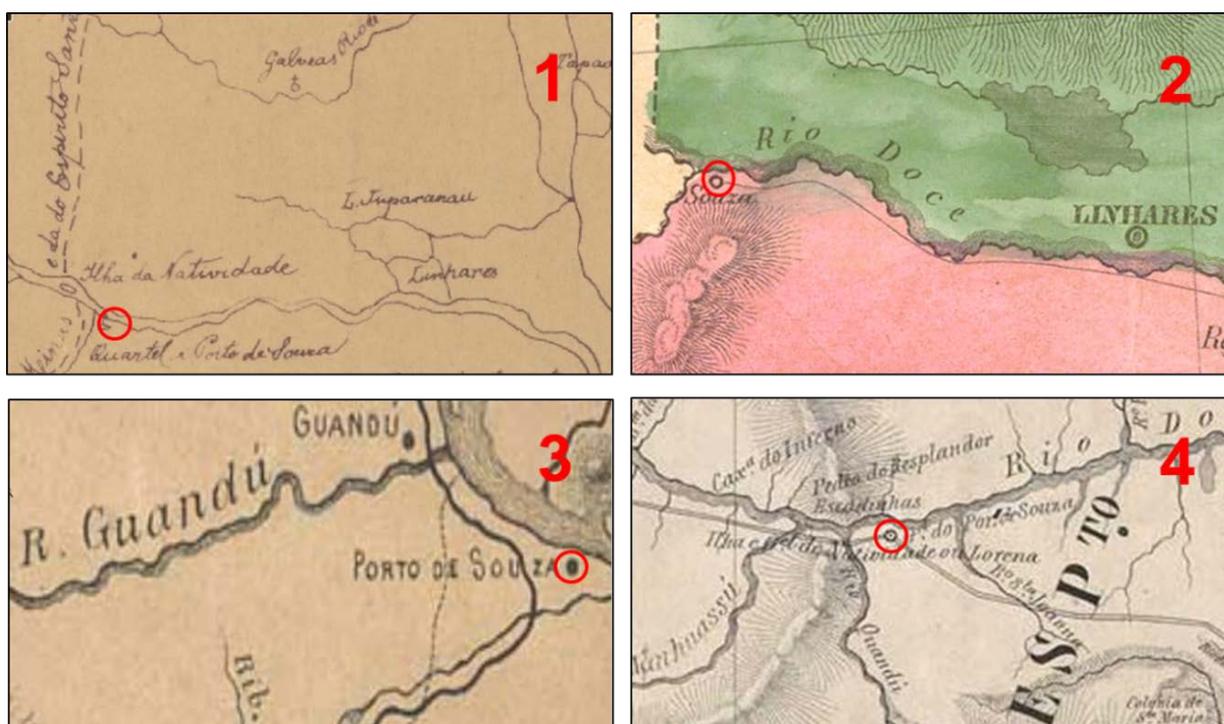
Fonte: Recortes de carta do Estado de PE (2009) e IBGE (2016).

- O caso de **Porto de Souza** (ponto 243), elencado no Estado do Espírito Santo, difere dos demais por se tratar de uma localidade cujos registros encontrados em mapas são do século XIX (o Quartel foi construído em 1800) e início do século XX (Figuras 108 e 109). Em outros documentos (corografias e itinerários, por exemplo) as descrições são condizentes com os mapas.

“Na margem do Rio Doce, meia légua abaixo da foz do Mandu, há um presídio com o nome de Sousa para impedir o extravio do ouro de Minas Gerais, e deve ser com o tempo povoação considerável [...]” (CASAL, 1817, p. 213).

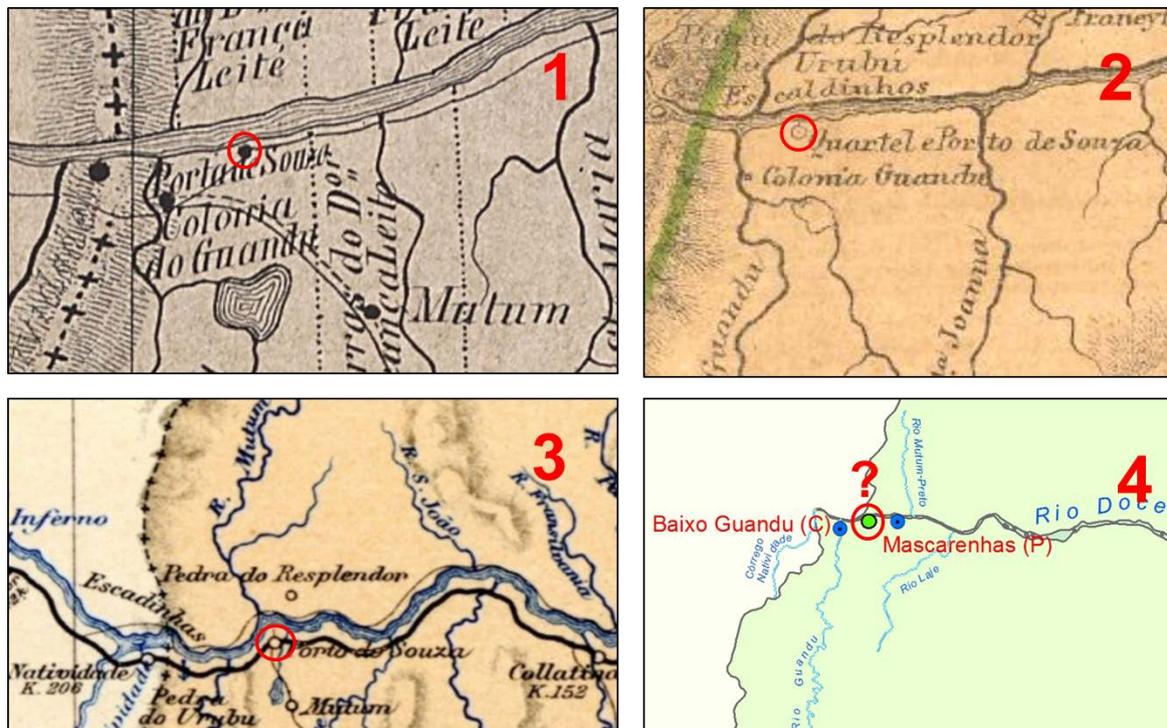
Em 1813, o Quartel foi atacado por índios que o incendiaram e o local ficou praticamente abandonado até que por volta de 1850 novas tentativas de ocupação da área foram feitas. Em históricos de municípios atuais (como Baixo Guandu, Colatina e Linhares), faz-se referência ao Porto como origem de Baixo Guandu, embora sem dados que permitam garantir que houve uma simples alteração toponímica, já que as descrições encontradas nas corografias, por exemplo, levam a crer que, apesar de bem próximo, não seria exatamente o mesmo lugar (Figura 109 – 4).

Figura 108 – Recortes de mapas utilizados como referências para a localização de Porto de Souza (ES), ponto 243



Fonte: Recortes de mapas do Estado do ES (1844, 1850, [s.d.]), 1856.).

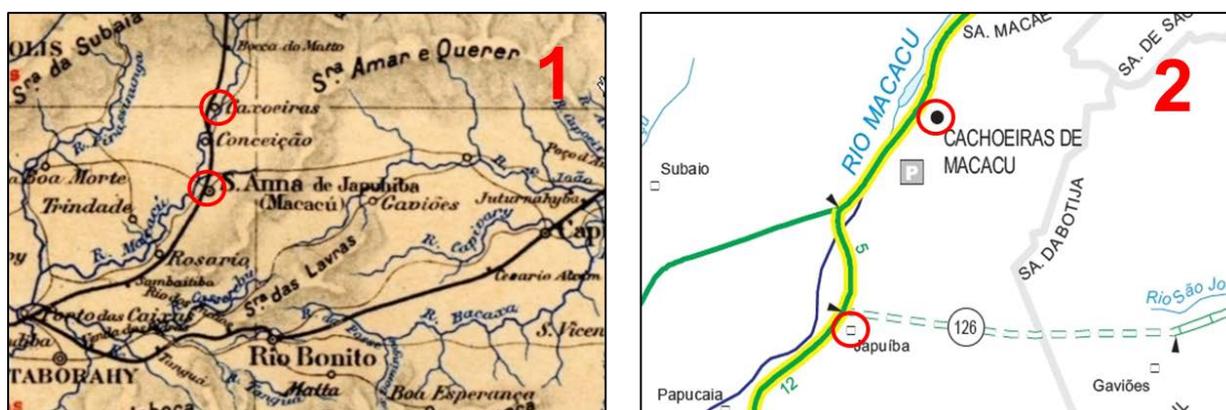
Figura 109 – Outros recortes de mapas utilizados como referências para a localização de Porto de Souza(ES), ponto 243



Fonte: Recortes de mapas do Estado do ES (1861, 1873, 1909, 2016).

- Sta. Ana de Japuíba, ponto 266, no Estado do Rio de Janeiro, pode ser objeto de interpretação equivocada já que também foi resultado de inúmeras alterações.

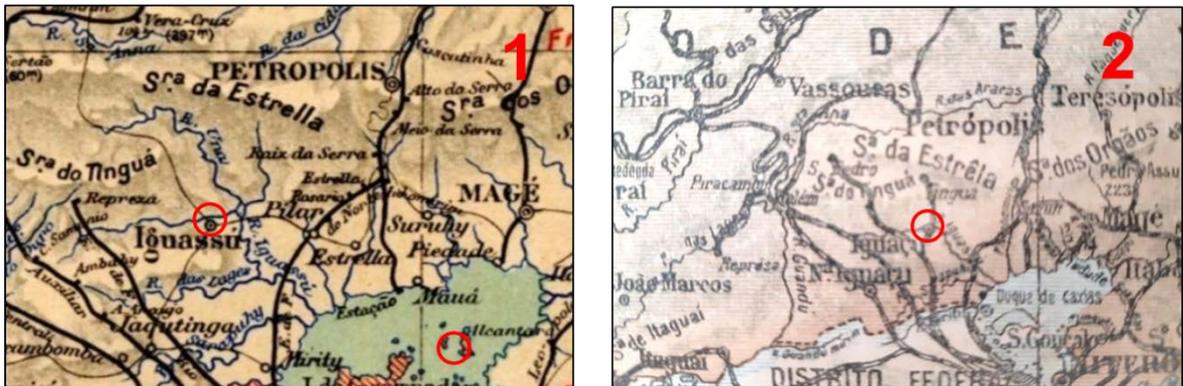
Figura 110 – Mapas utilizados para a identificação e confirmação da localidade de Sta. Ana de Japuíba (RJ), ponto 266



Fonte: Recortes de cartas do Estado do RJ (1909, 2009).

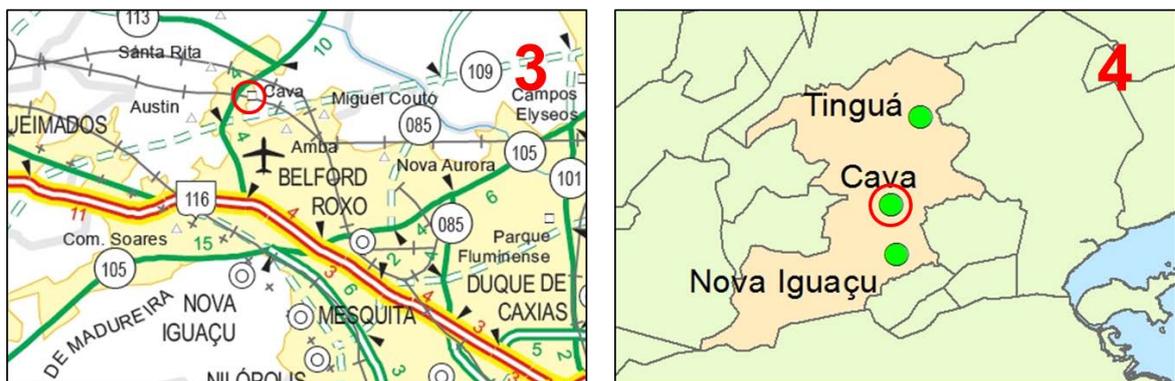
- Quanto a **Iguaçu**, ponto 268, também no Estado do Rio de Janeiro, a localidade, cujo topônimo hoje é Cava, não deve ser confundida com Nova Iguaçu (sede de município). Ao longo do tempo também houve várias alterações toponímicas além de outras tantas de caráter político-administrativo que implicaram várias mudanças de sede. O topônimo Iguaçu está presente em recortes de mapas do Estado do Rio de Janeiro dos anos de 1909 e 1953 apresentados na Figura 111. Já na Figura 112, recortes de cartas de 2009 e 2016, já aparece a sua substituição pelo topônimo Cava.

Figura 111 – Mapas utilizados para a identificação da localidade de Iguaçu (RJ), ponto 268



Fonte: Recortes de cartas do Estado do RJ (1909, 1953).

Figura 112 – Mapas atuais com as localidades Cava (ex-Iguaçu) e a cidade de Nova Iguaçu (RJ)



Fonte: Recortes de cartas do Estado do RJ (2009) e IBGE (2016).

- No Estado de São Paulo, não foram localizados os **Portos Tibiriçá** (355), **Epitácio** (ponto 356) e **Vargas** (ponto 360), todos situados do lado paulista ao longo do Rio Paraná, divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Mato Grosso do Sul, que não se configuram, hoje, como localidades. Do lado mato-grossense do sul, em frente ao Porto Tibiriçá, encontra-se Porto XV de Novembro,

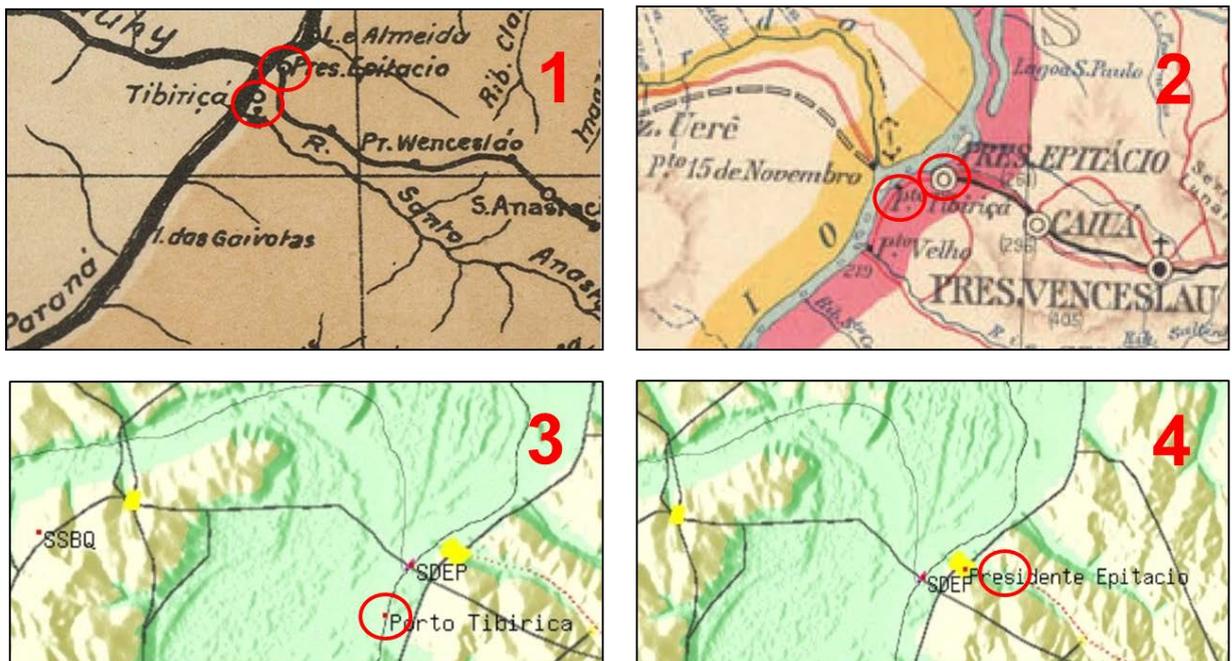
enquanto que defronte do Porto Presidente Vargas acha-se o Porto do Tabuado.

No texto *Metodologia da Pesquisa Dialetológica*, Pedro Caruso, idealizador do Atlas Lingüístico de São Paulo (inconcluso), assim se refere à escolha dos pontos da rede do seu trabalho:

Como de praxe, buscamos os primeiros *Pontos da Rede Lingüística* nas *Bases para a Elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, de Antenor Nascentes. Dos 60 pontos propostos, só pudemos aproveitar 58, pois 2 deles foram tragados por hidroelétricas construídas nesse espaço de tempo (CARUSO, 2005, p.373-374).

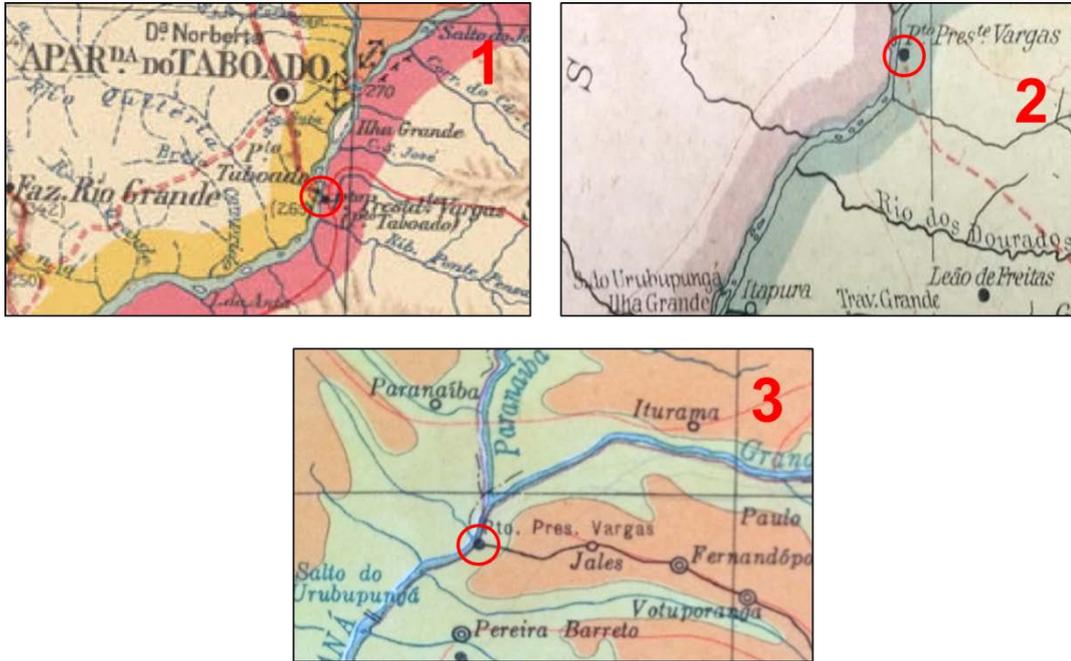
Os Portos Tibiriçá e Vargas foram tragados, respectivamente, pelas Represas de Porto Primavera (barragem da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, iniciada em 1980 com a última unidade geradora inaugurada em 2003) e de Ilha Solteira (Usina Hidrelétrica iniciada em 1965 e concluída em 1978). Já o Porto Epitácio hoje é instalação urbana do município de Presidente Epitácio. A Figura 113(1 e 2), de recortes de mapas dos Estados de São Paulo e do Mato Grosso, ilustra os referidos portos. Na Figura 113-3, pode-se constatar que o Porto Tibiriçá encontra-se em área inundada.

Figura 113 – Recortes de mapas utilizados como referências para a localização de Porto Tibiriçá (ponto 355) e Porto Epitácio (ponto 356), em São Paulo



Fonte: Recortes de cartas dos Estados de SP e MT (1924, 1952, 2016, 2016).

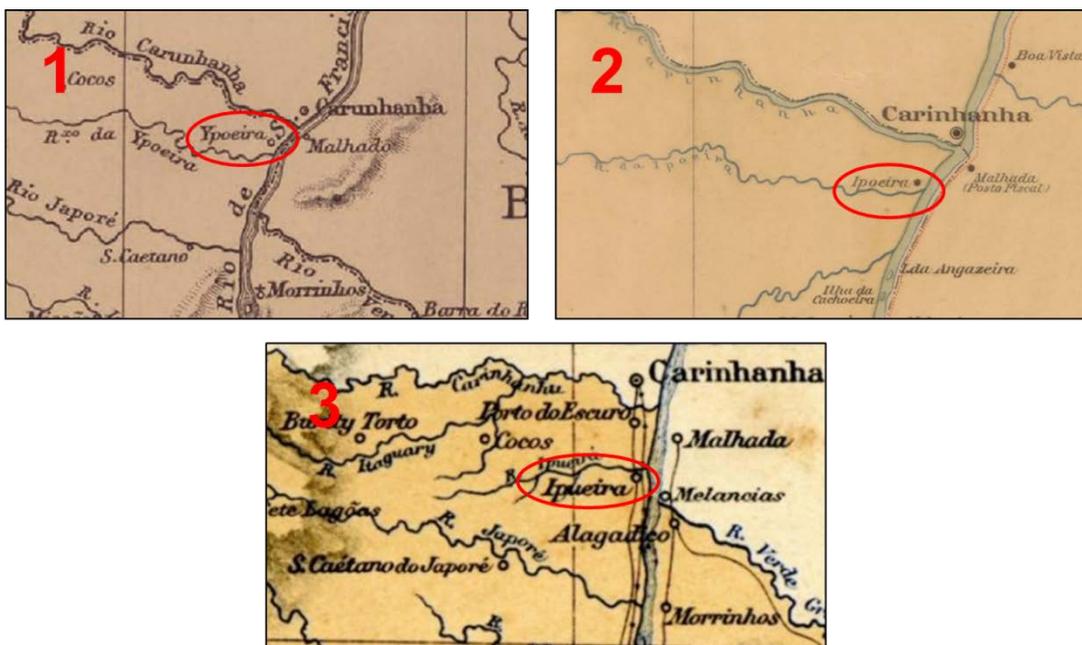
Figura 114 – Recortes de mapas utilizados como referências para a localização do Porto Vargas (SP), ponto 360



Fonte: Recortes de cartas dos Estados do MT e SP (1952, [s.d.], 1959).

- Em Minas Gerais, há duas localidades: **Ipueira** (ponto 466) e **Campanha** (528 ou 536). Ipueira foi identificada nos mapas cujos recortes encontram-se na Figura 120, embora não tenha sido encontrada qualquer referência documental apesar da exaustiva consulta aos censos desde 1872.

Figura 115 – Recortes de mapas utilizados como referências para a localização de Ipueira (MG), ponto 466



Fonte: Recortes de mapas do Estado de MG (1882, [1890 a 190-], 1909).

- Já o ponto 528, que se julgou tratar da mesma localidade do ponto 536, ambos grafados como **Campanha**, na realidade um deles referia-se à localidade de Campanhã, conforme pode ser observado na Figura 116. Este seria mais um caso de *lapsu calami*.

Figura 116– Recortes de mapas para confirmação do ponto 528, (Campanhã, MG)



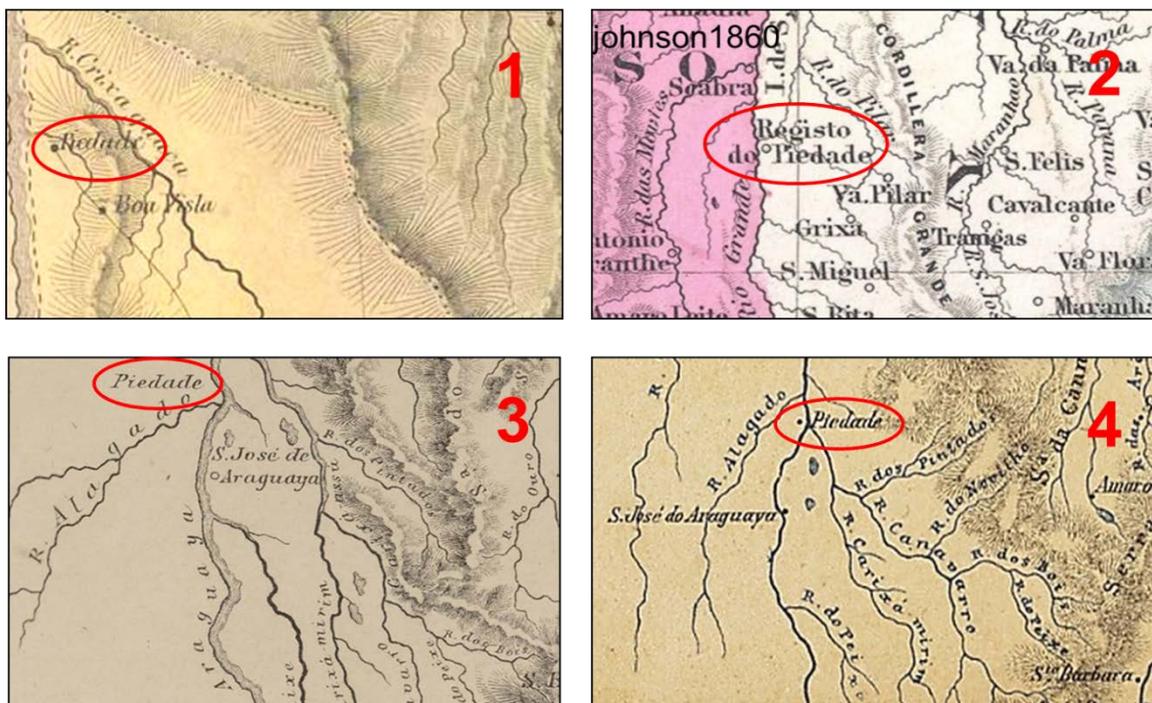
Fonte: Recortes de mapas do Estado de MG (1930, 1950).

- Também no Estado de Goiás, duas localidades não foram encontradas ou referenciadas em documentos recentes: **Piedade** (ponto 571) e **Pedra de Amolar** (ponto 579).

a) **Piedade** (ponto 571) – Embora tenham sido encontradas referências a localidades nominadas como Piedade, na análise empreendida todas foram descartadas, à exceção daquela apresentada nas Figuras 117 e 118, escolhida por atender a alguns dos critérios elencados no início da presente seção: localizada na divisa com o Estado do Mato Grosso, numeração vizinha a pontos identificados e reconhecida em alguns mapas adotados. Observando atentamente, percebe-se que para uma das alternativas estudadas, em todas as representações, Piedade está localizada na margem esquerda do Rio Araguaia, justamente na faixa entre o Rio Araguaia e o Rio das Mortes, hoje pertencente ao estado do Mato Grosso e objeto de litígio entre os dois estados.

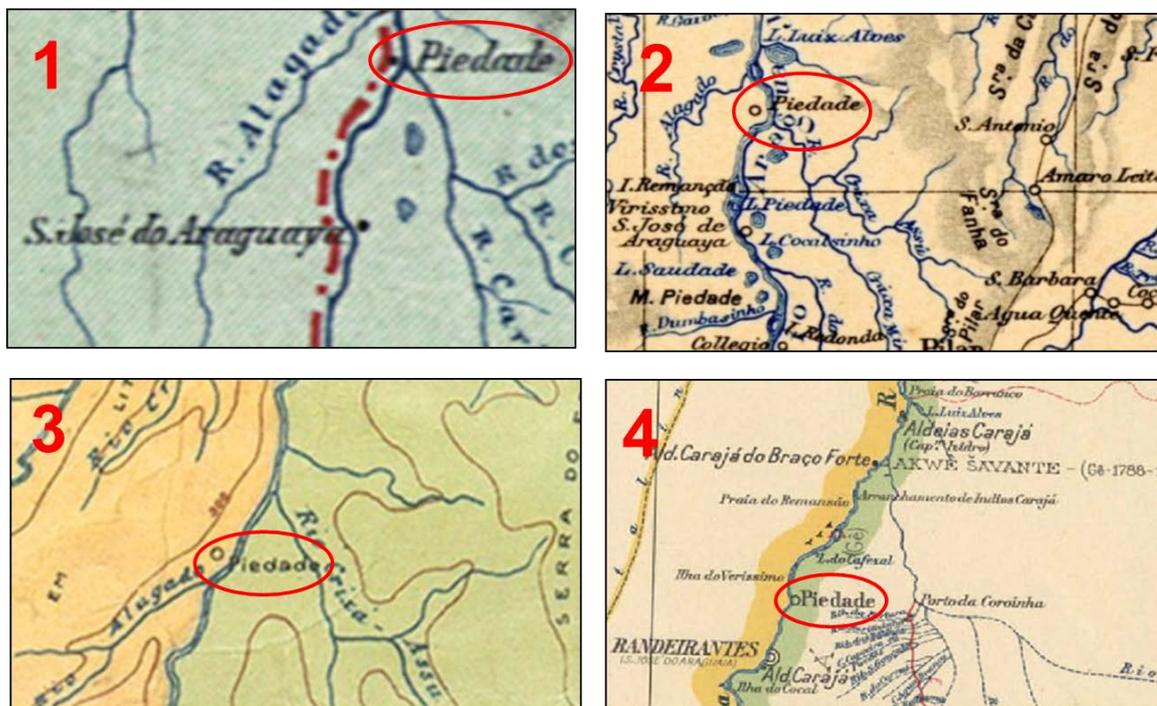
A questão dos limites entre Goiás e Mato Grosso tem ligação direta com o problema da identificação: durante muito tempo, houve conflito entre os dois estados na reivindicação da área situada entre o Rio das Mortes e o Rio Araguaia. Piedade encontra-se justamente à margem do Rio Araguaia, na margem que hoje pertence ao estado do Mato Grosso.

Figura 117 – Recortes de mapas para confirmação do ponto 571, Piedade (GO)



Fonte: Recortes de mapas do Estado de GO (1849, 1860, 1875, 1883).

Figura 118 – Recortes de outros mapas para confirmação do ponto 571, Piedade (GO)



Fonte: Recortes de mapas do Estado de GO (1892, 1909, 1922, 1952).

A referência a Piedade como um “Registo” no recorte do mapa 2 da Figura 117 forneceu importante informação que levou a pesquisa a

documentos voltados ao sistema de cobrança de impostos da era colonial. Os *registros* e *contagens* eram espécies de pedágios existentes nos limites das províncias que só foram extintos com a República (embora alguns tenham perdurado e, já no século XX, tenham sido batizados como *Registros fiscais*).

A Receita Federal disponibiliza um catálogo *on line* com uma breve descrição dos registros e contagens. Acerca de Piedade, cujo nome oficial era Salinas, segue transcrito:

“Registro Salinas”. Localizado em Goiás. O nome completo do lugar era “Porto da Piedade em Salinas”, sobre as margens do rio Araguaia, 40 quilômetros abaixo da barra do rio do Peixe e 30 acima da do rio Crixás. Ainda existia em 1812, quando foi mencionada pelo padre Sousa e Silva. Parece ser o local onde hoje está povoação de Bandeirantes, no Município de Nova Crixás, Goiás (RECEITA FEDERAL, 20--).

b) **Pedra de Amolar** (ponto 579) – originalmente no Estado de Goiás e desde 1988 no Estado de Tocantins, hoje é o marco geográfico que define a trílice divisa entre os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins (ver Figura 119)

Está localizada na confluência dos rios Araguaia (a Oeste) e Tocantins (a Leste), fazendo fronteira entre os Estados do Pará (a Oeste) e Maranhão (a Leste), no extremo Norte do estado do Tocantins, na região chamada “Bico do Papagaio”, e passou um longo período de isolamento regional.

Figura 119 – Recortes de mapas para confirmação do ponto 579, Pedra de Amolar (GO), hoje Tocantins



Fonte: Recortes de mapas do Estado de Goiás e Tocantins (1909, 2009).

5.2 DETALHAMENTO E ANÁLISE POR UF

Como já foi explicado na subseção 5.1, as *análises e os resultados preliminares* assim como os *resultados finais* são ilustrados a seguir, da subseção 5.2.1 a 5.2.24, de acordo com as UF na sequência estabelecida por Nascentes (1958).

Para cada UF são apresentados:

- um quadro com os pontos sugeridos para a rede conforme Nascentes (1958) – topônimos e números originais –, acompanhados de sugestão para a numeração (se pertinente) e breve resumo das alterações toponímicas;

- quando necessário, um mapa utilizado para análise das localidades com topônimos com problemas de repetição e numeração subsidiando a tomada de decisão para a elaboração de um novo quadro;

- um quadro com os topônimos em ordem alfabética e com numeração segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, respectivas posições nas DPA e DTB à época e atuais (segundo o IBGE em 2016), geocódigos (quando existem)¹⁰² e coordenadas geográficas no sistema oficial adotado;

- um mapa final contendo as localidades com as respectivas numerações.

¹⁰² Na inexistência do geocódigo, apenas as coordenadas são relacionadas.

5.2.1 Estado do Acre (Território do Acre – 1913 a 1962)

5.2.1.1 Análises e resultados preliminares

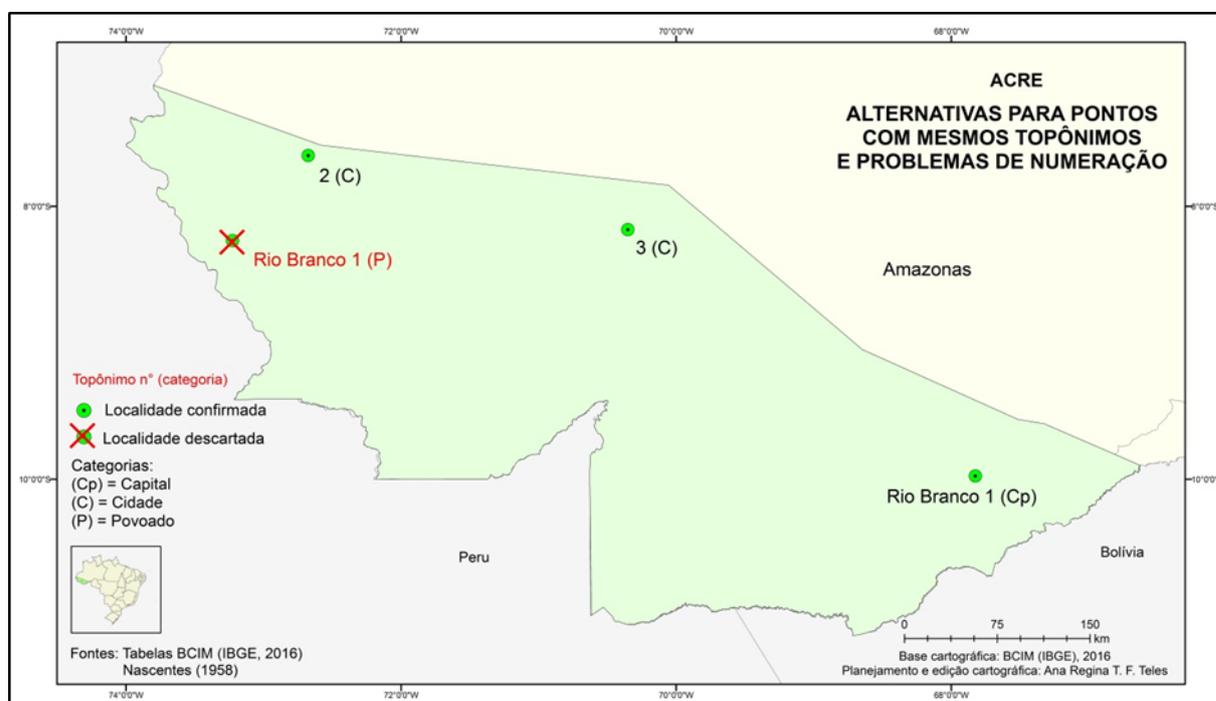
Quadro 30 – Estado do Acre: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), e com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DO ACRE			
Topônimo segundo Anterior Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Cruzeiro do Sul	2	2	1890 a 1904 Seringal Centro Brasileiro 1904 a 2016 Cruzeiro do Sul
Feijó	3	3	1879 a 1906 Seringal Porto Alegre 1906 a 2016 Feijó
Rio Branco	1	1	1882 a 1903 Seringal Empresa 1904 a 1904 Volta da Empresa 1904 a 1912 Vila Rio Branco 1912 a 2016 Rio Branco

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

Figura 120 – Estado do Acre: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.1.2 Resultado final

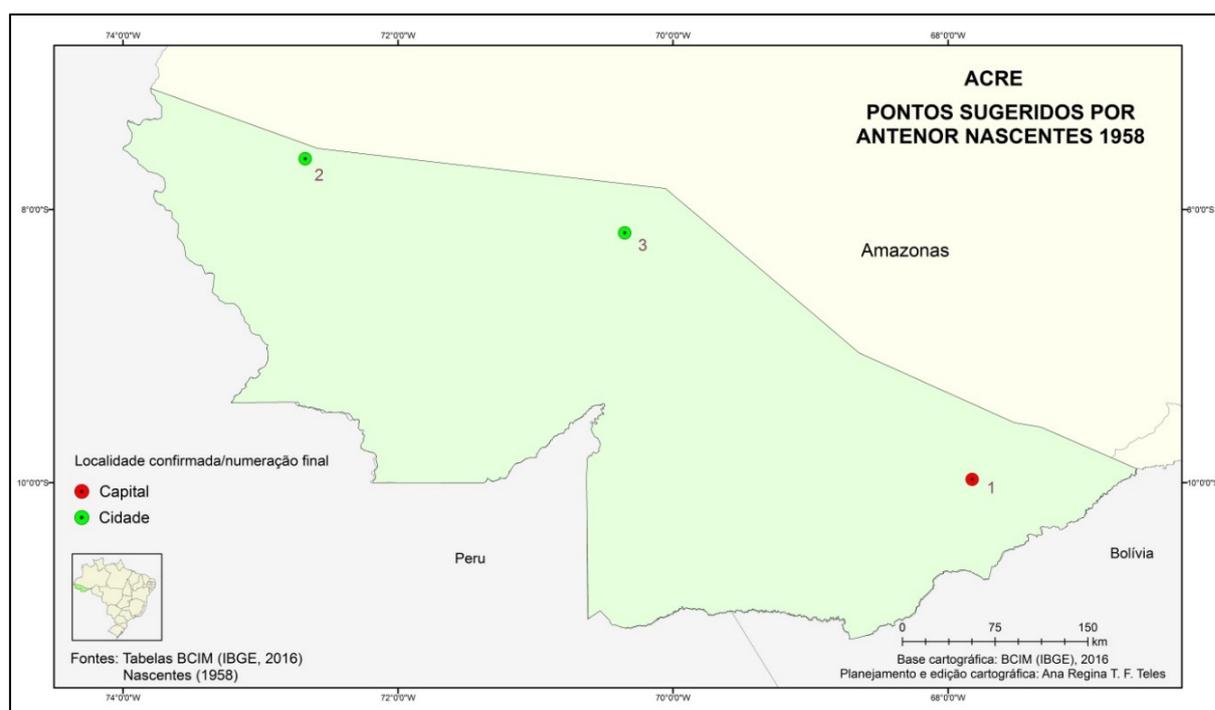
Quadro 31 – Estado do Acre: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), e com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTECOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Cruzeiro do Sul	2	2	Cruzeiro do Sul	cidade	AC	120020305	7°37'40"S	72°40'33"W
Feijó	3	3	Feijó	cidade	AC	120030205	8°09'48"S	70°21'13"W
Rio Branco	1	1	Rio Branco	capital	AC	120040105	9°58'32"S	67°49'31"W

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

Figura 121 – Estado do Acre: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.2 Estado do Amazonas

5.2.2.1 Análises e resultados preliminares

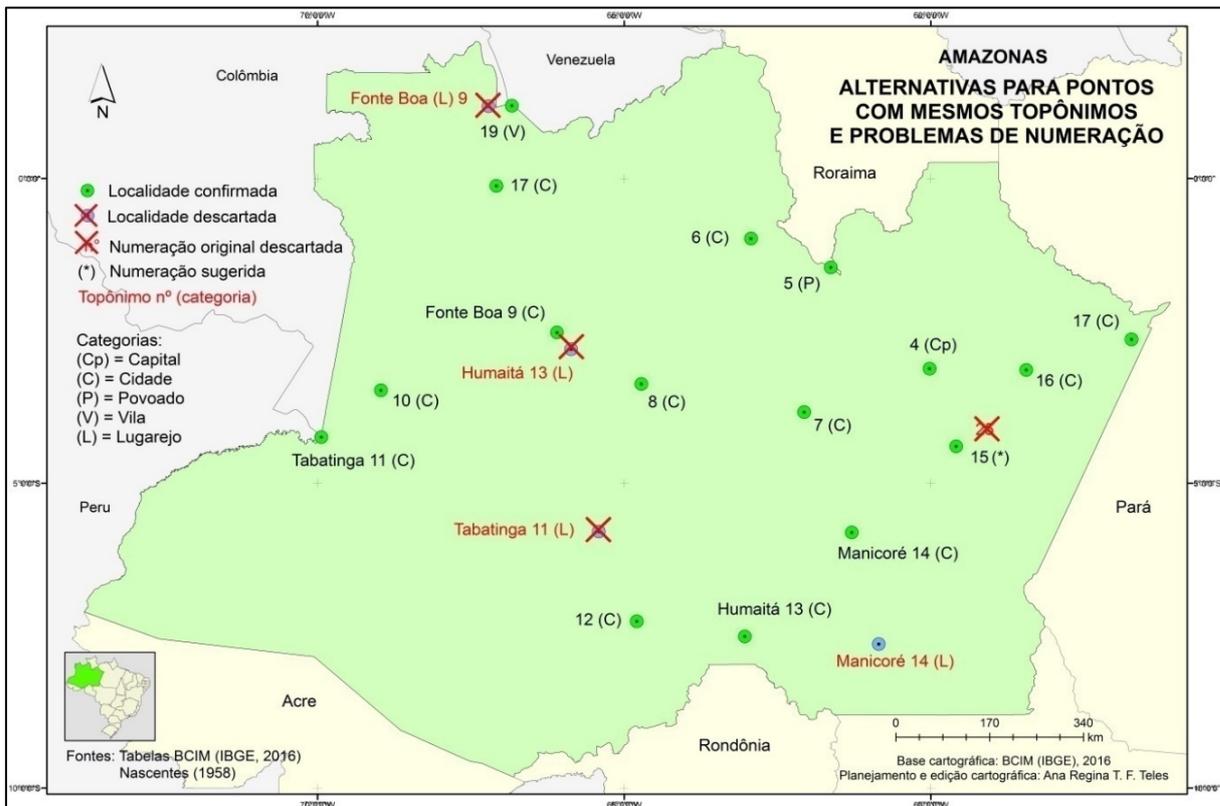
Quadro 32 – Estado do Amazonas: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DO AMAZONAS			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Barcelos	6	6	1758 a 2016 Barcellos/Barcelos
Borba	25	15	1755 a 2016 Borba
Cadajás	7	7	1862 a 1874 Nossa Senhora das Graças de Codajás 1874 a 2016 Codajaz/Codajás
Cucuí	19	19	1763 a 1857 Forte de São José de Maribatanas 1907 a 1938 Marabitanas 2016 Cucuihy/Cucui - Comando Militar do Alto Rio Negro
Fonte Boa	9	9	1873 a 1891 Barreiras de Fonte Boa 1891 a 2016 Fonte Boa/Fonte Boa/Fonte Boa
Humaitá	13	13	1885 a 1888 São Francisco do Rio Madeira 1888 a 2016 Humaytá/Humaitá/Humaythá/Humaitá
Itacoatiara	16	16	1759 a 1857 Serpa 1857 a 2016 Itacoatiara
Lábrea	12	12	1874 a 2016 Labrea/Lábrea
Manaus	4	4	1695 a 1856 Barra do Rio Negro 1856 a 2016 Manáos/Manaus/ Manáos/Manaus
Manicoré	14	14	1868 a 1877 Nossa Senhora das Dores de Manicoré 1877 a 2016 Manicoré
Moura	5	5	1695 a 1758 Itarendaua 1758 a 2016 Moura
Parintins	17	17	1796 a 1804 Tupinambarana 1804 a 1833 Missão de Vila Nova da Rainha 1833 a 1880 Villa Bella da Imperatriz 1880 a 2016 Parintins
São Gabriel	18	18	1761 a 1833 São Gabriel da Cachoeira 1833 a 1943 São Gabriel 1943 a 1956 Uaupés 1956 a 1965 Ilha Grande 1965 a 2016 São Gabriel da Cachoeira
São Paulo de Olivença	10	10	1759 a 1817 São Paulo de Olivença 1817 a 1833 Olivença 1833 a 1882 Javari 1882 a 2016 São Paulo de Olivença
Tabatinga	11	11	1766 a 1866 São Francisco Xavier de Tabatinga 1866 a 2016 Tabatinga
Tefé	8	8	1833 a 2016 Teffé/Tefé/Teffé/Tefé
observação: – número em negrito indica problema de numeração			

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

Figura 122 – Estado do Amazonas: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.2.2 Resultado final

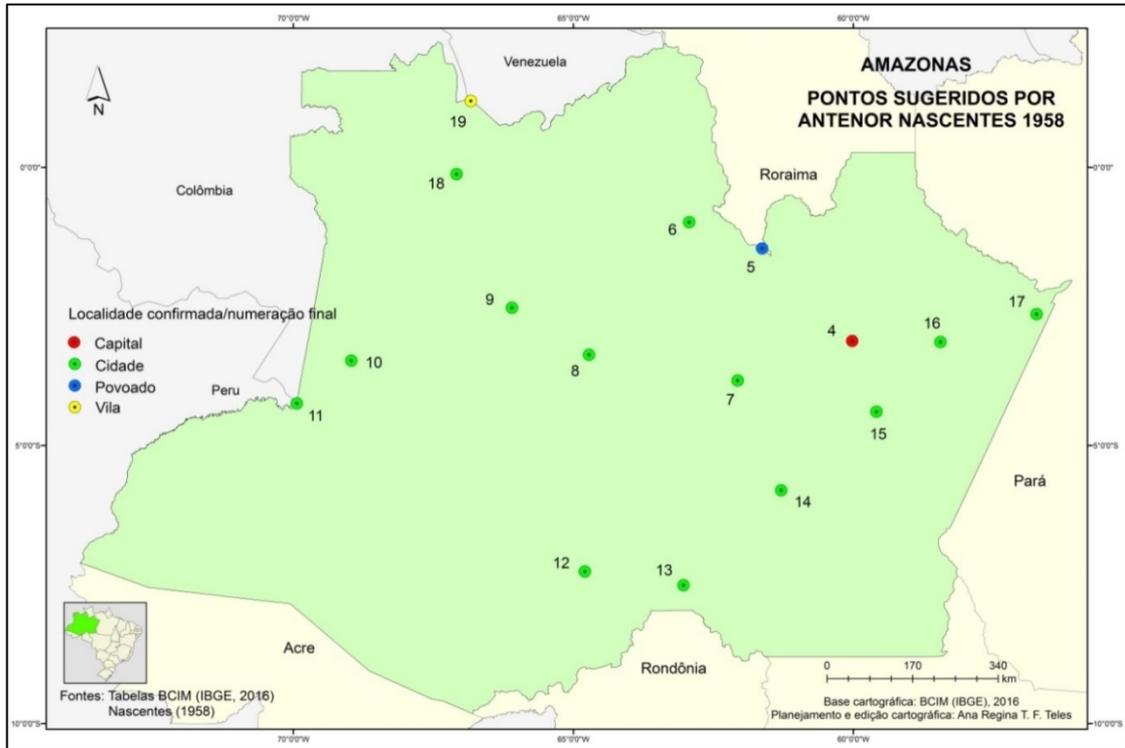
Quadro 33 – Estado do Amazonas: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Barcelos	6	6	Barcelos	cidade	AM	130040905	0°59'01"S	62°55'53"W
Borba	25	15	Borba	cidade	AM	130080505	4°23'30"S	59°35'16"W
Cadajás	7	7	Codajás	cidade	AM	130130805	3°50'13"S	62°03'33"W
Cucuí	19	19	Cucuí	vila (1)	AM	130380912	1°11'24"N	66°50'14"W
Fonte Boa	9	9	Fonte Boa	cidade	AM	130160505	2°31'25"S	66°05'40"W
Humaitá	13	13	Humaitá	cidade	AM	130170405	7°30'43"S	63°01'59"W
Itacoatiara	16	16	Itacoatiara	cidade	AM	130190205	3°08'20"S	58°26'43"W
Lábrea	12	12	Lábrea	cidade	AM	130240505	7°15'52"S	64°47'42"W
Manaus	4	4	Manaus	capital	AM	130260305	3°07'09"S	60°01'19"W
Manicoré	14	14	Manicoré	cidade	AM	130270205	5°48'18"S	61°17'23"W
Moura	5	5	Moura	povoado (2)	AM	X	1°27'26"S	61°37'47"W
Parintins	17	17	Parintins	cidade	AM	130340305	2°38'16"S	56°43'46"W
São Gabriel	18	18	São Gabriel da Cachoeira	cidade	AM	130380905	0°07'10"S	67°5'04"W
São Paulo de Olivença	10	10	São Paulo de Olivença	cidade	AM	130390805	3°27'42"S	68°57'03"W
Tabatinga	11	11	Tabatinga	cidade	AM	130406205	4°14'31"S	69°56'19"W
Tefé	8	8	Tefé	cidade	AM	130420305	3°22'06"S	64°43'11"W

observações:
 (1) vila de São Gabriel da Cachoeira
 (2) povoado de Barcelos
 – número em negrito significa numeração ajustada
 – geocódigo "X" - não há

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

Figura 123 – Estado do Amazonas: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.3 Estado de Roraima (Território do Rio Branco, de 1943 a 1962; Território de Roraima, de 1962 a 1988)

5.2.3.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 34 – Estado de Roraima: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DE RORAIMA			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Boa Vista	11	20	1890 a 1926 Vila de Boa Vista do Rio Branco 1926 a 1938 Boa Vista do Rio Branco, AM 1938 a 1943 Boa Vista, AM 1943 a 2016 Boa Vista
observação: – número em negrito indica problema de numeração			

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1958, p. 19).

Figura 124 – Estado de Roraima: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.3.2 Resultado final

Quadro 35 – Estado de Roraima: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTECOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Boa Vista	11	20	Boa Vista	capital	RR	140010005	2°49'23"N	60°40'34"W

observações:
– número em negrito significa numeração ajustada

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

Figura 125 – Estado de Roraima: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.4 Estado do Pará

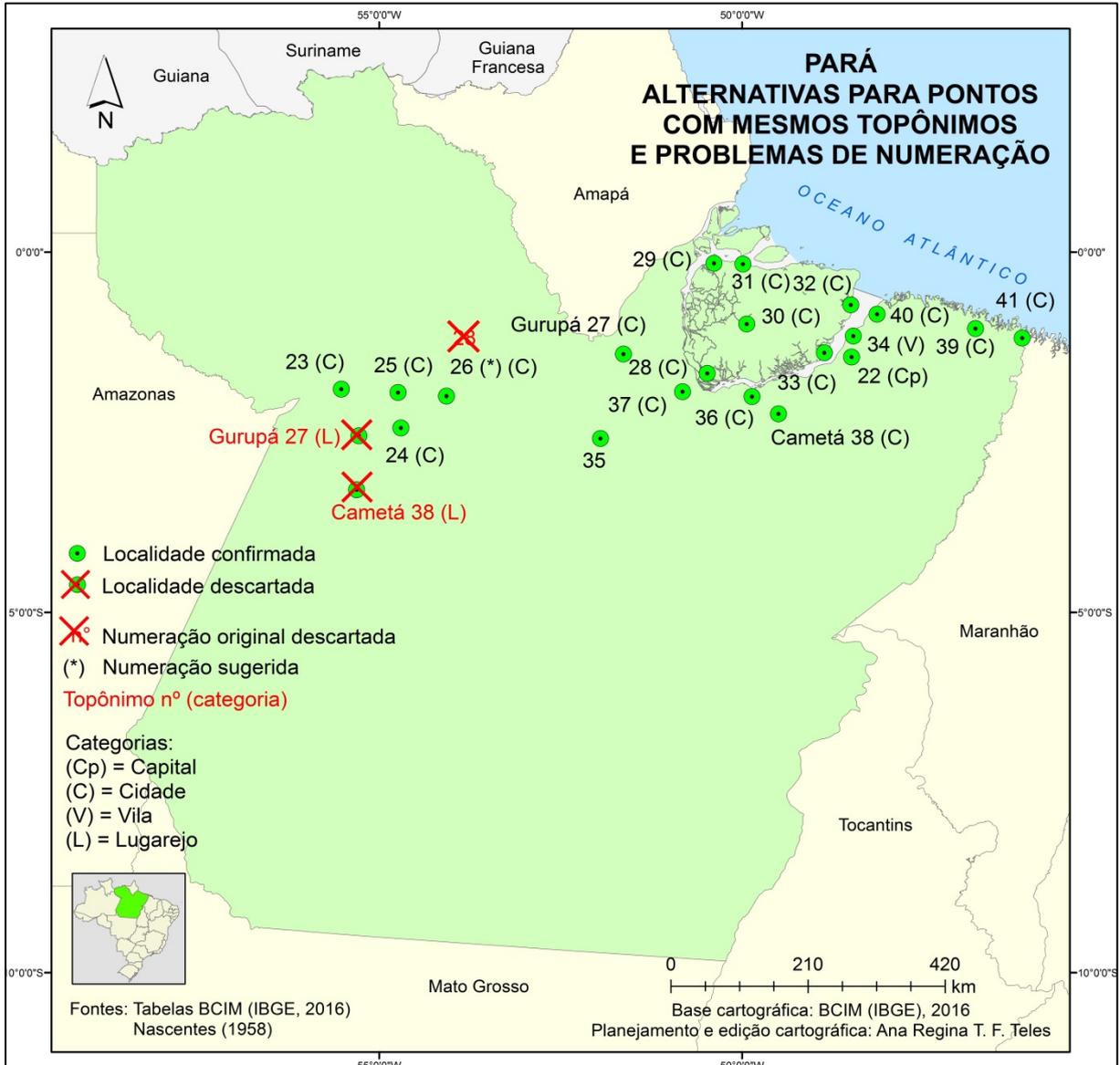
5.2.4.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 36 – Estado do Pará: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DO PARÁ			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Afuá	29	29	1874 a 2016 A ffuá/Afuá
Alenquer	25	25	1758 a 2016 Alemquer/Alenquer/ Alemquer/Alenquer
Anajás	30	30	1869 a 2016 Anajáz/Anajás
Belém	22	22	1616 a 1872 S anta Maria de Belém do Pará 1872 a 2016 Bethlém/Belém
Bragança	39	39	1753 a 2016 Bragança
Breves	28	28	1850 a 1909 Nossa S enhora de S antana dos Breves 1909 a 2016 Breves
Cametá	38	38	1635 a 1848 Viçosa de S anta Cruz de Cametá 1848 a 2016 Cametá
Chaves	31	31	1758 a 1833 Chaves 1833 a 1838 E quador 1838 a 1932 Chaves 1932 a 1938 S anto Antonio de Aruans 1938 a 2016 Chaves
Gurupá	27	27	1639 a 2016 Gurupá
Monte Alegre	28	26	1758 a 2016 Monte Alegre
Mosqueiro	34	34	1868 a 2016 Mosqueiro
Óbidos	23	23	1758 a 2016 Obidos/Óbidos/Obidos/Óbidos
Oeiras	36	36	1758 a 1943 Oeiras 1943 a 1965 Araticu 1965 a 2016 Oeiras do Pará
Ponta de Pedras	33	33	1757 a 2016 Ponta de Pedras
Portel	37	37	1758 a 2016 Portel
Santarém	24	24	1754 a 2016 Santarém
Soure	32	32	1755 a 2016 Soure
Souzel	35	35	1639 a 1758 Arucará ou Aricará 1758 a 1822 S ão Francisco Xavier 1822 a 1961 Souzel 1961 a 2016 S enador José Porfrio
Vigia	40	40	1693 a 1698 Nossa S enhora de Nazaré 1698 a 2016 Vigia
Viseu	41	41	1758 a 2016 Vizeu/Viseu/ Vizeu/Viseu
observação: – número em negrito indica problema de numeração			

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

Figura 126 – Estado do Pará: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.4.2 Resultado final

Quadro 37 – Estado do Pará: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

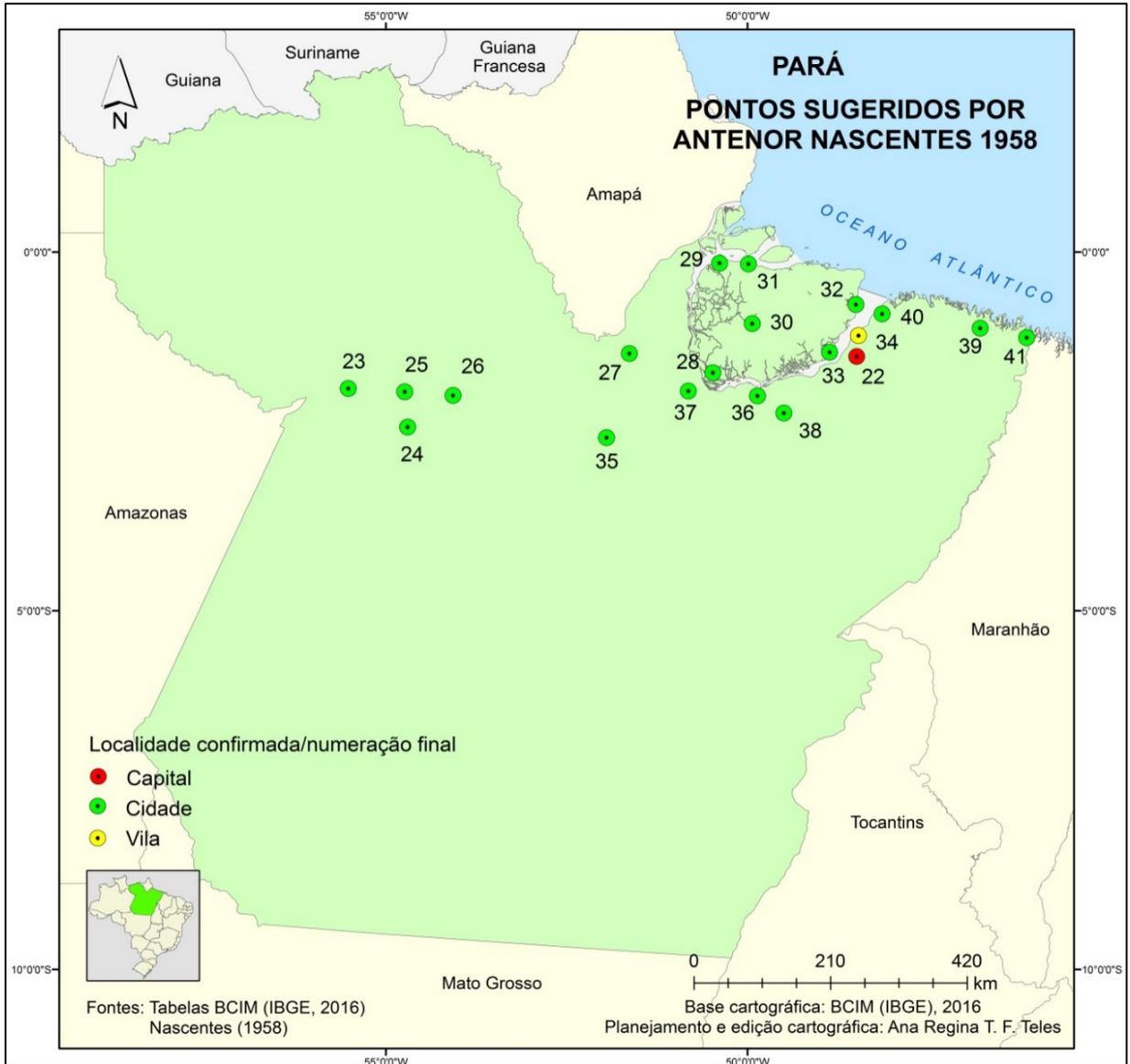
RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTERIOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Afuá	29	29	Afuá	cidade	PA	150030505	0°09'18"S	50°23'11"W
Alenquer	25	25	Alenquer	cidade	PA	150040405	1°56'47"S	54°44'19"W
Anajás	30	30	Anajás	cidade	PA	150070105	0°59'49"S	49°56'08"W
Belém	22	22	Belém	capital	PA	150140205	1°27'22"S	48°29'25"W
Bragança	39	39	Bragança	cidade	PA	150170905	1°03'10"S	46°46'15"W
Breves	28	28	Breves	cidade	PA	150180805	1°40'50"S	50°28'46"W
Cametá	38	38	Cametá	cidade	PA	150210305	2°14'35"S	49°29'53"W
Chaves	31	31	Chaves	cidade	PA	150250905	0°09'52"S	49°59'14"W
Gurupá	27	27	Gurupá	cidade	PA	150310105	1°24'45"S	51°37'51"W
Monte Alegre	28	26	Monte Alegre	cidade	PA	150480205	1°59'53"S	54°04'22"W
Mosqueiro	34	34	Mosqueiro	vila (1)	PA	150140265	1°09'51"S	48°27'59"W
Óbidos	23	23	Óbidos	cidade	PA	150510605	1°54'05"S	55°31'16"W
Oeiras	36	36	Oeiras do Pará	cidade	PA	150520505	2°00'14"S	49°51'47"W
Ponta de Pedras	33	33	Ponta de Pedras	cidade	PA	150570005	1°23'46"S	48°51'59"W
Portel	37	37	Portel	cidade	PA	150580905	1°56'12"S	50°49'11"W
Santarém	24	24	Santarém	cidade	PA	150680705	2°26'19"S	54°42'00"W
Soure	32	32	Soure	cidade	PA	150790405	0°43'25"S	48°30'56"W
Souzel	35	35	Senador José Porfírio	cidade	PA	150780505	2°35'10"S	51°56'56"W
Vigia	40	40	Vigia	cidade	PA	150820905	0°51'41"S	48°08'20"W
Viseu	41	41	Viseu	cidade	PA	150830805	1°12'08"S	46°08'20"W

observação:
 (1) vila de Belém
 – número em negrito significa numeração ajustada

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

Figura 127 – Estado do Pará: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.5 Estado do Amapá (Território do Amapá –1943-1988)

5.2.5.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 38 – Estado do Amapá: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DO AMAPÁ			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Amapá	44	44	1895 a 1901 Amapá, contestado do Amapá, litígio entre Brasil e França 1901 Amapá, PA 1911 a 1930 Montenegro, PA 1930 a 1938 Amapá, PA 1938 – 1938 Veiga Cabral/Amapá, PA 1938 a 1943 Amapá, PA 1943 a 2016 Amapá
Macapá	42	42	1758 a 1856 São José de Macapá, PA 1856 a 1943 Macapá, PA 1943 a 2016 Macapá
Mazagão	43	43	1770 a 1943 Masagão/Mazagão, PA 1943 a 2016 Mazagão
Oiapoque	45	45	1906 a 1936 Martinica 1936 a 1939 Espírito Santo do Oiapoque 1939 a 2016 Oiapoque

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.5.2 Resultado final

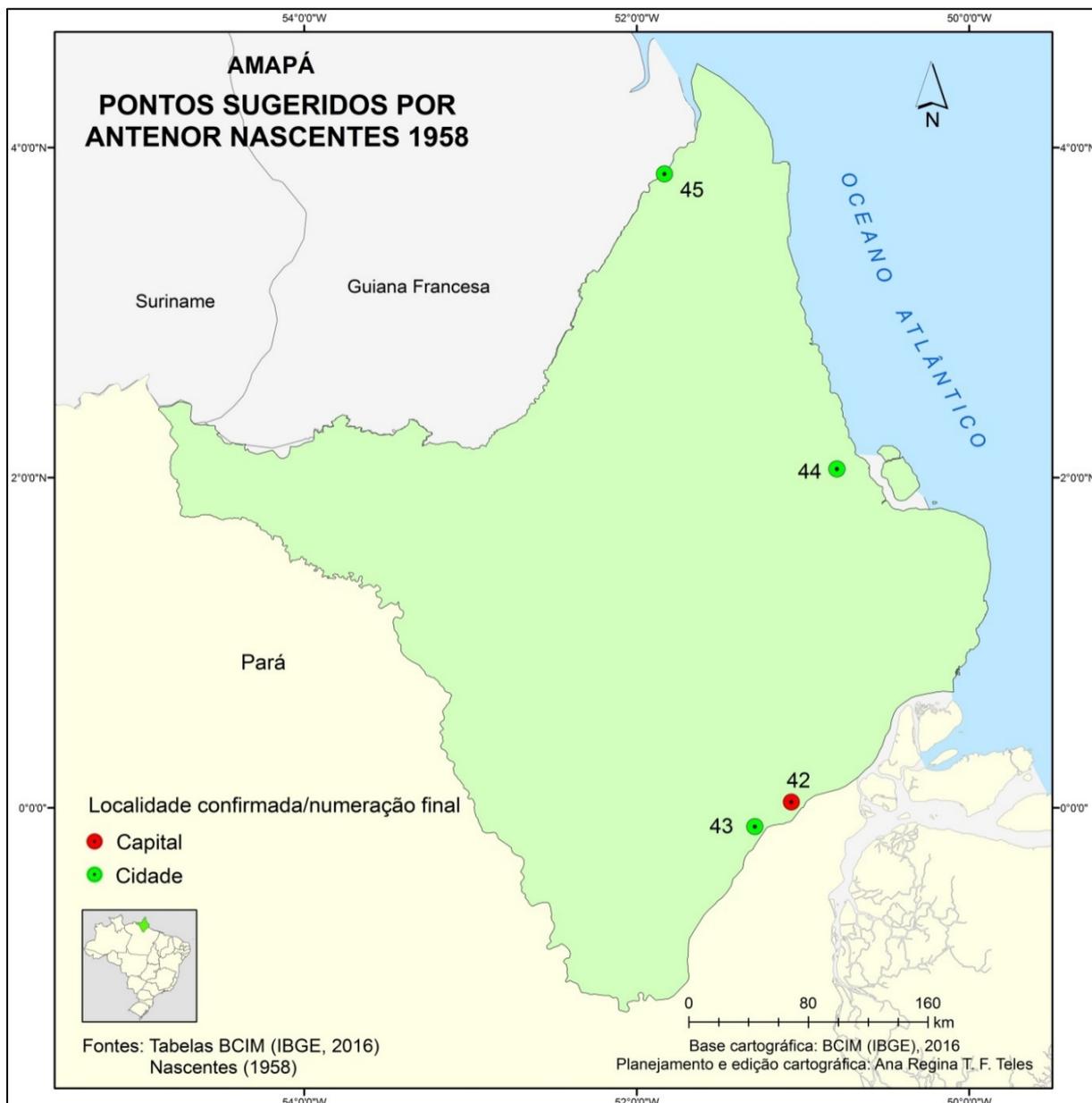
Quadro 39 – Estado do Amapá: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTECOR NASCENTES		novo nº ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	nº do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Amapá	44	44	Amapá	cidade	AP	160010505	2°03'08"N	50°47'45"W
Macapá	42	42	Macapá	capital	AP	160030305	0°02'03"N	51°04'12"W
Mazagão	43	43	Mazagão	cidade	AP	160040205	0°06'49"S	51°17'22"W
Oiapoque	45	45	Oiapoque	cidade	AP	160050105	3°50'25"N	51°50'00"W

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

Figura 128 – Estado do Amapá: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.6 Estado do Maranhão

5.2.6.1 Análises e resultados preliminares

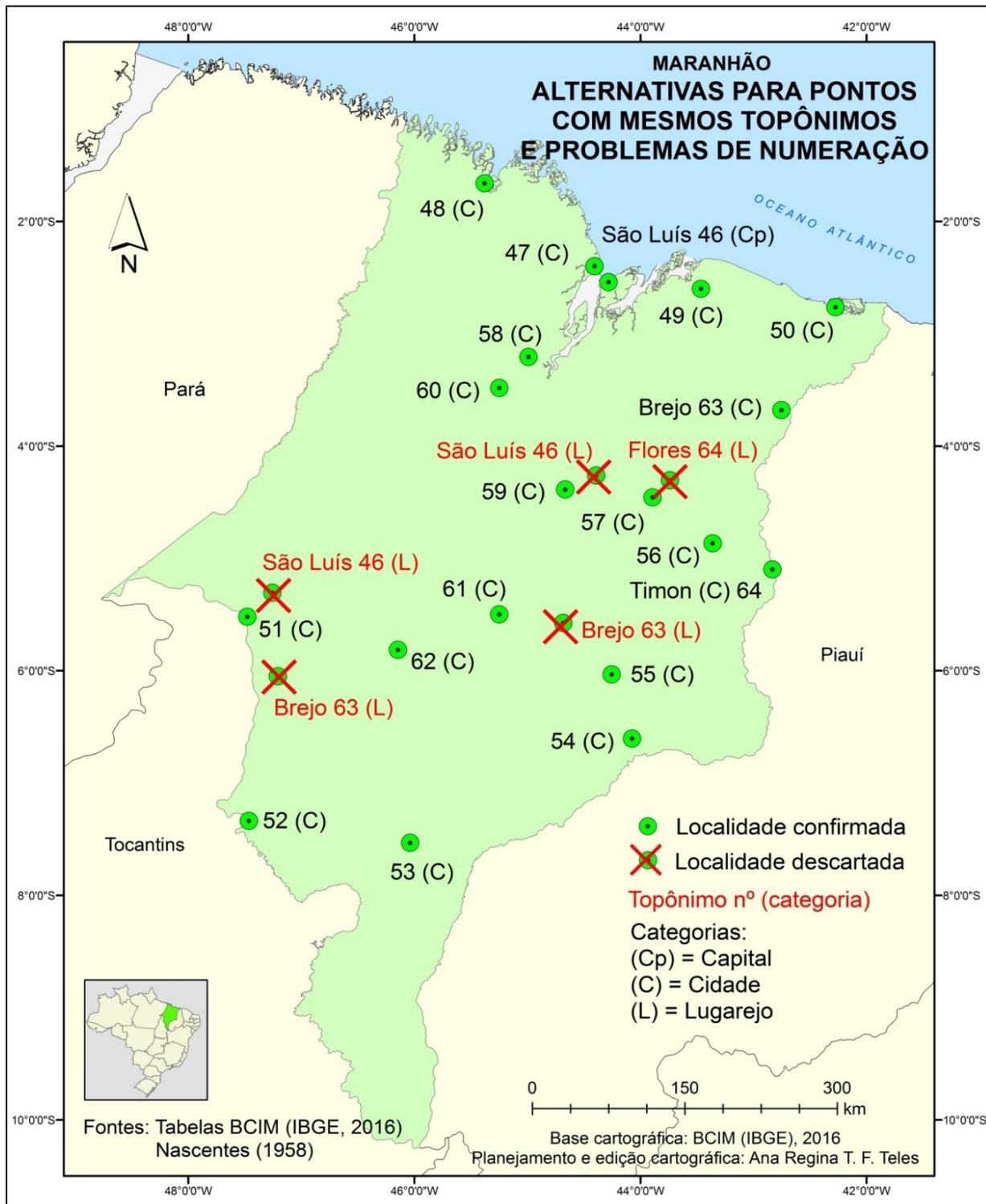
Quadro 40 – Estado do Maranhão: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DO MARANHÃO			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	n° do ponto original	n° do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Alcântara	47	47	1648 a 2016 Alcantara/ Alcântara/ Alcantara/ Alcântara
Barra do Corda	61	61	1854 a 2016 Barra do Corda
Brejo	63	63	1820 a 2016 Brejo
Carolina	52	52	1831 a 2016 Carolina
Caxias	56	56	1735 a 1836 Caxias das Aldeias Altas 1836 a 2016 Caxias
Codó	57	57	1835 a 1838 Urubu 1838 a 2016 Codó
Flores	64	64	1890 a 1943 Flôres/ Flores/ Flôres/ Flores 1943 a 2016 Timon
Grajaú	62	62	1835 a 1881 Chapada 1881 a 2016 Grajahú/ Grajaú/ Grajahú/ Grajaú
Imperatriz	51	51	1856 a 1862 Vila Nova da Imperatriz 1862 a 1924 Vila Imperatriz 1924 a 2016 Imperatriz
Miritiba	49	49	1819 a 1835 Miritiba 1835 a 1934 Miritiba de São José do Piriá 1934 a 2016 Humberto de Campos
Monção	60	60	1757 a 2016 Monção
Pastos Bons	54	54	1779 a 2016 Pastos Bons
Picos	55	55	1870 a 1943 Picos 1943 a 2016 Colinas
São Luís	46	46	1612 a 2016 São Luiz/ São Luís/ São Luiz/ São Luís
São Luís Gonzaga	59	59	1844 a 1943 São Luiz Gonzaga 1943 a 1971 IPIXUNA 1971 a 2016 São Luís Gonzaga do Maranhão
S to. Antônio de Balsas	53	53	1892 a 1943 Santo Antonio de Balsas 1943 a 2016 Balsas
Turiaçu	48	48	1818 a 2016 Tury-assú/Turyas s ú/Tury-as s ú/Turiaçu/Tury-ass ú/Turiaçu
Tutóia	50	50	1757 a 2016 Tutoya/Tutóia/ Tutoya/Tutóia
Viana	58	58	1757 a 2016 Vianna/Viana/Vianna/Viana

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

Figura 129 – Estado do Maranhão: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.6.2 Resultado final

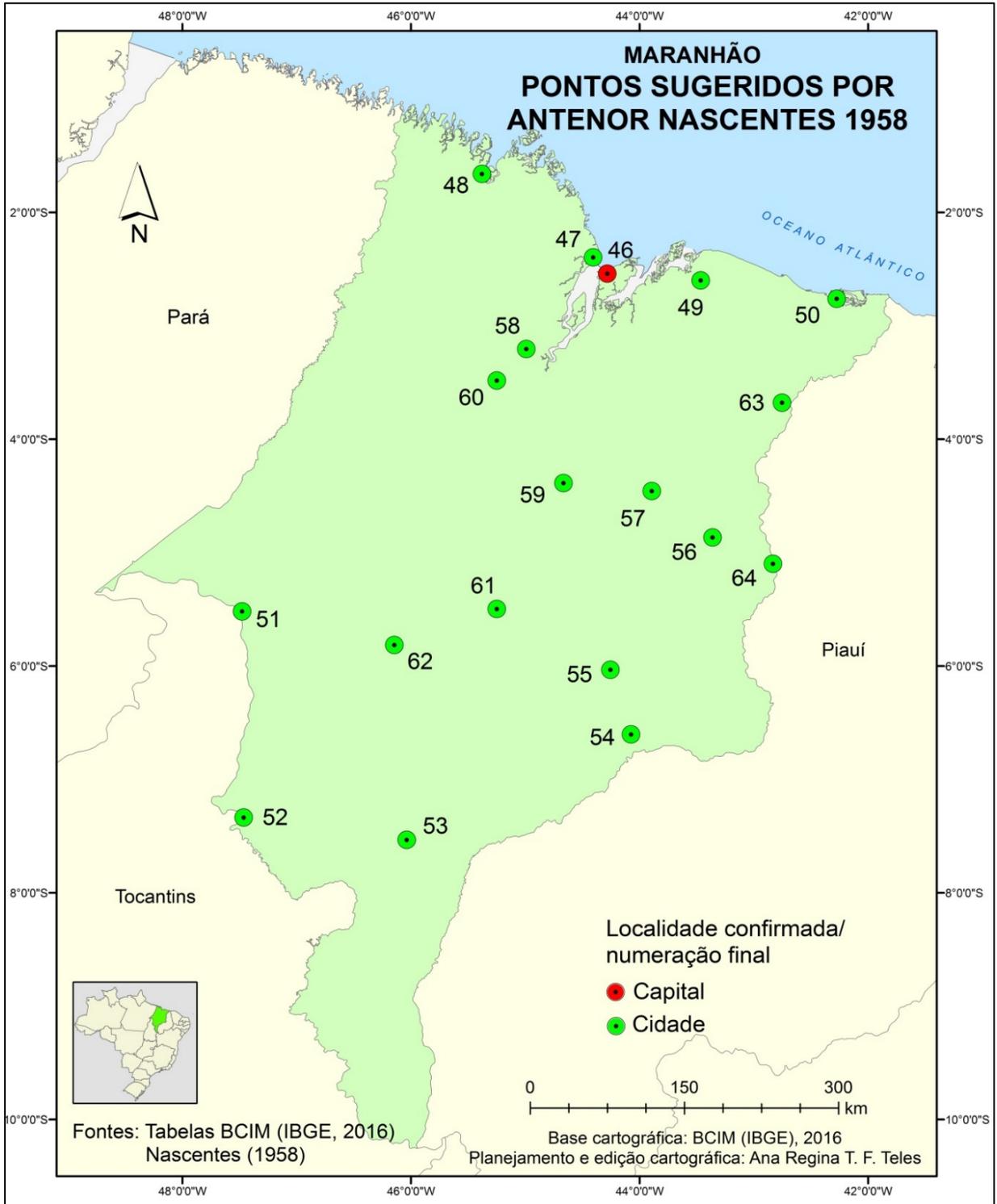
Quadro 41– Estado do Maranhão: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTERIOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Alcântara	47	47	Alcântara	cidade	MA	210020405	2°24'24"S	44°25'06"W
Barra do Corda	61	61	Barra do Corda	cidade	MA	210160805	5°29'50"S	45°14'55"W
Brejo	63	63	Brejo	cidade	MA	210210105	3°40'42"S	42°45'10"W
Carolina	52	52	Carolina	cidade	MA	210280405	7°20'10"S	47°27'49"W
Caxias	56	56	Caxias	cidade	MA	210300005	4°51'55"S	43°21'43"W
Codó	57	57	Codó	cidade	MA	210330705	4°27'44"S	43°53'34"W
Flores	64	64	Timon	cidade	MA	211220905	5°05'53"S	42°49'59"W
Grajaú	62	62	Grajaú	cidade	MA	210480005	5°49'12"S	46°09'21"W
Imperatriz	51	51	Imperatriz	cidade	MA	210530205	5°31'07"S	47°28'41"W
Miritiba	49	49	Humberto de Campos	cidade	MA	210500505	2°35'55"S	43°27'54"W
Monção	60	60	Monção	cidade	MA	210690405	3°28'53"S	45°14'59"W
Pastos Bons	54	54	Pastos Bons	cidade	MA	210800905	6°35'55"S	44°05'04"W
Picos	55	55	Colinas	cidade	MA	210350505	6°01'55"S	44°14'50"W
São Luís	46	46	São Luís	capital	MA	211130005	2°32'22"S	44°16'59"W
São Luís Gonzaga	59	59	São Luís Gonzaga do Maranhão	cidade	MA	211140905	4°22'37"S	44°40'15"W
S.to. Antônio de Balsas	53	53	Balsas	cidade	MA	210140005	7°31'57"S	46°02'15"W
Turiação	48	48	Turiação	cidade	MA	211240705	1°39'56"S	45°22'13"W
Tutóia	50	50	Tutóia	cidade	MA	211250605	2°45'42"S	42°16'33"W
Viana	58	58	Viana	cidade	MA	211280305	3°12'42"S	44°59'58"W

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

Figura 130 – Estado do Maranhão: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.7 Estado do Piauí

5.2.7.1 Análises e resultados preliminares

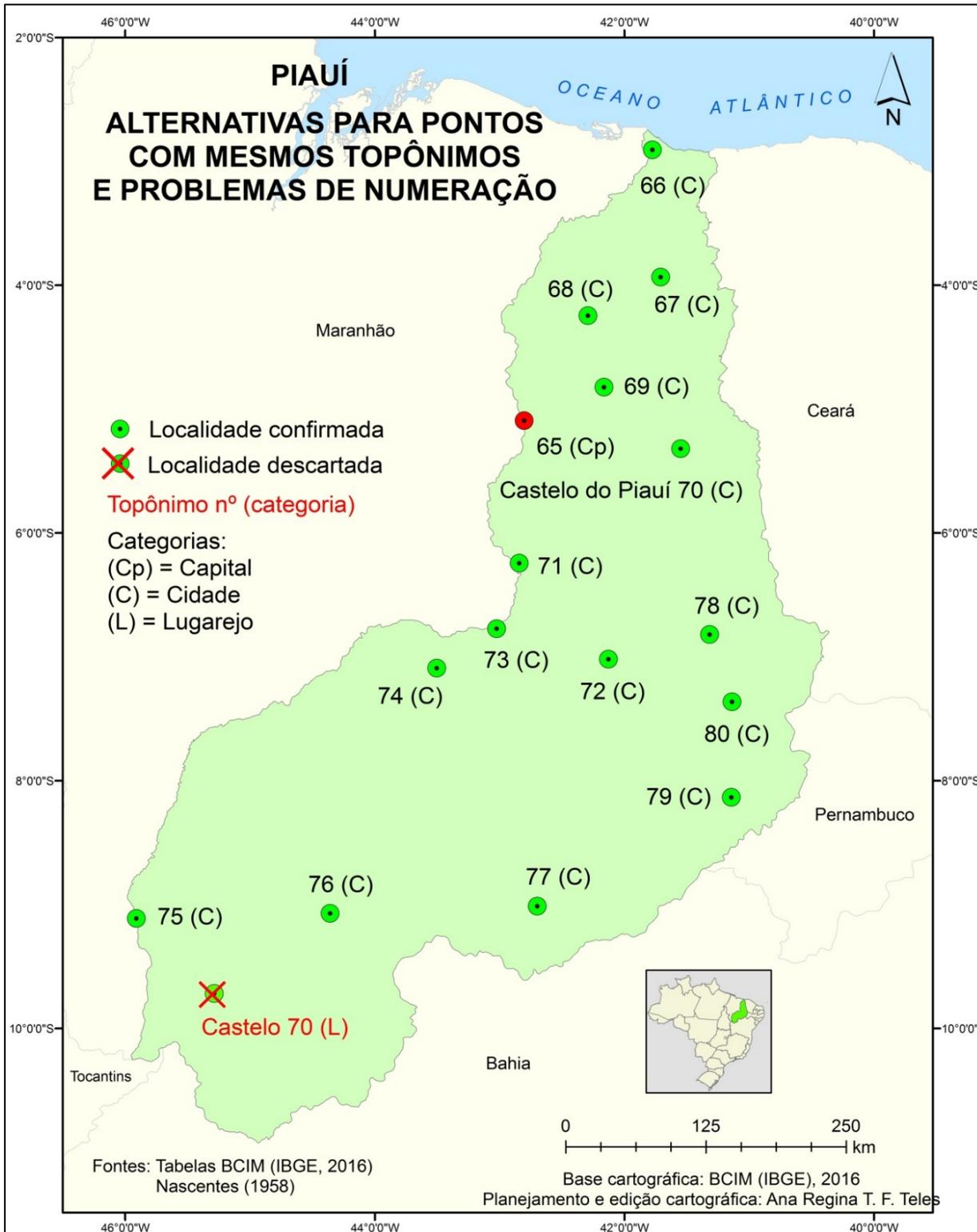
Quadro 42 – Estado do Piauí: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DO PIAUÍ			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	n° do ponto original	n° do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Amarante	71	71	1801 a 1871 São Gonçalo 1871 a 2016 Amarante
Barras	68	68	1823 a 1889 Barras 1911 a 1936 Barras do Maratahoan 1936 a 2016 Barras
Bom Jesus do Gurgueia	76	76	1838 a 1872 Bom Jesus do Gurguéia 1872 Gurguéia 1872 a 1936 Bom Jesus do Gurgueia/ Bom Jesus do Gurguéia/ Bom Jesus do Gurgueia 1936 a 2016 Bom Jesus
Campo Maior	69	69	1757 a 2016 Campo Maior
Castelo	70	70	1742 a 1890 Marvão 1890 a 1943 Castello/Castelo 1943 a 1948 Marvão 1948 a 2016 Castelo do Piauí
Floriano	73	73	1864 a 1897 Manga 1897 a 2016 Floriano
Jaicós	80	80	1801 a 1889 Nossa Senhora das Mercês 1889 a 2016 Jaicós
Jerumenha	74	74	1746 a 2016 Jeromenha/Jerumenha/Jeromenha/Jerumenha
Oeiras	72	72	1712 a 1761 Mocha 1761 a 2016 Oeiras
Parnaíba	66	66	1801 a 2016 Parnahyba/Parnaíba/Parnahyba/Parnaíba
Paulista	79	79	1883 a 1943 Paulista 1943 a 2016 Paulistana
Piracuruca	67	67	1760 a 2016 Piracuruca
São Luís do Piauí	78	78	fim do século XIX Fazenda Guaribas até 1988 São Luis 1989 a 2016 São Luis do Piauí
São Raimundo Nonato	77	77	1832 a 2016 São Raymundo Nonato/ São Raymundo Nonato/São Raimundo Nonato/São Raymundo Nonato/São Raimundo Nonato
Santa Filomena	75	75	1856 a 2016 Santa Philomena/Santa Filomena/Santa Philomena/Santa Filomena
Teresina	65	65	1832 a 2016 Teresina

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

Figura 131 – Estado do Piauí: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.7.2 Resultado final

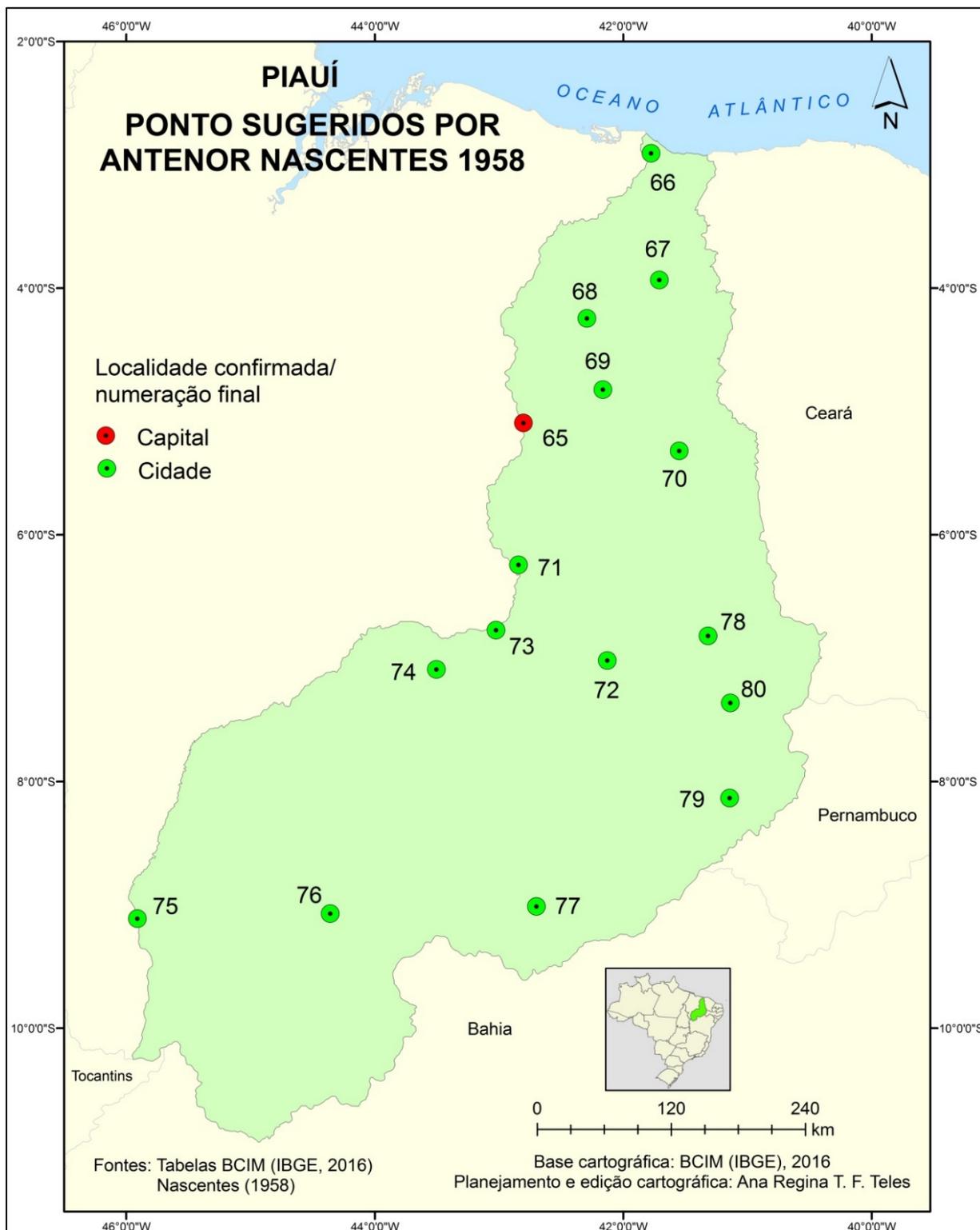
Quadro 43 – Estado do Piauí: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTERIOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Amarante	71	71	Amarante	cidade	PI	220050905	6°14'41"S	42°51'02"W
Barras	68	68	Barras	cidade	PI	220120005	4°14'42"S	42°17'32"W
Bom Jesus do Gurgueia	76	76	Bom Jesus	cidade	PI	220190305	9°04'17"S	44°21'33"W
Campo Maior	69	69	Campo Maior	cidade	PI	220220805	4°49'34"S	42°09'52"W
Castelo	70	70	Castelo do Piauí	cidade	PI	220260405	5°19'08"S	41°33'00"W
Floriano	73	73	Floriano	cidade	PI	220390905	6°46'20"S	43°01'28"W
Jaicós	80	80	Jaicós	cidade	PI	220520105	7°21'37"S	41°08'27"W
Jerumenha	74	74	Jerumenha	cidade	PI	220530005	7°05'30"S	43°30'13"W
Oeiras	72	72	Oeiras	cidade	PI	220700905	7°01'10"S	42°07'43"W
Parnaíba	66	66	Parnaíba	cidade	PI	220770205	2°54'22"S	41°46'32"W
Paulista	79	79	Paulistana	cidade	PI	220780105	8°08'05"S	41°08'36"W
Piracuruca	67	67	Piracuruca	cidade	PI	220830405	3°56'01"S	41°42'32"W
São Luís do Piauí	78	78	São Luis do Piauí	cidade	PI	220137505	6°49'38"S	41°19'25"W
São Raimundo Nonato	77	77	São Raimundo Nonato	cidade	PI	221060705	9°00'46"W	42°41'56"W
Sa. Filomena	75	75	Santa Filomena	cidade	PI	220920305	9°07'03"S	45°55'05"W
Teresina	65	65	Teresina	capital	PI	221100105	5°05'33"S	42°48'14"W

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

Figura 132 – Estado do Piauí: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.8 Estado do Ceará

5.2.8.1 Análises e resultados preliminares

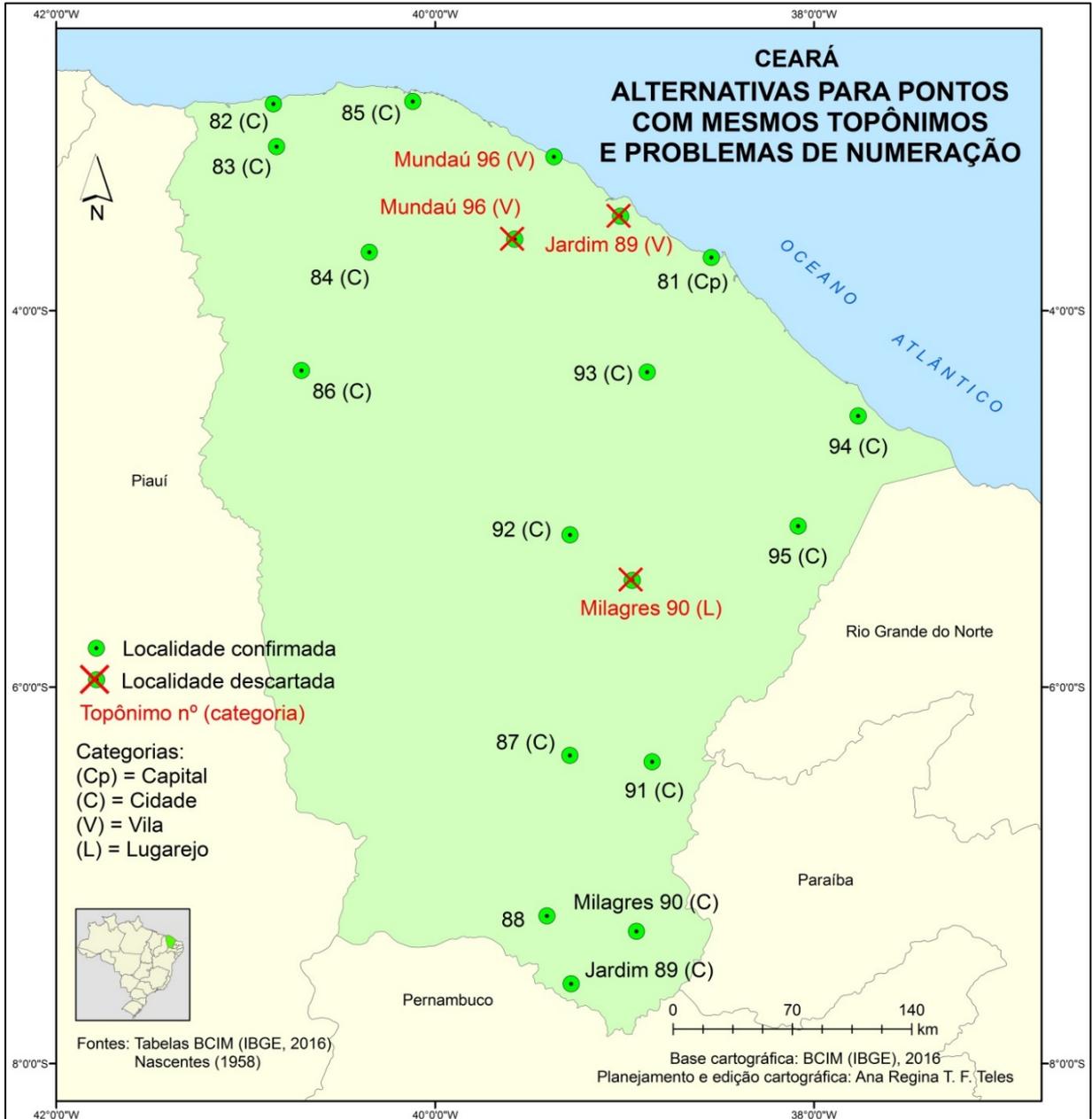
Quadro 44 – Estado do Ceará: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DO CEARÁ			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	n° do ponto original	n° do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Acaraú	85	85	1766 a 1879 Acaracú 1879 a 2016 Acarahú/Acaraú/Acarahú/Acaraú
Aracati	94	94	1747 a 1842 Santa Cruz de Aracati 1842 a 2016 Aracaty/Aracati/ Aracaty/Aracati
Baturité	93	93	1762 a 1763 Aldeias das Missões 1763 a 1764 Palmas 1764 a 1858 Vila Real Monte-Mor 1858 a 2016 Baturité
Camocim	82	82	1873 a 2016 Camocim
Crato	88	88	1768 a 2016 Crato
Fortaleza	81	81	1661 a 1710 Fortaleza 1710 a 1711 São José do Ribamar do Aquiraz 1711 a 2016 Fortaleza
Granja	83	83	1757 a 2016 Granja
Icó	91	91	1736 a 1842 Arraial da Ribeira dos Icó 1842 a 2016 Icó
Iguatu	87	87	1831 a 1883 Telha 1833 a 2016 Iguatú/Iguatu/ Iguatú/Iguatu
Ipu	86	86	1783 a 1840 Vila Nova Del Rei 1840 a 1842 Vila Nova de Ipu 1842 a 2016 Ipu/Ipú/Ipu/Ipú/Ipu
Jardim	89	89	1814 a 1879 Santo Antonio do Jardim 1879 a 2016 Jardim
Limoeiro	95	95	1863 a 1943 Limoeiro 1943 a 2016 Limoeiro do Norte
Milagres	90	90	1813 a 2016 Milagres
Mundaú	96	96	1862 a 2016 Mundaú
Quixeramobim	92	92	1755 a 2016 Quixeramobim
Sobral	84	84	1757 a 1841 Januária de Acaracu 1841 a 2016 Sobral

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

Figura 133 – Estado do Ceará: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.8.2 Resultado final

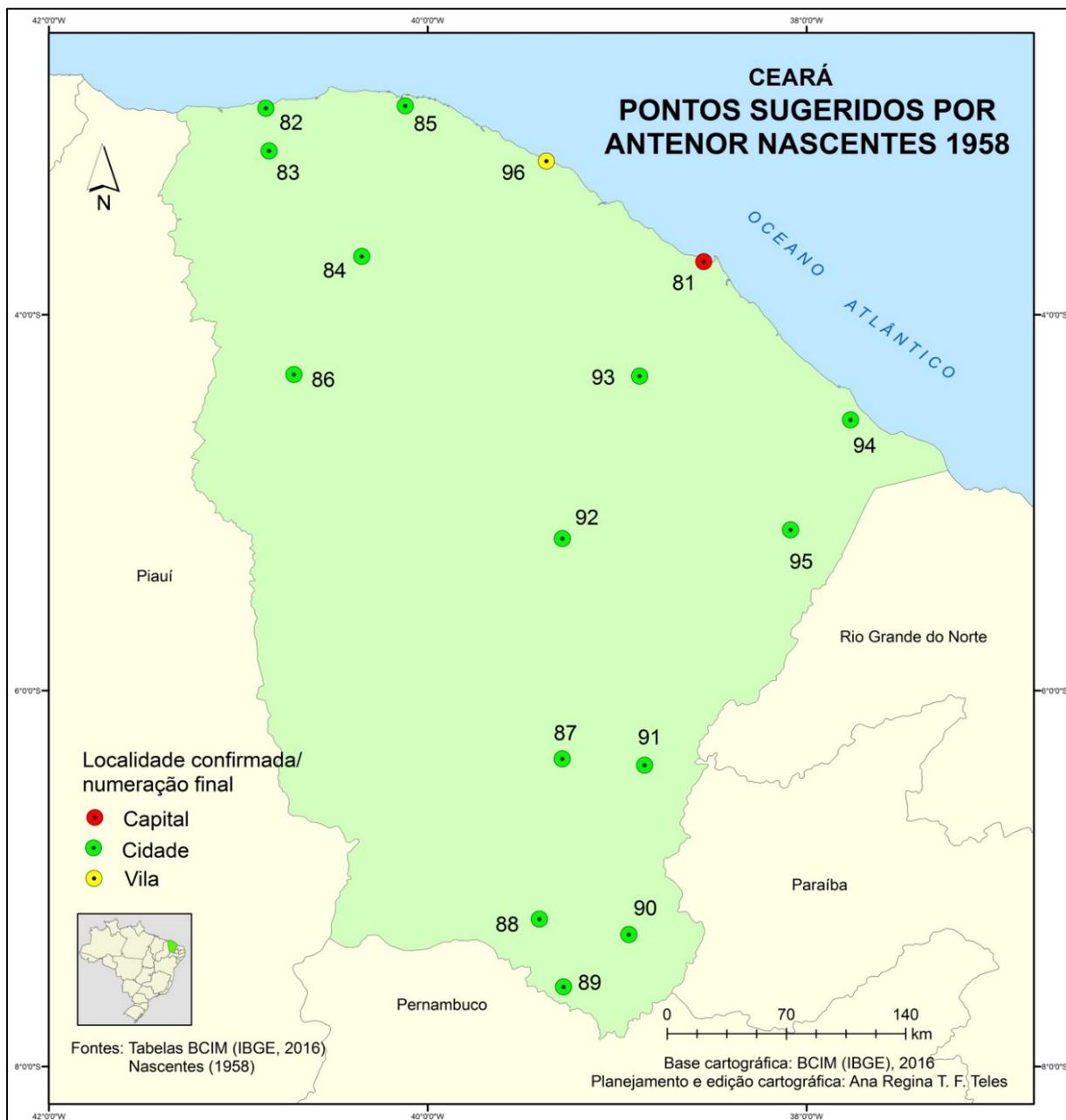
Quadro 45 – Estado do Ceará: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Acaraú	85	85	Acaraú	cidade	CE	230020005	2°53'17"S	40°07'07"W
Aracati	94	94	Aracati	cidade	CE	230110905	4°33'31"S	37°46'05"W
Baturité	93	93	Baturité	cidade	CE	230210705	4°19'34"S	38°52'53"W
Camocim	82	82	Camocim	cidade	CE	230260205	2°53'55"S	40°50'52"W
Crato	88	88	Crato	cidade	CE	230420205	7°13'44"S	39°24'36"W
Fortaleza	81	81	Fortaleza	capital	CE	230440005	3°43'02"S	38°32'34"W
Granja	83	83	Granja	cidade	CE	230470705	3°07'23"S	40°49'37"W
Icó	91	91	Icó	cidade	CE	230540705	6°23'48"S	38°51'20"W
Iguatu	87	87	Iguatu	cidade	CE	230550605	6°21'47"S	39°17'22"W
Ipu	86	86	Ipu	cidade	CE	230580305	4°19'04"S	40°42'22"W
Jardim	89	89	Jardim	cidade	CE	230710605	7°35'07"S	39°16'36"W
Limoeiro	95	95	Limoeiro do Norte	cidade	CE	230760105	5°08'39"S	38°05'06"W
Milagres	90	90	Milagres	cidade	CE	230830205	7°18'03"S	38°56'31"W
Mundaú	96	96	Mundaú	vila (1)	CE	231350010	3°10'55"S	39°22'22"W
Quixeramobim	92	92	Quixeramobim	cidade	CE	231140505	5°11'27"S	39°17'21"W
Sobral	84	84	Sobral	cidade	CE	231290805	3°41'22"S	40°20'54"W
observação:								
(1) vila de Trairi								

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

Figura 134 – Estado do Ceará: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.9 Estado do Rio Grande do Norte

5.2.9.1 Análises e resultados preliminares

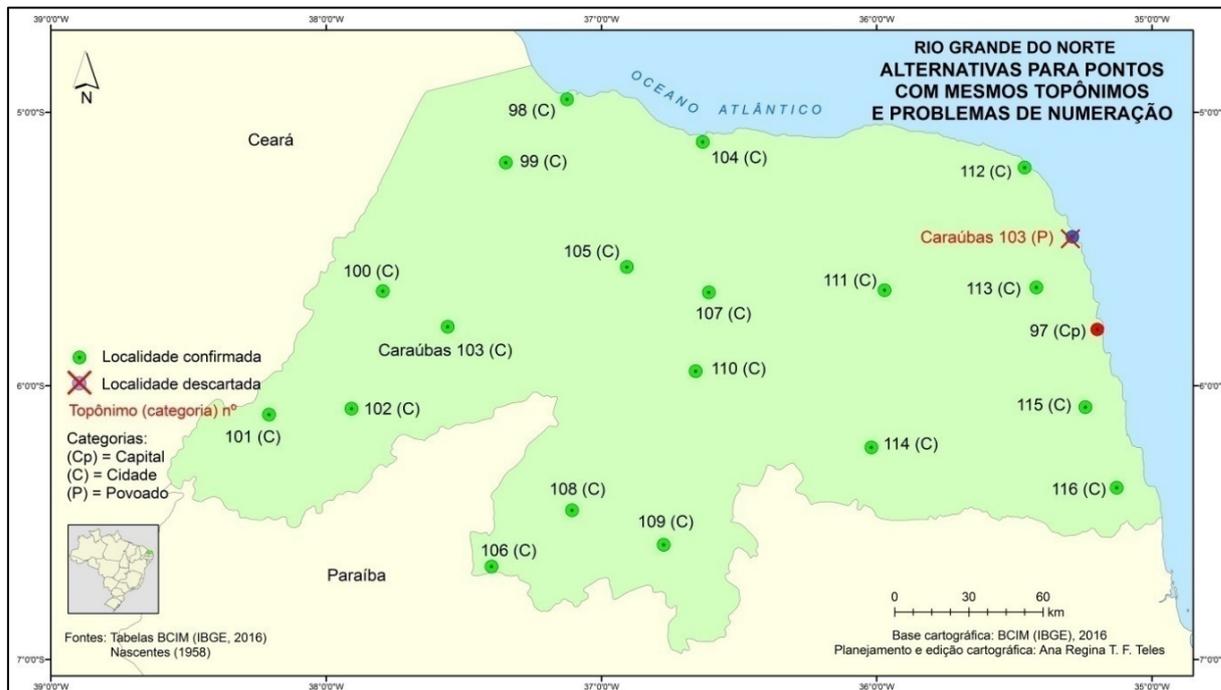
Quadro 46 – Estado do Rio Grande do Norte: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Açu	105	105	1788 a 1845 Vila Nova da Princesa 1845 a 2016 Assú/Açu/Assú/Açu
Angicos	107	107	1833 a 2016 Angicos
Apodi	100	100	1766 a 2016 Apody/Apodi/Apody/Apodi
Areia Branca	98	98	1892 a 2016 Areia Branca
Caicó	108	108	1748 a 1890 Vila Nova do Príncipe 1890 - 1890 Seridó 1890 a 2016 Caicó
Canguaretama	116	116	1769 a 1858 Vila Flor 1858 a 2016 Canguaretama
Caraúbas	103	103	1858 a 2016 Caraúbas
Ceará Mirim	113	113	1755 a 1855 Extremoz 1855 a 2016 Ceará-Mirim/Ceará-mirim/Ceará-Mirim
Jardim	109	109	1856 a 1874 Conceição do Azevedo 1874 a 2016 Jardim/Jardim do Seridó/Jardim/Jardim do Seridó
Jardim de Angicos	111	111	1836 a 2016 Jardim de Angicos
Macau	104	104	1854 a 2016 Macáu/Macáo/Macau
Martins	102	102	1840 a 1847 Maioridade 1847 a 1890 Imperatriz 1890 a 2016 Martins
Mossoró	99	99	1842 a 2016 Mossoró
Natal	97	97	1599 a 1633 Cidade do Natal 1633 a 1654 Nova Amsterdam (domínio holandês) 1654 a 2016 Natal
Pau dos Ferros	101	101	1759 a 2016 Páo dos Ferros/Pau dos Ferros/Páo dos Ferros/ Pau dos Ferros
Santa Cruz	114	114	1835 a 1914 Santa Cruz da Ribeira do Trairi 1914 a 2016 Santa Cruz
São José de Mipibu	115	115	1788 a 1845 São José 1845 a 2016 São José de Mipibú/São José de Mipibu/São José de Mipibú/São José de Mipibu
Serra Negra	106	106	1858 a 1943 Serra Negra 1943 a 2016 Serra Negra do Norte
S ta. Ana de Matos	110	110	1821 a 2016 Sant'Anna de Mattos/Sant'Anna do Mattos/Santana do Matos/Sant'Anna do Mattos/Santana do Matos
Touros	112	112	1823 a 2016 Touros

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016)

Figura 135 – Estado do Rio Grande do Norte: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.9.2 Resultado final

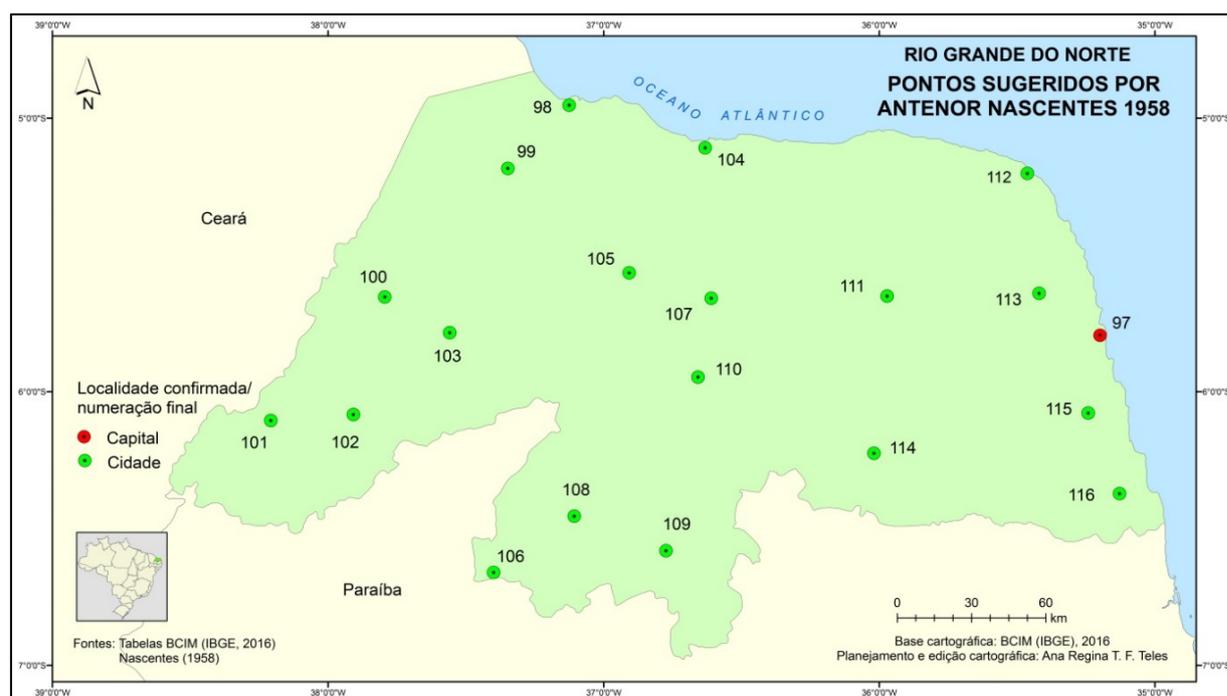
Quadro 47 – Estado do Rio Grande do Norte: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTECOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Açu	105	105	Açu	cidade	RN	240020805	5°34'42"S	36°54'41"W
Angicos	107	107	Angicos	cidade	RN	240080205	5°39'29"S	36°36'35"W
Apodi	100	100	Apodi	cidade	RN	240100805	5°39'14"S	37°47'41"W
Areia Branca	98	98	Areia Branca	cidade	RN	240110705	4°57'10"S	37°07'31"W
Caicó	108	108	Caicó	cidade	RN	240200605	6°27'45"S	37°05'44"W
Canguaretama	116	116	Canguaretama	cidade	RN	240220405	6°22'53"S	35°07'45"W
Caraúbas	103	103	Caraúbas	cidade	RN	240230305	5°47'03"S	37°33'32"W
Ceará Mirim	113	113	Ceará-Mirim	cidade	RN	240260005	5°38'25"S	35°25'12"W
Jardim	109	109	Jardim do Seridó	cidade	RN	240570205	6°35'08"S	36°46'34"W
Jardim de Angicos	111	111	Jardim de Angicos	cidade	RN	240550405	5°39'01"S	35°58'17"W
Macau	104	104	Macau	cidade	RN	240720305	5°06'11"S	36°38'04"W
Martins	102	102	Martins	cidade	RN	240740105	6°04'59"S	37°54'29"W
Mossoró	99	99	Mossoró	cidade	RN	240800305	5°11'02"S	37°20'51"W
Natal	97	97	Natal	capital	RN	240810205	5°47'39"S	35°11'57"W
Pau dos Ferros	101	101	Pau dos Ferros	cidade	RN	240940705	6°06'19"S	38°12'28"W
Santa Cruz	114	114	Santa Cruz	cidade	RN	241120505	6°13'30"S	36°01'10"W
São José de Mipibu	115	115	São José de Mipibu	cidade	RN	241220305	6°04'26"S	35°14'07"W
Serra Negra	106	106	Serra Negra do Norte	cidade	RN	241340905	6°39'56"S	37°23'55"W
S ta. Ana de Matos	110	110	Santana do Matos	cidade	RN	241140305	5°57'01"S	36°39'12"W
Touros	112	112	Touros	cidade	RN	241440705	5°11'57"S	35°27'35"W

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

Figura 136 – Estado do Rio Grande do Norte: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 19); IBGE (2016).

5.2.10 Estado da Paraíba

5.2.10.1 Análises e resultados preliminares

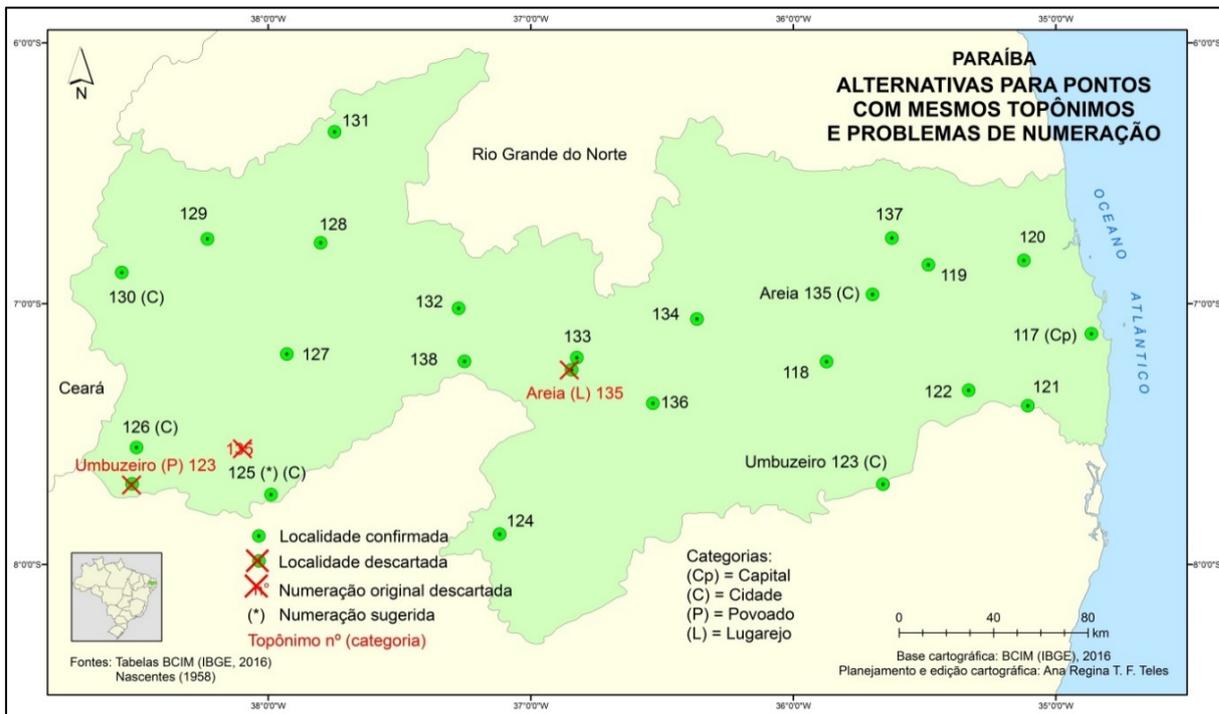
Quadro 48 – Estado da Paraíba: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DA PARAÍBA			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Alagoa do Monteiro	124	124	1865 a 1938 Alagôa do Monteiro 1938 a 2016 Monteiro
Areia	135	135	1813 a 1846 Brejo d'Areia 1846 a 2016 Areia
Bananeiras	137	137	1835 a 2016 Bananeiras
Batalhão	133	133	1873 a 1905 Batalhão 1905 a 1943 Taperoá 1943 a 1949 Batalhão 1949 a 2016 Taperoá
Cajazeiras	130	130	1859 a 2016 Cajazeiras
Campina Grande	118	118	1769 a 2016 Campina Grande
Catolé da Rocha	131	131	1835 a 2016 Catolé do Rocha
Conceição	126	126	1871 a 2016 Conceição
Guarabira	119	119	1837 a 1877 Independencia 1877 a 2016 Guarabira
Itabaiana	122	122	1881 a 1943 Itabaiana/Itabayanna/Itabaiana/Itabayanna 1943 a 1948 Tabaiana 1948 a 2016 Itabaiana
João Pessoa	117	117	1585 a 1634 Felipea 1634 a 1654 Frederícia 1654 a 1930 Parahyba 1930 a 2016 João Pessoa/João Pessoa
Mamanguape	120	120	1839 a 2016 Mamanguape
Patos	132	132	1788 a 2016 Patos
Pedras de Fogo	121	121	1735 a 2016 Pedras de Fogo
Piancó	127	127	1831 a 1872 Santo Antonio do Piancó 1872 a 2016 Piancó
Pombal	128	128	1827 a 2016 Pombal
Princesa	135	125	1875 a 1938 Princeza 1938 a 2016 Princesa Isabel
São João do Cariri	136	136	1857 a 2016 São João Cariry/São João do Cariri/São João do Cariry/São João do Cariri
Soledade	134	134	1885 a 1943 Soledade 1943 a 1948 Ibiapinópolis 1948 a 2016 Soledade
Sousa	129	129	1784 a 2016 Sousa/Sousa/Sousa/Sousa/Sousa
Teixeira	138	138	1857 a 2016 Teixeira
Umbuzeiro	123	123	1890 a 2016 Umbuzeiro
observação: – número em negrito indica problema de numeração			

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Figura 137 – Estado da Paraíba: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

5.2.10.2 Resultado final

Quadro 49 – Estado da Paraíba: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

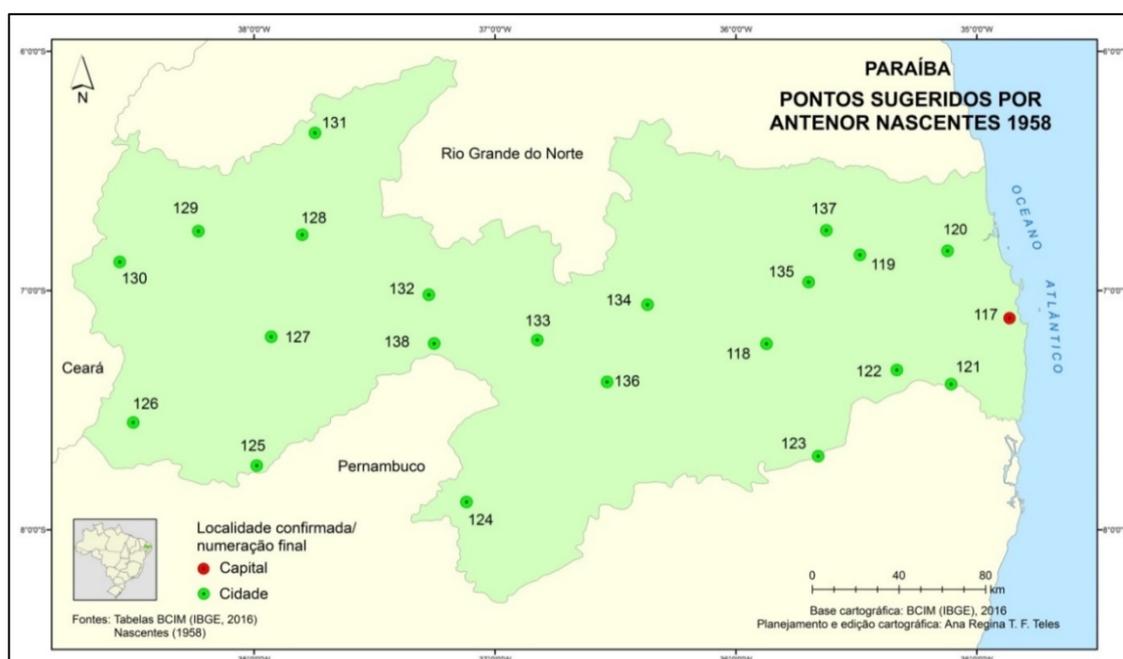
RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTERIOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Alagoa do Monteiro	124	124	Monteiro	cidade	PB	250970105	7°53'40"S	37°07'19"W
Areia	135	135	Areia	cidade	PB	250110405	6°57'55"S	35°42'09"W
Bananeiras	137	137	Bananeiras	cidade	PB	250150005	6°44'39"S	35°37'51"W
Batalhão	133	133	Taperoá	cidade	PB	251650805	7°12'24"S	36°49'29"W
Cajazeiras	130	130	Cajazeiras	cidade	PB	250370405	6°52'49"S	38°33'28"W
Campina Grande	118	118	Campina Grande	cidade	PB	250400905	7°13'20"S	35°52'24"W
Catolê da Rocha	131	131	Catolê da Rocha	cidade	PB	250430605	6°20'27"S	37°44'50"W
Conceição	126	126	Conceição	cidade	PB	250440505	7°33'22"S	38°30'36"W
Guarabira	119	119	Guarabira	cidade	PB	250630105	6°51'03"S	35°29'07"W
Itabaiana	122	122	Itabaiana	cidade	PB	250690505	7°20'09"S	35°20'13"W
João Pessoa	117	117	João Pessoa	capital	PB	250750705	7°06'57"S	34°51'52"W
Mamanguape	120	120	Mamanguape	cidade	PB	250890105	6°50'02"S	35°07'17"W
Patos	132	132	Patos	cidade	PB	251080805	7°01'04"S	37°16'30"W
Pedras de Fogo	121	121	Pedras de Fogo	cidade	PB	251120205	7°24'09"S	35°06'44"W
Piancó	127	127	Piancó	cidade	PB	251130105	7°11'35"S	37°55'45"W
Pombal	128	128	Pombal	cidade	PB	251210105	6°45'59"S	37°48'02"W
Princesa	135	125	Princesa Isabel	cidade	PB	251230905	7°44'11"S	37°59'38"W
São João do Cariri	136	136	São João do Cariri	cidade	PB	251400805	7°23'09"S	36°31'55"W
Soledade	134	134	Soledade	cidade	PB	251610205	7°03'32"S	36°21'46"W
Sousa	129	129	Sousa	cidade	PB	251620105	6°45'33"S	38°13'40"W
Teixeira	138	138	Teixeira	cidade	PB	251670605	7°13'17"S	37°15'10"W
Umbuzeiro	123	123	Umbuzeiro	cidade	PB	251700105	7°41'43"S	35°39'50"W

observação:
– número em negrito significa numeração ajustada

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Figura 138 – Estado da Paraíba: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

5.2.11 Estado de Pernambuco – inclui o Distrito Estadual de Fernando de Noronha (Território Federal até 1988)

Em Nascentes (1958), o Território de Fernando de Noronha constava como um dos locais indicados para pesquisa. Houve a incorporação da ilha ao estado de Pernambuco em 1988, passando à condição de Distrito Estadual desta UF. Na proposta ora apresentada, optou-se por incluir a descrição e as informações do antigo Território de Fernando de Noronha nesta subseção.

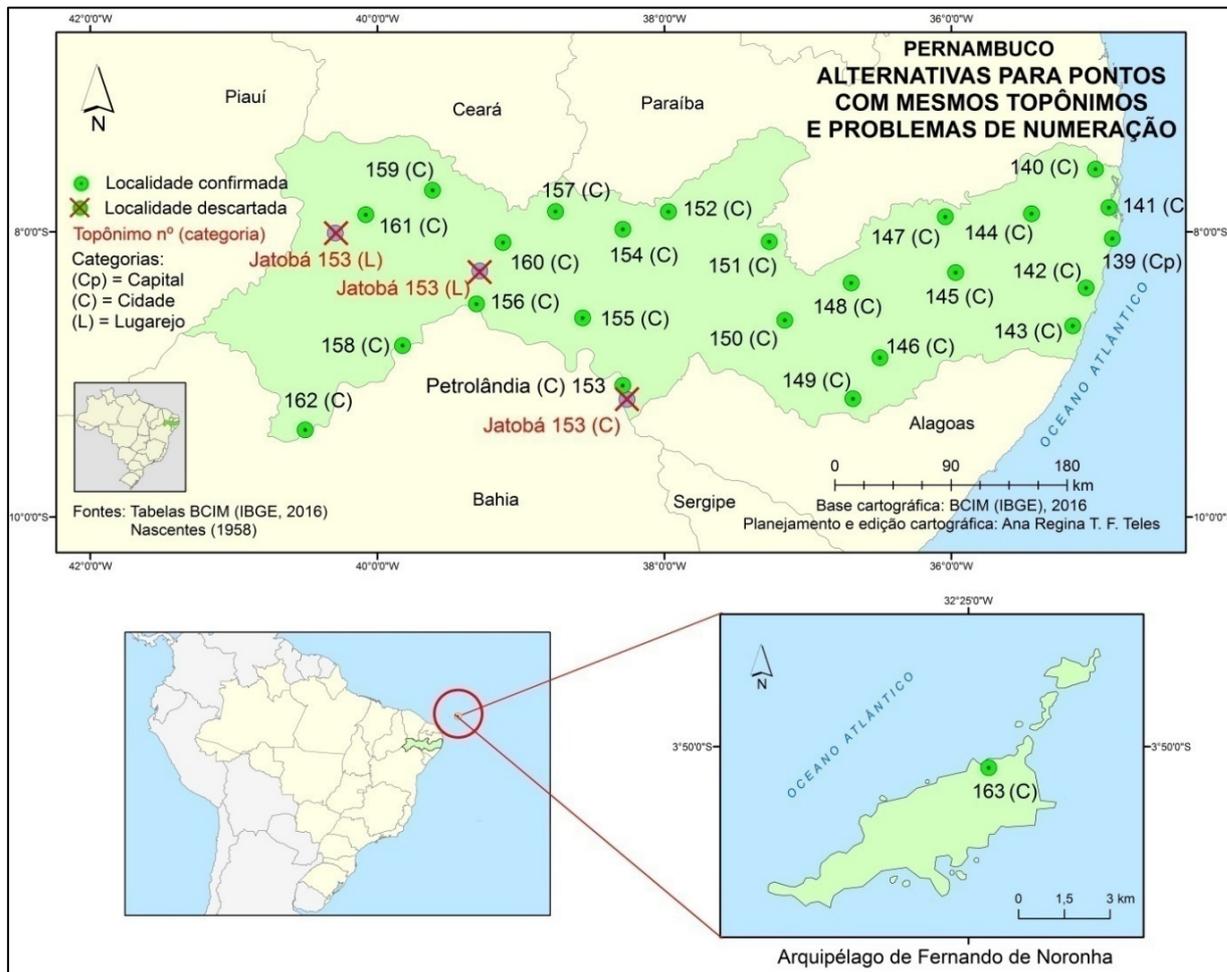
5.2.11.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 50 – Estado de Pernambuco: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016 (inclui Fernando de Noronha)

LOCALIDADES DO ESTADO DE PERNAMBUCO			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	n° do ponto original	n° do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Alagoa do Baixo	151	151	1842 a 1943 Alagôa de Baixo/Alagoa de Baixo 1943 a 2016 Sertânia
Belmonte	157	157	1873 a 1943 Belmonte 1943 a 1953 Manissobal 1953 a 2016 São José do Belmonte
Bom Conselho	149	149	1837 a 2016 Bom Conselho
Buíque	150	150	1795 a 1904 Vila Nova de Buíque 1904 a 2016 Buíque/Buíque/Buíque/Buíque
Cabrobó	156	156	1786 a 2016 Cabrobó
Caruaru	145	145	1857 a 2016 Caruarú/Caruaru/Caruarú/Caruaru
Fernando de Noronha	163	163	1504 a 1942 Fernando de Noronha 1942 a 1988 Fernando de Noronha, Território Federal 1988 a 2016 Fernando de Noronha, Distrito Estadual
Flores	152	152	1783 a 1909 Flôres de Ribeira de Pajáú 1909 a 2016 Flôres/Flores/Flôres/Flores/Flôres/Flores
Floresta	155	155	1802 a 2016 Floresta
Garanhuns	146	146	1811 a 2016 Garanhuns
Goiana	140	140	1568 a 2016 Goyanna/Goiana/Goyanna/Goiana
Granito	159	159	1864 a 2016 Granito
Iguaraçu	141	141	1550 a 2016 Iguarassú/Igarassú/Iguarassú/Igarassu/Igarassú/Igarassu/Igaraçu/Igarassu
Ipojuca	142	142	1645 a 2016 Ipojuca
Jatobá	153	153	1883 Bebedouro do Jatobá 1887 a 1928 Jatobá 1928 a 1935 Jatobá de Tacaratu 1935 a 1943 Itaparica 1943 a 2016 Petrolândia
Limoeiro	144	144	1786 a 2016 Limoeiro
Ouricuri	161	161	1844 a 2016 Ouricury/Ouricuri/Ouricury/Ouricuri
Pesqueira	148	148	1870 a 1880 Cimbres 1880 a 2016 Pescaira
Petrolina	162	162	1862 a 2016 Petrolina
Recife	139	139	1561 a 2016 Recife
Rio Formoso	143	143	1840 a 2016 Rio Formoso
Salgueiro	160	160	1843 a 2016 Salgueiro
Santa Maria da Boa Vista	158	158	1762 a 1943 Boa Vista/Boa Vista 1943 a 1953 Coripós 1953 a 2016 Santa Maria da Boa Vista
Taquaritinga	147	147	1877 a 1943 Taquaratinga/Taquaratinga/Taquaritinga 1943 a 2016 Taquaritinga do Norte
Vila Bela	154	154	1838 a 1938 Villa Bella 1938 a 2016 Serra Talhada

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Figura 139 – Estado de Pernambuco: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração (inclui Fernando de Noronha)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

5.2.11.2 Resultado final

Quadro 51 – Estado de Pernambuco: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016 (inclui Fernando de Noronha)

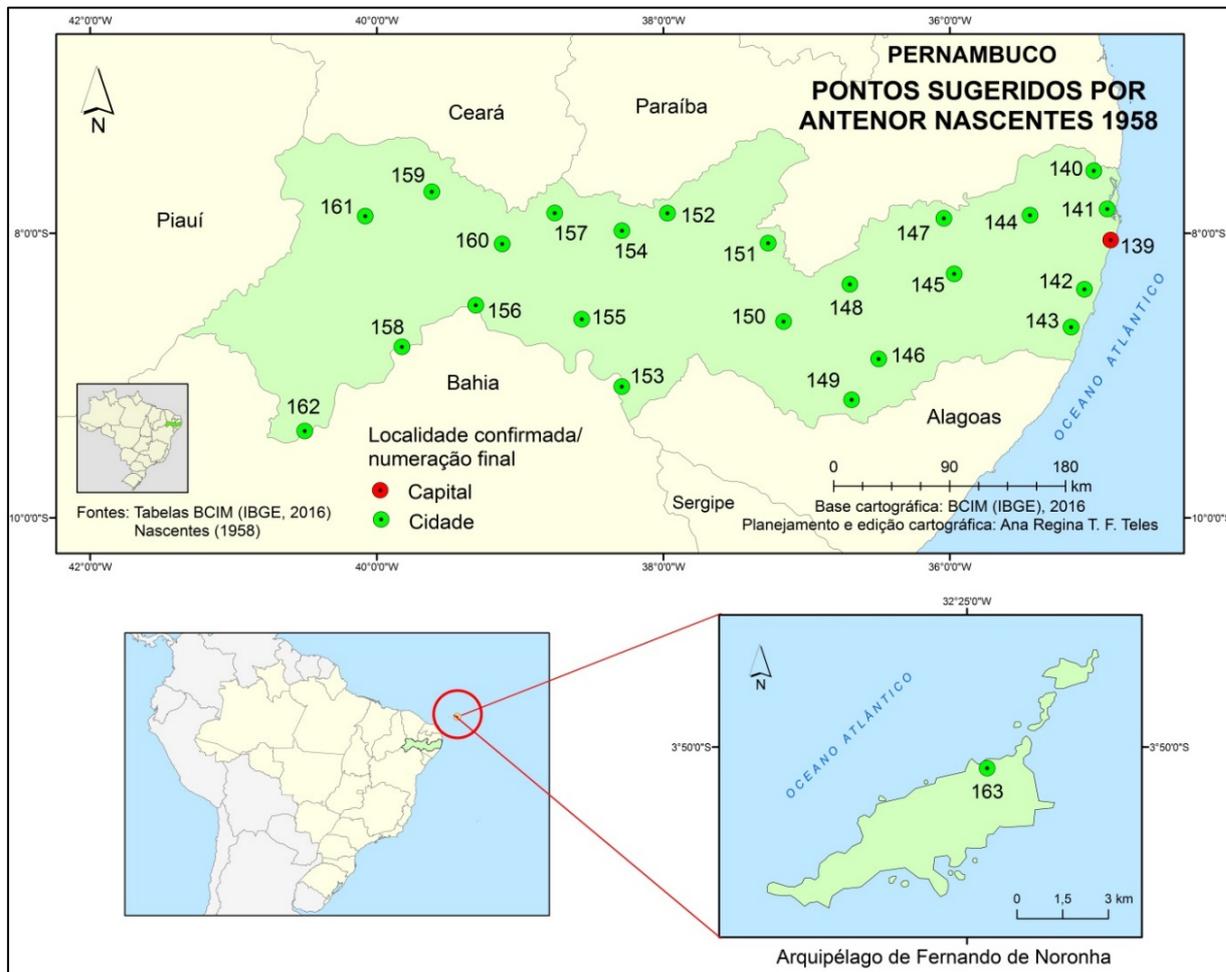
RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTERIOR NASCENTES		novo nº ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	nº do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Alagoa do Baixo	151	151	Sertânia	cidade	PE	261410505	8°04'08"S	37°16'07"W
Belmonte	157	157	São José do Belmonte	cidade	PE	261350305	7°51'55"S	38°45'40"W
Bom Conselho	149	149	Bom Conselho	cidade	PE	260210005	9°10'10"S	36°41'09"W
Buíque	150	150	Buíque	cidade	PE	260280305	8°37'22"S	37°09'20"W
Cabrobó	156	156	Cabrobó	cidade	PE	260300905	8°30'21"S	39°18'34"W
Caruaru	145	145	Caruaru	cidade	PE	260410605	8°17'05"S	35°58'12"W
Fernando de Noronha	163	163	Fernando de Noronha	cidade	PE	260545905	3°50'24"S	32°24'39"W
Flores	152	152	Flores	cidade	PE	260560805	7°51'31"S	37°58'18"W
Floresta	155	155	Floresta	cidade	PE	260570705	8°35'57"S	38°34'19"W
Garanhuns	146	146	Garanhuns	cidade	PE	260600205	8°52'58"S	36°29'48"W
Goiana	140	140	Goiana	cidade	PE	260620005	7°33'39"S	34°59'46"W
Granito	159	159	Granito	cidade	PE	260630905	7°42'53"S	39°36'54"W
Iguaraçu	141	141	Igarasú	cidade	PE	260680405	7°50'16"S	34°54'08"W
Ipojuca	142	142	Ipojuca	cidade	PE	260720805	8°23'36"S	35°03'40"W
Jatobá	153	153	Petrolândia (1)	cidade	PE	261100205	9°04'37"S	38°17'24"W
Limoeiro	144	144	Limoeiro	cidade	PE	260890905	7°52'47"S	35°26'46"W
Ouricuri	161	161	Ouricuri	cidade	PE	260990705	7°52'46"S	40°04'49"W
Pesqueira	148	148	Pesqueira	cidade	PE	261090505	8°21'30"S	36°41'53"W
Petrolina	162	162	Petrolina	cidade	PE	261110105	9°23'20"S	40°30'11"W
Recife	139	139	Recife	capital	PE	261160605	8°02'51"S	34°52'39"W
Rio Formoso	143	143	Rio Formoso	cidade	PE	261190305	8°39'34"S	35°09'12"W
Salgueiro	160	160	Salgueiro	cidade	PE	261220805	8°04'26"S	39°07'30"W
Santa Maria da Boa Vista	158	158	Santa Maria da Boa Vista	cidade	PE	261260405	8°47'53"S	39°49'27"W
Taquaritinga	147	147	Taquaritinga do Norte	cidade	PE	261500305	7°53'52"S	36°02'59"W
Vila Bela	154	154	Serra Talhada	cidade	PE	261390905	7°58'55"S	38°17'21"W

observação:
(1) atualmente existe a cidade de Jatobá, construída em 1990 e emancipada em 1995

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Figura 140 – Estado de Pernambuco: localidades com as respectivas numerações (inclui Fernando de Noronha)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

5.2.12 Estado de Alagoas

5.2.12.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 52 – Estado de Alagoas: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DE ALAGOAS			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Coruripe	168	168	1726 a 2016 Cururipe/C oruripe
Junqueiro	183	183	1879 a 2016 Junqueiro
Limoeiro	182	182	1865 a 1943 Limoeiro 1943 a 2016 Limoeiro de Anadia
Maceió	164	164	1821 a 2016 Maceió
Maragogi	167	167	1796 a 1876 Isabel 1876 a 2016 Maragogy/Maragogi/Maragogy/Maragogi
Marechal Deodoro	173	173	1633 a 1823 Madalena 1823 a 1939 Alagôas/Alagoas/Alagôas 1939 a 1939 Marechal Deodoro/Deodoro/Marechal Deodoro 1939 a 2016 Marechal Deodoro
Palmeira dos Índios	176	176	1798 a 2016 Palmeira dos Índios/P almeira dos Índios
Pão de Açúcar	180	180	1853 a 2016 Pão d'Assucar/Pão de Assucar/Pão de Açúcar/Pão de Assucar/Pão de Açúcar
Paulo Afonso	178	178	1808 a 1835 Mata do Pau Grande 1835 a 1860 Mata Grande 1860 a 1929 Paulo Afonso 1929 a 2016 Mata Grande
Pedra	183	184	1921 a 1943 Pedra 1943 a 1952 Delmiro 1952 a 2016 Delmiro Gouveia
Penedo	170	170	1636 a 2016 Penedo
Piaçabuçu	169	169	1859 a 2016 Piasabusú/Piaçabuçu/Piasabusú/ Piasabussu/ Piaçabuçu
Pilar	171	171	1854 a 1943 Pilar 1943 a 1949 Mangaba 1949 a 2016 Pilar
Piranhas	179	179	1885 a 2016 Piranhas
Porto Calvo	165	165	anos 500 a 1636 Porto Calvo 1636 a 1889 Bom Sucesso 1889 a 2016 Porto Calvo
Sant'Ana	177	177	1836 a 2016 Sant'Anna do Ipanema/Santana do Ipanema/ Sant'Anna do Ipanema/Santana do Ipanema
São Luís de Quitunde	166	166	1882 a 2016 São Luiz do Quitunde/São Luís do Quitunde/ São Luiz do Quitunde/São Luís do Quitunde
São Miguel de Campos	172	172	1872 a 2016 São Miguel dos Campos
Traipu	181	181	1835 a 1870 Porto da Folha 1870 a 2016 Traipú/Traipu/Traipú/Traipu
União	174	174	1835 a 1890 Vila Nova da Imperatriz 1890 a 1943 União 1943 a 2016 União dos Palmares
Vitória	175	175	1856 a 1890 Quebrangulo 1890 a 1928 Victoria 1928 a 2016 Quebrangulo
observação: – número em negrito indica problema de numeração			

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Figura 141 – Estado de Alagoas: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

5.2.12.2 Resultado final

Quadro 53 – Estado de Alagoas: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

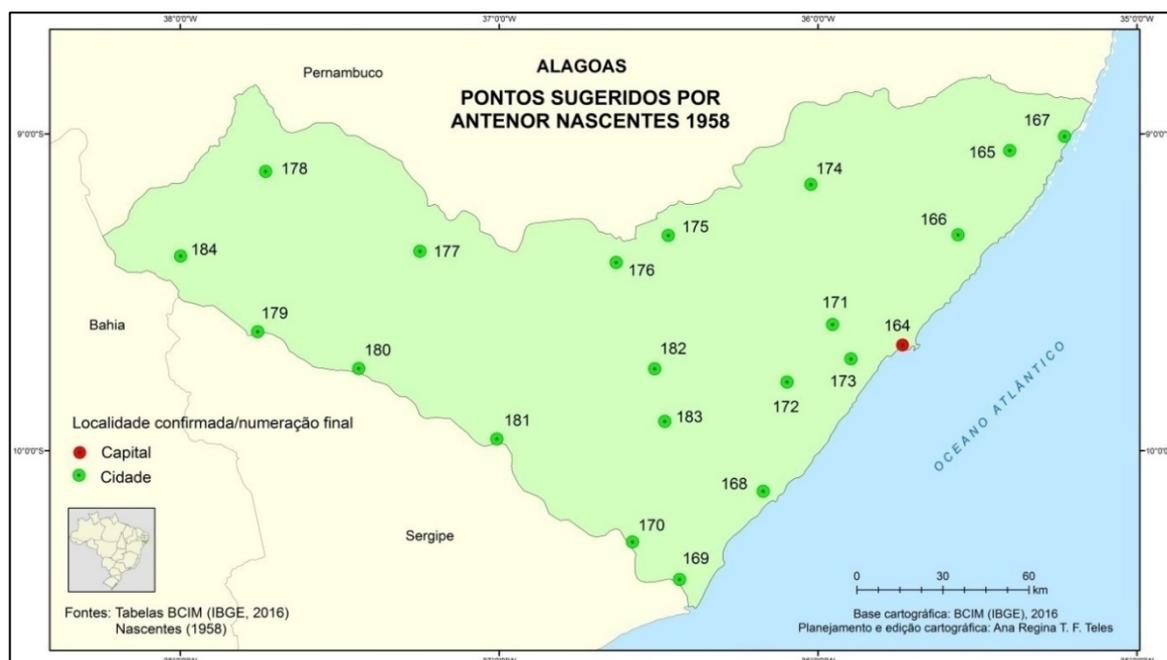
RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTECOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Coruripe	168	168	Coruripe	cidade	AL	270230605	10°07'41"S	36°10'19"W
Junqueiro	183	183	Junqueiro	cidade	AL	270400505	9°54'26"S	36°28'50"W
Limoeiro	182	182	Limoeiro de Anadia	cidade	AL	270420305	9°44'26"S	36°30'12"W
Maceió	164	164	Maceió	capital	AL	270430205	9°39'38"S	35°42'06"W
Maragogi	167	167	Maragogi	cidade	AL	270450005	9°00'28"S	35°13'37"W
Marechal Deodoro	173	173	Marechal Deodoro	cidade	AL	270470805	9°42'36"S	35°53'49"W
Palmeira dos Índios	176	176	Palmeira dos Índios	cidade	AL	270630705	9°24'40"S	36°37'56"W
Pão de Açúcar	180	180	Pão de Açúcar	cidade	AL	270640605	9°44'29"S	37°26'26"W
Paulo Afonso	178	178	Mata Grande	cidade	AL	270500205	9°07'08"S	37°43'52"W
Pedra	183	184	Delmiro Gouveia	cidade	AL	270240505	9°23'08"S	37°59'56"W
Penedo	170	170	Penedo	cidade	AL	270670305	10°17'16"S	36°34'55"W
Piaçabuçu	169	169	Piaçabuçu	cidade	AL	270680205	10°24'23"S	36°26'03"W
Pilar	171	171	Pilar	cidade	AL	270690105	9°36'06"S	35°57'16"W
Piranhas	179	179	Piranhas	cidade	AL	270710705	9°36'32"S	37°45'35"W
Porto Calvo	165	165	Porto Calvo	cidade	AL	270730505	9°03'08"S	35°23'56"W
Sant'Ana	177	177	Santana do Ipanema	cidade	AL	270800605	9°22'13"S	37°14'53"W
São Luís de Quitunde	166	166	São Luís do Quitunde	cidade	AL	270850105	9°19'06"S	35°33'39"W
São Miguel de Campos	172	172	São Miguel dos Campos	cidade	AL	270860005	9°47'00"S	36°05'50"W
Traipu	181	181	Traipu	cidade	AL	270920205	9°57'46"S	37°00'08"W
União	174	174	União dos Palmares	cidade	AL	270930105	9°09'34"S	36°01'21"W
Vitória	175	175	Quebrangulo	cidade	AL	270760205	9°19'13"S	36°28'10"W

observação:
 – número em negrito significa numeração ajustada

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Figura 142 – Estado de Alagoas: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

5.2.13 Estado de Sergipe

5.2.13.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 54 – Estado de Sergipe: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DE SERGIPE			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Aquidabã	200	200	1872 a 1882 Santana do Cemitério 1882 a 2016 Aquidaban/Aquidabã/Aquidaban/Aquidabã
Aracaju	185	185	1837 a 2016 Aracajú/Aracaju/Aracajú/Aracaju
Brejo Grande	188	188	1920 a 1926 Brejo Grande 1926 a 1944 São Francisco 1944 a 1954 Parapitinga 1954 a 2016 Brejo Grande
Buquim	192	192	1870 a 2016 Buquim/Boquim/Buquim/Boquim
Capela	197	197	1813 a 1888 Nossa Senhora da Purificação da Capella 1888 a 2016 Capella/Capela/Capella/Capela
Divina Pastora	198	198	1833 a 1872 Nossa Senhora da Divina Pastora 1872 a 2016 Divina Pastora
Estância	190	190	1831 a 1911 Vila Constitucional da Estancia 1911 a 2016 Estancia/Estância/Estancia/Estância
Gararu	199	199	1875 a 1877 Curral de Pedras 1877 a 2016 Gararú/Gararu
Itabaiana	195	195	1675 a 2016 Itabaiana/Itabaiana
Lagarto	193	193	1703 a 2016 Lagarto
Maruim	186	186	1837 a 2016 Maroim/Maruim/Maroim/Maruim
Propriá	187	187	1718 a 2016 Propriá
Riachuelo	196	196	1872 a 2016 Riachuelo
Saco	191	191	Sacco/Saco (1)
São Cristóvão	189	189	1617 a 2016 São Cristóvão/São Cristóvão/São Cristóvão
Simão Dias	194	194	1835 a 1890 Santana de Simão Dias 1890 a 1912 Simão Dias 1912 a 1943 Annapolis/Anápolis 1943 a 2016 Simão Dias
observação: (1) não encontrado histórico - informações de ortografia extraídas de mapas			

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

5.2.13.2 Resultado final

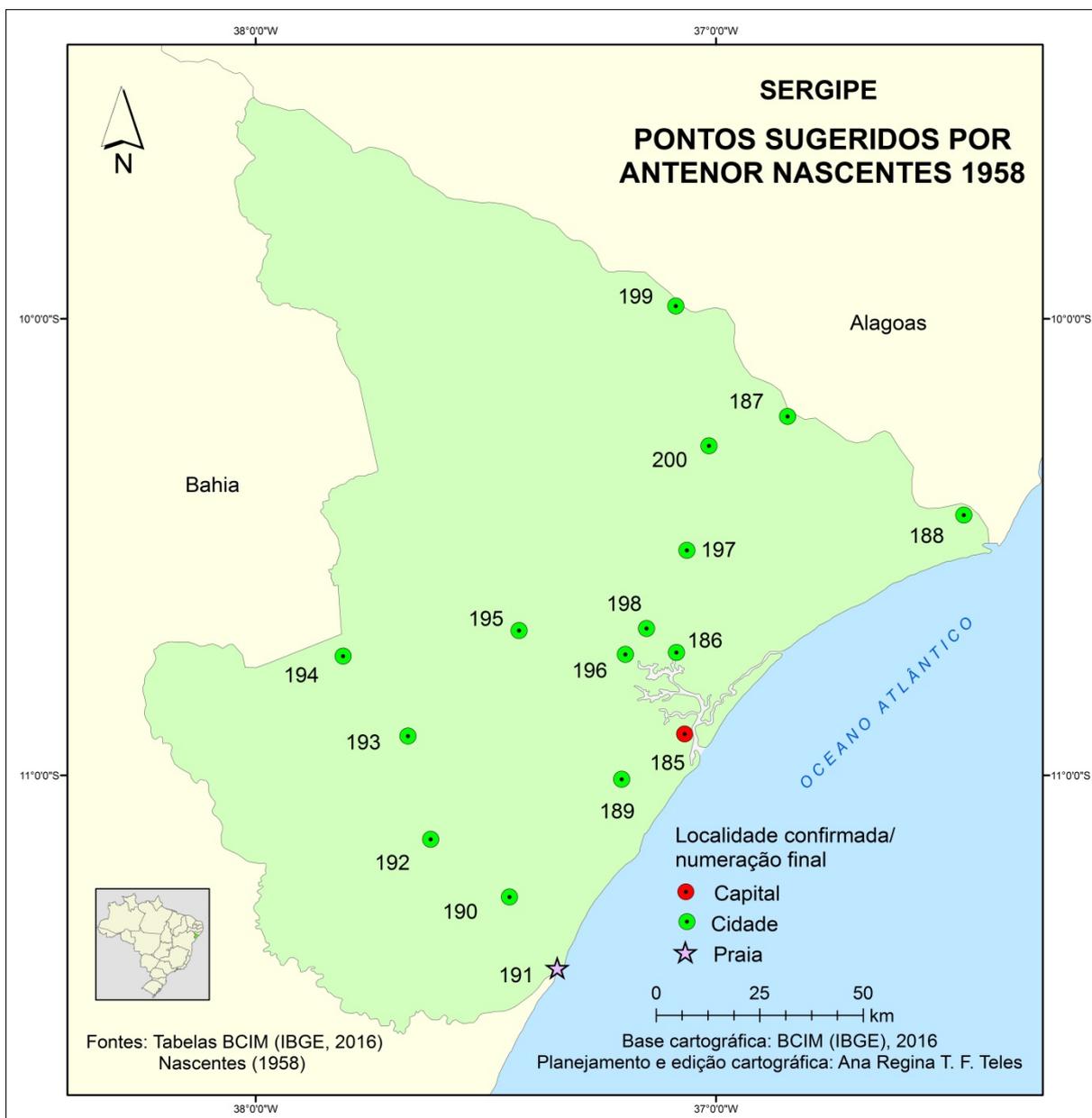
Quadro 55 – Estado de Sergipe: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTENOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Aquidabã	200	200	Aquidabã	cidade	SE	280020905	10°16'42"S	37°00'54"W
Aracaju	185	185	Aracaju	capital	SE	280030805	10°54'36"S	37°04'05"W
Brejo Grande	188	188	Brejo Grande	cidade	SE	280070405	10°25'48"S	36°27'41"W
Buquim	192	192	Boquim	cidade	SE	280067005	11°08'46"S	37°37'14"W
Capela	197	197	Capela	cidade	SE	280130605	10°30'22"S	37°03'14"W
Divina Pastora	198	198	Divina Pastora	cidade	SE	280200705	10°40'42"S	37°09'03"W
Estância	190	190	Estância	cidade	SE	280210605	11°16'07"S	37°26'15"W
Gararu	199	199	Gararu	cidade	SE	280240305	9°58'12"S	37°05'12"W
Itabaiana	195	195	Itabaiana	cidade	SE	280210605	10°40'58"S	37°25'39"W
Lagarto	193	193	Lagarto	cidade	SE	280350005	10°54'50"S	37°40'09"W
Maruim	186	186	Maruim	cidade	SE	280400305	10°44'32"S	37°05'11"W
Propriá	187	187	Propriá	cidade	SE	280570305	10°13'00"S	36°50'22"W
Riachuelo	196	196	Riachuelo	cidade	SE	280590105	10°43'53"S	37°11'13"W
Saco	191	191	Praia do Saco (1)	praia	SE	X	11°25'07"S	37°20'50"W
São Cristóvão	189	189	São Cristóvão	cidade	SE	280670105	11°00'35"S	37°12'29"W
Simão Dias	194	194	Simão Dias	cidade	SE	280710505	10°44'20"S	37°48'36"W
observações: – geocódigo "X" - não há (1) coordenadas do Farol da Praia do Saco								

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Figura 143 – Estado de Sergipe: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

5.2.14 Estado da Bahia

5.2.14.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 56 – Estado da Bahia: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DA BAHIA			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Alagoinhas	202	202	1872 a 2016 Alagoinhas
Andaraí	220	220	1878 a 2016 Andarahy/Andaraí/Andarahy/Andaraí
Areia	228	228	1847 a 1868 Jequiriçá 1868 a 1876 Areia 1876 a 1891 São Vicente Ferrer da Areia 1891 a 1943 Areia 1943 a 2016 Ubaíra
Barra do Rio Grande	212	212a	1752 a 1873 Barra do Rio Grande 1873 a 1911 Florescente da Barra do Rio Grande 1911 a 1931 Barra do Rio Grande 1931 a 2016 Barra
Barracão	203	203	1885 a 1931 Barracão 1931 a 2016 Rio Real
Bom Jesus da Lapa	211	211a	1890 a 1931 Bom Jesus da Lapa 1931 a 1935 Lapa 1935 a 2016 Bom Jesus da Lapa
Bonfim	224	224	1797 a 1885 Villa Nova da Rainha 1885 a 1943 Bonfim/Bonfim 1943 a 2016 Senhor do Bonfim
Caiteté	215	215	1754 a 1867 Vila Nova do Príncipe 1867 a 2016 Caetité/Caeteté/Caetité
Camamu	208	208	1560 a 2016 Camamu/Camamú/ Camamu/Camamú/Camamu
Campestre	218	218a	1863 a 1891 Vila Agrícola de Campestre 1891 a 1915 Campestre 1915 a 1931 Dr. Seabra 1931 a 2016 Seabra
Campo Largo	217	217	1820 a 1943 Campo Largo 1943 a 2016 Taguá
Canavieiras	210	210	1718 a 2016 Cannavieiras/Canavieiras/Cannavieiras/Canavieiras
Caravelas	212	212	1701 a 2016 Caravellas/Caravelas/Caravellas/Caravelas
Carinhanha	214	214	1872 a 2010 Carinhanha
Casa Nova	214	214a	1873 a 1879 São José do Riacho da Casa Nova 1879 a 1931 São José da Casa Nova 1931 a 2016 Casa Nova
Conquista	213	213	1840 a 1891 Victoria 1891 a 1943 Conquista 1943 a 2016 Vitória da Conquista
Correntina	216	216	1866 a 2016 Correntina
Curaça	216	216a	1714 a 1853 Pambu 1853 a 1890 Capim Grosso 1890 a 2016 Curaçá
Feira de Sant'Ana	205	205	1696 a 1931 Feira de Sant'Anna/Feira de Santana 1931 a 1938 Feira 1938 a 2016 Feira de Santana
Ilhéus	209	209	1535 a 2016 Ilhéos/Ilhéus/ Ilhéos/Ilhéus
Itaparica	207	207	1552 a 2016 Itaparica

Quadro 56 (cont.)

LOCALIDADES DO ESTADO DA BAHIA			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	n° do ponto original	n° do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Jacobina	223	223	1677 a 2016 Jacobina
Jequié	229	229	1880 a 2016 Jequié
Jeremuabo	226	226	1718 a 1831 São João Batista de Geremoabo 1831 a 1943 Geremoabo 1943 a 2016 Jeremoabo
Juazeiro	215	215a	1833 a 2016 Joazeiro/Juazeiro/Joazeiro/Juazeiro
Lençóis	219	219	1856 a 2016 Lençóis/Lençóis/Lençoes/Lençóis
Monte Santo	225	225	1790 a 1837 Santíssimo Coração de Jesus do Monte Santo ou Conceição de Jesus 1837 a 2016 Monte Santo
Mundo Novo	222	222	1857 a 1896 Nossa Senhora da Conceição de Mundo Novo 1896 a 2016 Mundo Novo
Pilão Arcado	213	213a	1771 a 2016 Pilão Arcado
Pombal	227	227	1757 a 1943 Pombal 1943 a 2016 Ribeira do Pombal
Porto Seguro	211	211	1535 a 2016 Porto Seguro
Rio de Contas	221	221	1723 a 1931 Minas do Rio de Contas 1931 a 2016 Rio de Contas
Salvador	201	201	1549 a 2016 Salvador
Santa Rita	218	218	1804 a 1931 Santa Rita do Rio Preto 1931 a 1944 Rio Preto 1944 a 1972 Ibipetuba 1972 a 2016 Santa Rita de Cássia
São Félix	206	206	1857 a 1931 São Felix do Paraguassú 1931 a 2016 São Felix/São Félix
São José de Porto Alegre	230	230	1795 a 1911 São José de Porto Alegre 1911 a 1931 Porto Alegre 1931 a 2016 Mucury/Mucuri
Serrinha	204	204	1838 a 2016 Serrinha
S to. Antônio da Glória	217	217a	1705 a 1842 Curral dos Bois 1842 a 1886 Santo Antonio do Curral dos Bois 1886 a 1911 Santo Antonio da Gloria do Curral dos Bois 1911 a 1931 Santo Antonio da Gloria 1931 a 2016 Glória
Urubu	210	210a	1718 a 1897 Santo Antonio do Urubu de Cima 1897 a 1912 Urubú 1912 a 1943 Rio Branco 1943 a 2016 Paratinga
observação: – número em negrito indica problema de numeração			

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

5.2.14.2 Resultado final

Quadro 57 – Estado da Bahia: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

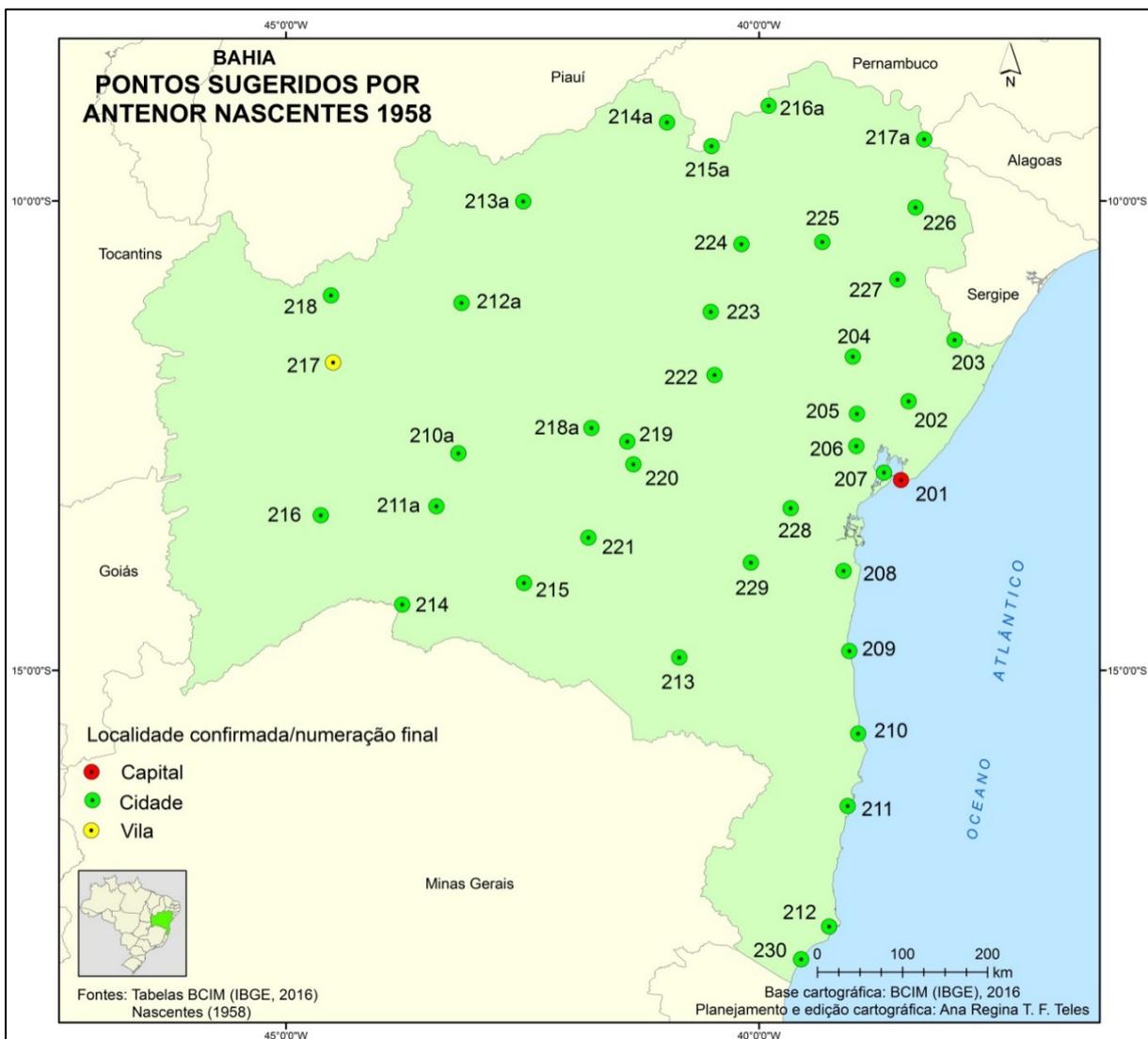
RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTERIOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Alagoinhas	202	202	Alagoinhas	cidade	BA	290070205	12°08'02"S	38°25'15"W
Andaraí	220	220	Andaraí	cidade	BA	290130405	12°47'42"S	41°19'43"W
Areia	228	228	Ubaíra	cidade	BA	293210105	13°16'06"S	39°39'45"W
Barra do Rio Grande	212	212a	Barra	cidade	BA	290270805	11°05'10"S	43°08'46"W
Barracão	203	203	Rio Real	cidade	BA	292700205	11°28'54"S	37°56'00"W
Bom Jesus da Lapa	211	211a	Bom Jesus da Lapa	cidade	BA	290390405	13°15'03"S	43°24'39"W
Bonfim	224	224	Senhor do Bonfim	cidade	BA	293010505	10°27'35"S	40°11'12"W
Caiteté	215	215	Caetité	cidade	BA	290520605	14°04'07"S	42°29'11"W
Camamu	208	208	Camamu	cidade	BA	290580005	13°56'24"S	39°06'26"W
Campestre	218	218a	Seabra	cidade	BA	292990905	12°25'02"S	41°46'21"W
Campo Largo	217	217	Taguá	vila (1)	BA	290940615	11°43'17"S	44°30'13"W
Canavieiras	210	210	Canavieiras	cidade	BA	290630305	15°40'21"S	38°57'14"W
Caravelas	212	212	Caravelas	cidade	BA	290690705	17°43'38"S	39°15'36"W
Carinhanha	214	214	Carinhanha	cidade	BA	290710305	14°17'56"S	43°46'21"W
Casa Nova	214	214a	Casa Nova	cidade	BA	290720205	9°10'27"S	40°58'25"W
Conquista	213	213	Vitória da Conquista	cidade	BA	293330705	14°51'42"S	40°50'40"W
Correntina	216	216	Correntina	cidade	BA	290930705	13°20'35"S	44°38'05"W
Curaça	216	216a	Curaçá	cidade	BA	290990105	8°59'31"S	39°54'18"W
Feira de Sant'Ana	205	205	Feira de Santana	cidade	BA	291080005	12°16'00"S	38°57'59"W
Ilhéus	209	209	Ilhéus	cidade	BA	291360605	14°47'36"S	39°02'46"W
Itaparica	207	207	Itaparica	cidade	BA	291610405	12°53'37"S	38°40'48"W
Jacobina	223	223	Jacobina	cidade	BA	291750805	11°10'53"S	40°30'43"W
Jequié	229	229	Jequié	cidade	BA	291800105	13°51'04"S	40°05'16"W
Jeremoabo	226	226	Jeremoabo	cidade	BA	291810005	10°04'34"S	38°20'52"W
Juazeiro	215	215a	Juazeiro	cidade	BA	291840705	9°24'59"S	40°30'12"W
Lençóis	219	219	Lençóis	cidade	BA	291930605	12°33'45"S	41°23'24"W
Monte Santo	225	225	Monte Santo	cidade	BA	292150005	10°26'16"S	39°19'56"W
Mundo Novo	222	222	Mundo Novo	cidade	BA	292210205	11°51'57"S	40°28'14"W
Pilão Arcado	213	213a	Pilão Arcado	cidade	BA	292440505	9°59'49"S	42°28'55"W
Pombal	227	227	Ribeira do Pombal	cidade	BA	292660805	10°50'15"S	38°32'18"W
Porto Seguro	211	211	Porto Seguro	cidade	BA	292530305	16°26'38"S	39°03'52"W
Rio de Contas	221	221	Rio de Contas	cidade	BA	292670705	13°34'46"S	41°48'38"W
Salvador	201	201	Salvador	capital	BA	292740805	12°58'21"S	38°30'06"W
Santa Rita	218	218	Santa Rita de Cássia	cidade	BA	292840605	10°59'46"S	44°31'16"W
São Félix	206	206	São Félix	cidade	BA	292900805	12°36'46"S	38°58'26"W
São José de Porto Alegre	230	230	Mucuri	cidade	BA	292200305	18°04'33"S	39°33'24"W
Serrinha	204	204	Serrinha	cidade	BA	293050105	11°39'31"S	39°00'37"W
Sto. Antônio da Glória	217	217a	Glória	cidade	BA	291140205	9°20'35"S	38°15'34"W
Urubu	210	210a	Paratinga	cidade	BA	292370405	12°41'14"S	43°10'48"W

observação:
(1) vila de Cotegipe
– número em negrito significa numeração ajustada

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Figura 145 – Estado da Bahia: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

5.2.15 Estado do Espírito Santo

5.2.15.1 Análises e resultados preliminares

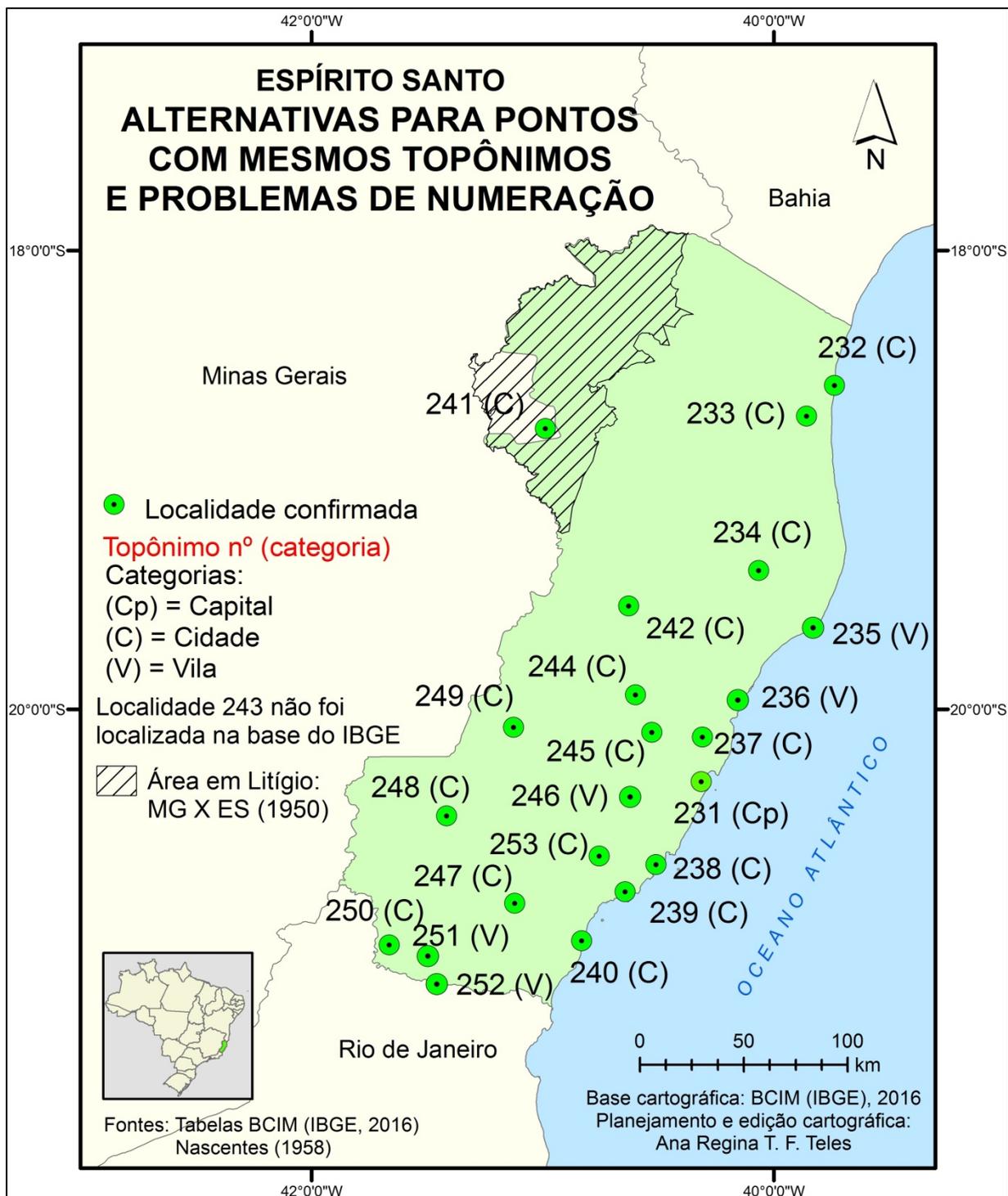
Quadro 58 – Estado do Espírito Santo: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Afonso Cláudio	249	249	1885 a 1888 São Sebastião do Alto Gandu 1888 a 2016 Afonso Claudio/Afonso Cláudio/Afonso Cláudio/Afonso Cláudio
Alfredo Chaves	253	253	até 1891 Alto do Benevente/Povoação de Cachoeira de Benevente 1891 a 2016 Alfredo Chaves
Anchieta	239	239	1579 a 1759 Iiritiba 1759 a 1887 Benevente 1887 a 2016 Anchieta
Cachoeiro do Itapemirim	247	247	1856 a 1871 São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim 1871 a 2016 Cachoeiro de Itapemirim/Cachoeiro do Itapemirim/ Cachoeiro de Itapemirim/Cachoeiro do Itapemirim/Cachoeiro de Itapemirim
Colatina	242	242	1907 a 2016 Collatina/Colatina
Conceição da Barra	232	232	1831 a 1833 Conceição da Barra de São Matheus 1833 a 1891 Barra de São Matheus 1891 a 2016 Conceição da Barra
Guarapari	238	238	1655 a 1679 Aldeia dos Índios 1679 a 1891 Vila Guarapary 1891 a 2016 Guarapary/Guarapar/Guarapary/Guarapari
Itapemirim	240	240	1771 a 1815 Nossa Senhora do Patrocínio 1815 a 2016 Itapemirim
Linhares	234	234	1818 a 2016 Linhares
Mantena	241	241	1943 a 1963 Mantena, MG 1970 a 2016 Mantena, MG
Muniz Freire	248	248	1890 a 1896 Espírito Santo do Rio Pardo 1896 a 2016 Muniz Freire
Ponte de Itabapuna	252	252	1900 a 2016 Ponte do Itabapoana / Ponte de Itabapoana
Porto de Sousa	243	243	1800 a 1911 Quartel e Porto de Souza não encontrado histórico após 1911
Porto do Cachoeiro	245	245	1884 a 1890 Cachoeiro de Santa Leopoldina 1890 a 1911 Porto Cachoeiro 1911 a 1943 Cachoeiro de Santa Leopoldina 1943 a 2016 Santa Leopoldina
Regência	235	235	1800 até 1911 Barra do Rio Doce (Quartel de Regência Augusta) 1911 a 2016 Regência
Santa Cruz	236	236	1837 a 1848 Aldeia Velha 1848 a 2016 Santa Cruz
São José do Calçado	250	250	1871 a 2016 São José do Calçado
São Mateus	233	233	1751 a 2016 São Matheus/São Mateus/São Matheus/São Mateus
São Pedro de Itabapuna	251	251	1852 a 1863 São Pedro 1863 a 2016 São Pedro de Itabapoana
Serra	237	237	1752 a 2016 Serra
Santa Isabel	246	246	1847 a 1943 Santa Isabel 1943 a 2016 Isabel
Santa Teresa	244	244	1875 a 2016 Santa Thereza/Santa Teresa/Santa Thereza/Santa Teresa
Vitória	231	231	1545 a 2016 Victoria/Vitória/Victória/Vitória

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Figura 146— Estado do Espírito Santo: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

5.2.15.2 Resultado final

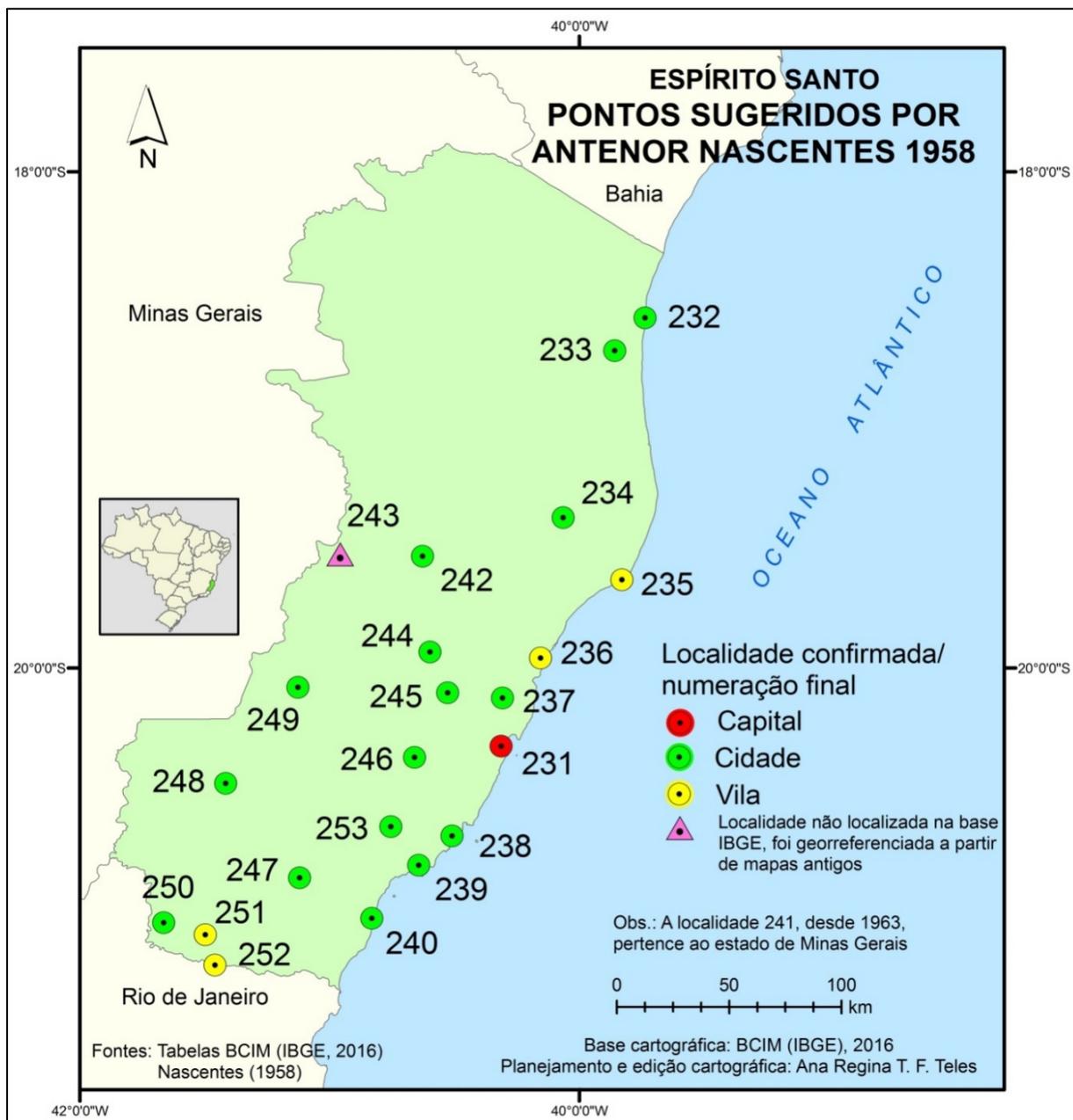
Quadro 59 – Estado do Espírito Santo: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Afonso Cláudio	249	249	Afonso Cláudio	cidade	ES	320010205	20°04'41"S	41°07'35"W
Alfredo Chaves	253	253	Alfredo Chaves	cidade	ES	320030005	20°38'24"S	40°45'16"W
Anchieta	239	239	Anchieta	cidade	ES	320040905	20°47'45"S	40°38'34"W
Cachoeiro do Itapemirim	247	247	Cachoeiro de Itapemirim	cidade	ES	320120905	20°50'48"S	41°07'12"W
Colatina	242	242	Colatina	cidade	ES	320150605	19°32'20"S	40°37'40"W
Conceição da Barra	232	232	Conceição da Barra	cidade	ES	320160505	18°35'19"S	39°44'11"W
Guarapari	238	238	Guarapari	cidade	ES	320240505	20°40'39"S	40°30'34"W
Itapemirim	240	240	Itapemirim	cidade	ES	320280105	21°00'35"S	40°49'51"W
Linhares	234	234	Linhares	cidade	ES	320320505	19°23'42"S	40°03'52"W
Muniz Freire	248	248	Muniz Freire	cidade	ES	320370005	20°27'56"S	41°24'57"W
Ponte de Itabapuana	252	252	Ponte de Itabapoana	vila	ES	320340320	21°12'11"S	41°27'50"W
Porto de Sousa	243	243	X (1)	X	ES	X	19°30'30"S	40°57'48"W
Porto do Cachoeiro	245	245	Santa Leopoldina	cidade	ES	320450005	20°06'01"S	40°31'38"W
Regência	235	235	Regência	vila	ES	320320515	19°38'43"S	39°49'48"W
Santa Cruz	236	236	Santa Cruz	vila	ES	320060720	19°57'38"S	40°09'18"W
São José do Calçado	250	250	São José do Calçado	cidade	ES	320480705	21°01'48"S	41°39'24"W
São Mateus	233	233	São Mateus	cidade	ES	320490605	18°43'18"S	39°51'29"W
São Pedro de Itabapuana	251	251	São Pedro de Itabapoana	vila	ES	320340335	21°04'29"S	41°29'46"W
Serra	237	237	Serra	cidade	ES	320500205	20°07'17"S	40°18'27"W
Sta. Isabel	246	246	Isabel	vila	ES	320190220	20°22'54"S	40°37'16"W
Sta. Teresa	244	244	Santa Teresa	cidade	ES	320460905	19°56'12"S	40°35'53"W
Vitória	231	231	Vitória	capital	ES	320530905	20°18'59"S	40°18'48"W
observações:								
(1) não localizada - coordenadas obtidas através de georreferenciamento de imagem								
Mantena (241), originalmente associada ao Estado do Espírito Santo à época em área de litígio com o Estado de Minas Gerais, atualmente é localidade deste último.								

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Figura 147 – Estado do Espírito Santo: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

5.2.16 Estado do Rio de Janeiro – inclui a cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal até 1960)

Em Nascentes (1958), o Distrito Federal constava como uma UF indicada para pesquisa. Em 1960, Brasília assumiu esta condição e a área correspondente ao antigo DF passou a ser a da cidade do Rio de Janeiro. Na proposta ora apresentada, optou-se por incluir a análise, a descrição e as informações do antigo DF nesta subseção.

5.2.16.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 60 – Estado do Rio de Janeiro: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	n° do ponto original	n° do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Angra dos Reis	271	271	1593 a 1608 Ilha Grande 1608 a 1835 Vila dos Reis Magos da Ilha Grande/Vila de Nossa Senhora da Conceição da Ilha Grande 1835 a 2016 Angra dos Reis
Bananal	277	277	1851 a 1924 Bananal 1924 a 1926 Padioba 1926 a 2016 Seropédica
Barra do Pirai	279	279	1885 a 1890 São Benedito da Barra do Pirahy 1890 a 2016 Barra do Pirahy/Barra do Pirai/Barra do Pirahy/Barra do Pirai
Barra Mansa	276	276	1832 a 1857 São Sebastião da Barra Mansa 1857 a 2016 Barra Mansa
Cabo Frio	261	261	1615 a 1678 Santa Helena 1678 a 2016 Cabo Frio
Campos	258	258	1674 a 1753 São Salvador dos Campos, RJ 1753 a 1832 São Salvador dos Campos, ES 1832 a 1835 São Salvador dos Campos, RJ 1835 a 1986 Campos 1986 a 2016 Campos dos Goytacazes
Cantagalo	287	287	1806 a 1857 São Pedro de Cantagallo 1857 a 2016 Cantagallo/Cantagalo/Cantagallo/Cantagalo
Capivari	260	260	1755 a 1890 Nossa Senhora da Lapa do Capivari 1890 a 1943 Capivary/Capivari 1943 a 2016 Silva Jardim
Engenheiro Passos	274	274	até final do séc. XIX Vila Boa Vista final do séc. XIX a 1952 Vila de Engenheiro Passos 1952 a 2016 Engenheiro Passos
Iguaçu	268	268	1719 a 1833 Nossa Senhora da Piedade de Iguassu (Nossa Senhora da Piedade do Caminho Velho) 1833 a 1911 Piedade de Iguassu/Iguassu 1911 a 1924 Nossa Senhora da Piedade de Iguassu/Cava 1924 a 1933 Estação José Bulhões 1933 a 2016 Cava
Ilha Grande	273	273	1593 a 1938 Ilha Grande 1938 a 2016 Abraão (vila sede do distrito)
Itaboraí	265	265	1696 a 1890 São João de Itaboraí 1890 a 2016 Itaborahy/Itaboraí/Itaborahy/Itaboraí
Itaguaí	269	269	1795 a 1818 São Francisco Xavier de Itaguahy 1818 a 2016 Itaguahy/Itaguaí/Itaguahy/Itaguaí
Itaocara	289	289	1809 a 1850 Aldeia de Pedra/São José de Lenissa da Aldeia de Pedra 1850 a 2016 Itaocára/Itaocara
Itaperuna	291	291	1885 a 1887 Natividade de Itaperuna 1887 a 2016 Itaperuna
Macaé	259	259	1813 a 1814 São João de Macaé 1814 a 2016 Macahé/Macaé/Macahé/Macaé
Magé	267	267	1696 a 2016 Magé
Mangaratiba	270	270	1764 a 1929 Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba 1929 a 2016 Mangaratiba

Quadro 60 (cont.)

LOCALIDADES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Maricá	263	263	1755 a 1889 Santa Maria de Maricá 1889 a 2016 Maricá
Niterói	254	254	1696 a 1835 Vila Real da Praia Grande/São Domingos da Praia Grande 1835 a 2016 Nictherohy/Nictheroy/Nictheroy/Niterói/ Nictheroy/Niterói
Paraíba do Sul	281	281	1756 a 2016 Parahyba do Sul/Paraíba do Sul/ Parahyba do Sul/ Paraíba do Sul
Parati	272	272	1667 a 2016 Paraty/Parati/Paraty/Parati/Paraty
Petrópolis	283	283	1846 a 1857 São Pedro de Alcântara de Petrópolis 1857 a 2016 Petropolis/Petrópolis/Petropolis/Petrópolis
Piraí	278	278	1770 a 1874 Santana do Piraí 1874 a 2016 Pirahy/Piraí/Pirahy/Piraí
Resende	275	275	1749 a 2016 Rezende/Resende/Rezende/Resende
Rio Bonito	264	264	1768 a 1890 Nossa Senhora da Conceição do Rio do Ouro 1890 a 2016 Rio Bonito
São Fidélis	292	292	1840 a 1870 São Fidelis de Sigmaringa 1872 a 2016 São Fidelis/São Fidélis/São Fidelis/São Fidélis
São Francisco de Paula	256	256	1856 a 1995 São Francisco de Paula 1995 a 2016 São Francisco de Itabapoana
São João da Barra	257	257	1630 a 1676 São João Batista da Paraíba do Sul 1676 a 1753 São João Batista da Praia, RJ 1753 a 1832 São João da Praia, ES 1832 a 2016 São João da Barra, RJ
São Sebastião de Itabapoana	255	255	1540 Vila da Rainha/Vila de Itabapoana 1892 a 1933 São Sebastião de Itabapoana 1933 a 2010 Itabapoana 2010 a 2016 Barra Seca
Sapucaia	286	286	1831 a 1874 Santo Antonio de Sapucaia 1874 a 2016 Sapucaia
Squarema	262	262	1755 a 1890 Nossa Senhora de Nazaré de Squarema 1890 a 2016 Squarema
S. Ana de Japuíba	266	266	1647 a 1877 Sant'Anna de Japuhya 1877 a 1898 Sant'Anna de Macacu 1898 a 1938 Sant'Anna de Japuhba 1938 a 1943 Santana 1943 a 2016 Japuíba
S. Maria Madalena	288	288	até 1855 Tabatinga/Arraial do Santíssimo 1855 a 2016 Santa Maria Magdalena/Santa Maria Madalena/ Santa Maria Magdalena/Santa Maria Madalena
S. Antônio de Pádua	290	290	1843 a 2016 Santo Antonio de Pádua/Santo Antonio de Pádua/Santo Antônio de Pádua/Santo Antonio de Pádua/Santo Antônio de Pádua
Teresópolis	284	284	1855 a 1892 Santo Antonio do Paquequer 1892 a 2016 Therezopolis/Teresópolis/Therezopolis/Teresópolis
Três Rios	285	285	1858 a 1938 Entre Rios 1938 a 2016 Três Rios
Valença	280	280	1807 a 1823 Nossa Senhora da Glória de Valença 1823 a 1943 Valença 1943 a 1959 Marques de Valença 1959 a 2016 Valença
Vassouras	282	282	1833 a 1857 Nossa Senhora da Conceição da Vila de Vassouras 1857 a 2016 Vassouras

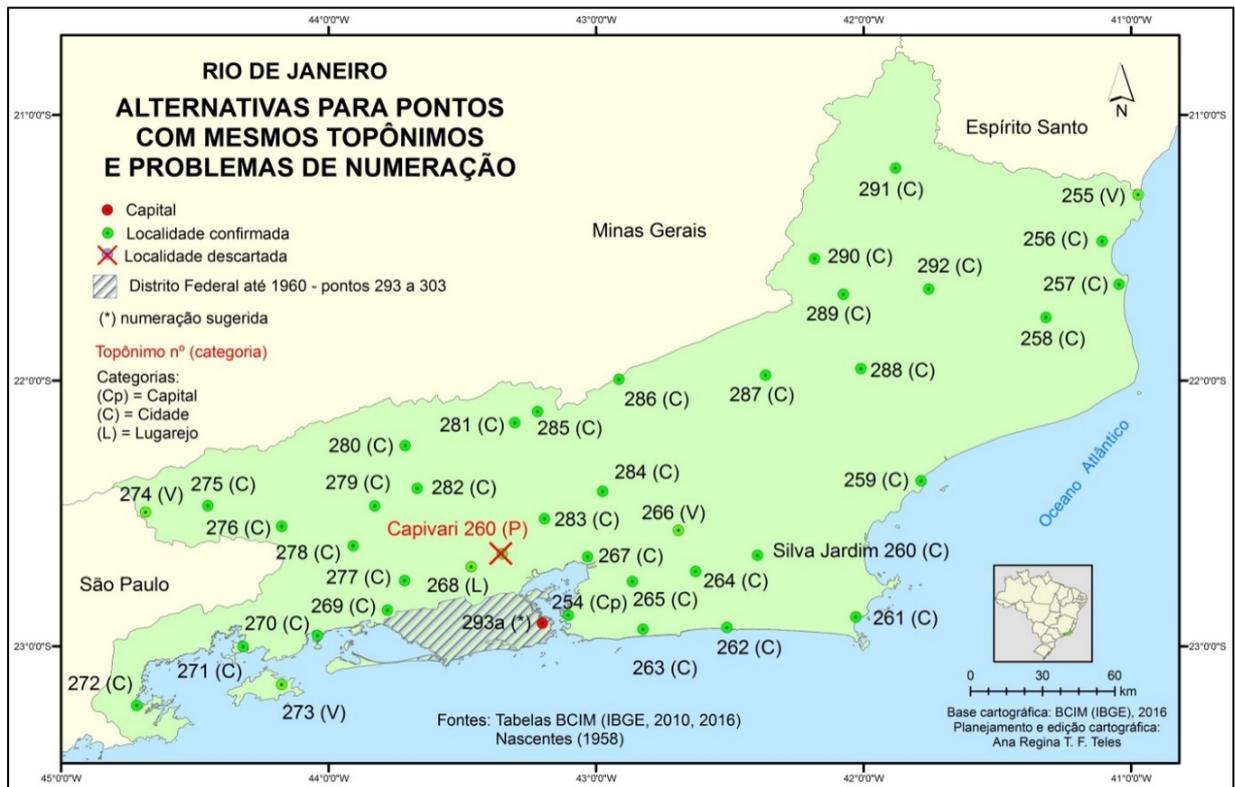
Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Quadro 61 – Distrito Federal (1958), com destaque para os pontos 293 a 303: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Distrito Federal	293 a 303	293a	1565 a 1763 São Sebastião do Rio de Janeiro 1763 a 1834 Rio de Janeiro 1834 a 1889 Município Neutro 1889 a 1957 Rio de Janeiro, Distrito Federal/Rio de Janeiro, Distrito Federal 1957 a 1974 Rio de Janeiro, Guanabara 1974 a 2016 Rio de Janeiro

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Figura 148 – Estado do Rio de Janeiro: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



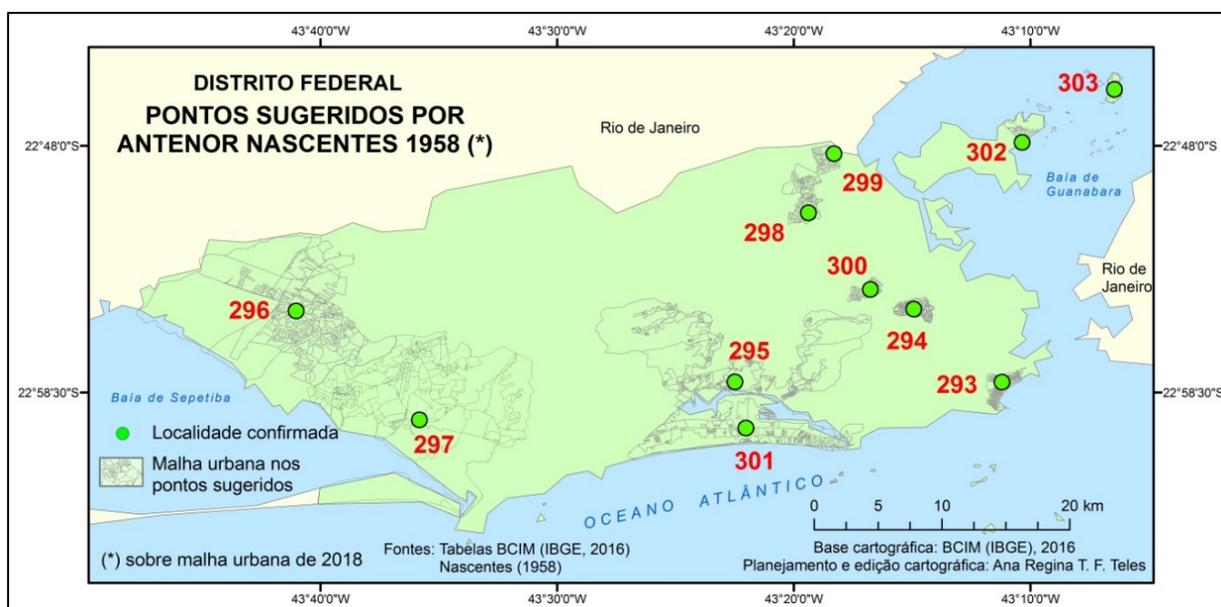
Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Quadro 62 – Distrito Federal (1958): topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO DISTRITO FEDERAL (1958)			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Situação em 2016
Barra da Tijuca	301	301	Barra da Tijuca
Governador	302	302	Freguesia (Ilha do Governador)
Guaratiba	297	297	Guaratiba
Irajá	298	298	Irajá
Jacarépaguá	295	295	Jacarépaguá
Meier	300	300	Meier
Paquetá	303	303	Paquetá
Santa Cruz	296	296	Santa Cruz
Vigário Geral	299	299	Vigário Geral
zona norte (Vila Isabel)	294	294	Vila Isabel
zona sul (Copacabana)	293	293	Copacabana

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Figura 149 – Distrito Federal (1958): alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Quadro 63 – Distrito Federal (1958): topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos, segundo o SIURB

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTECOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016			
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo
Barra da Tijuca	301	301	Barra da Tijuca	bairro	RJ	3304557131
Governador	302	302	Freguesia (Ilha do Governador)	bairro	RJ	3304557116
Guaratiba	297	297	Guaratiba	bairro	RJ	3304557142
Irajá	298	298	Irajá	bairro	RJ	3304557066
Jacarépaguá	295	295	Jacarépaguá	bairro	RJ	3304557081
Meier	300	300	Meier	bairro	RJ	3304557053
Paquetá	303	303	Paquetá	bairro	RJ	3304557153
Santa Cruz	296	296	Santa Cruz	bairro	RJ	3304557107
Vigário Geral	299	299	Vigário Geral	bairro	RJ	3304557045
zona norte (Vila Isabel)	294	294	Vila Isabel	bairro	RJ	3304557033
zona sul (Copacabana)	293	293	Copacabana	bairro	RJ	3304557018

Fonte dos geocódigos: <https://s idra.ibge.gov.br/territorio#/N102>

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Quadro 64 – Distrito Federal: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTECOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Barra da Tijuca	301	301	Barra da Tijuca	s ubdis trito	RJ	33045570529	23°00'00"S	43°22'02"W
Governador	302	302	Ilha do Governador	s ubdis trito	RJ	33045570525	22°47'51"S	43°10'21"W
Guaratiba	297	297	Guaratiba	s ubdis trito	RJ	33045570531	22°59'40"S	43°35'49"W
Irajá	298	298	Irajá	s ubdis trito	RJ	33045570519	22°50'50"S	43°19'23"W
Jacarépaguá	295	295	Jacarépaguá	s ubdis trito	RJ	33045570521	22°58'24"S	43°22'44"W
Meier	300	300	Meier	s ubdis trito	RJ	33045570517	22°54'06"S	43°16'46"W
Paquetá	303	303	Ilha de Paquetá	s ubdis trito	RJ	33045570526	22°45'35"S	43°06'27"W
Santa Cruz	296	296	Santa Cruz	s ubdis trito	RJ	33045570524	22°55'01"S	43°41'02"W
Vigário Geral	299	299	Vigário Geral	s ubdis trito	RJ	33045570539	22°48'19"S	43°18'18"W
zona norte (Vila Isabel)	294	294	Vila Isabel	s ubdis trito	RJ	33045570514	22°55'00"S	43°14'59"W
zona sul (Copacabana)	293	293	Copacabana	s ubdis trito	RJ	33045570510	22°58'03"S	43°11'13"W

Fonte dos geocódigos: <https://s idra.ibge.gov.br/territorio#/N11>

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Figura 150 – Distrito Federal (1958): localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

5.2.16.2 Resultado final

Quadro 65 – Estado do Rio de Janeiro: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTENOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Angra dos Reis	271	271	Angra dos Reis	cidade	RJ	330010005	23°00'05"S	44°19'11"W
Bananal	277	277	Seropédica	cidade	RJ	330555405	22°45'11"S	43°42'57"W
Barra do Pirai	279	279	Barra do Pirai	cidade	RJ	330030805	22°28'19"S	43°49'38"W
Barra Mansa	276	276	Barra Mansa	cidade	RJ	330040705	22°32'54"S	44°10'32"W
Cabo Frio	261	261	Cabo Frio	cidade	RJ	330070405	22°53'23"S	42°01'44"W
Campos	258	258	Campos dos Goytacazes	cidade	RJ	330100905	21°45'45"S	41°19'06"W
Cantagalo	287	287	Cantagalo	cidade	RJ	330110805	21°58'48"S	42°22'00"W
Capivari	260	260	Silva Jardim	cidade	RJ	330560405	22°39'28"S	42°23'47"W
Distrito Federal	(*)	293a	Rio de Janeiro	capital	RJ	330455705	22°54'46"S	43°12'01"W
Engenheiro Passos	274	274	Engenheiro Passos	vila	RJ	330420115	22°30'14"S	44°40'29"W
Iguaçu	268	268	Cava	lugarinho (1)	RJ	330350005	22°42'02"S	43°27'59"W
Ilha Grande	273	273	Ilha Grande	ilha (2)	RJ	330010010	23°08'36"S	44°10'01"W
Itaboraí	265	265	Itaboraí	cidade	RJ	330190005	22°45'25"S	42°51'51"W
Itaguaí	269	269	Itaguaí	cidade	RJ	330200705	22°51'50"S	43°46'48"W
Itaocara	289	289	Itaocara	cidade	RJ	330210605	21°40'31"S	42°04'34"W
Itaperuna	291	291	Itaperuna	cidade	RJ	330220505	21°11'51"S	41°54'07"W
Macaé	259	259	Macaé	cidade	RJ	330240305	22°22'38"S	41°47'06"W
Magé	267	267	Magé	cidade	RJ	330250205	22°39'49"S	43°01'54"W
Mangaratiba	270	270	Mangaratiba	cidade	RJ	330260105	22°57'35"S	44°02'28"W
Maricá	263	263	Maricá	cidade	RJ	330270005	22°56'09"S	42°49'29"W
Niterói	254	254	Niterói	cidade	RJ	330330205	22°53'01"S	43°06'13"W
Paraíba do Sul	281	281	Paraíba do Sul	cidade	RJ	330370805	22°09'47"S	43°17'44"W
Parati	272	272	Paraty	cidade	RJ	330380705	23°13'22"S	44°43'01"W
Petrópolis	283	283	Petrópolis	cidade	RJ	330390605	22°31'13"S	43°11'34"W
Pirai	278	278	Pirai	cidade	RJ	330400305	22°37'19"S	43°54'30"W
Resende	275	275	Resende	cidade	RJ	330420105	22°28'15"S	44°27'04"W
Rio Bonito	264	264	Rio Bonito	cidade	RJ	330430005	22°43'06"S	42°37'40"W

Quadro 65 (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTECOR NASCENTES		novo nº ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	nº do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
São Fidélis	292	292	São Fidélis	cidade	RJ	330480505	21°38'54"S	41°44'54"W
São Francisco de Paula	256	256	São Francisco de Itabapoana	cidade	RJ	330475505	21°28'30"S	41°06'27"W
São João da Barra	257	257	São João da Barra	cidade	RJ	330500005	21°38'18"S	41°02'41"W
São Sebastião de Itabapoana	255	255	Barra Seca	vila (3)	RJ	330475510	21°17'55"S	40°58'18"W
Sapucaia	286	286	Sapucaia	cidade	RJ	330540605	21°59'43"S	42°54'52"W
Squarema	262	262	Squarema	cidade	RJ	330550505	22°55'46"S	42°30'37"W
Sa. Ana de Japuíba	266	266	Japuíba	vila (4)	RJ	330080310	22°33'46"S	42°41'30"W
Sa. Maria Madalena	288	288	Santa Maria Madalena	cidade	RJ	330460705	21°57'18"S	42°00'36"W
Sa. Antônio de Pádua	290	290	Santo Antônio de Pádua	cidade	RJ	330470605	21°32'29"S	42°11'00"W
Teresópolis	284	284	Teresópolis	cidade	RJ	330580205	22°25'01"S	42°58'32"W
Três Rios	285	285	Três Rios	cidade	RJ	330600805	22°07'01"S	43°13'08"W
Valença	280	280	Valença	cidade	RJ	330610705	22°14'41"S	43°42'47"W
Vassouras	282	282	Vassouras	cidade	RJ	330630505	22°24'22"S	43°40'08"W

observações:

(1) lugarejo classificado como outros aglomerados rurais isolados, pertencente a Nova Iguaçu
(2) coordenadas da vila de Abraão
(3) vila de São Francisco de Itabapoana
(4) vila de Cachoeiras de Macacu, não localizada em qualquer tabela de localidades da v.5 da BCiM - coordenadas e geocódigo obtidos da v.4
(*) pontos 293 a 303 correspondentes a bairros do DF em 1953 substituídos pela cidade do Rio de Janeiro

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

Figura 151 – Estado do Rio de Janeiro: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 20); IBGE (2016).

5.2.17 Estado de São Paulo

5.2.17.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 66 – Estado de São Paulo: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Andradina	358	358	1932 a 2016 Andradina
Apiáí	344	344	1771 a 1906 S anto Antonio das Minas de Apiáí 1906 a 2016 Apiahy/Apiaí/Apiahy/Apiaí
Araçatuba	357	357	1917 a 2016 Araçatuba
Araraquara	338	338	1817 a 1889 S ão Bento de Araraquara 1889 a 2016 Araraquara
Assis	363	363	1915 a 1944 Assiz 1944 a 2016 Assis
Avaré	351	351	1866 a 1870 Nossa Senhora das Dores do Rio Novo 1870 a 1891 Nossa Senhora do Rio Novo 1891 a 2016 Avaré
Bariri	339	339	1877 a 1890 Nossa Senhora das Dores do Sapé 1890 a 2016 Bariry/Bariri/Bariry/Bariri
Barretos	335	335	1874 a 1906 Espírito S anto de Barretos 1906 a 2016 Barretos
Batatais	321	321	1814 a 1839 Senhor Bom Jesus de Batataes 1839 a 2016 Batataes/Batatais/Batataes/Batatais
Bauru	347	347	1893 a 1896 Espírito S anto da Fortaleza 1896 a 2016 Baurú/Bauru/Baurú/Bauru
Botucatu	341	341	até 1846 Cima da Serra de Botucatú 1846 a 2016 Botucatú/Botucatu/Botucatú/Botucatu
Caconde	313	313	1775 a 2016 Caconde
Campos do Jordão	308	308	1915 a 2016 Campos do Jordão
Cananéia	345	345	1587 a 1905 S ão João de Cananéia 1905 a 2016 Cananéia/Cananéia/Cananéia/Cananéia
Capivari	329	329	1825 a 1905 S ão João do Capivary do Baixo 1905 a 2016 Capivary/Capivari/Capivary/Capivari
Casa Branca	314	314	1814 a 2016 Casa Branca
Cunha	306	306	1736 a 1775 Falcão 1775 a 1858 Nossa Senhora da Conceição de Cunha 1858 a 2016 Cunha
Dracena	359	359	1948 a 2016 Dracena
Espírito S anto da Boa Vista	342	342	1872 a 1908 Espirito S anto da Boa Vista 1908 a 2016 Angatuba
Espírito S anto de Turvo	328	348	1878 a 1938 Espirito S anto do Turvo 1938 a 1953 Rio Turvo 1953 a 2016 Espírito S anto do Turvo
Faxina	343	343	1766 a 1861 Itapeva da Faxina 1861 a 1938 Faxina 1938 a 2016 Itapeva
Iguape	334	334	1635 a 1850 Nossa Senhora das Neves de Iguape/Bom Jesus da Ribeira/Bom Jesus do Iguape 1850 a 2016 Iguape
Itapetininga	332	332	1771 a 2016 Itapetininga

Quadro 66 (cont.)

LOCALIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Itaporanga	352	352	1855 a 1871 São João Batista 1871 a 1899 São João Batista do Rio Verde 1899 a 2016 Itaporanga
Itararé	354	354	1885 a 1922 São Pedro do Itararé 1922 a 2016 Itararé
Ituverava	320	320	1847 a 1899 Carmo de Franca 1899 a 2016 Ituverava
Jaboticabal	336	336	1857 a 2016 Jaboticabal
Jaú	340	340	1859 a 2016 Jahú/Jaú/Jahú/Jaú
Jundiaí	317	317	1651 a 2016 Jundiahy/Jundiaí/Jundiahy/Jundiaí
Lavrinhas	353	353	1871 a 1891 Lavrinha/Lavrinhas 1891 a 1905 Conceição de Lavrinha 1905 a 2016 Itaberá
Limeira	327	327	1830 1863 Nossa Senhora das Dores de Tatuí 1863 a 2016 Limeira
Lins	361	361	1908 a 1913 Santo Antonio do Campestre 1913 a 1926 Albuquerque Lins 1926 a 2016 Lins
Marília	362	362	1926 a 2016 Marília/Marília
Moji das Cruzes	312	312	1611 a 1855 Santana de Mogy das Cruzes 1855 a 1953 Mogy das Cruzes/Moji das Cruzes Mogy das Cruzes/Mogi das Cruzes 1953 a 2016 Moji das Cruzes/Mogi das Cruzes
Moji Guaçu	315	315	1740 a 1944 Mogy-guassú/Mogy-Guassú/Mogi Guaçu/Mogy-Guassu/Mogi Guassú 1944 a 1999 Moji-Guaçu 1999 a 2016 Mogi Guaçu
Paraibuna	309	309	1773 a 1857 Santo Antonio de Paraibuna 1857 a 2016 Parahybuna/Paraibuna/Parahybuna/Paraibuna
Pilar	333	333	1877 a 1906 Nossa Senhora do Pilar 1906 a 1944 Pilar 1944 a 2016 Pilar do Sul
Piracicaba	328	328	1767 a 2016 Piracicaba
Piraju	350	350	1871 a 1891 São João do Tijuco Preto 1891 a 2016 Pirajú/Piraju/Pirajú/Piraju
Pirassununga	326	326	1872 Pirassununga 1900 a 2010 Pirassununga
Porto Epitácio	356	356	sem informações de alterações (1)
Porto Feliz	330	330	1728 a 1744 Nossa Senhora da Penha de Araritaguaba 1744 a 1797 Nossa Senhora Mãe dos Homens de Arariguaba 1797 a 2016 Porto Feliz/Porto Feliz/Porto Feliz
Porto Tibiriçá	355	355	sem informações de alterações (1)
Porto Vargas	360	360	PortoVargas/Porto Pres. Vargas (1)
Queluz	305	305	1803 a 1842 São João Batista de Queluz 1842 a 2016 Queluz
Ribeirão Preto	322	322	1870 a 2016 Ribeirão Preto
Rio Claro	325	325	1830 a 1845 São João Batista de Rio Claro 1845 a 1905 São João do Rio Claro 1905 a 2016 Rio Claro
Santos	319	319	1747 a 2016 Santos

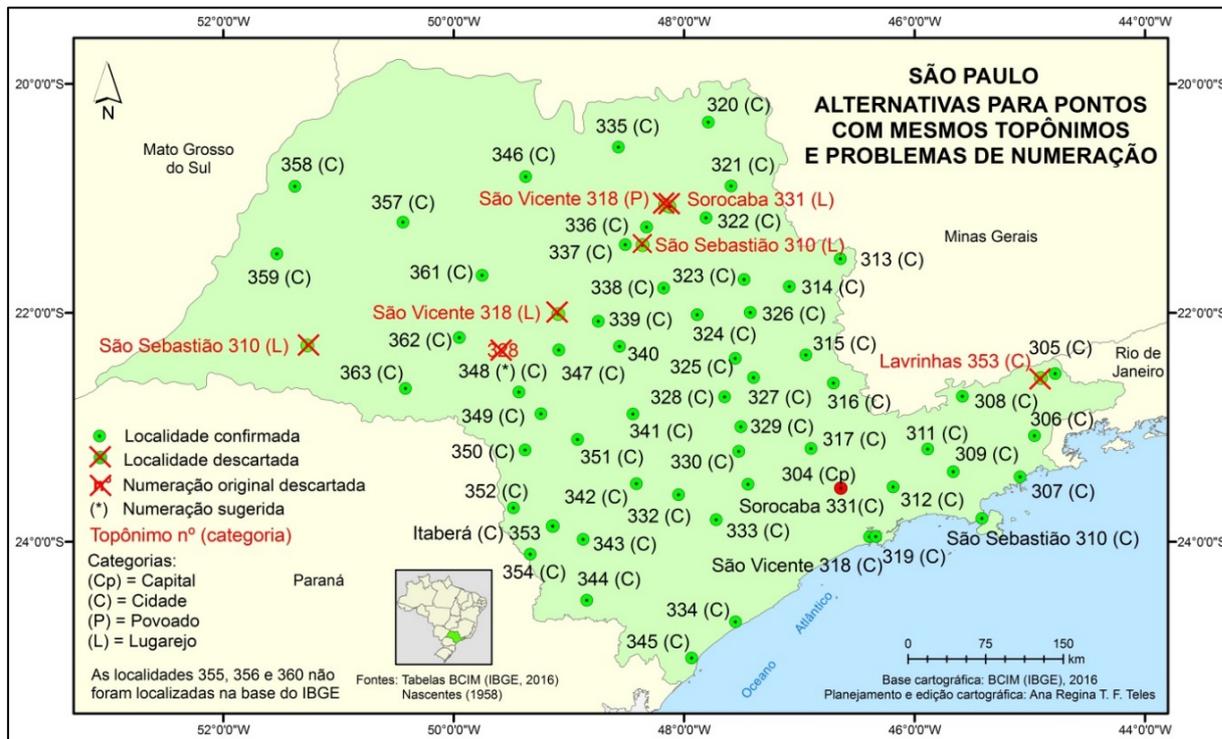
Quadro 66 (cont.)

LOCALIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
São Carlos do Pinhal	324	324	1865 a 1908 São Carlos do Pinhal 1908 a 2016 São Carlos
São José do Rio Preto	346	346	1879 a 1906 São José do Rio Preto 1906 a 1944 Rio Preto 1944 a 2016 São José do Rio Preto
São José dos Campos	311	311	1768 a 2016 São José dos Campos
São Paulo	304	304	1554 a 1558 São Paulo de Piratininga 1558 a 2016 São Paulo
São Sebastião	310	310	1636 a 2016 São Sebastião
São Vicente	318	318	1532 a 2016 São Vicente
Serra Negra	316	316	1841 a 2016 Serra Negra
Sorocaba	331	331	1654 a 1661 Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba 1661 a 2016 Sorocaba
S ta. Bárbara do Rio Pardo	349	349	1858 a 1874 São Domingos 1874 a 1978 Santa Barbara do Rio Pardo/Santa Bárbara do Rio Pardo/Santa Barbara do Rio Pardo/Santa Bárbara do Rio Pardo 1978 a 2016 Águas de Santa Bárbara
S ta. Rita de Passa Quatro	323	323	1866 a 1938 Santa Rita do Passa Quatro 1938 a 1944 Santa Rita 1944 a 2016 Santa Rita do Passa Quatro
Taquaratinga	337	337	1868 a 1880 São Sebastião dos Coqueiros 1880 a 1907 Ribeirãozinho 1907 a 2016 Taquaratinga
Ubatuba	307	307	1557 a 1855 Vila Nova da Exaltação da Santa Cruz do Salvador de Ubatuba 1855 a 2016 Ubatuba
observações:			
(1) não encontrado histórico - informações de ortografia extraídas de mapas			
– número em negrito indica problema de numeração			

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

Figura 152 – Estado de São Paulo: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

5.2.17.2 Resultado final

Quadro 67 – Estado de São Paulo: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Andradina	358	358	Andradina	cidade	SP	350210105	20°53'42"S	51°22'44"W
Apiáí	344	344	Apiáí	cidade	SP	350270505	24°30'40"S	48°50'40"W
Araçatuba	357	357	Araçatuba	cidade	SP	350280405	21°12'29"S	50°26'25"W
Araraquara	338	338	Araraquara	cidade	SP	350320805	21°47'05"S	48°10'42"W
Assis	363	363	Assis	cidade	SP	350400805	22°39'37"S	50°25'07"W
Avaré	351	351	Avaré	cidade	SP	350450305	23°06'25"S	48°55'31"W
Bariri	339	339	Bariri	cidade	SP	350520305	22°04'24"S	48°44'39"W
Barretos	335	335	Barretos	cidade	SP	350550005	20°33'13"S	48°34'12"W
Batatais	321	321	Batatais	cidade	SP	350590605	20°53'36"S	47°35'33"W
Bauru	347	347	Bauru	cidade	SP	350600305	22°19'30"S	49°05'15"W
Botucatu	341	341	Botucatu	cidade	SP	350750605	22°53'03"S	48°26'38"W
Caconde	313	313	Caconde	cidade	SP	350870205	21°31'42"S	46°38'38"W
Campos do Jordão	308	308	Campos do Jordão	cidade	SP	350970005	22°43'48"S	45°35'01"W
Cananéia	345	345	Cananéia	cidade	SP	350990805	25°00'53"S	47°56'04"W
Capivari	329	329	Capivari	cidade	SP	351040105	22°59'44"S	47°30'27"W
Casa Branca	314	314	Casa Branca	cidade	SP	351080705	21°46'16"S	47°05'08"W
Cunha	306	306	Cunha	cidade	SP	351360305	23°04'24"S	44°57'28"W
Dracena	359	359	Dracena	cidade	SP	351440305	21°29'05"S	51°32'07"W
Espírito Santo da Boa Vista	342	342	Angatuba	cidade	SP	350220005	23°29'31"S	48°24'51"W
Espírito Santo de Turvo	328	348	Espírito Santo de Turvo	cidade	SP	351519405	22°41'31"S	49°25'47"W
Faxina	343	343	Itapeva	cidade	SP	352240605	23°58'45"S	48°52'36"W
Iguape	334	334	Iguape	cidade	SP	352030105	24°42'28"S	47°33'17"W
Itapetininga	332	332	Itapetininga	cidade	SP	352230705	23°35'20"S	48°02'55"W
Itaporanga	352	352	Itaporanga	cidade	SP	352280205	23°42'17"S	49°28'56"W
Itararé	354	354	Itararé	cidade	SP	352320605	24°06'32"S	49°20'08"W
Ituverava	320	320	Ituverava	cidade	SP	352410505	20°20'09"S	47°47'26"W
Jaboticabal	336	336	Jaboticabal	cidade	SP	352430305	21°15'09"S	48°19'32"W
Jaú	340	340	Jaú	cidade	SP	352530005	22°17'38"S	48°33'34"W
Jundiá	317	317	Jundiá	cidade	SP	352590405	23°11'08"S	46°53'51"W
Lavrinhas	353	353	Itaberá	cidade	SP	352170505	23°51'51"S	49°08'25"W
Limeira	327	327	Limeira	cidade	SP	352690205	22°33'59"S	47°23'50"W
Lins	361	361	Lins	cidade	SP	352710805	21°40'20"S	49°45'10"W
Marília	362	362	Marília	cidade	SP	352900505	22°13'03"S	49°57'01"W
Mogi das Cruzes	312	312	Mogi das Cruzes	cidade	SP	353060705	23°31'16"S	46°11'08"W
Mogi Guaçu	315	315	Mogi Guaçu	cidade	SP	353070605	22°22'04"S	46°56'35"W
Paraibuna	309	309	Paraibuna	cidade	SP	353560605	23°23'15"S	45°39'51"W
Pilar	333	333	Pilar do Sul	cidade	SP	353790905	23°48'29"S	47°43'21"W
Piracicaba	328	328	Piracicaba	cidade	SP	353870905	22°44'03"S	47°38'52"S
Piraju	350	350	Piraju	cidade	SP	353880805	23°11'54"S	49°22'50"W
Pirasununga	326	326	Pirasununga	cidade	SP	353930105	21°59'47"S	47°25'34"W
Porto E pitácio	356	356	X	X (1)	SP	354130705	21°45'55"S	52°06'41"W
Porto Feliz	330	330	Porto Feliz	cidade	SP	354060605	23°12'35"S	47°31'31"W
Porto Tibiriçá	355	355	X (2)	X	SP	X	21°48'59"S	52°10'44"W
Porto Vargas	360	360	X (3)	X	SP	X	20°12'50"S	51°02'04"W
Queluz	305	305	Queluz	cidade	SP	354190105	22°31'53"S	44°46'42"W
Ribeirão Preto	322	322	Ribeirão Preto	cidade	SP	354340205	21°10'13"S	47°48'36"W
Rio Claro	325	325	Rio Claro	cidade	SP	354390705	22°23'55"S	47°33'18"W
Santos	319	319	Santos	cidade	SP	354850005	23°57'14"S	46°20'07"W
São Carlos do Pinhal	324	324	São Carlos	cidade	SP	354890605	22°01'04"S	47°53'10"W
São José do Rio Preto	346	346	São José do Rio Preto	cidade	SP	354980505	20°48'42"S	49°22'34"W
São José dos Campos	311	311	São José dos Campos	cidade	SP	354990405	23°11'24"S	45°53'04"W
São Paulo	304	304	São Paulo	capital	SP	355030805	23°32'01"S	46°38'25"W
São Sebastião	310	310	São Sebastião	cidade	SP	355070405	23°47'43"S	45°24'52"W
São Vicente	318	318	São Vicente	cidade	SP	355100905	23°57'28"S	46°23'19"W

Quadro 67 (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTERIOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Serra Negra	316	316	Serra Negra	cidade	SP	355160305	22°36'51"S	46°42'13"W
Sorocaba	331	331	Sorocaba	cidade	SP	355220505	23°29'50"S	47°26'43"W
S ta. Bárbara do Rio Pardo	349	349	Águas de Santa Bárbara	cidade	SP	350055005	22°52'53"S	49°14'33"W
S ta. Rita de Passa Quatro	323	323	Santa Rita do Passa Quatro	cidade	SP	354750205	21°42'31"S	47°28'42"W
Taquaratinga	337	337	Taquaratinga	cidade	SP	355370805	21°24'19"S	48°30'38"W
Ubatuba	307	307	Ubatuba	cidade	SP	355540605	23°26'01"S	45°05'01"W

observações:

(1) hoje instalação urbana do município de Presidente Epitácio - coordenadas e geocódigo do município - as coordenadas obtidas através de georreferenciamento de imagem foram: 21°46'15"S e 52°06'22"W

(2) desapareceu na Represa Porto Primavera - coordenadas obtidas através de georreferenciamento de imagem

(3) desapareceu na Represa de Ilha Solteira - coordenadas obtidas através de georreferenciamento de imagem

– número em negrito significa numeração ajustada

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

Figura 153 – Estado de São Paulo: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

5.2.18 Estado do Paraná

5.2.18.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 68 – Estado do Paraná: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DO PARANÁ			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Antonina	366	366	1761 a 1797 Nossa Senhora do Pilar da Graciosa 1797 a 2016 Antonina
Apucarana	368	368	1943 a 2016 Apucarana
Campo do Mourão	372	372	1903 a 2016 Campos do Mourão/Campo Mourão
Cascavel	373	373	1930 a 1943 Cascavel, PR 1943 a 1946 Cascavel, Território Federal do Iguaçu 1946 a 2016 Cascavel, PR
Castro	381	381	1774 a 1778 Santana do Iapó 1778 a 1857 Vila Nova de Castro 1857 a 2016 Castro
Curitiba	364	364	1654 a 2016 1872 Curityba/Curitiba/Curityba/Curitiba
Foz do Iguaçu	375	375	1881 a 1910 Iguassu 1910 a 2016 Foz do Iguassú/Foz do Iguaçu
Guaíra	374	374	1576 a ??? Vila Rica do Espírito Santo 1920 a 2016 Guaíra
Guarapuava	371	371	1818 a 1849 Atalaya de Guarapuava 1849 a 1853 Nossa Senhora de Belém da Aldeia da Atalaia 1853 a 2016 Guarapuava
Guaraqueçaba	385	385	1854 a 1947 Guarakessaba/Guaraquessaba/ 1947 a 2016 Guaraqueçaba
Guaratuba	383	383	1656 a 1771 Guaratuba 1771 a 1938 São Luiz de Guaratuba da Marinha 1938 a 2016 Guaratuba
Jacarezinho	369	369	1900 a 1911 Ourinho/Nova Alcântara 1911 a 2016 Jacarésinho/Jacarezinho/Jacarésinho/Jacarezinho
Jaguariaíva	378	378	1823 a 2016 Jaguaryahiva/Jaguariahyva/Jaguariaíva/Jaguariahyva/Jaguariaíva
Lapa	379	379	1797 a 1872 Vila Nova do Príncipe 1872 a 2016 Lapa
Londrina	370	370	1934 a 2016 Londrina
Paranaguá	365	365	1647 a 2016 Paranaguá
Paranaguá	367	x	localidade em duplicidade
Ponta Grossa	377	377	1823 a 2016 Ponta Grossa
Rio Branco	387	387	1790 a 1861 Nossa Senhora do Amparo de Votuverava 1861 a 1908 Votuverava 1908 a 1943 Rocinha/Rio Branco 1943 a 1947 Votuverava 1947 a 2016 Rio Branco do Sul
Rio Negro	380	380	1826 a 1870 Capela do Rio Negro 1870 a 2016 Rio Negro
São José da Boa Vista	382	382	1853 a 1875 São José do Cristianismo 1875 a 2016 São José da Boa Vista/São José da Boa Vista
Sêro Azul	384	384	1860 a 1885 Assunguy 1885 a 1929 Serro Azul 1929 a 2016 Cerro Azul/Cerro Azul/Cerro Azul
Tibaji	386	386	1846 a 2016 Tibagy/Tibagi/Tibagy/Tibagi/Tibagi
União da Vitória	376	376	1855 a 1880 Porto União da Vitória 1880 a 2016 União da Victoria/União da Vitória/União da Victoria/União da Vitória

Quadro 68 (cont.)

LOCALIDADES DO ESTADO DO PARANÁ			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	n° do ponto original	n° do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Palmas (inserido por Nascentes, 1958) no estado de Santa Catarina	400	400	1835 a 1877 Senhor Bom Jesus de Palmas 1877 a 1943 Palmas, P R 1943 a 1946 Palmas, Território Federal do Iguassu 1946 a 2016 Palmas, P R
Pato Branco (inserido por Nascentes, 1958) no estado de Santa Catarina)	401	401	1924 a 1927 Vila Nova de Clevelândia 1927 a 1943 Bom Retiro, P R 1943 a 1946 Bom Retiro, Território Federal do Iguassu 1946 a 1947 Bom Retiro, P R 1947 a 2016 Pato Branco, P R
observação: – fonte em negrito indica número inexistente: localidade em duplicidade			

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

Figura 154 – Estado do Paraná: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

5.2.18.2 Resultado final

Quadro 69 – Estado do Paraná: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

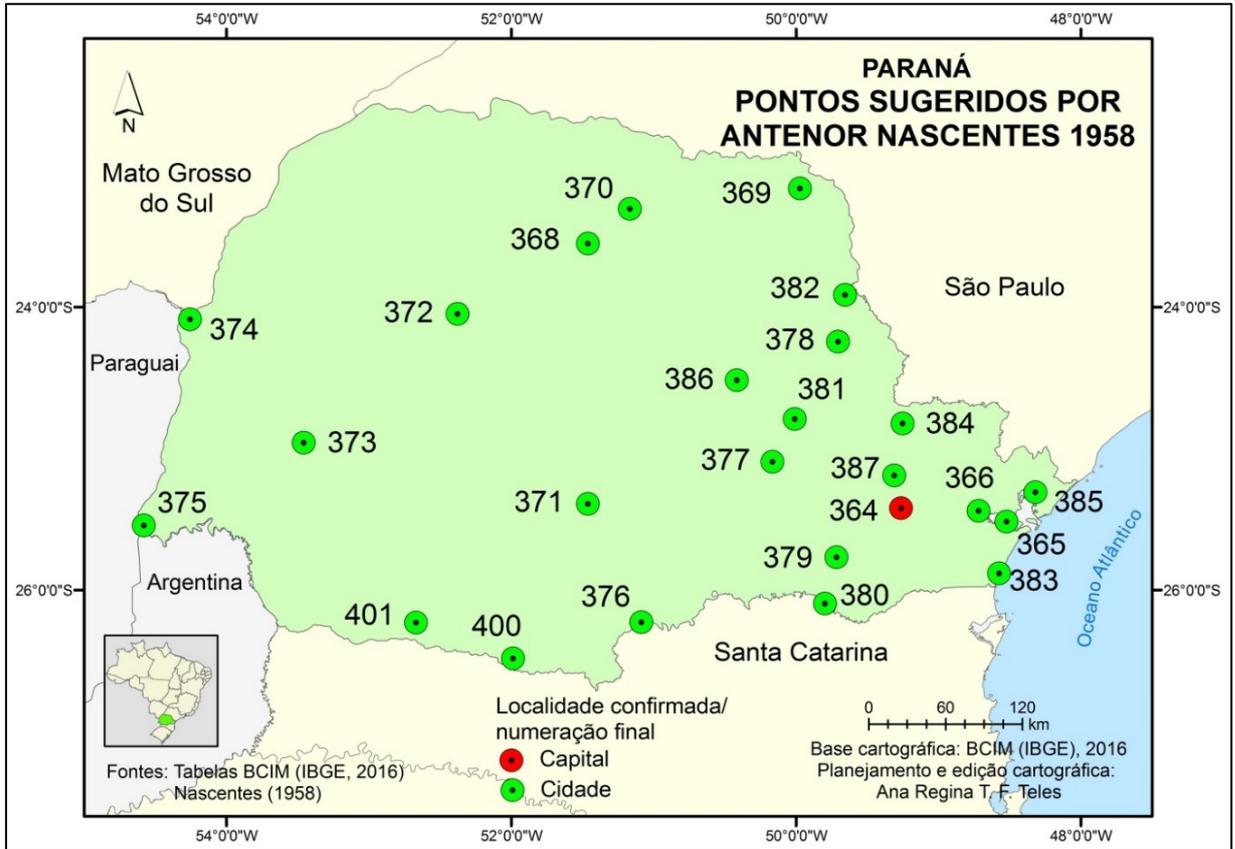
RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES		novo nº ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	nº do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Antonina	366	366	Antonina	cidade	PR	410120005	25°26'20"S	48°43'10"W
Apucarana	368	368	Apucarana	cidade	PR	410140805	23°33'01"S	51°27'50"W
Campo do Mourão	372	372	Campo Mourão	cidade	PR	410430305	24°02'48"S	52°22'42"W
Cascavel	373	373	Cascavel	cidade	PR	410480805	24°57'27"S	53°27'34"W
Castro	381	381	Castro	cidade	PR	410490705	24°47'22"S	50°00'40"W
Curitiba	364	364	Curitiba	capital	PR	410690205	25°25'13"S	49°15'55"W
Foz do Iguaçu	375	375	Foz do Iguaçu	cidade	PR	410830405	25°32'35"S	54°34'59"W
Guaíra	374	374	Guaíra	cidade	PR	410880905	24°05'07"S	54°15'27"W
Guarapuava	371	371	Guarapuava	cidade	PR	410940105	25°23'26"S	51°27'45"W
Guaraqueçaba	385	385	Guaraqueçaba	cidade	PR	410950005	25°18'27"S	48°19'15"W
Guaratuba	383	383	Guaratuba	cidade	PR	410960905	25°52'55"S	48°34'32"W
Jacarezinho	369	369	Jacarezinho	cidade	PR	411180305	23°10'00"S	49°58'22"W
Jaguariaíva	378	378	Jaguariaíva	cidade	PR	411200905	24°15'03"S	49°42'21"W
Lapa	379	379	Lapa	cidade	PR	411320505	25°46'03"S	49°43'01"W
Londrina	370	370	Londrina	cidade	PR	411370005	23°18'15"S	51°10'10"W
Palmas	400	400	Palmas (1)	cidade	PR	411760205	26°29'03"S	51°59'21"W
Paranaguá	365	365	Paranaguá	cidade	PR	411820405	25°30'59"S	48°31'22"W
Paranaguá	367	X	localidade em duplicidade	X	PR	X	X	X
Pato Branco	401	401	Pato Branco (1)	cidade	PR	411850105	26°13'46"S	52°40'15"W
Ponta Grossa	377	377	Ponta Grossa	cidade	PR	411990505	25°05'31"S	50°10'01"W
Rio Branco	387	387	Rio Branco do Sul	cidade	PR	412220605	25°11'22"S	49°18'43"W
Rio Negro	380	380	Rio Negro	cidade	PR	412230505	26°05'43"S	49°47'55"W
São José da Boa Vista	382	382	São José da Boa Vista	cidade	PR	412540705	23°54'57"S	49°39'07"W
Sêro Azul	384	384	Cerro Azul	cidade	PR	410520105	24°49'26"S	49°15'39"W
Tibaji	386	386	Tibagi	cidade	PR	412750205	24°30'34"S	50°24'56"W
União da Vitória	376	376	União da Vitória	cidade	PR	412820305	26°13'40"S	51°05'15"W

observações:
(1) localidades originalmente associadas ao Estado de Santa Catarina, à época em área de litígio com o Estado do Paraná
(2) número inexistente: localidade em duplicidade

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

Figura 155 – Estado do Paraná: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

5.2.19 Estado de Santa Catarina

5.2.19.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 70 – Estado de Santa Catarina: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

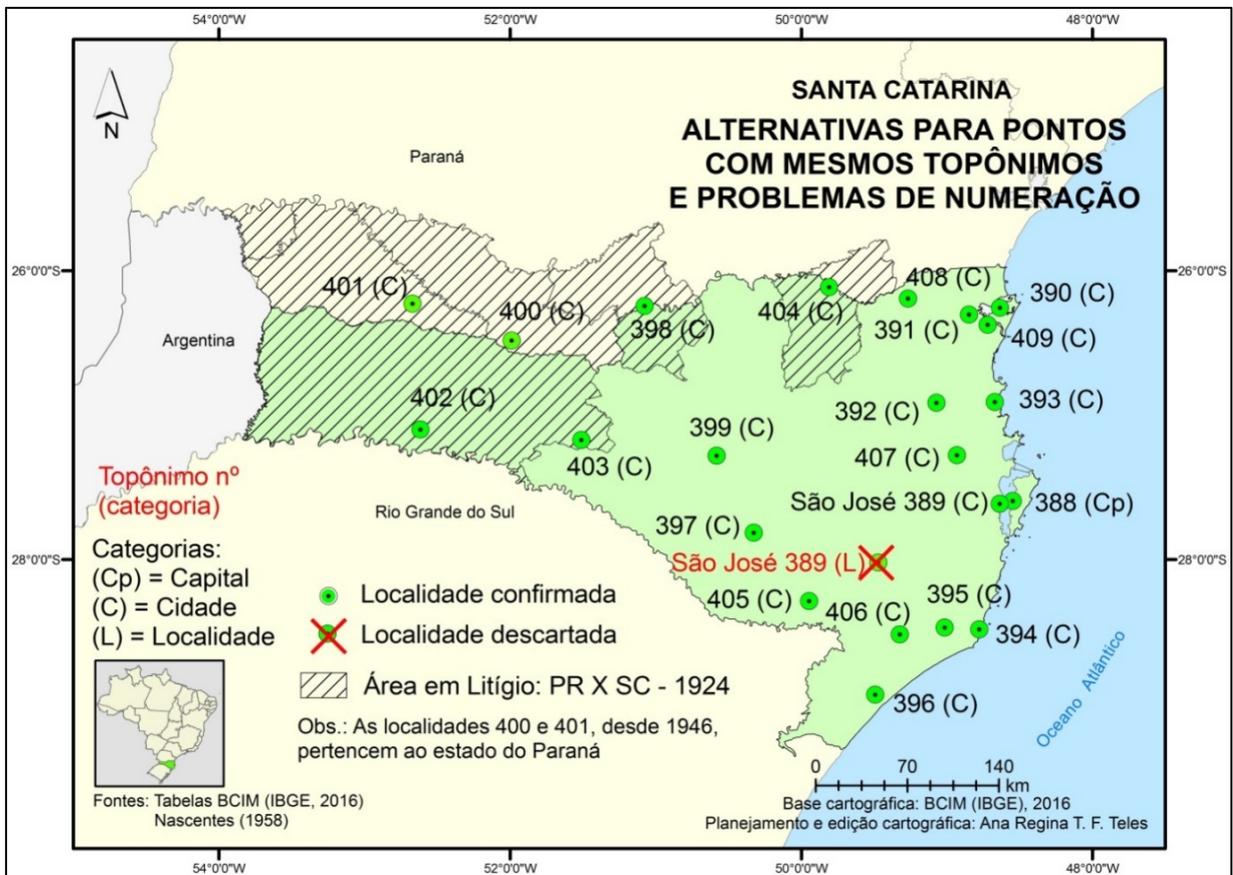
LOCALIDADES DO ESTADO DE SANTA CATARINA			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Ararangá	396	396	1864 a 1880 Campinas 1880 a 2016 Araranguá
Blumenau	392	392	1873 a 2016 Blumenau
Campo Alegre	408	408	1888 a 2016 Campo Alegre
Coritibanos	399	399	17?? a 1864 Campo dos Coritibanos/Pouso dos Coritibanos 1864 a 2016 Coritibanos/Coritybanos/Coritibanos/ Coritibanos/Coritibanos
Florianópolis	388	388	1792 a 1894 Nossa Senhora do Desterro 1894 a 2016 Florianopolis/Florianópolis
Itajaí	393	393	1824 a 2016 Itajahy/Itajaí/Itajahy/Itajaí
Joaçaba	403	403	1917 a 1928 Cruzeiro 1928 a 1943 Cruzeiro do Sul 1943 a 1946 Joaçaba, Território Federal do Iguaçu 1946 a 2016 Joaçaba
Joinville	391	391	1852 a 2016 Joinville
Laguna	394	394	1676 a 1847 Santo Antonio dos Anjos de Laguna 1847 a 2016 Laguna
Lajes	397	397	1768 a 2016 Lages/Lajes/Lages
Mafra	404	404	1826 a 1870 Capela do Rio Negro, PR 1870 a 1916 Rio Negro, PR 1916 a 2016 Mafra
Nova Trento	407	407	1875 a 2016 Nova Trento
Palmas	400	400	1835 a 1877 Senhor Bom Jesus de Palmas 1877 a 1943 Palmas, PR 1943 a 1946 Palmas, Território Federal do Iguaçu 1946 a 2016 Palmas, PR
Parati	409	409	1848 a 1854 Paranaguá-Mirim 1854 a 1943 Paraty/Paratí 1943 a 2016 Araquari
Pato Branco	401	401	1924 a 1927 Vila Nova de Clevelandia 1927 a 1943 Bom Retiro, PR 1943 a 1946 Bom Retiro, Território Federal do Iguaçu 1946 a 1947 Bom Retiro, PR 1947 a 2016 Pato Branco, PR
Porto União	398	398	Porto da União ou da Victoria 1855 a 1880 Porto União da Victória, PR 1880 a 1916 União da Victória, PR 1916 a 2016 Porto União/Porto União /Porto União

Quadro 70 (cont.)

LOCALIDADES DO ESTADO DE SANTA CATARINA			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
São Francisco	390	390	1660 a 1911 Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco 1911 a 1938 São Francisco 1938 a 2016 São Francisco do Sul
São Joaquim	405	405	1871 a 1920 São Joaquim da Costa da Serra 1920 a 1933 São Joaquim 1933 a 1938 São Joaquim da Costa da Serra 1938 a 2016 São Joaquim
São José	389	389	1751 a 2016 São José
Tubarão	395	395	1836 a 2016 Tubarão
Uruçanga	406	406	1891 a 2016 Urussanga
Xapecó	402	402	1916 a 1931 Chapecó desmembrado de Palmas, PR? 1931 a 1938 Passo dos Índios (Passo Borman) 1938 a 2016 Chapecó

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

Figura 156 – Estado de Santa Catarina: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

5.2.19.2 Resultado final

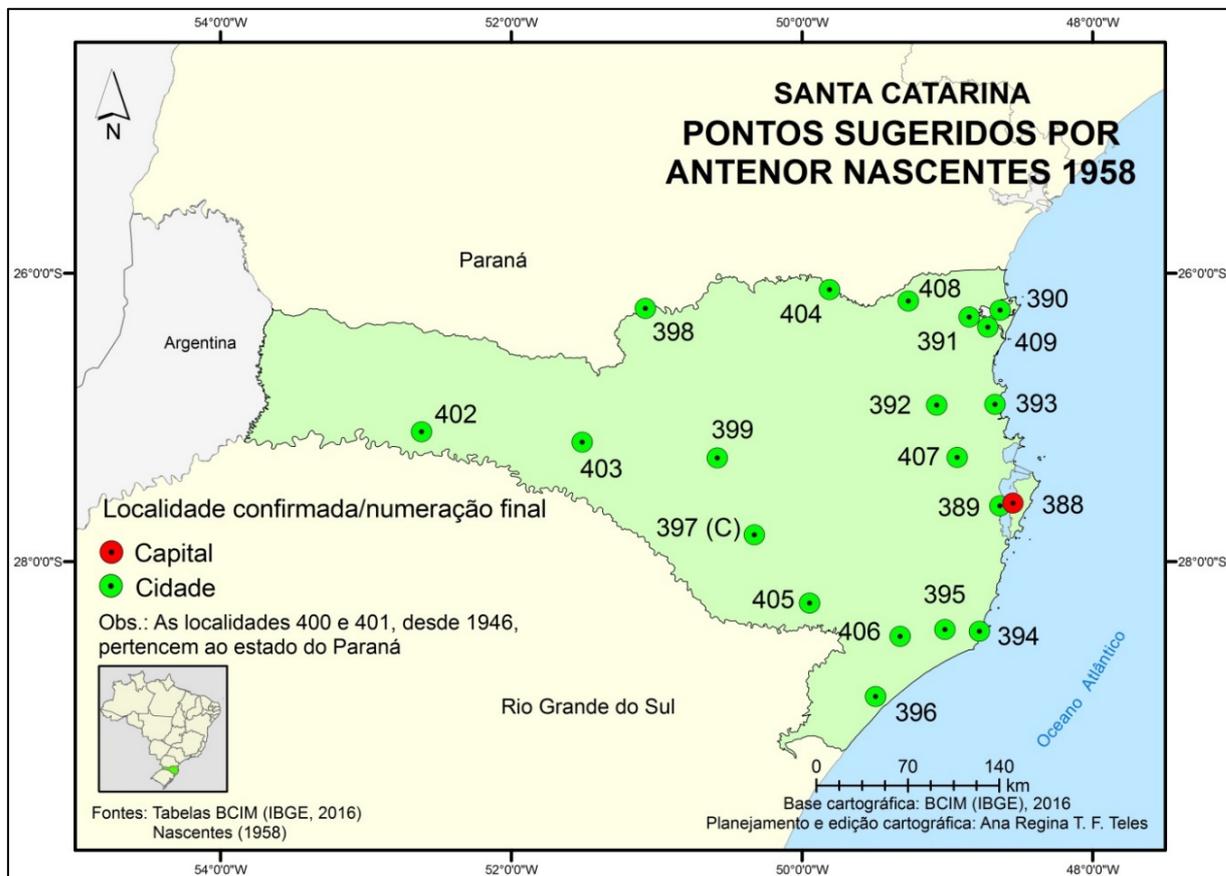
Quadro 71 – Estado de Santa Catarina: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTECOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Ararangá	396	396	Araranguá	cidade	SC	420140605	28°56'09"S	49°29'32"W
Blumenau	392	392	Blumenau	cidade	SC	420240405	26°54'57"S	49°04'16"W
Campo Alegre	408	408	Campo Alegre	cidade	SC	420330305	26°11'43"S	49°16'04"W
Curitibanos	399	399	Curitibanos	cidade	SC	420480605	27°16'58"S	50°34'55"W
Florianópolis	388	388	Florianópolis	capital	SC	420540705	27°35'43"S	48°32'54"W
Itajaí	393	393	Itajaí	cidade	SC	420820305	26°54'38"S	48°40'15"W
Joaçaba	403	403	Joaçaba	cidade	SC	420900305	27°10'21"S	51°30'40"W
Joinville	391	391	Joinville	cidade	SC	420910205	26°18'17"S	48°50'56"W
Laguna	394	394	Laguna	cidade	SC	420940905	28°29'05"S	48°46'39"W
Lajes	397	397	Lages	cidade	SC	420930005	27°48'55"S	50°19'34"W
Mafra	404	404	Mafra	cidade	SC	421010005	26°06'59"S	49°48'32"W
Nova Trento	407	407	Nova Trento	cidade	SC	421150405	27°16'42"S	48°55'48"W
Parati	409	409	Araquari	cidade	SC	420130705	26°22'33"S	48°43'09"W
Porto União	398	398	Porto União	cidade	SC	421360905	26°14'43"S	51°04'34"W
São Francisco	390	390	São Francisco do Sul	cidade	SC	421620605	26°15'30"S	48°38'05"W
São Joaquim	405	405	São Joaquim	cidade	SC	421650305	28°17'21"S	49°56'46"W
São José	389	389	São José	cidade	SC	421660205	27°35'25"S	48°36'57"W
Tubarão	395	395	Tubarão	cidade	SC	421870705	28°28'18"S	49°00'53"W
Uruçanga	406	406	Uruçanga	cidade	SC	421900205	28°31'06"S	49°19'27"W
Xapecó	402	402	Chapecó	cidade	SC	420420205	27°06'03"S	52°36'56"W
observação: Palmas (400) e Pato Branco (401), originalmente associadas ao Estado de Santa Catarina à época em área de litígio com o Estado do Paraná, atualmente são localidades deste último								

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

Figura 157 – Estado de Santa Catarina: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

5.2.20 Estado do Rio Grande do Sul

5.2.20.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 72 – Estado do Rio Grande do Sul: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Alegrete	433	433	1846 a 2016 Alegrete
Bagé	424	424	1815 a 2016 Bagé
Caçapava do Sul	422	422	1831 a 1944 Caçapava 1944 a 2016 Caçapava do Sul
Cacequi	426	426	1890 a 2016 Cacequi
Cachoeira do Sul	439	439	1777 a 1859 Vila Nova de São João da Cachoeira 1859 a 1944 Cachoeira 1944 a 2016 Cachoeira do Sul
Cangaçu	442	442	1812 a 1938 Cangussú/Cangaçu 1938 a 2016 Cangaçu/Cangussú/Cangaçu
Caxias do Sul	445	445	1884 a 1944 Caxias 1944 a 2016 Caxias do Sul
Conceição do Arroio	454	X	localidade em duplicidade - ver Osório
Cruz Alta	420	420	1832 a 1879 Espírito Santo da Cruz Alta 1879 a 2016 Cruz Alta
D. Pedrito	436	436	1854 a 1859 Passo de Dom Pedrito 1859 a 2016 Dom Pedrito
Encruzilhada	441	441	1837 a 1944 Encruzilhada 1944 a 2016 Encruzilhada do Sul
Erechim	417	417	1910 a 1918 Povoado Erechim/Colônia Erechim 1918 a 1938 Erechim 1938 a 1944 José Bonifácio 1944 a 2016 Erechim
Herval	437	437	1825 a 1972 Herval/Herval/Herval/Herval 1972 a 2016 Herval
Garibaldi	446	446	1870 a 1884 Conde d'Eu 1884 a 2016 Garibaldi
Itaqui	432	432	1837 a 2016 Itaqui/Itaqui/Itaqui/Itaqui
Jaguarão	423	423	1801 a 1812 Guarda da Lagoa e do Cerrito 1812 a 1855 Divino Espírito Santo do Cerrito 1855 a 2016 Jaguarão
Lagoa Vermelha	444	444	1857 a 2016 Lagoa Vermelha/Lagôa Vermelha/Lagoa Vermelha/Lagôa Vermelha/Lagoa Vermelha
Livramento	425	425	1848 a 1938 Sant'Anna do Livramento/Santana do Livramento/Sant'Anna do Livramento/Santana do Livramento 1938 a 1957 Livramento 1957 a 2016 Sant'Ana do Livramento
Osório	412	412	1773 a 1938 Conceição do Arroio 1938 a 2016 Osório
Passo Fundo	419	419	1847 a 2016 Passo Fundo
Pelotas	415	415	1812 a 1835 São Francisco de Paula 1835 a 2016 Pelotas
Piratini	443	443	1810 a 1872 Piratinim/Piratiní/Piratiní/Piratiní/Piratiní
Porto Alegre	410	410	1772 a 1803 São Francisco dos Casais 1803 a 2016 Porto Alegre

Quadro 72 (cont.)

LOCALIDADES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	n° do ponto original	n° do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Quaraí	430	430	1859 a 1890 São João Batista de Quarahy 1890 a 2016 Quarahy/Quaraí/Quarahy/Quaraí
Rio Grande	413	413	1736 a 2016 Rio Grande
Rio Pardo	440	440	1769 a 2016 Rio Pardo
Santa Cruz	431	431	1847 a 1944 Santa Cruz 1944 a 2016 Santa Cruz do Sul
Santa Maria	421	421	1801 a 1933 Santa Maria da Bocca do Monte 1933 a 2016 Santa Maria
São Borja	428	428	1846 a 1887 São Francisco de Borja 1887 a 2016 São Borja
São Francisco de Paula	452	452	1852 a 1920 São Francisco de Paula de Cima da Serra 1920 a 2016 São Francisco de Paula
São Gabriel	435	435	1837 a 2016 São Gabriel
São Jerônimo	448	448	1851 a 2016 São Jeronimo/São Jeronymo/São Jerônimo/ São Jeronymo/São Jerônimo
São João Batista de Camaquã	449	449	1864 a 1911 São João de Camaquã 1911 a 1920 São João Baptista do Camaquã 1920 a 1938 São João de Camaquã 1938 a 2016 Camaquã
São José do Norte	414	414	1820 a 2016 São José do Norte
São Leopoldo	453	453	1824 a 2016 São Leopoldo
São Lourenço	450	450	1856 a 1944 São Lourenço 1944 a 2016 São Lourenço do Sul
São Luís Gonzaga	427	427	1817 a 1859 São Luiz da Leal Bragança 1859 a 2016 São Luiz Gonzaga
S ta. Rosa	429	429	1901 a 1916 Santa Rosa 1916 a 1931 Quatorze de Julho 1931 a 2016 Santa Rosa
S ta. Vitória do Palmar	416	416	1858 a 2016 Santa Victoria do Palmar/Santa Vitória do Palmar/Santa Victoria do Palmar/Santa Vitória do Palmar
S to. Ângelo	438	438	1857 a 2016 Santo Angelo/Santo Ângelo/Santo Angelo/ Santo Ângelo
Taquari	447	447	1764 a 2016 Taquary/Taquari/Taquary/Taquari/Taquari
Tôrres	411	411	1832 a 1890 São Domingos das Torres 1890 a 2016 Torres/Tôrres/Torres
Três Passos	418	418	1913 a 2016 Três Passos
Uruguaiana	434	434	1846 a 2016 Uruguayanna/Uruguayana/Uruguaiana/ Uruguayana/Uruguaiana
Vacaria	451	451	1805 a 2016 Vaccaria/Vacaria/Vaccaria/Vacaria
observação: – fonte em negrito indica número inexistente: localidade em duplicidade			

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

Figura 158 – Estado do Rio Grande do Sul: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles
Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

5.2.20.2 Resultado final

Quadro 73 – Estado do Rio Grande do Sul: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTENOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Alegrete	433	433	Alegrete	cidade	RS	430040605	29°47'20"S	55°48'08"W
Bagé	424	424	Bagé	cidade	RS	430160205	31°19'51"S	54°06'24"W
Caçapava do Sul	422	422	Caçapava do Sul	cidade	RS	430280805	30°30'53"S	53°28'59"W
Cacequi	426	426	Cacequi	cidade	RS	430290705	29°53'02"S	54°49'29"W
Cachoeira do Sul	439	439	Cachoeira do Sul	cidade	RS	430300405	30°02'20"S	52°53'38"W
Cangaçu	442	442	Cangaçu	cidade	RS	430450705	31°23'47"S	52°40'43"W
Caxias do Sul	445	445	Caxias do Sul	cidade	RS	430510805	29°09'48"S	51°10'46"W
Conceição do Arroio	454	X	não existe = Osório	X	RS	X	X	X
Cruz Alta	420	420	Cruz Alta	cidade	RS	430610605	28°38'43"S	53°36'19"W
D. Pedrito	436	436	Dom Pedrito	cidade	RS	430660105	30°58'45"S	54°40'12"W
Encruzilhada	441	441	Encruzilhada do Sul	cidade	RS	430690805	30°32'36"S	52°31'15"W
Erechim	417	417	Erechim	cidade	RS	430700505	27°38'12"S	52°16'12"W
Herval	437	437	Herval	cidade	RS	430710405	32°01'28"S	53°23'41"W
Garibaldi	446	446	Garibaldi	cidade	RS	430860705	29°15'34"S	51°32'08"W
Itaqui	432	432	Itaqui	cidade	RS	431060305	29°07'53"S	56°33'07"W
Jaguarão	423	423	Jaguarão	cidade	RS	431100705	32°33'39"S	53°22'39"W
Lagoa Vermelha	444	444	Lagoa Vermelha	cidade	RS	431130405	28°12'35"S	51°31'30"W
Livramento	425	425	Sant'Ana do Livramento	cidade	RS	431710305	30°53'17"S	55°31'55"W
Osório	412	412	Osório	cidade	RS	431350805	29°53'18"S	50°16'01"W
Passo Fundo	419	419	Passo Fundo	cidade	RS	431410005	28°15'28"S	52°24'34"W
Pelotas	415	415	Pelotas	cidade	RS	431440705	31°45'55"S	52°20'15"W
Piratini	443	443	Piratini	cidade	RS	431460505	31°26'53"S	53°06'01"W
Porto Alegre	410	410	Porto Alegre	capital	RS	431490205	30°01'57"S	51°12'26"W
Quaraí	430	430	Quaraí	cidade	RS	431530505	30°23'04"S	56°26'55"W
Rio Grande	413	413	Rio Grande	cidade	RS	431560205	32°02'07"S	52°06'27"W
Rio Pardo	440	440	Rio Pardo	cidade	RS	431570105	29°59'22"S	52°22'40"W
Santa Cruz	431	431	Santa Cruz do Sul	cidade	RS	431680805	29°43'20"S	52°26'05"W
Santa Maria	421	421	Santa Maria	cidade	RS	431690705	29°41'14"S	53°48'55"W
São Borja	428	428	São Borja	cidade	RS	431800205	28°39'29"S	56°00'14"W
São Francisco de Paula	452	452	São Francisco de Paula	cidade	RS	431820005	29°26'52"S	50°35'02"W
São Gabriel	435	435	São Gabriel	cidade	RS	431830905	30°20'09"S	54°19'11"W
São Jerônimo	448	448	São Jerônimo	cidade	RS	431840805	29°57'52"S	51°43'16"W
São João Batista de Camaquã	449	449	Camaquã	cidade	RS	430350905	30°50'57"S	51°48'17"W
São José do Norte	414	414	São José do Norte	cidade	RS	431850705	32°00'45"S	52°02'01"W
São Leopoldo	453	453	São Leopoldo	cidade	RS	431870505	29°45'17"S	51°09'00"W
São Lourenço	450	450	São Lourenço do Sul	cidade	RS	431880405	31°21'39"S	51°58'25"W
São Luís Gonzaga	427	427	São Luiz Gonzaga	cidade	RS	431890305	28°24'28"S	54°57'39"W
S.ta. Rosa	429	429	Santa Rosa	cidade	RS	431720205	27°52'14"S	54°28'48"W
S.ta. Vitória do Palmar	416	416	Santa Vitória do Palmar	cidade	RS	431730105	33°31'31"S	53°22'19"W
S.to. Ângelo	438	438	Santo Ângelo	cidade	RS	431750905	28°18'02"S	54°16'02"W
Taquari	447	447	Taquari	cidade	RS	432130305	29°47'41"S	51°51'56"W
Tôrres	411	411	Torres	cidade	RS	432150105	29°20'02"S	49°44'01"W
Três Passos	418	418	Três Passos	cidade	RS	432190705	27°27'21"S	53°55'48"W
Uruguaiana	434	434	Uruguaiana	cidade	RS	432240005	29°45'42"S	57°05'08"W
Vacaria	451	451	Vacaria	cidade	RS	432250905	28°30'30"S	50°56'32"W

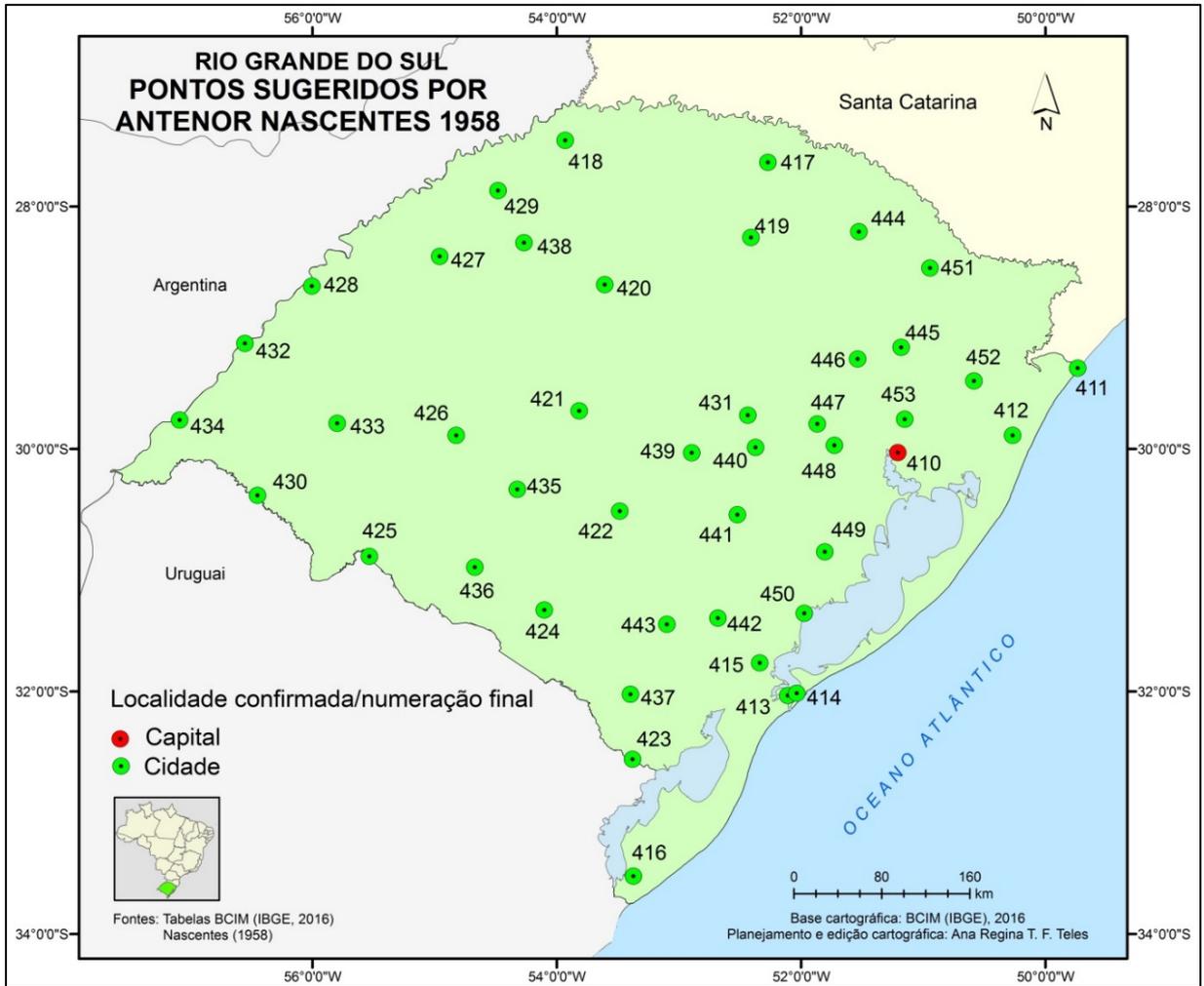
observação:

(1) número inexistente: localidade em duplicidade

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

Figura 159 – Estado do Rio Grande do Sul: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 21); IBGE (2016).

5.2.21 Estado de Minas Gerais

5.2.21.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 74 – Estado de Minas Gerais: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DE MINAS GERAIS			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	n° do ponto original	n° do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Abaeté	504	504	1864 a 2016 Abaeté
Aiuruoca	542	542	1724 a 2016 Ayuruoca/Ayuruóca/Ayuruoca/Aiuruoca/ Ayuruoca/Aiuruoca
Alfenas	523	523	1832 a 1871 Vila Formosa de Alfenas 1871 a 2016 Alfenas
Alto Rio Doce	551	551	1764 a 1890 São José do Xopotó 1890 a 2016 Alto Rio Doce/Alto Rio Dôce/Alto Rio Doce
Araçuaí	485	485	1850 a 1857 Calhau 1857 a 1885 Arassuahy 1885 a 1887 Calhau 1887 a 2016 Arassuahy/Araçuaí/Arassuahy/Arassuaí/ Araçuaí
Araguari	513	513	1864 a 1888 Brejo Alegre 1888 a 2016 Araguay/Araguari/Araguary/Araguari/ Araguari
Araxá	506	506	1791 a 1816 São Domingos do Araxá, GO 1816 a 1863 São Domingos do Araxá, MG 1863 a 2016 Araxá
Baependi	538	538	1752 a 1856 Santa Maria de Baependi 1856 a 2016 Baependy/Baependi/Baependy/Baependi/ Baependi
Bambuí	508	508	1816 a 1886 Santana do Bambuhy 1886 a 2016 Bambuhy/Bambuí/Bambuhy/Bambuí
Barbacena	547	547	1752 a 2016 Barbacena
Belo Horizonte	455	455	1707 a 1750 Curral del Rey 1750 a 1890 Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del Rey 1890 a 1893 Bello Horizonte 1893 a 1901 Minas 1901 a 2016 Bello Horizonte/Belo Horizonte/Bello Horizonte/Belo Horizonte
Bocaiúva	470	470	1876 a 1881 Jequitai 1881 a 1887 Conceição do Jequitai 1887 a 1890 Jequitai 1890 a 2016 Bocayuva/Bocaiúva/Bocaiuva/Bocaiúva
Bonfim	460	460	1832 a 1860 Bom Fim de Paraopeba 1860 a 2016 Bom Fim/Bonfim/Bonfim/Bonfim/Bonfim
Caeté	462	462	1724 a 1840 Vila Nova da Rainha 1840 a 2016 Caethé/Caeté/Caethé/Caeté
Caldas	529	529	1813 a 1874 Rio Verde das Caldas 1874 a 1938 Caldas 1938 a 1948 Parreiras 1950 a 2016 Caldas
Cambuquira	535	535	1874 a 1880 Boa Vista de Cambuquira 1880 a 1923 Villa de Cambuquira 1923 a 2016 Cambuquira
Campanha	536	536	1737 a 1752 São Cipriano 1752 a 1840 Campanha da Princesa da Beira 1840 a 2016 Campanha
Campanha (Campanhã)	528	528	1911 a 1953 Campanham/Campanhã 1953 a 2016 Justinópolis
Campo Belo	525	525	1818 a 1881 Senhor Bom Jesus de Campo Belo 1881 a 2016 Campo Bello/Campo Belo/Campo Bello/Campo Belo
Caratinga	490	490	1873 a 1890 São João do Caratinga 1890 a 2016 Caratinga

Quadro 74 (cont.)

LOCALIDADES DO ESTADO DE MINAS GERAIS			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Carmo do Paranaíba	503	503	1876 a 1887 Arraial Novo do Carmo 1887 a 2016 Carmo do Paranaíba/Carmo do Paranaíba/Carmo do Paranaíba
Cataguases	497	497	1841 a 1875 Santa Rita do Meia Pataca 1875 a 2016 Cataguazes/Cataguases/Cataguazes/Cataguases
Caxambu	537	537	1844 a 1875 Águas de Caxambú 1875 a 2016 Caxambú/Caxambu/Caxambú/Caxambu
Conceição do Serro	478	478	1750 a 1856 Conceição do Serro 1856 a 1911 Conceição 1911 a 1923 Conceição do Serro 1923 a 1943 Conceição 1943 a 2016 Conceição do Mato Dentro
Curvelo	457	457	1720 a 2016 Curvello/Curvelo/Curvello/Curvelo
Diamantina	476	476	1729 a 1819 Tijuco 1819 a 2016 Diamantina
Dores do Indaiá	507	507	1731 a 1842 Boa Vista/Vila de Nossa Senhora da Serra da Saudade do Indaiá 1842 a 1923 Dores do Indaiá 1923 a 1926 Indaiá 1926 a 2016 Dores do Indaiá/Dores do Indaiá/Dores do Indaiá/Dores do Indaiá
Estrela do Sul	512	512	1854 a 1856 Diamantino da Bagagem 1856 a 1901 Bagagem 1901 a 1911 Estrela do Sul 1911 a 1923 Cachoeiras da Estrela do Sul 1923 a 2016 Estrela do Sul/Estrela do Sul/Estrela do Sul/Estrela do Sul
Formiga	510	510	1832 a 1839 Formiga 1839 a 1858 Vila Nova da Formiga 1858 a 2016 Formiga
Frutal	518	518	1870 a 1887 Nossa Senhora do Carmo de Frutal 1887 a 2016 Fructal/Frutal/Frutal/Frutal
Grão Mogol	474	474	1840 a 2016 Grão-Mogól/Grão Mogol
Ipueira	466	466	Ypoeira/Ipueira/Ipueira (1)
Itabira	480	480	1827 a 1848 Itabira do Matto Dentro 1848 a 1943 Itabira 1943 a 1947 Presidente Vargas 1947 a 2016 Itabira
Itajubá	533	533	1819 a 1832 Capela Nova da Boa Vista 1832 a 1862 Boa Vista de Itajubá 1862 a 2016 Itajubá
Jaguari	534	534	1766 a 1930 Jaguarí/Jaguari 1930 a 2016 Camanducaia
Januária	467	467	1836 a 1860 Brejo do Amparo 1860 a 1884 Porto do Salgado 1884 a 2016 Januaria/Januária/Januaria/Januária
Juiz de Fora	555	555	1850 a 1856 Santo Antonio do Paraibuna 1856 a 1865 Paraibuna 1865 a 2016 Juiz de Fora/Juiz de Fora/Juiz de Fora/Juiz de Fora
Lafayette	543	543	1752 a 1934 Queluz/Lafaiete 1934 a 2016 Conselheiro Lafaiete
Lavras	526	526	1720 a 1813 Arraial de Santana das Lavras do Funil 1813 a 1868 Lavras do Funil 1868 a 2016 Lavras
Leopoldina	498	498	1831 a 1861 São Sebastião do Feijão Cru 1861 a 2016 Leopoldina
Lima Duarte	553	553	1859 a 1881 Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe 1881 a 1884 Rio do Peixe 1884 a 2016 Lima Duarte

Quadro 74 (cont.)

LOCALIDADES DO ESTADO DE MINAS GERAIS			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Manhuaçu	492	492	1875 a 1881 São Lourenço do Manhuassú 1881 a 1923 São Lourenço 1923 a 1948 Manhuassú 1948 a 2016 Manhuaçu
Mar de Espanha	499	499	1841 a 2016 Mar de Hespanha/Mar de Espanha/Mar de Hespanha/Mar de Espanha
Mariana	465	465	1711 a 1712 Albuquerque 1712 a 1745 Ribeirão do Carmo 1745 a 2016 Marianna/Mariana/Marianna/Mariana
Minas Novas	486	486	1728 a 1730 Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas do Fanado 1730 a 1840 Bom Sucesso das Minas do Fanado 1840 a 2016 Minas Novas
Monte Alegre	516	516	1843 a 1943 Monte Alegre 1943 a 1948 Toribaté 1948 a 2016 Monte Alegre de Minas
Montes Claros	469	469	1831 a 1857 Montes Claros da Formiga 1857 a 2016 Montes Claros
Muzambinho	522	522	1866 a 1878 São José da Boa Vista 1878 a 2016 Muzambinho
Oliveira	511	511	1832 a 1861 Nossa Senhora de Oliveira 1861 a 2016 Oliveira
Ouro Fino	531	531	1748 a 1868 São Francisco de Paula do Ouro Fino 1868 a 2016 Ouro Fino
Ouro Preto	464	464	1711 a 1823 Vila Rica de Albuquerque 1823 a 1823 Vila Rica 1823 a 2016 Ouro Preto
Pará de Minas	459	459	1846 a 1850 Patafufu 1858 a 1874 Nossa Senhora da Piedade do Pará 1874 a 1921 Pará 1921 a 2016 Pará de Minas
Paracatu	501	501	1798 a 1840 Paracatu do Príncipe 1840 a 2016 Paracatú/Paracatu/Paracatú/Paracatu
Passa Quatro	541	541	1868 a 2016 Passa Quatro
Passos	519	519	1823 a 1840 Capoeiras 1840 a 1858 Vila Formosa do Senhor Bom Jesus dos Passos 1858 a 2016 Passos
Patos	502	502	1850 a 1892 Santo Antonio de Patos 1892 a 1943 Patos 1943 a 2016 Patos de Minas
Patrocínio	505	505	1812 a 1873 Nossa Senhora do Patrocínio 1873 a 2016 Patrocínio/Patrocínio/Patrocínio/Patrocínio/ Patrocínio
Piranga	550	550	1718 a 2016 Piranga/Piranga/Piranga
Pirapora	471	471	1852 a 1891 Pirapora 1891 a 1911 São Gonçalo das Tabocas 1911 a 2016 Pirapora
Pitangui	458	458	1872 a 2016 Pitangui/Pitangui/Pitangui/Pitangui/Pitangui
Piúí	520	520	1803 1998 Piu-i/Piumhy/Piumhi/Piumhy/Piúi 1998 a 2016 Piumhi
Ponte Nova	491	491	1832 a 2016 Ponte Nova
Pouso Alegre	532	532	1802 a 1810 Arraial do Bom Jesus de Matozinhos do Mandu 1810 a 2016 Pouso Alegre
Prados	544	544	1716 a 1752 Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Prados 1752 a 2016 Prados
Prata	517	517	1840 a 1854 Carmo de Morrinhos 1854 a 2016 Prata

Quadro 74 (cont.)

LOCALIDADES DO ESTADO DE MINAS GERAIS			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Rio Branco	495	495	1810 a 1868 São João Batista do Presídio 1868 a 1882 Visconde do Rio Branco 1882 a 1943 Rio Branco 1943 a 2016 Visconde do Rio Branco
Rio Pardo	483	483	1840 a 1943 Rio Pardo 1943 a 2016 Rio Pardo de Minas
Rio Preto	554	554	1833 a 1850 Presídio do Rio Preto 1844 a 2016 Rio Preto
Sabará	461	461	1724 a 2016 Sabará
Santos Dumont	548	548	1722 a 1867 João Gomes 1867a 1932 Palmyra 1932 a 2016 Santos Dumont
São Domingos do Prata	482	482	1843 a 2016 São Domingos do Prata
São Francisco	472	472	1831 a 1877 São Romão 1877 a 2016 São Francisco
São Gonçalo de Sapucaí	530	530	1819 a 2016 São Gonçalo do Sapucahy/São Gonçalo do Sapucaí/São Gonçalo do Sapucahy/São Gonçalo do Sapucaí
São João Batista	477	477	1840 a 1923 São João Batista 1923 a 2016 Itamarandiba
São João del-Rei	545	545	1703 a 1713 Rio das Mortes 1713 a 2016 São João d'El-Rey/São João d'El Rey/São João del Rei/São João d'El Rey/São João del Rei
São José de Além Paraíba	500	500	1832 a 1923 São José d'Além Parahyba/São José d'Além Paraíba 1923 a 2016 Além Parahyba/Além Paraíba
São Lourenço	540	540	1891 a 1891 Águas de São Lourenço 1891 a 2016 São Lourenço
São Paulo de Muriaé	496	496	1841 a 1911 São Paulo do Muriaé 1911 a 2016 Muriaé/Muriaé
São Sebastião do Paraíso	521	521	1855 a 2016 São Sebastião do Paraizo/São Sebastião do Paraizo/São Sebastião do Paraizo/São Sebastião do Paraizo/São Sebastião do Paraizo
São Sebastião do Salto Grande	487	487	1808 a 1871 Quartel do Salto 1871 a 1943 Salto Grande 1943 a 2016 Salto da Divisa
Serro	475	475	1714 a 1838 Vila do Príncipe 1838 a 2016 Serro/Sêro/Sêro
Sete Lagoas	456	456	1841 a 2016 Sete Lagôas/Sete Lagoas/Sete Lagôas/Sete Lagoas
Silvestre Ferraz	539	539	1814 a 1901 Carmo do Rio Verde/Carmo do Pouso Alto 1901 a 1953 Silvestre Ferraz 1953 a 2016 Carmo de Minas
Sítio	546	546	1891 a 1895 Curral Novo 1895 a 1938 Bias Fortes 1938 a 1948 Sítio 1948 a 2016 Antônio Carlos
Sa. Ana dos Ferros	479	479	1832 a 1923 Sant'Anna dos Ferros 1923 a 2016 Ferros
Sa. Bárbara	481	481	1713 a 2016 Santa Barbara/Santa Bárbara/Santa Barbara/Santa Bárbara
Sa. Luzia	463	463	1697 a 1704 Bom Retiro 1704 a 1924 Santa Luzia do Rio das Velhas 1933 a 2016 Santa Luzia
Sa. Luzia de Carangola	494	494	1860 a 1881 Santa Luzia do Carangola 1881 a 2016 Carangola

Quadro 74 (cont.)

LOCALIDADES DO ESTADO DE MINAS GERAIS			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Sto. Antonio da Pessanha	489	489	1772 a 1775 Santo Antonio do Bom Sucesso do Descoberto do Pessanha 1822 a 1875 Santo Antonio do Pessanha 1875 a 1881 Vila do Rio Doce 1881 a 1887 Suasuí 1887 a 2016 Peçanha
Sto. Antonio de Salinas	484	484	1855 a 1887 Santo Antonio de Salinas 1887 a 2016 Salinas
Sto. Antônio do Monte	509	509	1758 a 1885 Santo Antonio do Monte 1885 a 1899 Inhaúma 1899 a 2016 Santo Antônio do Monte/Santo Antonio do Monte/Santo Antônio do Monte
Teófilo Ottoni	488	488	1857 a 1878 Nossa Senhora da Conceição da Filadélfia 1878 a 2016 Theophilo Ottoni/TeófiloOttoni/Theophilo Ottoni/TeófiloOttoni
Tremedal	473	473	1868 a 1923 Boa Vista do Tremedal 1923 a 1938 Tremedal 1938 a 2016 Monte Azul
Três Corações	527	527	1832 a 1923 Tres Corações do Rio Verde 1923 a 2016 Três Corações
Três Pontas	524	524	1832 a 2016 Tres Pontas/Três Pontas
Turvo	552	552	1832 a 1864 Nossa Senhora do Porto do Turvo 1864 a 1868 Vila Bela do Turvo 1868 a 1870 Turvo 1870 a 1891 Porto do Turvo 1891 a 1930 Turvo 1930 a 2016 Andrelândia
Ubá	549	549	1841 a 1857 Arraial de São Januário do Ubá 1857 a 2016 Ubá
Uberaba	514	514	1820 a 1856 Santo Antonio de Uberaba 1856 a 2016 Uberaba
Uberlândia	515	515	1857 a 1891 São Pedro de Uberabinha 1891 a 1929 Uberabinha 1929 a 2016 Uberlandia/Uberlândia
Viçosa	493	493	1832 a 1876 Santa Rita do Turvo 1876 a 1911 Viçosa de Santa Rita 1911 a 2016 Viçosa
Vila Brasília	468	468	1832 a 1890 Santana de Contendas/Contendas 1890 a 1923 Villa Brazilia 1923 a 1962 Brasilia/ Brasília 1962 a 2016 Brasília de Minas
observação: (1) não encontrado histórico - informações de ortografia extraídas de mapas			

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 21-22); IBGE (2016).

Figura 160 – Estado de Minas Gerais: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fontes: Nascentes (1958 p. 21-22); IBGE (2016).

5.2.21.2 Resultado final

Quadro 75 – Estado de Minas Gerais: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Abaeté	504	504	Abaeté	cidade	MG	310020305	19°09'07"S	45°27'20"W
Aiuruoca	542	542	Aiuruoca	cidade	MG	310120105	21°58'26"S	44°36'16"W
Alfenas	523	523	Alfenas	cidade	MG	310160705	21°25'33"S	45°56'53"W
Alto Rio Doce	551	551	Alto Rio Doce	cidade	MG	310210005	21°01'42"S	43°24'25"W
Araçuaí	485	485	Araçuaí	cidade	MG	310340505	16°51'10"S	42°03'50"W
Araguari	513	513	Araguari	cidade	MG	310350405	18°38'45"S	48°11'37"W
Araxá	506	506	Araxá	cidade	MG	310400705	19°35'05"S	46°56'29"W
Baependi	538	538	Baependi	cidade	MG	310490805	21°57'26"S	44°53'16"W
Bambuí	508	508	Bambuí	cidade	MG	310510305	20°01'01"S	45°58'32"W
Barbacena	547	547	Barbacena	cidade	MG	310560805	21°13'18"S	43°46'14"W
Belo Horizonte	455	455	Belo Horizonte	capital	MG	310620005	19°54'40"S	43°55'38"W
Bocaiúva	470	470	Bocaiúva	cidade	MG	310730705	17°06'50"S	43°48'38"W
Bonfim	460	460	Bonfim	cidade	MG	310810705	20°19'50"S	44°14'12"W
Caeté	462	462	Caeté	cidade	MG	311000405	19°52'59"S	43°40'14"W
Caldas	529	529	Caldas	cidade	MG	311030105	21°55'07"S	46°23'04"W
Cambuquira	535	535	Cambuquira	cidade	MG	311070705	21°51'16"S	45°17'23"W
Campanha	536	536	Campanha	cidade	MG	311090505	21°50'11"S	45°24'02"W
Campanha (Campanhã)	528	528	Jus tinópolis	vila (1)	MG	315460610	19°48'13"S	44°00'35"W
Campo Belo	525	525	Campo Belo	cidade	MG	311120005	20°53'37"S	45°16'12"W
Caratinga	490	490	Caratinga	cidade	MG	311340405	19°47'14"S	42°07'46"W
Carmo do Paranaíba	503	503	Carmo do Paranaíba	cidade	MG	311430305	18°59'52"S	46°18'48"W
Cataguases	497	497	Cataguases	cidade	MG	311530005	21°23'34"S	42°41'24"W
Caxambu	537	537	Caxambu	cidade	MG	311550805	21°58'32"S	44°55'56"W
Conceição do S erro	478	478	Conceição do Mato Dentro	cidade	MG	311750405	19°02'05"S	43°25'20"W
Curvelo	457	457	Curvelo	cidade	MG	312090405	18°45'11"S	44°25'50"W
Diamantina	476	476	Diamantina	cidade	MG	312160505	18°14'30"S	43°36'12"W
Dores do Indaiá	507	507	Dores do Indaiá	cidade	MG	312320505	19°27'52"S	45°36'00"W
E strêla do S ul	512	512	E strêla do S ul	cidade	MG	312480705	18°44'25"S	47°41'45"W
Formiga	510	510	Formiga	cidade	MG	312610905	20°27'44"S	45°25'37"W
Frutal	518	518	Frutal	cidade	MG	312710705	20°01'34"S	48°56'09"W
Grão Mogol	474	474	Grão Mogol	cidade	MG	312780005	16°34'00"S	42°53'33"W
Ipueira	466	466	X (2)	X	MG	X	14°30'03"S	43°55'02"W
Itabira	480	480	Itabira	cidade	MG	313170305	19°37'27"S	43°13'53"W
Itajubá	533	533	Itajubá	cidade	MG	313240405	22°25'22"S	45°27'36"W
Jaguari	534	534	Camanducaia	cidade	MG	311050905	22°45'07"S	46°08'59"W
Januária	467	467	Januária	cidade	MG	313520905	15°28'50"S	44°21'51"W
Juiz de Fora	555	555	Juiz de Fora	cidade	MG	313670205	21°45'36"S	43°20'24"W
Lafayette	543	543	Conselheiro Lafaiete	cidade	MG	311830405	20°39'50"S	43°47'05"W
Lavras	526	526	Lavras	cidade	MG	313820305	21°13'59"S	45°00'18"W
Leopolodina	498	498	Leopolodina	cidade	MG	313840105	21°31'48"S	42°38'32"W
Lima Duarte	553	553	Lima Duarte	cidade	MG	313860905	21°50'20"S	43°47'37"W
Manhuaçu	492	492	Manhuaçu	cidade	MG	313940905	20°15'27"S	42°01'42"W
Mantena	241	241	Mantena (3)	cidade	MG	313960705	18°46'35"S	40°59'15"W
Mar de E spanha	499	499	Mar de E spanha	cidade	MG	313980505	21°52'16"S	43°00'23"W
Mariana	465	465	Mariana	cidade	MG	314000105	20°22'37"S	43°24'51"W
Minas Novas	486	486	Minas Novas	cidade	MG	314180105	17°12'57"S	42°35'19"W
Monte Alegre	516	516	Monte Alegre de Minas	cidade	MG	314280905	18°52'15"S	48°52'51"W
Montes Claros	469	469	Montes Claros	cidade	MG	314330205	16°43'43"S	43°51'29"W
Muzambinho	522	522	Muzambinho	cidade	MG	314410205	21°22'10"S	42°22'10"S
Oliveira	511	511	Oliveira	cidade	MG	314560405	20°41'55"S	46°31'18"W
Ouro Fino	531	531	Ouro Fino	cidade	MG	314600805	22°16'42"S	46°22'19"W
Ouro P rêto	464	464	Ouro Preto	cidade	MG	314610705	20°22'48"S	43°30'44"W

Quadro 75 (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Pará de Minas	459	459	Pará de Minas	cidade	MG	314710505	19°51'14"S	44°36'42"W
Paracatu	501	501	Paracatu	cidade	MG	314700605	17°13'32"S	46°52'17"W
Passa Quatro	541	541	Passa Quatro	cidade	MG	314760005	22°23'15"S	44°58'16"W
Passos	519	519	Passos	cidade	MG	314790705	20°43'11"S	46°36'33"W
Patos	502	502	Patos de Minas	cidade	MG	314800405	18°34'41"S	46°30'48"W
Patrocínio	505	505	Patrocínio	cidade	MG	314810305	18°56'17"S	46°59'37"W
Piranga	550	550	Piranga	cidade	MG	315080205	20°41'01"S	43°17'49"W
Pirapora	471	471	Pirapora	cidade	MG	315120605	17°20'22"S	44°56'03"W
Pitangui	458	458	Pitangui	cidade	MG	315140405	19°40'58"S	44°53'23"W
Piúí	520	520	Piumhi	cidade	MG	315150305	20°28'36"S	45°57'33"W
Ponte Nova	491	491	Ponte Nova	cidade	MG	315210505	20°24'41"S	42°53'53"W
Pouso Alegre	532	532	Pouso Alegre	cidade	MG	315250105	22°13'37"S	45°56'21"W
Prados	544	544	Prados	cidade	MG	315270905	21°03'36"S	44°04'41"W
Prata	517	517	Prata	cidade	MG	315280805	19°18'32"S	48°55'40"W
Rio Branco	495	495	Visconde do Rio Branco	cidade	MG	317200405	21°00'47"S	42°50'11"W
Rio Pardo	483	483	Rio Pardo de Minas	cidade	MG	315560305	15°36'59"S	42°32'27"W
Rio Preto	554	554	Rio Preto	cidade	MG	315590005	22°05'11"S	43°49'46"W
Sabará	461	461	Sabará	cidade	MG	315670005	19°53'04"S	43°49'36"W
Santos Dumont	548	548	Santos Dumont	cidade	MG	316070205	21°27'49"S	43°33'00"W
São Domingos do Prata	482	482	São Domingos do Prata	cidade	MG	316100705	19°52'05"S	42°58'17"W
São Francisco	472	472	São Francisco	cidade	MG	316110605	15°57'06"S	44°51'34"W
São Gonçalo de Sapucaí	530	530	São Gonçalo de Sapucaí	cidade	MG	316200505	21°53'37"S	45°35'23"W
São João Batista	477	477	Itamarandiba	cidade	MG	313250305	17°51'20"S	42°51'23"W
São João del-Rei	545	545	São João del Rei	cidade	MG	316250005	21°07'53"S	44°15'10"W
São José de Além Paraíba	500	500	Além Paraíba	cidade	MG	310150805	21°52'48"S	42°43'04"W
São Lourenço	540	540	São Lourenço	cidade	MG	316370605	22°07'01"S	45°03'03"W
São Paulo de Muriaé	496	496	Muriaé	cidade	MG	314390605	21°07'49"S	42°22'10"W
São Sebastião do Paraíso	521	521	São Sebastião do Paraíso	cidade	MG	316470405	20°55'01"S	46°59'02"W
São Sebastião do Salto Grande	487	487	Salto da Divisa	cidade	MG	315710405	16°00'24"S	39°56'21"W
Serro	475	475	Serro	cidade	MG	316710305	18°35'58"S	43°22'29"W
Sete Lagoas	456	456	Sete Lagoas	cidade	MG	316720205	19°27'26"S	44°14'29"W
Silvestre Ferraz	539	539	Carmo de Minas	cidade	MG	311410505	22°07'15"S	45°07'51"W
Stiú	546	546	Antônio Carlos	cidade	MG	310290205	21°19'17"S	43°44'43"W
Sta. Ana dos Ferros	479	479	Ferros	cidade	MG	312590305	19°14'05"S	43°01'10"W
Sta. Bárbara	481	481	Santa Bárbara	cidade	MG	315720305	19°57'38"S	43°24'37"W
Sta. Luzia	463	463	Santa Luzia	cidade	MG	315780705	19°45'19"S	43°51'00"W
Sta. Luzia de Carangola	494	494	Carangola	cidade	MG	311330505	20°44'05"S	42°01'54"W
Sto. Antonio da Pessanha	489	489	Peçanha	cidade	MG	314860805	18°32'40"S	42°33'31"W
Sto. Antonio de Salinas	484	484	Salinas	cidade	MG	315700505	16°10'08"S	42°17'45"W
Sto. Antônio do Monte	509	509	Santo Antônio do Monte	cidade	MG	316040505	20°05'07"S	45°17'42"W
Teófilo Ottoni	488	488	Teófilo Ottoni	cidade	MG	316860605	17°51'36"S	41°30'32"W
Tremedal	473	473	Monte Azul	cidade	MG	314290805	15°09'06"S	42°52'19"W
Três Corações	527	527	Três Corações	cidade	MG	316930705	21°41'33"S	45°15'05"W
Três Pontas	524	524	Três Pontas	cidade	MG	316940605	21°22'11"S	45°30'40"W
Turvo	552	552	Andrelândia	cidade	MG	310280305	21°44'29"S	44°18'43"W
Ubá	549	549	Ubá	cidade	MG	316990105	21°07'15"S	42°56'10"W
Uberaba	514	514	Uberaba	cidade	MG	317010705	19°44'51"S	47°56'18"W
Uberlândia	515	515	Uberlândia	cidade	MG	317020605	18°54'52"S	48°16'31"W
Viçosa	493	493	Viçosa	cidade	MG	317130305	20°45'23"S	42°52'28"W
Vila Brasília	468	468	Brasília de Minas	cidade	MG	310860205	16°12'42"S	44°25'40"W

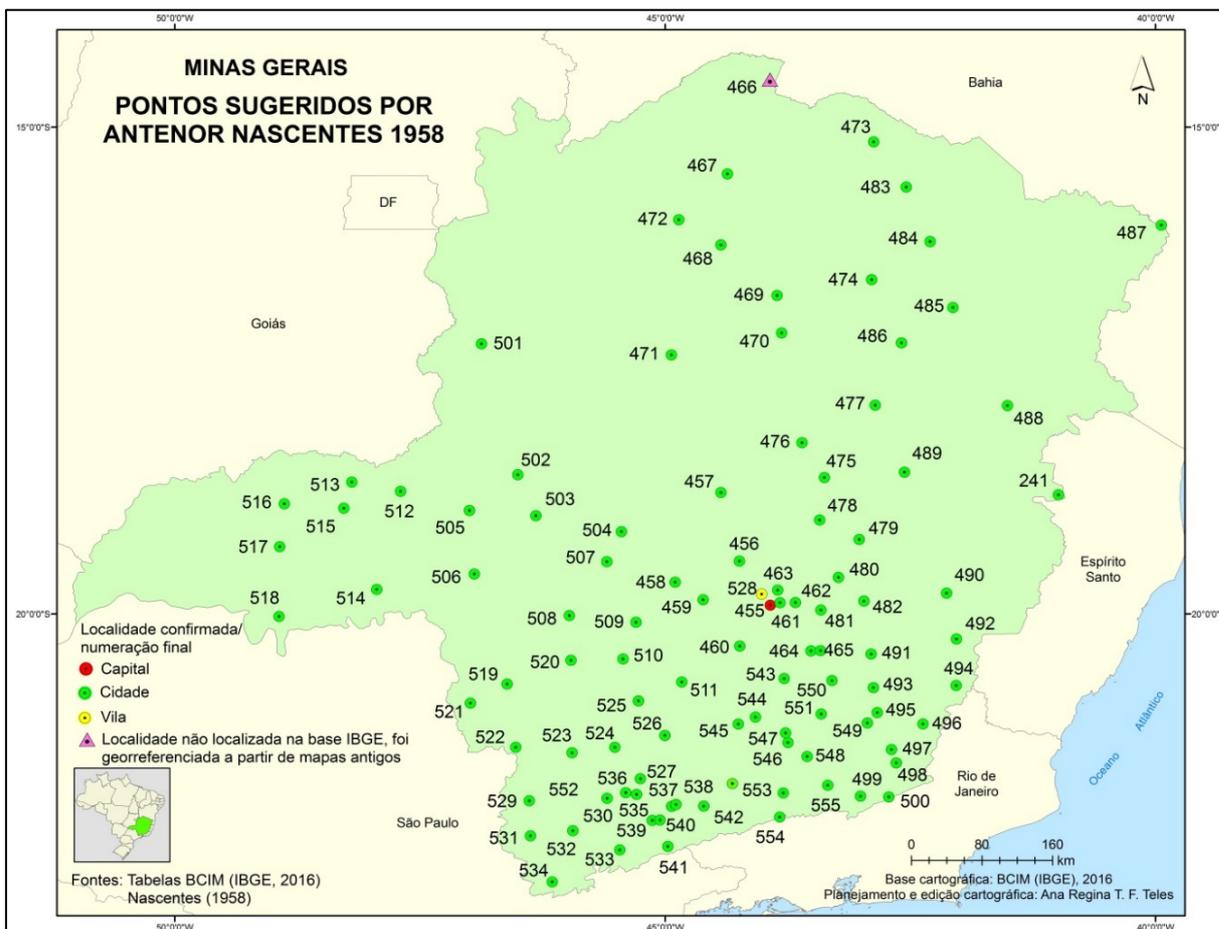
observações:

- (1) vila de Ribeirão das Neves
- (2) não localizada - coordenadas obtidas através de georreferenciamento de imagem
- (3) localidade originalmente associada ao Estado do Espírito Santo, à época em área de litígio com o Estado de Minas Gerais

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958 p. 21-22); IBGE (2016).

Figura 161 – Estado de Minas Gerais: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles
Fontes: Nascentes (1958 p. 21-22); IBGE (2016).

5.2.22 Estado de Goiás (até 1988) e Estados de Goiás e Tocantins (a partir de 1988)

Conforme explicitado na subseção 5.1, em Nascentes (1953), o Estado de Goiás (até 1988) contemplava a área geográfica que engloba os atuais Estados de Goiás e Tocantins. No estudo ora apresentado, optou-se por incluir a descrição do atual Estado de Tocantins nesta subseção.

5.2.22.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 76 – Estado de Goiás: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DE GOIÁS			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	n° do ponto original	n° do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Alemão	562	562	1857 a 1905 São Sebastião do Alemão 1905 a 1917 Allemão 1917 a 1943 Palmeiras 1943 a 1947 Mataúna 1947 a 2016 Palmeiras de Goiás
Aragarças	572	572	1951 a 2016 Aragarças
Bela Vista	565	565	1880 a 1943 Bella Vista/Bela Vista 1943 a 1953 Susuapara/Suçupara 1953 a 2016 Bela Vista de Goiás
Bonfim	561	561	1833 a 1943 Bomfim/Bonfim/Bomfim/Bonfim 1943 a 2016 Silvânia
Catalão	564	564	1833 a 2016 Catalão
Flores	573	573	1835 a 1943 Flôres 1943 a 1963 Urutágua 1963 a 2016 Flores de Goiás
Formosa	559	559	1838 a 1877 Vila Formosa da Imperatriz 1877 a 2016 Formosa
Goiânia	556	556	1911 a 1933 Campinas 1940 a 2010 Goiânia
Goiás	557	557	1729 a 1736 Santana de Goyaz 1736 a 1739 Villa Boa de Goyaz 1739 a 1818 Boa Vista de Goiás 1818 a 1911 Goyaz 1911 a 1920 Santana de Goyaz 1920 a 1939 Santana 1939 a 2016 Goiás/Goyas/Goiáz/Goiás
Jataí	567	567	1864 a 1895 Paraíso 1895 a 2016 Jatahy/Jataí/Jatahy/Jataí
Luziânia	566	566	1759 a 1943 Santa Luzia 1943 a 2016 Luziânia
Morrinhos	563	563	até 1843 Nossa Senhora do Monte do Carmo/Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos/Villa Bela de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos 1843 a 1882 Villa Bela de Morrinhos ou Villa Bela do Paranaíba 1882 a 2016 Morrinhos
Piedade	571	571	Piedade (1)
Pilar	569	569	1755 a 1943 Pilar 1943 a 1949 Itacê 1949 a 2016 Pilar de Goiás
Pirenópolis	558	558	1754 a 1890 Meya-Ponte 1890 a 2016 Pirenópolis/Pirenópolis/Pirenópolis/Pirenópolis
Quirinópolis	581	581	1868 a 1879 Abadia do Paranaíba 1879 a 1933 Nossa Senhora D'Abadia do Paranaíba (Capelinha) 1933 a 2016 Quirinópolis

Quadro 76 (cont.)

LOCALIDADES DO ESTADO DE GOIÁS			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	n° do ponto original	n° do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Rio Bonito	568	568	1845 a 1911 Torres do Rio Bonito 1911 a 1943 Rio Bonito 1943 a 2016 Caiapônia
São Domingos	575	575	1835 a 2016 São Domingos
S ta. Ana de Antas	560	560	1873 a 1887 Santana de Campos Ricos 1887 a 1907 Sant'Anna de Antas 1907 a 2016 Annapolis/Anápolis/Annapolis/Anápolis
S ta. Leopoldina	570	570	1875 a 1920 Santa Leopoldina 1920 a 1939 Leopoldina 1939 a 1943 Vila de Aruanã 1943 a 2016 Aruanã
observações:			
(1) não encontrado histórico - informações de ortografia extraídas de mapas			

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958 p. 22); IBGE (2016).

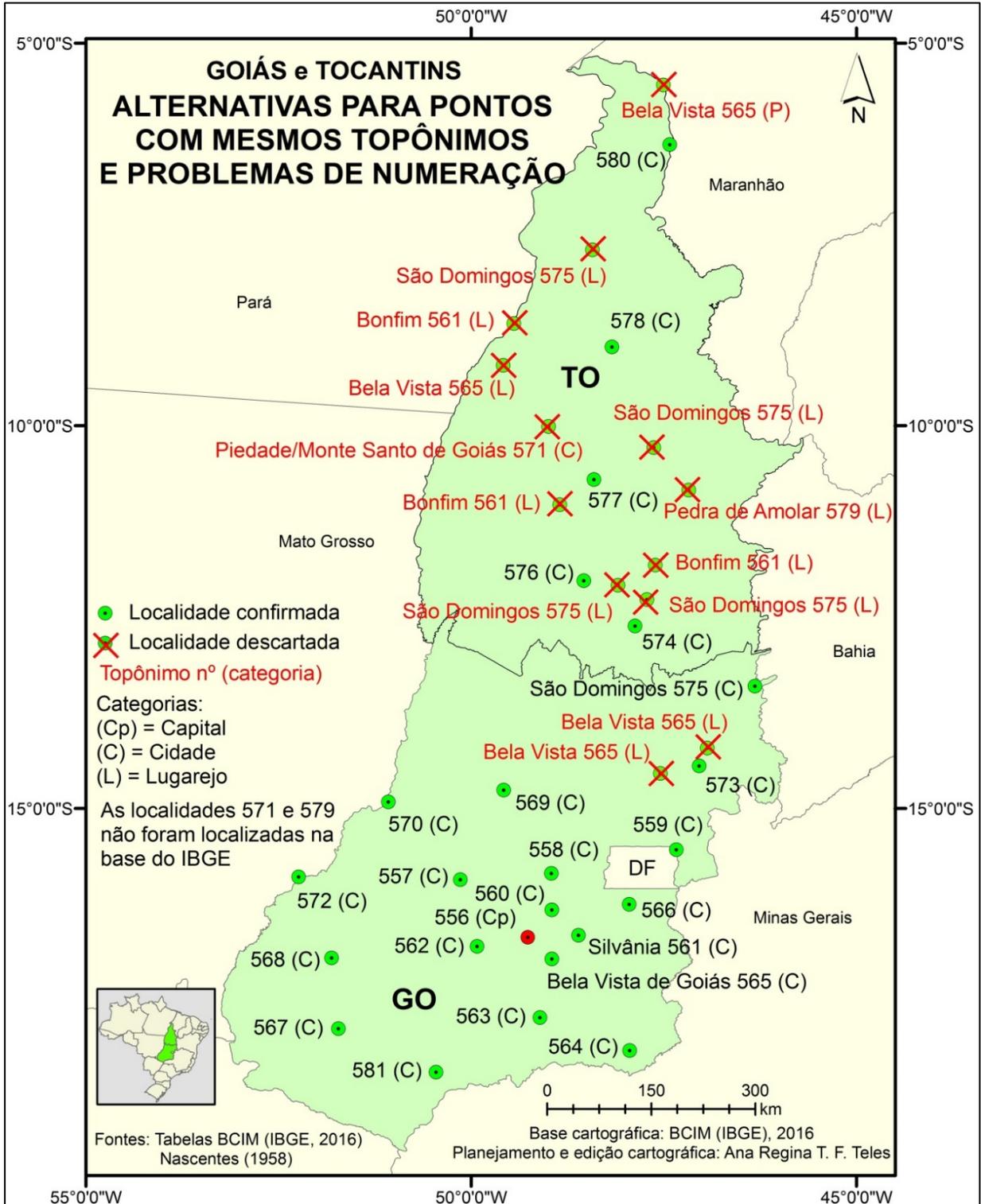
Quadro 77 – Parte do Estado de Goiás (1958), hoje Tocantins: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DE GOIÁS, HOJE TOCANTINS			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	n° do ponto original	n° do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Palma	574	574	1814 a 1857 São João da Palma, GO 1857 a 1943 Palma, GO 1943 a 1988 Paranã, GO 1988 a 2016 Paranã
Pedra de Amolar	579	579	sem informações de alterações
Pedro Afonso	578	578	1858 a 1988 Pedro Afonso/Pedro Afonso/ Pedro Afonso/Pedro Afonso, GO 1988 a 2016 Pedro Afonso
Peixe	576	576	1846 a 1936 Peixe, GO 1936 a 1938 Santa Terezinha, GO 1938 a 1988 Peixe, GO 1988 a 2016 Peixe
Porto Nacional	577	577	1831 a 1890 Porto Imperial, GO 1890 a 1988 Porto Nacional/Porto Nacional/Porto Nacional, GO 1988 a 2016 Porto Nacional
Tocantinópolis	580	580	1852 a 1938 Boa Vista do Tocantins, GO 1938 a 1943 Boa Vista, GO 1943 a 1988 Tocantinópolis, GO 1988 a 2016 Tocantinópolis

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 22); IBGE (2016).

Figura 162 – Estados de Goiás e Tocantins: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles
Fontes: Nascentes (1958, p. 22); IBGE (2016).

5.2.22.2 Resultado final

Quadro 78 – Estado de Goiás: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Alemão	562	562	Palmeiras de Goiás	cidade	GO	521570205	16°48'17"S	49°55'27"W
Aragarças	572	572	Aragarças	cidade	GO	520170205	15°54'11"S	52°14'42"W
Bela Vista	565	565	Bela Vista de Goiás	cidade	GO	520330205	16°58'11"S	48°57'06"W
Bonfim	561	561	Silvânia	cidade	GO	522060305	16°39'37"S	48°36'31"W
Catalão	564	564	Catalão	cidade	GO	520510905	18°09'57"S	47°56'39"W
Flores	573	573	Flores de Goiás	cidade	GO	520790705	14°26'41"S	47°02'12"W
Formosa	559	559	Formosa	cidade	GO	520800405	15°32'25"S	47°20'14"W
Goiânia	556	556	Goiânia	capital	GO	520870705	16°41'14"S	49°15'54"W
Goiás	557	557	Goiás	cidade	GO	520890505	15°56'27"S	50°08'36"W
Jataí	567	567	Jataí	cidade	GO	521190905	17°52'43"S	51°43'15"W
Luziânia	566	566	Luziânia	cidade	GO	521250105	16°15'12"S	47°57'01"W
Morrinhos	563	563	Morrinhos	cidade	GO	521380605	17°44'01"S	49°06'22"W
Piedade	571	571	não existe (1)	X	GO	X	13°19'07"S	50°36'50"W
Pilar	569	569	Pilar de Goiás	cidade	GO	521690805	14°45'48"S	49°34'49"W
Pirenópolis	558	558	Pirenópolis	cidade	GO	521730205	15°51'17"S	48°56'55"W
Quirinópolis	581	581	Quirinópolis	cidade	GO	521850805	18°26'51"S	50°27'18"W
Rio Bonito	568	568	Caiapônia	cidade	GO	520440905	16°57'15"S	51°48'34"W
São Domingos	575	575	São Domingos	cidade	GO	521980305	13°24'11"S	46°18'41"W
Sa. Ana de Antas	560	560	Anápolis	cidade	GO	520110805	16°19'42"S	48°57'12"W
Sa. Leopoldina	570	570	Aruanã	cidade	GO	520250205	14°55'34"S	51°04'50"W

observações:
Palma (574), topônimo alterado para Paranã, Pedro Afonso (578), Peixe (576), Porto Nacional (577) e Tocantinópolis (580) originalmente associadas ao Estado de Goiás, atualmente são localidades do Estado do Tocantins
(1) originalmente Porto da Piedade em Salinas, Registro de arrecadação de impostos - extinto - coordenadas obtidas através de georreferenciamento de imagem

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 22); IBGE (2016).

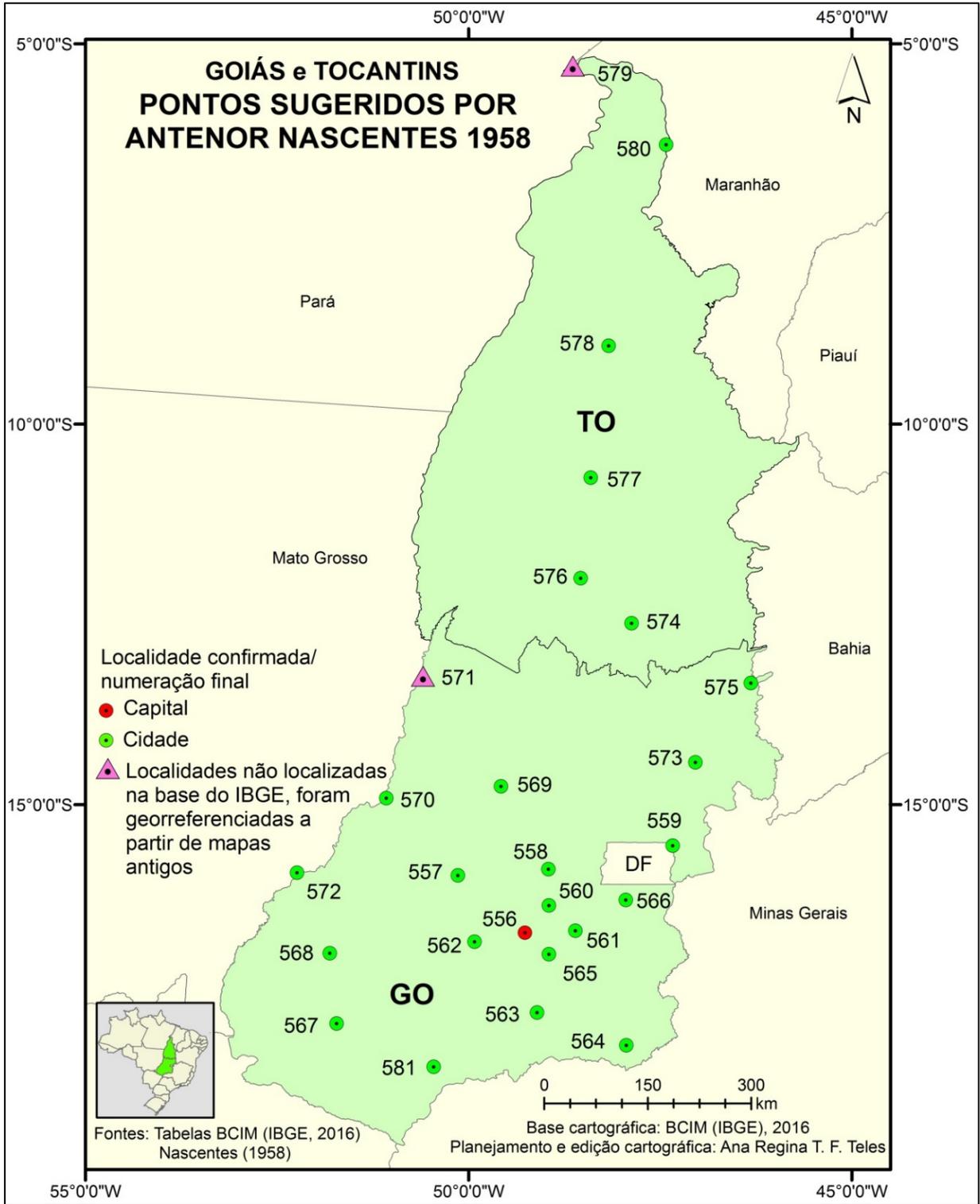
Quadro 79 – Estado do Tocantins: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES (1)		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF (1)	Geocódigo	Latitude	Longitude
Palma	574	574	Paraná	cidade	TO	171620805	12°37'01"S	47°52'25"W
Pedra de Amolar	579	579	X (2)	X	TO	X	5°17'58"S	48°39'03"W
Pedro Afonso	578	578	Pedro Afonso	cidade	TO	171650505	8°58'14"S	48°10'23"W
Peixe	576	576	Peixe	cidade	TO	171660405	12°02'14"S	48°32'30"W
Porto Nacional	577	577	Porto Nacional	cidade	TO	171820405	10°42'11"S	48°24'30"W
Tocantinópolis	580	580	Tocantinópolis	cidade	TO	172120805	6°19'29"S	47°25'21"W

observações:
(1) localidades originalmente associadas ao Estado de Goiás
(2) ponto que marca a divisa dos estados do Tocantins, Pará e Maranhão, localizado no Parque Estadual do Encontro das Águas - coordenadas obtidas através de georreferenciamento de imagem

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 22); IBGE (2016).

Figura 163 – Estados de Goiás e Tocantins: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 22); IBGE (2016).

5.2.23 Estado de Mato Grosso (até 1988); Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (a partir de 1988)

Conforme explicitado na subseção 5.1, em Nascentes (1953), o Estado de Mato Grosso (até 1988) contemplava a área geográfica que engloba os atuais Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Na proposta ora apresentada, optou-se por incluir a descrição de Mato Grosso do Sul nesta subseção.

5.2.23.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 80 – Estado de Mato Grosso: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DO MATO GROSSO			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	n° do ponto original	n° do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Alto Araguaia	604	604	1915 a 1936 Santa Rita do Araguaia 1936 a 1938 Lajeado 1938 a 2016 Alto Araguaia
Cuiabá	582	582	1722 a 1818 Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá 1818 a 2016 Cuiabá/Cuiabá/Cuiabá/Cuiabá
Diamantino	584	584	1811 a 1906 Alto Paraguai Diamantino 1906 a 2016 Diamantino
Mato Grosso	583	583	1743 a 1818 Villa Bela da Santíssima Trindade, MT 1818 a 1943 Matto Grosso, MT 1943 a 1946 Mato Grosso, Território Federal do Guaporé 1946 a 1978 Mato Grosso, MT 1978 a 2016 Vila Bela da Santíssima Trindade
Melgaço	588	588	1897 a 1943 Melgaço 1943 a 1948 Chacororé 1948 a 2016 Barão de Melgaço
Poconé	586	586	1811 a 2016 Poconé
Poxoréu	603	603	1932 a 2015 Poxoréu 2015 a 2016 Poxoréu
Rosário	585	585	1833 a 1915 Nossa Senhora do Rosário do Rio Acima 1915 a 2016 Rosário Oeste
São Luís de Cáceres	587	587	1850 a 1859 São Luis do Paraguai 1859 a 1874 Villa Maria 1874 a 1938 São Luiz de Cáceres/São Luiz de Cáceres/São Luiz de Cáceres/São Luiz de Cáceres 1938 a 2016 Cáceres
Xavantina	602	602	1944 a 1963 Xavantina 1963 a 1980 Ministro João Alberto 1980 a 2016 Nova Xavantina

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 22); IBGE (2016).

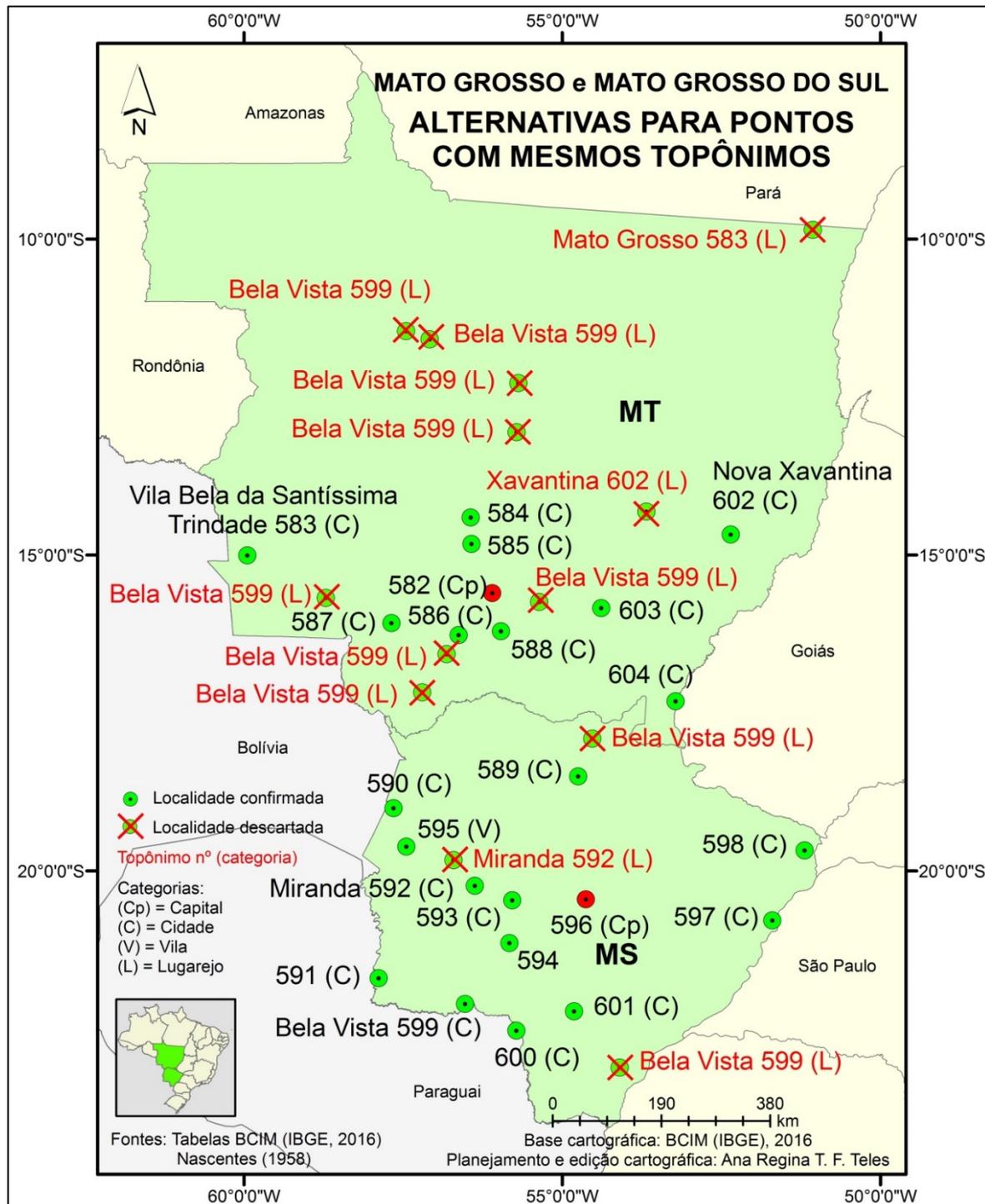
Quadro 81 – Estado de Mato Grosso do Sul: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DO MATO GROSSO, HOJE MATO GROSSO DO SUL			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	n° do ponto original	n° do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Aquidauana	593	593	1906 a 1977 Aquidauana, MT 1977 a 2016 Aquidauana
Bela Vista	599	599	1900 a 1977 Bella Vista/Bela Vista/Bella Vista/ Bela Vista, MT 1977 a 2016 Bela Vista
Campo Grande	596	596	1889 a 1977 Campo Grande, MT 1977 a 2016 Campo Grande
Corumbá	590	590	1838 a 1977 Corumbá, MT 1977 a 2016 Corumbá
Coxim	589	589	1872 a 1892 São José de Herculânea, MT 1892 a 1938 Coxim, MT 1938 a 1948 Herculânea, MT 1948 a 1977 Coxim, MT 1977 a 2016 Coxim
Dourados	601	601	1914 a 1977 Dourados, MT 1977 a 2016 Dourados
Miranda	592	592	1778 a 1977 Miranda, MT 1977 a 2016 Miranda
Nioac	594	594	1877 a 1892 Levergeria, MT 1892 a 1977 Nioac/Nioaque/Nioac/Nioaque, MT 1977 a 2016 Nioaque
Paranaíba	598	598	1835 a 1938 Sant'Anna do Paranyba, MT 1938 a 1943 Santana, MT 1943 a 1977 Paranaíba, MT 1977 a 2016 Paranaíba
Ponta Porã	600	600	1900 a 1977 Ponta Porã, MT 1977 a 2016 Ponta Porã
Porto Esperança	595	595	1938 a 1943 Porto Esperança, MT 1943 a 1946 Porto Esperança, Território de Ponta Porã 1946 a 1977 Porto Esperança, MT 1977 a 2016 Porto Esperança
Porto Murtinho	591	591	1900 a 1977 Porto Murtinho, MT 1977 a 2016 Porto Murtinho
Três Lagoas	597	597	1914 a 1977 Três Lagoas, MT 1977 a 2016 Três Lagoas

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 22); IBGE (2016).

Figura 164 – Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: alternativas para localidades com os mesmos topônimos e para problemas de numeração



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 22); IBGE (2016).

5.2.23.2 Resultado final

Quadro 82 – Estado de Mato Grosso: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTERIOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Alto Araguaia	604	604	Alto Araguaia	cidade	MT	510030005	17°18'56"S	53°13'06"W
Cuiabá	582	582	Cuiabá	capital	MT	510340305	15°36'06"S	56°05'53"W
Diamantino	584	584	Diamantino	cidade	MT	510350205	14°24'02"S	56°26'15"W
Mato Grosso	583	583	Vila Bela da Santíssima Trindade	cidade	MT	510550705	15°00'15"S	59°56'51"W
Melgaço	588	588	Barão de Melgaço	cidade	MT	510160505	16°11'49"S	55°57'59"W
Poconé	586	586	Poconé	cidade	MT	510650505	16°15'59"S	56°37'35"W
Poxoréu	603	603	Poxoréu	cidade	MT	510700805	15°49'41"S	54°23'43"W
Rosário	585	585	Rosário Oeste	cidade	MT	510770105	14°49'34"S	56°25'26"W
São Luís de Cáceres	587	587	Cáceres	cidade	MT	510250405	16°04'36"S	57°40'56"W
Xavantina	602	602	Nova Xavantina	cidade	MT	510625705	14°40'28"S	52°21'08"W
observações:								
Aquidauana (593), Bela Vista (599), Campo Grande (596), Corumbá (590), Coxim (589), Dourados (601), Miranda (592), Nioac (594), Paranaíba (598), Ponta Porã (600), Porto Esperança (595), Porto Murinho (591) e Três Lagoas (597) atualmente são localidades do Estado do Mato Grosso do Sul								

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 22); IBGE (2016).

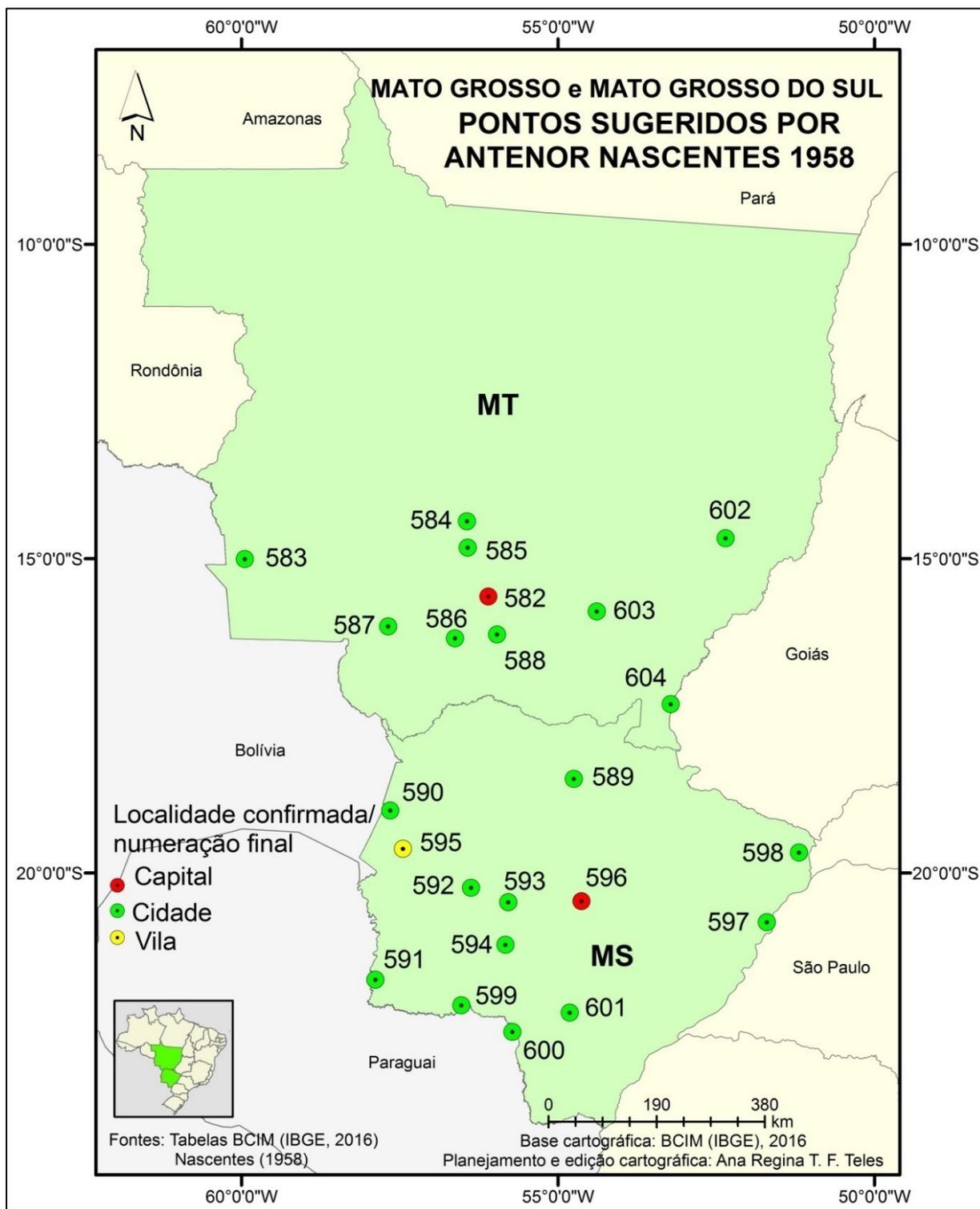
Quadro 83 – Estado de Mato Grosso do Sul: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTERIOR NASCENTES		novo n° ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	n° do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF (1)	Geocódigo	Latitude	Longitude
Aquidauana	593	593	Aquidauana	cidade	MS	500110205	20°28'01"S	55°47'14"W
Bela Vista	599	599	Bela Vista	cidade	MS	500210005	22°06'27"S	56°31'36"W
Campo Grande	596	596	Campo Grande	capital	MS	500270405	20°26'58"S	54°37'49"W
Corumbá	590	590	Corumbá	cidade	MS	500320705	19°00'29"S	57°39'05"W
Coxim	589	589	Coxim	cidade	MS	500330605	18°30'06"S	54°45'05"W
Dourados	601	601	Dourados	cidade	MS	500370205	22°13'24"S	54°48'44"W
Miranda	592	592	Miranda	cidade	MS	500560805	20°14'09"S	56°22'30"W
Nioac	594	594	Nioaque	cidade	MS	500580605	21°09'29"S	55°49'41"W
Paranaíba	598	598	Paranaíba	cidade	MS	500630905	19°40'30"S	51°11'28"W
Ponta Porã	600	600	Ponta Porã	cidade	MS	500660605	22°31'48"S	55°43'14"W
Porto Esperança	595	595	Porto Esperança	vila	MS	500320735	19°36'33"S	57°27'02"W
Porto Murinho	591	591	Porto Murinho	cidade	MS	500690305	21°41'54"S	57°53'02"W
Três Lagoas	597	597	Três Lagoas	cidade	MS	500830505	20°47'07"S	51°42'04"W
observações:								
(1) localidades originalmente associadas ao Estado do Mato Grosso								

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 22); IBGE (2016).

Figura 165 – Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 22); IBGE (2016).

5.2.24 Estado de Rondônia (Território do Guaporé, 1943-1956; Território de Rondônia, 1962-1981)

5.2.24.1 Análises e resultados preliminares

Quadro 84 – Estado de Rondônia: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração sugerida e alterações toponímicas e de grafia, segundo o IBGE até 2016

LOCALIDADES DO ESTADO DE RONDÔNIA			
Topônimo segundo Antenor Nascentes	nº do ponto original	nº do ponto sugerido	Alterações toponímicas e de grafia ocorridas até 2016
Guajará-Mirim	606	606	1928 a 1943 Guajará-mirim, MT 1943 a 2016 Guajará-Mirim
Pôrto Velho	605	605	1914 a 1943 Porto Velho, AM 1943 a 2016 Porto Velho

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 22); IBGE (2016).

5.2.24.2 Resultado final

Quadro 85 – Estado de Rondônia: topônimos em ordem alfabética com numeração, segundo Nascentes (1958), com numeração final e topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTENOR NASCENTES		novo nº ponto	IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	nº do ponto		LOCALIDADE	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Guajará-Mirim	606	606	Guajará-Mirim	cidade	RO	110010605	10°47'21"S	65°19'48"W
Pôrto Velho	605	605	Pôrto Velho	capital	RO	110020505	8°45'41"S	63°54'02"W

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fontes: Nascentes (1958, p. 22); IBGE (2016).

Figura 166 – Estado de Rondônia: localidades com as respectivas numerações



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fontes: Nascentes (1958, p. 22); IBGE (2016).

5.3 ANÁLISE RELATIVA À DESCRIÇÃO DOS LIMITES DOS FALARES (NASCENTES, 1953)

Esta subseção contempla todas as análises relativas à descrição dos limites, incluindo imagens de documentos usados para descartar ou justificar as decisões tomadas, além dos mapas correspondentes aos vários trechos da descrição e o mapa final com os falares e os subfalares.

5.3.1 Preparação da planilha de trabalho e da carta base

Diferentemente do conteúdo do documento *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (Nascentes, 1958) que diz respeito apenas a localidades, o de Nascentes (1953), voltado à descrição dos limites refere-se, além de localidades, a elementos físicos como rios (cursos, nascentes e foz) e serras (sem discriminar se pelo sopé ou pelas cumeadas), sem quaisquer outras informações complementares que assegurem seus traçados.

Mais uma vez a pesquisa teve início com a preparação e inserção numa planilha eletrônica das localidades e dos elementos descritivos conforme grafados nos documentos primários e na ordem em que foram citados no texto.

A estrutura da planilha, apresentada e comentada na subseção 4.1.2.1, contemplava o registro dos elementos descritivos com as respectivas UF e suas naturezas, confirmação e plotagem. Posteriormente, conforme o desenrolar do estudo, houve a necessidade de acrescentar algumas colunas contemplando as feições cartográficas utilizadas para representá-los graficamente e as alterações toponímicas. As Figuras 167 e 168 apresentam extratos de algumas versões.

Figura 167 – Recorte da segunda versão da planilha inicial usada para controle da análise da divisão dialetal (trecho referente à descrição do limite Norte-Sul)

LIMITES NASCENTES				
FALARES	DESCRITO	UF	natureza	confirmado
zona de divisão N/S	foz do Rio Mucuri	BA	rio	ok
	Teófilo Otoni	MG	localidade	ok
	Minas Novas	MG	localidade	ok
	Bocaiuva	MG	localidade	ok
	Pirapora	MG	localidade	ok
	Serra da Mata da Corda	MG	serra	?
	Carmo do Paranaíba	MG	localidade	ok
	Rio Paranaíba	MG	rio	ok
	Rio São Marcos	MG	rio	ok
	Arrependidos	GO	localidade	?
	Santa Luzia	GO	localidade	?
	Pirenópolis	GO	localidade	ok
	Rio das Almas	GO	rio	ok
	Pilar	GO	localidade	?
	foz do Rio dos Araés	MT	rio	?
	Cuiabá	MT	localidade	ok
Mato Grosso	MT	localidade	?	

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – planilha de trabalho (recorte).
Fonte: Nascentes (1953, p.25).

Figura 168 – Recorte de outra versão da planilha inicial usada para controle da análise da divisão dialetal (trecho referente à descrição do limite Norte-Sul)

LIMITES NASCENTES						
FALARES	DESCRITO	UF	natureza	feição cartográfica	Latitude (*)	Longitude (*)
zona de divisão N/S	foz do Rio Mucuri	BA	rio	ponto	18°5'28,151"S	39°33'18,594"W
	Teófilo Otoni	MG	localidade	ponto	17°51'36,013"S	41°30'32,639"W
	Minas Novas	MG	localidade	ponto	17°12'57,844"S	42°35'19,647"W
	Bocaiuva	MG	localidade	ponto	17°6'50,423"S	43°48'38,869"W
	Pirapora	MG	localidade	ponto	17°20'22,672"S	44°56'3,772"W
	Serra da Mata da Corda	MG	serra	linha	17°23'34,743"S	45°14'38,786"W
	Carmo do Paranaíba	MG	localidade	ponto	18°59'52,429"S	46°18'48,225"W
	Rio Paranaíba	MG	rio	linha	18°55'54,345"S	46°28'11,455"W
	Rio São Marcos	MG	rio	linha	18°09'11,617"S	47°39'30,808"W
	Arrependidos	GO	localidade	ponto	16°14'21,332"S	47°20'12,186"W
	Santa Luzia	GO	localidade	ponto	16°15'12,424"S	47°57'1,403"W
	Pirenópolis	GO	localidade	ponto	15°51'17,788"S	48°56'55,401"W
	Rio das Almas	GO	rio	linha	15°50'47,951"S	49°12'26,834"W
	Pilar	GO	localidade	ponto	14°45'48,015"S	49°34'49,624"W
	foz do Rio dos Araés	MT	rio	ponto	14°38'57,061"S	52°07'28,183"W
	Cuiabá	MT	localidade	ponto	15°36'6,645"S	56°5'53,768"W
Mato Grosso	MT	localidade	ponto	15°0'15,703"S	59°56'51,756"W	

(*) coordenadas provisórias

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – planilha de trabalho (recorte).
Fonte: Nascentes (1953, p.25).

Além da planilha, foi necessário também definir a carta base para a representação da divisão, já que agora o registro abrangeria uma área quase que continental. Dessa forma, conforme os elementos fossem identificados seriam nela plotados.

5.3.2 Análises e resultados preliminares

Como na subseção 2.3.3.9 foi feita análise minuciosa acerca da descrição no que diz respeito às discrepâncias entre o texto e os cartogramas que a representam, a análise feita adiante estará voltada para a identificação de cada feição citada (localidades e acidentes físicos). Por este motivo, embora correndo o risco de parecer desnecessária, será fundamental a repetição de cada trecho a fim de que se possa acompanhar a identificação de cada uma delas.

O ponto de partida foi a análise e reprodução da *linha* limítrofe (e não da *zona*, como exaustivamente argumentado na citada seção) entre os falares do Norte e do Sul, aos quais o autor se refere afirmando que “Eles estão separados por uma *zona* que ocupa uma posição mais ou menos eqüidistante dos extremos setentrional e meridional do país” (grifo nosso) (NASCENTES, 1953, p. 25).

Esta zona se estende, mais ou menos, da foz do rio Mucuri, entre Espírito Santo e Baía, até a cidade de Mato Grosso, no Estado do mesmo nome, passando cerca de Teofilo Ottoni, Minas Novas, Bocaiuva, Pirapora, serra da Mata da Corda, Carmo do Paranaíba, rio Paranaíba, rio São Marcos, Arrependidos, Santa Luzia, Pirenópolis, rio das Almas, Pilar, foz do rio dos Araés, Cuiabá e Mato Grosso (NASCENTES, 1953, p.25).

Das localidades citadas, não foram identificadas de imediato na base do IBGE Arrependidos, Santa Luzia, Pilar e Mato Grosso, o mesmo acontecendo com relação à Serra da Mata da Corda e à foz do Rio dos Araés.

Usando os mesmos recursos e metodologia aplicados na identificação dos pontos do documento *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (Nascentes, 1958) acabou-se por localizá-los em mapas e documentos antigos, sendo preciso, entretanto, acrescentar as informações necessárias aos respectivos registros cartográficos.

À exceção de Arrependidos, que ficou temporariamente sem maiores informações, as três localidades restantes haviam sofrido alterações toponímicas: Santa Luzia para Luziânia, Pilar para Pilar de Goiás e Mato Grosso para Vila Bela da Santíssima Trindade.

Também ficaram pendentes os dois acidentes físicos: a Serra da Mata da Corda e a foz do Rio dos Araés.

Os mesmos procedimentos se repetiram para as demais descrições e estão relatados com detalhes mais adiante.

Passando aos subfalares, assim são referidos

Os subfalares do Norte são dois: o amazônico, que abrange o Acre, o Amazonas, o Pará e a parte de Goiás que vai da foz do Aquiqui à serra do Estrondo, e o nordestino, que compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e a parte de Goiás que vai da serra do Estrondo à nascente do Parnaíba. (NASCENTES, 1953, p.25)

Com relação às UF citadas sem ressalvas e partes dos respectivos territórios (AC, AM, PA, MA, PI, RN, PB, PE e AL) não houve qualquer problema nas suas identificações e, conseqüentemente, nos respectivos registros. Da mesma forma, a nascente do Rio Parnaíba não suscitou dúvida. Ficaram pendentes: identificar a qual parte da serra do Estrondo o autor se referiu e a foz do Rio Aquiqui, embora ambos também tenham sido encontrados em outras fontes documentais já citadas.

Os subfalares do Sul são quatro: o baiano, intermediário entre os dois grupos, abrangendo Sergipe, Bahia, Minas (Norte, Nordeste e Noroeste), Goiás (parte que vem da nascente do Paranaíba, seguindo pelas serras dos Javais, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até a cidade de Pilar, rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrependidos); o fluminense, abrangendo o Espírito Santo, o Estado do Rio, o Distrito Federal, Minas (Mata e parte do Leste); o mineiro (Centro, Oeste e parte do Leste de Minas Gerais); o sulista, compreendendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas (Sul e Triângulo), Goiás (Sul) e Mato Grosso (NASCENTES, 1953, p.25-26).

Antes dos comentários concernentes à descrição, observa-se um engano ao referir-se à “nascente do Paranaíba”, que seria, na verdade, nascente do *Parnaíba* (mais um caso de *lapsus calami*).

Como na descrição anterior, as associações às UF sem ressalvas foram resolvidas sem problemas: SE, BA, ES, RJ, DF (à época), SP, PR, SC, RS e MT. O mesmo ocorreu acerca de Pirenópolis (GO), que manteve o topônimo inalterado, e o rio das Almas. Em relação a Santa Luzia e Arrependidos, aplicam-se as mesmas considerações já feitas.

Mais uma vez a identificação das serras não foi possível de imediato. Somente com a ajuda de documentação complementar, as serras dos Javais, dos Xavantes, do Fanha e do

Pilar, também sem elementos suficientes para fazer o registro das mesmas na base cartográfica, foram incluídas.

Esta descrição acrescenta ao Estado de Minas Gerais uma nova feição: as zonas administrativas ou geográficas (não se pode afirmar ao certo a qual classificação o autor se refere, já que, como aconteceu em várias situações anteriormente analisadas, utiliza conceitos adotados em momentos distintos, como Mata, Centro, Oeste, parte do Leste, Sul e Triângulo). Desde a abordagem feita na subseção 2.3.3.9, observa-se que as referências associadas ao Estado de Minas Gerais mostraram-se ambíguas e contraditórias.

Por fim, eis a descrição do território ao qual batizou de “incaerístico”:

O perímetro compreendido entre a parte da fronteira boliviana (rios Verde, Guaporé, Mamoré até o Abunã), a fronteira de Mato Grosso com Amazonas e Pará (rios Madeira, Juparaná, Uruguatás, Tres Barras, Cariaí, Xingu, Fresco e Aquiqui e a serra do Estrondo), é praticamente despovoado e portanto incaerístico (NASCENTES, 1953, p.26).

Ratifica-se a questão da não identificação da serra do Estrondo, do rio Aquiqui e de alguns dos demais rios, que têm, em alguns casos, mais de um nome a eles associados sem, contudo, comprometerem os seus registros, já que o limite superior do território está perfeitamente definido ao descrevê-lo como “fronteira de Mato Grosso com Amazonas e Pará”. Essas nomações alternativas constam dos documentos finais.

A seguir, são apresentadas as análises e soluções dadas às pendências assinaladas anteriormente.

Assim como identificado o Registro de Salinas para a localidade de Piedade (subseção 5.1.3), também a localidade de **Arrependidos** encontra-se perfeitamente identificada (embora sem elementos para garantir o seu posicionamento) no catálogo da Receita Federal, do qual foi extraída a seguinte descrição:

Registro Arrependidos: Situado na parte sul de Goiás, é mencionado em 1812. Ficava entre Paracatu e a atual Luziânia, a 14 léguas desta, na divisa entre Goiás e Minas Gerais, próximo às nascentes do rio São Marcos. Os mapas modernos indicam a localidade de Arrependidos, nesse local, sujeito à jurisdição do Município mineiro de Unaí. Saint-Hilaire descreveu precisamente as edificações deste registro, permitindo reconstituir o seu aspecto até com minúcias. Também a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada por Louis Cruls e encarregada de demarcar a localização da futura capital federal, esteve, em 1892, nas proximidades desse Registro, que ainda funcionava como posto fiscal nessa época. O

Registro Arrependidos foi um dos primeiros a serem instalados, quando Goiás se emancipou da capitania de São Paulo, em 1748. (RECEITA..., [20--]).

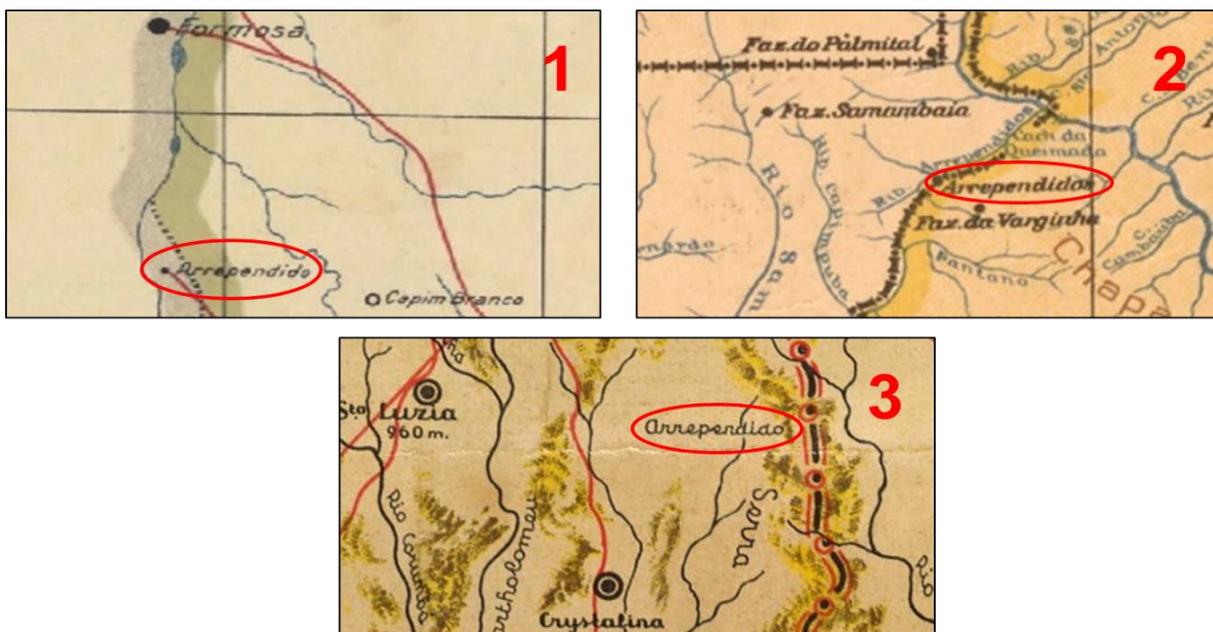
As Figuras 169 e 170 contemplam as ocorrências em mapas de 1777 a 1939.

Figura 169 – Recortes de mapas para identificação da localidade de Arrependidos (1777-1909)



Fonte: Recortes de mapas do Estado de MG (1777, 1881, 1882, 1909).

Figura 170 – Recortes de mapas para identificação da localidade de Arrependidos (1923-1939)



Fonte: Recortes de mapas do Estado de MG (1923, 1930, 1939).

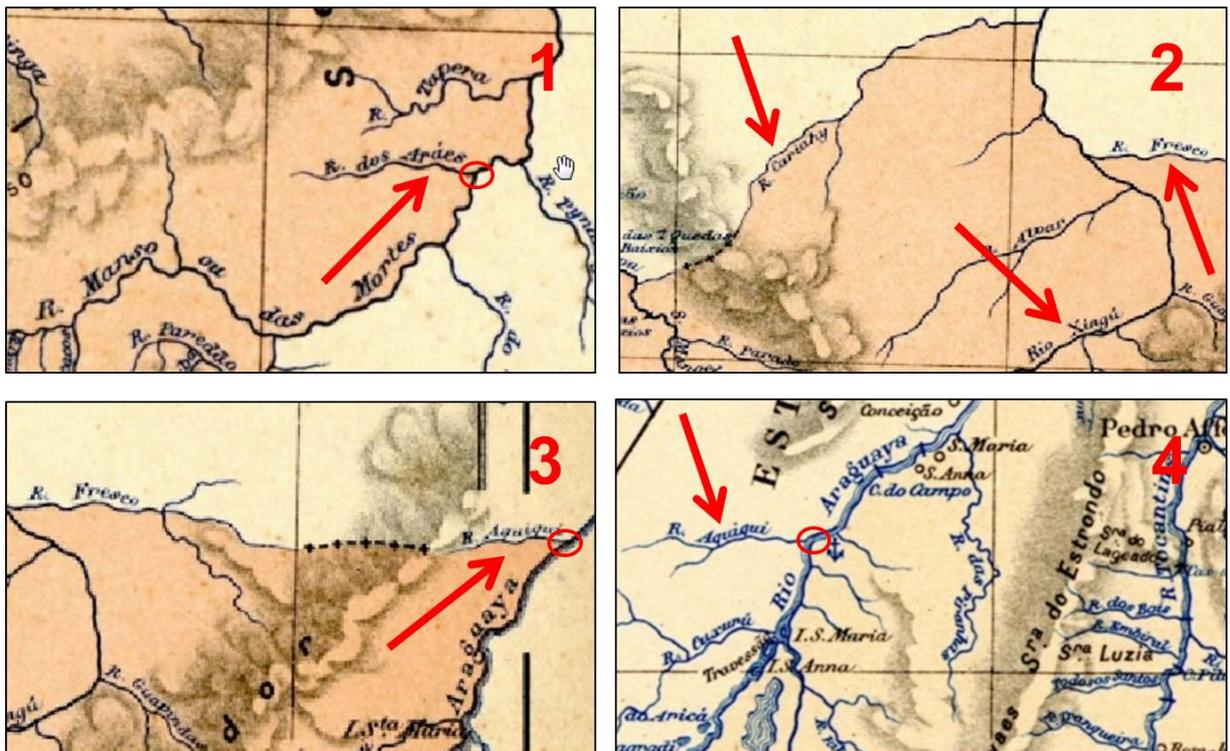
Atualmente, de acordo com o detalhamento feito dessa localidade na seção 4.2.3.2, foi possível precisar a sua posição original (embora não mais exista o Registro), visto tratar-se de um ponto de limite entre os estados de MG e GO, sobre uma ponte, além de estar referenciada às estradas que dão acesso a Paracatu e Unaí (MG) e a Luziânia (GO), fato confirmado também pela descrição do Registro da Receita Federal.

Os outros casos pendentes referem-se aos rios e serras.

Alguns rios citados não constam identificados nas redes hidrográficas da BCIM pelo fato de essas redes terem sido fruto de compilações de mapas mais antigos e que não foram identificados pelos topônimos nos trabalhos de reambulação. Provavelmente devem se tratar de rios de segunda ordem, ou intermitentes ou simples cursos d'água: existem nas tabelas, mas não estão identificados pelos respectivos topônimos.

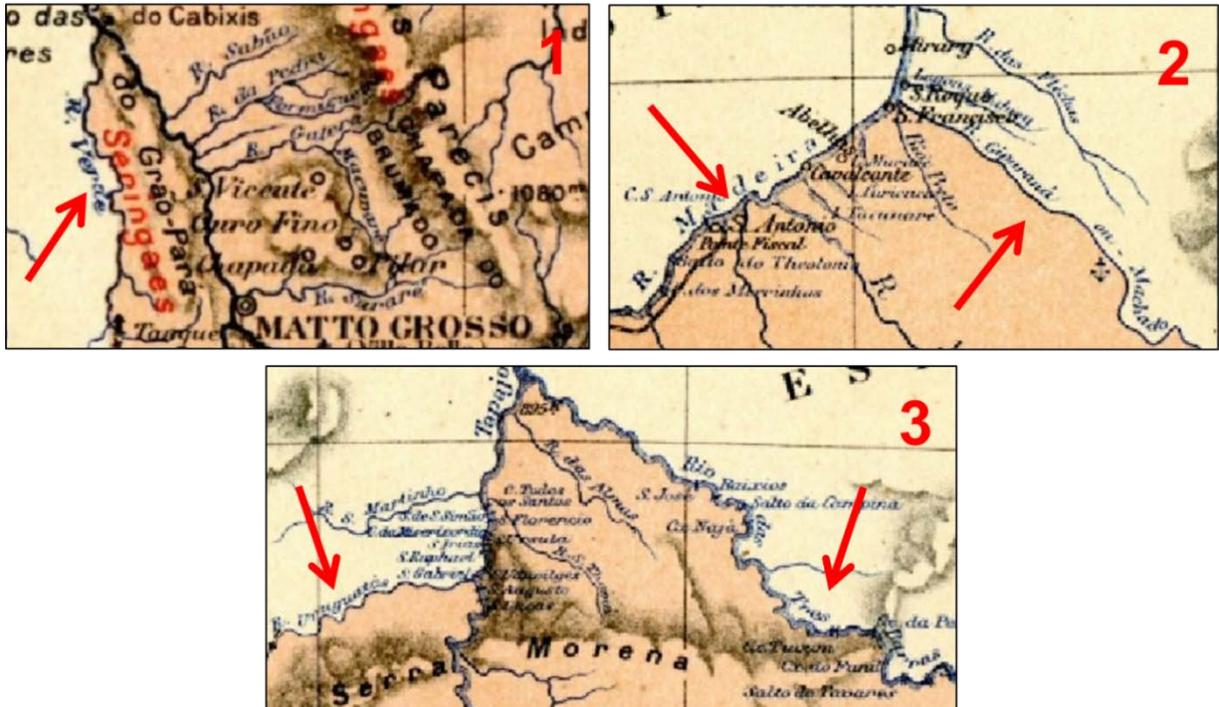
Lançando mão da cartografia histórica, entretanto, todos foram localizados nos atlas e mapas antigos consultados, o que permitiu a perfeita correlação com aqueles existentes na base do IBGE. No final, todos puderam ser registrados sem que precisasse ser feito referenciamento de imagem. As Figuras 171 e 172 ilustram os resultados encontrados.

Figura 171 – Recortes de mapas para identificação dos Rios Cariá, Xingu, Fresco, foz do Rio Aquiqui e Foz do Rio dos Araés



Fonte: Recortes de mapas dos Estados de MT e GO (Mello B. H. e Mello F. H., 1909, p. 22 e 23).

Figura 172 – Recortes de mapas para identificação dos Rios Verde, Madeira, Jiparaná, Uruguatás e Três Barras



Fonte: Recortes de mapa do Estado de MT (Mello B. H.e Mello F. H. ,1909, p. 23).

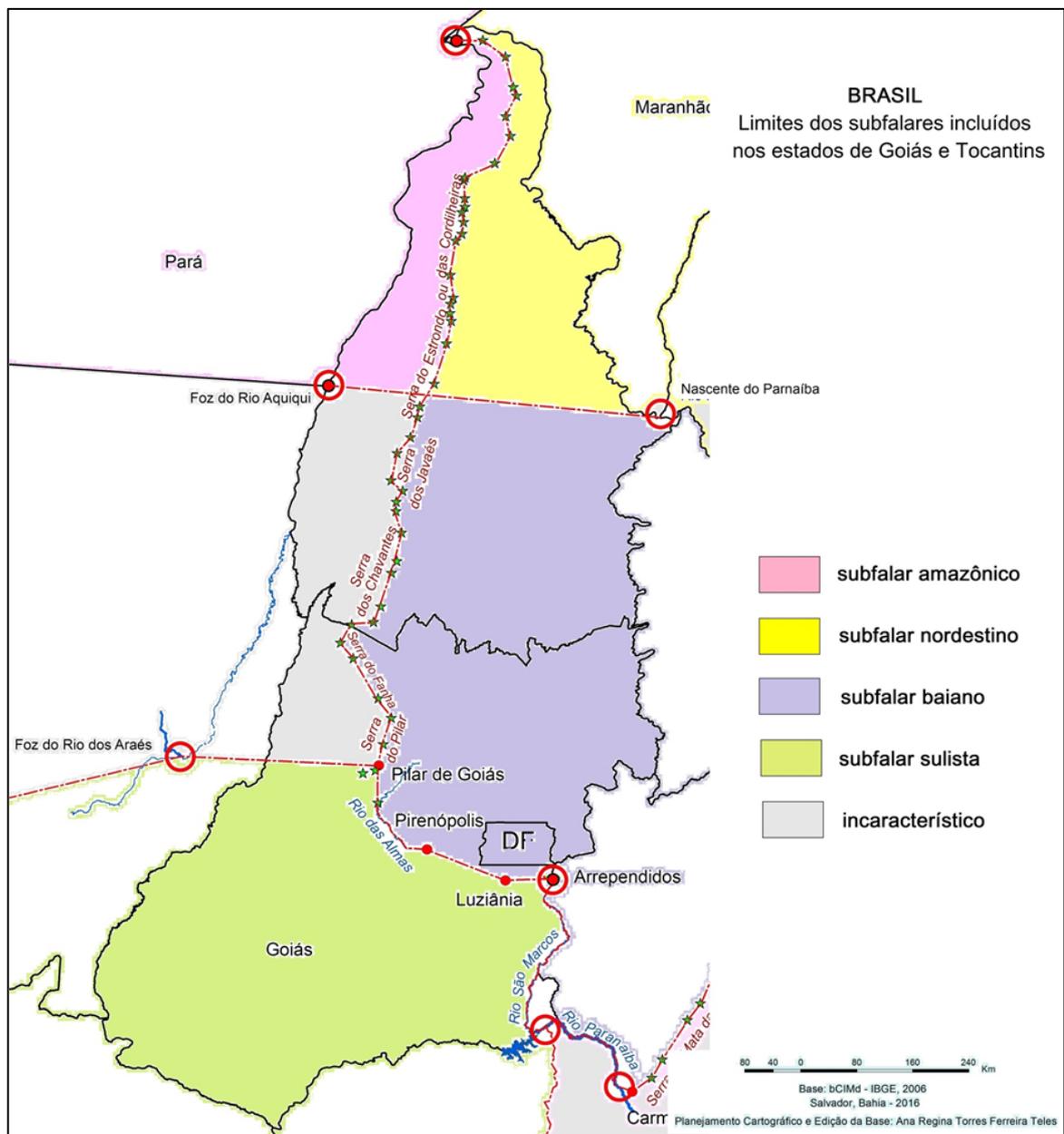
No caso das serras foi necessário recorrer, além dos recortes de mapas, a textos complementares e técnicas de superposição de mapas (para o caso do traçado ambíguo do território incaracterístico) e de georreferenciamento de imagem também descritas na subseção 4.2.3.1.

Nas Figuras 173 e 174 constam os resultados encontrados para as serras do Estado de Goiás.

Estando as serras devidamente identificadas nos mapas, decidiu-se que seus traçados seriam pelas cumeadas, já que na base do IBGE os pontos que as definem poderiam ser identificados e plotados.

A Figura 177 apresenta o traçado provisório dos limites dos falares e subfalares contidos nos Estados de Tocantins e Goiás com os pontos das cumeadas destacados. Como se pode observar, o alinhamento desses pontos aproxima-se bastante do traçado de Nascentes (1953) e de um traçado feito sobre o mapa georreferenciado (Figura 94).

Figura 177– Cartograma dos Estados de Tocantins e Goiás com os limites dos subfalares e destaque para registro das cumeadas das serras

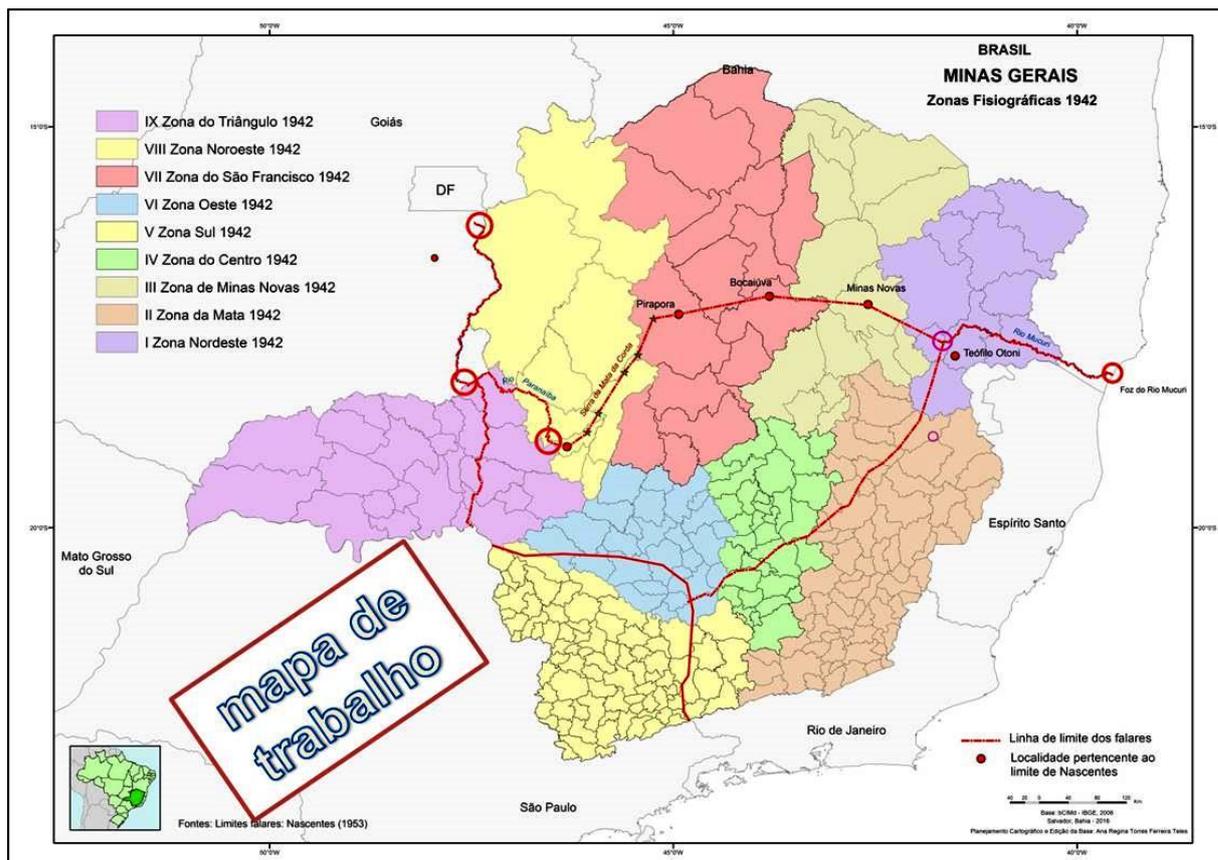


Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1953, p. 25-26), IBGE (2016).

duas malhas para que se pudesse observar os municípios que afetados pela criação ou desdobramento de novas zonas.

A Figura 179 traz um recorte da superposição feita, que contempla o traçado dos limites dos subfalares sobre as Zonas Fisiográficas de 1942.

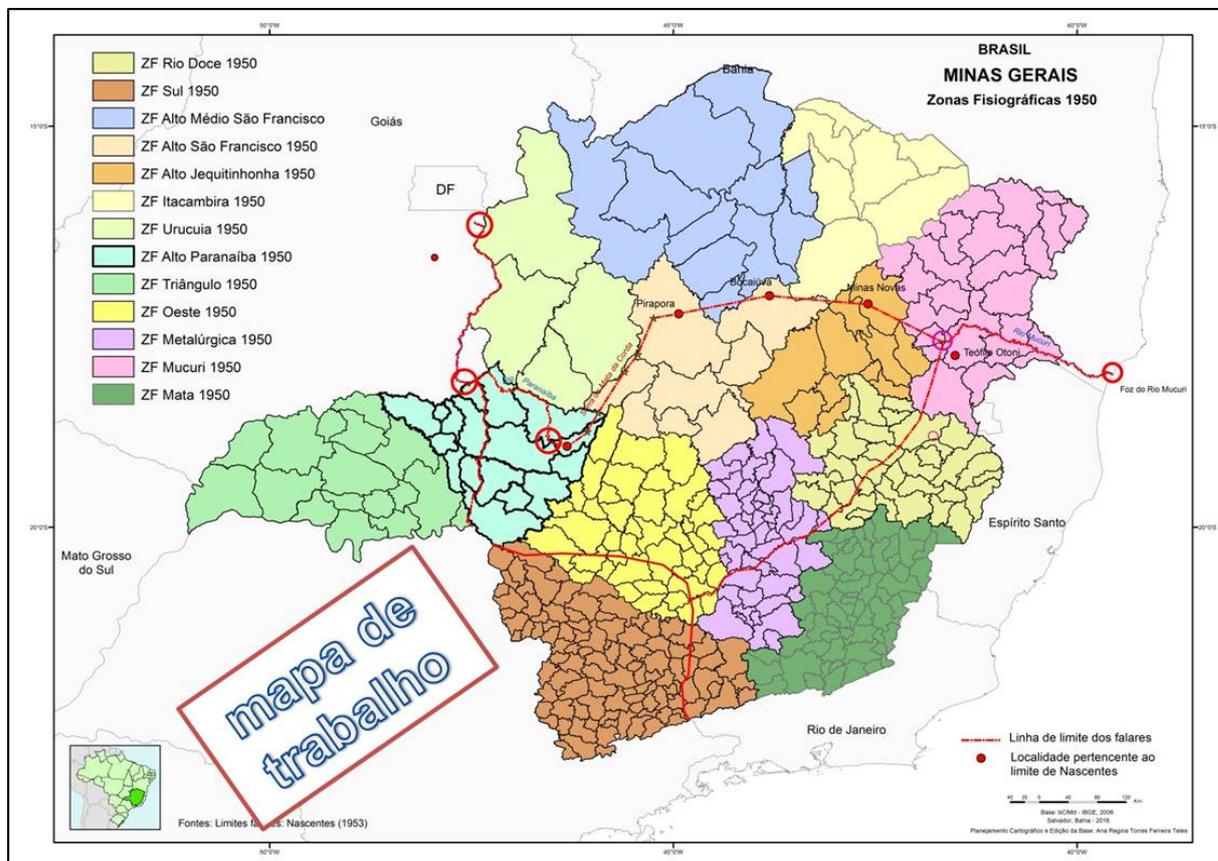
Figura 179 – Mapa de trabalho para definição dos subfalares incluídos no Estado de Minas Gerais sobre Zonas Fisiográficas de 1942



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1953, p. 25-26), IBGE (2016).

Já a Figura 180 apresenta o mesmo recorte sobre as Zonas Fisiográficas de 1950.

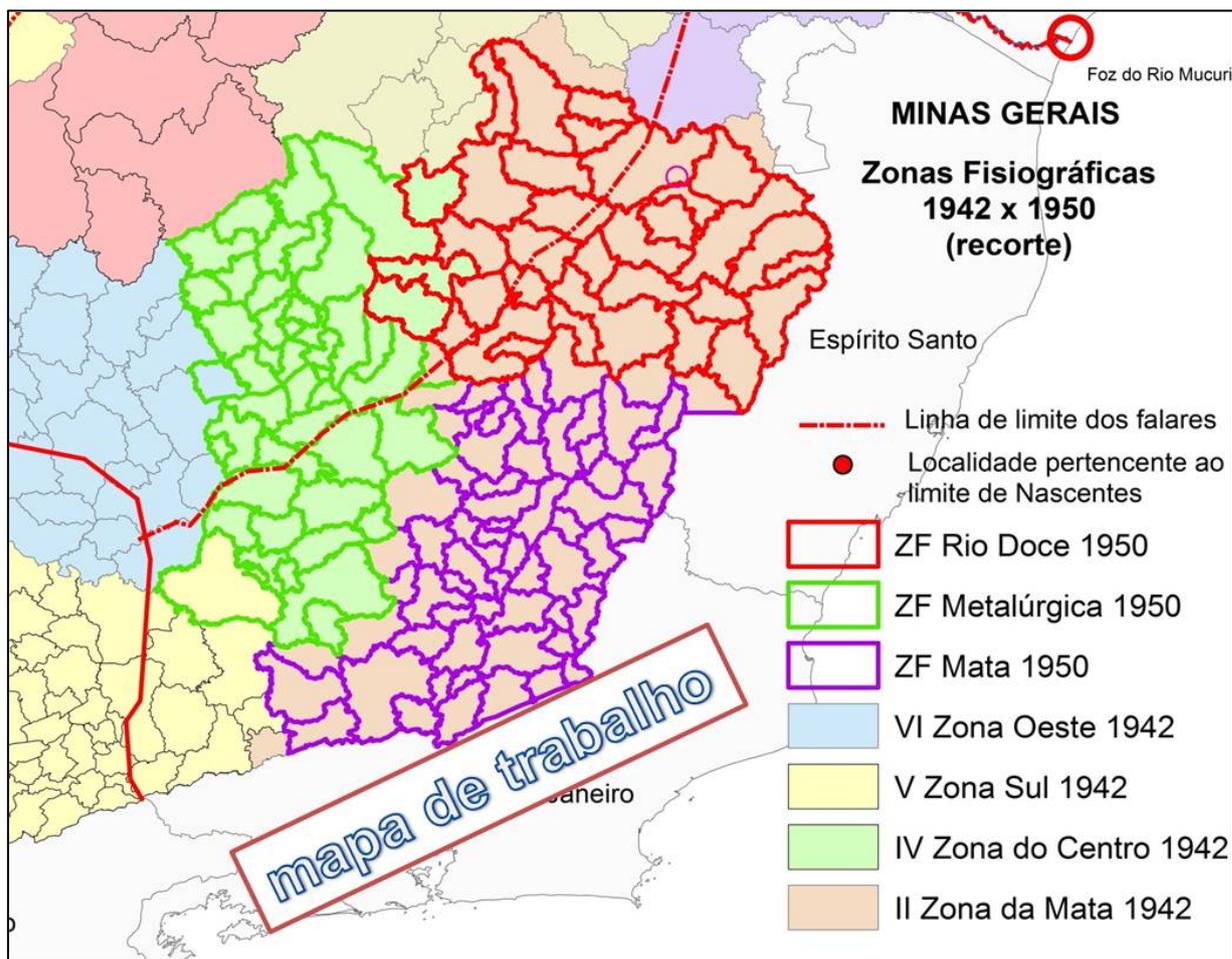
Figura 180 – Mapa de trabalho para definição dos subfalares incluídos no Estado de Minas Gerais sobre Zonas Fisiográficas de 1950



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1953, p. 25-26), IBGE (2016).

A Figura 181 traz um recorte da superposição feita, que contempla o traçado dos limites e as alterações sofridas nas zonas da Mata, Sul, Oeste e Centro (1942) pelos novos limites das zonas Rio Doce, Metalúrgica e Mata (1950).

Figura 181 – Detalhe de mapa de trabalho da superposição das Zonas Fisiográficas de 1942 e 1950 para definição dos subfalares incluídos no Estado de Minas Gerais



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fonte: Nascentes (1953, p. 25-26), IBGE (2016).

Estes mesmos procedimentos foram repetidos à exaustão para, enfim, identificar os demais limites. No entanto, o simples traçado das linhas sobre uma base não alcança o objetivo buscado: se o produto final referente ao registro dos limites se esgotar em um mapa, este será apenas mais uma representação gráfica dentre as inúmeras já divulgadas. O objetivo dessa tese é o registro cartográfico desses limites, o que significa dizer que associado ao mapa, devem ser disponibilizados elementos suficientes para que ele seja reproduzido e para que dele sejam extraídas as informações que a simples figura, limitada inclusive pela escala pequena, não é capaz de fornecer.

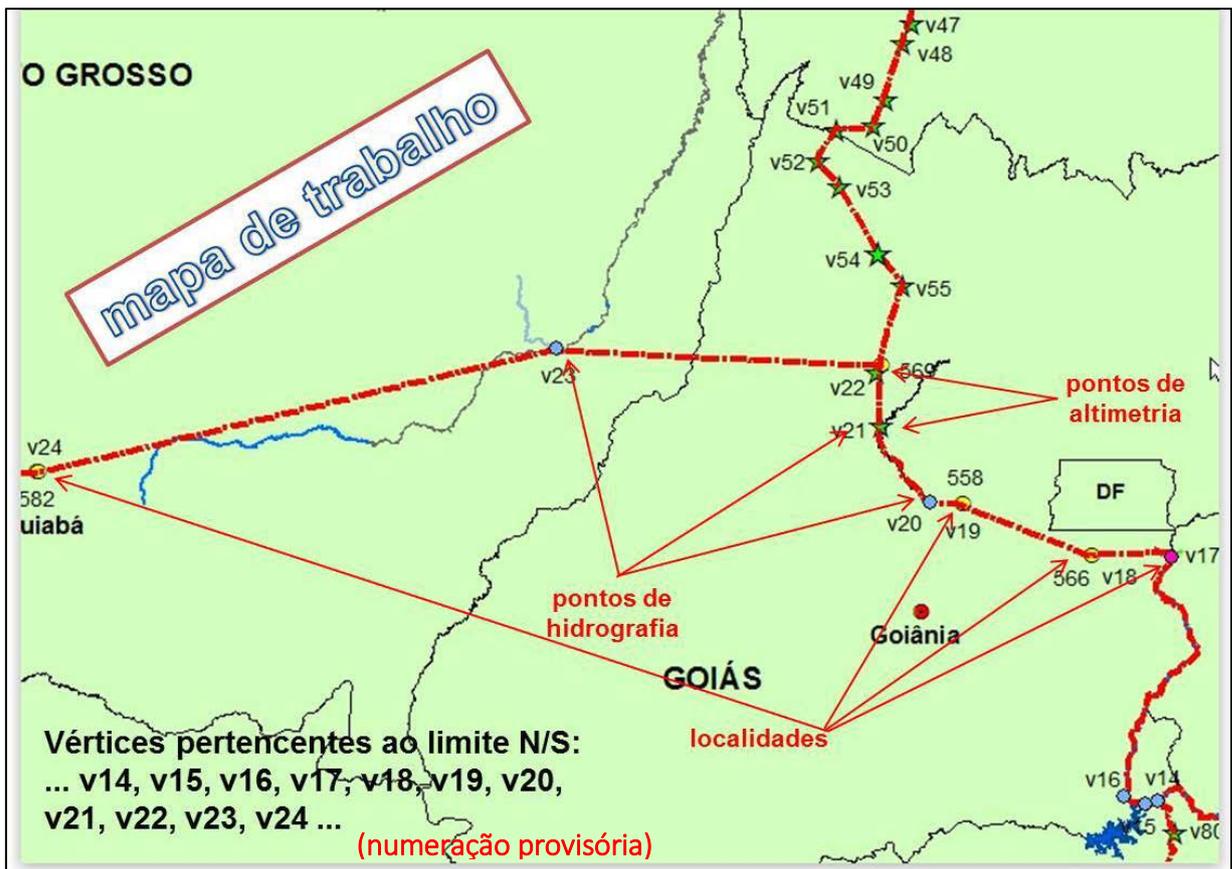
As Figuras 179 e 180 ratificam essa observação: embora graficamente bem apresentados e detalhados, os limites nelas representados não são suficientes para responder às perguntas formuladas de forma recorrente como por exemplo, “tal localidade está incluída

em qual subfalar?” ou “quais localidades – sugeridas em Nascentes (1958) ou não – poderiam ser usadas como pontos de controle (assim considerados pontos vizinhos a uma linha de limite) em futuros estudos linguísticos?”

Por essa razão, para cada linha de limite descrita por Nascentes (1953) foram adicionados vértices intermediários complementares àqueles definidores das feições explicitamente citadas. Dessa forma, o produto final (mapa) é acompanhado de uma listagem com as coordenadas de todos os vértices.

A Figura 182 ilustra trecho da linha do limite Norte/Sul contido nos Estados de Goiás e parte dos Mato Grosso divisa de Goiás com Minas Gerais.

Figura 182 – Detalhe de mapa de trabalho para definição da linha Norte/Sul (recorte dos trechos contidos no Estado de Goiás e parte no de Mato Grosso e divisa de Goiás com Minas Gerais)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1953, p. 25), IBGE (2016).

As Figuras 183 e 184 são recortes de diferentes partes da planilha de trabalho correspondentes a esse mesmo trecho.

Figura 183 – Recorte de parte da planilha de trabalho correspondente aos trechos contidos no Estado de Goiás e parte no de Mato Grosso e divisa de Goiás com Minas Gerais)

LIMITES NASCENTES				ponto bases
SUBFALARES	RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	
zona de divisão N/S	v13/v15 - Rio Paranaíba		rio	
	v13	MG	rio	
	v14	MG/GO	rio	
	v15	MG/GO	rio	
	v16/v17 - Rio São Marcos			
	v16	GO	rio	
	v17 - Arrendidos	MG/GO	ponto	
	v18 - Santa Luzia	GO	localidade	566
	v19 - Pirenópolis	GO	localidade	
	v20/v21 - Rio das Almas		rio	
	v20	GO	rio	
	v21	GO	rio	
	v22	GO	ponto altimetria	
	v23 - Pilar	GO	localidade	569
	v24 - Rio dos Araés	MT	rio	
v25 - Cuiabá	MT	localidade	582	

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – planilha de trabalho (recorte).

Fonte: Nascentes (1953, p. 25), IBGE (2016).

Figura 184 – Recorte de parte da planilha de trabalho correspondente aos trechos contidos no Estado de Goiás e parte no de Mato Grosso e divisa de Goiás com Minas Gerais) contendo detalhes da descrição, variação toponímica e outras informações complementares

LIMITES NASCENTES				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO	variação toponímo	ponto bases
SUBFALARES	RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude			
divisão N/S (trecho 2)	v17 - Arrendidos	MG/GO	ponto	16°14'21"S	47°20'12"W	cabecera de ponte BR 251/Rio São Marcos	originalmente, localidade	
	v18 - Santa Luzia	GO	localidade	16°15'12"S	47°57'01"W		Luziânia	566
	v19 - Pirenópolis	GO	localidade	15°51'17"S	48°56'55"W			
	v20/v21 - Rio das Almas		rio					
	v20	GO	rio	15°50'47"S	49°12'26"W	Rio das Almas		
	v21	GO	rio	15°14'27"S	49°35'17"W	Rio das Almas/ponto cotado		
	v22	GO	ponto altimetria	14°49'13"S	49°37'21"W	serra do Pilar		
	v23 - Pilar	GO	localidade	14°45'48"S	49°34'49"W	tris-junção falares baiano, sulista, incaracterístico	Pilar de Goiás	569
	v24 - Rio dos Araés	MT	rio	14°38'57"S	52°07'28"W	fz rio - com Rio das Mortes		
	v25 - Cuiabá	MT	localidade	15°36'06"S	56°05'53"W			582
	v26	MT	ponto	15°27'49"S	56°58'11"W	inflexão Chapada Parecis		
	v27 - Mato Grosso	MT	localidade	15°00'15"S	59°56'51"W		Vila Bela da Santíssima Trindade	583
v28 - Rio Verde	MT/Bolívia	rio	14°37'11"S	60°17'15"W	ponto de fronteira Brasil/Bolívia			

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles – planilha de trabalho (recorte).

Fonte: Nascentes (1953, p. 25), IBGE (2016).

Antes de passar aos mapas finais, cabe aprofundar uma questão já levantada na subseção 2.3.3.9 e ilustrada em parte com a Figura 30.

Uma leitura atenta permite fazer um questionamento: as descrições corresponderiam a três zonas, dispostas na extensão leste-oeste?

a) a que corresponderia à do falar do Norte (com seus dois subfalares – o amazônico e o nordestino), cujo limite inferior é a parte norte dos falares baiano e da zona incaracterística;

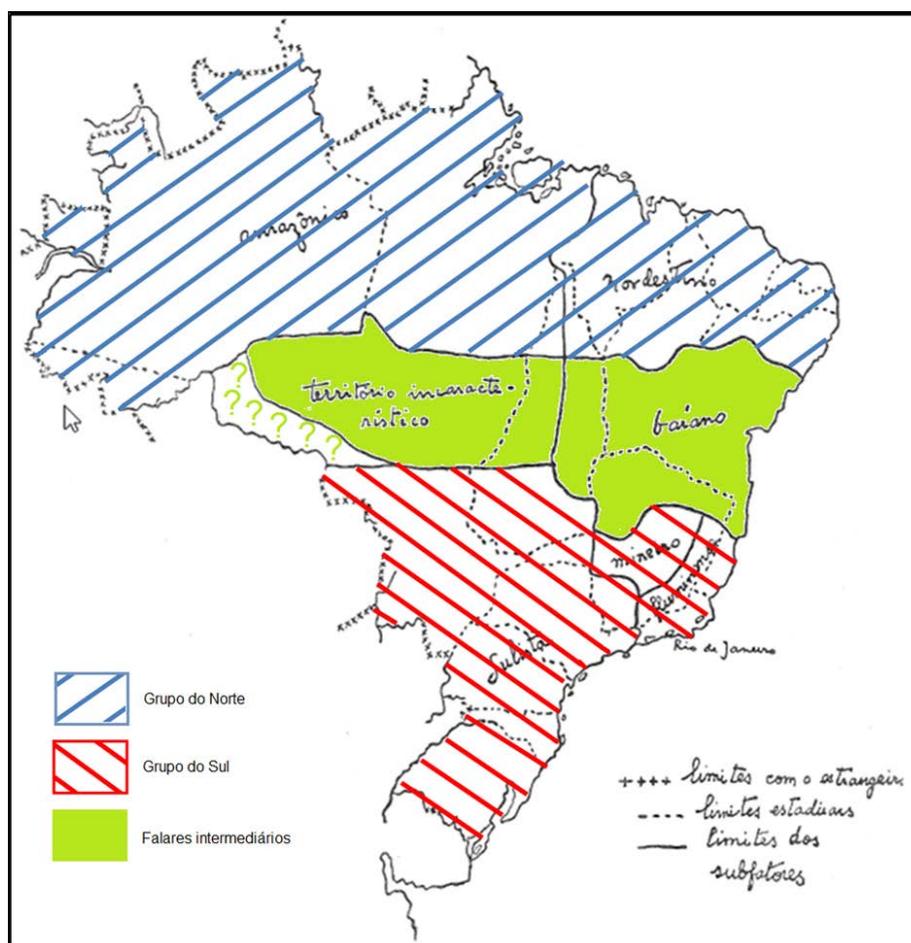
b) a que corresponderia a uma zona de transição, contendo o falar baiano e, contíguo a ele, o “incaracterístico”;

c) a que corresponderia à do falar do Sul (com três subfalares – o mineiro, o fluminense e o sulista), cujo limite superior é a parte sul do falar baiano e do território incaracterístico.

Percebe-se assim que, apesar de ele afirmar tratar-se de uma zona (uma área, portanto), a descrição que faz é da linha limite inferior dessa zona, contradizendo-se.

A Figura 185 ilustra essas observações assim como aquela feita acerca da incompatibilidade entre a descrição e a representação do limite do território incaracterístico sobre o cartograma de Nascentes (1953).

Figura 185 – Comparação entre descrição e traçado sobre Cartograma do Brasil de Nascentes (1953)



Adaptado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1953 p. 25-26).

Por fim, do ponto de vista cartográfico, a reprodução das linhas dos limites (objetivo da tese), todos correspondem, seguramente, aos descritos, inclusive nos casos ambíguos. Entretanto, com relação à proposta de divisão dialetal de Nascentes (1953), por se tratar de uma questão puramente linguística, só poderá ser contestada, alterada ou validada pelos cientistas da Dialetoлогия que poderão responder, parafraseando Cardoso (1986), “Tinha Nascentes razão?”.

5.3.3 Conclusão da análise e resultados finais

Nesta subseção são apresentados cartogramas e quadros com os vértices definidores para cada limite de falar e subfalar, acompanhados das respectivas coordenadas geográficas no sistema oficial adotado quando necessário (quando não forem coincidentes com os limites internacionais ou entre as UF).

Além do limite Norte/Sul, estão descritos os limites dos subfalares Amazônico, Nordeste, Baiano, Sulista, Mineiro, Fluminense e do Território Incaracterístico.

Embora já tenham sido apresentadas e comentadas em vários momentos desta tese, cada análise é precedida da transcrição da descrição feita por Nascentes (1953).

Como resultado das análises feitas decidiu-se por *considerar os limites estaduais atuais quando, nas descrições, a referência for genérica às UF ou incluírem acidentes físicos limítrofes*. Tal situação é exemplificada claramente pelas descrições dos subfalares Amazônico, Nordeste e do Território Incaracterístico.

5.3.3.1 O limite Norte/Sul

Esta zona se estende, mais ou menos, da foz do rio Mucuri, entre Espírito Santo e Baía, até a cidade de Mato Grosso, no Estado do mesmo nome, passando cerca de Teofilo Ottoni, Minas Novas, Bocaiuva, Pirapora, serra da Mata da Corda, Carmo do Paranaíba, rio Paranaíba, rio São Marcos, Arrendidos, Santa Luzia, Pirenópolis, rio das Almas, Pilar, foz do rio dos Araés, Cuiabá e Mato Grosso” (NASCENTES, 1953, p.25).

Por se tratar de uma linha extensa e a representação gráfica analógica (em papel) estar limitada pelo padrão e configurações de página adotados, para melhor visualização a

linha está apresentada em duas partes. A primeira vai do vértice 1 (v1), foz do Rio Mucuri (BA/Oceano Atlântico), ao v17, ponte sobre Rio São Marcos (Arrendidos), na divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás. A segunda contempla do v17 ao v28, Rio Verde, na divisa de Mato Grosso com a Bolívia, já que se limitasse ao v27 (Vila Bela da Santíssima Trindade), ficaria uma área de indefinição do traçado, com já explicado e ilustrado na Figura 185.

Nas Figuras 186 e 187 tem-se, respectivamente, o cartograma e parte do quadro final com os vértices definidores acompanhados das respectivas coordenadas e outras informações complementares referentes ao primeiro trecho (v1-v17).

Figura 186 – Cartograma representativo do trecho 1 do limite Norte/Sul correspondente aos segmentos entre a foz do Rio Mucuri (v1) na Bahia (Oceano Atlântico) e a ponte sobre o Rio São Marcos (v17 – Arrependidos), na divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1953, p. 25), IBGE (2016).

Figura 187– Parte do quadro final do limite Norte/Sul correspondente aos segmentos do trecho 1, entre a foz do Rio Mucuri (v1) e a ponte sobre o Rio São Marcos (v17 – Arrependidos), na divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás, com os vértices definidores acompanhados das respectivas coordenadas geográficas no sistema oficial adotado e topônimos atualizados segundo o IBGE em 2016

LIMITE NASCENTES				Coordenadas Geográficas SIRGAS2000		DETALHE DESCRIÇÃO	topônimo Nascentes
SUBFALARES	RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Lat itude	Longit ude		
divisão N/S trecho 1	v1/v3 - Rio Mucuri		rio				Rio Mucuri
	v1	BA	rio	18°05'28"S	39°33'18"W	foz rio - com Oceano Atlântico	
	v2	MG	rio	17°41'19"S	41°33'12"W	tris-junção falares baiano/mineiro/fluminense	
	v3	MG	rio	17°40'33"S	41°40'07"W	nascente Rio Mucuri	
	v4 - Minas Novas	MG	localidade	17°12'57"S	42°35'19"W	limite falares baiano/mineiro	Minas Novas
	v5 - Bocaiuva	MG	localidade	17°06'50"S	43°48'38"W	limite falares baiano/mineiro	Bocaiuva
	v6 - Pirapora	MG	localidade	17°20'22"S	44°56'03"W	limite falares baiano/mineiro	Pirapora
	v7/v11 - Serra da Mata da Corda		serra				Serra da Mata da Corda
	v7	MG	ponto altimetria	17°23'34"S	45°14'38"W	limite falares baiano/mineiro	
	v8	MG	ponto altimetria	17°50'39"S	45°26'16"W	limite falares baiano/mineiro	
	v9	MG	ponto altimetria	18°03'42"S	45°36'12"W	limite falares baiano/mineiro	
	v10	MG	ponto altimetria	18°34'25"S	45°55'47"W	limite falares baiano/mineiro	
	v11	MG	ponto altimetria	18°48'30"S	46°03'50"W	limite falares baiano/mineiro	
	v12 - Carmo do Paranaíba	MG	localidade	18°59'52"S	46°18'48"W	limite falares baiano/mineiro	Carmo do Paranaíba
	v13/v15 - Rio Paranaíba		rio				Rio Paranaíba
	v13	MG	rio	18°55'54"S	46°28'11"W	limite falares baiano/mineiro	
	v14	MG/GO	rio	18°10'57"S	47°32'26"W	tris-junção falares baiano/mineiro/sulista	
v15	MG/GO	rio	18°11'09"S	47°32'03"W	Rio Paranaíba/Represa da Emborcação - limite falares baiano/sulista		
v16/v17 - Rio São Marcos					Represa da Emborcação/Rio São Marcos - limite falares baiano/sulista	Rio São Marcos	
v16	GO	rio	18°09'11"S	47°39'30"W	limite falares baiano/sulista		
v17	MG/GO	elemento construído	16°14'21"S	47°20'12"W	cabeceira de ponte BR 251/Rio São Marcos - originalmente localidade - limite falares sulista/baiano	Arrependidos	

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1953, p. 25), IBGE (2016).

As Figuras 188 e 189 trazem, respectivamente, o cartograma e parte do quadro final com os vértices definidores acompanhados das respectivas coordenadas e outras informações complementares referentes ao segundo trecho (v17-v28).

Figura 188 – Cartograma representativo do trecho 2 do limite Norte/Sul correspondente aos segmentos entre a ponte sobre o Rio São Marcos (v17 – Arrependidos) na divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás, e o v28, Rio Verde, na divisa de Mato Grosso com a Bolívia



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1953, p. 25), IBGE (2016).

Figura 189 – Parte do quadro final do limite Norte/Sul correspondente aos segmentos do trecho 2, entre a ponte sobre o Rio São Marcos (v17 – Arrependidos) na divisa dos estados de Minas Gerais e Goiás e o v28, Rio Verde, na divisa de Mato Grosso com a Bolívia, com os vértices definidores acompanhados das respectivas coordenadas geográficas no sistema oficial adotado e topônimos atualizados segundo o IBGE em 2016

LIMITES NASCENTES				Coordenadas Geográficas SRGAS2000		DETALHE DESCRIÇÃO	topônimo Nascentes
SUBFALARES	RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude		
divisão N/S trecho 2	v17	MG/GO	elemento construído	16°14'21"S	47°20'12"W	cabeceira de ponte BR 251/Rio São Marcos - originalmente localidade - limite falares sulista/baiano	Arrependidos
	v18 - Luziânia	GO	localidade	16°15'12"S	47°57'01"W	limite falares baiano/sulista	Santa Luzia
	v19 - Pirenópolis	GO	localidade	15°51'17"S	48°56'55"W	limite falares baiano/sulista	Pirenópolis
	v20/v21 - Rio das Almas		rio				Rio das Almas
	v20	GO	rio	15°50'47"S	49°12'26"W	limite falares baiano/sulista	
	v21	GO	rio/ponto altimetria	15°14'27"S	49°35'17"W	limite falares baiano/sulista	
	v22 - Serra do Pilar	GO	ponto altimetria	14°49'13"S	49°37'21"W	limite falares baiano/sulista	Serra do Pilar
	v23 - Pilar de Goiás	GO	localidade	14°45'48"S	49°34'49"W	tris-junção falares baiano/sulista/incaracterístico	Pilar
	v24 - Rio dos Araés	MT	rio	14°38'57"S	52°07'28"W	foz rio - com Rio das Mortes - limite falares sulista/incaracterístico	Rio dos Araés
	v25 - Cuiabá	MT	localidade	15°36'06"S	56°05'53"W	limite falares sulista/incaracterístico	Cuiabá
	v26	MT	ponto	15°27'49"S	56°58'11"W	inflexão Chapada Parecis - limite falares sulista/incaracterístico	
	v27 - Vila Bela da Santíssima Trindade	MT	localidade	15°00'15"S	59°56'51"W	limite falares sulista/incaracterístico	Mato Grosso
v28 - Rio Verde	MT/Bolívia	rio	14°37'11"S	60°17'15"W	ponto de fronteira Brasil/Bolívia - limite falares sulista/incaracterístico		

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1953, p. 25), IBGE (2016).

A Figura 190 e o Quadro 86 sintetizam todas informações necessárias à precisa reconstituição do limite Norte/Sul.

5.3.3.2.1 O Território Incaracterístico a partir da descrição dos limites: alternativa 1

Esta alternativa (1), seguindo a descrição feita à p. 26 de Nascentes (1953), tem início no Rio Verde, v28, último vértice do trecho 2 do limite N/S (em 5.3.3.1): por esse motivo, a opção em continuar a partir daí a numeração dos vértices. O autor conclui a descrição na Serra do Estrondo (v41), sendo necessário “fechar” a área do Território Incaracterístico incluindo os trechos correspondentes aos limites com o subfalar baiano (do v41 ao v23) e o trecho 2 do limite N/S (do v23 ao v28), voltando ao vértice inicial (v28).

Figura 192 – Cartograma representativo da alternativa 1 para o Território Incaracterístico segundo Nascentes (1953)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

Quadro 87 – Quadro final correspondente à alternativa 1 para o Território Incaracterístico segundo Nascentes (1953)

SUBFALARES	LIMITES NASCENTES			Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO	topônimo Nascentes
	RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude		
território incarcaterístico (alternativa 1)	v26	MT	ponto	15°27'49"S	56°58'11"W	inflexão Chapada Parecis - limite fales sulista/incarcaterístico	
	v27 - Vila Bela da Santíssima Trindade	MT	localidade	15°00'15"S	59°56'51"W	limite fales sulista/incarcaterístico	Mato Grosso
	v28 - Rio Verde	MT/Bolívia	rio/limite político	14°37'11"S	60°17'15"W	ponto de fronteira Brasil/Bolívia - limite fales sulista/incarcaterístico - v28/v29	Rio Verde
	v29 - Rio Guaporé	MT/Bolívia	rio/limite político	13°58'42"S	60°24'46"W	ponto de fronteira Brasil/Bolívia - v29/v30	Rio Guaporé
	v30 - Rio Mamoré	RO/Bolívia	rio/limite político	11°59'44"S	65°00'42"W	ponto de fronteira Brasil/Bolívia - v30/v31	Rio Mamoré
	v31/v33 - Rio Madeira						
	v31	RO/Bolívia	rio/limite político	10°23'57"S	65°23'29"W	ponto de fronteira Brasil/Bolívia - v31/v32	Rio Madeira
	v32	RO/Bolívia	rio/limite político	9°40'22"S	65°25'50"W	com Rio Abunã - ponto de fronteira Brasil/Bolívia - v32/v33 - limite fales amazônico/incarcaterístico	
v33	RO/AM	rio/limite político	9°01'30"S	64°13'12"W	inflexão Chapada dos Parecis/ponto comum com a alternativa 2 - ponto início do trecho comum - limite fales amazônico/incarcaterístico		

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

5.3.3.2.2 O Território Incaracterístico a partir da representação dos limites: alternativa 2

Esta alternativa (2), de acordo com os traçados nos cartogramas do autor (Figuras 29 e 31), tem início no ponto de inflexão para a Chapada dos Parecis, v26, comum às duas alternativas e pertencente também ao limite N/S (em 5.3.3.1). Por ter característica de uma *variante* de um curso principal, decidiu-se que a numeração dos vértices seria feita a partir daí, seguindo esse mesmo raciocínio (v26 a, v26 b etc.). A partir do v33, comum às duas alternativas, o autor prossegue com a representação até a Serra do Estrondo (v41), sendo necessário “fechar” a área do Território Incaracterístico incluindo os trechos correspondentes aos limites com o subfalar baiano (do v41 ao v23) e a parte do trecho 2 do limite N/S (do v23 ao v26), voltando ao vértice inicial (v26).

Figura 193 – Cartograma representativo da alternativa 2 para o Território Incaracterístico segundo Nascentes (1953)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

Quadro 88 – Quadro final correspondente à alternativa 2 para o Território Incaracterístico segundo Nascentes (1953)

LIMITES NASCENTES				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO	topônimo Nascentes
SUBFALARES	RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude		
território inca- racterístico (alternativa 2)	v26	MT	ponto	15°27'49"S	56°58'11"W	inflexão Chapada Parecis - limite fa- lares inca- racterístico/sulista	
	v26 a - Chapada dos Parecis	MT	serra	14°45'53"S	58°51'21"W		
	v26 b - Chapada dos Parecis	MT	serra	14°20'45"S	59°20'40"W		
	v26 c - Chapada dos Parecis	MT	serra	13°57'43"S	59°30'37"W		
	v26 d - Chapada dos Parecis	MT	serra	13°40'27"S	59°42'39"W		
	v26 e - Chapada dos Parecis	MT	serra	13°23'41"S	60°04'07"W		
	v26 f - Chapada dos Parecis	RO	serra	12°14'42"S	61°38'53"W		
	v26 g - Chapada dos Parecis	RO	serra	11°51'42"S	62°04'35"W		
	v26 h - Chapada dos Parecis	RO	serra	11°15'09"S	62°56'28"W		
	v26 i - Chapada dos Parecis	RO	serra	10°11'48"S	63°49'20"W		
v33 - Rio Madeira	RO/AM	rio/limite político	9°01'30"S	64°13'12"W	inflexão Chapada dos Parecis/ponto comum com a alternativa 1 - ponto início do trecho comum - limite fa- lares amazônico/inca- racterístico		

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

5.3.3.2.3 O Território Incaracterístico: limite comum às duas alternativas

Os vértices v33 a v26, no sentido horário dos traçados, pertencem ao limite comum às duas alternativas descritas. Com o fim de apresentá-lo de forma mais legível, esse limite comum será mostrado também, em dois trechos: o primeiro (trecho 1) que inicia no v33 e termina no v41 (Figuras 194 e 195) e o segundo (trecho 2) que inicia no v41 e vai até o v26 (Figuras 196 e 197).

Os vértices v35 a v40 pertencem aos limites sul dos Estados do Amazonas e Pará, assim como observado nas Figuras 171 e 172 quando da pesquisa feita nos mapas de Melo e Melo (1909).

Figura 194 – Cartograma representativo dos limites comuns às duas alternativas para o Território Incaracterístico, no trecho 1 (v33 a v41)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

Figura 195 – Parte do quadro final correspondente à alternativa 2 para o trecho comum das duas alternativas para o Território Incaracterístico, no trecho 1 (v33 a v41)

SUBFALARES	LIMITES NASCENTES			Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO	topônimo Nascentes
	RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude		
território incarcerístico (trecho comum 1)	v33/v35 - Rio Madeira						Rio Madeira
	v33	RO/AM	rio/limite político	9°01'30"S	64°13'12"W	inflexão Chapada dos Parecis - ponto início do trecho comum - limite falares amazônico/incarcerístico	
	v34	RO/AM	rio	8°03'23"S	62°51'09"W	v34 - Rio Jiparaná/Giparaná ou Machado	Rio Jiparaná
	v35	RO/AM	rio/limite político	7°59'04"S	62°53'07"W	bi-junção limites RO/AM	
	v36	RO/AM/MT	limite político	8°48'56"S	61°31'50"W	tris-junção limites RO/AM/MT - limite falares amazônico/incarcerístico	
	v37 - Rio Juruena	AM/MT	rio/limite político	8°47'11"S	58°25'09"W	Rio Juruena - v37/v38 - bi-junção limites AM/MT - limite falares amazônico/incarcerístico	
	v38 - Rio Três Barras	AM/P A/MT	rio/limite político	7°21'34"S	58°07'34"W	Rio Juruena/Rio São Manuel ou Teles Pires/Rio Tapajós - tris-junção limites AM/P A/MT - limite falares amazônico/incarcerístico	
	v39 - Rio São Manuel ou Teles Pires	P A/MT	rio/limite político	9°22'32"S	56°40'39"W	Rio São Manuel ou Teles Pires - v38/v39 - bi-junção limites P A/MT - limite falares amazônico/incarcerístico	
v40 - Rio Araguaia	P A/MT/TO	rio/limite político	9°49'57"S	50°14'01"W	tris-junção P A/MT/TO - limite falares amazônico/incarcerístico	foz Rio Aiqui com Rio Araguaia, originalmente limite P A/MT/GO	
v41 - Serra do Estrondo	TO	serra	9°56'14"S	48°57'50"W	Serra Dourada = Serra dos Javaés Canoeiros = Serra dos Chavantes = Serra das Cordilheiras - quadri-junção falares amazônico/nordes tino/incarcerístico/baiano	Serra do Estrondo	

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

Figura 196 – Cartograma representativo dos limites comuns às duas alternativas para o Território Incaracterístico, no trecho 2 (v41 a v26)



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

Figura 197– Parte do quadro final correspondente para o trecho comum das duas alternativas para o Território Incaracterístico, no trecho 2 (v41 a v26)

LIMITES NASCENTES				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO	topônimo Nascentes
SUBFALARES	RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude		
	v41/v44 - Serra do Estrondo						Serra do Estrondo
	v41	TO	serra	9°56'14"S	48°57'50"W	Serra Dourada = Serra dos Javaés Canoeiros = Serra dos Chavantes = Serra das Cordilheiras - quadri-junção fales amazônico/nordestino/incaracterístico/baiano	
	v42	GO	serra	10°04'48"S	49°03'54"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v43	GO	serra	10°14'24"S	49°05'39"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v44	GO	serra	10°29'01"S	49°10'24"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v45/v48 Serra dos Javaés						Serra dos Javaés
	v45	GO	serra	10°41'28"S	49°22'14"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v46	GO	serra	11°01'32"S	49°25'43"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v47	GO	serra	11°12'13"S	49°17'05"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v48	GO	serra	11°26'50"S	49°22'14"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v49/v53 - Serra dos Chavantes						Serra dos Chavantes
	v49	GO	serra	11°42'50"S	49°17'52"W	serra D. Luiza - limite fales incaracterístico/baiano	
	v50	GO	serra	12°05'14"S	49°22'14"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v51	GO	serra	12°15'42"S	49°27'28"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v52	GO	serra	12°41'01"S	49°32'42"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v53	GO	serra	12°53'52"S	49°39'42"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v54/v58 - Serra do Fanha						Serra do Fanha
	v54	GO	serra	12°55'49"S	49°56'53"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v55	GO	serra	13°09'48"S	50°04'59"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v56	GO	serra	13°22'54"S	49°55'23"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v57	GO	serra	13°53'26"S	49°37'04"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v58	GO	serra	14°08'16"S	49°24'51"W	limite fales incaracterístico/baiano	
	v23 - Pilar de Goiás	GO	localidade	14°45'48"S	49°34'49"W	tris-junção fales baiano/sulista/incaracterístico	Pilar
	v24 - Rio dos Araés	MT	rio	14°38'57"S	52°07'28"W	foz rio - com Rio das Mortes - limite fales sulista/incaracterístico	Rio dos Araés
	v25 - Cuiabá	MT	localidade	15°36'06"S	56°05'53"W	limite fales sulista/incaracterístico	Cuiabá
	v26	MT	ponto	15°27'49"S	56°58'11"W	inflexão Chapada Parecis - limite fales sulista/incaracterístico	

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

Quadro 89 – Território Incaracterístico no trecho comum às duas alternativas de traçado, com os vértices definidores acompanhados das respectivas coordenadas geográficas no sistema oficial adotado e topônimos atualizados segundo o IBGE em 2016

LIMITES NASCENTES				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO	topônimo Nascentes
SUBFALARES	RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude		
	v33/v35 - Rio Madeira						Rio Madeira
	v33	RO/AM	rio	9°01'30"S	64°13'12"W	inflexão Chapada dos Parecis/ponto início do trecho comum - limite faiares amazônico/incaracterístico	
	v34	RO/AM	rio	8°03'23"S	62°51'09"W		
	v35	RO/AM	rio/limite político	7°59'04"S	62°53'07"W	v34 - Rio Jiparaná/Giparaná ou Machado	Rio Jiparaná
	v36	RO/AM/MT	limite político	8°48'56"S	61°31'50"W	bi-junção limites RO/AM	
	v37 - Rio Juruena	AM/MT	rio/limite político	8°47'11"S	58°25'09"W	tris-junção limites RO/AM/MT - limite faiares amazônico/incaracterístico	
	v38 - Rio Três Barras	AM/PA/MT	rio/limite político	7°21'34"S	58°07'34"W	Rio Juruena - v37/v38 - bi-junção limites AM/MT - limite faiares amazônico/incaracterístico	
	v39 - Rio São Manuel ou Teles Pires	PA/MT	rio/limite político	9°22'32"S	56°40'39"W	Rio Juruena/Rio São Manuel ou Teles Pires/Rio Tapajós - tris-junção limites AM/PA/MT - limite faiares amazônico/incaracterístico	
	v40 - Rio Araguaia	PA/MT/TO	rio/limite político	9°49'57"S	50°14'01"W	Rio São Manuel ou Teles Pires - v38/v39 - bi-junção limites PA/MT - limite faiares amazônico/incaracterístico	foz Rio Aiqui com Rio Araguaia, originalmente limite PA/MT/GO
	v41/v44 - Serra do Estrondo						Serra do Estrondo
	v41	TO	serra	9°56'14"S	48°57'50"W	Serra Dourada = Serra dos Javaés Canoeiros = Serra dos Chavantes = Serra das Cordilheiras - quadri-junção faiares amazônico/nordestino/incaracterístico/baiano	
	v42	GO	serra	10°04'48"S	49°03'54"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v43	GO	serra	10°14'24"S	49°05'39"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v44	GO	serra	10°29'01"S	49°10'24"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v45/v48 Serra dos Javaés						Serra dos Javaés
	v45	GO	serra	10°41'28"S	49°22'14"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v46	GO	serra	11°01'32"S	49°25'43"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v47	GO	serra	11°12'13"S	49°17'05"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v48	GO	serra	11°26'50"S	49°22'14"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v49/v53 - Serra dos Chavantes						Serra dos Chavantes
	v49	GO	serra	11°42'50"S	49°17'52"W	Serra D. Luiza - limite faiares incaracterístico/baiano	
	v50	GO	serra	12°05'14"S	49°22'14"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v51	GO	serra	12°15'42"S	49°27'28"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v52	GO	serra	12°41'01"S	49°32'42"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v53	GO	serra	12°53'52"S	49°39'42"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v54/v58 - Serra do Fanha						Serra do Fanha
	v54	GO	serra	12°55'49"S	49°56'53"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v55	GO	serra	13°09'48"S	50°04'59"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v56	GO	serra	13°22'54"S	49°55'23"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v57	GO	serra	13°53'26"S	49°37'04"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v58	GO	serra	14°08'16"S	49°24'51"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v23 - Pilar de Goiás	GO	localidade	14°45'48"S	49°34'49"W	tris-junção faiares baiano/sulista/incaracterístico	Pilar
	v24 - Rio dos Araés	MT	rio	14°38'57"S	52°07'28"W	foz rio - com Rio das Mortes - limite faiares sulista/incaracterístico	Rio dos Araés
	v25 - Cuiabá	MT	localidade	15°36'06"S	56°05'53"W	limite faiares sulista/incaracterístico	Cuiabá
	v26	MT	ponto	15°27'49"S	56°58'11"W	inflexão Chapada Parecis - limite faiares sulista/incaracterístico	

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

5.3.3.3 O subfalar amazônico

Os subfalares do Norte são dois: **o amazônico que abrange o Acre, o Amazonas, o Pará e a parte de Goiás que vai da foz do Aiquiqui à serra do Estrondo**, e o nordestino, que compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e a parte de Goiás que vai da serra do Estrondo à nascente do Parnaíba (NASCENTES, 1953, p.25).

Na descrição acima, *a parte de Goiás* referida corresponde hoje, a parte do Estado de Tocantins.

A foz do Rio Aiquiqui era ponto limite comum aos estados do Pará, Mato Grosso e Goiás. Como houve alteração dos limites estaduais, a foz deixou de ser limite, ficando deslocado um pouco acima, já que a junção dos três estados ficou mais ao Sul. Como argumentado na apresentação de 5.3.3, optou-se por manter o critério das fronteiras estaduais. Desse modo, política e administrativamente o ponto é comum às três UF (PA, MT e TO) como descrito embora geograficamente sua posição seja outra.

A Figura 199 apresenta um cartograma de todo o subfalar amazônico enquanto que a de número 200 traz um detalhe do trecho correspondente aos limites deste subfalar com o subfalar nordestino. O Quadro 90 contém todos os vértices definidores desse subfalar.

Figura 199 - Cartograma representativo do subfalar amazônico



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 25), IBGE (2016).

Figura 200 – Cartograma representativo de detalhe do subfalar amazônico, no limite com o subfalar nordestino



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 25), IBGE (2016).

Quadro 90 – Vértices definidores dos limites do subfalar amazônico segundo Nascentes (1953), com topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

LIMITES NASCENTES				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO	topônimo Nascentes
SUBFALARES	RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude		
	Acre	AC	UF	X	X	polígono limite político da UF	
	Amazonas	AM	UF	X	X	polígono limite político da UF	
	Pará	PA	UF	X	X	polígono limite político da UF	
	parte do Tocantins	TO	UF	X	X		parte de Goiás
subfalar do Norte (amazônico)	v59 - Pedra de Amolar	PA/MA/TO	limite político	5°19'01"S	48°43'35"W	bico do Papagaio - tris-junção PA/MA/TO - limites falares amazônico/nordestino	
	v60	TO	ponto altimetria	5°20'27"S	48°14'19"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v61	TO	ponto altimetria	5°31'52"S	47°56'29"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v62	TO	ponto altimetria	5°57'24"S	47°50'51"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v63	TO	ponto altimetria	6°04'02"S	47°48'18"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v64	TO	ponto altimetria	6°20'00"S	47°56'42"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v65	TO	ponto altimetria	6°35'23"S	47°52'58"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v66	TO	ponto altimetria	6°56'29"S	48°04'54"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v67	TO	ponto altimetria	7°07'42"S	48°27'58"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v68/v81 - Serra do Estrondo						Serra do Estrondo
	v68	TO	serra	7°08'57"S	48°30'02"W	Serra do Estrondo ou das Cordilheiras	
	v69	TO	serra	7°23'57"S	48°29'19"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v70	TO	serra	7°28'57"S	48°28'36"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v71	TO	serra	7°34'45"S	48°30'32"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v72	TO	serra	7°41'48"S	48°29'19"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v73	TO	serra	7°51'47"S	48°31'27"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v74	TO	serra	7°56'04"S	48°35'44"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v75	TO	serra	8°23'41"S	48°39'33"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v76	TO	serra	8°41'03"S	48°37'10"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v77	TO	serra	8°46'09"S	48°39'14"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v78	TO	serra	8°53'15"S	48°39'38"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v79	TO	serra	8°59'36"S	48°38'36"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v80	TO	serra	9°16'01"S	48°43'35"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v81	TO	serra	9°48'11"S	48°51'50"W	limite falares amazônico/nordestino	
	v41 - Serra do Estrondo	TO	serra	9°56'14"S	48°57'50"W	Serra Dourada = Serra dos Javaés Canoeiros = Serra dos Chavantes = Serra das Cordilheiras - quadri-junção falares amazônico/nordestino/incaracterístico/baiano	
	v40 - Rio Araguaia	PA/MT/TO	rio/limite político	9°49'57"S	50°14'01"W	tris-junção PA/MT/TO - limite falares amazônico/incaracterístico	foz Rio Aiqui com Rio Araguaia, originalmente limite PA/MT/GO
	v39 - Rio São Manuel ou Teles Pires	PA/MT	rio/limite político	9°22'32"S	56°40'39"W	Rio São Manuel ou Teles Pires - v38/v39 - bi-junção limites PA/MT - limite falares amazônico/incaracterístico	
	v38 - Rio Três Barras	AM/PA/MT	rio/limite político	7°21'34"S	58°07'34"W	Rio Juruena/Rio São Manuel ou Teles Pires/Rio Tapajós - tris-junção limites AM/PA/MT - limite falares amazônico/incaracterístico	
v37 - Rio Juruena	AM/MT	rio/limite político	8°47'11"S	58°25'09"W	Rio Juruena - v37/v38 - bi-junção limites AM/MT - limite falares amazônico/incaracterístico		
v36	RO/AM/MT	limite político	8°48'56"S	61°31'50"W	tris-junção limites RO/AM/MT - limite falares amazônico/incaracterístico		
v35 - Rio Madeira	RO/AM	rio/limite político	7°59'04"S	62°53'07"W	bi-junção limites RO/AM		
v33 - Rio Madeira	RO/AM	rio	9°01'30"S	64°13'12"W	inflexão Chapada dos Parecis/ponto início do trecho comum - limite falares amazônico/incaracterístico		

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 25), IBGE (2016).

5.3.3.4 O subfalar nordestino

Os subfalares do Norte são dois: o amazonico que abrange o Acre, o Amazonas, o Pará e a parte de Goiás que vai da foz do Aquiqui à serra do Estrondo, e o nordestino, que compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e a parte de Goiás que vai da serra do Estrondo à nascente do Parnaíba (NASCENTES, 1953, p.25).

Figura 201 – Cartograma representativo do subfalar nordestino



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 25), IBGE (2016).

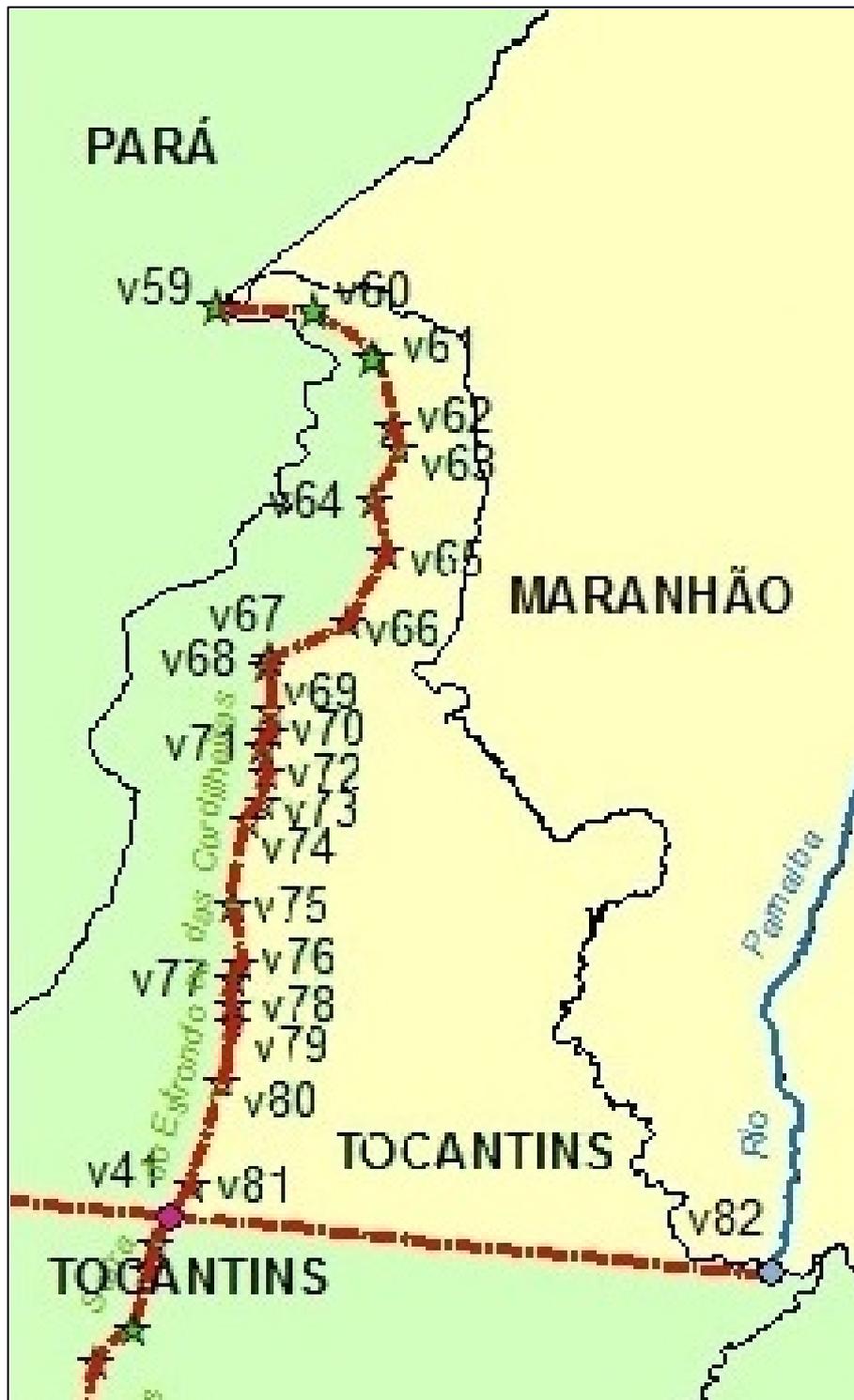
Quadro 91 – Vértices definidores dos limites do subfalar nordestino segundo Nascentes (1953), com topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

LIMITES NASCENTES				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO	topônimo Nascentes
SUBFALARES	RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude		
	Maranhão	MA	UF	X	X	polígono limite político da UF	
	Piauí	PI	UF	X	X	polígono limite político da UF	
	Ceará	CE	UF	X	X	polígono limite político da UF	
	Rio Grande do Norte	RN	UF	X	X	polígono limite político da UF	
	Paraíba	PB	UF	X	X	polígono limite político da UF	
	Pernambuco	PE	UF	X	X	polígono limite político da UF	
	Alagoas	AL	UF	X	X	polígono limite político da UF	
	parte do Tocantins	TO	UF	X	X		parte de Goiás
subfalar do Norte (nordestino)	v59 - Pedra de Amolar	PA/MA/TO	limite político	5°19'01"S	48°43'35"W	bico do P apagaio - tris-junção PA/MA/TO - limites faiares amazônico/nordestino	
	v60	TO	ponto altimetria	5°20'27"S	48°14'19"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v61	TO	ponto altimetria	5°31'52"S	47°56'29"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v62	TO	ponto altimetria	5°57'24"S	47°50'51"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v63	TO	ponto altimetria	6°04'02"S	47°48'18"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v64	TO	ponto altimetria	6°20'00"S	47°56'42"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v65	TO	ponto altimetria	6°35'23"S	47°52'58"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v66	TO	ponto altimetria	6°56'29"S	48°04'54"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v67	TO	ponto altimetria	7°07'42"S	48°27'58"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v68/v81 - Serra do Estrondo						Serra do Estrondo
	v68	TO	serra	7°08'57"S	48°30'02"W	Serra do Estrondo ou das Cordilheiras	
	v69	TO	serra	7°23'57"S	48°29'19"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v70	TO	serra	7°28'57"S	48°28'36"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v71	TO	serra	7°34'45"S	48°30'32"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v72	TO	serra	7°41'48"S	48°29'19"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v73	TO	serra	7°51'47"S	48°31'27"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v74	TO	serra	7°56'04"S	48°35'44"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v75	TO	serra	8°23'41"S	48°39'33"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v76	TO	serra	8°41'03"S	48°37'10"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v77	TO	serra	8°46'09"S	48°39'14"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v78	TO	serra	8°53'15"S	48°39'38"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v79	TO	serra	8°59'36"S	48°38'36"W	limite faiares amazônico/nordestino	
	v80	TO	serra	9°16'01"S	48°43'35"W	limite faiares amazônico/nordestino	
v81	TO	serra	9°48'11"S	48°51'50"W	limite faiares amazônico/nordestino		
v41 - Serra do Estrondo	TO	serra	9°56'14"S	48°57'50"W	Serra Dourada = Serra dos Javaés Canoeiros = Serra dos Chavantes = Serra das Cordilheiras - quadri-junção faiares amazônico/nordestino/incaracterístico/baiano		
v82 - Rio Paraíba	GO	rio	10°14'21"S	45°56'49"W	Rio Água Quente - limite faiares nordestino/baiano	nascente Rio Paraíba	

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 25), IBGE (2016).

Figura 202 – Cartograma representativo de detalhe do subfalar nordestino, no limite com o subfalar amazônico



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fonte: Nascentes (1953, p. 25), IBGE (2016).

5.3.3.5 O subfalar baiano

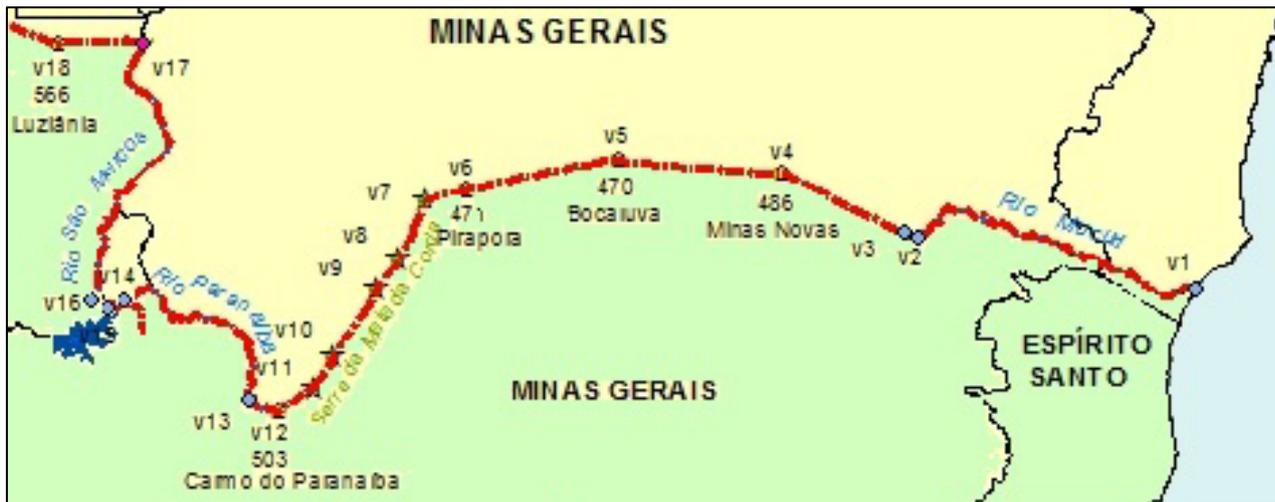
Os subfalares do Sul são quatro: o **baiano**, intermediário entre os dois grupos, abrangendo Sergipe, Baía, Minas (Norte, Nordeste e Noroeste), Goiás (parte que vem da nascente do Paranaíba, seguindo pelas serras dos Javais, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até a cidade de Pilar, rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrependidos); o fluminense, abrangendo o Espírito Santo, o Estado do Rio, o Distrito Federal, Minas (Mata e parte do Leste); o mineiro (Centro, Oeste e parte do Leste de Minas Gerais); o sulista, compreendendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas (Sul e Triângulo), Goiás (Sul) e Mato Grosso (NASCENTES, 1953, p.25-26).

Figura 203 – Cartograma representativo do subfalar baiano



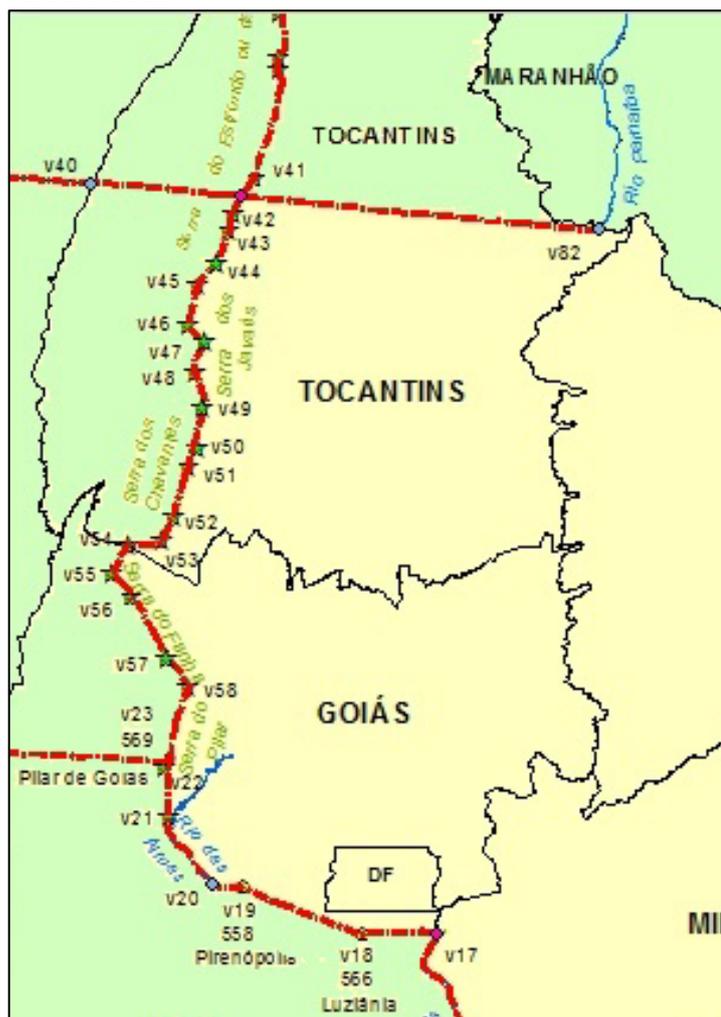
Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1953, p. 25-26), IBGE (2016).

Figura 204 – Cartograma representativo de detalhe do subfalar baiano, nos limites com os subfalares mineiro e partes do sulista e do fluminense



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fonte: Nascentes (1953, p. 25-26), IBGE (2016).

Figura 205 – Cartograma representativo de detalhe do subfalar baiano, nos limites com os subfalares sulista e Território Incaracterístico



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fonte: Nascentes (1953, p. 25-26), IBGE (2016).

Quadro 92 – Vértices definidores dos limites do subfalar baiano segundo Nascentes (1953), com topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

LIMITES NASCENTES				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO	topônimo Nascentes
SUBFALARES	RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude		
	Sergipe	SE	UF	X	X	polígono limite político da UF	
	Bahia	BA	UF	X	X	polígono limite político da UF	Baía
	parte de Minas	MG	UF	X	X		Norte, Nordeste e Noroeste
	parte do Tocantins	TO	UF	X	X		parte de Goiás
	v82 - Rio Paranaíba	GO	rio	10°14'21"S	45°56'49"W	Rio Água Quente - limite faiares nordestino/baiano	nascente Rio Paranaíba
	v41/v44 - Serra do Estrondo						Serra do Estrondo
	v41	TO	serra	9°56'14"S	48°57'50"W	Serra Dourada = Serra dos Javaés Canoeiros = Serra dos Chavantes = Serra das Cordilheiras - quadri-junção faiares amazônico/nordestino/incaracterístico/baiano	
	v42	GO	serra	10°04'48"S	49°03'54"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v43	GO	serra	10°14'24"S	49°05'39"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v44	GO	serra	10°29'01"S	49°10'24"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v45/v48 - Serra dos Javaés						Serra dos Javaés
	v45	GO	serra	10°41'28"S	49°22'14"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v46	GO	serra	11°01'32"S	49°25'43"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v47	GO	serra	11°12'13"S	49°17'05"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v48	GO	serra	11°26'50"S	49°22'14"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v49/v53 - Serra dos Chavantes						Serra dos Chavantes
	v49	GO	serra	11°42'50"S	49°17'52"W	serra D. Luiza - limite faiares incaracterístico/baiano	
	v50	GO	serra	12°05'14"S	49°22'14"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v51	GO	serra	12°15'42"S	49°27'28"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v52	GO	serra	12°41'01"S	49°32'42"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v53	GO	serra	12°53'52"S	49°39'42"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v54/v58 - Serra do Fanha						Serra do Fanha
	v54	GO	serra	12°55'49"S	49°56'53"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v55	GO	serra	13°09'48"S	50°04'59"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v56	GO	serra	13°22'54"S	49°55'23"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v57	GO	serra	13°53'26"S	49°37'04"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v58	GO	serra	14°08'16"S	49°24'51"W	limite faiares incaracterístico/baiano	
	v23 - Pilar de Goiás	GO	localidade	14°45'48"S	49°34'49"W	tris-junção faiares baiano/sulista/incaracterístico	Pilar
	v22 - Serra do Pilar	GO	ponto altimetria	14°49'13"S	49°37'21"W	limite faiares baiano/sulista	Serra do Pilar
	v20/v21 - Rio das Almas		rio				Rio das Almas
	v20	GO	rio	15°50'47"S	49°12'26"W	limite faiares baiano/sulista	
	v21	GO	ponto altimetria	15°14'27"S	49°35'17"W	limite faiares baiano/sulista	
	v19 - Pirenópolis	GO	localidade	15°51'17"S	48°56'55"W	limite faiares baiano/sulista	Pirenópolis
	v18 - Luziânia	GO	localidade	16°15'12"S	47°57'01"W	limite faiares baiano/sulista	Santa Luzia
	v17/v16 - Rio São Marcos					Represa da Emborcação/Rio São Marcos - limite faiares baiano/sulista	Rio São Marcos
	v17	MG/GO	elemento construído	16°14'21"S	47°20'12"W	cabeceira de ponte BR 251/Rio São Marcos - originalmente localidade - limite faiares sulista/baiano	Arrepentidos
	v16	GO	rio	18°09'11"S	47°39'30"W	limite faiares baiano/sulista	
	v15/v13 - Rio Paranaíba		rio				Rio Paranaíba
	v15	MG/GO	rio	18°11'09"S	47°32'03"W	Rio Paranaíba/Represa da Emborcação - limite faiares baiano/sulista	
	v14	MG/GO	rio	18°10'57"S	47°32'26"W	tris-junção faiares baiano/mineiro/sulista	
	v13	MG	rio	18°55'54"S	46°28'11"W	limite faiares baiano/mineiro	
	v12 - Carmo do Paranaíba	MG	localidade	18°59'52"S	46°18'48"W	limite faiares baiano/mineiro	Carmo do Paranaíba
	v11/v7 - Serra da Mata da Corda		serra				Serra da Mata da Corda
	v11	MG	ponto altimetria	18°48'30"S	46°03'50"W	limite faiares baiano/mineiro	
	v10	MG	ponto altimetria	18°34'25"S	45°55'47"W	limite faiares baiano/mineiro	
	v9	MG	ponto altimetria	18°03'42"S	45°36'12"W	limite faiares baiano/mineiro	
	v8	MG	ponto altimetria	17°50'39"S	45°26'16"W	limite faiares baiano/mineiro	
	v7	MG	ponto altimetria	17°23'34"S	45°14'38"W	limite faiares baiano/mineiro	
	v6 - Pirapora	MG	localidade	17°20'22"S	44°56'03"W	limite faiares baiano/mineiro	Pirapora
	v5 - Bocaiuva	MG	localidade	17°06'50"S	43°48'38"W	limite faiares baiano/mineiro	Bocaiuva
	v4 - Minas Novas	MG	localidade	17°12'57"S	42°35'19"W	limite faiares baiano/mineiro	Minas Novas
	v3/v1 - Rio Mucuri		rio				Rio Mucuri
	v3	MG	rio	17°40'33"S	41°40'07"W	nascente Rio Mucuri	
	v2	MG	rio	17°41'19"S	41°33'12"W	tris-junção faiares baiano, mineiro, fluminense	
	v1	BA	rio	18°05'28"S	39°33'18"W	foz rio - com Oceano Atlântico	

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1953, p. 25-26), IBGE (2016).

5.3.3.6 O subfalar fluminense

Os subfalares do Sul são quatro: o baiano, intermediário entre os dois grupos, abrangendo Sergipe, Baía, Minas (Norte, Nordeste e Noroeste), Goiás (parte que vem da nascente do Paranaíba, seguindo pelas serras dos Javais, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até a cidade de Pilar, rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrependidos); **o fluminense, abrangendo o Espírito Santo, o Estado do Rio, o Distrito Federal, Minas (Mata e parte do Leste)**; o mineiro (Centro, Oeste e parte do Leste de Minas Gerais); o sulista, compreendendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas (Sul e Triângulo), Goiás (Sul) e Mato Grosso (NASCENTES, 1953, p.25-26).

Figura 206– Cartograma representativo do subfalar fluminense



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

Quadro 93 – Vértices definidores dos limites do subfalar fluminense, segundo Nascentes (1953), com topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

LIMITES NASCENTES				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO	topônimo Nascentes	
SUBFALARES	RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude			
subfalar do Sul (fluminense)	Esprito Santo	ES	UF	X	X	polígono limite político da UF		
	Rio de Janeiro	RJ	UF	X	X	polígono limite político da UF	Estado do Rio e Distrito Federal	
	parte de Minas	MG	UF	X	X		Mata e parte do Leste	
	v1/v2 - Rio Mucuri			rio			Rio Mucuri	
	v1	BA		rio	18°05'28"S	39°33'18"W	foz rio - com Oceano Atlântico	
	v2	MG		rio	17°41'19"S	41°33'12"W	tris-junção faiares baiano, mineiro, fluminense	
	v83 - Itambacuri	MG		localidade	18°02'07"S	41°40'59"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v84 - Campanário	MG		localidade	18°14'55"S	41°44'09"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v85 - Jampruca	MG		localidade	18°27'41"S	41°48'33"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v86 - Governador Valadares	MG		localidade	18°51'17"S	41°57'21"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v87 - Periquito	MG		localidade	19°09'22"S	42°14'27"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v88 - Naque	MG		localidade	19°13'32"S	42°19'48"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v89 - Santana do Paraíso	MG		localidade	19°21'59"S	42°32'41"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v90 - Coronel Fabriciano	MG		localidade	19°31'06"S	42°37'40"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v91 - Timóteo	MG		localidade	19°34'35"S	42°38'52"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v92 - Marliéria	MG		localidade	19°42'36"S	42°43'58"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v93 - Dionísio	MG		localidade	19°50'34"S	42°46'37"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v94 - São Domingos do Prata	MG		localidade	19°52'05"S	42°58'17"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v95 - limite Mariana/Alvinópolis	MG		localidade	20°12'04"S	43°18'25"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v96 - limite Duro Preto/Itabirito	MG		localidade	20°18'21"S	43°37'39"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v97 - Congonhas	MG		localidade	20°29'46"S	43°51'04"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v98 - São Brás do S uaçuí	MG		localidade	20°37'28"S	43°57'06"W	limite faiares fluminense/mineiro	
	v99 - Entre Rio de Minas	MG		localidade	20°40'15"S	44°03'56"W	limite faiares fluminense/mineiro	
v100 - Desterro de Entre Rios	MG		localidade	20°39'55"S	44°20'01"W	limite faiares fluminense/mineiro		
v101 - São Tiago	MG		localidade	20°54'28"S	44°30'36"W	limite faiares fluminense/mineiro		
v102 - Bom Sucesso	MG		localidade	21°02'00"S	44°45'14"W	tris-junção faiares fluminense, mineiro, sulista		
v115 - Ibituruna	MG		localidade	21°09'16"S	44°44'53"W	limite faiares fluminense/sulista		
v116 - Cruzília	MG		localidade	21°50'25"S	44°48'25"W	limites faiares fluminense/sulista		
v117 - Baependi	MG		localidade	21°57'26"S	44°53'16"W	limites faiares fluminense/sulista		
v118 - Itamonte	MG		localidade	22°17'11"S	44°52'06"W	limites faiares fluminense/sulista		
v119	RJ/S P		limite político	22°23'36"S	44°48'43"W	limites faiares fluminense/sulista		
v120	RJ/S P		limite político	23°20'55"S	44°43'13"W	limites faiares fluminense/sulista/Oceano Atlântico		

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

5.3.3.7 O subfalar mineiro

Os subfalares do Sul são quatro: o baiano, intermediário entre os dois grupos, abrangendo Sergipe, Baía, Minas (Norte, Nordeste e Noroeste), Goiás (parte que vem da nascente do Paranaíba, seguindo pelas serras dos Javais, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até a cidade de Pilar, rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrependidos); o fluminense, abrangendo o Espírito Santo, o Estado do Rio, o Distrito Federal, Minas (Mata e parte do Leste); o mineiro (**Centro, Oeste e parte do Leste de Minas Gerais**); o sulista, compreendendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas (Sul e Triângulo), Goiás (Sul) e Mato Grosso (NASCENTES, 1953, p.25-26).

Figura 207 – Cartograma representativo do subfalar mineiro



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

Quadro 94 – Vértices definidores dos limites do subfalar mineiro, segundo Nascentes (1953), com topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

LIMITES NASCENTES				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO	topônimo Nascentes
SUBFALARES	RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude		
	parte de Minas Gerais	MG	UF	X	X		Centro, Oeste e parte do Leste
	v2/v3 - Rio Mucuri		rio				Rio Mucuri
	v2	MG	rio	17°41'19"S	41°33'12"W	tris-junção falares mineiro, baiano, fluminense	
	v3	MG	rio	17°40'33"S	41°40'07"W	nascente Rio Mucuri	
	v4 - Minas Novas	MG	localidade	17°12'57"S	42°35'19"W	limite falares mineiro/baiano	Minas Novas
	v5 - Bocaiuva	MG	localidade	17°06'50"S	43°48'38"W	limite falares mineiro/baiano	Bocaiuva
	v6 - Pirapora	MG	localidade	17°20'22"S	44°56'03"W	limite falares mineiro/baiano	Pirapora
	v7/v11 - Serra da Mata da Corda		serra				Serra da Mata da Corda
	v7	MG	ponto altimetria	17°23'34"S	45°14'38"W	limite falares baiano/mineiro	
	v8	MG	ponto altimetria	17°50'39"S	45°26'16"W	limite falares baiano/mineiro	
	v9	MG	ponto altimetria	18°03'42"S	45°36'12"W	limite falares baiano/mineiro	
	v10	MG	ponto altimetria	18°34'25"S	45°55'47"W	limite falares baiano/mineiro	
	v11	MG	ponto altimetria	18°48'30"S	46°03'50"W	limite falares baiano/mineiro	
	v12 - Carmo do Paranaíba	MG	localidade	18°59'52"S	46°18'48"W	limite falares baiano/mineiro	Carmo do Paranaíba
	v13/v14 - Rio Paranaíba		rio				Rio Paranaíba
	v13	MG	rio	18°55'54"S	46°28'11"W	limite falares baiano/mineiro	
	v14	MG/GO	rio	18°10'57"S	47°32'26"W	tris-junção falares baiano, mineiro, sulista	
	v114	MG	ponto altimetria	18°24'57"S	47°18'35"W	limite falares mineiro/sulista	
	v113	MG	ponto altimetria	18°55'15"S	47°16'44"W	limite falares mineiro/sulista	
	v112	MG	ponto altimetria	19°04'17"S	47°24'45"W	limite falares mineiro/sulista	
	v111	MG	ponto altimetria	19°47'36"S	47°30'22"W	limite falares mineiro/sulista	
	v110	MG	ponto altimetria	19°54'01"S	47°30'58"W	limite falares mineiro/sulista	
	v109	S P/MG	limite político	19°57'33"S	47°28'54"W	limite falares mineiro/sulista	
	v108	S P/MG	limite político	20°14'02"S	47°12'48"W	limite falares mineiro/sulista	
subfalar do Sul (mineiro)	v107 - Delfinópolis	MG	localidade	20°20'50"S	46°50'45"W	limite falares mineiro/sulista	
	v106 - Vargem Bonita	MG	localidade	20°20'01"S	46°22'09"W	limite falares mineiro/sulista	
	v105 - Pains	MG	localidade	20°22'15"S	45°39'47"W	limite falares mineiro/sulista	
	v104 - Itapeçerica	MG	localidade	20°28'15"S	45°07'38"W	limite falares mineiro/sulista	
	v103 - Oliveira	MG	localidade	20°41'55"S	44°49'45"W	limite falares mineiro/sulista	
	v102 - Bom Sucesso	MG	localidade	21°02'00"S	44°45'14"W	tris-junção falares mineiro, sulista, fluminense	
	v101 - São Tiago	MG	localidade	20°54'28"S	44°30'36"W	limite falares mineiro/fluminense	
	v100 - Desterro de Entre Rios	MG	localidade	20°39'55"S	44°20'01"W	limite falares mineiro/fluminense	
	v99 - Entre Rio de Minas	MG	localidade	20°40'15"S	44°03'56"W	limite falares mineiro/fluminense	
	v98 - São Brás do S uaçuí	MG	localidade	20°37'28"S	43°57'06"W	limite falares mineiro/fluminense	
	v97 - Congonhas	MG	localidade	20°29'46"S	43°51'04"W	limite falares mineiro/fluminense	
	v96 - Ouro Preto/Itabirito	MG	ponto limite município	20°18'21"S	43°37'39"W	limite falares mineiro/fluminense	
	v95 - Mariana/Alvinópolis	MG	ponto limite município	20°12'04"S	43°18'25"W	limite falares mineiro/fluminense	
	v94 - São Domingos do Prata	MG	localidade	19°52'05"S	42°58'17"W	limite falares mineiro/fluminense	
	v93 - Dionísio	MG	localidade	19°50'34"S	42°46'37"W	limite falares mineiro/fluminense	
	v92 - Marliéria	MG	localidade	19°42'36"S	42°43'58"W	limite falares mineiro/fluminense	
	v91 - Timóteo	MG	localidade	19°34'35"S	42°38'52"W	limite falares mineiro/fluminense	
	v90 - Coronel Fabriciano	MG	localidade	19°31'06"S	42°37'40"W	limite falares mineiro/fluminense	
	v89 - Santana do Paraíso	MG	localidade	19°21'59"S	42°32'41"W	limite falares mineiro/fluminense	
	v88 - Naque	MG	localidade	19°13'32"S	42°19'48"W	limite falares mineiro/fluminense	
v87 - Periquito	MG	localidade	19°09'22"S	42°14'27"W	limite falares mineiro/fluminense		
v86 - Governador Valadares	MG	localidade	18°51'17"S	41°57'21"W	limite falares mineiro/fluminense		
v85 - Jampruca	MG	localidade	18°27'41"S	41°48'33"W	limite falares mineiro/fluminense		
v84 - Campanário	MG	localidade	18°14'35"S	41°44'09"W	limite falares mineiro/fluminense		
v83 - Itabacuri	MG	localidade	18°02'07"S	41°40'59"W	limite falares mineiro/fluminense		
v2- Rio Mucuri	MG	rio	17°41'19"S	41°33'12"W	tris-junção falares mineiro, baiano, fluminense		

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

5.3.3.8 O subfalar sulista

Os subfalares do Sul são quatro: o baiano, intermediário entre os dois grupos, abrangendo Sergipe, Baía, Minas (Norte, Nordeste e Noroeste), Goiás (parte que vem da nascente do Paranaíba, seguindo pelas serras dos Javais, dos Xavantes, do Fanha e do Pilar até a cidade de Pilar, rio das Almas, Pirenópolis, Santa Luzia e Arrendidos); o fluminense, abrangendo o Espírito Santo, o Estado do Rio, o Distrito Federal, Minas (Mata e parte do

Leste); o mineiro (Centro, Oeste e parte do Leste de Minas Gerais); o sulista, compreendendo São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas (Sul e Triângulo), Goiás (Sul) e Mato Grosso (NASCENTES, 1953, p.25-26).

Figura 208 – Cartograma representativo do subfalar sulista



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

Figura 209 – Cartograma representativo de detalhe do subfalar sulista, nos limites com os subfalares fluminense, mineiro e baiano



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

Figura 210 – Cartograma representativo de detalhe do subfalar sulista, nos limites com os subfalares baiano e Território Incaracterístico



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.
 Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

Quadro 95– Vértices definidores dos limites do subfalar sulista, segundo Nascentes (1953), com topônimos atualizados, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016

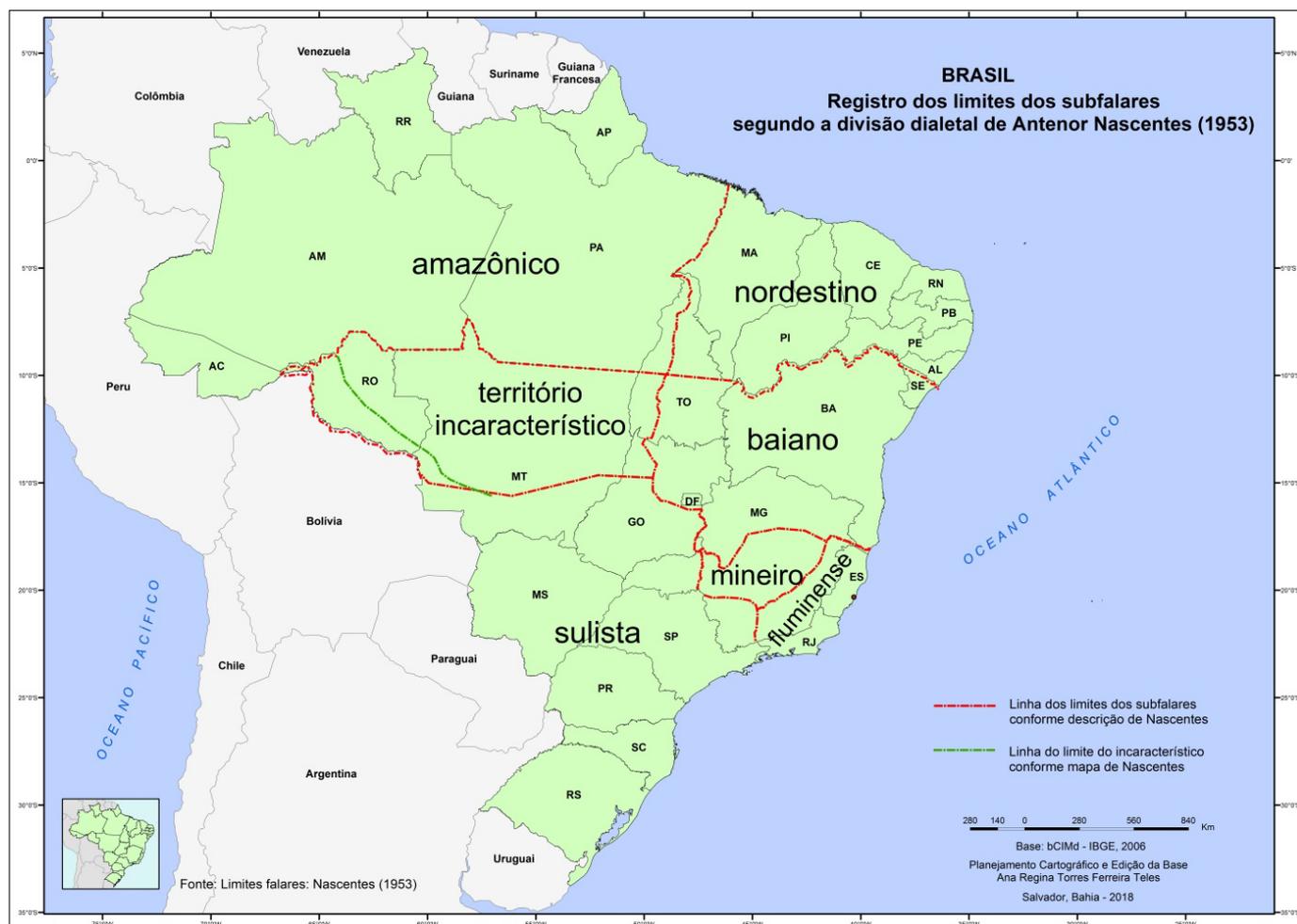
SUBFALARES	LIMITES NASCENTES			Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO	topônimo Nascentes
	RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude		
subfalar do Sul (sulista)	São Paulo	SP	UF	X	X	polígono limite político da UF	
	Paraná	PR	UF	X	X	polígono limite político da UF	
	Santa Catarina	SC	UF	X	X	polígono limite político da UF	
	Rio Grande do Sul	RS	UF	X	X	polígono limite político da UF	
	parte de Minas Gerais	MG	UF				Sul e Triângulo
	v107 - Delfinópolis	MG	localidade	20°20'50"S	46°50'45"W	limite faiares sulista/mineiro	
	v106 - Vargem Bonita	MG	localidade	20°20'01"S	46°22'09"W	limite faiares sulista/mineiro	
	v105 - Pains	MG	localidade	20°22'15"S	45°39'47"W	limite faiares sulista/mineiro	
	v104 - Itapeçerica	MG	localidade	20°28'15"S	45°07'38"W	limite faiares sulista/mineiro	
	v103 - Oliveira	MG	localidade	20°41'55"S	44°49'45"W	limite faiares sulista/mineiro	
	v102 - Bom Sucesso	MG	localidade	21°02'00"S	44°45'14"W	tris-junção faiares sulista, mineiro, fluminense	
	v115 - Ibituruna	MG	localidade	21°09'16"S	44°44'53"W	limite faiares sulista/fluminense	
	v116 - Cruzília	MG	localidade	21°50'25"S	44°48'25"W	limite faiares sulista/fluminense	
	v117 - Baependi	MG	localidade	21°57'26"S	44°53'16"W	limite faiares sulista/fluminense	
	v118 - Itamonte	MG	localidade	22°17'11"S	44°52'06"W	limite faiares sulista/fluminense	
	v119	RJ/SP	limite político	22°23'36"S	44°48'43"W	limite faiares sulista/fluminense	
	v120	RJ/SP	limite político	23°20'55"S	44°43'13"W	Oceano Atlântico - limite faiares sulista/fluminense	
	v108	SP/MG	limite político	20°14'02"S	47°12'48"W	limite faiares sulista/mineiro	
	v109	SP/MG	limite político	19°57'33"S	47°28'54"W	limite faiares sulista/mineiro	
	v110	MG	ponto altimetria	19°54'01"S	47°30'58"W	limite faiares sulista/mineiro	
	v111	MG	ponto altimetria	19°47'36"S	47°30'22"W	limite faiares sulista/mineiro	
	v112	MG	ponto altimetria	19°04'17"S	47°24'45"W	limite faiares sulista/mineiro	
	v113	MG	ponto altimetria	18°55'15"S	47°16'44"W	limite faiares sulista/mineiro	
	v114	MG	ponto altimetria	18°24'57"S	47°18'35"W	limite faiares sulista/mineiro	
	v14 - Rio Paranaíba	MG/GO	rio	18°10'57"S	47°32'26"W	tris-junção faiares baiano, mineiro, sulista	
	v17	MG/GO	elemento construído	16°14'21"S	47°20'12"W	cabeceira de ponte BR 251/Rio São Marcos - originalmente localidade - limite faiares sulista/baiano	Arrepidados
	parte de Goiás	GO	UF				Sul
	v18 - Luziânia	GO	localidade	16°15'12"S	47°57'01"W	limite faiares baiano/sulista	Santa Luzia
v19 - Pirenópolis	GO	localidade	15°51'17"S	48°56'55"W	limite faiares baiano/sulista	Pirenópolis	
v20/v21 - Rio das Almas		rio				Rio das Almas	
v20	GO	rio	15°50'47"S	49°12'26"W	limite faiares sulista/baiano		
v21	GO	rio	15°14'27"S	49°35'17"W	limite faiares sulista/baiano		
v22 - Serra do Pilar	GO	ponto altimetria	14°49'13"S	49°37'21"W	limite faiares baiano/sulista	Serra do Pilar	
v23 - Pilar de Goiás	GO	localidade	14°45'48"S	49°34'49"W	tris-junção faiares baiano/sulista/incaracterístico	Pilar	
parte de Mato Grosso	MT	UF					
v24 - Rio dos Araés	MT	rio	14°38'57"S	52°07'28"W	foz rio - com Rio das Mortes - limite faiares sulista/incaracterístico	Rio dos Araés	
v25 - Cuiabá	MT	localidade	15°36'06"S	56°05'53"W	limite faiares sulista/incaracterístico	Cuiabá	
v26	MT	ponto	15°27'49"S	56°58'11"W	inflexão Chapada Parecis / limite faiares sulista/incaracterístico		
v27 - Vila Bela da Santíssima Trindade	MT	localidade	15°00'15"S	59°56'51"W	limite faiares sulista/incaracterístico	Mato Grosso	
v28 - Rio Verde	MT/Bolívia	rio/limite político	14°37'11"S	60°17'15"W	ponto de fronteira Brasil/Bolívia / limite faiares sulista/incaracterístico	Rio Verde	

Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953, p. 26), IBGE (2016).

A Figura 211 sintetiza todo o estudo e ilustra os falares e todos os subfalares sobre a carta base atualizada.

Figura 211 – Mapa final do registro cartográfico da divisão dialetal de Nascentes (1953) sobre base cartográfica de 2016



Elaborado por Ana Regina Torres Ferreira Teles.

Fonte: Nascentes (1953 p. 25-26), IBGE (2016).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o longo trabalho de pesquisa realizado para alcançar os objetivos desta tese, pode-se afirmar que somente um propósito claro e bem definido desde a elaboração da proposta é capaz de não permitir que o pesquisador enverede por outros caminhos e leve seu projeto a termo.

Especialmente neste trabalho, cujos estudos exigiram que fossem trilhados novos percursos por áreas fascinantes, tanto na Linguística quanto na Cartografia, passando por outras como História, Antropologia, Urbanismo, Sociologia e Geografia, foi necessária uma grande disciplina para não perder o foco e garantir que os textos e as argumentações apresentados em cada seção estivessem perfeitamente concatenados entre si e com os objetivos finais. As seções 2 e 3 (das fundamentações teóricas) e 4 e 5 (da metodologia e da análise, respectivamente) dão uma mostra do que é possível num estudo inter e transdisciplinar como o presente.

Por esse motivo também, associado à constante e exponencial inovação tecnológica, é com bastante segurança que se pode afirmar de que os aspectos metodológicos cada vez mais terão que ser revistos e adaptados aos novos conteúdos, recursos e demandas da comunidade científica.

Também merece menção especial, a título de recomendação a outros pesquisadores, o cuidado que se deve ter com o retorno das consultas feitas através da *internet*, tanto pela quantidade quanto pela qualidade das informações, filtrando-se e avaliando-se cuidadosamente os resultados apresentados. As seções 4 e 5, em especial, ratificam claramente essas observações.

Como resultado, pretendia-se comprovar a pertinência e a viabilidade da utilização de recursos das geotecnologias associados à pesquisa documental (Cartografia Contemporânea e Cartografia Histórica) e da Geolinguística para reproduzir e registrar as propostas feitas por Nascentes nos dois estudos: a divisão dialetal descrita em *O linguajar carioca* (NASCENTES, 1953) e os pontos sugeridos por ele em *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (NASCENTES, 1958; 1961).

Com isso seria possível fornecer à comunidade linguística um produto cartográfico confiável, atualizado e de fácil consulta além de, com base na localização, sugestões para a substituição dos pontos não mais existentes.

Sintetizando o levantamento e a análise dos dados de Nascentes (1958), obtém-se o seguinte resumo:

- dos 606 pontos numerados, abate-se o número 21, ficando-se com 605;
- acrescentam-se os 9 pontos da Bahia (repetidos, 210 a 218), chegando-se a 614;
- descartam-se os números 367 e 454, referentes a localidades em duplicidade, totalizando 612, se mantidos os 11 pontos (293 a 303) associados ao então Distrito Federal;
- caso a opção seja substituí-los pela cidade do Rio de Janeiro (que não estava relacionada), o total passa a ser **602**.

Foram apresentados na seção 5, como produtos da pesquisa:

i) um mapa para cada unidade da federação com os pontos sugeridos para a rede, acompanhados de breve resumo das alterações toponímicas, das respectivas posições nas DPA e DTB à época e atuais, dos geocódigos (quando existem) e das coordenadas geográficas no sistema oficial adotado;

ii) um mapa para cada falar/subfalar da proposta da divisão dialetal conforme descrição original, também acompanhados de um breve resumo das alterações toponímicas, das posições nas DPA e DTB à época e atuais no caso de localidades e acidentes geográficos, geocódigos (quando pertinentes e existirem), assim como as coordenadas geográficas (quando pertinentes) no sistema oficial adotado.

Dessa forma, os **objetivos foram alcançados**, sendo contemplados com a disponibilização em *apêndice* dos seguintes produtos:

(i) um mapa com todas as localidades referenciadas no documento Nascentes (1958) atualizadas sobre base cartográfica do IBGE (2016);

(ii) um quadro com todas as localidades referenciadas no documento Nascentes (1958), em ordem alfabética, com numeração final ajustada, categoria na DPA e UF, topônimos atuais, geocódigos e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016;

(iii) um quadro com todas as localidades referenciadas no documento nascentes (1958), em ordem numérica crescente, com numeração final ajustada, topônimos atuais e UF segundo o IBGE em 2016

(iv) sugestões para a substituição de localidades não mais existentes;

(v) um mapa com todos os vértices definidores dos limites dos subfalares descritos no documento Nascentes (1953) sobre base cartográfica do IBGE (2016);

(vi) um quadro com todos os vértices definidores dos limites dos subfalares descritos no documento Nascentes (1953) com topônimos atualizados, UF, natureza geográfica, limites com outros falares e coordenadas geográficas, segundo o IBGE em 2016.

Finalmente, concluímos que as recomendações feitas por Teles (2008), com a pesquisa ainda em estágio embrionário e dando os primeiros frutos, sinalizando as dificuldades e sugerindo algumas recomendações, são totalmente pertinentes e seguem transcritas adiante:

Os caminhos trilhados, até o momento, para a correta identificação dos pontos sugeridos por Antenor Nascentes para a elaboração do *Atlas Lingüístico do Brasil* apresentados no presente trabalho confirmam, inequivocamente, **a necessidade da associação de coordenadas aos pontos usados nos atlas lingüísticos** de forma a garantirem o resgate, a qualquer época, das respectivas identidades posicionais, constituindo-se esta, na **primeira recomendação proposta**.

Embora a adoção do georreferenciamento dos pontos seja suficiente para a correta identificação, acrescenta-se à anterior uma outra sugestão: **recomenda-se que haja uma padronização do termo usado para os pontos**, evitando-se o uso daqueles que sejam decorrentes de situações que possam mudar com o tempo como municípios, distritos, regiões, etc. Desta forma, consideramos mais pertinentes, os termos “ponto” ou, simplesmente, “localidade” que, a depender do momento, pode ter *status* variado na organização política do país, ora na condição de cidade, ora na condição de um simples povoado, por exemplo, mas em nada interferirá na confiabilidade da sua identificação.

Os lingüistas e outros usuários não precisam preocupar-se em “conhecer” antecipadamente as coordenadas dos pontos. Se estes pertencerem a localidades que já integram a base geográfica do IBGE, todas já tem a si associadas o geocódigo, até o nível distrital. Caso não façam parte ainda dessa base, a tomada de suas coordenadas (georreferenciamento) poderá ser feita sem qualquer complicação pelo próprio inquiridor quando da aplicação do questionário/entrevista através de um simples equipamento de navegação GPS e sem onerar os custos do projeto visto que o seu custo, atualmente, é menor do que aquele dispendido na procura da identificação

das localidades através de acessos a sistemas de comunicação como telefonia ou banda larga” (TELES, 2008, p.16).

Acredita-se que como legado, a partir dos produtos finais disponibilizados, será mais fácil encontrar respostas para as questões mais frequentes: se uma determinada localidade está incluída na relação do documento *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (NASCENTES, 1958) assim como a qual região dialetal é possível associar determinada localidade a partir da proposta de divisão dialetal feita em *O Linguajar Carioca* (NASCENTES, 1953).

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. ABL. Acadêmicos. Rio de Janeiro, [200-]. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos>. Acesso em: jun. 2017.
- ALVAR, Manuel. *Estructuralismo, geografia lingüística y dialectología actual*. Madrid: Gredos, 1969.
- ALVAR, M. Diferencias en el habla de hombres y mujeres. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 77-86, dez. 1958.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi, 1955.
- ARONOFF, S. *Geographical information systems: a management perspective*. Ottawa: WDI Publications, 1989.
- BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. *Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BRASIL. Decreto nº 6666 de 27 de novembro de 2008 da Presidência da República. Institui a Infra-Estrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE). Brasília: Ministério do Planejamento, 2008. Disponível em: <http://planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/inde>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília - DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Decreto nº. 30.643, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Senado Federal, Subsecretaria de Informações, Brasília, 20 mar. 1952.
- BRASIL. Decreto-lei nº 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, ano 1, n. 2, p. 147-154, abr. 1939. DOU, Rio de Janeiro, 7 mar. 1938. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php. Acesso em: ago. 2011.
- BRASIL. Constituição (1937). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: ago. 2011.
- BRASIL. Censo Demográfico 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960, volumes 1 a 19. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=768>. Acesso em: 27 abr 2012.
- BRASIL. Censo Demográfico 1950. Conselho Nacional de Estatística . Serviço Nacional de Recenseamento. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, - volumes 1 a 30. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=767>. Acesso em: 27 abr 2012.
- BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil 1940. Censo demográfico: censos econômicos. Rio de Janeiro: IBGE, 1952 – volumes 1 a 22. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=765>. Acesso em: 27 abr 2012.

- BRASIL. Divisão Administrativa do Brasil. Departamento Nacional de Estatística. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1933.
- BRASIL. Recenseamento do Brasil 1920. Directoria Geral de Estatística. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1920.
- BRASIL. Divisão Administrativa em 1911. Directoria do Serviço de Estatística. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1913.
- BURROUGH, P. A.; MCDONNELL, R.A. *Principles of geographical information systems*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- BURROUGH, Peter A. *Principles of geographical information systems: methods and requirements for land use planning*. Clarendon: Oxford, 1986.
- BUZAI, Gustavo D. *Geografía GLOB@L. El paradigma geotecnológico y el espacio interdisciplinario en la interpretación del mundo del siglo XXI*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1999.
- BUZAI, Gustavo D.; DURÁN, Diana. *Enseñar e investigar com sistemas de información geográfica – SIG*. Buenos Aires: Editorial Troquel, 1997.
- CALLOU, Dinah. Quando dialetologia e sociolinguística se encontram. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 41, p. 29-48, 2010.
- CALLOU, Dinah; BARBOSA, Afranio; LOPES, Célia. O português do Brasil: polarização sociolingüística. In: CARDOSO, Suzana Alice M.; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virginia (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 259-292.
- CALLOU, Dinah. *Da história social à história linguística: o Rio de Janeiro do século XIX*. SEMINÁRIO DO PROJETO PARA UMA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO, 3. Campinas: UNICAMP, 1999.
- CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel; MEDEIROS, José Simeão de. *Introdução à ciência da geoinformação*. São José dos Campos: INPE, 2001 e 2004.
- CÂMARA, Gilberto, et. al. *Anatomia de sistemas de informação geográfica*. Campinas: UNICAMP; Instituto de Computação, 1996.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. A Geolinguística do português na Romênia Nova. Paris, Université Sorbonne - Paris IV, 2016. Conferência de abertura do *IV Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística*.
- CARDOSO, Suzana Alice. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: EDUFBA, 2005. v. 2.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. *Atlas Linguístico do Brasil: introdução*. Londrina: EDUEL, 2014a. v.1.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. *Atlas Linguístico do Brasil: cartas linguísticas*. Londrina: EDUEL, 2014b. v.2.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Tinha Nascentes razão?* In: Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil. Estudos: Lingüísticos e Literários, 5: 47-59. 1986.

CARRATO, José Ferreira. *Carta da Capitania de Minas Gerais*. [19--]. Escala 1: 3 500 000. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Disponível em: <https://ihgb.org.br/pesquisa/mapoteca/item/106410-capitania-de-minas-gerais-nos-fins-da-era-colonial-trabalho-por-jos%C3%A9-ferreira-carrato.html>. Acesso em: abr. de 2017.

CARVALHO, Leonardo Franklin de; CASTRO, José Flávio Moraes. *Resgate de mapas históricos da Capitania de Minas Gerais em ambiente SIG*. SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA, AGENDAS PARA A HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA IBEROAMERICANA, 3: Anais... *Anais do 3 SIHC*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

CARUSO, Pedro. *Metodologia da pesquisa dialetológica*. In: AGUILERA, Vanderici de Andrade (Org.). *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a perseguir*. Londrina: EDUEL, 2000. p. 371-380.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasileira ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1817. Novamente publicada em 1976, pela Itatiaia e pela EDUSP (Belo Horizonte e São Paulo, respectivamente, na coleção "Reconquista do Brasil", n. 27, com Prefácio de Mário Guimarães Ferri).

CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia do folclore brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2002. 2v.

CASTRO, Eugenio de. *Ensaio de geographia linguistica*. 2. ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941. Brasileira; Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5, v. 201.

CESAR, José Ximenes. *Carta physica e política do Estado de Minas Geraes*. 1930. Escala 1:1 000 000. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart173944/cart173944.jpg. Acesso em: abr. de 2017.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. *La dialettología*. Tradução Donatella Trotta. Bologna: Il Mulino, 1987.

COSERIU, Eugenio. *Sentido y tareas de la dialectología*. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.

COSERIU, Eugenio. La Geografía Lingüística. Apartado del n. 14 de la *Revista de la Facultad de Humanidades y Ciencias*, Montevideo, 1955.

CUNHA, S.; SILVA NETO, S. da. *Guia para estudos dialectológicos*. 2 ed. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1957.

DICIONÁRIO BIOBIBLIOGRÁFICO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA. SILVA, José Pereira da; AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. (Org). Rio de Janeiro ABRAFIL 2012.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A toponímia como meio de investigação linguística e antropológica. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *Estudos geolingüísticos e dialetais sobre o português: Brasil - Portugal*. Campo Grande: EDUFMS, 2008. p. 215-231.

DICK, Maria Vicentina Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

- ELIA, Sílvio. Nota sobre as áreas dialetais brasileiras. In: _____. *Ensaio de filologia e lingüística*. Rio de Janeiro; Brasília: Grifo: INL, 1975 [1963]. p. 225-231.
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. Geoinformação. Manual de Campanha. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, DSG: 2014, 83p. Disponível em <https://bdgex.eb.mil.br/index.php/biblioteca>. Acesso em: dez. 2016.
- EUGENIO DE CASTRO E ALMEIDA. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*: Resenhas. p. 83, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/viewFile/69804/72470>. Acesso em: jun. 2017.
- FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- FERREIRA, Débora. *Atlas: mapas do mundo*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2017.
- FERREIRA, Luiz de Paula. montesclaros.com. Montes Claros, MG, [200-]. Disponível em: www.mocmg.com.br/mural/artigos. Acesso em: 2 set. 2006.
- FERREIRA, Manuela Barros et al. Variação linguística: perspectiva dialectológica. In: FARIA, Isabel Hub et al. (Org.). *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996. p. 479-502.
- GARCIA, Rodolpho. Dicionário de Brasileirismos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro. t. 76, parte 1, p. 633-947, 1915. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsSWtwR3FtRUVObHM/view. Acesso em: nov. 2017.
- GARCÍA MOUTON, Pilar. Dialectología y geografía lingüística. In: GUTIÉRREZ-REXACH, Javier (Ed.). *Enciclopedia de lingüística hispânica*. 2016. [versão scribed.com].
- GARCÍA PAZOS, Fernando. Toponímia: *Thesaurus Toponímico* y su integración cartográfica. *Mapping*, n. 69, p. 66-69, mayo/jun., 2001. Disponível em: www.mappinginteractivo.com/plantilla-ante.asp?idarticulo=85. Acesso em: jul. 2011.
- GRELOT, Jean-Philippe. Os agrimensores do espaço. *O Correio da UNESCO*, n. 8. Rio de Janeiro, p. 29-32, 1991.
- HARLEY, J. Brian. A nova história da cartografia. *O Correio da UNESCO*, n. 8. Rio de Janeiro, p. 4-9, 1991.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HERRERO TEJEDOR, Tomás Ramón. Influencia de la proyección acotada en la representación del território: presencia cartográfica de las vías pecuarias. In: *Vías pecuarias: caminos antiguos com diferentesd historias*. 11 nov. 2008. Domínio público. Disponível em: http://www.madrimasd.org/blogs/vias_pecuarias/2008/04/11/. Acesso em: set. 2017.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário HOUAISS da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IBRAHIN, Francini Imene Dias. *Introdução ao geoprocessamento ambiental*. São Paulo: Érica, 2014.
- Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE. Apresentação. Disponível em: <http://www.inde.gov.br/a-inde/apresentação>. Acesso em: 10 nov. 2016.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Centro de Referência em Nomes Geográficos. CRNG*. [201-]. Disponível em:
http://www.ngb.ibge.gov.br/Default.aspx?pagina=centro_referencia. Acesso em: 5 mai. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Divisão Regional do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: mai. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: jan. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. [Organização do território]. 2017c. Disponível em:
ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/. Acesso em: 10 set. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE /DGC. *Base cartográfica contínua, ao milionésimo – BCIM. versão 5.0*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016b. 2v.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Nome Geográfico*. Encarte da Coordenação de Cartografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2016c.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE /DGC. *Documentação técnica geral. volumes I e II: Base cartográfica contínua, ao milionésimo – BCIM. versão 4.0*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Glossário Cartográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, [201-]. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario_cartografico.shtm. Acesso em: 18 jun. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. [Recorte dos arquivos]: arquivo **a**_legislacao_municipal_municipios_vigente; arquivo **b**_legislacao_municipal_municipios_extintos; arquivo **c**_legislacao_alteração toponímica municipal; arquivo **o**_alteracao_categoria_uf; arquivo, **p**_legislacao_de_uf. Rio de Janeiro, IBGE, 2012. Disponível em: www.ibge.gov.br:
http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm. Acesso em: 10 abr. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil – IBGE, Diretoria de Geociências*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a. p.110-114.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2000: documentos para disseminação; Memória Institucional 17*. Rio de Janeiro. 2011b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Índice de Nomes Geográficos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE /DGC. *Base cartográfica contínua, ao milionésimo – BCIM. versão 3.0*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html. Acesso em: 10 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Metodologia do Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE /DGC. *Base cartográfica contínua, ao milionésimo – BCIM. versão 2.0*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Índice dos topônimos da carta do Brasil ao milionésimo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971. Introdução.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1968.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Atlas do Brasil (geral e regional)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Mapa do Brasil*. 1954. Escala 1: 5 000 000. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: abr. de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *A divisão do território fixada para 1939-1943*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. INPE. *Introdução ao Geoprocessamento*. Edição eletrônica. [20--]. Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/spring/portugues/tutorial/introducao_geo.html. Acesso em: 14 mar. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS: INPE. *Mapa de precipitação média anual*. Rio de Janeiro: IBGE, [20--]. Disponível em: http://www.dsr.inpe.br/dsr/simeao/Publicações/Intensidade_Pluiom%20E9trica.pdf. Acesso em: mar. 2010.

IORDAN, Iorgu. *Introdução à linguística românica*. Reel. Trad. Júlia Dias Ferreira. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1982.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Atlas Regionais em andamento no Brasil: perspectivas metodológicas. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A Geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a perseguir*. Londrina: EDUEL, 2005. p. 334-356.

JOAQUIM BRAZ RIBEIRO. *Bibliothèque Nationale de France*, p. 170, [200-]. Disponível em: http://data.bnf.fr/12082114/joaquim_ribeiro/. Acesso em: jun. 2017.

JOLY, F. *A Cartografia*. Campinas: Papirus, 1990.

KIMERLING, J. *Sistemas de Informações geográficas e cartografia*. Associação Cartográfica Internacional. Tradução de Fernando Santil e José Hamilton Azenha Pereira. São Paulo: UNESP, Campus Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologias, 1994.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Carolina R. Cardoso, São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

- LABOV, William; SHARON, Ash; BOBERG, Charles. *Atlas of north american English: phonetics, ponology and sound change; a multimedia reference tool*. Berlin: De Gruyter, 2006.
- LABOV, William. *Modelos sociolingüísticos*. Tradução José Miguel Marinas Herrerias. Madrid: Cátedra, 1983 [1972].
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, William. *The social history of sound change on the island of Martha's Vineyard, Massachusetts*. Master's essay, Columbia University, 1962.
- LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988.
- LEÃO NETO, Pedro. *Sistemas de informação geográfica*. Lisboa: Editora de Informática, 1998.
- LONGLEY, Paul A.; GOODCHILD, Michael F.; MAGUIRE, David J.; RHIND, David W. *Geographic information systems and science*. 2. ed. Ontario: John Wiley, 2005.
- LONGLEY, Paul A.; GOODCHILD, Michael F.; MAGUIRE, David J.; RHIND, David W. *Sistemas e ciência da informação geográfica*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 540p.
- LOPE-BLANCH, J. M. La Sociolingüística y la dialectología hispánica. In: ALVAR, Manuel; LOPE-BLANCH, J. M. (Org.). *En torno a la sociolingüística*. México: UNAM; Instituto de Investigaciones Filológicas, 1978. p. 33-58.
- LUBISCO, N. M. L.; VIEIRA, S. C. *Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses*. 6. ed. Salvador: EDUFBA, 2019. 158p.
- MANUEL BALTAZAR PEREIRA DIÉGUES JÚNIOR. Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas, [200-]. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoos/mapeamento-cultural/alagoanos-ilustres/manuel-diegues-junior>. Acesso em: jun. 2017.
- MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco*. São Paulo: Nacional, 1934.
- MARTIN, Jose Antonio Mateos. Toponímia: bases y perspectivas desde el Centro de Informaçõs Cartografica y Territorial de Extremadura. *Mapping*, n. 141, p. 43-54, mayo-jun. 2010. Disponível em: www.mappinginteractivo.com/plantilla-ante.asp?id_articulo=1686. Acesso em: jul. 2011.
- MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Geraes e Goiaz* [1836]. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.
- MEDEIROS, J. S. de; TOMÁS, D. D.; SIMÕES, M. *Introdução aos sistemas de informação geográfica: apostila de Curso*. CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 17. Salvador: [s.n.], 1995.
- MEILLET, A. Comment les mots changent de sens. In: MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Honoré Champion, 1921. p. 230-271. Publicado anteriormente em *L'Année Sociologique* (1905-1906). Disponível em: <https://archive.org/details/linguistiquehist00meil>. Acesso em: dez. 2016.
- MELLO, Barão Homem de; MELLO, Francisco Homem de. *Atlas do Brazil*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. 1909.

MENDONÇA, Renato. *O Português do Brasil*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1936.

MENEZES, Paulo M. L.; SANTOS, Cláudio J. B. Geonímia e Cartografia: da pesquisa histórica ao geoprocessamento. *Portal da Cartografia*. Londrina, v.1, n.1, maio/ago. 2008, p. 75-92. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia>. Acesso em: dez. 2016.

MENEZES, Paulo M. L.; SANTOS, Cláudio J. B. Geonímia do Brasil: pesquisa, reflexões e aspectos relevantes; ad eternum. *Revista Brasileira de Cartografia*, Brasília, n. 58, t.2, ago. 2006. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/rbc/index.php/rbc/article/view/112>. Acesso em: 18 jun. 2014.

MENEZES, P. M. L. de; FERNANDES, M. do C. *Roteiro de cartografia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

MONTES CLAROS.COM: UM OLHAR SOBRE O QUE É NOTÍCIA EM TODA PARTE. [200-]. Disponível em: <https://montesclaros.com/default.asp>. Acesso em: 2 set. 2006. A crônica está acessível por consulta ao item mural de artigos.

MINAS GERAIS. [Hidroelétrica de Queimada]. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/usina-hidreletrica-queimado>. Acesso em: 10 set. 2018.

MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MOSELEY, Christopher (ed.). *Atlas de las lenguas del mundo en peligro*. 3. ed. Paris: UNESCO, 2010. Versão eletrônica disponível em: <http://www.unesco.org/culture/en/endangeredlanguages/atlas>. Acesso em: 10 mar. 2017.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros*. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). *Documentos 2: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006.

MOTA, Jacyra Andrade. Áreas dialetais brasileiras. In: *Quinhentos anos de história Linguística do Brasil*. CARDOSO, Suzana Alice M.; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. (Org.) Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006b. p. 319-357.

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC; Casa de Rui Barbosa. 1958-1961. 2v.

NASCENTES, Antenor. Divisão dialectológica do território brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, abr./jun, p.213-219, 1955.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

NASCENTES, Antenor. Études dialectologiques au Brésil. *Orbis: Bulletin International de Documentation Linguistique*, Louvain, t. 1, n. 1, p. 181-184, 1952.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livr. Machado: Livr. Alves, 1933. v. 4.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca em 1922*. Rio de Janeiro: Sússekind de Mendonça, [192-].

OLIVEIRA, R. de. As origens do saber cartográfico. In: SANTOS, Milton et al. (org.). *Problemas geográficos de um novo mundo*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 324-37.

- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA: UNESCO. *Atlas das Línguas do mundo em perigo*: versão eletrônica. [20--]. Disponível em: <http://www.unesco.org/languages-atlas/index.php?hl=es&page=atlasmap>. Acesso em: mar. 2017.
- PAIVA, Maria da Conceição Auxiliadora de. *Amostras do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ:CAPES, 1999.
- PARANÁ. Resolução PR nº. 01/2015 de 24 de fev. de 2015. Define data de término do período de transição definido na RPR 01.2005. Curitiba. 2015.
- PAREDES, Evaristo Atencio. *Sistema de informação geográfica*. São Paulo: Érica, 1994.
- POP, Sever. *La dialectologie: aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques*. Louvain: Chez l'Auteur: Gembloux: Duculot, 1950. 2v.
- POSTO AGRO ÓLEO UNAÍ. In: GOOGLE MAPS. 2018. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Bairros Cariocas. Rio de Janeiro: Portal GEO, 2017. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_cidade.htm. Acesso em: 10 nov. 2017.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Bairros Cariocas. Rio de Janeiro: esri, 2017. Disponível em: <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=7fe1b0d463e34b3b9ca2fafd50c3df76>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Portal GEO. Rio de Janeiro: DATARIO, 2017. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Sistema Municipal de Informações Urbanas – SIURB. Rio de Janeiro: IMA; Satélite, 2017. Disponível em: http://portalgeo-pcrj.opendata.arcgis.com/datasets/8454eb0454b7424d89c61b67742286a1_15/. Acesso em: 10 nov. 2017.
- PROJETO ALiB. *Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: UFBA, 1996. Disponível em <http://www.alib.ufba.br>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- RECEITA FEDERAL. Catálogo Histórico das Repartições Fazendárias-Brasil Colônia [20--]. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo_colonial/letrar/registros.htm Acesso em: 18 nov. 2018.
- REMÉDIOS, Mendes dos. *Introdução à história da litteratura portuguesa*. 2. ed. Coimbra: F. França Amado, 1898. Edição eletrônica de domínio público. Disponível em: <http://books.google.com/>. Acesso em: jun. 2017.
- RENATO FIRMINO MAIA DE MENDONÇA. In: ALMEIDA, Paulo Roberto. *Diplomatizzando: Renato Mendonça: um intelectual na diplomacia*. 2012. Disponível em: <http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2012/12/renato-mendonca-um-intelectual-na.html.br>>. Acesso em: jun. 2017.
- RIBEIRO, João. Formação do Brasil. In: RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 1900. Rio de Janeiro: Liv. Cruz Coutinho, 1900. (Cap. 5, parte B História local). Edição eletrônica de domínio público. Disponível em: <http://books.google.com/>. Acesso em: jun. 2017.

- ROCHA, César Henrique Barra. *Geoprocessamento: tecnologia transdisciplinar*. Juiz de Fora: Ed. do Autor, 2000.
- RODRÍGUEZ, Alfredo Macieira. Breve histórico da geografia lingüística. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, v.10, p. 42-53, 1998. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4\(10\)42-53.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/4(10)42-53.html). Acesso em: nov. 2013.
- ROSSI, Nelson. *Os falares regionais do Brasil*. In: O SIMPÓSIO DE SÃO PAULO, 1969, São Paulo. Ata [...]. São Paulo: [s.n.], 1969.
- ROSSI, Nelson. A Dialectologia. *Alfa: Revista de Linguística*, Marília, n.11, p. 89-115, 1967.
- ROSSI, Nelson. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1963.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997a.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 3. ed. São Paulo, Nobel, 1992.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1978.
- SILVA, Ana Cristina da. *O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI: o território na trama das significações imaginárias*. 2010. 2v. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2010.
- SILVA, Ardemírio de Barros. *Sistemas de informações geo-referenciadas: conceitos e fundamentos*. Campinas: EDUNICAMP, 2003.
- SILVA, José Pereira da; AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de (organizadores). DICIONÁRIO BIOBIBLIOGRÁFICO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA. [Versão preliminar, sem revisão dos autores]. Rio de Janeiro: ABRAFIL 2012.
- SILVA-CORVALÁN, Carmen. *Sociolingüística: teoría y analisis*. Madrid: Alhambra, 1988.
- SILVA NETO, Serafim da. *Guia para estudos dialectológicos*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.
- SILVA NETO, Serafim da. Divisão dialetal do Brasil. *A Manhã*, Rio de Janeiro, edição 02591, 17 jan. 1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408>. Acesso em: 18 jun 2014.
- SÍLVIO EDMUNDO ELIA. In: BECHARA, Evanildo. *Boletim do CEDOCH: Em homenagem a Sílvio Elia*. São Paulo, n. 4, p. 9-15, 1999. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dl/cedoch/downloads/boletim4_9-15.pdf. ANPOLL, GT de *Historiografia da Lingüística Brasileira*. Acesso em: jun 2017.
- SIMÕES, Margareth Gonçalves. *Modeladores digitais de terreno em sistemas de informação geográfica*. Dissertação (Mestrado). [Rio de Janeiro] 1993. COPPE/UFRJ, Mestrado em Sistemas e Computação, Engenharia de Sistemas e Computação, 1993.
- SOUSA FERNÁNDEZ, Xulio (Ed.). *Toponímia e cartografia*. Santiago de Compostela: Conselho da Cultura Galega: Instituto da Língua Galega, 2010.

TEIXEIRA, A.; CHRISTOFOLETTI, A. *Sistemas de informação geográfica*: dicionário ilustrado. São Paulo: Hucitec, 1997.

TELES, Ana Regina T. F; RIBEIRO, Silvana Soares Costa, CLARO, Daniela Barreiro. Comissão de Informatização e Cartografia (CIC): dos primeiros passos às perspectivas atuais. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino, MOTA, Jacyra Andrade; RIBEIRO, Silvana Soares Costa, PAIM, Marcela Moura Torres, TELES, Ana Regina T. F. Teles (Org.). *Documentos 7: ALiB: 20 anos de história*. Salvador: Quarteto, 2017. p. 159-174.

TELES, Ana Regina T. F. Fazer mapa, dá trabalho... fazer mapa linguístico, dá muito trabalho: o Projeto ALiB. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino, PAIM, Marcela Moura Torres, RIBEIRO, Silvana Soares Costa (Org.). *Documentos 6: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil Histórias e Memórias*. Salvador: Quarteto, 2016. p. 109-115.

TELES, Ana Regina T. F. Descrição dos limites de uma região dialetal: uma contribuição dos geógrafos aos estudos dialetológicos, com base na divisão dialetal de Antenor Nascentes. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIALETOLOGIA E SOCIOLINGÜÍSTICA, 2012, Belém. Anais...

TELES, Ana Regina T. F. *A necessidade de georreferenciar as localidades nos atlas linguísticos*. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA, 15, 2008, Montevidéo. Anais eletrônicos... Montevidéo: ALFAL, 2008. p. 1-18.

TELES, Ana Regina T. F.; RIBEIRO, Silvana S. C. Apresentando a cartografia aos linguistas: o Projeto ALiB. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). *Documentos 2: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 207-226.

TELES, Ana Regina T. F. *Geração e atualização de base cartográfica com GPS: o caso de Extremoz (RN)*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2002.

UNESCO. *Atlas das línguas do mundo*. [201-]. Disponível em: <http://www.unesco.org/languages-atlas/index.php?hl=es&page=atlasmap>. Acesso em: 10 mar. 2017.

VON ESCHWEUGE, W. L. *Jornal do Brasil*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos, 1996. Coleção Mineiriana.

ZÁGARI, Mário Roberto L. Os falares mineiros: esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A Geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a perseguir*. Londrina: EDUEL, 2005. p. 45-72.

APÊNDICE A - MAPA COM TODAS AS LOCALIDADES REFERENCIADAS NO DOCUMENTO
NASCENTES (1958) ATUALIZADAS SOBRE BASE CARTOGRÁFICA DO IBGE (2016)

APÊNDICE B - QUADRO COM TODAS AS LOCALIDADES REFERENCIADAS NO DOCUMENTO NASCENTES (1958), EM ORDEM ALFABÉTICA, COM NUMERAÇÃO FINAL AJUSTADA, CATEGORIA NA DPA E UF, TOPÔNIMOS ATUAIS, GEOCÓDIGOS E COORDENADAS GEOGRÁFICAS, SEGUNDO O IBGE EM 2016

IBGE 2016					Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	novo n° ponto	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Abaeté	504	cidade	MG	310020305	19°09'07"S	45°27'20"W
Acaraú	85	cidade	CE	230020005	2°53'17"S	40°07'07"W
Açu	105	cidade	RN	240020805	5°34'42"S	36°54'41"W
Afonso Cláudio	249	cidade	ES	320010205	20°04'41"S	41°07'35"W
Afuá	29	cidade	PA	150030505	0°09'18"S	50°23'11"W
Águas de Santa Bárbara	349	cidade	SP	350055005	22°52'53"S	49°14'33"W
Aiuruoca	542	cidade	MG	310120105	21°58'26"S	44°36'16"W
Alagoinhas	202	cidade	BA	290070205	12°08'02"S	38°25'15"W
Alcântara	47	cidade	MA	210020405	2°24'24"S	44°25'06"W
Alegrete	433	cidade	RS	430040605	29°47'20"S	55°48'08"W
Além Paraíba	500	cidade	MG	310150805	21°52'48"S	42°43'04"W
Alenquer	25	cidade	PA	150040405	1°56'47"S	54°44'19"W
Alfenas	523	cidade	MG	310160705	21°25'33"S	45°56'53"W
Alfredo Chaves	253	cidade	ES	320030005	20°38'24"S	40°45'16"W
Alto Araguaia	604	cidade	MT	510030005	17°18'56"S	53°13'06"W
Alto Rio Doce	551	cidade	MG	310210005	21°01'42"S	43°24'25"W
Amapá	44	cidade	AP	160010505	2°03'08"N	50°47'45"W
Amarante	71	cidade	PI	220050905	6°14'41"S	42°51'02"W
Anajás	30	cidade	PA	150070105	0°59'49"S	49°56'08"W
Anápolis	560	cidade	GO	520110805	16°19'42"S	48°57'12"W
Anchieta	239	cidade	ES	320040905	20°47'45"S	40°38'34"W
Andaraí	220	cidade	BA	290130405	12°47'42"S	41°19'43"W
Andradina	358	cidade	SP	350210105	20°53'42"S	51°22'44"W
Andrelândia	552	cidade	MG	310280305	21°44'29"S	44°18'43"W
Angatuba	342	cidade	SP	350220005	23°29'31"S	48°24'51"W
Angicos	107	cidade	RN	240080205	5°39'29"S	36°36'35"W
Angra dos Reis	271	cidade	RJ	330010005	23°00'05"S	44°19'11"W
Antonina	366	cidade	PR	410120005	25°26'20"S	48°43'10"W
Antonio Carlos	546	cidade	MG	310290205	21°19'17"S	43°44'43"W
Apiaí	344	cidade	SP	350270505	24°30'40"S	48°50'40"W
Apodi	100	cidade	RN	240100805	5°39'14"S	37°47'41"W
Apucarana	368	cidade	PR	410140805	23°33'01"S	51°27'50"W
Aquidabã	200	cidade	SE	280020905	10°16'42"S	37°00'54"W
Aquidauana	593	cidade	MS	500110205	20°28'01"S	55°47'14"W
Aracaju	185	capital	SE	280030805	10°54'36"S	37°04'05"W
Aracati	94	cidade	CE	230110905	4°33'31"S	37°46'05"W
Araçatuba	357	cidade	SP	350280405	21°12'29"S	50°26'25"W
Araçuaí	485	cidade	MG	310340505	16°51'10"S	42°03'50"W
Aragarças	572	cidade	GO	520170205	15°54'11"S	52°14'42"W
Araguari	513	cidade	MG	310350405	18°38'45"S	48°11'37"W
Araquari	409	cidade	SC	420130705	26°22'33"S	48°43'09"W
Araranguá	396	cidade	SC	420140605	28°56'09"S	49°29'32"W

APÊNDICE B (cont.)

IBGE 2016					Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	novo n° ponto	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Araraquara	338	cidade	S P	350320805	21°47'05"S	48°10'42"W
Araxá	506	cidade	MG	310400705	19°35'05"S	46°56'29"W
Areia	135	cidade	P B	250110405	6°57'55"S	35°42'09"W
Areia Branca	98	cidade	RN	240110705	4°57'10"S	37°07'31"W
Aruanã	570	cidade	GO	520250205	14°55'34"S	51°04'50"W
Assis	363	cidade	S P	350400805	22°39'37"S	50°25'07"W
Avaré	351	cidade	S P	350450305	23°06'25"S	48°55'31"W
Baependi	538	cidade	MG	310490805	21°57'26"S	44°53'16"W
Bagé	424	cidade	RS	430160205	31°19'51"S	54°06'24"W
Balsas	53	cidade	MA	210140005	7°31'57"S	46°02'15"W
Bambuí	508	cidade	MG	310510305	20°01'01"S	45°58'32"W
Bananeiras	137	cidade	P B	250150005	6°44'39"S	35°37'51"W
Barão de Melgaço	588	cidade	MT	510160505	16°11'49"S	55°57'59"W
Barbacena	547	cidade	MG	310560805	21°13'18"S	43°46'14"W
Barcelos	6	cidade	AM	130040905	0°59'01"S	62°55'53"W
Bariri	339	cidade	S P	350520305	22°04'24"S	48°44'39"W
Barra	212a	cidade	BA	290270805	11°05'10"S	43°08'46"W
Barra do Corda	61	cidade	MA	210160805	5°29'50"S	45°14'55"W
Barra do Pirai	279	cidade	RJ	330030805	22°28'19"S	43°49'38"W
Barra Mansa	276	cidade	RJ	330040705	22°32'54"S	44°10'32"W
Barra Seca	255	vila (1)	RJ	330475510	21°17'55"S	40°58'18"W
Barras	68	cidade	PI	220120005	4°14'42"S	42°17'32"W
Barretos	335	cidade	S P	350550005	20°33'13"S	48°34'12"W
Batatais	321	cidade	S P	350590605	20°53'36"S	47°35'33"W
Baturité	93	cidade	CE	230210705	4°19'34"S	38°52'53"W
Bauru	347	cidade	S P	350600305	22°19'30"S	49°05'15"W
Bela Vista	599	cidade	MS	500210005	22°06'27"S	56°31'36"W
Bela Vista de Goiás	565	cidade	GO	520330205	16°58'11"S	48°57'06"W
Belém	22	capital	PA	150140205	1°27'22"S	48°29'25"W
Belo Horizonte	455	capital	MG	310620005	19°54'40"S	43°55'38"W
Blumenau	392	cidade	S C	420240405	26°54'57"S	49°04'16"W
Boa Vista	20	capital	RR	140010005	2°49'23"N	60°40'34"W
Bocaiúva	470	cidade	MG	310730705	17°06'50"S	43°48'38"W
Bom Conselho	149	cidade	P E	260210005	9°10'10"S	36°41'09"W
Bom Jesus	76	cidade	PI	220190305	9°04'17"S	44°21'33"W
Bom Jesus da Lapa	211a	cidade	BA	290390405	13°15'03"S	43°24'39"W
Bonfim	460	cidade	MG	310810705	20°19'50"S	44°14'12"W
Boquim	192	cidade	S E	280067005	11°08'46"S	37°37'14"W
Borba	15	cidade	AM	130080505	4°23'30"S	59°35'16"W
Botucatu	341	cidade	S P	350750605	22°53'03"S	48°26'38"W
Bragança	39	cidade	PA	150170905	1°03'10"S	46°46'15"W
Brasília de Minas	468	cidade	MG	310860205	16°12'42"S	44°25'40"W

(1) vila de São Francisco de Itabapoana

APÊNDICE B (cont.)

IBGE 2016					Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	novo n° ponto	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Brejo	63	cidade	MA	210210105	3°40'42"S	42°45'10"W
Brejo Grande	188	cidade	SE	280070405	10°25'48"S	36°27'41"W
Breves	28	cidade	PA	150180805	1°40'50"S	50°28'46"W
Buíque	150	cidade	PE	260280305	8°37'22"S	37°09'20"W
Cabo Frio	261	cidade	RJ	330070405	22°53'23"S	42°01'44"W
Cabrobó	156	cidade	PE	260300905	8°30'21"S	39°18'34"W
Caçapava do Sul	422	cidade	RS	430280805	30°30'53"S	53°28'59"W
Cacequi	426	cidade	RS	430290705	29°53'02"S	54°49'29"W
Cáceres	587	cidade	MT	510250405	16°04'36"S	57°40'56"W
Cachoeira do Sul	439	cidade	RS	430300405	30°02'20"S	52°53'38"W
Cachoeiro de Itapemirim	247	cidade	ES	320120905	20°50'48"S	41°07'12"W
Caconde	313	cidade	SP	350870205	21°31'42"S	46°38'38"W
Caeté	462	cidade	MG	311000405	19°52'59"S	43°40'14"W
Caetité	215	cidade	BA	290520605	14°04'07"S	42°29'11"W
Caiapônia	568	cidade	GO	520440905	16°57'15"S	51°48'34"W
Caicó	108	cidade	RN	240200605	6°27'45"S	37°05'44"W
Cajazeiras	130	cidade	PB	250370405	6°52'49"S	38°33'28"W
Caldas	529	cidade	MG	311030105	21°55'07"S	46°23'04"W
Camamu	208	cidade	BA	290580005	13°56'24"S	39°06'26"W
Camanducaia	534	cidade	MG	311050905	22°45'07"S	46°08'59"W
Camaquã	449	cidade	RS	430350905	30°50'57"S	51°48'17"W
Cambuquira	535	cidade	MG	311070705	21°51'16"S	45°17'23"W
Cametá	38	cidade	PA	150210305	2°14'35"S	49°29'53"W
Camocim	82	cidade	CE	230260205	2°53'55"S	40°50'52"W
Campanha	536	cidade	MG	311090505	21°50'11"S	45°24'02"W
Campina Grande	118	cidade	PB	250400905	7°13'20"S	35°52'24"W
Campo Alegre	408	cidade	SC	420330305	26°11'43"S	49°16'04"W
Campo Belo	525	cidade	MG	311120005	20°53'37"S	45°16'12"W
Campo Grande	596	capital	MS	500270405	20°26'58"S	54°37'49"W
Campo Maior	69	cidade	PI	220220805	4°49'34"S	42°09'52"W
Campo Mourão	372	cidade	PR	410430305	24°02'48"S	52°22'42"W
Campos do Jordão	308	cidade	SP	350970005	22°43'48"S	45°35'01"W
Campos dos Goytacazes	258	cidade	RJ	330100905	21°45'45"S	41°19'06"W
Cananéia	345	cidade	SP	350990805	25°00'53"S	47°56'04"W
Canavieiras	210	cidade	BA	290630305	15°40'21"S	38°57'14"W
Canguaretama	116	cidade	RN	240220405	6°22'53"S	35°07'45"W
Canguçu	442	cidade	RS	430450705	31°23'47"S	52°40'43"W
Cantagalo	287	cidade	RJ	330110805	21°58'48"S	42°22'00"W
Capela	197	cidade	SE	280130605	10°30'22"S	37°03'14"W
Capivari	329	cidade	SP	351040105	22°59'44"S	47°30'27"W
Carangola	494	cidade	MG	311330505	20°44'05"S	42°01'54"W
Caratinga	490	cidade	MG	311340405	19°47'14"S	42°07'46"W
Caravelas	212	cidade	BA	290690705	17°43'38"S	39°15'36"W
Caraúbas	103	cidade	RN	240230305	5°47'03"S	37°33'32"W
Carinhanha	214	cidade	BA	290710305	14°17'56"S	43°46'21"W

APÊNDICE B (cont.)

IBGE 2016					Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	novo n° ponto	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Carmo de Minas	539	cidade	MG	311410505	22°07'15"S	45°07'51"W
Carmo do Paranaíba	503	cidade	MG	311430305	18°59'52"S	46°18'48"W
Carolina	52	cidade	MA	210280405	7°20'10"S	47°27'49"W
Caruaru	145	cidade	P E	260410605	8°17'05"S	35°58'12"W
Casa Branca	314	cidade	S P	351080705	21°46'16"S	47°05'08"W
Casa Nova	214a	cidade	BA	290720205	9°10'27"S	40°58'25"W
Cascavel	373	cidade	PR	410480805	24°57'27"S	53°27'34"W
Castelo do Piauí	70	cidade	PI	220260405	5°19'08"S	41°33'00"W
Castro	381	cidade	P R	410490705	24°47'22"S	50°00'40"W
Cataguases	497	cidade	MG	311530005	21°23'34"S	42°41'24"W
Catalão	564	cidade	GO	520510905	18°09'57"S	47°56'39"W
Catolé do Rocha	131	cidade	P B	250430605	6°20'27"S	37°44'50"W
Cava	268	lugarajo (2)	RJ	330350005	22°42'02"S	43°27'59"W
Caxambu	537	cidade	MG	311550805	21°58'32"S	44°55'56"W
Caxias	56	cidade	MA	210300005	4°51'55"S	43°21'43"W
Caxias do Sul	445	cidade	RS	430510805	29°09'48"S	51°10'46"W
Ceará-Mirim	113	cidade	RN	240260005	5°38'25"S	35°25'12"W
Cerro Azul	384	cidade	P R	410520105	24°49'26"S	49°15'39"W
Chapecó	402	cidade	S C	420420205	27°06'03"S	52°36'56"W
Chaves	31	cidade	P A	150250905	0°09'52"S	49°59'14"W
Codajás	7	cidade	AM	130130805	3°50'13"S	62°03'33"W
Codó	57	cidade	MA	210330705	4°27'44"S	43°53'34"W
Colatina	242	cidade	E S	320150605	19°32'20"S	40°37'40"W
Colinas	55	cidade	MA	210350505	6°01'55"S	44°14'50"W
Conceição	126	cidade	P B	250440505	7°33'22"S	38°30'36"W
Conceição da Barra	232	cidade	E S	320160505	18°35'19"S	39°44'11"W
Conceição do Mato Dentro	478	cidade	MG	311750405	19°02'05"S	43°25'20"W
Cons elheiro Lafaiete	543	cidade	MG	311830405	20°39'50"S	43°47'05"W
Correntina	216	cidade	BA	290930705	13°20'35"S	44°38'05"W
Corumbá	590	cidade	MS	500320705	19°00'29"S	57°39'05"W
Coruripe	168	cidade	AL	270230605	10°07'41"S	36°10'19"W
Coxim	589	cidade	MS	500330605	18°30'06"S	54°45'05"W
Crato	88	cidade	CE	230420205	7°13'44"S	39°24'36"W
Cruz Alta	420	cidade	RS	430610605	28°38'43"S	53°36'19"W
Cruzeiro do Sul	2	cidade	AC	120020305	7°37'40"S	72°40'33"W
Cucuí	19	vila (3)	AM	130380912	1°11'24"N	66°50'14"W
Cuiabá	582	capital	MT	510340305	15°36'06"S	56°05'53"W
Cunha	306	cidade	S P	351360305	23°04'24"S	44°57'28"W
Curaçá	216a	cidade	BA	290990105	8°59'31"S	39°54'18"W
Curitiba	364	capital	P R	410690205	25°25'13"S	49°15'55"W
Curitibanos	399	cidade	S C	420480605	27°16'58"S	50°34'55"W
Curvelo	457	cidade	MG	312090405	18°45'11"S	44°25'50"W

(2) lugarajo classificado como outros aglomerados rurais isolados, pertencente a Nova Iguaçu

(3) vila de São Gabriel da Cachoeira

APÊNDICE B (cont.)

IBGE 2016					Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	novo n° ponto	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Delmiro Gouveia	184	cidade	AL	270240505	9°23'08"S	37°59'56"W
Diamantina	476	cidade	MG	312160505	18°14'30"S	43°36'12"W
Diamantino	584	cidade	MT	510350205	14°24'02"S	56°26'15"W
Divina Pastora	198	cidade	SE	280200705	10°40'42"S	37°09'03"W
Dom Pedrito	436	cidade	RS	430660105	30°58'45"S	54°40'12"W
Dores do Indaiá	507	cidade	MG	312320505	19°27'52"S	45°36'00"W
Dourados	601	cidade	MS	500370205	22°13'24"S	54°48'44"W
Dracena	359	cidade	SP	351440305	21°29'05"S	51°32'07"W
Encruzilhada do Sul	441	cidade	RS	430690805	30°32'36"S	52°31'15"W
Engenheiro Passos	274	vila (4)	RJ	330420115	22°30'14"S	44°40'29"W
Erchim	417	cidade	RS	430700505	27°38'12"S	52°16'12"W
Espírito Santo do Turvo	348	cidade	SP	351519405	22°41'31"S	49°25'47"W
Estância	190	cidade	SE	280210605	11°16'07"S	37°26'15"W
Estrela do Sul	512	cidade	MG	312480705	18°44'25"S	47°41'45"W
Feijó	3	cidade	AC	120030205	8°09'48"S	70°21'13"W
Feira de Santana	205	cidade	BA	291080005	12°16'00"S	38°57'59"W
Fernando de Noronha	163	cidade	PE	260545905	3°50'24"S	32°24'39"W
Ferros	479	cidade	MG	312590305	19°14'05"S	43°01'10"W
Flores	152	cidade	PE	260560805	7°51'31"S	37°58'18"W
Flores de Goiás	573	cidade	GO	520790705	14°26'41"S	47°02'12"W
Floresta	155	cidade	PE	260570705	8°35'57"S	38°34'19"W
Florianópolis	73	cidade	PI	220390905	6°46'20"S	43°01'28"W
Florianópolis	388	capital	SC	420540705	27°35'43"S	48°32'54"W
Fonte Boa	9	cidade	AM	130160505	2°31'25"S	66°05'40"W
Formiga	510	cidade	MG	312610905	20°27'44"S	45°25'37"W
Formosa	559	cidade	GO	520800405	15°32'25"S	47°20'14"W
Fortaleza	81	capital	CE	230440005	3°43'02"S	38°32'34"W
Foz do Iguaçu	375	cidade	PR	410830405	25°32'35"S	54°34'59"W
Frutal	518	cidade	MG	312710705	20°01'34"S	48°56'09"W
Garanhuns	146	cidade	PE	260600205	8°52'58"S	36°29'48"W
Gararu	199	cidade	SE	280240305	9°58'12"S	37°05'12"W
Garibaldi	446	cidade	RS	430860705	29°15'34"S	51°32'08"W
Glória	217a	cidade	BA	291140205	9°20'35"S	38°15'34"W
Goiana	140	cidade	PE	260620005	7°33'39"S	34°59'46"W
Goiânia	556	capital	GO	520870705	16°41'14"S	49°15'54"W
Goiás	557	cidade	GO	520890505	15°56'27"S	50°08'36"W
Grajaú	62	cidade	MA	210480005	5°49'12"S	46°09'21"W
Granito	159	cidade	PE	260630905	7°42'53"S	39°36'54"W
Granja	83	cidade	CE	230470705	3°07'23"S	40°49'37"W
Grão Mogol	474	cidade	MG	312780005	16°34'00"S	42°53'33"W
Guaira	374	cidade	PR	410880905	24°05'07"S	54°15'27"W
Guajará-Mirim	606	cidade	RO	110010605	10°47'21"S	65°19'48"W
Guarabira	119	cidade	PB	250630105	6°51'03"S	35°29'07"W

(4) vila de Resende

APÊNDICE B (cont.)

IBGE 2016					Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	novo n° ponto	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Guarapari	238	cidade	ES	320240505	20°40'39"S	40°30'34"W
Guarapuava	371	cidade	PR	410940105	25°23'26"S	51°27'45"W
Guaraqueçaba	385	cidade	PR	410950005	25°18'27"S	48°19'15"W
Guaratuba	383	cidade	PR	410960905	25°52'55"S	48°34'32"W
Gurupá	27	cidade	PA	150310105	1°24'45"S	51°37'51"W
Herval	437	cidade	RS	430710405	32°01'28"S	53°23'41"W
Humaitá	13	cidade	AM	130170405	7°30'43"S	63°01'59"W
Humberto de Campos	49	cidade	MA	210500505	2°35'55"S	43°27'54"W
Icó	91	cidade	CE	230540705	6°23'48"S	38°51'20"W
Igarassu	141	cidade	PE	260680405	7°50'16"S	34°54'08"W
Iguape	334	cidade	SP	352030105	24°42'28"S	47°33'17"W
Iguatu	87	cidade	CE	230550605	6°21'47"S	39°17'22"W
Ilhéus	209	cidade	BA	291360605	14°47'36"S	39°02'46"W
Imperatriz	51	cidade	MA	210530205	5°31'07"S	47°28'41"W
Ipojuca	142	cidade	PE	260720805	8°23'36"S	35°03'40"W
Ipu	86	cidade	CE	230580305	4°19'04"S	40°42'22"W
Isabel	246	vila (5)	ES	320190220	20°22'54"S	40°37'16"W
Itabaiana	122	cidade	PB	250690505	7°20'09"S	35°20'13"W
Itabaiana	195	cidade	SE	280210605	10°40'58"S	37°25'39"W
Itabira	480	cidade	MG	313170305	19°37'27"S	43°13'53"W
Itaboraí	265	cidade	RJ	330190005	22°45'25"S	42°51'51"W
Itaberá	353	cidade	SP	352170505	23°51'51"S	49°08'25"W
Itacoatiara	16	cidade	AM	130190205	3°08'20"S	58°26'43"W
Itaguaí	269	cidade	RJ	330200705	22°51'50"S	43°46'48"W
Itajaí	393	cidade	SC	420820305	26°54'38"S	48°40'15"W
Itajubá	533	cidade	MG	313240405	22°25'22"S	45°27'36"W
Itamarandiba	477	cidade	MG	313250305	17°51'20"S	42°51'23"W
Itaocara	289	cidade	RJ	330210605	21°40'31"S	42°04'34"W
Itaparica	207	cidade	BA	291610405	12°53'37"S	38°40'48"W
Itapemirim	240	cidade	ES	320280105	21°00'35"S	40°49'51"W
Itaperuna	291	cidade	RJ	330220505	21°11'51"S	41°54'07"W
Itapetininga	332	cidade	SP	352230705	23°35'20"S	48°02'55"W
Itapeva	343	cidade	SP	352240605	23°58'45"S	48°52'36"W
Itaporanga	352	cidade	SP	352280205	23°42'17"S	49°28'56"W
Itaqui	432	cidade	RS	431060305	29°07'53"S	56°33'07"W
Itararé	354	cidade	SP	352320605	24°06'32"S	49°20'08"W
Ituverava	320	cidade	SP	352410505	20°20'09"S	47°47'26"W
Jaboticabal	336	cidade	SP	352430305	21°15'09"S	48°19'32"W
Jacarezinho	369	cidade	PR	411180305	23°10'00"S	49°58'22"W
Jacobina	223	cidade	BA	291750805	11°10'53"S	40°30'43"W
Januária	467	cidade	MG	313520905	15°28'50"S	44°21'51"W
Jaicós	80	cidade	PI	220520105	7°21'37"S	41°08'27"W
Jaguarão	423	cidade	RS	431100705	32°33'39"S	53°22'39"W

(5) vila de Domingos Martins

APÊNDICE B (cont.)

IBGE 2016					Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	novo n° ponto	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Jaguariaíva	378	cidade	PR	411200905	24°15'03"S	49°42'21"W
Japuíba	266	vila (6)	RJ	330080310	22°33'46"S	42°41'30"W
Jataí	567	cidade	GO	521190905	17°52'43"S	51°43'15"W
Jaú	340	cidade	SP	352530005	22°17'38"S	48°33'34"W
Jardim	89	cidade	CE	230710605	7°35'07"S	39°16'36"W
Jardim do Seridó	109	cidade	RN	240570205	6°35'08"S	36°46'34"W
Jardim de Angicos	111	cidade	RN	240550405	5°39'01"S	35°58'17"W
Jequié	229	cidade	BA	291800105	13°51'04"S	40°05'16"W
Jeremoabo	226	cidade	BA	291810005	10°04'34"S	38°20'52"W
Jerumenha	74	cidade	PI	220530005	7°05'30"S	43°30'13"W
Joaçaba	403	cidade	SC	420900305	27°10'21"S	51°30'40"W
João Pessoa	117	capital	PB	250750705	7°06'57"S	34°51'52"W
Joinville	391	cidade	SC	420910205	26°18'17"S	48°50'56"W
Juazeiro	215a	cidade	BA	291840705	9°24'59"S	40°30'12"W
Juiz de Fora	555	cidade	MG	313670205	21°45'36"S	43°20'24"W
Jundiá	317	cidade	SP	352590405	23°11'08"S	46°53'51"W
Junqueiro	183	cidade	AL	270400505	9°54'26"S	36°28'50"W
Justinópolis	528	vila (7)	MG	315460610	19°48'13"S	44°00'35"W
Lábrea	12	cidade	AM	130240505	7°15'52"S	64°47'42"W
Lagarto	193	cidade	SE	280350005	10°54'50"S	37°40'09"W
Laguna	394	cidade	SC	420940905	28°29'05"S	48°46'39"W
Lages	397	cidade	SC	420930005	27°48'55"S	50°19'34"W
Lagoa Vermelha	444	cidade	RS	431130405	28°12'35"S	51°31'30"W
Lapa	379	cidade	PR	411320505	25°46'03"S	49°43'01"W
Lavras	526	cidade	MG	313820305	21°13'59"S	45°00'18"W
Leopoldina	498	cidade	MG	313840105	21°31'48"S	42°38'32"W
Lençóis	219	cidade	BA	291930605	12°33'45"S	41°23'24"W
Lima Duarte	553	cidade	MG	313860905	21°50'20"S	43°47'37"W
Limeira	327	cidade	SP	352690205	22°33'59"S	47°23'50"W
Limoeiro	144	cidade	PE	260890905	7°52'47"S	35°26'46"W
Limoeiro de Anadia	182	cidade	AL	270420305	9°44'26"S	36°30'12"W
Limoeiro do Norte	95	cidade	CE	230760105	5°08'39"S	38°05'06"W
Linhares	234	cidade	ES	320320505	19°23'42"S	40°03'52"W
Lins	361	cidade	SP	352710805	21°40'20"S	49°45'10"W
Londrina	370	cidade	PR	411370005	23°18'15"S	51°10'10"W
Luziânia	566	cidade	GO	521250105	16°15'12"S	47°57'01"W
Macaé	259	cidade	RJ	330240305	22°22'38"S	41°47'06"W
Macapá	42	capital	AP	160030305	0°02'03"N	51°04'12"W
Macau	104	cidade	RN	240720305	5°06'11"S	36°38'04"W
Maceió	164	capital	AL	270430205	9°39'38"S	35°42'06"W
Mafra	404	cidade	SC	421010005	26°06'59"S	49°48'32"W
Magé	267	cidade	RJ	330250205	22°39'49"S	43°01'54"W

(6) vila de Cachoeiras de Macacu, não localizada em qualquer tabela de localidades da v.5 da BCiM - coordenadas e geocódigo obtidos da v.4

(7) vila de Ribeirão das Neves

APÊNDICE B (cont.)

IBGE 2016					Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	novo n° ponto	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Mamanguape	120	cidade	PB	250890105	6°50'02"S	35°07'17"W
Manaus	4	capital	AM	130260305	3°07'09"S	60°01'19"W
Mangaratiba	270	cidade	RJ	330260105	22°57'35"S	44°02'28"W
Manicoré	14	cidade	AM	130270205	5°48'18"S	61°17'23"W
Manhuaçu	492	cidade	MG	313940905	20°15'27"S	42°01'42"W
Mantena	241	cidade	MG	313960705	18°46'35"S	40°59'15"W
Maragogi	167	cidade	AL	270450005	9°00'28"S	35°13'37"W
Mar de Espanha	499	cidade	MG	313980505	21°52'16"S	43°00'23"W
Marechal Deodoro	173	cidade	AL	270470805	9°42'36"S	35°53'49"W
Mariana	465	cidade	MG	314000105	20°22'37"S	43°24'51"W
Maricá	263	cidade	RJ	330270005	22°56'09"S	42°49'29"W
Marília	362	cidade	SP	352900505	22°13'03"S	49°57'01"W
Maruim	186	cidade	SE	280400305	10°44'32"S	37°05'11"W
Mata Grande	178	cidade	AL	270500205	9°07'08"S	37°43'52"W
Martins	102	cidade	RN	240740105	6°04'59"S	37°54'29"W
Mazagão	43	cidade	AP	160040205	0°06'49"S	51°17'22"W
Milagres	90	cidade	CE	230830205	7°18'03"S	38°56'31"W
Minas Novas	486	cidade	MG	314180105	17°12'57"S	42°35'19"W
Miranda	592	cidade	MS	500560805	20°14'09"S	56°22'30"W
Mogi das Cruzes	312	cidade	SP	353060705	23°31'16"S	46°11'08"W
Mogi Guaçu	315	cidade	SP	353070605	22°22'04"S	46°56'35"W
Monção	60	cidade	MA	210690405	3°28'53"S	45°14'59"W
Monte Alegre	26	cidade	PA	150480205	1°59'53"S	54°04'22"W
Monte Alegre de Minas	516	cidade	MG	314280905	18°52'15"S	48°52'51"W
Monte Azul	473	cidade	MG	314290805	15°09'06"S	42°52'19"W
Monte Santo	225	cidade	BA	292150005	10°26'16"S	39°19'56"W
Monteiro	124	cidade	PB	250970105	7°53'40"S	37°07'19"W
Montes Claros	469	cidade	MG	314330205	16°43'43"S	43°51'29"W
Morrinhos	563	cidade	GO	521380605	17°44'01"S	49°06'22"W
Mosqueiro	34	vila (8)	PA	150140265	1°09'51"S	48°27'59"W
Mossoró	99	cidade	RN	240800305	5°11'02"S	37°20'51"W
Moura	5	povoado (9)	AM	X	1°27'26"S	61°37'47"W
Mucuri	230	cidade	BA	292200305	18°04'33"S	39°33'24"W
Mundaú	96	vila (10)	CE	231350010	3°10'55"S	39°22'22"W
Mundo Novo	222	cidade	BA	292210205	11°51'57"S	40°28'14"W
Muniz Freire	248	cidade	ES	320370005	20°27'56"S	41°24'57"W
Muriaé	496	cidade	MG	314390605	21°07'49"S	42°22'10"W
Muzambinho	522	cidade	MG	314410205	21°22'10"S	21°22'10"S
Natal	97	capital	RN	240810205	5°47'39"S	35°11'57"W
Nioaque	594	cidade	MS	500580605	21°09'29"S	55°49'41"W
Niterói	254	cidade	RJ	330330205	22°53'01"S	43°06'13"W

(8) vila de Belém

(9) povoado de Barcelos

(10) vila de Trairi

APÊNDICE B (cont.)

IBGE 2016					Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	novo n° ponto	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Nova Trento	407	cidade	SC	421150405	27°16'42"S	48°55'48"W
Nova Xavantina	602	cidade	MT	510625705	14°40'28"S	52°21'08"W
Óbidos	23	cidade	PA	150510605	1°54'05"S	55°31'16"W
Oeiras	72	cidade	PI	220700905	7°01'10"S	42°07'43"W
Oeiras do Pará	36	cidade	PA	150520505	2°00'14"S	49°51'47"W
Oiapoque	45	cidade	AP	160050105	3°50'25"N	51°50'00"W
Oliveira	511	cidade	MG	314560405	20°41'55"S	46°31'18"W
Ouro Fino	531	cidade	MG	314600805	22°16'42"S	46°22'19"W
Ouro Preto	464	cidade	MG	314610705	20°22'48"S	43°30'44"W
Osório	412	cidade	RS	431350805	29°53'18"S	50°16'01"W
Ouricuri	161	cidade	PE	260990705	7°52'46"S	40°04'49"W
Palmas	400	cidade	PR	411760205	26°29'03"S	51°59'21"W
Palmeira dos Índios	176	cidade	AL	270630705	9°24'40"S	36°37'56"W
Palmeiras de Goiás	562	cidade	GO	521570205	16°48'17"S	49°55'27"W
Pão de Açúcar	180	cidade	AL	270640605	9°44'29"S	37°26'26"W
Pará de Minas	459	cidade	MG	314710505	19°51'14"S	44°36'42"W
Paracatu	501	cidade	MG	314700605	17°13'32"S	46°52'17"W
Paraíba do Sul	281	cidade	RJ	330370805	22°09'47"S	43°17'44"W
Paraibuna	309	cidade	SP	353560605	23°23'15"S	45°39'51"W
Paranã	574	cidade	TO	171620805	12°37'01"S	47°52'25"W
Paranaguá	365	cidade	PR	411820405	25°30'59"S	48°31'22"W
Paranaíba	598	cidade	MS	500630905	19°40'30"S	51°11'28"W
Paratinga	210a	cidade	BA	292370405	12°41'14"S	43°10'48"W
Paraty	272	cidade	RJ	330380705	23°13'22"S	44°43'01"W
Parintins	17	cidade	AM	130340305	2°38'16"S	56°43'46"W
Parnaíba	66	cidade	PI	220770205	2°54'22"S	41°46'32"W
Passa Quatro	541	cidade	MG	314760005	22°23'15"S	44°58'16"W
Passos	519	cidade	MG	314790705	20°43'11"S	46°36'33"W
Passo Fundo	419	cidade	RS	431410005	28°15'28"S	52°24'34"W
Pastos Bons	54	cidade	MA	210800905	6°35'55"S	44°05'04"W
Pato Branco (1)	401	cidade	PR	411850105	26°13'46"S	52°40'15"W
Patos	132	cidade	PB	251080805	7°01'04"S	37°16'30"W
Patos de Minas	502	cidade	MG	314800405	18°34'41"S	46°30'48"W
Patrocínio	505	cidade	MG	314810305	18°56'17"S	46°59'37"W
Pau dos Ferros	101	cidade	RN	240940705	6°06'19"S	38°12'28"W
Paulistana	79	cidade	PI	220780105	8°08'05"S	41°08'36"W
Peçanha	489	cidade	MG	314860805	18°32'40"S	42°33'31"W
Pedras de Fogo	121	cidade	PB	251120205	7°24'09"S	35°06'44"W
Pedro Afonso	578	cidade	TO	171650505	8°58'14"S	48°10'23"W
Peixe	576	cidade	TO	171660405	12°02'14"S	48°32'30"W
Pelotas	415	cidade	RS	431440705	31°45'55"S	52°20'15"W
Penedo	170	cidade	AL	270670305	10°17'16"S	36°34'55"W
Pesqueira	148	cidade	PE	261090505	8°21'30"S	36°41'53"W

APÊNDICE B (cont.)

IBGE 2016					Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	novo nº ponto	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Petrolândia	153	cidade	PE	261100205	9°04'37"S	38°17'24"W
Petrolina	162	cidade	PE	261110105	9°23'20"S	40°30'11"W
Petrópolis	283	cidade	RJ	330390605	22°31'13"S	43°11'34"W
Piaçabuçu	169	cidade	AL	270680205	10°24'23"S	36°26'03"W
Piancó	127	cidade	PB	251130105	7°11'35"S	37°55'45"W
Pilão Arcado	213a	cidade	BA	292440505	9°59'49"S	42°28'55"W
Pilar	171	cidade	AL	270690105	9°36'06"S	35°57'16"W
Pilar de Goiás	569	cidade	GO	521690805	14°45'48"S	49°34'49"W
Pilar do Sul	333	cidade	SP	353790905	23°48'29"S	47°43'21"W
Piracicaba	328	cidade	SP	353870905	22°44'03"S	47°38'52"S
Piracuruca	67	cidade	PI	220830405	3°56'01"S	41°42'32"W
Piraí	278	cidade	RJ	330400305	22°37'19"S	43°54'30"W
Piraju	350	cidade	SP	353880805	23°11'54"S	49°22'50"W
Piranga	550	cidade	MG	315080205	20°41'01"S	43°17'49"W
Piranhas	179	cidade	AL	270710705	9°36'32"S	37°45'35"W
Pirapora	471	cidade	MG	315120605	17°20'22"S	44°56'03"W
Pirassununga	326	cidade	SP	353930105	21°59'47"S	47°25'34"W
Piratini	443	cidade	RS	431460505	31°26'53"S	53°06'01"W
Pirenópolis	558	cidade	GO	521730205	15°51'17"S	48°56'55"W
Pitangui	458	cidade	MG	315140405	19°40'58"S	44°53'23"W
Piumhi	520	cidade	MG	315150305	20°28'36"S	45°57'33"W
Poconé	586	cidade	MT	510650505	16°15'59"S	56°37'35"W
Pombal	128	cidade	PB	251210105	6°45'59"S	37°48'02"W
Ponta de Pedras	33	cidade	PA	150570005	1°23'46"S	48°51'59"W
Ponta Grossa	377	cidade	PR	411990505	25°05'31"S	50°10'01"W
Ponta Porã	600	cidade	MS	500660605	22°31'48"S	55°43'14"W
Ponte de Itabapoana	252	vila (11)	ES	320340320	21°12'11"S	41°27'50"W
Ponte Nova	491	cidade	MG	315210505	20°24'41"S	42°53'53"W
Portel	37	cidade	PA	150580905	1°56'12"S	50°49'11"W
Porto Alegre	410	capital	RS	431490205	30°01'57"S	51°12'26"W
Porto Calvo	165	cidade	AL	270730505	9°03'08"S	35°23'56"W
Porto Esperança	595	vila (12)	MS	500320735	19°36'33"S	57°27'02"W
Porto Feliz	330	cidade	SP	354060605	23°12'35"S	47°31'31"W
Porto Murinho	591	cidade	MS	500690305	21°41'54"S	57°53'02"W
Porto Nacional	577	cidade	TO	171820405	10°42'11"S	48°24'30"W
Porto Seguro	211	cidade	BA	292530305	16°26'38"S	39°03'52"W
Porto União	398	cidade	SC	421360905	26°14'43"S	51°04'34"W
Porto Velho	605	capital	RO	110020505	8°45'41"S	63°54'02"W
Pouso Alegre	532	cidade	MG	315250105	22°13'37"S	45°56'21"W
Poxoréu	603	cidade	MT	510700805	15°49'41"S	54°23'43"W
Prados	544	cidade	MG	315270905	21°03'36"S	44°04'41"W

(11) vila de Mimoso do Sul

(12) vila de Corumbá

APÊNDICE B (cont.)

IBGE 2016					Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	novo n° ponto	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Prata	517	cidade	MG	315280805	19°18'32"S	48°55'40"W
Princesa Isabel	125	cidade	PB	251230905	7°44'11"S	37°59'38"W
Propriá	187	cidade	SE	280570305	10°13'00"S	36°50'22"W
Quaraí	430	cidade	RS	431530505	30°23'04"S	56°26'55"W
Quebrangulo	175	cidade	AL	270760205	9°19'13"S	36°28'10"W
Queluz	305	cidade	SP	354190105	22°31'53"S	44°46'42"W
Quirinópolis	581	cidade	GO	521850805	18°26'51"S	50°27'18"W
Quixeremobim	92	cidade	CE	231140505	5°11'27"S	39°17'21"W
Recife	139	capital	PE	261160605	8°02'51"S	34°52'39"W
Regência	235	vila (13)	ES	320320515	19°38'43"S	39°49'48"W
Resende	275	cidade	RJ	330420105	22°28'15"S	44°27'04"W
Riachuelo	196	cidade	SE	280590105	10°43'53"S	37°11'13"W
Ribeira do Pombal	227	cidade	BA	292660805	10°50'15"S	38°32'18"W
Ribeirão Preto	322	cidade	SP	354340205	21°10'13"S	47°48'36"W
Rio Bonito	264	cidade	RJ	330430005	22°43'06"S	42°37'40"W
Rio Branco	1	capital	AC	120040105	9°58'32"S	67°49'31"W
Rio Branco do Sul	387	cidade	PR	412220605	25°11'22"S	49°18'43"W
Rio Claro	325	cidade	SP	354390705	22°23'55"S	47°33'18"W
Rio de Contas	221	cidade	BA	292670705	13°34'46"S	41°48'38"W
Rio de Janeiro	293a	capital	RJ	330455705	22°54'46"S	43°12'01"W
Rio Formoso	143	cidade	PE	261190305	8°39'34"S	35°09'12"W
Rio Grande	413	cidade	RS	431560205	32°02'07"S	52°06'27"W
Rio Negro	380	cidade	PR	412230505	26°05'43"S	49°47'55"W
Rio Pardo	440	cidade	RS	431570105	29°59'22"S	52°22'40"W
Rio Pardo de Minas	483	cidade	MG	315560305	15°36'59"S	42°32'27"W
Rio Preto	554	cidade	MG	315590005	22°05'11"S	43°49'46"W
Rio Real	203	cidade	BA	292700205	11°28'54"S	37°56'00"W
Rosário Oeste	585	cidade	MT	510770105	14°49'34"S	56°25'26"W
Sabará	461	cidade	MG	315670005	19°53'04"S	43°49'36"W
Salgueiro	160	cidade	PE	261220805	8°04'26"S	39°07'30"W
Salinas	484	cidade	MG	315700505	16°10'08"S	42°17'45"W
Salto da Divisa	487	cidade	MG	315710405	16°00'24"S	39°56'21"W
Salvador	201	capital	BA	292740805	12°58'21"S	38°30'06"W
Sant'Ana do Livramento	425	cidade	RS	431710305	30°53'17"S	55°31'55"W
Santa Bárbara	481	cidade	MG	315720305	19°57'38"S	43°24'37"W
Santa Cruz	114	cidade	RN	241120505	6°13'30"S	36°01'10"W
Santa Cruz	236	vila (14)	ES	320060720	19°57'38"S	40°09'18"W
Santa Cruz do Sul	431	cidade	RS	431680805	29°43'20"S	52°26'05"W
Santa Filomena	75	cidade	PI	220920305	9°07'03"S	45°55'05"W
Santa Leopoldina	245	cidade	ES	320450005	20°06'01"S	40°31'38"W
Santa Luzia	463	cidade	MG	315780705	19°45'19"S	43°51'00"W
Santa Maria	421	cidade	RS	431690705	29°41'14"S	53°48'55"W

(13) vila de Linhares

(14) vila de Aracruz

APÊNDICE B (cont.)

IBGE 2016					Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	novo n° ponto	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Santa Maria da Boa Vista	158	cidade	PE	261260405	8°47'53"S	39°49'27"W
Santa Maria Madalena	288	cidade	RJ	330460705	21°57'18"S	42°00'36"W
Santa Rita de Cássia	218	cidade	BA	292840605	10°59'46"S	44°31'16"W
Santa Rita do Passa Quatro	323	cidade	SP	354750205	21°42'31"S	47°28'42"W
Santa Rosa	429	cidade	RS	431720205	27°52'14"S	54°28'48"W
Santa Teresa	244	cidade	ES	320460905	19°56'12"S	40°35'53"W
Santa Vitória do Palmar	416	cidade	RS	431730105	33°31'31"S	53°22'19"W
Santana do Ipanema	177	cidade	AL	270800605	9°22'13"S	37°14'53"W
Santana do Matos	110	cidade	RN	241140305	5°57'01"S	36°39'12"W
Santarém	24	cidade	PA	150680705	2°26'19"S	54°42'00"W
Santo Ângelo	438	cidade	RS	431750905	28°18'02"S	54°16'02"W
Santo Antônio de Pádua	290	cidade	RJ	330470605	21°32'29"S	42°11'00"W
Santo Antônio do Monte	509	cidade	MG	316040505	20°05'07"S	45°17'42"W
Santos	319	cidade	SP	354850005	23°57'14"S	46°20'07"W
Santos Dumont	548	cidade	MG	316070205	21°27'49"S	43°33'00"W
São Borja	428	cidade	RS	431800205	28°39'29"S	56°00'14"W
São Carlos	324	cidade	SP	354890605	22°01'04"S	47°53'10"W
São Cristóvão	189	cidade	SE	280670105	11°00'35"S	37°12'29"W
São Domingos	575	cidade	GO	521980305	13°24'11"S	46°18'41"W
São Domingos do Prata	482	cidade	MG	316100705	19°52'05"S	42°58'17"W
São Félix	206	cidade	BA	292900805	12°36'46"S	38°58'26"W
São Fidélis	292	cidade	RJ	330480505	21°38'54"S	41°44'54"W
São Francisco	472	cidade	MG	316110605	15°57'06"S	44°51'34"W
São Francisco de Itabapoana	256	cidade	RJ	330475505	21°28'30"S	41°06'27"W
São Francisco de Paula	452	cidade	RS	431820005	29°26'52"S	50°35'02"W
São Francisco do Sul	390	cidade	SC	421620605	26°15'30"S	48°38'05"W
São Gabriel	435	cidade	RS	431830905	30°20'09"S	54°19'11"W
São Gabriel da Cachoeira	18	cidade	AM	130380905	0°07'10"S	67°5'04"W
São Gonçalo do Sapucaí	530	cidade	MG	316200505	21°53'37"S	45°35'23"W
São Jerônimo	448	cidade	RS	431840805	29°57'52"S	51°43'16"W
São João da Barra	257	cidade	RJ	330500005	21°38'18"S	41°02'41"W
São João del Rei	545	cidade	MG	316250005	21°07'53"S	44°15'10"W
São João do Cariri	136	cidade	PB	251400805	7°23'09"S	36°31'55"W
São Joaquim	405	cidade	SC	421650305	28°17'21"S	49°56'46"W
São José	389	cidade	SC	421660205	27°35'25"S	48°36'57"W
São José da Boa Vista	382	cidade	PR	412540705	23°54'57"S	49°39'07"W
São José de Mipibu	115	cidade	RN	241220305	6°04'26"S	35°14'07"W
São José do Belmonte	157	cidade	PE	261350305	7°51'55"S	38°45'40"W
São José do Calçado	250	cidade	ES	320480705	21°01'48"S	41°39'24"W
São José do Norte	414	cidade	RS	431850705	32°00'45"S	52°02'01"W
São José do Rio Preto	346	cidade	SP	354980505	20°48'42"S	49°22'34"W
São José dos Campos	311	cidade	SP	354990405	23°11'24"S	45°53'04"W
São Leopoldo	453	cidade	RS	431870505	29°45'17"S	51°09'00"W

APÊNDICE B (cont.)

IBGE 2016					Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	novo n° ponto	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
São Lourenço	540	cidade	MG	316370605	22°07'01"S	45°03'03"W
São Lourenço do Sul	450	cidade	RS	431880405	31°21'39"S	51°58'25"W
São Luís	46	capital	MA	211130005	2°32'22"S	44°16'59"W
São Luís do Piauí	78	cidade	PI	220137505	6°49'38"S	41°19'25"W
São Luís do Quitunde	166	cidade	AL	270850105	9°19'06"S	35°33'39"W
São Luiz Gonzaga	427	cidade	RS	431890305	28°24'28"S	54°57'39"W
São Luís Gonzaga do Maranhão	59	cidade	MA	211140905	4°22'37"S	44°40'15"W
São Mateus	233	cidade	ES	320490605	18°43'18"S	39°51'29"W
São Miguel dos Campos	172	cidade	AL	270860005	9°47'00"S	36°05'50"W
São Paulo	304	capital	SP	355030805	23°32'01"S	46°38'25"W
São Paulo de Olivença	10	cidade	AM	130390805	3°27'42"S	68°57'03"W
São Pedro de Itabapoana	251	vila (15)	ES	320340335	21°04'29"S	41°29'46"W
São Raimundo Nonato	77	cidade	PI	221060705	9°00'46"W	42°41'56"W
São Sebastião	310	cidade	SP	355070405	23°47'43"S	45°24'52"W
São Sebastião do Paraíso	521	cidade	MG	316470405	20°55'01"S	46°59'02"W
São Vicente	318	cidade	SP	355100905	23°57'28"S	46°23'19"W
Sapucaia	286	cidade	RJ	330540605	21°59'43"S	42°54'52"W
Squarema	262	cidade	RJ	330550505	22°55'46"S	42°30'37"W
Seabra	218a	cidade	BA	292990905	12°25'02"S	41°46'21"W
Senador José Porfírio	35	cidade	PA	150780505	2°35'10"S	51°56'56"W
Senhor do Bonfim	224	cidade	BA	293010505	10°27'35"S	40°11'12"W
Seropédica	277	cidade	RJ	330555405	22°45'11"S	43°42'57"W
Serra	237	cidade	ES	320500205	20°07'17"S	40°18'27"W
Serra Negra	316	cidade	SP	355160305	22°36'51"S	46°42'13"W
Serra Negra do Norte	106	cidade	RN	241340905	6°39'56"S	37°23'55"W
Serra Talhada	154	cidade	PE	261390905	7°58'55"S	38°17'21"W
Serrinha	204	cidade	BA	293050105	11°39'31"S	39°00'37"W
Serro	475	cidade	MG	316710305	18°35'58"S	43°22'29"W
Sertânia	151	cidade	PE	261410505	8°04'08"S	37°16'07"W
Sete Lagoas	456	cidade	MG	316720205	19°27'26"S	44°14'29"W
Silva Jardim	260	cidade	RJ	330560405	22°39'28"S	42°23'47"W
Silvânia	561	cidade	GO	522060305	16°39'37"S	48°36'31"W
Simão Dias	194	cidade	SE	280710505	10°44'20"S	37°48'36"W
Sobral	84	cidade	CE	231290805	3°41'22"S	40°20'54"W
Soledade	134	cidade	PB	251610205	7°03'32"S	36°21'46"W
Sorocaba	331	cidade	SP	355220505	23°29'50"S	47°26'43"W
Soure	32	cidade	PA	150790405	0°43'25"S	48°30'56"W
Sousa	129	cidade	PB	251620105	6°45'33"S	38°13'40"W
Tabatinga	11	cidade	AM	130406205	4°14'31"S	69°56'19"W
Taguá	217	vila (16)	BA	290940615	11°43'17"S	44°30'13"W
Taperoá	133	cidade	PB	251650805	7°12'24"S	36°49'29"W
Taquari	447	cidade	RS	432130305	29°47'41"S	51°51'56"W

(15) vila de Mimoso do Sul

(16) vila de Cotegipe

APÊNDICE B (cont.)

IBGE 2016					Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE	novo n° ponto	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Taquaritinga	337	cidade	S P	355370805	21°24'19"S	48°30'38"W
Taquaritinga do Norte	147	cidade	P E	261500305	7°53'52"S	36°02'59"W
Tefé	8	cidade	A M	130420305	3°22'06"S	64°43'11"W
Teixeira	138	cidade	P B	251670605	7°13'17"S	37°15'10"W
Teófilo Otoni	488	cidade	M G	316860605	17°51'36"S	41°30'32"W
Teresina	65	capital	P I	221100105	5°05'33"S	42°48'14"W
Teresópolis	284	cidade	R J	330580205	22°25'01"S	42°58'32"W
Tibagi	386	cidade	P R	412750205	24°30'34"S	50°24'56"W
Timon	64	cidade	M A	211220905	5°05'53"S	42°49'59"W
Tocantinópolis	580	cidade	T O	172120805	6°19'29"S	47°25'21"W
Torres	411	cidade	R S	432150105	29°20'02"S	49°44'01"W
Touros	112	cidade	R N	241440705	5°11'57"S	35°27'35"W
Traipu	181	cidade	A L	270920205	9°57'46"S	37°00'08"W
Três Corações	527	cidade	M G	316930705	21°41'33"S	45°15'05"W
Três Lagoas	597	cidade	M S	500830505	20°47'07"S	51°42'04"W
Três Passos	418	cidade	R S	432190705	27°27'21"S	53°55'48"W
Três Pontas	524	cidade	M G	316940605	21°22'11"S	45°30'40"W
Três Rios	285	cidade	R J	330600805	22°07'01"S	43°13'08"W
Tubarão	395	cidade	S C	421870705	28°28'18"S	49°00'53"W
Turiáçu	48	cidade	M A	211240705	1°39'56"S	45°22'13"W
Tutóia	50	cidade	M A	211250605	2°45'42"S	42°16'33"W
Ubá	549	cidade	M G	316990105	21°07'15"S	42°56'10"W
Ubaíra	228	cidade	B A	293210105	13°16'06"S	39°39'45"W
Ubatuba	307	cidade	S P	355540605	23°26'01"S	45°05'01"W
Uberaba	514	cidade	M G	317010705	19°44'51"S	47°56'18"W
Uberlândia	515	cidade	M G	317020605	18°54'52"S	48°16'31"W
Umbuzeiro	123	cidade	P B	251700105	7°41'43"S	35°39'50"W
União da Vitória	376	cidade	P R	412820305	26°13'40"S	51°05'15"W
União dos Palmares	174	cidade	A L	270930105	9°09'34"S	36°01'21"W
Uruguaiana	434	cidade	R S	432240005	29°45'42"S	57°05'08"W
Urussanga	406	cidade	S C	421900205	28°31'06"S	49°19'27"W
Vacaria	451	cidade	R S	432250905	28°30'30"S	50°56'32"W
Valença	280	cidade	R J	330610705	22°14'41"S	43°42'47"W
Vassouras	282	cidade	R J	330630505	22°24'22"S	43°40'08"W
Viana	58	cidade	M A	211280305	3°12'42"S	44°59'58"W
Viçosa	493	cidade	M G	317130305	20°45'23"S	42°52'28"W
Vigia	40	cidade	P A	150820905	0°51'41"S	48°08'20"W
Vila Bela da Santíssima Trindade	583	cidade	M T	510550705	15°00'15"S	59°56'51"W
Visconde do Rio Branco	495	cidade	M G	317200405	21°00'47"S	42°50'11"W
Viseu	41	cidade	P A	150830805	1°12'08"S	46°08'20"W
Vitória	231	capital	E S	320530905	20°18'59"S	40°18'48"W
Vitória da Conquista	213	cidade	B A	293330705	14°51'42"S	40°50'40"W

APÊNDICE C - QUADRO COM TODAS AS LOCALIDADES REFERENCIADAS NO DOCUMENTO NASCENTES (1958), EM ORDEM NUMÉRICA CRESCENTE, COM NUMERAÇÃO FINAL AJUSTADA, TOPÔNIMOS ATUAIS E UF SEGUNDO O IBGE EM 2016

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES			novo n° ponto	IBGE 2016	
UF	n° do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
Território do ACRE	1	Rio Branco	1	Rio Branco	
	2	Cruzeiro do Sul	2	Cruzeiro do Sul	
	3	Feijó	3	Feijó	
AMAZONAS	4	Manaus	4	Manaus	
	5	Moura	5	Moura	
	6	Barcelos	6	Barcelos	
	7	Cadajás	7	Codajás	
	8	Tefé	8	Tefé	
	9	Fonte Boa	9	Fonte Boa	
	10	São Paulo de Olivença	10	São Paulo de Olivença	
	11	Tabatinga	11	Tabatinga	
	12	Lábrea	12	Lábrea	
	13	Humaitá	13	Humaitá	
	14	Manicoré	14	Manicoré	
	25	Borba	15	Borba	
	16	Itacoatiara	16	Itacoatiara	
	17	Parintins	17	Parintins	
	18	São Gabriel	18	São Gabriel da Cachoeira	
19	Cucuí	19	Cucui		
Território do RIO BRANCO	11	Boa Vista	20	Boa Vista	RR
PARÁ	22	Belém	22	Belém	
	23	Óbidos	23	Óbidos	
	24	Santarém	24	Santarém	
	25	Alenquer	25	Alenquer	
	28	Monte Alegre	26	Monte Alegre	
	27	Gurupá	27	Gurupá	
	28	Breves	28	Breves	
	29	Afuá	29	Afuá	
	30	Anajás	30	Anajás	
	31	Chaves	31	Chaves	
	32	Soure	32	Soure	
	33	Ponta de Pedras	33	Ponta de Pedras	
	34	Mosqueiro	34	Mosqueiro	
	35	Souzel	35	Senador José Porfírio	
	36	Oeiras	36	Oeiras do Pará	
	37	Portel	37	Portel	
	38	Cametá	38	Cametá	
	39	Bragança	39	Bragança	
	40	Vigia	40	Vigia	
41	Viseu	41	Viseu		

APÊNDICE C (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES			novo n° ponto	IBGE 2016	
UF	n° do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
Território do AMAPÁ	42	Macapá	42	Macapá	AP
	43	Mazagão	43	Mazagão	AP
	44	Amapá	44	Amapá	AP
	45	Oiapoque	45	Oiapoque	AP
MARANHÃO	46	São Luis	46	São Luís	
	47	Alcântara	47	Alcântara	
	48	Turiaçú	48	Turiaçu	
	49	Miritiba	49	Humberto de Campos	
	50	Tutóia	50	Tutóia	
	51	Imperatriz	51	Imperatriz	
	52	Carolina	52	Carolina	
	53	S to. Antônio de Balsas	53	Balsas	
	54	Pastos Bons	54	Pastos Bons	
	55	Picos	55	Colinas	
	56	Caxias	56	Caxias	
	57	Codó	57	Codó	
	58	Viana	58	Viana	
	59	São Luís Gonzaga	59	São Luís Gonzaga do Maranhão	
	60	Monção	60	Monção	
	61	Barra do Corda	61	Barra do Corda	
	62	Grajaú	62	Grajaú	
63	Brejo	63	Brejo		
64	Flores	64	Timon		
PIAUI	65	Teresina	65	Teresina	
	66	Parnaíba	66	Parnaíba	
	67	Piracuruca	67	Piracuruca	
	68	Barras	68	Barras	
	69	Campo Maior	69	Campo Maior	
	70	Castelo	70	Castelo do Piauí	
	71	Amarante	71	Amarante	
	72	Oeiras	72	Oeiras	
	73	Floriano	73	Floriano	
	74	Jerumenha	74	Jerumenha	
	75	S ta. Filomena	75	Santa Filomena	
	76	Bom Jesus do Gurgueia	76	Bom Jesus	
	77	São Raimundo Nomato	77	São Raimundo Nonato	
	78	São Luís do Piauí	78	São Luis do Piauí	
	79	Paulista	79	Paulistana	
	80	Jaicós	80	Jaicós	

APÊNDICE C (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTERIOR NASCENTES			novo n° ponto	IBGE 2016	
UF	n° do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
CEARÁ	81	Fortaleza	81	Fortaleza	
	82	Camocim	82	Camocim	
	83	Granja	83	Granja	
	84	Sobral	84	Sobral	
	85	Acaraú	85	Acaraú	
	86	Ipu	86	Ipu	
	87	Iguatu	87	Iguatu	
	88	Crato	88	Crato	
	89	Jardim	89	Jardim	
	90	Milagres	90	Milagres	
	91	Icó	91	Icó	
	92	Quixeramobim	92	Quixeramobim	
	93	Baturité	93	Baturité	
	94	Aracati	94	Aracati	
	95	Limoeiro	95	Limoeiro do Norte	
	96	Mundaú	96	Mundaú	
RIO GRANDE DO NORTE	97	Natal	97	Natal	
	98	Areia Branca	98	Areia Branca	
	99	Mossoró	99	Mossoró	
	100	Apodi	100	Apodi	
	101	Pau dos Ferros	101	Pau dos Ferros	
	102	Martins	102	Martins	
	103	Caraúbas	103	Caraúbas	
	104	Macau	104	Macau	
	105	Açu	105	Açu	
	106	Serra Negra	106	Serra Negra do Norte	
	107	Angicos	107	Angicos	
	108	Caicó	108	Caicó	
	109	Jardim	109	Jardim do Seridó	
	110	S ta. Ana de Matos	110	Santana do Matos	
	111	Jardim de Angicos	111	Jardim de Angicos	
	112	Touros	112	Touros	
113	Ceará Mirim	113	Ceará-Mirim		
114	Santa Cruz	114	Santa Cruz		
115	São José de Mipibu	115	São José de Mipibu		
116	Canguaretama	116	Canguaretama		

APÊNDICE C (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES			novo nº ponto	IBGE 2016	
UF	nº do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
PARAÍBA	117	João Pessoa	117	João Pessoa	
	118	Campina Grande	118	Campina Grande	
	119	Guarabira	119	Guarabira	
	120	Mamanguape	120	Mamanguape	
	121	Pedras de Fogo	121	Pedras de Fogo	
	122	Itabaiana	122	Itabaiana	
	123	Umbuzeiro	123	Umbuzeiro	
	124	Alagoa do Monteiro	124	Monteiro	
	135	Princesa	125	Princesa Isabel	
	126	Conceição	126	Conceição	
	127	Piancó	127	Piancó	
	128	Pombal	128	Pombal	
	129	Sousa	129	Sousa	
	130	Cajazeiras	130	Cajazeiras	
	131	Catolé da Rocha	131	Catolé do Rocha	
	132	Patos	132	Patos	
	133	Batalhão	133	Taperoá	
	134	Soledade	134	Soledade	
	135	Areia	135	Areia	
	136	São João do Cariri	136	São João do Cariri	
137	Bananeiras	137	Bananeiras		
138	Teixeira	138	Teixeira		
PERNAMBUCO	139	Recife	139	Recife	
	140	Goiana	140	Goiana	
	141	Igarapé	141	Igarapé	
	142	Ipojuca	142	Ipojuca	
	143	Rio Formoso	143	Rio Formoso	
	144	Limoeiro	144	Limoeiro	
	145	Caruaru	145	Caruaru	
	146	Garanhuns	146	Garanhuns	
	147	Taquaritinga	147	Taquaritinga do Norte	
	148	Pesqueira	148	Pesqueira	
	149	Bom Conselho	149	Bom Conselho	
	150	Buíque	150	Buíque	
	151	Alagoa do Baixo	151	Sertânia	
	152	Flores	152	Flores	
	153	Jatobá	153	Petrolândia	
	154	Vila Bela	154	Serra Talhada	
	155	Floresta	155	Floresta	
	156	Cabrobó	156	Cabrobó	
	157	Belmonte	157	São José do Belmonte	
	158	Santa Maria da Boa Vista	158	Santa Maria da Boa Vista	
	159	Granito	159	Granito	
	160	Salgueiro	160	Salgueiro	
	161	Ouricuri	161	Ouricuri	
	162	Petrolina	162	Petrolina	

APÊNDICE C (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES			novo n° ponto	IBGE 2016	
UF	n° do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
Território de FERNANDO DE NORONHA	163	Fernando de Noronha	163	Fernando de Noronha	PE
ALAGOAS	164	Maceió	164	Maceió	
	165	Porto Calvo	165	Porto Calvo	
	166	São Luís de Quitunde	166	São Luís do Quitunde	
	167	Maragogi	167	Maragogi	
	168	Coruripe	168	Coruripe	
	169	Piaçabuçu	169	Piaçabuçu	
	170	Penedo	170	Penedo	
	171	Pilar	171	Pilar	
	172	São Miguel de Campos	172	São Miguel dos Campos	
	173	Marechal Deodoro	173	Marechal Deodoro	
	174	União	174	União dos Palmares	
	175	Vitória	175	Quebrangulo	
	176	Palmeira dos Índios	176	Palmeira dos Índios	
	177	Sant`Ana	177	Santana do Ipanema	
	178	Paulo Afonso	178	Mata Grande	
	179	Piranhas	179	Piranhas	
	180	Pão de Açúcar	180	Pão de Açúcar	
	181	Traipu	181	Traipu	
182	Limoeiro	182	Limoeiro de Anadia		
183	Junqueiro	183	Junqueiro		
183	Pedra	184	Delmiro Gouveia		
SERGIPE	185	Aracaju	185	Aracaju	
	186	Maruim	186	Maruim	
	187	Propriá	187	Propriá	
	188	Brejo Grande	188	Brejo Grande	
	189	São Cristóvão	189	São Cristóvão	
	190	Estância	190	Estância	
	191	Saco	191	sem correspondência	
	192	Buquim	192	Boquim	
	193	Lagarto	193	Lagarto	
	194	Simão Dias	194	Simão Dias	
	195	Itabaiana	195	Itabaiana	
	196	Riachuelo	196	Riachuelo	
	197	Capela	197	Capela	
	198	Divina Pastora	198	Divina Pastora	
	199	Gararu	199	Gararu	
	200	Aquidabã	200	Aquidabã	

APÊNDICE C (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES			novo n° ponto	IBGE 2016	
UF	n° do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
BAHIA	201	Salvador	201	Salvador	
	202	Alagoinhas	202	Alagoinhas	
	203	Barracão	203	Rio Real	
	204	Serrinha	204	Serrinha	
	205	Feira de Sant'Ana	205	Feira de Santana	
	206	São Félix	206	São Félix	
	207	Itaparica	207	Itaparica	
	208	Camamu	208	Camamu	
	209	Ilhéus	209	Ilhéus	
	210	Canavieiras	210	Canavieiras	
	211	Porto Seguro	211	Porto Seguro	
	212	Caravelas	212	Caravelas	
	213	Conquista	213	Vitória da Conquista	
	214	Carinhanha	214	Carinhanha	
	215	Caetité	215	Caetité	
	216	Correntina	216	Correntina	
	217	Campo Largo	217	Taguá	
	218	Santa Rita	218	Santa Rita de Cássia	
	210	Urubu	210a	Paratinga	
	211	Bom Jesus da Lapa	211a	Bom Jesus da Lapa	
	212	Barra do Rio Grande	212a	Barra	
	213	Pilão Arcado	213a	Pilão Arcado	
	214	Casa Nova	214a	Casa Nova	
	215	Juazeiro	215a	Juazeiro	
	216	Curaça	216a	Curaçá	
	217	S to. Antônio da Glória	217a	Glória	
	218	Campestre	218a	Seabra	
	219	Lençóis	219	Lençóis	
	220	Andaraí	220	Andaraí	
	221	Rio de Contas	221	Rio de Contas	
222	Mundo Novo	222	Mundo Novo		
223	Jacobina	223	Jacobina		
224	Bonfim	224	Senhor do Bonfim		
225	Monte Santo	225	Monte Santo		
226	Jeremoabo	226	Jeremoabo		
227	Pombal	227	Ribeira do Pombal		
228	Areia	228	Ubaíra		
229	Jequié	229	Jequié		
230	São José de Porto Alegre	230	Mucuri		

APÊNDICE C (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES			novo n° ponto	IBGE 2016	
UF	n° do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
ESPÍRITO SANTO	231	Vitória	231	Vitória	
	232	Conceição da Barra	232	Conceição da Barra	
	233	São Mateus	233	São Mateus	
	234	Linhares	234	Linhares	
	235	Regência	235	Regência	
	236	Santa Cruz	236	Santa Cruz	
	237	Serra	237	Serra	
	238	Guarapari	238	Guarapari	
	239	Anchieta	239	Anchieta	
	240	Itapemirim	240	Itapemirim	
	241	Mantena	241	Mantena	MG
	242	Colatina	242	Colatina	
	243	Porto de Sousa	243	sem correspondência	
	244	Santa Teresa	244	Santa Teresa	
	245	Porto do Cachoeiro	245	Santa Leopoldina	
	246	Santa Isabel	246	Isabel	
	247	Cachoeiro do Itapemirim	247	Cachoeiro de Itapemirim	
	248	Muniz Freire	248	Muniz Freire	
	249	Afonso Cláudio	249	Afonso Cláudio	
	250	São José do Calçado	250	São José do Calçado	
	251	São Pedro de Itabapuana	251	São Pedro de Itabapoana	
	252	Ponte de Itabapuana	252	Ponte de Itabapoana	
	253	Alfredo Chaves	253	Alfredo Chaves	
RIO DE JANEIRO	254	Niterói	254	Niterói	
	255	São Sebastião de Itabapuana	255	Barra Seca	
	256	São Francisco de Paula	256	São Francisco de Itabapoana	
	257	São João da Barra	257	São João da Barra	
	258	Campos	258	Campos dos Goytacazes	
	259	Macaé	259	Macaé	
	260	Capivari	260	Silva Jardim	
	261	Cabo Frio	261	Cabo Frio	
	262	Saquarema	262	Saquarema	
	263	Maricá	263	Maricá	
	264	Rio Bonito	264	Rio Bonito	
	265	Itaboraí	265	Itaboraí	
	266	Santa Ana de Japuíba	266	Japuíba	
	267	Magé	267	Magé	
	268	Iguaçu	268	Cava	
269	Itaguaí	269	Itaguaí		
270	Mangaratiba	270	Mangaratiba		
271	Angra dos Reis	271	Angra dos Reis		

APÊNDICE C (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES			novo n° ponto	IBGE 2016	
UF	n° do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
RIO DE JANEIRO	272	Parati	272	Paraty	
	273	Ilha Grande	273	Ilha Grande	
	274	Engenheiro Passos	274	Engenheiro Passos	
	275	Resende	275	Resende	
	276	Barra Mansa	276	Barra Mansa	
	277	Bananal	277	Seropédica	
	278	Piraí	278	Piraí	
	279	Barra do Piraí	279	Barra do Piraí	
	280	Valença	280	Valença	
	281	Paraíba do Sul	281	Paraíba do Sul	
	282	Vassouras	282	Vassouras	
	283	Petrópolis	283	Petrópolis	
	284	Teresópolis	284	Teresópolis	
	285	Três Rios	285	Três Rios	
	286	Sapucaia	286	Sapucaia	
	287	Cantagalo	287	Cantagalo	
	288	S ta. Maria Madalena	288	Santa Maria Madalena	
	289	Itaocara	289	Itaocara	
	290	S to. Antônio de Pádua	290	Santo Antônio de Pádua	
	DISTRITO FEDERAL	291	Itaperuna	291	Itaperuna
292		S ão Fidélis	292	S ão Fidélis	
293		zona sul (Copacabana)	293a	Rio de Janeiro	RJ
294		zona norte (Vila Isabel)			
295		Jacarépaguá			
296		Santa Cruz			
297		Guaratiba			
298		Irajá			
299		Vigário Geral			
300		Meier			
301		Barra da Tijuca			
302		Governador			
303		Paquetá			

APÊNDICE C (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES			novo nº ponto	IBGE 2016	
UF	nº do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
SÃO PAULO	304	São Paulo	304	São Paulo	
	305	Queluz	305	Queluz	
	306	Cunha	306	Cunha	
	307	Ubatuba	307	Ubatuba	
	308	Campos do Jordão	308	Campos do Jordão	
	309	Paraibuna	309	Paraibuna	
	310	São Sebastião	310	São Sebastião	
	311	São José dos Campos	311	São José dos Campos	
	312	Moji das Cruzes	312	Mogi das Cruzes	
	313	Caconde	313	Caconde	
	314	Casa Branca	314	Casa Branca	
	315	Moji Guaçu	315	Mogi Guaçu	
	316	Serra Negra	316	Serra Negra	
	317	Jundiaí	317	Jundiaí	
	318	São Vicente	318	São Vicente	
	319	Santos	319	Santos	
	320	Ituverava	320	Ituverava	
	321	Batatais	321	Batatais	
	322	Ribeirão Preto	322	Ribeirão Preto	
	323	S ta. Rita de Passa Quatro	323	Santa Rita do Passa Quatro	
	324	São Carlos do Pinhal	324	São Carlos	
	325	Rio Claro	325	Rio Claro	
	326	Pirassununga	326	Pirassununga	
	327	Limeira	327	Limeira	
	328	Piracicaba	328	Piracicaba	
	329	Capivari	329	Capivari	
	330	Porto Feliz	330	Porto Feliz	
	331	Sorocaba	331	Sorocaba	
	332	Itapetininga	332	Itapetininga	
	333	Pilar	333	Pilar do Sul	
	334	Iguape	334	Iguape	
	335	Barretos	335	Barretos	
	336	Jaboticabal	336	Jaboticabal	
	337	Taquaratinga	337	Taquaratinga	
	338	Araraquara	338	Araraquara	
339	Bariri	339	Bariri		
340	Jaú	340	Jaú		
341	Botucatu	341	Botucatu		
342	Espírito Santo da Boa Vista	342	Angatuba		
343	Faxina	343	Itapeva		
344	Apiaí	344	Apiaí		
345	Cananéia	345	Cananéia		

APÊNDICE C (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES			novo nº ponto	IBGE 2016	
UF	nº do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
SÃO PAULO	346	São José do Rio Preto	346	São José do Rio Preto	
	347	Bauru	347	Bauru	
	328	Espírito Santo de Turvo	348	Espírito Santo do Turvo	
	349	S ta. Bárbara do Rio Pardo	349	Águas de Santa Bárbara	
	350	Piraju	350	Piraju	
	351	Avaré	351	Avaré	
	352	Itaporanga	352	Itaporanga	
	353	Lavrinhas	353	Itaberá	
	354	Itararé	354	Itararé	
	355	Porto Tibiriçá	355	sem correspondência	
	356	Porto Epitácio	356	sem correspondência	
	357	Araçatuba	357	Araçatuba	
	358	Andradina	358	Andradina	
	359	Dracena	359	Dracena	
	360	Porto Vargas	360	sem correspondência	
	361	Lins	361	Lins	
	362	Marília	362	Marília	
363	Assis	363	Assis		
PARANÁ	364	Curitiba	364	Curitiba	
	365	Paranaguá	365	Paranaguá	
	366	Antonina	366	Antonina	
	367	Paranaguá	x	localidade em duplicidade	
	368	Apucarana	368	Apucarana	
	369	Jacarezinho	369	Jacarezinho	
	370	Londrina	370	Londrina	
	371	Guarapuava	371	Guarapuava	
	372	Campo do Mourão	372	Campo Mourão	
	373	Cascavel	373	Cascavel	
	374	Guaiá	374	Guaiá	
	375	Foz do Iguaçu	375	Foz do Iguaçu	
	376	União da Vitória	376	União da Vitória	
	377	Ponta Grossa	377	Ponta Grossa	
	378	Jaguariaíva	378	Jaguariaíva	
	379	Lapa	379	Lapa	
	380	Rio Negro	380	Rio Negro	
	381	Castro	381	Castro	
	382	São José da Boa Vista	382	São José da Boa Vista	
	383	Guaratuba	383	Guaratuba	
384	Sêro Azul	384	Cerro Azul		
385	Guaraqueçava	385	Guaraqueçaba		
386	Tibaji	386	Tibagi		
387	Rio Branco	387	Rio Branco do Sul		

APÊNDICE C (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES			novo nº ponto	IBGE 2016	
UF	nº do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
SANTA CATARINA	388	Florianópolis	388	Florianópolis	
	389	São José	389	São José	
	390	São Francisco	390	São Francisco do Sul	
	391	Joinville	391	Joinville	
	392	Blumenau	392	Blumenau	
	393	Itajaí	393	Itajaí	
	394	Laguna	394	Laguna	
	395	Tubarão	395	Tubarão	
	396	Araranga	396	Araranguá	
	397	Lajes	397	Lages	
	398	Porto União	398	Porto União	
	399	Curitibanos	399	Curitibanos	
	400	Palmas	400	Palmas	PR
	401	Pato Branco	401	Pato Branco	PR
	402	Xapecó	402	Chapecó	
	403	Joaçaba	403	Joaçaba	
	404	Mafra	404	Mafra	
	405	São Joaquim	405	São Joaquim	
	406	Uruçanga	406	Urussanga	
	407	Nova Trento	407	Nova Trento	
408	Campo Alegre	408	Campo Alegre		
409	Parati	409	Araquari		
RIO GRANDE DO SUL	410	Porto Alegre	410	Porto Alegre	
	411	Tórreres	411	Torres	
	412	Osório	412	Osório	
	413	Rio Grande	413	Rio Grande	
	414	São José do Norte	414	São José do Norte	
	415	Pelotas	415	Pelotas	
	416	Santa Vitória do Palmar	416	Santa Vitória do Palmar	
	417	Erechim	417	Erechim	
	418	Três Passos	418	Três Passos	
	419	Passo Fundo	419	Passo Fundo	
	420	Cruz Alta	420	Cruz Alta	
	421	Santa Maria	421	Santa Maria	
	422	Caçapava do Sul	422	Caçapava do Sul	
	423	Jaguarão	423	Jaguarão	
	424	Bagé	424	Bagé	
	425	Livramento	425	Sant'Ana do Livramento	
	426	Cacequi	426	Cacequi	
	427	São Luís Gonzaga	427	São Luiz Gonzaga	
	428	São Borja	428	São Borja	
429	Santa Rosa	429	Santa Rosa		

APÊNDICE C (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES			novo n° ponto	IBGE 2016	
UF	n° do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
RIO GRANDE DO SUL	430	Quaraí	430	Quaraí	
	431	Santa Cruz	431	Santa Cruz do Sul	
	432	Itaqui	432	Itaqui	
	433	Alegrete	433	Alegrete	
	434	Uruguaiana	434	Uruguaiana	
	435	São Gabriel	435	São Gabriel	
	436	D. Pedrito	436	Dom Pedrito	
	437	Ervál	437	Herval	
	438	S to. Ângelo	438	Santo Ângelo	
	439	Cachoeira do Sul	439	Cachoeira do Sul	
	440	Rio Pardo	440	Rio Pardo	
	441	Encruzilhada	441	Encruzilhada do Sul	
	442	Cangaçu	442	Cangaçu	
	443	Piratini	443	Piratini	
	444	Lagoa Vermelha	444	Lagoa Vermelha	
	445	Caxias do Sul	445	Caxias do Sul	
	446	Garibaldi	446	Garibaldi	
	447	Taquari	447	Taquari	
	448	São Jerônimo	448	São Jerônimo	
	449	São João Batista de Camaquã	449	Camaquã	
450	São Lourenço	450	São Lourenço do Sul		
451	Vacaria	451	Vacaria		
452	São Francisco de Paula	452	São Francisco de Paula		
453	São Leopoldo	453	São Leopoldo		
	454	Conceição do Arroio	x	localidade em duplicidade = Osório (ponto 412)	
MINAS GERAIS	455	Belo Horizonte	455	Belo Horizonte	
	456	Sete Lagoas	456	Sete Lagoas	
	457	Curvelo	457	Curvelo	
	458	Pitangui	458	Pitangui	
	459	Pará de Minas	459	Pará de Minas	
	460	Bonfim	460	Bonfim	
	461	Sabará	461	Sabará	
	462	Caeté	462	Caeté	
	463	S ta. Luzia	463	Santa Luzia	
	464	Ouro Preto	464	Ouro Preto	
	465	Mariana	465	Mariana	
	466	Ipueira	466	sem correspondência	
	467	Januária	467	Januária	
	468	Vila Brasília	468	Brasília de Minas	
	469	Montes Claros	469	Montes Claros	
470	Bocaiúva	470	Bocaiúva		

APÊNDICE C (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES			novo nº ponto	IBGE 2016	
UF	nº do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
MINAS GERAIS	471	Pirapora	471	Pirapora	
	472	São Francisco	472	São Francisco	
	473	Tremedal	473	Monte Azul	
	474	Grão Mogol	474	Grão Mogol	
	475	Serro	475	Serro	
	476	Diamantina	476	Diamantina	
	477	São João Batista	477	Itamarandiba	
	478	Conceição do Serro	478	Conceição do Mato Dentro	
	479	S ta. Ana dos Ferros	479	Ferros	
	480	Itabira	480	Itabira	
	481	S ta. Bárbara	481	Santa Bárbara	
	482	São Domingos do Prata	482	São Domingos do Prata	
	483	Rio Pardo	483	Rio Pardo de Minas	
	484	S to. Antonio de Salinas	484	Salinas	
	485	Araçuaí	485	Araçuaí	
	486	Minas Novas	486	Minas Novas	
	487	São Sebastião do Salto Grande	487	Salto da Divisa	
	488	Teófilo Ottoni	488	Teófilo Otoni	
	489	S to. Antonio da Pessanha	489	Pesanha	
	490	Caratinga	490	Caratinga	
	491	Ponte Nova	491	Ponte Nova	
	492	Manhuaçu	492	Manhuaçu	
	493	Viçosa	493	Viçosa	
	494	S ta. Luzia de Carangola	494	Carangola	
	495	Rio Branco	495	Visconde do Rio Branco	
	496	São Paulo de Muriaé	496	Muriaé	
	497	Cataguases	497	Cataguases	
	498	Leopoldina	498	Leopoldina	
	499	Mar de Espanha	499	Mar de Espanha	
	500	São José de Além Paraíba	500	Além Paraíba	
	501	Paracatu	501	Paracatu	
502	Patos	502	Patos de Minas		
503	Carmo do Paranaíba	503	Carmo do Paranaíba		
504	Abaeté	504	Abaeté		
505	Patrocínio	505	Patrocínio		
506	Araxá	506	Araxá		
507	Dores do Indaiá	507	Dores do Indaiá		
508	Bambuí	508	Bambuí		
509	S to. Antônio do Monte	509	Santo Antônio do Monte		
510	Formiga	510	Formiga		
511	Oliveira	511	Oliveira		

APÊNDICE C (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES			novo n° ponto	IBGE 2016	
UF	n° do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
MINAS GERAIS	512	Estrela do Sul	512	Estrela do Sul	
	513	Araguari	513	Araguari	
	514	Uberaba	514	Uberaba	
	515	Uberlândia	515	Uberlândia	
	516	Monte Alegre	516	Monte Alegre de Minas	
	517	Prata	517	Prata	
	518	Frutal	518	Frutal	
	519	Passos	519	Passos	
	520	Piúí	520	Piumhi	
	521	São Sebastião do Paraíso	521	São Sebastião do Paraíso	
	522	Muzambinho	522	Muzambinho	
	523	Alfenas	523	Alfenas	
	524	Três Pontas	524	Três Pontas	
	525	Campo Belo	525	Campo Belo	
	526	Lavras	526	Lavras	
	527	Três Corações	527	Três Corações	
	528	Campanha (Campanhã)	528	Justinópolis	
	529	Caldas	529	Caldas	
	530	São Gonçalo de Sapucaí	530	São Gonçalo do Sapucaí	
	531	Ouro Fino	531	Ouro Fino	
	532	Pouso Alegre	532	Pouso Alegre	
	533	Itajubá	533	Itajubá	
	534	Jaguari	534	Camanducaia	
	535	Cambuquira	535	Cambuquira	
	536	Campanha	536	Campanha	
	537	Caxambu	537	Caxambu	
	538	Baependi	538	Baependi	
	539	Silvestre Ferraz	539	Carmo de Minas	
	540	São Lourenço	540	São Lourenço	
	541	Passa Quatro	541	Passa Quatro	
	542	Aiuruoca	542	Aiuruoca	
	543	Lafayette	543	Conselheiro Lafaiete	
	544	Prados	544	Prados	
	545	São João del-Rei	545	São João del Rei	
	546	Sítio	546	Antonio Carlos	
	547	Barbacena	547	Barbacena	
	548	Santos Dumont	548	Santos Dumont	
	549	Ubá	549	Ubá	
	550	Piranga	550	Piranga	
	551	Alto Rio Doce	551	Alto Rio Doce	
552	Turvo	552	Andrelândia		
553	Lima Duarte	553	Lima Duarte		
554	Rio Preto	554	Rio Preto		
555	Juiz de Fora	555	Juiz de Fora		

APÊNDICE C (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTEROR NASCENTES			novo n° ponto	IBGE 2016	
UF	n° do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
GOIÁS	556	Goiânia	556	Goiânia	
	557	Goiás	557	Goiás	
	558	Pirenópolis	558	Pirenópolis	
	559	Formosa	559	Formosa	
	560	S ta. Ana de Antas	560	Anápolis	
	561	Bonfim	561	Silvânia	
	562	Alemão	562	Palmeiras de Goiás	
	563	Morrinhos	563	Morrinhos	
	564	Catalão	564	Catalão	
	565	Bela Vista	565	Bela Vista de Goiás	
	566	Luziânia	566	Luziânia	
	567	Jataí	567	Jataí	
	568	Rio Bonito	568	Caiapônia	
	569	Pilar	569	Pilar de Goiás	
	570	S ta. Leopoldina	570	Aruanã	
	571	Piedade	571	sem correspondência	
	572	Aragarças	572	Aragarças	
	573	Flores	573	Flores de Goiás	
	574	Palma	574	Paraná	TO
	575	São Domingos	575	São Domingos	
	576	Peixe	576	Peixe	TO
577	Porto Nacional	577	Porto Nacional	TO	
578	Pedro Afonso	578	Pedro Afonso	TO	
579	Pedra de Amolar	579	sem correspondência	TO	
580	Tocantinópolis	580	Tocantinópolis	TO	
581	Quirinópolis	581	Quirinópolis		
MATO GROSSO	582	Cuiabá	582	Cuiabá	
	583	Mato Grosso	583	Vila Bela da Santíssima Trindade	
	584	Diamantino	584	Diamantino	
	585	Rosário	585	Rosário Oeste	
	586	Poconé	586	Poconé	
	587	São Luís de Cáceres	587	Cáceres	
	588	Melgaço	588	Barão de Melgaço	
	589	Coxim	589	Coxim	MS
	590	Corumbá	590	Corumbá	MS
	591	Porto Murtinho	591	Porto Murtinho	MS
	592	Miranda	592	Miranda	MS
	593	Aquidauana	593	Aquidauana	MS
	594	Nioac	594	Nioaque	MS

APÊNDICE C (cont.)

RELAÇÃO DAS LOCALIDADES E NUMERAÇÃO POR ANTERIOR NASCENTES			novo n° ponto	IBGE 2016	
UF	n° do ponto	LOCALIDADE		LOCALIDADE	nova UF
MATO GROSSO	595	Porto Esperança	595	Porto Esperança	MS
	596	Campo Grande	596	Campo Grande	MS
	597	Três Lagoas	597	Três Lagoas	MS
	598	Paranaíba	598	Paranaíba	MS
	599	Bela Vista	599	Bela Vista	MS
	600	Ponta Porã	600	Ponta Porã	MS
	601	Dourados	601	Dourados	MS
	602	Xavantina	602	Nova Xavantina	
	603	Poxoréu	603	Poxoréu	
	604	Alto Araguaia	604	Alto Araguaia	
Território de RONDÔNIA	605	Pôrto Velho	605	Porto Velho	
	606	Guajará-Mirim	606	Guajará-Mirim	

APÊNDICE D – SUGESTÕES PARA A SUBSTITUIÇÃO DE LOCALIDADES NÃO MAIS EXISTENTES

NASCENTES (1958)		IBGE 2016				Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000	
LOCALIDADE ORIGINAL	nº ponto	LOCALIDADE SUGERIDA	Categoria	UF	Geocódigo	Latitude	Longitude
Ilha Grande	273	Abraão	vila (1)	RJ	330010010	23°08'44"S	44°09'53"W
Ipueira	466	Porto Agrário	vila (2)	MG	313695920	14°30'03"S	43°55'02"W
Piedade	571	Bandeirantes	vila (3)	GO	521483810	13°19'07"S	50°36'50"W
Pedra de Amolar	579	Esperantina	cidade	TO	170740505	5°17'58"S	48°39'03"W
Porto de Sousa	243	Baixo Guandu	cidade	ES	320080505	19°30'30"S	40°57'48"W
Porto Eptácio	356	Presidente Eptácio	cidade	SP	354130705	21°45'55"S	52°06'41"W
Porto Vargas	360	Rubinéia	cidade	SP	354450905	20°12'50"S	51°02'04"W
Saco	191	Indiaroba	cidade	SE	280280905	11°30'48"S	37°30'16"W

(1) vila de Ângra dos Reis

(2) vila de Juvenília

(3) vila de Nova Crixás

sem sugestão para substituição do ponto 355 - área inundada

APÊNDICE E - MAPA COM TODOS OS VÉRTICES DEFINIDORES DOS LIMITES DOS SUBFALARES DESCRITOS NO DOCUMENTO NASCENTES (1953) SOBRE BASE CARTOGRÁFICA DO IBGE (2016)

APÊNDICE F - QUADRO COM TODOS OS VÉRTICES DEFINIDORES DOS LIMITES DOS SUBFALARES DESCRITOS NO DOCUMENTO NASCENTES (1953) COM TOPÔNIMOS ATUALIZADOS, UF, NATUREZA GEOGRÁFICA, LIMITES COM OUTROS FALARES E COORDENADAS GEOGRÁFICAS, SEGUNDO O IBGE EM 2016

LIMITES NASCENTES			Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO
RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude	
v1/v3 - Rio Mucuri		rio			
v1	BA	rio	18°05'28"S	39°33'18"W	foz rio - com Oceano Atlântico
v2	MG	rio	17°41'19"S	41°33'12"W	tris-junção falares baiano/mineiro/fluminense
v3	MG	rio	17°40'33"S	41°40'07"W	nascente Rio Mucuri
v4 - Minas Novas	MG	localidade	17°12'57"S	42°35'19"W	limite falares baiano/mineiro
v5 - Bocaiuva	MG	localidade	17°06'50"S	43°48'38"W	limite falares baiano/mineiro
v6 - Pirapora	MG	localidade	17°20'22"S	44°56'03"W	limite falares baiano/mineiro
v7/v11 - Serra da Mata da Corda		serra			
v7	MG	ponto altimetria	17°23'34"S	45°14'38"W	limite falares baiano/mineiro
v8	MG	ponto altimetria	17°50'39"S	45°26'16"W	limite falares baiano/mineiro
v9	MG	ponto altimetria	18°03'42"S	45°36'12"W	limite falares baiano/mineiro
v10	MG	ponto altimetria	18°34'25"S	45°55'47"W	limite falares baiano/mineiro
v11	MG	ponto altimetria	18°48'30"S	46°03'50"W	limite falares baiano/mineiro
v12 - Carmo do Paranaíba	MG	localidade	18°59'52"S	46°18'48"W	limite falares baiano/mineiro
v13/v15 - Rio Paranaíba		rio			
v13	MG	rio	18°55'54"S	46°28'11"W	limite falares baiano/mineiro
v14	MG/GO	rio	18°10'57"S	47°32'26"W	tris-junção falares baiano/mineiro/sulista
v15	MG/GO	rio	18°11'09"S	47°32'03"W	Rio Paranaíba/Represa da Emborcação - limite falares baiano/sulista
v16/v17 - Rio São Marcos					Represa da Emborcação/Rio São Marcos - limite falares baiano/sulista
v16	GO	rio	18°09'11"S	47°39'30"W	limite falares baiano/sulista
v17	MG/GO	elemento construído	16°14'21"S	47°20'12"W	cabeceira de ponte BR 251/Rio São Marcos - originalmente localidade - limite falares sulista/baiano
v18 - Luziânia	GO	localidade	16°15'12"S	47°57'01"W	limite falares baiano/sulista
v19 - Pirenópolis	GO	localidade	15°51'17"S	48°56'55"W	limite falares baiano/sulista
v20/v21 - Rio das Almas		rio			
v20	GO	rio	15°50'47"S	49°12'26"W	limite falares baiano/sulista
v21	GO	rio/ponto altimetria	15°14'27"S	49°35'17"W	limite falares baiano/sulista
v22 - Serra do Pilar	GO	ponto altimetria	14°49'13"S	49°37'21"W	limite falares baiano/sulista
v23 - Pilar de Goiás	GO	localidade	14°45'48"S	49°34'49"W	tris-junção falares baiano/sulista/incaracterístico
v24 - Rio dos Araés	MT	rio	14°38'57"S	52°07'28"W	foz rio - com Rio das Mortes - limite falares sulista/incaracterístico
v25 - Cuiabá	MT	localidade	15°36'06"S	56°05'53"W	limite falares sulista/incaracterístico
v26	MT	ponto	15°27'49"S	56°58'11"W	inflexão Chapada Parecis - limite falares sulista/incaracterístico
v26 a	MT	serra	14°45'53"S	58°51'21"W	Chapada dos Parecis
v26 b	MT	serra	14°20'45"S	59°20'40"W	Chapada dos Parecis
v26 c	MT	serra	13°57'43"S	59°30'37"W	Chapada dos Parecis
v26 d	MT	serra	13°40'27"S	59°42'39"W	Chapada dos Parecis
v26 e	MT	serra	13°23'41"S	60°04'07"W	Chapada dos Parecis
v26 f	RO	serra	12°14'42"S	61°38'53"W	Chapada dos Parecis
v26 g	RO	serra	11°51'42"S	62°04'35"W	Chapada dos Parecis
v26 h	RO	serra	11°15'09"S	62°56'28"W	Chapada dos Parecis
v26 i	RO	serra	10°11'48"S	63°49'20"W	Chapada dos Parecis
v27 - Vila Bela da Santíssima Trindade	MT	localidade	15°00'15"S	59°56'51"W	limite falares sulista/incaracterístico
v28 - Rio Verde	MT/Bolívia	rio/limite político	14°37'11"S	60°17'15"W	ponto de fronteira Brasil/Bolívia - limite falares sulista/incaracterístico - v28/v29

APÊNDICE F (cont.)

LIMITES NASCENTES			Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO
RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude	
v29 - Rio Guaporé	MT/Bolívia	rio/limite político	13°58'42"S	60°24'46"W	ponto de fronteira Brasil/Bolívia - v29/v30
v30 - Rio Mamoré	RO/Bolívia	rio/limite político	11°59'44"S	65°00'42"W	ponto de fronteira Brasil/Bolívia - v30/v31
v31/v33 - Rio Madeira					
v31	RO/Bolívia	rio/limite político	10°23'57"S	65°23'29"W	ponto de fronteira Brasil/Bolívia - v31/v32
v32	RO/Bolívia	rio/limite político	9°40'22"S	65°25'50"W	com Rio Abunã - ponto de fronteira Brasil/Bolívia - v32/v33 - limite falares amazônico/incaracterístico
v33	RO/AM	rio/limite político	9°01'30"S	64°13'12"W	inflexão Chapada dos Parecis/ponto comum com a alternativa 2 - ponto início do trecho comum - limite falares amazônico/incaracterístico
v34	RO/AM	rio	8°03'23"S	62°51'09"W	v34 - Rio Jiparaná/Giparaná ou Machado
v35	RO/AM	rio/limite político	7°59'04"S	62°53'07"W	bi-junção limites RO/AM
v36	RO/AM/MT	limite político	8°48'56"S	61°31'50"W	tris-junção limites RO/AM/MT - limite falares amazônico/incaracterístico
v37 - Rio Juruena	AM/MT	rio/limite político	8°47'11"S	58°25'09"W	Rio Juruena - v37/v38 - bi-junção limites AM/MT - limite falares amazônico/incaracterístico
v38 - Rio Três Barras	AM/PA/MT	rio/limite político	7°21'34"S	58°07'34"W	Rio Juruena/Rio São Manuel ou Teles Pires/Rio Tapajós - tris-junção limites AM/PA/MT - limite falares amazônico/incaracterístico
v39 - Rio São Manuel ou Teles Pires	PA/MT	rio/limite político	9°22'32"S	56°40'39"W	Rio São Manuel ou Teles Pires - v38/v39 - bi-junção limites PA/MT - limite falares amazônico/incaracterístico
v40 - Rio Araguaia	PA/MT/TO	rio/limite político	9°49'57"S	50°14'01"W	tris-junção PA/MT/TO - limite falares amazônico/incaracterístico
v41/v44 - Serra do Estrondo					
v41	TO	serra	9°56'14"S	48°57'50"W	Serra Dourada = Serra dos Javaés Canoeiros = Serra dos Chavantes = Serra das Cordilheiras - quadri-junção falares amazônico/nordes tino/incaracterístico/baiano
v42	GO	serra	10°04'48"S	49°03'54"W	limite falares incaracterístico/baiano
v43	GO	serra	10°14'24"S	49°05'39"W	limite falares incaracterístico/baiano
v44	GO	serra	10°29'01"S	49°10'24"W	limite falares incaracterístico/baiano
v45/v48 Serra dos Javaés					
v45	GO	serra	10°41'28"S	49°22'14"W	limite falares incaracterístico/baiano
v46	GO	serra	11°01'32"S	49°25'43"W	limite falares incaracterístico/baiano
v47	GO	serra	11°12'13"S	49°17'05"W	limite falares incaracterístico/baiano
v48	GO	serra	11°26'50"S	49°22'14"W	limite falares incaracterístico/baiano
v49/v53 - Serra dos Chavantes					
v49	GO	serra	11°42'50"S	49°17'52"W	serra D. Luiza - limite falares incaracterístico/baiano
v50	GO	serra	12°05'14"S	49°22'14"W	limite falares incaracterístico/baiano
v51	GO	serra	12°15'42"S	49°27'28"W	limite falares incaracterístico/baiano
v52	GO	serra	12°41'01"S	49°32'42"W	limite falares incaracterístico/baiano
v53	GO	serra	12°53'52"S	49°39'42"W	limite falares incaracterístico/baiano
v54/v58 - Serra do Fanha					
v54	GO	serra	12°55'49"S	49°56'53"W	limite falares incaracterístico/baiano
v55	GO	serra	13°09'48"S	50°04'59"W	limite falares incaracterístico/baiano
v56	GO	serra	13°22'54"S	49°55'23"W	limite falares incaracterístico/baiano
v57	GO	serra	13°53'26"S	49°37'04"W	limite falares incaracterístico/baiano
v58	GO	serra	14°08'16"S	49°24'51"W	limite falares incaracterístico/baiano

APÊNDICE F (cont.)

LIMITES NASCENTES			Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO
RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	Longitude	
v59 - Pedra de Amolar	PA/MA/TO	limite político	5°19'01"S	48°43'35"W	bico do Papagaio - tris-junção PA/MA/TO - limites faiares amazônico/nordestino
v60	TO	ponto altimetria	5°20'27"S	48°14'19"W	limite faiares amazônico/nordestino
v61	TO	ponto altimetria	5°31'52"S	47°56'29"W	limite faiares amazônico/nordestino
v62	TO	ponto altimetria	5°57'24"S	47°50'51"W	limite faiares amazônico/nordestino
v63	TO	ponto altimetria	6°04'02"S	47°48'18"W	limite faiares amazônico/nordestino
v64	TO	ponto altimetria	6°20'00"S	47°56'42"W	limite faiares amazônico/nordestino
v65	TO	ponto altimetria	6°35'23"S	47°52'58"W	limite faiares amazônico/nordestino
v66	TO	ponto altimetria	6°56'29"S	48°04'54"W	limite faiares amazônico/nordestino
v67	TO	ponto altimetria	7°07'42"S	48°27'58"W	limite faiares amazônico/nordestino
v68/v81 - Serra do Estrondo					
v68	TO	serra	7°08'57"S	48°30'02"W	Serra do Estrondo ou das Cordilheiras
v69	TO	serra	7°23'57"S	48°29'19"W	limite faiares amazônico/nordestino
v70	TO	serra	7°28'57"S	48°28'36"W	limite faiares amazônico/nordestino
v71	TO	serra	7°34'45"S	48°30'32"W	limite faiares amazônico/nordestino
v72	TO	serra	7°41'48"S	48°29'19"W	limite faiares amazônico/nordestino
v73	TO	serra	7°51'47"S	48°31'27"W	limite faiares amazônico/nordestino
v74	TO	serra	7°56'04"S	48°35'44"W	limite faiares amazônico/nordestino
v75	TO	serra	8°23'41"S	48°39'33"W	limite faiares amazônico/nordestino
v76	TO	serra	8°41'03"S	48°37'10"W	limite faiares amazônico/nordestino
v77	TO	serra	8°46'09"S	48°39'14"W	limite faiares amazônico/nordestino
v78	TO	serra	8°53'15"S	48°39'38"W	limite faiares amazônico/nordestino
v79	TO	serra	8°59'36"S	48°38'36"W	limite faiares amazônico/nordestino
v80	TO	serra	9°16'01"S	48°43'35"W	limite faiares amazônico/nordestino
v81	TO	serra	9°48'11"S	48°51'50"W	limite faiares amazônico/nordestino
v82 - Rio Parnaíba	GO	rio	10°14'21"S	45°56'49"W	Rio Água Quente - limite faiares nordestino/baiano
v83 - Itambacuri	MG	localidade	18°02'07"S	41°40'59"W	limites faiares fluminense/mineiro
v84 - Campanário	MG	localidade	18°14'35"S	41°44'09"W	limites faiares fluminense/mineiro
v85 - Jampuca	MG	localidade	18°27'41"S	41°48'33"W	limites faiares fluminense/mineiro
v86 - Governador Valadares	MG	localidade	18°51'17"S	41°57'21"W	limites faiares fluminense/mineiro
v87 - Periquito	MG	localidade	19°09'22"S	42°14'27"W	limites faiares fluminense/mineiro
v88 - Naque	MG	localidade	19°13'32"S	42°19'48"W	limites faiares fluminense/mineiro
v89 - Santana do Paraíso	MG	localidade	19°21'59"S	42°32'41"W	limites faiares fluminense/mineiro
v90 - Coronel Fabriciano	MG	localidade	19°31'06"S	42°37'40"W	limites faiares fluminense/mineiro
v91 - Timóteo	MG	localidade	19°34'35"S	42°38'52"W	limites faiares fluminense/mineiro
v92 - Marliéria	MG	localidade	19°42'36"S	42°43'58"W	limites faiares fluminense/mineiro
v93 - Dionísio	MG	localidade	19°50'34"S	42°46'37"W	limites faiares fluminense/mineiro
v94 - São Domingos do Prata	MG	localidade	19°52'05"S	42°58'17"W	limites faiares fluminense/mineiro
v95 - Mariana/Alvinópolis	MG	ponto limite município	20°12'04"S	43°18'25"W	limite faiares mineiro/fluminense
v96 - Ouro Preto/Itabirito	MG	ponto limite município	20°18'21"S	43°37'39"W	limite faiares mineiro/fluminense
v97 - Congonhas	MG	localidade	20°29'46"S	43°51'04"W	limites faiares fluminense/mineiro
v98 - São Brás do Suaçuí	MG	localidade	20°37'28"S	43°57'06"W	limites faiares fluminense/mineiro
v99 - Entre Rio de Minas	MG	localidade	20°40'15"S	44°03'56"W	limites faiares fluminense/mineiro
v100 - Deserto de Entre Rios	MG	localidade	20°39'55"S	44°20'01"W	limites faiares fluminense/mineiro
v101 - São Tiago	MG	localidade	20°54'28"S	44°30'36"W	limites faiares fluminense/mineiro
v102 - Bom Sucesso	MG	localidade	21°02'00"S	44°45'14"W	tris-junção faiares fluminense, mineiro, sulista
v103 - Oliveira	MG	localidade	20°41'55"S	44°49'45"W	limite faiares sulista/mineiro
v104 - Itapecerica	MG	localidade	20°28'15"S	45°07'38"W	limite faiares sulista/mineiro
v105 - Pains	MG	localidade	20°22'15"S	45°39'47"W	limite faiares sulista/mineiro
v106 - Vargem Bonita	MG	localidade	20°20'01"S	46°22'09"W	limite faiares sulista/mineiro
v107 - Delfinópolis	MG	localidade	20°20'50"S	46°50'45"W	limite faiares sulista/mineiro
v108	S P/MG	limite político	20°14'02"S	47°12'48"W	limite faiares mineiro/sulista
v109	S P/MG	limite político	19°57'33"S	47°28'54"W	limite faiares mineiro/sulista
v110	MG	ponto altimetria	19°54'01"S	47°30'58"W	limite faiares mineiro/sulista
v111	MG	ponto altimetria	19°47'36"S	47°30'22"W	limite faiares sulista/mineiro
v112	MG	ponto altimetria	19°04'17"S	47°24'45"W	limite faiares sulista/mineiro
v113	MG	ponto altimetria	18°55'15"S	47°16'44"W	limite faiares sulista/mineiro
v114	MG	ponto altimetria	18°24'57"S	47°18'35"W	limite faiares mineiro/sulista
v115 - Ibituruna	MG	localidade	21°09'16"S	44°44'53"W	limites faiares fluminense/sulista
v116 - Cruzília	MG	localidade	21°50'25"S	44°48'25"W	limites faiares fluminense/sulista
v117 - Baependi	MG	localidade	21°57'26"S	44°53'16"W	limites faiares fluminense/sulista
v118 - Itamonte	MG	localidade	22°17'11"S	44°52'06"W	limites faiares fluminense/sulista
v119	RJ/S P	limite político	22°23'36"S	44°48'43"W	limites faiares fluminense/sulista
v120	RJ/S P	limite político	23°20'55"S	44°43'13"W	limites faiares fluminense/sulista/Oceano Atlântico

BRASIL

Registro dos limites dos subfalares segundo a divisão dialetal de Antenor Nascentes (1953)



LIMITES NASCENTES		Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000		DETALHE DESCRIÇÃO
RESUMO DESCRIÇÃO	UF	NATUREZA	Latitude	
V10 - Rio Mucuri	BA	rio	18°02'28"S 39°33'18"W	luz rio - com Oceano Atlântico
v1	MG	rio	17°41'19"S 41°33'12"W	luz-junção Itaipava/balneario/furnense
v2	MG	rio	17°41'19"S 41°33'12"W	luz-junção Itaipava/balneario/furnense
v3	MG	rio	17°41'19"S 41°33'12"W	luz-junção Itaipava/balneario/furnense
v4 - Minas Novas	MG	localidade	17°42'23"S 41°40'07"W	nascimento Rio Mucuri
v5 - Bocaina	MG	localidade	17°06'50"S 43°48'38"W	limite Itaipava/balneario
v6 - Piraí	MG	localidade	17°02'22"S 44°50'03"W	limite Itaipava/balneario
V7-V11 - Serra da Mata da Corda	MG	serna	17°22'24"S 45°14'28"W	limite Itaipava/balneario
v7	MG	ponto altimetria	17°22'24"S 45°14'28"W	limite Itaipava/balneario
v8	MG	ponto altimetria	17°22'24"S 45°14'28"W	limite Itaipava/balneario
v9	MG	ponto altimetria	18°02'42"S 45°36'12"W	limite Itaipava/balneario
v10	MG	ponto altimetria	18°02'42"S 45°36'12"W	limite Itaipava/balneario
v11	MG	ponto altimetria	18°02'42"S 45°36'12"W	limite Itaipava/balneario
V12 - Camo do Paraiba	MG	localidade	18°58'23"S 46°18'48"W	limite Itaipava/balneario
V13-V15 - Rio Paraiba	MG	rio	18°58'23"S 46°18'48"W	limite Itaipava/balneario
v13	MG	rio	18°58'23"S 46°18'48"W	limite Itaipava/balneario
v14	MG	rio	18°58'23"S 46°18'48"W	limite Itaipava/balneario
v15	MG	rio	18°58'23"S 46°18'48"W	limite Itaipava/balneario
V16-V17 - Rio São Marcos	GO	rio	18°09'11"S 47°38'30"W	limite Itaipava/balneario
v16	GO	rio	18°09'11"S 47°38'30"W	limite Itaipava/balneario
v17	GO	rio	18°09'11"S 47°38'30"W	limite Itaipava/balneario
V18 - Luziânia	GO	localidade	16°15'12"S 47°20'12"W	limite Itaipava/balneario
V19 - Pirenópolis	GO	localidade	15°11'13"S 48°56'28"W	limite Itaipava/balneario
V20-V21 - Rio das Almas	GO	rio	15°09'47"S 49°12'28"W	limite Itaipava/balneario
v20	GO	rio	15°09'47"S 49°12'28"W	limite Itaipava/balneario
v21	GO	rio	15°09'47"S 49°12'28"W	limite Itaipava/balneario
V22 - Serra do Pilar	GO	ponto altimetria	15°42'27"S 49°35'17"W	limite Itaipava/balneario
V23 - Pilar de Goiás	GO	localidade	14°54'45"S 49°37'21"W	limite Itaipava/balneario
V24 - Rio das Araras	MT	rio	14°38'57"S 52°07'28"W	luz rio - com Rio das Mortes - limite Itaipava/balneario
V25 - Cuiabá	MT	localidade	15°30'06"S 56°05'53"W	limite Itaipava/balneario
v25	MT	ponto	15°27'49"S 56°58'11"W	limite Itaipava/balneario
v26	MT	serna	14°45'53"S 58°51'21"W	limite Itaipava/balneario
v26 a	MT	serna	14°20'45"S 59°40'47"W	limite Itaipava/balneario
v26 b	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 c	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 d	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 e	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 f	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 g	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 h	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 i	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 j	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 k	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 l	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 m	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 n	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 o	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 p	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 q	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 r	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 s	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 t	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 u	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 v	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 w	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 x	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 y	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
v26 z	MT	serna	13°57'43"S 59°50'37"W	limite Itaipava/balneario
V27 - Vila Bela da Santíssima Trindade	MT	localidade	13°02'12"S 59°55'11"W	limite Itaipava/balneario
V28 - Rio Verde	MT	localidade	14°37'11"S 60°17'15"W	limite Itaipava/balneario
V29 - Rio Guaporé	MT	rio	13°58'42"S 60°24'46"W	limite Itaipava/balneario
V30 - Rio Mamoré	BO	rio	11°58'44"S 65°02'44"W	limite Itaipava/balneario
V31-V32 - Rio Madeira	BO	rio	11°58'44"S 65°02'44"W	limite Itaipava/balneario
v31	BO	rio	11°58'44"S 65°02'44"W	limite Itaipava/balneario
v32	BO	rio	11°58'44"S 65°02'44"W	limite Itaipava/balneario
V33 - Rio São João	BA	rio	9°40'22"S 66°25'50"W	limite Itaipava/balneario
v33	BA	rio	9°40'22"S 66°25'50"W	limite Itaipava/balneario
V34 - Chapada dos Paricás	BA	serna	9°01'30"S 64°13'12"W	limite Itaipava/balneario
v34	BA	serna	9°01'30"S 64°13'12"W	limite Itaipava/balneario
V35 - Chapada dos Paricás	BA	serna	8°03'23"S 62°51'09"W	limite Itaipava/balneario
v35	BA	serna	8°03'23"S 62°51'09"W	limite Itaipava/balneario
V36 - Chapada dos Paricás	BA	serna	7°59'04"S 62°53'07"W	limite Itaipava/balneario
v36	BA	serna	7°59'04"S 62°53'07"W	limite Itaipava/balneario
V37 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V38 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V39 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V40 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V41 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V42 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V43 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V44 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V45 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V46 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V47 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V48 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V49 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V50 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V51 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V52 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V53 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V54 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V55 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V56 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V57 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V58 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V59 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V60 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V61 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V62 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V63 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V64 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V65 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V66 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V67 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V68 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V69 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V70 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V71 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V72 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V73 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V74 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V75 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V76 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V77 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V78 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V79 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V80 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V81 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V82 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V83 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V84 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V85 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V86 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V87 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V88 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V89 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V90 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V91 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V92 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V93 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V94 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V95 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V96 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V97 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V98 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V99 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V100 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V101 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V102 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V103 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V104 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V105 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V106 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V107 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V108 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V109 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V110 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V111 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V112 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V113 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V114 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V115 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V116 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V117 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V118 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V119 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario
V120 - Rio Aranaia	AM	rio	8°48'56"S 61°31'50"W	limite Itaipava/balneario

Fonte: Nascentes (1953); IBGE (2016)